

4

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA



CEPFAM

4

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



C E P F A M

Título:

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – N.º 4/1998

Edição:

CEPFAM - *Centro de Estudos da População e Família*

Rua do Campo Alegre, 1055

4150-180 Porto

Telefone / Fax: (02) 60015 13

<http://www.lettras.up.pt/cepfam>

E-mail: cepfam@mail.telepac.pt

Director:

FERNANDO DE SOUSA

Comissão de aconselhamento científico:

Professor Doutor Jorge Carvalho Arroiteia – *Universidade de Aveiro*

Professor Doutor Celso Almuiña – *Universidade de Valladolid*

Professor Doutor Lorenzo Lopez Trigal – *Universidade de Léon*

Professora Doutora Maria Helena Cruz Coelho – *Universidade de Coimbra*

Professor Doutor António Henrique de Oliveira Marques – *Universidade Nova de Lisboa*

Comissão científica:

Ângelo Vítor Patrício – *ISLA – Bragança*

Fátima Sequeira Dias – *Universidade dos Açores*

Fernando Alberto Pereira de Sousa – *Universidade do Porto*

Gilberta Pavão Nunes Rocha – *Universidade dos Açores*

João Ramalho Cosme – *Universidade de Lisboa*

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – *Universidade Nova de Lisboa*

Jorge Fernandes Alves – *Universidade do Porto*

Maria da Conceição Meireles Pereira – *Universidade do Porto*

Maria José Moutinho Santos – *Universidade do Porto*

Teresa Maria Ferreira Rodrigues – *Universidade Nova de Lisboa*

Execução de:

Gráficos Reunidos, Ld.ª – Porto

ISSN 0873 - 1861

Depósito Legal n.º 94 133/95

Tiragem: 750 exemplares

NOTA DE ABERTURA

No âmbito das suas actividades, o CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família, unidade de investigação da FCT, sediada na Universidade do Porto e agregando investigadores de várias universidades, edita o quarto número da revista *POPULAÇÃO E SOCIEDADE*, como forma de dar expressão pública às actividades científicas que dinamiza e apoia. Este será, de resto, o último número que se publica sob a chancela do CEPFAM, pois está em publicação no *Diário da República* a escritura que altera os estatutos, através dos quais o Centro passa a ter a designação de CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, designação mais adequada à diversidade de linhas de investigação que, há três anos a esta parte, se vêm desenvolvendo:

- População portuguesa – história e prospectiva;
- Família, espaços de socialização e marginalidades;
- Estruturas económicas e industrialização;
- Relações históricas peninsulares.

A revista *População e Sociedade*, contudo, manter-se-á em publicação com o mesmo título.

O presente número integra como habitualmente os trabalhos apresentados no Encontro anual «População Portuguesa – História e Prospectiva», em quarta edição, bem como outros trabalhos de investigações em curso. Publicam-se ainda fontes históricas consideradas relevantes, no domínio das memórias históricas importantes para a compreensão dos finais do Antigo Regime português, bem como resumos de teses de pós-graduação e notícias.

A revista *População e Sociedade* acolhe ainda com agrado nesta edição trabalhos dos professores da Universidade de S. Paulo, Eni de Mesquita Samara, Maria Arminda Arruda e José Jobson Arruda, que participaram no IV Encontro acima referenciado. E regista a celebração de um protocolo de colaboração entre o CEPFAM e o CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, sediado na Universidade de São Paulo e dirigido pela Professora

Eni de Mesquita Samara. O CEDHAL é um centro interdisciplinar criado em 1985, voltado para o ensino e investigação da demografia histórica, que agrega professores e instituições do Brasil no desenvolvimento de duas linhas de investigação – Demografia Histórica e Família e Relações de Gênero, com um importante papel no campo da pesquisa, de formação pós-graduada, assessoria e publicações de estudos ligados às suas áreas de investigação.

I V E N C O N T R O

**POPULAÇÃO PORTUGUESA
HISTÓRIA E PROSPECTIVA**

*Comunicações ao Encontro promovido pelo
CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família*

Porto, 13 e 14 de Novembro de 1998

Com o Patrocínio de:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação Dr. António Cupertino de Miranda

Fundação Eng.º António de Almeida

Fundação Rei Afonso Henriques

Governo Civil do Porto

Reitoria da Universidade do Porto

ASPECTOS RECENTES DO ENSINO SUPERIOR

Jorge Carvalho Arroiteia
Universidade de Aveiro

ABSTRACT

The advanced learning in Portugal constituted the major source for the author's study. The net development of the advanced learning in Portugal, which has started in 1973 with the creation of «new» universities and university public institutes, continued in the 70s which the definition of the net of advanced learning establishments.

1 – O CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

O desenvolvimento do ensino superior em Portugal, desde o início do nosso século à actualidade, acompanha as diferentes fases da evolução sócio-política da sociedade portuguesa testemunhado, por esta via, as fases mais significativas da sua evolução. Com efeito, englobando até ao início da década de setenta apenas o ensino universitário e a existência de quatro Universidades públicas: Coimbra, Lisboa, Porto e a Universidade Técnica de Lisboa, só depois desta época, com a criação do ensino politécnico, encontramos dados sugestivos da sua expansão (cf: ARROTEIA, 1996).

Entre os aspectos dignos de realce referentes a esta evolução, salientamos a situação registada desde o início do nosso século e durante praticamente toda a sua primeira metade, em que a frequência dos estabelecimentos de ensino universitário constituía um privilégio das «élites» mais abastadas do país. Destaca-se a propósito, que em 1910/11, o total de alunos que frequentavam o ensino superior universitário português pouco ultrapassava os 1,2 milhares, montante que, em 1940/41, não ultrapassava os 8,7 milhares.

Se tomarmos como referencial os valores registados no início da década de sessenta, em 1960/61, data em que o total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino universitário orçava as duas dezenas de milhar (19,5 milhares), verificamos um aumento significativo desde então. Tal facto, pode ser justificado não tanto por actos relacionados com este sistema de ensino mas sim, em nosso entender, por outras medidas de política educativa que tiveram como efeito o aumento da procura social da educação em todos os níveis de ensino. Destacamos, a propósito, a obrigatoriedade da frequência do ensino primário, até à aprovação no exame final, para os menores de ambos os sexos que tenham idade compreendida entre os 14 e os 12 anos (Dec.-Lei n.º 42 994 de 28 de

Maio de 1960) decretada pelo ministro Leite Pinto e que constituiu a primeira medida oficial para reter os alunos no sistema educativo.

Esta resolução, foi posteriormente completada, ao tempo do Ministro Galvão Teles, com a criação do Ciclo Complementar do Ensino Primário e o alargamento, para seis anos, do período de escolaridade obrigatória (Decreto-Lei n.º 45 810 de Julho de 1964).

Não bastando alargar o período de escolaridade obrigatória, mas sim permitir que em condições semelhantes se mantivesse a mesma «esperança de vida escolar», estas medidas são completadas, três anos mais tarde, em 1967, com a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 47 480 de 2 de Janeiro de 1967) e com a criação do Ciclo preparatório T.V. (Portaria n.º 23 529, de 9 de Agosto de 1968). Com estas medidas legislativas o país foi coberto por uma rede mais densa de novos estabelecimentos de ensino e de postos de recepção da Telescola, facto que contribuiu para aumentar a «esperança de vida» escolar em novas camadas da população, até então não frequentadoras do sistema escolar.

Recordamos que entre o início dos anos sessenta e o começo da década seguinte a população universitária duplicou, atingindo os 28,0 milhares de alunos em 1965/66 e os 44,2 milhares de alunos, em 1970/71.

Embora sem pretendermos ser exaustivos, importa realçar que a evolução da população escolar no ensino superior sofreu não só do «efeito de onda», por via do aumento da escolarização da população estudantil no seu conjunto mas, também, de transformações de natureza social e económica, que contribuíram decisivamente para a abertura global da nossa sociedade. E entre as medidas de política educativa que terão continuado a contribuir para democratização do ensino nessa época e que permitiram, anos mais tarde, um aumento dos número de alunos no sistema educativo, nomeadamente no ensino superior, contamos com a publicação da Lei n.º 5/73, vulgarmente conhecida pela reforma Veiga Simão.

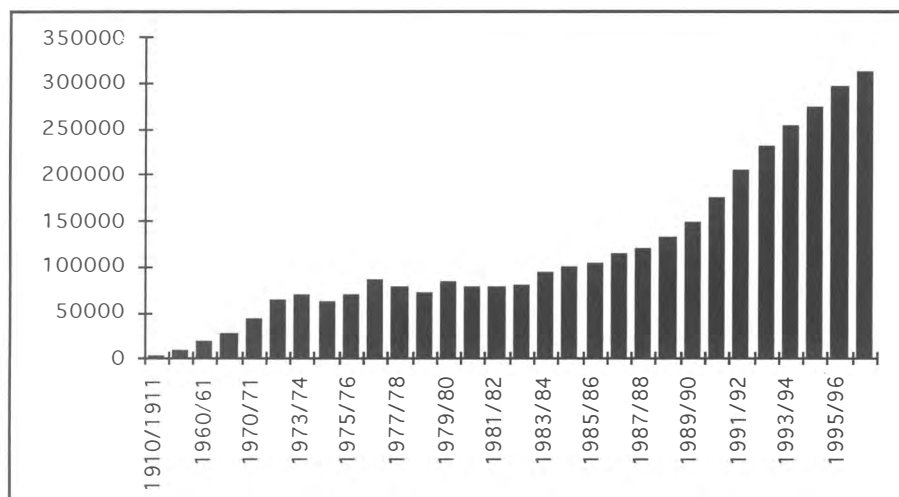
Para além de outros considerandos, importa salientar que nesse documento estabelecem-se as orientações políticas que devem presidir à democratização do ensino, responsabilizando-se o Estado por: *assegurar a todos os portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um. Por outro lado, estipula-se a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio da igualdade de oportunidades para todos.*

Note-se que a importância da educação no seu conjunto, da educação pré-escolar, à educação escolar e à educação permanente, asseguradas pelo sistema educativo, é encarada como um dos aspectos fundamentais do *desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança*. Para o atingir o aluno deverá frequentar o sistema escolar, compreendendo este os ensinamentos básico, secundário e superior.

Os efeitos destas medidas devem ser entendidas globalmente no âmbito da reforma global do sistema educativo português que teve no início da década de setenta, no ministro Veiga Simão, o seu principal impulsionador. Como exemplos desta actuação inscrevem-se: a elaboração das «Linhas gerais da reforma do ensino superior» (Janeiro de 1971) e a criação de novos cursos universitários em Lisboa, Coimbra e no Porto. Outro exemplo pode ser procurado na publicação do designado «estatuto da carreira docente universitária» (Lei n.º 132/70) que reconhece, no seu preâmbulo, o alargamento progressivo da população escolar e as necessidades de se estabelecer uma nova carreira.

Os dados referentes à evolução da população universitária: cerca de 48,3 milhares em 1972/73 e 51,5 milhares em 1973/74, confirmam a oportunidade destas medidas.

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR



2 – A CRIAÇÃO DO «SISTEMA BINÁRIO» E O SEU CONTEXTO

Os ventos da reforma operadas no sistema educativo português, anteriormente referidas, acompanharam as demais transformações: políticas, económicas e culturais, registadas na nossa sociedade desde a década de sessenta. Entre estas salientamos a sua abertura progressiva às economias europeias, por via dos investimentos carreados para Portugal pela sua integração na EFTA e, mais tarde, pela aproximação progressiva em relação à Comunidade Económica Europeia.

Por outro lado e não obstante a situação registada em Portugal, devido à guerra em África (desde o começo de sessenta), à emigração maciça para a Europa (e para outros destinos, como o continente norte americano), o certo é que a industrialização encetada nessa época veio a permitir uma alteração significativa dos rendimentos das famílias, que deixando de depender, exclusivamente, dos salários agrícolas, passaram a usufruir de rendimentos mais elevados e de menor precariedade, pagos pela indústria e pelos serviços.

A estas transformações podemos acrescentar os fenómenos de urbanização, registados globalmente no território, que permitiram não só o alargamento das principais cidades e aglomerações de carácter urbano mas, principalmente, a explosão dos centros urbanos, próximos das cidades de Lisboa e do Porto. Desde então, a tendência para o alargamento das respectivas áreas metropolitanas não mais deixou de se evidenciar, sendo certo que este cenário agravou a tendência, já esboçada nas décadas anteriores, para o êxodo rural e a atracção urbana, que se vinha exercendo sobre as populações residentes nas áreas menos desenvolvidas do território.

A melhoria das condições de vida e a acessibilidade a novos bens e produtos, as novas formas de civilização urbana e as fontes de informação (sobretudo, televisiva);

as alterações então introduzidas nos mercados de produção, nomeadamente pela especialização e segmentação acrescida do mercado de trabalho; a valorização da formação dos recursos humanos pelas empresas, atribuindo-lhes salários mais elevados, são factores que contribuíram decisivamente para uma alteração do modo de entender a educação e justificar os benefícios de uma formação de nível médio e superior.

Não esqueçamos que as expectativas geradas por estas transformações, nomeadamente as de ordem social, sugeriam uma certa mobilidade, ascendente, em largos estratos da população, identificada com uma estratificação acentuada e dominada por elites e pelo poder económico e político então reinante.

Neste contexto, é bom entender as preocupações de alguns ministros que gradualmente entenderam e preconizaram o interesse pela formação de recursos humanos e pela abertura do ensino, a começar pelo ensino obrigatório, a toda a população. É neste sentido que se justificam as medidas de política educativa tomadas desde os princípios dos anos sessenta, relativas à obrigatoriedade do ensino primário, em 1960; ao alargamento da escolaridade obrigatória, para seis anos, em 1964; à criação do ciclo preparatório do ensino secundário, em 1967, bem como ao alargamento da rede e à expansão do ensino secundário geral unificado, complementar e TV, que acompanhou estas medidas.

Desde o início da década de setenta e, sobretudo, depois de 1974, a expansão global dos diversos subsistemas de ensino e em particular do ensino superior, surgem como consequência da promulgação da Constituição da República Portuguesa (1976), que preconiza o *direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar*.

Para além dos factos anteriormente referidos, tidos como factores decisivos da abertura da sociedade portuguesa e da democratização do ensino, importa assinalar a publicação do Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, responsável pelo alargamento da rede e pela criação de novos estabelecimentos de ensino superior em Portugal.

Este documento, que justifica estas medidas como resposta a uma das necessidades fundamentais do país: ao seu *desenvolvimento social e económico, bem como ao desenvolvimento da sociedade portuguesa*, cria diversas instituições, de natureza universitária e politécnica, caso dos Institutos Politécnicos e das Escolas Normais Superiores.

De acordo com a referida legislação:

– *As Universidades são instituições pluridisciplinares que procuram assegurar a convergência dos diversos ramos do saber ... (art. 3.º).*

– *Os Institutos Politécnicos são centros de formação técnico-profissional, aos quais compete especialmente ministrar o ensino superior de curta duração ...e o desenvolvimento experimental, tendo em conta as necessidades no domínio tecnológico e no sector dos serviços, particularmente as de carácter regional (art. 4.º).*

– *As Escolas Normais Superiores são centros de formação e aperfeiçoamento de professores para o ensino básico ...e apoiam pedagogicamente os organismos de ensino e de educação permanente, constituindo focos de irradiação cultural nas regiões onde se inserem (art. 5.º).*

Estabelecendo o «sistema binário» que actualmente identifica o nosso ensino superior, o referido Decreto-Lei, criou na altura:

– As *Universidade Nova de Lisboa, de Aveiro e do Minho e o Instituto Universitário de Évora* (art. 8.^o).

– Os *Institutos Politécnicos da Covilhã, Faro, Leiria, Setúbal, Tomar e Vila Real* (art. 10.^o).

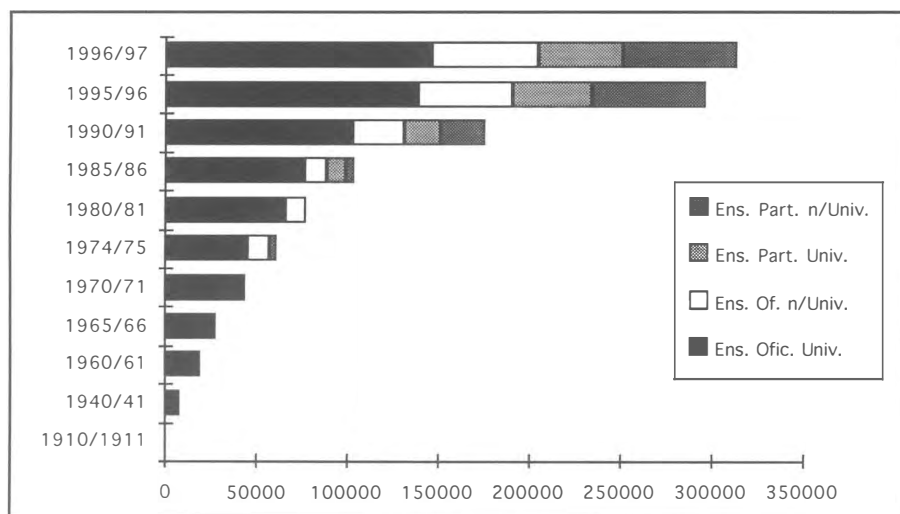
– Os *Institutos Politécnicos de Coimbra, Lisboa, Porto e Santarém, por reconversão e fusão dos institutos industriais e comerciais e escolas de regentes agrícolas existentes nestas cidades* (art. 10.^o).

– As *Escolas Normais Superiores de Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu* (art. 11.^o).

Note-se que a par da diferenciação do sistema do ensino superior em universitário e politécnico, os anos seguintes marcam, igualmente, a diversificação da rede, responsável pelo alargamento do número de instituições universitárias e de escolas politécnicas. Tal, veio a acontecer com a criação das Universidades da Beira Interior, de Trás-os-Montes e Alto Douro, dos Açores, de Évora e do Algarve. Nos finais dos anos oitenta, coube a vez à criação das universidades públicas da Madeira e da Universidade Aberta (cf. ARROTEIA, 1996).

No que concerne ao ensino politécnico, a sua afirmação e expansão progressivas foram alcançadas em 1979 (Decreto-Lei n.º 513-T/79) com a criação dos Institutos Politécnicos e de diversas escolas superiores técnicas, escolas superiores de educação e outras, nos diversos distritos do país. Em simultâneo, estabeleceu-se uma calendarização progressiva do arranque dos estabelecimentos de ensino superior politécnico, entre 1980 e 1984, que configurou a rede de estabelecimentos de ensino actualmente existentes.

EVOLUÇÃO DOS ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR



Para além de ter contribuído para o arranque do ensino superior politécnico, tal facto pesou significativamente no acréscimo da população escolar portuguesa e, sobretudo, no aumento da população do ensino superior. A comprová-lo está o facto de em menos de três décadas, o total de alunos matriculados no ensino universitário ter aumentado consideravelmente, passando de 45,0 milhares em 1974/75, para mais de 94,5 milhares em 1989/90 e para cerca de 146 milhares em 1996/97.

Entretanto, o ensino politécnico, que até aos finais da década de setenta não ultrapassou uma dezena de milhar de alunos, atingiu os 20 milhares em 1988/89 e quase 60 milhares, em 1996/97.

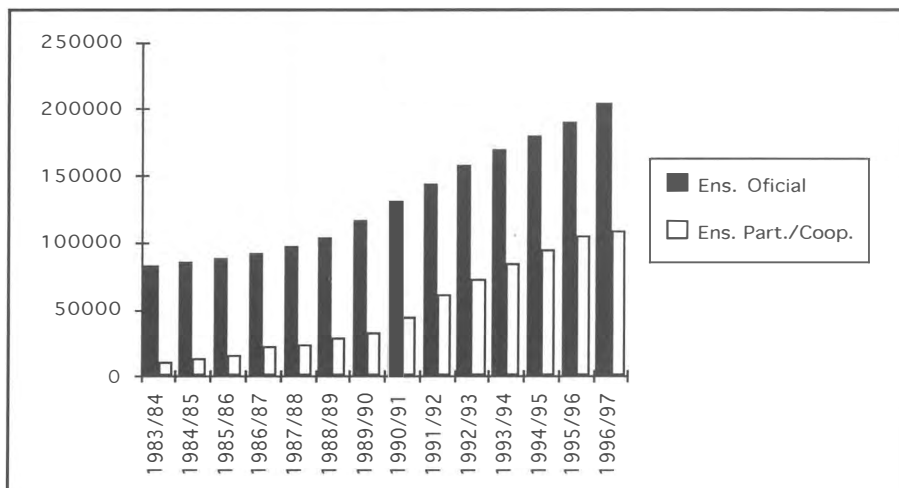
Estes os valores referentes ao ensino público. Se atendermos aos dados relativos ao ensino particular e cooperativo, verificamos o mesmo tipo de crescimento: cerca de meia centena de milhar de alunos no ensino universitário de natureza particular e cooperativo, em 1996/97, contra menos de uma dezena em 1984/85 e 61 milhares de estudantes no ensino politécnico, particular e cooperativo na mesma data, contra menos de 4 milhares, no ano de 1984/85. Os dados referentes à evolução dos alunos inscritos neste subsistema de ensino, durante a presente década, esclarecem-nos melhor àcerca desta evolução.

EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÕES	ANOS						
	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97
Ensino Público	135,350	149,667	164,433	176,242	186,291	198,775	212,726
Ensino Particular e Cooperativo	44,317	60,922	72,978	84,967	94,673	105,146	110,908
U.C.P.	7,113	7,228	8,671	8,813	9,473	9,574	10,491
Total	186,780	218,317	246,082	270,022	290,437	313,495	334,125

FONTE: M.E.

ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO OFICIAL, PARTICULAR E COOPERATIVO



Se quisermos completar os dados referidos com uma visão mais alargada do que se passou na década anterior, podemos recorrer às informações estatísticas disponíveis dos anos oitenta. É o que podemos observar na figura seguinte, que nos dá conta dessa evolução, num período que ficou assinalado não só pelo arranque do ensino superior politécnico público mas, também, pelo alargamento progressivo da rede de estabelecimentos de ensino, universitário e politécnico, de natureza particular e cooperativa.

3 – A REDE ACTUAL

A apreciação dos dados referentes à distribuição dos estabelecimentos de ensino superior, na actualidade, confirma a diversificação da rede de estabelecimentos do ensino universitário público, iniciada em 1973 quando da criação da rede das «universidades novas», e a consolidação da rede do ensino superior politécnico, criado em Dezembro de 1979 (cf. Dec.-Lei n.º 513-T/79).

Como foi notado e em relação a este último documento, podemos verificar que a rede então estabelecida contemplou a criação de um Instituto Politécnico em quase todas as sedes de distrito. Por sua vez, a diversificação das escolas foi estabelecida tendo em conta a carência de *profissionais de perfil adequado que o país carece para o seu desenvolvimento*, as necessidades regionais de mão-de-obra e a estrutura sócio-económica das regiões. Daí, as opções então tomadas relativamente aos domínios científicos e à natureza das escolas criadas nos diversos pontos do país.

REDE DE ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO – 1998

DISTritos	UNIVERSIDADE(S)	INSTITUTO POLITÉCNICO	NATUREZA DAS ESCOLAS
Aveiro	Aveiro - U.A.	U.A.	ISCA
Águeda	—	U.A.	ESTéc. e Gest.
Beja	—	Beja	ESAg; ESE., ESTéc. e Gest.
Braga	Minho U.M.	—	—
Guimarães	U.M.	—	—
Barcelos	—	Cávado e do Ave	ESGest.
Bragança	—	Bragança - IPB	ESAg, ESE., ESTéc. e Gest.
Mirandela	—	IPB	ESTéc.e Gest.
Cast. Branco - Covilhã	Beira Interior - UBI	—	—
Castelo Branco	—	Castelo Branco	ESAg, ESE., ESTéc. e Gest.
Idanha-a-Nova	—	IPCB	ESTéc.e Gest.
Coimbra	Coimbra - U.C.	—	—
—	—	Coimbra	ESAg, ESE., ISCA, ISEng.
Évora	Évora - U.E.	—	—
Faro	Algarve - U. Alg.	U. Alg.	ESE.(5), ESTéc., ESGest. Hot. Tur.
Vila Real Santo António	—	U. Alg.	ESE
Portimão	—	U.Alg.	ESGest. Hot. Tur.
Guarda	—	Guarda	ESE., ESTéc. e Gest.
Seia	—	IPG	ESTéc. e Gest.
Leiria	—	Leiria - IPL	ESE., ESTéc. e Gest.
Caldas da Rainha.....	—	IPL	ESE: ESTéc. Gest. Arte e Design
Peniche	—	IPL	ESTéc. Gest.

(Continua)

REDE DE ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO – 1998

(Continuação)

DISTRITOS	UNIVERSIDADE(S)	INSTITUTO POLITÉCNICO	NATUREZA DAS ESCOLAS
Lisboa	Lisboa	—	—
	Técnica de Lisboa	—	—
	Nova de Lisboa	—	—
	Univ. Aberta	—	—
	ISCTE	—	—
	—	Lisboa	ESE, ISCA, ISEng, ESECom. Social, ESDança, ESMús., ESTeat. e Cin.
Portalegre	—	Portalegre - IPP	ESE, ESTéc. e Gest.
Elvas	—	IPP	ESAg.
Porto	Porto - U.P.	—	—
	—	Porto - IPP	ESE, ISCA, ISEng, ESEst. Ind. e Gest. ESTéc. e Gest., ESMús. e Artes do Espect.
Vila do Conde	—	IPP	ESEInd. e Gest.
Póvoa de Varzim	—	IPP	ESEInd. e Gest.
Santarém	—	Santarém	ESAg., ESE., ESGest.
Tomar	—	Tomar	ESGest. e ESTéc.
Setúbal	—	Setúbal	ESE., ESTec., ESCiências Empres.
Viana do Castelo	—	Viana do Castelo	ESAg., ESE., ESTéc. e Gest.
Vila Real	—	Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD	—
Chaves	UTAD	—	—
Viseu	—	Viseu - IPV	ESAg., ESE., ESTéc.
Lamego	—	IPV	ESTéc.
Ponta Delgada	Açores - U. Aç.	—	—
Angra do Heroísmo	U. Aç.	—	—
Funchal	Madeira - U. Mad.	—	—

Para além dos estabelecimentos acima referidos e em relação ao ensino público, importa realçar a existência de uma rede, densa, de escolas de enfermagem, sediadas em Lisboa, Porto e Coimbra e em quase todas as demais sedes de distrito.

Por sua vez, quanto ao ensino particular e cooperativo, importa igualmente destacar a sua diversificação, em número e tipo dos estabelecimentos de ensino. Quanto à sua localização, esta ultrapassa os centros urbanos de maiores dimensões, principalmente Lisboa e Porto, realçando assim a grande democratização do subsistema do ensino superior e a grande acessibilidade física em relação à maior parte da sua rede.

Importa ainda salientar que a generalização destes estabelecimentos, tendo em conta o crescimento negativo da nossa população, poderá sugerir novas formas de re-distribuição destes estabelecimentos de ensino. Tal deverá acontecer se não forem encontradas formas de associação ou de desenvolvimento de novas actividades lectivas ou de serviço à comunidade, que ponham em causa o funcionamento da actual rede.

Tal acontece como reflexo da evolução do próprio sistema, que tendo atravessado as fases de *diversificação*, de *expansão* e de *consolidação*, se vê a braços com novos desafios e tendências, impostas pela evolução da sociedade, do seu tecido empresarial e pelos desafios da internacionalização e globalização, às quais o ensino superior não pode ficar indiferente.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO UNIVERSITÁRIO, PARTICULAR E COOPERATIVO – 1998

DISTRITOS	LOCALIDADES	UNIVERSIDADES
Lisboa	Lisboa	Univ. Cat. Portuguesa - U.C.P.
Porto	Porto	U.C.P.
Braga	Braga	U.C.P.
Viseu	Viseu	U.C.P.
Coimbra	Figueira da Foz	U.C.P.
Leiria	Leiria	U.C.P.
Lisboa	Lisboa	Univ. Autón. Luís Camões - UALC
	Caldas da Rainha	UALC
Lisboa	Lisboa	Univ. Internacional - U.I.
Coimbra	Figueira da Foz	U.I.
Lisboa	Lisboa	Univ. Lusíada - U.L.
Porto	Porto	U.L.
Braga	Vila Nova de Famalicão	U.L.
Lisboa	Lisboa	Univ. Lusófona - U. Lus.
Porto	Porto	Univ. Portucalense Inf. D. Henr.
Lisboa	Lisboa	Univ. Independente
Lisboa	Lisboa	Univ. Atlântica
Porto	Porto	Univ. Fern. Pessoa - U.F.P.
Viana do Castelo	Ponte Lima	U.F.P.
Lisboa	Lisboa	Univ. Moderna - U. Mod.
Porto	Porto	U. Mod.

De qualquer modo importa não esquecer que, à semelhança do passado, quando a riqueza das nações se avaliava pelo número dos seus moradores, hoje em dia será difícil conceber a expansão deste subsistema de ensino num quadro demográfico marcado pelo crescimento negativo dos seus habitantes, pela alteração progressiva das suas estruturas demográficas e sociais e pela mudança das formas de sociabilidade que têm marcado a evolução da sociedade portuguesa.

É este o grande desafio que hoje se coloca ao sistema de ensino superior no seu conjunto e aos demais sistemas sociais que integram a sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1996) – *O Ensino Superior em Portugal* – Aveiro, Universidade de Aveiro.
- (1998) – *Análise social e acção educativa* – Aveiro, Universidade de Aveiro.
- CARVALHO, Rómulo de (1986) – *História do Ensino em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GAGO, José Mariano (coord.) (1994) – *Prospectiva do Ensino Superior*. Lisboa, DEP - GEF/Ministério da Educação.
- GOEDEGEBUURE, LEO C. J. & MEEK, V. LYNN (1996) – «The patterns of government-university relationship change and diversity». in: *Problemas Actuais do Ensino Superior* – Porto, Universidade do Porto (Nov/1996) (Policopiado).
- NAZARETH, J. Manuel (1988) – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença.

PRISMAS DA MEMÓRIA

EMIGRAÇÃO E DESENRAIZAMENTO

Maria Armanda do Nascimento Arruda
Professora Doutora do Departamento de Sociologia
da Universidade de São Paulo

ABSTRACT

This article deals with a portuguese immigrant experience from the Açores Corvo Island, that came to Brazil in 1898, during the great population movement towards America in the nineteens. Memory turns to be the pivotal subject on the analysis, anchoring a search for the connections between singular experience and the social context, drawing the big picture on which this immigrant merged himself. Finally, the theoretical approach switches the memorialistic reconstruction and its analytical framework as one of the complementary possibilities of this paper.

«A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho..., cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética».

Pedro Nava, Baú de Ossos

Toda consideração da memória pressupõe a restauração de uma história-individual e coletiva –, de trajetórias de vida que só se singularizam ao se cristalizarem em experiências particulares, mas cujo significado último remanesce nos percursos socialmente compartilhados: no caráter simbólico da linguagem, na necessária dimensão social da experiência¹. Por essa razão, utilizamo-nos, nas nossas lembranças, de uma densa teia de significados que conformam as nossas referências no ato de recordar, nas quais o tempo e o espaço, dimensões estruturadoras da memória, estão submetidos à forma da matéria lembrada². Nos exercícios de rememoração, a história recordada esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas existentes entre os acontecimentos, presentifica as ausências³. Por isso, apesar de a memória ensejar uma história narrada⁴, a reconstrução memorialística «não precisa de matéria»⁵, no sentido preciso de que ela fia a própria substância.

Se o ato de lembrar é, concomitantemente, individual e social, fundidos numa espécie de trama indissolúvel, no processo de reconstrução de trajetórias aquele que recorda individualiza-se, à medida em que vai singularizando pessoas e situações, ao trabalhar de modo próprio as histórias vividas, inseridas em um tempo desfiado⁶. Dessa forma, se a questão da memória mobiliza inescapavelmente a consideração das formas de relacionamento entre as dimensões subjetivas do indivíduo e a sociedade, situa-se nas fronteiras da exclusiva reflexão sociológica. Em outros termos, a reconstrução, inerente à memória, pressupõe permanentemente a transformação do passado sob os influxos do presente, uma vez que as trajetórias pessoais e coletivas são incessantemente recompostas. É sempre o sujeito que lembra, é ele que significa o que foi anteriormente significado, recriando um tecido imaginário⁷. Não me parece outro o sentido das considerações que farei a seguir. Isto é, pensar a história de vida de um imigrante, português dos Açores, natural da ilha do Corvo e que emigra para o Brasil, em 1898. O meu avô, Manoel Thomé Saramago do Nascimento⁸.

O que sei sobre a história de meu avô paterno remonta à minha infância, quando convivia com ele na sua ampla casa do Rio de Janeiro, chegando da fazenda em Minas Gerais e, mais recente e decisivamente, através das lembranças de meu pai sobre a sua família portuguesa, da sua recriação literária, da sua poesia de memória familiar. Em qualquer dos casos – o meu e do meu pai –, ao reconstruímos essa saga familiar vivemos uma espécie de recomeço e de integração no seio da nossa origem, demarcamos o nosso lugar social, reforçamos nossa identidade⁹. Essa memória afetiva da exploração de um tempo determinado, da recuperação de um tempo perdido, significa voltar a «um momento do passado?, Muito mais, talvez: alguma coisa que, comum ao passado e ao presente, é mais essencial do que ambos»¹⁰. Essencial por recuperar a comunidade afetiva, movida pela comunhão de sentimentos, ancorada em motivos cuja substância se afasta das orientações puramente racionais. É na comunidade familiar que se expressa a forma mais pura da relação de natureza afetiva¹¹. É no âmbito das relações familiares que os vínculos são estabelecidos desde a origem, criando elos de caráter recíproco, instituindo relações comuns: «desejos, hábitos, lembranças de objetos circundantes que foram ou se tornaram agradáveis; lembranças de pessoas íntimas, prestativas e queridas, como o pai, caso ele viva na casa, ou os irmãos e irmãs da mãe, ou do filho, etc.»¹². Por isso, as nossas lembranças, embora existissem, «estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos»¹³.

Eu reconstruo a trajetória de meu avô a partir da narrativa de meu pai; resignifico uma experiência anteriormente resignificada por ele. Quantas camadas se superpõem? Quantos esquecimentos? Quantas lacunas foram preenchidas? «Assim, a memória e o esquecimento se relacionam na apreensão do mundo, na constituição da personalidade, na aprendizagem, na elaboração do conhecimento»¹⁴. Quantos silêncios? «Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, «não-ditos»¹⁵. Todo encadeamento é arquitetado por aquele que lembra. No caso, a biografia de meu avô Manoel Thomé, nome herdado por meu jovem irmão, há pouco falecido, e recuperado pelo meu pequeno sobrinho de menos de um ano. Não residiria aí um dos impulsos para conformar essa história na origem? Para manter viva uma lembrança e superar a morte? Uma necessidade irrefreável de permanente renascer? A matéria da memória urdida na vida e na morte. Na preservação das fotografias. «O retorno do retrato a seu próprio acervo denuncia, muitas vezes, a morte do receptor. Agora, a quem mais interessa a posse da imagem, senão ao próprio dono?»¹⁶. Regressa-se, inescapavelmente, à noção

mítica do tempo cíclico. «Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma *evocação*: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. É também a viagem que o oráculo pode fazer, descendo, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber»¹⁷.

Na história de vida do meu avô subjaz um tempo, que não se identifica com a temporalidade da memória, aquele no qual se inseriu o movimento da grande imigração para o Brasil, quando, entre 1890 e 1929, aportaram 3 523 591 imigrantes, dos quais 1 156 472 eram italianos que se dirigiam sobretudo à São Paulo; 1 033 666 eram portugueses e 551 385 provinham da Espanha; os 112 593 alemães se faziam seguir por 108 475 russos, 86 577 japoneses, 79 052 austríacos, 73 690 sírios libaneses e o restante distribuídos por várias nacionalidades¹⁸. Esse amplo movimento demográfico que configura um processo social de grande profundidade e que tinha como sentido fundamental suprir braços para a grande cultura do café conviveu, como se sabe, com outros projetos imigratórios que visavam ao povoamento e à colonização empreendida nos moldes da pequena propriedade, vertente que não se impôs¹⁹. Apesar das orientações divergentes, ambos os projetos nasceram da dinâmica agrária, pois o primeiro dirigia-se ao incremento da grande propriedade cafeicultora e, o segundo, à transformação da estrutura fundiária²⁰.

Para além desses amplos movimentos de deslocamento populacional, impõe-se considerar o destino dessas pessoas nos países que as receberam, avaliar o significado das constrictões macro-sociais impressas em trajetórias singulares. Duas ordens de problemas emergem: aqueles ligados «à mobilidade social e, de outro, à integração sócio-cultural e política», que configuram «temas entrelaçados cujos contornos são separáveis para fins analíticos»²¹. Volta-se às dimensões individuais e sociais nas quais se destacam os itinerários particulares recuperadores da vivência dos sujeitos. No caso de imigrantes, a vivência da condição de estrangeiro, da inserção em terras estranhas, reforçam a necessidade de refazer as identidades, pois «envolvem não apenas o quadro material, mas também, como Hall indicou, a natureza da vida sócio-cultural, as relações pessoais, o “estranhamento”. Algumas dessas expressões ligadas à sensibilidade não são mensuráveis, podendo ser apreendidas através de fontes infelizmente escassas, como a correspondência entre imigrantes e seus familiares no país de origem ou o depoimento dos velhos»²². Isto é, a possibilidade de narrar sobre vivências de pessoas já falecidas pressupõe a existência de um intermediário, de um mediador capaz de refazer, dar sentido e compartilhar a existência de outrem²³. Meu pai, ao fazer esse papel de porta-voz de uma memória familiar, reafirma sua identidade grupal e, assim, a dissemina. E eu, quando divido com ele essa condição, transformo-me em herdeira da herança familiar, de uma memória afetiva, reelaborada a partir de outros lugares e de outras circunstâncias.

Em toda a trajetória do meu avô, já na sua aportagem no Brasil, combinaram-se vertentes de uma experiência que suscitava reconstruções, que interpelava os seus descendentes e conhecidos. Manoel Thomé chega ao Brasil, com quase 17 anos, para ocupar um lugar junto ao complexo cafeeiro: gerenciar pequena filial em uma grande organização de comércio e exportação de café, de propriedade de seus conterrâneos do Corvo, os irmãos José e Manoel Fraga. Basta isso para conferir à sua trajetória alguma singularidade. Vem para exercer uma atividade urbana e já em posto relativamente

graduado, comparativamente às formas de inserção da massa de imigrantes. Viajou com financiamento próprio e não através das políticas imigrantistas erigidas pelo Estado; iniciou-se nas funções cidadinas da economia cafeeira, ligadas ao comércio e ao financiamento do produto. E é nesse momento de expansão da cafeicultura que se seduz pelo Brasil, revelador dos nexos inextricáveis entre a sua biografia e o movimento geral da história. Nesses primeiros anos no país, o seu percurso não se distancia dos demais imigrantes.

Chegando ao Rio de Janeiro, Manoel Thomé é imediatamente enviado para uma pequena cidade da Zona da Mata de Minas Gerais, situada em região pioneira: Santana do Manhuaçu. Meu avô acompanhou, então, o movimento do plantio, determinado pela relação entre terrenos recém desmatados e a qualidade do produto. A rápida expansão da fronteira agrícola foi responsável pela quase extinção da mata atlântica, em grande parte devorada pelo apetite insaciável das locomotivas. Os cafeeiros, de modo direto ou indireto, romperam a paisagem, alteraram o perfil das cidades, plantaram novas gentes. Finalmente, o jovem açoriano seguiu o destino comum a todos os imigrantes que pretendiam «fazer a América»: o do labor insano e da suprema valorização do trabalho. Algumas frases por ele repetidas no seio familiar são sintomáticas: «Se eu tivesse trabalhado nos Açores do mesmo modo que trabalhei no Brasil, teria conseguido êxito equivalente»; «o meu único feriado era sexta-feira santa». Relembrava o dia seguinte ao seu casamento, quando levantou-se às 6 horas da manhã para abrir os armazéns de café. Se todas essas características aproximam-no da vida do conjunto dos imigrantes, certas particularidades o diferenciam.

Quando Manoel Thomé decidiu transferir-se para o Brasil, trabalhava em próspera casa comercial de propriedade do Sr. Jesuíno, na vizinha ilha das Flores. Conta meu pai que os seus patrões tentaram dissuadi-lo da idéia de emigrar, procurando convencê-lo a recusar o convite de José Fraga. Já que não tinham filhos, prometeram-lhe a condição de futuro herdeiro dos bens. O que teria induzido então a sua decisão? Repetir parte da história da sua família e da saga açoriana, incessantemente entrelaçada à história de lugares distantes? Essa passagem é cheia de lacunas. De qualquer forma, a sua viagem quase abortou, dada a proibição portuguesa para a imigração de menores de idade desacompanhados dos parentes. O seu pai, Thomé do Nascimento, contornou o obstáculo legal, concedendo-lhe a autorização, fazendo uso da sua condição de cidadão norte-americano. A sua segunda cidadania fora adquirida no período em que trabalhou, como arpoador, nas baleiras de propriedade de americanos. A ilha do Corvo, a mais oriental do arquipélago, situada já na placa marítima da América do Norte, como as outras terras açorianas, tinha na pesca da baleia uma atividade importante. Não casualmente, a tradição açoriana da pesca da baleia pôde ser imortalizada em *Moby Dick*, de Herman Melville, que se inspirou nos arpoadores ilhéus. Cem anos depois, John Houston, quando filmou o livro, recusou-se a filmar exclusivamente no estúdio, utilizando baleeiros açorianos para realizar as cenas da pesca.

Os motivos que embasaram a decisão de meu avô remanesçam, contudo, ainda nas sombras. Esses corvinos, no entanto, revelavam alguma diferenciação. Irmãos de meu avô praticavam a pintura; um tio, irmão de seu pai, emigrou para o Chile, onde fundou a Editora Nascimento, casa editorial que já possuiu grande porte e lançou autores posteriormente renomados, como Pablo Neruda; outros membros da sua família emigraram para os Estados Unidos: um padre responsável por uma paróquia em Boston; na Califórnia, outro atingiu os postos mais altos da carreira militar. Algo de particular deveria ocorrer

na pequena comunidade corvina, capaz de suscitar em seus habitantes o interesse pela educação formal. A única informação de meu pai sobre esse assunto dava conta que o meu avô fizera os seus estudos, ao mesmo tempo em que ajudava seu pai nas lides agrícolas, em sua ilha natal. Recentemente, em curta viagem aos Açores, descobri que, em meados do século XIX, foi fundada uma instituição escolar com certa solidez no Corvo. Eliminou-se o analfabetismo e formou-se uma biblioteca que contém, atualmente, 10 000 volumes, cujo acervo é bastante diferenciado e relativamente o mais consultado em todo Portugal. Os 366 corvinos parecem ver na leitura uma forma de ultrapassar aquele mundo tão acanhado.

Nove anos após a sua chegada ao Brasil, Manoel Thomé casou-se com Guiomar de Almeida Rosa Pinheiro, descendente de tradicional família brasileira, do mesmo tronco do Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa, plenipotenciário brasileiro na Guerra do Paraguai, poeta e jornalista.

O casamento, realizado já na cidade de Carangola, cidade mais próxima do Rio de Janeiro do que Santana do Manhuaçu, representou um novo momento na trajetória de Manoel Thomé. A transferência para um dos centros cafeicultores mais importantes do Estado de Minas Gerais e para uma cidade bem maior significou efetiva ascensão social²⁴. Mudara-se para Carangola para dirigir a filial da *Fraga e Irmão*, uma vez que os proprietários residiam, desde o início do século, no Rio de Janeiro, em substituição ao sobrinho dos donos e em função do êxito que obtivera na direção da pequena casa comercial de Manhuaçu. Através do casamento, Manoel pôde ampliar a sua rede social, ao participar de uma família extensa, enraizada e benquista. Possivelmente, deriva da convivência com a família da mulher o comportamento em moldes patriarcais que o caracterizava. Com esse casamento, aliás, o meu avô seguiu o caminho corrente de muitos imigrantes enriquecidos: a união em famílias distinguidas mas em processo de descenso social, comum em São Paulo entre os descendentes de italianos e os chamados clãs tradicionais.

A sua nova condição em Carangola, de sócio da empresa, permitiu-lhe trazer, em 1922, toda a sua família corvina e integrar os irmãos nos negócios do café. Outros parentes açorianos foram por ele encaminhados, bem como pessoas da família de sua mulher. Esses episódios afiguram-se em sintoma de uma segunda fase na biografia de Manoel Thomé, momento no qual ele pôde construir uma nova identidade. Ao se enraizar no Brasil, enriquecer e constituir família, meu avô vê esmaecida a antiga situação de imigrante. O seu movimento de inserção é nítido. Ao trazer toda a família, não se punha mais a possibilidade de retorno. A sua «identidade brasileira» exprime certa superação do estranhamento, embora no caso de portugueses, pelo menos em princípio, a intensidade do sentimento de pertencimento a uma comunidade de estrangeiros deva ocorrer com menos intensidade. Entre brasileiros e portugueses permanece a sensação de um substrato cultural comum, referendado pelo idioma. Quem sabe, por isso mesmo, aprofunde-se a percepção do apartamento. Como é reconhecido, apesar dos libelos em nome da identificação, se algo da cultura portuguesa nos escapa, por que o mesmo não ocorreria aos portugueses, acentuado em meu avô pela origem açoriana? Lembro-me de um episódio da minha infância, transcorrido no Rio de Janeiro, durante um programa de televisão sobre Portugal. Na penumbra da sala, o meu avô mal escondia as lágrimas, quando os seus olhos revisitavam as paisagens portuguesas. Apesar de o retorno possivelmente não estar em seus planos, seria verdadeiramente factível? «Migration is a one way trip. There is no "home" to go back to»²⁵.

Distanciou-se de sua acanhada comunidade corvina, ao viver o papel de homem bem sucedido e que explicava o seu êxito em função do trabalho sistemático e perseverante. Integrou-se ao novo contexto, não mais como membro de uma massa amorfa de estrangeiros, mas enquanto sujeito que se separou e se distinguiu, individualizando-se. Ao participar das atividades empresariais, Manoel Thomé, incontornavelmente, orientou a sua conduta por princípios racionais vigentes no mercado, conformadores da dimensão societária, em paulatino recrudescimento no Brasil a partir da Independência e, em franco processo de dominância, desde a economia do café²⁶.

O terceiro momento da trajetória de meu avô, desdobramento palpável do segundo, ocorreu com a mudança da família para a capital da república, em 1923, onde passará a exercer o comando da empresa, uma vez que os antigos donos transferiram residência para a Europa. José Fraga adquiriu uma Quinta em Lisboa e Manoel um palacete em Nice, onde passou à condição de representante consular de Portugal. No Rio, a convivência da família amplia-se e passa a abranger o mundo político e das altas camadas. A associação posterior com o ex-Presidente Arthur Bernardes, numa empresa de distribuição de energia elétrica para o Espírito Santo e região contígua do estado de Minas Gerais, revela a profundidade da sua integração e a diversidade dos seus empreendimentos, assim como a sua participação como acionista do Banco Português do Brasil. Os negócios do café, todavia, sempre ocuparam o centro das suas atividades, como se pode entrever na atuação em defesa dos interesses desse ramo da economia, através do exercício da presidência do comércio de café e da bolsa de mercadorias do Rio de Janeiro. Nessas três fases da sua vida, Manoel Thomé exprime, de modo paradigmático, o que Florestan Fernandes denominou de formação do ethos burguês, nascido da diversificação da esfera mercantil, cujo epicentro localizava-se no Rio²⁷. No processo de transformação do capital mercantil sediado no Rio de Janeiro, foi decisivo o papel da cafeicultura mineira. «Com o desenvolvimento do café na Zona da Mata, a dependência em relação ao Rio de Janeiro acentua-se, dado que a comercialização do produto era integralmente realizada no porto carioca, onde também se encontravam as casas bancárias e comissárias que forneciam o capital necessário para a reprodução da atividade cafeeira. Destaque-se, ainda, que a elite matense era tributária dos padrões sociais e culturais da Corte»²⁸.

A fixação no Rio representou, então, um desdobramento previsível do caminho que vinha trilhando, ao acompanhar os passos do café produzido em Minas Gerais. Dominada pelo capital mercantil que lhe extraía parte substancial do excedente, cujos rendimentos eram transferidos para a capital, a economia mineira do café não conseguia manter o mesmo dinamismo da paulista e tendia à estagnação²⁹. Residia aí outra particularidade na forma de inserção do meu avô açoriano, ocorrida não no centro vital do complexo cafeeiro, mas num espaço menos dinâmico, numa região na qual a imigração não foi dominante, uma vez que a força de trabalho fundamental era escrava e, no período pós-abolição, compôs-se essencialmente de egressos do cativo³⁰. A singularidade do café em Minas frente ao de São Paulo não impediu, no entanto, que Manoel Thomé se tornasse pessoa proeminente na gestão dos interesses dessa economia e nem mesmo, tempos depois, que o meu avô materno, Juvenal Baptista de Almeida, obtivesse êxito semelhante, palmilhando o mesmo chão. A grande clivagem no seu percurso de imigrante que fez a América ocorreu por motivos aparentemente externos aos seus negócios, se é que é possível separar facetas de uma mesma pessoa.

Após uma viagem à terra natal, meu avô passou por uma profunda transformação espiritual. Indiferente, até então, às questões religiosas tornou-se um cristão fervoroso,

muito próximo do catolicismo tridentino, devoto de Nossa Senhora e dos Santos da Igreja. Os motivos dessa profunda mudança nunca me foram suficientemente esclarecidos. O retorno ao Corvo teria sido vital. Tinha, então, quarenta e um anos. Conta-se que para passar o tempo naquela terra isolada, começou a ler a vida dos santos, na falta de textos de maior interesse. Tornou-se um hábito. Lembro-me da leitura diária realizada por meu avô do *Ano Cristão*, no qual cada dia era abençoado por um santo diferente. Nesse quarto momento, correspondente à fase mística, Manoel Thomé reorientou radicalmente a sua vida. Dirigiu-se para a caridade cristã, para a prática das regras religiosas, para o apostolado leigo. A nova ética impulsionou-o para a penitência, para a ação caritativa na Sociedade São Vicente de Paula, para a participação na Beneficência Portuguesa. A partir daí, passou a custear a educação de seminaristas, a colaborar na construção de igrejas, na ereção de altares e até mesmo a doar seus bens. Cobrava infimos aluguéis nos seus imóveis e essas reduzidas parcelas transformavam-se, por vezes, em módicas prestações computadas para a aquisição final dessas propriedades por seus locatários. Os seus novos princípios fizeram-no conceber a riqueza como pecado. Repetia sempre: «É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha, do que o rico entrar no reino dos céus».

Esse último momento representou a negação de todos os anteriores. É a fase do afastamento do ethos capitalista, da recusa da sua herança brasileira, daquela que o singularizou. A adesão religiosa significou, simbolicamente, o reencontro com a sua comunidade originária, com os Açores e seus habitantes fervorosos, com a sua pequena ilha das procissões e festas sacras, para as quais ele sempre enviava doações. A realização dessa nova viagem no tempo, em direção ao passado, permitiu-lhe reencontrar misticamente as origens, mas já em outro espaço. Diante da impossibilidade do retorno, é como se a Igreja passasse a ocupar o lugar da sua pequena ilha, refeito na tessitura dos laços comunitários, transformado no seu arquipélago. O empresário Manoel Thomé tornou-se um crente humilde, figurado na poesia de seu filho, meu pai:

*«De quantos pobres enxugastes o pranto?
E vencedor fazias-te vencido»³¹.*

E reencontrou o seu pai, profundamente pio, que não saía ao mar sem antes assistir à missa, cinzelado pelos versos do neto:

*«Foi Thomé do Nascimento
Arpoador de baleias.
Por marés mansas ou cheias
Navegou com aquele intento
no sistema antigo: 'à mão'.
Firme nos braços o arpão,
mas no pescoço o rosário...
Como labutou no oceano,
aportando em todo o mundo,
tinha um sentido profundo
da vida esse açoriano.
Era simples, puro e crente,
fé mais firme que um rochedo»...³².*

E recuperou, em terras distantes, a sua raiz açoriana que jamais abandonou a sua mãe, após muitos anos no Brasil:

*«Maria que tinha afago
pros netos e cafuné
Portuguesa dos Açores
Sobre a cabeça mil flores
dos lenços e fantasia.
Vivia sempre à porfia
De vencer o seu rosário,
no seu costume diário,
debulhando-o debulhando,...
Mas tinha o vício nefando
de cheirar o seu tabaco,
escondido em seu casaco...
Morreu no Brasil saudosa..
Olhos distantes no pélagos
onde se plantava airosa,
Sua ilha do seu arquipélago»...³³.*

Maria, a bisavó Saramago, sonhava incessantemente com a sua terra. Não parecia gostar do Brasil, pois dizia: «Aqui ninguém joga Saramago em cima de mim». Sentia-se desenraizada, até perdera a forma elementar da sua identidade, o nome de família. Os bisavós deslocaram-se no espaço, mas não completamente no tempo. Não se desenraizaram de modo pleno. No Brasil, recém saído da escravidão, preservaram o costume de convidar à mesa os criados, para grande escândalo da nora, minha avó e da sua família, antiga proprietária de cativos. Se interpelados sobre a exotividade desse hábito, respondiam: «todos nós somos filhos de Deus». Repetiam, sem o saber, os princípios cristãos baseados na universalidade abstrata que, segundo Hannah Arendt, encontram-se na base da noção de igualdade do Ocidente³⁴.

O meu avô, quando levou a sua fé ao limite, questionou radicalmente os princípios do capitalismo, exprimindo aquele afastamento, salientado por Max Weber, entre catolicismo e ética da acumulação, resultando em maior distanciamento dos bens mundanos³⁵. Apesar do caráter inabalável da sua fé, era magnânimo com aqueles que se afastavam da moralidade do catolicismo tradicional. O Deus misericordioso do Novo Testamento dava suporte a sua crença. Quando nós, os netos, incorriamos em falta, a pena que nos impunha era a oração reparadora, cuja extensão era proporcional à gravidade do erro. Repetia sempre: «a oração representa a força da humanidade e a fraqueza de Deus». O seu Deus era, portanto, diverso do Deus calvinista e dos preceitos puritanos que excluíram o «ciclo essencialmente humano dos católicos, de pecado, arrependimento, reparação, relaxamento, seguidos de novo pecado»³⁶. Os netos, purificados pelas orações, voltavam a repetir as antigas artes. Se essa última fase da sua vida pode ser simbolizada pelo retorno à cultura açoriana, ela combina-se, paradoxalmente, à afirmação da sua individualidade formada no Brasil.

Há sempre um certo isolamento na busca da salvação, embora meu avô, diversamente do puritano de Bunyan, quisesse extendê-la a todos das suas relações³⁷. De qualquer modo, os efeitos do seu afastamento do mundo espraiaram-se permeando

o seu círculo familiar. Como minha avó terá absorvido essa mudança radical na sua vida? O que significou para a família a experiência do descenso social? Essas são outras histórias de muitas personagens que se construíram, em parte, de modo tributário às escolhas de meu avô. Pessoas externas ao seu grupo de parentesco também tiveram sua vida alterada por ações dele imanadas; encontram-se entre elas aqueles que caminharam de joelhos até o seu caixão. Manoel Thomé morreu aos 91 anos, em 17 de junho de 1973, quando o Brasil vivia o ápice do chamado milagre econômico, período inequívoco de expansão desabrida dos valores mais puros do capitalismo, a partir do qual orientações guiadas pela tradição perderam lugar.

A recomposição da sua biografia, reconstruída em perspectiva prismática, simboliza um momento da história brasileira; a rememoração da sua vida testemunha a marca indelével deixada entre os seus descendentes. Como Natalia Ginsburg, em seu magnífico *Léxico Familiar*, sonhei sempre em escrever um livro sobre aqueles entes queridos que me rodeavam e em torno dos quais eu circulava. Mas como ela diz, o livro escrito é somente uma parte, «porque a memória é lábil, e porque os livros extraídos da realidade freqüentemente não passam de tênues vislumbres e estilhaços de tudo o que vimos e ouvimos»³⁸. Neste rastreio do imaginário que circunda o meu já mítico avô, nem sequer um livro escrevi. Por quê? Talvez, porque «a maior parte da nossa memória não está em nós». Ou melhor, está oculta aos nossos olhares desarmados, revelando-se «numa viração de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro duma primeira labareda, em toda parte onde encontramos de nós mesmos o que a nossa inteligência desdenhara, por não lhe achar utilidade, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossa lágrimas parecem estancadas, ainda sabe fazer-nos chorar»³⁹. Ficou muito de meu avô, e sua rememoração não é apenas uma «esmagadora oportunidade poética».

NOTAS

¹ Sobre a dimensão social da memória, HALBWACHS, M. – *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris, Felix Alcan, 1925; *La Mémoire Collective*. Paris, PUF, 1950.

² Sobre tempo e espaço como dimensões estruturadoras da memória, HALBWACHS, M. – *La Mémoire Collective*, *opus cit.*, capítulos III e IV

³ Sobre a diferença entre o tempo da memória e o tempo histórico, *Ibidem*, capítulo III.

⁴ Sobre a relação entre narração, memória e experiência, BENJAMIN, Walter – «O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov». In: *Obras escolhidas, magia e técnica, arte e política*, 2.^a edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

⁵ CONY, Carlos Heitor – *Matéria de Memória*. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, Ed. Civilização Brasileira, Ed. Três, 1973, p. 43.

⁶ Sobre a dimensão de trabalho da memória, Bosi, Icléa – *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

⁷ Utilizo a noção de imaginário na acepção de Cornelius CASTORIADIS, Cf. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, 2.^a edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986, esp., capítulo III.

- ⁸ Três condições foram indispensáveis para que esse texto pudesse ser escrito: o acicate permanente de José Jobson Arruda, meu marido; a matéria memorialística de meu pai, José do Nascimento; e finalmente, a leitura de Modesto CARONE – «Resumo de Ana», *Novos Estudos Cebrap*, n.º 25, outubro de 1989, pp. 215-232, um inspirado e sensível lembrar de sua avó.
- ⁹ A esse respeito conferir o excelente trabalho de Myriam Moraes Lins de Barros – «Memória e Família», *Estudos Históricos*, 3, Memória. Rio de Janeiro, Editora Vértice, 1989, pp. 29-42. «Reconstruindo a mesma situação que alguns viveram com seus avós, os entrevistados vivem um recomeço e também um momento de integração», p. 36.
- ¹⁰ Proust, Marcel – *O tempo redescoberto*. Trad. de Mário Quintana, Porto Alegre, Ed. Globo, 1958, p. 125.
- ¹¹ Cf. WEBER, MAX – *Economia y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. Vol. I, 2.ª edição, México, fondo de Cultura Económica, 1969, p. 33.
- ¹² TONNIES, Ferdinand – «Comunidade e Sociedade», In: *Para Ler Ferdinand Tönnies*. Orlando Pinto de MIRANDA (org.), São Paulo, EDUSP, 1995, p. 235.
- ¹³ Halbwachs, Maurice – *Le Mémoire Collective*, *opus cit.*, p. 65.
- ¹⁴ Lapiere, Nicole – «Dialectique de la Mémoire et de l'Oubli», In: *Communications. La Mémoire et l'Oubli*, n.º 49, Paris, Seuil, 1989, p. 81.
- ¹⁵ Poliak, Michael – «Memória, Esquecimento, Silêncio», *Estudos Históricos*, *opus cit.*, p. 8. Ver como exemplo extremo da impossibilidade de narrar: CARDOSO, Irene – «Os Silêncios da Narrativo». *Tempo Social; Rev. Sociologia da USP*, São Paulo, 10(1); maio de 1998, pp. 9-17.
- ¹⁶ BARROS, Myriam Moraes Lins de, *opus cit.*, p. 38.
- ¹⁷ Bosi, Icléa; *opus cit.*, pp. 47-48.
- ¹⁸ Dados retirados de PETRONE, Maria Tereza Schorer – «Imigração», In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, *O Brasil Republicano*, 2.ª vol., *Sociedade e Instituições (1889-1930)*, Boris FAUSTO (org.), 2.ª edição, São Paulo, Difel, 1978, pp. 100-101.
- ¹⁹ *Idem*, *ibidem*, pp. 96-97.
- ²⁰ *Idem*, *ibidem*, pp. 96-97.
- ²¹ FAUSTO, Boris – *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, Ed. Sumaré, 1991, p. 14.
- ²² *Idem*, *ibidem*, p. 22.
- ²³ «A figura dos mediadores ganha uma função fundamental na manutenção da identidade grupal. Apresentados como elo vivo entre gerações, os mediadores transmitem a história de um passado vivido e experimentado», BARROS, Myriam Moraes Lins de, *opus cit.*, p. 33.
- ²⁴ O Município de Carangola ocupava o terceiro lugar na produção de café em Minas Gerais, Cf. LIMA, João Heraldo; *Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981, p. 28.
- ²⁵ HALL, Stuart – «Minimal Selves». In: APPIGNANESI (ed.), *The Real Me. Post-Modernism and the Question of Identity*. ICA Documents 6, Londres, ICA, 1987, p. 14. Devo a Veronica Aravena Cortes a referência e acesso a essa obra.
- ²⁶ «O mercado, e a economia de troca nele fundada, é o tipo mais importante de uma influência recíproca da ação pela pura e simples situação de interesses, coisa característica da moderna economia – Max WEBER, *opus cit.*, p. 35. «Em consequência, não encontramos na sociedade atividades que poderiam ser derivadas de uma unidade anterior e necessariamente existente. Nenhuma ação, portanto, realizada pelo indivíduo expressa a vontade e o espírito da unidade coletiva, e, assim, ele a realiza para si próprio ou para aqueles com os quais se encontra associado», Ferdinand TONNIES, *opus cit.*, p. 252. A respeito das orientações racionais, características da constituição da «ordem social competitiva», a partir da Independência, Cf. Florestan FERNANDES – *A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975.
- ²⁷ *Idem*, *ibidem*, especialmente cap. 4.

- ²⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte – *A Transformação do Trabalho*. São Paulo, Ed. da UNICAMP, 1988, p. 34.
- ²⁹ Cf. LIMA, João Heraldo – *opus cit.*, p. 18. «A produção mineira de café cresce até aproximadamente 1880-1881, cessa a sua expansão nesta década para retomá-la finalmente entre 1890-1905», *idem, ibidem*, p. 19.
- ³⁰ Cf., LANNA, Ana Lúcia Duarte – *opus cit.*, especialmente capítulo II.
- ³¹ ROSA, Jonas – «Meu Pai». In: *Via Palavra 3*. Americana, Caminho Editorial, 1997, p. 236.
- ³² *Idem*. «Relembrações de Família». In: *Talvez Poesia. O Reverso dos Versos*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1991, pp. 67-68.
- ³³ *Idem, ibidem*, p. 67.
- ³⁴ Cf. ARENDT, Hannah – *On Revolution*. Londres, Pelican Book, 1973, cap. 1.
- ³⁵ Cf. WEBER, Max – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Editora Pioneira, 1967, p. 23.
- ³⁶ *Idem, ibidem*, p. 82.
- ³⁷ Sobre o profundo isolamento espiritual do puritano, *idem, ibidem*, p. 74. Sobre os tempos turbulentos vividos por Bunyan e que, segundo Christopher Hill o predisuseram e informaram a sua escrita além de formar a sua personalidade, Cf. Christopher Hill – *A Turbulent, Seditious, and Factious People, John Bunyan and His Church*. Oxford, Clarendon Press, 1988, especialmente pp. 155 e segs.
- ³⁸ GINSBURG, Natalia – *Léxico Familiar*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1989, Advertência.
- ³⁹ Proust, Marcel – *À Sombra das Raparigas em Flor*. Trad. de Mário Quintana, Porto Alegre, Editora Globo, II volume, 1958.

LINHAGENS HISTORIOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS POR UMA NOVA SÍNTESE HISTÓRICA

José Jobson de A. Arruda
Professor Titular de História Moderna da USP
São Paulo – Brasil

ABSTRACT

This article deals with the historiography of the last five centuries. More precisely, it shows the birth of the New History in the seventies its subordination to the anthropological methods and discuss the future destination of History as a new synthesis that interlaces old and new history, economic and cultural approaches, analysis and description, reflection and narration, concepts and signs, sense and sensibility.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA

O enfrentamento desse tema pressupõe, antes de tudo, uma reflexão sobre a natureza da historiografia ou a História da História. Em síntese, a História se refere tanto ao conjunto da produção humana, ações e/ou práticas humanas concretas, quanto à obra histórica, ou seja a História-Conhecimento. Não obstante, quando nos referimos à «obra histórica», ou à produção de obras de História, o termo passa a ter também o significado de «resultado de uma investigação». Por decorrência, um subproduto imediato do termo é o próprio «ofício do historiador».

Cabe à historiografia, não uma reflexão sobre a História, enquanto um conjunto da produção humana, mas sobre o conhecimento da História, ou seja, a reflexão sobre a produção histórica ou, em termos correntes, sobre as obras históricas, como quer Carbonell. Vale dizer, o debruçar-se sobre a História-Conhecimento. Nestes termos, nenhuma reflexão sobre a produção histórica pode descuidar-se dos circunstanciamentos mais gerais que são também históricos e que estabelecem a conexão entre autor-obra-meio, ou seja, a sociedade.

Neste passo, é preciso ter em conta que os fundamentos do conhecimento da História residem na ultrapassagem do «eu» e do «tu», para o «nós». Equivale dizer, como ensina Goldmann, que o embasamento ontológico da História é a «relação do homem com os outros homens, o fato de que o «eu» individual só existe enquanto pano de fundo da comunidade»¹. Por esta razão, a consciência histórica, que é parte fundante do conhecimento da História, pressupõe a ultrapassagem do «eu individualista» e é, concomitantemente, um dos principais caminhos para realizar essa superação.

Neste sentido, o historiador tenta compreender as ações práticas dos homens, os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tinham seus comportamentos e ações. O historiador opera diante de ações realizadas, cuja significação procura desvendar. No entanto, a História encontra-se permeada não apenas por significações atribuídas pelos homens às suas ações e expressa nas suas intenções, mas também por uma significação objetiva. Delineia-se por esse meio um duplo plano, que é preciso apreender no tecido da História: o das práticas dos sujeitos e suas formas de consciência e o da realidade objetiva, isto é, da significação objetiva.

A análise historiográfica ou a apreensão historiográfica deve esforçar-se por integrar a compreensão da História obtida pelas obras históricas, a História das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, da consciência ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas em apreço.

A abordagem historiográfica é, portanto, aparentada da teoria da ideologia e da sociologia do conhecimento. Não a concepção banal de ideologia, segundo a qual a ideologia é a teoria dos adversários². Mas a concepção proposta por Georges Dumézil, que considera a ideologia como a estrutura conceitual, consciente e inconsciente, que sustenta uma sociedade³, e que Louis Dumont entende como o conjunto das idéias e valores comuns numa dada sociedade⁴, por meio das quais tomamos conhecimento dos dados filtrados através de uma grade que nos leva a selecionar alguns e outros não. A possibilidade de fugir a estes equacionamentos é uma grande ilusão.

Por outro lado, a aproximação com a sociologia do conhecimento prescinde da conexão entre o conhecimento e as diferentes formas de inserção social dos historiadores. Esta especial inserção orienta a atenção, o interesse, para determinados problemas, para a formulação teórica, para a fixação de pressupostos e valores que afetam, em certo grau, a escolha dos materiais e os problemas, intervindo diretamente no processo de investigação⁵. Revifica-se a frase de Benedetto Croce, toda História é uma História contemporânea.

Neste contexto, a reflexão historiográfica pressupõe, necessariamente, o reconhecimento dos limites científicos da produção dos historiadores que, em última instância, são os limites científicos da própria ciência humana, o que reforça a dimensão do circunstanciamento ideológico no processo de conhecimento e que teria levado Pomian a afirmar que «para a História da História, a História não é uma ciência. Ela se situa antes, do lado da ideologia»⁶.

Se achamos que a História deva compreender alguma coisa e não apenas descrever, ela se encontra inexoravelmente atrelada ao próprio desenvolvimento do pensamento científico. Para os historiadores da Alta Idade Média, os acontecimentos dos quais não se participava, e nem se testemunhava, não poderiam ser conhecidos. Já no século XVII, o conhecimento, sem o testemunho, é julgado possível, sobretudo por eruditos, como por exemplo Mabillon, delineando-se uma clara relação entre o avanço do conhecimento da História e a revolução científica dos séculos XVI e XVII. Define-se aí as obrigações profissionais dos historiadores e a idéia de que é possível olhar sobre o passado de forma objetiva. A gênese da reflexão historiográfica estaria assim na base do desenvolvimento do pensamento científico, porque dela não pode estar ausente a perspectiva de avaliação, de classificação segundo critérios determinados. A reflexão sobre a produção histórica tem como base a ruptura da episteme (conhecimento/ciência), para

usarmos a expressão de Foucault, ruptura esta da qual emergem as Ciências Humanas. Nesta perspectiva, «o homem nunca surge na sua positividade sem que esta seja logo limitada pelo ilimitado da História»⁷, repondo de maneira sempre renovada os problemas da investigação histórica. O ilimitado da História é o ilimitado do conhecimento sobre ela e o ilimitado da reflexão sobre esse conhecimento, o que significa reconhecer que as relações entre a produção cultural e a própria História que a produziu são conexões complexas e que escapam, frequentemente, a uma abordagem assente em critérios rígidos de classificação.

NOUVELLE HISTOIRE E NOVA NOUVELLE HISTOIRE

É no escopo destes circunstanciamentos que abordamos o fenómeno «Nouvelle Histoire», entendido como um *continuum* encadeado pela sucessão de gerações de historiadores que dominaram o poder historiográfico em quase todo século XX, como entende Coutau-Begarie⁸, ou como um corte que faz diferir essencialmente a Nova História Social da sua matriz geradora, a *Nouvelle Histoire*, expressa nos manifestos de Le Goff e Nora e, sobretudo, na diferença essencial entre duas obras fundantes: o *Mediterrâneo* de Braudel, de 1949, e *Montaillou* de Leroy Ladurie, publicada em 1975.

As condições para emergência da *Nouvelle Histoire* tornaram-se propícias já no final dos anos 20, quando os paradigmas positivistas de Langlois e Seignobos começaram a ser colocados em xeque na França. Marc Bloch e Lucien Febvre, professores em Strasbourg, influenciados pela historiografia⁹ alemã, iniciaram o movimento que imediatamente acolheu novos parceiros, Fernand Braudel e Ernest Labrousse, tendo na revista *Annales* um veículo essencial de difusão das novas idéias e uma estratégia de ação que passava pela formação de estudantes, de sua alocação nos postos universitários, pela multiplicação de artigos metodológicos, de debates, de textos, de teses, com a «finalidade de se apresentar às disciplinas concorrentes como a imagem de uma História nova e dinâmica e, assim, legitimar a reivindicação de um lugar central». A vitória das idéias passava pela instalação sistemática dos discípulos das novas concepções no aparelho universitário e o controle da *media*, das casas editoriais, com vistas a monitorar a produção histórica destinada ao público. Um exemplo notável deste poder historiográfico é o êxito retumbante e largamente merecido da obra capital de Fernand Braudel, publicada em 1949, e o ostracismo quase absoluto da obra de Philippe Ariès, *Histoire des populations françaises et leurs attitudes devant la vie*, publicada em 1948, que trazia inovações consideráveis para o estudo das mentalidades e que poderia ter, precocemente, deslocado o poder dos historiadores economistas no grupo dos *Annales* e favorecido os estudos que ficaram emudecidos por uma década, pelo menos. A diferença é que Braudel tinha o apoio de Lucien Febvre, dos *Annales*, da VI Seção da Escola de Altos Estudos, enquanto Ariès era um pesquisador isolado, um especialista em geografia tropical, não formava alunos, nem tinha meios para difundir suas idéias.

Como grupo gerador de idéias e com projeto hegemônico, a Escola dos *Annales* utilizou todos os meios clássicos conhecidos para se impor: a desvalorização dos predecessores, o afastamento dos adversários que foram excluídos da ribalta e a cooptação daqueles que poderiam ser assimilados. A *Nouvelle Histoire* ensaiava seus passos na direção da *media* e da esfera do sagrado. Braudel tornou-se progressivamente uma figura mitológica, juntando-se a Bloch e a Febvre no panteão dos novos historiadores, com a diferença de que sua canonização começou ainda em vida¹⁰.

A desconstrução e a construção de um novo cânon, no concerto da *Nouvelle Histoire*, já se anunciava em 1971 quando Pierre Nora, profundamente influenciado pelas idéias de Michel Foucault, dá início à publicação de uma nova coleção, sugestivamente intitulada *La Bibliothèque des Histoires* e não *La Bibliothèque de Histoire*. Era evidente a inflexão epistemológica. No lugar de uma grande História, pequenas e variadas histórias. François Dosse, lembra que o texto da apresentação da coleção, vincado pela filosofia foucautiana, anunciava a implosão da História, a emergência de novas interrogações fecundadas pelas ciências sociais vizinhas, a extensão ao mundo da consciência histórica que tinha sido privilégio da Europa, novos métodos, novos recortes do passado e novos objetos. Lembra, ainda, que Nora e Foucault explodiram em gargalhadas quando souberam da crise de raiva que se apossara de Braudel diante do manifesto. O corte é evidente. Era a profanação de Braudel e de tudo que representava a velha *Nouvelle Histoire* em face da realmente nova *Nouvelle Histoire*.

A publicação, em 1974, da coletânea *Faire de L'Histoire*, dirigida por Le Goff e Nora, consolida as posições. Consuma-se o assalto aos velhos postulados. Fala-se em «novos problemas que obrigam a repensar a própria História; novas aproximações que modificam, enriquecem, revolucionaram os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história»¹¹. Apelava-se à cooperação entre as ciências humanas, a antropologia, as ciências econômicas, a sociologia e a psicanálise, evidenciando o papel distinguido dos métodos quantitativos, aplicados sobre uma base documental seriada, alargando-se o campo de observação do historiador. Le Goff reafirmava sua convicção de estar diante de uma nova história. Não a história de uma equipe ou de uma escola. Sem nenhuma ortodoxia, apresentava-se totalmente aberta¹². Isto se fazia em defesa da História, considerando-se que a posição ocupada por ela até então – a condição de ser uma ciência capaz de explicar a dinâmica histórica –, vinha sendo invadida por suas vizinhas de contornos mal definidos, ameaçando aspirá-la, dissolvê-la, não lhe restando outra alternativa que não fosse abdicar de sua vocação globalizadora em favor de uma história geral, de um espaço de dispersão.

Literalmente, a nova história poderia fazer-se sem os homens, à qual, sob o império das idéias de Foucault, aderiu mais ao procedimento do que à explicação. Interessava o como, muito mais do que o porquê. Enfatizava-se a dimensão descritiva do arquivo, prevalecendo um certo positivismo, fortemente criticado por Pierre Vilar na mesma coletânea *Faire de L'histoire*¹³, e que prodigalizou a Nora um sério contencioso que lhe coube administrar, envolvendo Vilar e Foucault, que exigia a retirada das críticas feitas por Vilar em seu texto, na segunda edição do livro, exemplificando com notável transparência mais uma das facetas do poder historiográfico¹⁴.

Se o propósito da nova *Nouvelle Histoire* era a ampliação de seu território com vistas a impedir a aspiração da História pelas demais ciências, deu-se exatamente o inverso, quando pensamos a natureza dos novos procedimentos, seus temas, *vis-a-vis* da antropologia e da etnologia. É uma rendição. «Trata-se sempre de descobrir a figura do Outro, não em lugares distantes, mas a alteridade no próprio interior da civilização ocidental, nas profundezas do passado»¹⁵, em decorrência, a sensibilidade histórica volta-se para os domínios da história cultural, do estudo das mentalidades. O exemplo mais acabado desta história científica e antropologizada é *Montaillou*, de Ladurie, que vendeu mais de 300 mil exemplares, assegurando o êxito da antropologização do discurso histórico, presente nos textos sobre a sexualidade, a família, o medo e a morte.

Assume-se que antropologia e etnologia são termos sinônimos para os novos historiadores. Em Le Goff é o estudo do homem cotidiano, em André Burghière o estudo dos costumes, gestos, ritos, pensamentos e comportamentos e, em Carlo Ginsburg, a ciência do vivido, portanto, história. Os precursores desta antropologia histórica remontam a Marc Bloch, Norbert Elias e Johan Huizinga¹⁶. Depois de uma manifestação explícita em favor da história antropológica em 1972, Le Goff muda, em 1976, o nome do seminário da IV Seção de *Histoire et Sociologie de l'Occident Médiéval para Antropologie Historique de L'Occident Médiéval*. Um balanço feito por Le Goff sobre a história medieval na França, no ano de 1992, apontava mais de 120 títulos inscritos na temática da antropologia histórica.

O olhar do historiador sobre a história, informado pela etnohistória, dá-lhe melhor compreensão do que há de litúrgico nestas sociedades históricas, obrigando-o a recorrer a uma diferenciação de tempos na história, realçando o papel dos fenômenos tradicionais, cuja evolução somente pode ser captada no nível da longa duração¹⁷. Por isso, o tempo longo de Braudel é o tempo privilegiado dos novos historiadores, da nova história. Os tempos médios, estruturais, são descartados e o tempo curto, dos eventos, é remetido aos movimentos longos. Subsumidos pela antropologia restropectiva, o cardápio está pronto, não restando aos novos historiadores mais do que explorações, invenções historiográficas¹⁸. É a história da alimentação: hábitos, gostos, sensibilidade. Do corpo: constituição, enfermidades, socialização do corpo, sexualidade, atitudes diante da vida e da morte. Escudado na antropologia econômica, o historiador antropólogo porá em evidência as lógicas não econômicas, ou até mesmo antieconômicas, mas que têm condicionado os hábitos econômicos. Assim, emprestou-se a Mauss a teoria do dom, a Sahlins a do gosto ostentatório, a Polanyi o de economia camponesa, a Pritchard o conceito de sociedade fragmentária¹⁹. Um vasto leque de opções emerge da antropologia cultural e política: o estudo das crenças populares; dos gestos cotidianos, expressão de uma representação do mundo; a cultura de elite e a cultura popular, as idéias políticas e os mitos. «Assim, a antropologia histórica permitirá a revanche do irracional (o sagrado, as pulsações, os mitos) sobre o racional; o banal, o cotidiano, sobre o excepcional; o «baixo» (os esquecidos, os marginalizados) sobre o «alto» (os privilegiados, a elite)²⁰.

A subsunção real e formal do Historiador à antropologia histórica envolve ambiguidades lamentáveis. A formalização do procedimento da antropologia e da etnologia decorre de uma experiência única que, repassada aos procedimentos e à escrita da História, produz incompreensões brutais na apropriação de conceitos, no estudo das fontes, na diferença entre sociedades primitivas e sociedades históricas, na forma regressiva de tratamento do tempo em um e evolutiva no outro. O historiador renuncia ao seu ofício, à sua personalidade científica e produz uma história impressionista, na qual, a falta de explicação teórica, de análise abstrata, sobreleva a descrição das práticas, incrementando a força da narração, da qual o livro de Natalie Davies, sobre o regresso de Martin Guère, é um belo exemplo²¹. À microhistória se sobrepõe a macrohistória, uma personalidade ao invés de uma classe ou uma sociedade inteira, uma vida ou mesmo poucos dias no lugar de um século, um povo e não um império. E, como os novos historiadores da nova história se opõem ao uso de conceitos teóricos, resta-lhe mais uma vez o apelo aos antropólogos, à noção de *thick description*, de Clifford Geertz, ou seja, uma descrição forte, densa, em substituição à conceitualização do passado, que teria a função de dar-lhe sua própria significação, subtraindo-se às teorias genéticas, reforçando uma nova aproximação hermenêutica aos seres do passado, enfatizando a forma pela

qual estes seres experimentavam e interpretavam seu próprio mundo e a si mesmos, inquirindo sobre a consciência e as condições de vida, tentando devolver-lhes sua autonomia cultural. O resultado final seria o contar de uma boa história. Ancorada na densa descrição, a narração tem que produzir um quadro, uma imagem estética do passado. Mas não haveria uma teoria oculta na proposta da descrição densa? Existe uma descrição logicamente possível sem categorias teóricas? ou teorizáveis? Talvez que os recursos hermenêuticos da nova história pudessem ser assumidos, mais amplamente, a partir do concurso cognitivo da teorização²².

Como duas ciências que nasceram apartadas na história acabaram por unir-se, de forma tão indelével, na nova *Nouvelle Histoire*? De fato, a antropologia nasceu com o descobrimento pelos europeus das sociedades exóticas e com a preocupação do iluminismo em dar uma fundamentação racional para as descontinuidades culturais. Como lembra Carbonell, foi a oposição entre o mundo civilizado, cujo conhecimento ficaria a cargo da História, e o mundo selvagem, que se cria primitivo e imóvel, cuja exploração caberia aos etnólogos, que definiu dois tipos de humanidades às quais correspondiam dois tipos de saber²³. Porém, os últimos cinquenta anos consumaram o projeto universalista da ilustração, marcando o fim da História como um processo gradativo de emancipação. «De um lado, a crise do colonialismo e do imperialismo europeus, de outro, o desenvolvimento das *mass media*, expuseram diante da opinião pública todo tipo de culturas e subculturas, marcando a passagem à pós-modernidade»²⁴. Mas, não era apenas o confronto com as culturas extra-européias, era o dilaceramento da própria Europa, tragada por uma situação quase convulsiva, de uma pluralização irrefreável que tornaria impossível a apreensão da história e do mundo com base em pontos unitários.

Finda a idéia de uma racionalidade central na História, multiplicaram-se as racionalidades locais, na forma de minorias étnicas, sexuais, religiosas, estéticas, que romperam o silêncio fazendo ouvir suas vozes. A atomização, o estilhamento, o esgarçamento sobreleva as individualidades limitadas, efêmeras, contingentes, faz crescer a complexidade e rompe o mito da transparência prodigalizando a emergência de incontáveis histórias, de experiências históricas, em oposição à grande História. A queda do comunismo arrastou consigo todos os projetos de transformação da sociedade através do Estado, criou um vazio que extinguiu as utopias e matou as teorias. Para a nova *Nouvelle Histoire* a realidade seria o resultado do entrecruzamento, o contaminar-se de uma multiplicidade de imagens, interpretações e reconstruções, num mundo competitivo e dominado pelas comunicações.

Esta fragmentação do real e do conhecimento levou ao questionamento do edifício hegeliano que, em larga medida, lastreava o discurso histórico, e à implosão do elemento unificador do campo de conhecimento, o homem, como sujeito dessa história, enquanto indivíduo ou coletivo. «Essa excentração do homem une-se à temática de uma escritura estruturalista ao proclamar a morte do homem, a insignificância do sujeito. Permite ao historiador, assim como ao lingüista ou antropólogo, promover um discurso que se apresenta como científico, na medida em que marginaliza a menos manejável de suas variáveis para uma história quantitativa»²⁵.

«Tenho a sensação de sufocamento», desabafou Georges Duby²⁶, referindo-se ao momento crítico vivido pela tradição dos *Annales*. Quais as alternativas para o impasse da nova *Nouvelle Histoire* que tende a desembocar num completo relativismo? A perda da dimensão pública da vida social, anunciadora da barbárie, suscitou resistências. Habermas

manteve seus projetos ancorados nos ideais da ilustração, a chamada teoria comunicativa da ação, que mediante uma síntese dialética busca a reordenação dos diferentes níveis da racionalidade²⁷. Claude Meillasoux retoma a idéia de uma identidade social fundamental que se perpetua em diversos modos de produção, a chamada comunidade doméstica, que permitiria assegurar a reprodução sob diversas formas, apresentado-se as relações de produção e reprodução como substrato de relações jurídico-ideológicas de parentesco²⁸. Maurice Godelier abre o campo de investigação antropológica para o econômico, para as relações sociais de produção, recuperando a idéia de totalidade social e a preocupação em investigar uma hierarquia de coerções e das funções que permitem a reprodução. Seu meio ambiente define-se também por uma dimensão imaginária, ampliando-se sua concepção de forças produtivas, pela assimilação do horizonte estrutural do pensamento e da linguagem como dimensões essenciais²⁹.

Por outro lado, levantamento realizado pela revista *l'Homme*, em 1986, revela «uma fragmentação do campo antropológico, tanto em virtude da multiplicidade dos objetos constitutivos da disciplina, quanto pela pluralidade de seus métodos». Se a vitalidade da antropologia ainda é grande, já não se apresenta mais como modo de pensamento com vocação globalizante para as outras disciplinas. «Já não tem o otimismo de uma rápida acomodação científica em torno do seu sistema de modelização»³⁰.

O retorno à historicidade é um fato. Se dá por caminhos inesperados, com a recuperação da temporalidade no discurso científico, pois onde a ciência falava de leis eternas, hoje fala de história do universo ou da matéria, evidenciando-se a aproximação com as ciências humanas, deixando o cientista de isolar-se num mundo particular, onde seus modelos e sua ciência global do homem, que recupera a historicidade ao reaproximar as ciências ditas «duras» das ciências humanas. Num mundo cada vez mais complexo, busca-se a fixação de novos paradigmas capazes de fundamentar lógicas interdisciplinares.

Mas o sopro efetivamente renovador vem das ciências da linguagem, da literatura, exatamente o campo do conhecimento que foi duramente marcado pelo formalismo, pelo estruturalismo limite, pela extinção total do criador literário e sua transformação em simples objeto de procedimentos e processos, que, no limite, extingue o escritor e o sujeito. A excessiva formalização da linguística havia eliminado o histórico, o social, transformando a dimensão humana da criação numa abstração destituída de todo e qualquer significado. Ao contrário dos ensinamentos de Chomsky, portanto, o linguista «deve fazer-se historiador para apreender as várias etapas na estruturação das línguas». «O princípio da dupla estruturação», pelo qual ao falar do mundo as línguas o reinventam pela criação de categorias abstratas, ao mesmo tempo que todas as línguas organizam-se em sua sincronia, em redes de solidariedade, autonomizando-as enquanto modelos produtores de sentido, fazendo-as funcionar como reservatórios conceituais em princípios classificatórios³¹. Hagège recusa a dicotomia entre língua e fala, proposta por Saussure, pois «ignoram-se os constrangimentos que a língua impõe à fala de um lado, e a relação dialógica que a segunda instaura»³².

O que significa a dialógica, que para Edgard Morin nada mais é do que outra palavra para dialética, mas que tem a vantagem de pensar a contradição sem o necessário colorário da ultrapassagem a partir da fratura da unidade³³. Numa linhagem que remonta a Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva e Tzvetan Todorov, Gérard Genette enfatiza a noção de transtextualidade, definida como a relação manifesta ou secreta de um texto com outros textos, pressupondo-se uma arquiteitualidade, uma relação intrínseca,

silenciosa, entre um texto anterior e um posterior, de todos os textos anteriores que contribuíram para um texto posterior. «É nessa polifonia de vozes, a do autor, do leitor e do crítico, que essa liberdade pode encontrar um lugar de exercício: não falar das obras, mas com as obras»³⁴. Num cerrado diálogo entre o texto e o contexto cultural que o rodeia, na sua contiguidade e na sua diacronia.

Em Tzvetan Todorov, o apelo à história é ainda mais radical, acercando-se dos domínios das ideologias. Usando a ferramenta da transtextualidade, enfrenta as concepções dos formalistas russos sobre a autonomia da poética em relação à linguagem, recuperando sua função de comunicação, sua capacidade para consignar valores, visões de mundo, não sendo ela própria uma ideologia³⁵. O sujeito e a história estão decididamente de volta e os pressupostos da dialógica, uma nova dialética, firmam paradigmas que ultrapassam o momento estruturalista, sem uma ruptura virtual.

Em marcha, portanto, a recuperação da realidade, do sujeito, do sentido da história, a recuperação da razão, pois o historiador pós-moderno da nova *Nouvelle Histoire*, ao renunciar a racionalidade, a integração da realidade, ao exaltar os arquipélagos sem relação entre si, refugia-se em prisões douradas, dominado por um completo relativismo pela quebra da noção de uma unidade da experiência histórica, que o levará das microhistórias à egohistória, senão à poética e à mística, assoberbado pela tarefa inextricável que se porá diante de seus talentos. Tais impasses poderão conduzir a uma nova síntese que incorpore os ganhos da nova *Nouvelle Histoire*, envolvendo uma síntese de elementos modernos e pós-modernos, que enlace microhistória e macrohistória, gestando uma estrutura cognoscitiva que represente uma nova aproximação com a experiência histórica e que sintetize, ao mesmo tempo, a unidade do gênero humano e seu desenvolvimento temporal ao lado da variedade de culturas. Uma nova hermenêutica que incorpore renovadas estratégias de aproximação com o passado, assimilando o novo valor da subjetividade humana, sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos, as formas coletivas de vida, integrando a descontinuidade, a quebra de relações entre auto-conhecimento e auto-interpretação das pessoas e das circunstâncias de suas vidas, ruptura esta que deveria ser observada e interpretada pelos historiadores, transcendendo o horizonte cultural do passado. Assim, se faria a síntese entre razão e imaginação, entre racionalidade e narração, entre orientação prática e fascinação estética³⁶.

HISTÓRIA ECONÔMICA E A NOVA NOUVELLE HISTOIRE

A nova *Nouvelle Histoire*, como vimos, emerge num mundo dilacerado, da morte das utopias, da dessacralização da razão, da emergência da personalidade narcísica, vencida por uma excessiva mentalização, e vê-se estrangida a recorrer a uma psicologia sem método e a conceitos sem estatuto. Não se vislumbra o rio denso da História, mas sim uma multidão de pequenos riachos interrompidos, um amplo leque de experiências, descrições, narrações que não conduzem ao oceano do saber, da História-Conhecimento, da inteligência. Destituídos dos sujeitos, individuais ou coletivos, descarnados de sentido, é o império do «como», o soterramento do «porquê», a morte da interrogação, do sentido da vida, da própria História. Uma ciência negada, uma diletância instaurada, um retorno amargo aos pródromos positivistas, ao domínio do imediato, do contingente, do fugaz, do instantâneo e, sobretudo, do evento, do aparente sem raízes.

Qual o lugar da História Econômica neste concerto dominado pela polifonia da história das mentalidades?

A História Econômica teve um lugar privilegiado na primeira geração dos historiadores do grupo dos *Annales*. Como já se disse, sua força impediu mesmo a abertura de espaço para a história das mentalidades, que despontava como fogo fátuo na obra de Ariés, já em 1948. Sua trajetória, configura uma pluralidade de opções, de diferentes modos de ver e de fazer História Econômica, tão diferentes quanto a História Serial de Chaunu, a História Quantitativa de Marzewski, a *New Economic History* de Fogel, a História Econômica de Labrousse e Vilar, ou as histórias econômicas de fundamentação marxista, emblematicamente representadas pelo texto clássico de Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*³⁷. Talvez que a melhor História Econômica, alicerçada nos pressupostos da *Nouvelle Histoire*, tenha sido o livro de Valentin Vasquez de Prada³⁸.

Configuram-se, portanto, histórias econômicas, mais ou menos empiristas, mais ou menos analíticas, mais ou menos críticas. O problema em questão é o seu posicionamento no concerto hegemônico da nova *Nouvelle Histoire*, do estudo das mentalidades, das representações e da simbologia social, em detrimento das relações materiais de produção.

No fundo, configuram-se duas formas distintas de penetração no conhecimento histórico e que não são, necessariamente, excludentes. O estudo do tempo, do trabalho e da cultura no Ocidente Medieval, de Jacques Le Goff, não apontaria no sentido de uma interpenetração possível? Senão mesmo necessária! Suas conclusões partem de subsídios preciosos extraídos da obra de historiadores clássicos, como Henri Pirenne, cujas idéias sobre o nascimento de uma nova sociedade não são refutadas e sim confirmadas pelas conclusões de Le Goff, que surpreende uma nova temporalidade com a passagem da hegemonia do sino (1284) à hegemonia do relógio (1354), simbolizando a substituição do tempo eclesiástico pelo tempo laico, o surgimento da mentalidade calculadora no universo da produção e do trabalho³⁹, em suma, a emergência da sociedade burguesa.

Desse encontro nasceria, por certo, uma nova História Econômica, que se realizaria no espaço ampliado da dimensão histórica, recuperando a um só tempo a história das relações sociais de produção, da circulação e consumo de mercadorias, do universo mental e simbólico de produtores e consumidores. Um exemplo paradigmático desta possibilidade é a compreensão do consumo na sociedade pós-moderna, a partir do universo simbólico ligado as aspirações sociais. Esta História comportaria múltiplas entradas. Seria indiferentes se o historiador partisse das bases materiais ou do universo simbólico, desde que o universal pudesse ser surpreendido no singular, e vice-versa⁴⁰.

Um exemplo concreto dessa interpretação possível pode ser dado com a Revolução Industrial, tema magno da grande história da Civilização Ocidental, que se pensado no nível das representações coletivas, no imaginário presente na literatura, traduziria um mundo ainda a devassar, especialmente, se centrassemos a atenção na literatura policial, no romance policial, certamente descortinaríamos mundos insuspeitados.

Esta literatura, por vezes consideradas uma literatura menor, o *roman noir*, não era apenas ficção, pois em larga medida era memória, aparentada das crônicas judiciais em voga nos séculos XVIII e XIX, tanto na França quanto na Inglaterra. Já em 1698, publicava-se na prisão de *Newgate*, com grande êxito, uma série de confissões de condenados à morte, disputadas pelos editores, sequiosos em explorar a voracidade do público na sua atração pelos criminosos e seus atos. Livretos publicados a partir de sínteses extraídas dos documentos oficiais da corte de Old Bailey, em Londres, traziam

detalhes mórbidos e compuseram o *The Newgate Calendar* e o *The Malefactor's Register*, originando biografias romanceadas que se tornaram célebres, como as vidas de bandidos e facínoras famosos a exemplo John Sheppard, Jonathan Wild e Mandrin, publicadas por Daniel Defoe⁴¹.

Na mesma linhagem se inscreve as *Mémoires* de François Eugène Vidocq, de 1828. Desertor, falsário, ladrão, escapulo incontáveis vezes das malhas da lei, tornou-se informante e, mais tarde, agente policial, chegando a chefe da primeira polícia realmente moderna, a *Sûreté*, da qual foi o criador. Uma fantástica trajetória do mundo da contração ao mundo a repressão. Seus subordinados, quase todos ex-malefeitores como ele mesmo, disfarçavam-se de pessoas comuns, infiltravam-se nos redutos da pobreza e da miséria, onde o crime campeava, ganhavam a simpatia dos próprios delinquentes para depois levá-los às malhas da justiça. Por isso, as *Mémoires* de Vidocq tiveram um êxito enorme e receberam várias traduções. Mas, seu grande mérito foi o de ter inspirado Víctor Hugo na composição de Jean Valjean e, sobretudo, Vautrin da *Comédie Humaine*, de Balzac⁴²

Destes exemplos emerge a estreita vinculação entre literatura e realidade. Portando através dos textos de Defoe, Poe, Víctor Hugo, Balzac, muito se poderia recuperar da simbologia prevalescente nos anos de constituição da sociedade industrial.

Mesmo na literatura ficcional é possível captar um mundo projetado nas representações. *Frankenstein* de Mary Godwin Shelley, publicado em 1818, é o fausto do mundo industrial. Expõe o medo do homem diante da Revolução Tecnológica, gestadora de forças incontroláveis, capazes de levá-los à destruição. Teme-se a força ameaçadora da massa urbana, constituída por um múltiplo de homens, um coletivo, que é ao mesmo tempo aterrador e redentor, pois representa a mão científica do homem capaz de gestar a vida e anunciar a morte. *Dr. Jekyll and Mr. Hide*, publicado em 1886 por Robert Louis Stevenson, desenvolve essa problemática, exibindo um homem duplicado, elaborado pela ciência, revelando sua face ao mesmo tempo criadora e destruidora⁴³.

A Revolução Industrial trouxera consigo o mundo misterioso das cidades, com suas zonas de pobreza, de criminalistas, de violência, de selvageria, mas trouxera também o mistério da noite, o incógnito, um mundo a interrogar. Medo e emoção a aguçar o mistério da esfinge, do desvendamento. Neste contexto, o romance policial representa a defesa da ordem contra a simbologia do crime, nascido, invariavelmente, nos tugúrios recônditos da exclusão social. Sherlock Holmes, criado por Artur Conan Doyle, é o arquétipo do herói da elite branca, intelectualizada, calculista e cientificista. Ele é o protótipo do homem racional, iluminado, gestado no mundo da ciência e da administração. Era capaz de tudo deduzir. «De uma simples gota d'água um ser lógico pode inferir a possibilidade de um Atlântico ou de um Niágara, sem ter jamais conhecido ou ouvido falar de um ou de outro». Numa passagem célebre, que se multiplica em suas novelas, diz:

«Considero que o cérebro de um homem é originalmente como um pequeno sótão vazio e temos de enchê-lo com mobiliário de nossa escolha. Um tolo coloca dentro todo o tipo de coisa que encontra pela frente e, assim, o conhecimento que lhe poderia ser útil fica do lado de fora ou, na melhor das hipóteses, se entulha com uma porção de outros objetos, de modo que ele tem dificuldade em colocar as mãos naquilo que é realmente importante. Já o trabalhador habilidoso usa realmente muito critério com relação

ao que vai acolher no seu sôtão-cérebro. Só aceitará as ferramentas que o ajudem na execução do seu trabalho, mas terá destas um amplo sortimento e tudo na mais perfeita ordem. É um erro imaginar que aquele pequeno aposento tem paredes elásticas e pode dilatar-se infinitamente. Acredite-me, chega o momento em que, a cada adição de conhecimento, você se esquece de algo que sabia antes. É da maior importância, por isso, “não ter fatos inúteis acotovelando-se com os úteis».

Exemplo mais acabado do homem racional, gerado pela sociedade industrial, impossível; exemplifica-o a significação desta personagem no imaginário das elites brancas européias, que o transformaram no herói permanente, onipresente, imortal. Quando, em 1893, na novela denominada *Le Dernier Problème*, Conan Doyle faz desaparecer o herói numa luta mortal contra seu inimigo, o professor Moriarty, a reação popular face ao «crime» de Doyle foi imediata. Os empresários londrinos reuniram-se na City para protestar; alguns milhares de trabalhadores fizeram greve e o governo foi diretamente interpelado por um parlamentar⁴⁴.

A Era Vitoriana, marcada por uma forte repressão institucional, revela-se uma sociedade neurótica ao transformar cruéis assassinos em higienistas sociais. Jack, o estripador, é um mito. Um enigma indecifrável. Mas a quem atacava? A elite branca? Certamente que não. Dentre as cinco mulheres que assassinou e esquartejou, apenas uma era bonita, as demais eram prostitutas esqueléticas, sofridas, acabadas, alcoólatras e que representam, por certo, a marginalia social constituída pela prostitutas cujo número se elevava a mais de 80 mil almas, só em Londres. O que fica exposto? A natureza da sociedade, na qual as mulheres de baixa condição social, se não encontrassem guarida no casamento, ou ficassem viúvas, ou órfãs, não tinham outra escolha para sobreviver. Elas evidenciam as chagas sociais na Londres monstruosa, onde chafurdavam no reino da bebida, das enfermidades venéreas, na mais completa degradação humana, para as quais, até mesmo o encontro com o estripador Jack, poderia representar a redenção, o resgate do aviltamento moral ao qual foram lançadas pela própria sociedade.

Eis o caminho possível na trajetória da História-Conhecimento. Entre a ficção e a realidade, entre a escrita e a poética, a viagem do historiador é inescapável. Do sensível ao inteligível, das névoas densas do imaginário ao brilho ofuscante da realidade imediata. Se a literatura desentranha e combina as fantasias do sujeito, a ideologia fixa signos e idéias, fechando sempre que possível o universo do sentido. Estruturas sociais e campos de significação se tangenciam, enquanto vias de dupla mão entre o social e o imaginário, cuja expressão não exclui a ideologia, enquanto tecido de representações e valores integrados na escrita da História. Obviamente, o imaginário, ao compor sínteses originais, combina e produz imagens, numa dinâmica de construção por vezes próxima, por vezes afastada, da experiência sensível.

Um movimento complexo resta como tarefa inexaurível ao historiador. Não descuidar dos detalhes, da filigrana, mas também não deixar de inscrevê-la na teia ampla da macro-história, na sua cadeia relacional, e daí, retornar ao pontual, ao contingente, ao aparentemente insignificante. Depois dessa primeira aproximação, impõe-se uma segunda viagem metodológica que transcorre da descrição à análise, da narração à reflexão sistemática. Nesse entrelace, signos e sentidos se explicitam, conceitos e símbolos se completam, ou se revelam. Enfim, busca-se atingir os tesouros ocultos do subconsciente,

manifesto no imaginário, e realizar a travessia rumo às formações mentais dominantes, de caráter ideológico, cuja expressividade é inequivocamente produzida nas clivagens e tensões sociais. Nesse passo, instala-se a hegemonia da razão, mas sua unicidade é rompida pela ação da sensibilidade que, ao iluminar os múltiplos perfis trabalhados pela singularidade repõe, de maneira adensada e renovada, os objetos da percepção.

NOTAS

- ¹ Lucien Goldmann – *Ciências Humanas e Filosofia* – trad. port., São Paulo, 1967, p. 22.
- ² Raymond Aron – *L'histoire entre L'ethnologue et le futurologue* – cp. 66, citado por Hervé Coutau-Begarie – *Le Phenomene «Nouvelle Histoire»* – Paris, 1983, p. 23.
- ³ George Duménil – *L'idéologie Tripartite des Indo-Européens* – 1967, p. 65.
- ⁴ Louis Dumont – *Homo Aequalis* – 1977, p. 16.
- ⁵ Robert Merton – «La Sociologia del conocimiento», in *História y elementos de la sociologia del conocimiento* – Irving Luis Horowitz, org., T.I, Buenos Aires, 1974, p. 66.
- ⁶ Krsysztof Pomian – «L'Histoire de la science et l'histoire de l'histoire» – *Annales, Set./Out.*, 1975, pp. 935-932.
- ⁷ Michel Foucault – *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas* – Trad. port., Lisboa, 1967, p. 77.
- ⁸ Hervé Coutau-Begarie – *Le Phenomene «Nouvelle Histoire» Stratégie et Idéologie des Nouveaux Historien* – Paris, 1983.
- ⁹ *Idem, ib.*, p. 19.
- ¹⁰ *Idem, ib.*, p. 27.
- ¹¹ Jacques Le Goff – «La nouvelle histoire» – in *Faire de l'Histoire* – Paris, 1974, p. 211.
- ¹² *Idem, ib.*, p. IX.
- ¹³ Pierre Vilar – «Histoire marxiste, histoire en construction» – in *Faire de l'histoire* – *op. cit.*, p. 188.
- ¹⁴ Cf. François Dosse – *História do Estruturalismo. 2. O Canto do Cisne, de 1967 aos nossos dias* – Trad. port., Campinas, 1994, pp. 295-296.
- ¹⁵ *Idem, ib.*, p. 299.
- ¹⁶ *Referência a Rois Thaumaturges, Civilisation des Moeurs e O Outono da Idade Média.*
- ¹⁷ Charle-Oliver Carbonell – «Antropologia, etnologia e história: la tercera generacion en Francia» – in *New History, Nouvelle Histoire Hacia una Nueva Historia* – José Andrés-Gallego, org., Madrid, 1993, pp. 97-98.
- ¹⁸ *Idem, ib.*, p. 98.
- ¹⁹ Teorias assumidas respectivamente por Georges Duby – *Guerrier et Paysans* – que utilizou Mauss e Sahlins na reinterpretação econômica da Idade Média; E. Valensi que utilizou E. Pritchard no seu estudo sobre a Tunísia no século XVIII e XIX; E. Plantagean que se apoiou em Polanyi para reinterpretar Bizâncio.
- ²⁰ Charles-Olivier Davies – *op.cit.*, p. 98.
- ²¹ Natalie Davies – *O Retorno de Martin Guere* – Trad. port., São Paulo, 1992.
- ²² Jorn Russen – «La historia, entre modernidad y postmodernidad» – in *New History, Nouvelle Histoire Hacia una Nueva História* – *op. cit.*, pp. 131-132.

- ²³ Charles-Olivier Carbonell – *op. cit.*, p. 93.
- ²⁴ Jorn Russen – *op. cit.*, p. 151.
- ²⁵ François Dosse – *op. cit.*, p. 295.
- ²⁶ Georges Duby – «Magazine Littéraire» – n.º 248, 1978, cit. por François Dosse, p. 418.
- ²⁷ J. Habermas – *El discurso filosófico de la modernidad* – Madrid, 1991.
- ²⁸ Claude Meillassoux – *Femmes, greniers, capitaux* – Paris, 1975.
- ²⁹ Maurice Godelier – *L'idéal et le matériel* – p. 21, cf. François Dosse, *op. cit.*, p. 470.
- ³⁰ *Opus cit.* François Dosse, *op. cit.*, p. 437.
- ³¹ Claude Hegège – *L'Homme de parole* – p. 9, cit. François Dosse, *op. cit.*, p. 494.
- ³² *Idem, ib.*, p. 495.
- ³³ Edgard Morin – Conferência organizada pela revista *Sciences humaines* – 1991, cit. François Dosse, *op. cit.*, p. 497.
- ³⁴ Gérard Genette – *Introduction à l'architexte* – 1979, cit. François Dosse, *op. cit.*, p. 494.
- ³⁵ Tzvetan Todorov – *Critique de la critique* – 1984, p. 189.
- ³⁶ Jorn Russen – *op. cit.*, p. 134.
- ³⁷ Maurice Dobb – *A Evolução do Capitalismo* – trad., port., Rio de Janeiro, 1965.
- ³⁸ Valentin Vazquez de Prada – *História Econômica Mundial* – 2 vols., Madrid, 1964.
- ³⁹ G. Espinas e Henri Pirenne – *Recueil des documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre* – t. I, 1906 e Jacques Le Goff – *Para um novo conceito da Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente* – Trad., port., Lisboa, 1980, especialmente o artigo «O Tempo de trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno», pp. 61-73.
- ⁴⁰ Jean Pouillon – cit. François Dosse – *op. cit.*, p. 435.
- ⁴¹ Stefano Benvenuti, Gianni Rizzoni, Michel Lebrun – *Le roman criminel* – Nantes, 1979, p. 14.
- ⁴² Cf. J.L. Talmon – *Romantismo e Revolta* – Europa (1815-1848). Trad. port., Lisboa, 1967. B.M. Bowra – *La Imaginación Romántica* – Trad. port., Espanha, Madrid, 1972.
- ⁴³ Stefano Benvenuti e outros – *Le roman criminel* – *op. cit.*, p. 32.
- ⁴⁴ *Idem.*

MUDANÇAS ECONÓMICAS, GÊNERO E FAMÍLIA NO BRASIL (1836-1996)

Eni de Mesquita Samara

Professora Associada do Departamento de História,
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo
e directora do Centro de Estudos de Demografia Histórica
da América Latina, CEDHAL - USP

ABSTRACT

The article analyses economic and demographic changes in Brazilian society taking place between 1836 and 1996 and the impact of these changes on Brazilian family structure, gender relations and in various labor markets. Based mainly on population censuses, the study focuses on female headed households in different economic activities and regional areas. The essay points out that what some students of the family see as recent transformations in the structure of the Brazilian family, such as the growth of female headed households, are really patterns rooted in the late Colonial period.

1 – INTRODUÇÃO

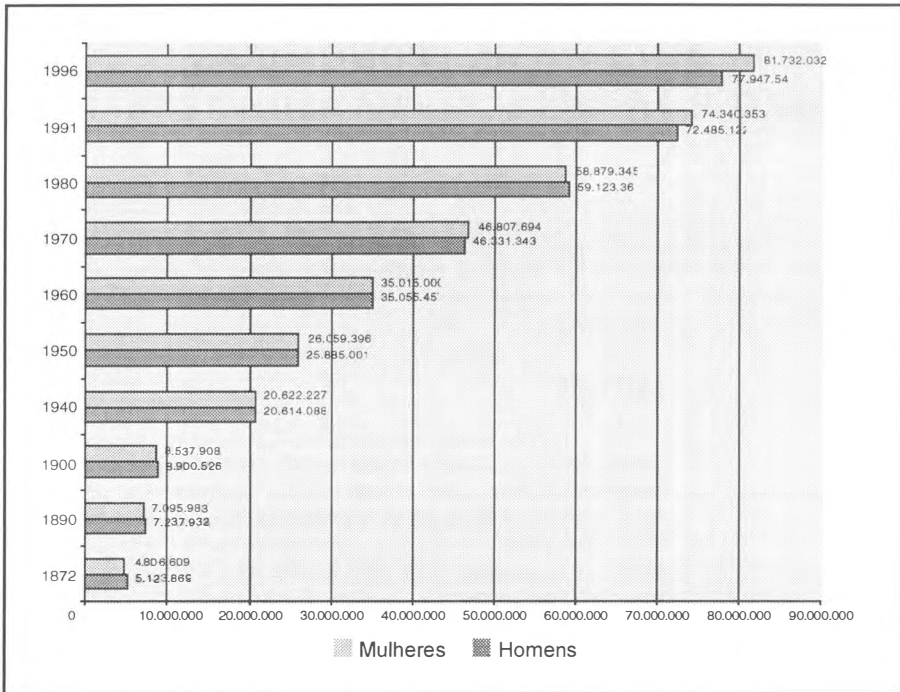
Análises recentes relativas à sociedade brasileira contemporânea têm apontado mudanças importantes na estrutura da família, com o aumento das mulheres como chefes de domicílio, especialmente no Nordeste. Este «fenómeno», de acordo com a literatura, pode ser explicado por várias razões como a disseminação da pobreza nas áreas urbanas e fatores demográficos, dentre eles, a diferença numérica entre os sexos.

Dada a relevância dessa constatação para entendermos o perfil da família brasileira, julgamos necessário responder a algumas questões, ou seja: Temos realmente uma nova família no Brasil, neste momento? Que transformações aconteceram quanto ao status e a participação da mulher no mercado de trabalho que podem ajudar a explicar esse panorama? Que variáveis devem ser consideradas para explicar essa situação hoje no Brasil?

Sem dúvida, a natureza e complexidade dessas perguntas exige que voltemos ao passado de modo a visualizar ao longo do tempo o que realmente ocorreu na sociedade brasileira quanto ao processo de formação de famílias, desenvolvimento econômico e crescimento populacional, desafio que pretendemos enfrentar nesse trabalho, tomando como base os recenseamentos da população do período de 1836 e 1996.

Do *Primeiro Censo Geral do Brasil*, realizado durante o Império em 1872, até a última contagem estatística tomada no ano de 1996, verificamos uma tendência constante de aumento da população feminina em relação ao total de habitantes (Gráfico 1). Isso somado

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO NO BRASIL (1872-1996)



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, V. 56, 1996.

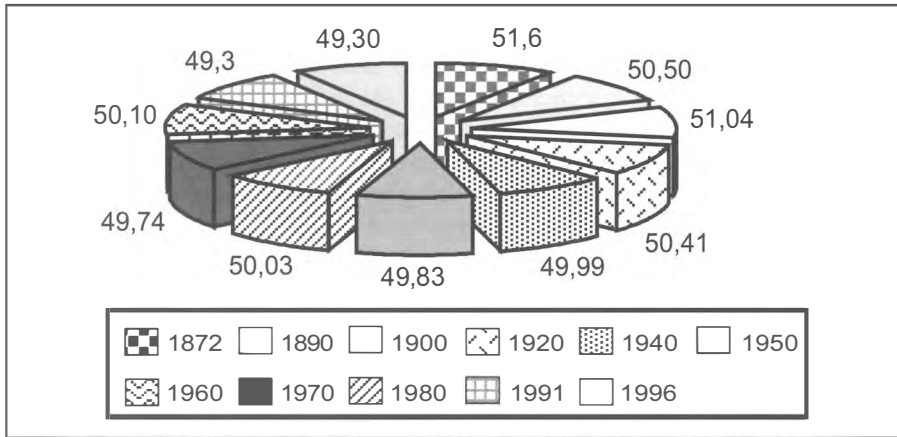
ao facto de que a expectativa de vida das brasileiras é superior à dos homens tem tido reflexos no mercado matrimonial, alterando, conseqüentemente, o quadro de organização das famílias e domicílios.

Como se pode observar, no período de 1872 a 1996, a percentagem de mulheres em relação ao total variou de 48,40 % a 50,70 %, com um decréscimo do número de homens de 51,60 % para 49,30 % (Gráficos 2 e 3). Antes de 1872, fica difícil estabelecer comparações, pois os registos populacionais são esparsos, impossibilitando uma contagem geral dos habitantes¹. No entanto, sabemos por descrições de viajantes e memorialistas, referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII, que a situação era inversa, com o predomínio da população masculina. Existem entretanto indícios de que o aumento de mulheres brancas é um longo processo que se inicia ao final do período colonial, havendo inclusive dados já computados que apontam pela predominância do sexo feminino em áreas urbanas do sudeste, a partir dessa época².

Há que se considerar também as diferenças estatísticas regionais em um país de porte continental como o Brasil e a migração populacional, especialmente a masculina para áreas economicamente mais atrativas, facto que ocorreu inúmeras vezes ao longo dos cinco séculos da nossa História.

Na verdade, todos esses aspectos devem ser levados em conta ao pensarmos no processo de formação de famílias no Brasil, e no número de mulheres como cabeças de domicílio, que pode ser entendido como um «fenômeno» da sociedade contemporânea, mas com raízes profundas no período colonial, como veremos a seguir.

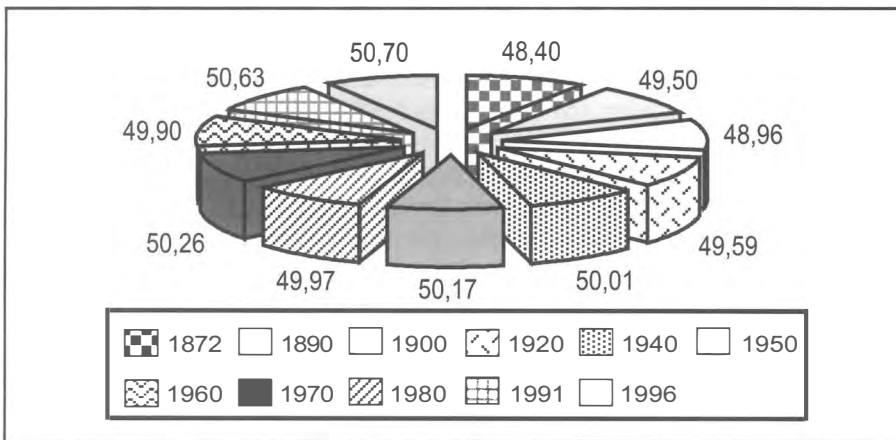
GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO MASCULINA RESIDENTE NO BRASIL (1872-1996) *



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, V. 56, 1996.

* Percentagem calculada com base no total geral da população por cada ano.

GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO FEMININA RESIDENTE NO BRASIL (1872-1996) *



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, V. 56, 1996.

* Percentagem calculada com base no total geral da população por cada ano.

2 – MUDANÇAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO

Um primeiro aspecto, portanto, a ser considerado é o das mudanças econômicas, de modo a verificarmos como interferem na organização das famílias e também nas relações de gênero.

No início dos séculos XVI e XVII, a economia da Colônia esteve, basicamente, assentada nas plantações de cana localizadas no Nordeste. Nos engenhos do mundo rural, as famílias de elite viviam nas mansões assobradadas, cercadas de escravos e dependentes. Nas uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes

e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família.

O pátrio poder era, portanto, a pedra angular da família e emanava do matrimônio. No Brasil, assim como na sociedade portuguesa até o século XIX, o gênero também exercia influência nas relações jurídicas e a autoridade do chefe da família aparece como legítima na literatura e nos documentos da época, o que não significa que esses papéis, necessariamente, devessem existir dentro da rigidez com que estavam estabelecidos. Sabemos, no entanto, que apesar das variações nos modelos familiares, o dominante era o de famílias extensas baseadas nas relações patriarcais.

Mudanças econômicas que ocorrem a partir dessa época, vão afectar o conjunto da sociedade e provocar alterações no estilo de vida de seus habitantes. A descoberta das minas de ouro na década de 1690, constituiu um polo novo de colonização, deslocando o eixo econômico, antes localizado no Nordeste, para o Sul. Com uma vida urbana mais intensa, a região mineira atraiu pessoas em busca do enriquecimento e da aventura, canalizando o tráfico de escravos durante o século XVIII. A sociedade que aí se formou era uma mescla de raças e origens diversas e mais difícil de ser controlada, apesar das tentativas da Igreja e da Coroa portuguesa. O número de celibatários era alto, proliferavam os concubinatos e a ilegitimidade era comum. Mulheres exerciam actividades económicas fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam famílias. Nessas paragens, não era fácil para os poderes constituídos, tentar fixar os padrões impostos pela colonização, que não eram seguidos pela maior parte da população.

No século XVIII, a situação era semelhante em áreas mais pobres do Sul, que gravitavam em torno das Minas como a Capitania de São Paulo, com núcleos urbanos em crescimento e uma vida rural mais modesta que a do Nordeste. Nos engenhos de cana paulista, as escravarias eram menores. Assim, na falta do braço escravo, lavradores empobrecidos trabalhavam a terra com suas famílias e aceitavam membros subsidiários para ajudar na faina diária. No meio urbano, pequenos negócios e uma gama variada de serviços ligados ao abastecimento ofereciam oportunidades para a população desvinculada do sector exportador. Isso favoreceu a actuação das mulheres trabalhadoras que estavam presentes por toda a parte e ocupavam os espaços que eram deixados pela migração masculina e a falta de escravos. Tudo isso, sem dúvida, vai alterar o quadro da organização familiar e das relações de gênero.

Visualizar esse processo significa entender que, apesar do menosprezo que existia com relação à produção e o comércio dos gêneros alimentícios, a economia mercantil implantada na colônia necessitava de suporte interno, com a criação de pólos regionais. E, do mesmo modo é importante ressaltar que hierarquias próprias das sociedades escravistas e inerentes aos grupos dominantes, na maioria das vezes eram inatingíveis para as outras categorias sociais, o que gerava uma multiplicidade de modelos familiares e de comportamentos.

Assim, especialmente no meio urbano, os papéis informais, embora não oficialmente reconhecidos e pouco valorizados, integravam a vida cotidiana, servindo também para desmistificar, no sistema patriarcal brasileiro, o papel reservado aos sexos e à rígida divisão de tarefas e incumbências.

Essas mudanças vão se acentuar ao longo do século XIX, com o desenvolvimento econômico no Sul do país provocado pela cafeicultura. Ocorreram, além disso, modificações políticas importantes (Independência em 1822 e República em 1889) e alterações

no sistema de mão-de-obra com a abolição da escravatura (1888) e a entrada de imigrantes. Os reflexos de tudo isso serão sentidos na distribuição espacial da população brasileira e também no mercado de trabalho.

Ao que tudo indica, especialmente na segunda metade do século XIX, abriram-se novas oportunidades de emprego na indústria nascente e na burocracia, e as mulheres vão ocupar uma fatia desse mercado³. No entanto, qual é a representatividade dessa inserção feminina quanto a mudanças efetivas na sua condição, especialmente no que tange a autonomia na gerência de famílias e negócios?

A política desenvolvida pela elite cafeeira paulista estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceram o crescimento da população urbana. A presença de trabalhadores pobres, imigrantes e nacionais, excedia as necessidades do mercado ocasionando, portanto, formas múltiplas de trabalho domiciliar e temporário. Essas ocupações não se expandiram apenas pela impossibilidade de absorção pelo mercado de trabalho, mas também estiveram ligadas à opção de trabalhadores de não se desejarem incorporar em actividades assalariadas. Essas formas de organização foram também alternativas importantes de emprego para as mulheres por permitir a combinação das actividades domésticas com o trabalho remunerado⁴.

Como se pode perceber, mesmo com a incorporação massiva das mulheres solteiras e jovens no universo fabril, o trabalho domiciliar continuou permitindo que as casadas contribuíssem para a renda familiar sem deixarem de exercer as funções básicas de mãe e de donas de casa para as quais tinham sido socializadas e educadas.

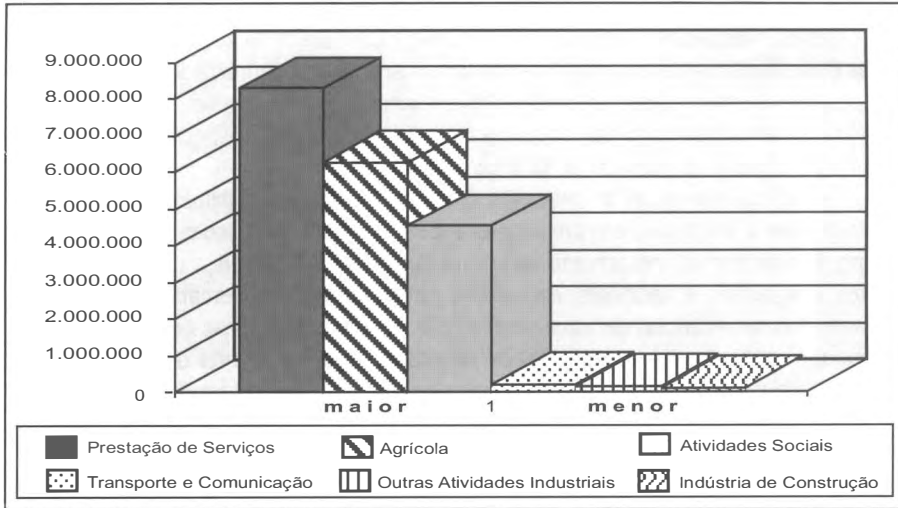
Esse fato reflete-se estatisticamente quando analisamos os dados gerais referentes às profissões nos censos brasileiros, onde a maioria do sexo feminino, por estar no mercado informal ou domiciliar, aparece sem profissão, questão que trataremos a seguir e que deve também ser relacionada às categorias profissionais, que estão incluídas nas estatísticas oficiais e esse é, portanto, ao nosso ver, um segundo aspecto a ser considerado para análise.

3 – GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

Como podemos verificar na *Pesquisa Nacional* realizada em 1995, no mercado de trabalho, as mulheres representavam 39,88 % do número total de 69 628 608 indivíduos com ocupações formais. Desse total, 27 765 299 mulheres trabalhadoras estavam distribuídas nas seguintes actividades: prestação de serviços (29,83 %); agricultura (22,50 %) e actividades sociais (16,30 %). Nos sectores onde a participação feminina era menor, temos o seguinte quadro: transporte e comunicação (0,78 %); actividades industriais (0,52 %) e indústria de construção (0,37 %)⁵ (Gráfico 4).

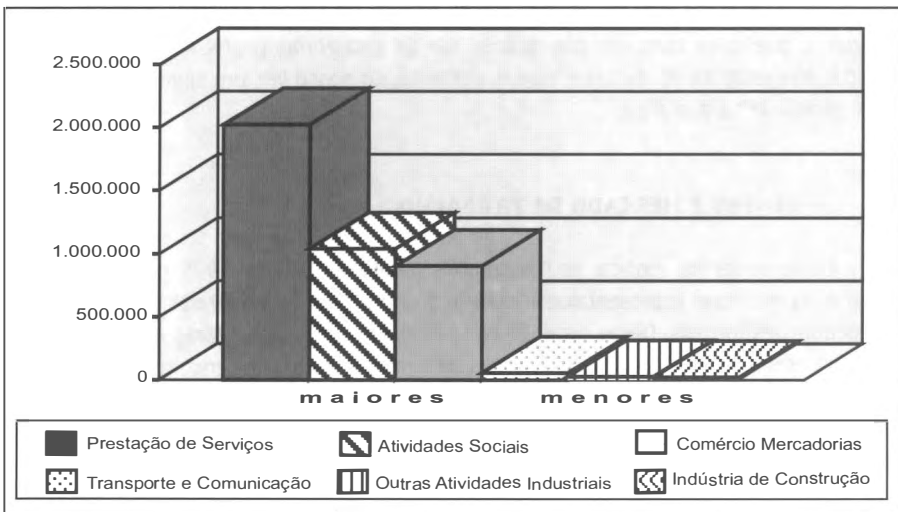
Esse panorama mostra algumas diferenças se olharmos mais cuidadosamente os dados referentes a algumas áreas e regiões brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, onde o número total de mulheres com ocupação era de 5 907 365 e de homens 9 246 185, a distribuição por sectores era um pouco diferente. A ocupação principal continuou a ser a prestação de serviços (34,37 %), seguida das actividades sociais (17,62 %) e do comércio de mercadorias (15,30 %). Como se pode perceber o sector agrícola não mais aparece entre as actividades de ponta como no resto do Brasil. No entanto, as de menor participação, continuam as mesmas⁶ (Gráfico 5).

GRÁFICO 4 – RAMOS DE ACTIVIDADES DO TRABALHO FORMAL, COM MAIORES E MENORES PARTICIPAÇÕES FEMININAS (BRASIL, 1995)



FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p. 32.

GRÁFICO 5 – RAMOS DE ACTIVIDADE DO TRABALHO FORMAL COM MAIORES E MENORES PARTICIPAÇÕES FEMININAS (SÃO PAULO, 1995)



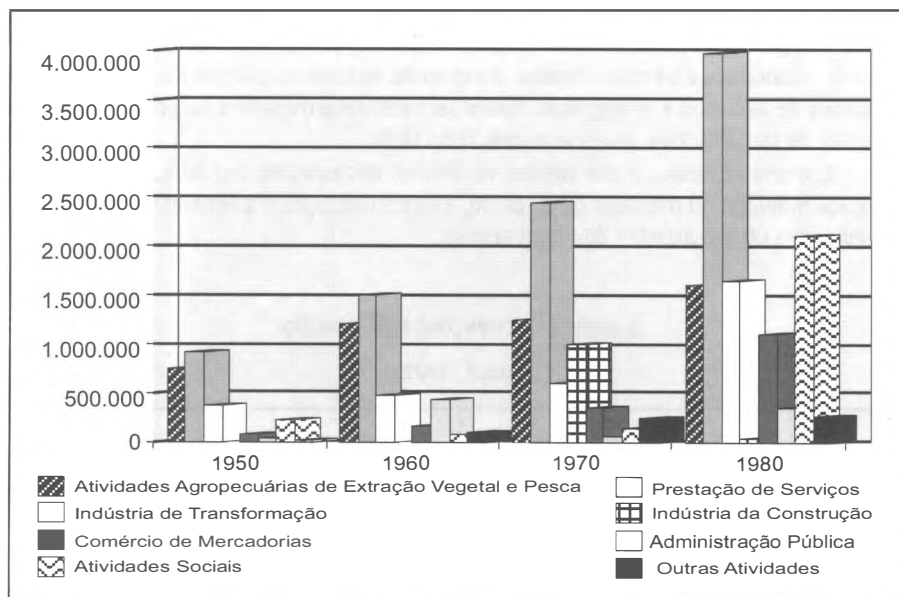
FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p. 32.

É importante aqui também ressaltar que, apenas a partir dessas categorias profissionais estabelecidas na *Pesquisa Nacional* de 1995, fica difícil de contabilizar a real participação feminina no actual mercado do trabalho brasileiro, já que grande parte das mulheres ainda ocupa uma fatia do mercado informal.

No entanto, uma análise das últimas décadas mostra algumas permanências, como a prestação de serviços que aparece liderando todos os períodos, de 1950 a 1980, em constante elevação, atingindo 33,75 % no final de 1980. Em segundo lugar, até 1970, estão as actividades agrícolas, que, na década de 80, dão lugar às actividades sociais. Com relação às menores participações femininas, percebemos que continuaram as atividades relacionadas ao transporte e comunicação, actividades industriais em geral e indústria de construção (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 – PRINCIPAIS OCUPAÇÕES FEMININAS NO BRASIL

(Décadas de 1950 a 1980)



FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. RIO de Janeiro: IBGE, 1991, V. 51, p. 237.

Por outro lado, a actuação das mulheres no mercado de trabalho, durante o século XX, caracteriza-se, sobretudo, pela sua inserção em actividades que não apareciam nos séculos anteriores. Nesse rol encontra-se, então, a prestação de serviços (médicas, advogadas, dentistas, empregadas públicas, entre outras) e várias ocupações em diferentes ramos da indústria.

Nos séculos anteriores, a maioria das mulheres trabalhadoras apareciam nas chamadas actividades femininas tradicionais, marginais ao processo de produção e sendo remuneradas abaixo do padrão de pagamento masculino, na mesma função. O primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império em 1872, mostra essa sectorização de actividades por género, predominando entre as mulheres, as lavradoras, as costureiras e aquelas nos serviços domésticos (Quadro I e Gráfico 7).

Género era, portanto, um factor determinante na ocupação desempenhada. Assim, pudemos verificar que entre os artistas, a maioria era do sexo masculino, 36 906 (0,38 %) contra 4 297 mulheres (0,04 %). Entre os proprietários, 23 140 (0,24 %), eram homens e

8,723 (0,09 %), mulheres. Igualmente, nas funções de comerciantes, guarda-livros e caixeiros os números variavam de 93 577 (0,96 %) para os homens e 8 556 (0,09 %) para o sexo feminino (ver Quadro IV).

Isso indica, claramente, que a presença das mulheres no mercado de trabalho era marcante, desde que considerados os ramos específicos de actividades e também o sector informal. Soma-se a isso o facto que em 1872, dentre o total de habitantes com ocupações no mercado formal (5 758 364), as mulheres representavam 26,36 % da força de trabalho, com números bem próximos aos do sexo masculino 31,62 %⁷.

Pelos dados do Recenseamento de 1872 é possível perceber que estavam ocorrendo mudanças demográficas e económicas, com o aumento do número de mulheres e sua maior presença no mercado de trabalho. Nesse momento ainda vários outros acontecimentos marcaram a nossa História. Em 1822, a emancipação política do Brasil trouxe um processo de transformações económicas que propiciaram mudanças nos sistemas económico e de mão-de-obra. A expansão da lavoura cafeeira no Sul, a abolição do tráfico de escravos e a imigração foram factores determinantes na configuração do mercado de trabalho livre, especialmente após 1850.

E, nesse contexto, o que mudou no âmbito das relações familiares com a maior presença feminina no mercado de trabalho, a industrialização e a urbanização? Vejamos a seguir esse último aspecto da nossa análise.

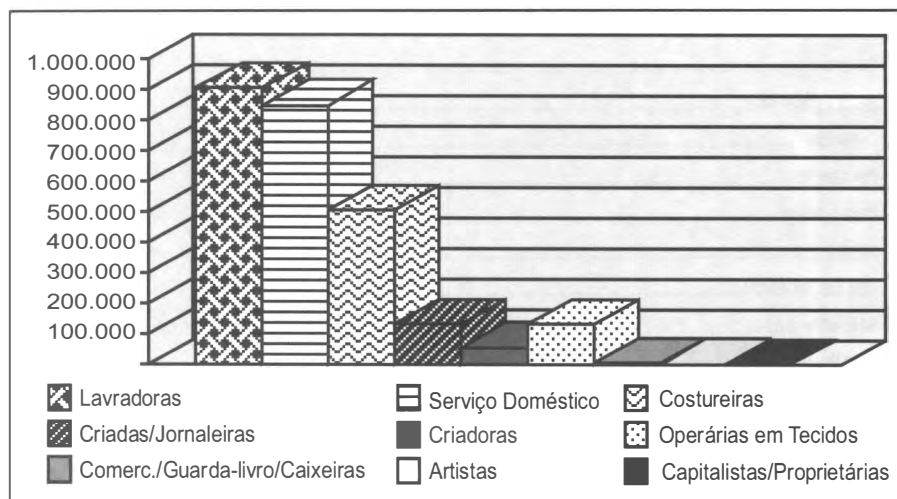
QUADRO I – OCUPAÇÕES POR GÊNERO
(Brasil, 1872)

PROFISSÕES	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Sem profissão	1 984 053	20,44	2 188 061	22,55	4 172 114	42,99
Lavradores	2 131 830	21,97	905 636	9,33	3 037 466	31,30
Serviços domésticos	196 784	2,03	848 831	8,75	1 045 615	10,77
Costureiras	—	—	506 450	5,22	506 450	5,22
Criados/Jornaleiros	274 217	2,83	135 455	1,40	409 672	4,22
Criadores	147 443	1,52	58 689	0,60	206 132	2,12
Operários em tecidos	6 313	0,07	133 029	1,37	139 342	1,44
Comerciantes/Guarda-livros/Caixeiros	93 577	0,96	8 556	0,09	102 133	1,05
Artistas	36 906	0,38	4 297	0,04	41 203	0,42
Capitalistas/Proprietários	23 140	0,24	8 723	0,09	31 863	0,33
Operários em couros/Peles	5 612	0,06	15	—	5 627	0,06
Professores/Homens de Letras	1 307	0,01	2 218	0,02	3 525	0,04
Operários em Chapéus	1 711	0,02	219	—	1 930	0,02
Parteiros	50	—	1 147	0,01	1,197	0,01
Operários em tinturaria	422	—	127	—	549	0,01
Religiosos (regulares)	107	—	286	—	393	—
Total	4 903 472	50,52	4 801 739	49,48	9 705 211	100,00

FONTE: Recenseamento da População do Império do Brasil, 1872.

GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS OCUPAÇÕES FEMININAS

(Brasil, 1872)



Fonte: Recenseamento da População do Império do Brasil, 1872.

4 – GÊNERO E FAMÍLIA

As últimas estatísticas do IBGE mostram que hoje, no Brasil, predominam as famílias nucleares (75,93 %, em 1991), com poucos integrantes, especialmente nas áreas urbanas (Quadros II e III).

Esse quadro, no entanto, não apresenta grandes diferenças com os dados disponíveis sobre a família brasileira no passado. As comparações só são possíveis para algumas áreas específicas em alguns anos, onde existem estatísticas com base nos recenseamentos manuscritos.

É o caso da cidade de São Paulo no ano de 1836, onde predominavam as famílias nucleares, 523 (35,4 %), e o número médio de habitantes por domicílio era entre 1 e 4 elementos em sua maioria, exceptuando-se as famílias «aumentadas» com muitos escravos e maior quantidade de componentes. Isso significa que eram mais comuns as famílias com estruturas mais simples e poucos integrantes.

QUADRO II – TIPO DE FAMÍLIA POR DOMÍCIOS PARTICULARES

(Brasil, 1991)

ESPÉCIE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	%
Nuclear	24 613 556	75,93
Estendida	6 719 093	20,73
Composta	1 082 409	3,34
Total	32 415 058	100,00

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra 97.

QUADRO III – TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA NO BRASIL (1996)

REGIÃO METROPOLITANA	NÚMERO DE PESSOAS
Belém	4,47
Belo Horizonte	3,80
Curitiba	3,68
Fortaleza	4,38
Porto Alegre	3,36
Recife	4,06
Rio de Janeiro	3,40
Salvador	4,02
São Paulo	3,70

FONTE: Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra 97.

Compondo um quadro geral da família paulista, constatamos que as «extensas» ou do tipo «patriarcal» eram apenas uma das formas de organização familiar e não chegavam a representar 26 % dos domicílios. Nos demais, ou seja, em 74 % das casas, predominavam outras formas de composição, o que significa que as famílias «extensas» eram representativas apenas em um segmento da população (Quadro IV).

QUADRO IV – ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1836)

CATEGORIA	TOTAL	%	% ACUMULADA
Singulares	161	16,6	10,6
Desconexos	420	27,7	38,3
Nucleares	523	35,4	72,8
Extensos	18	1,2	74,0
Aumentados	382	25,2	99,2
Fraternos	12	0,8	100,00
Total	1,516	100,00	100,00

FONTE: DAESP. *Maços de População* (mss), Capital, 1836. Lata 37A

Isso, sem dúvida, nos mostra que, ao menos quanto à estrutura e número médio de componentes, a família brasileira não apresentou grandes transformações, o que nos leva a perguntar se não estamos concebendo uma imagem nova da família com base em um pressuposto modelo familiar para o passado, ou seja, o da família «extensa» do tipo patriarcal.

Analisando ainda a estrutura dos domicílios, a partir das informações censitárias, podemos estabelecer, também, relações quanto a posição e papéis dos sexos na família.

No último censo analisado no Brasil (1991), verificamos que a liderança dos fogos está maioritariamente nas mãos dos homens (28 440 447 – 81,88 %) em relação aos 6 294 268 (18,12 %) chefiados por mulheres. Significativa diferença entre essas cifras aparece na faixa etária dos 35 aos 59 anos, onde o sexo masculino detém 41,19 % e o feminino, 8,96 % (Quadro V e Gráfico 8).

QUADRO V – CHEFES DE DOMICÍLIOS POR IDADE E SEXO *

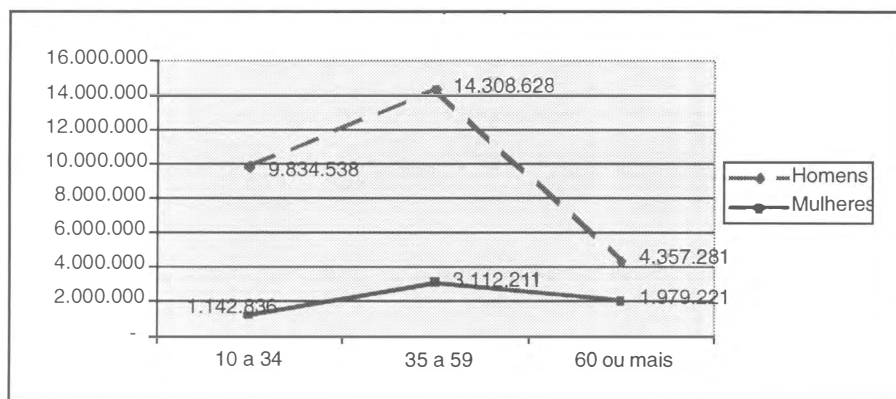
(Censo de 1991)

IDADE	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL GERAL
10 a 34	9 774 538	28,14	1 142 836	3,29	10 917 374
35 a 59	14 308 628	41,19	3 112 211	8,96	17 420 839
60 ou mais	4 357 281	12,54	2 039 221	5,87	6 396 502
Total	28 440 447	81,88	6 294 268	18,12	34 734 715

FORTE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, V. 51, 1991, p. 213.

* Percentagem calculada a partir do total geral = 34 734 715.

GRÁFICO 8 – CHEFES DE DOMICÍLIO NO BRASIL SEGUNDO IDADE E SEXO (1991)



FORTE: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, V. 51, 1991, p. 213.

Na segunda metade do século XIX, os dados coletados no Censo de 1872 mostraram que, em geral, nas regiões econômicas examinadas, aproximadamente 30 % das mulheres eram chefes de domicílio e mantinham as suas famílias⁸, principalmente entre as idades de 35 e 59 anos. Os homens, por sua vez, continuavam liderando a cifras de chefia dos lares em todas as idades, com maior diferença na faixa etária dos 10 aos 34 anos (ver Quadro V e Gráfico 9).

Os resultados gerais encontrados para 1872 (29,84 %) são comparáveis, portanto, às estatísticas regionais, levantadas em censos manuscritos, do final do período colonial (Quadro VI).

QUADRO VI – CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO IDADE E SEXO

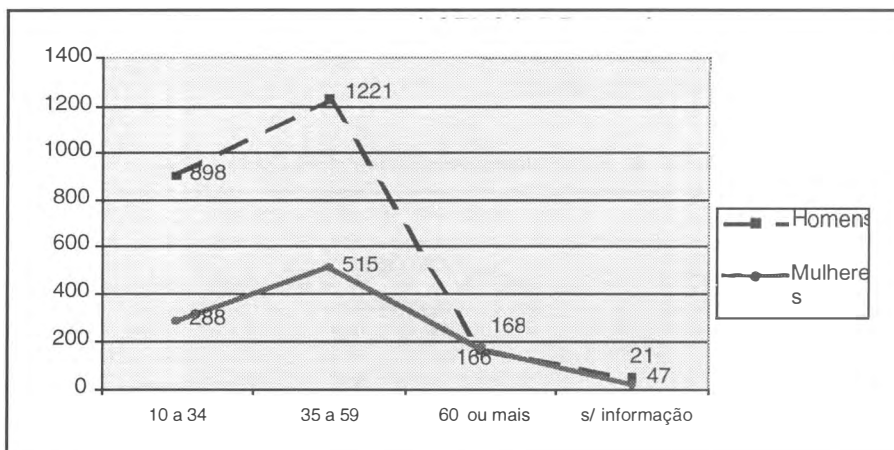
(Censo de 1872)

I D A D E	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL GERAL	%
10 a 34	898	27,02	288	8,66	1 186	35,68
35 a 59	1 221	36,73	515	15,49	1 736	52,23
60 ou mais	166	4,99	168	5,05	334	10,05
S/ informação	47	1,41	21	0,63	68	2,05
Total	2 332	70,16	992	29,84	3 324	100,00

FONTE: Recenseamento da População do Império do Brasil, 1872.

GRÁFICO 9 – CHEFES DE DOMICÍLIO NO BRASIL SEGUNDO IDADE E SEXO

(Censo de 1872)



FONTE: Recenseamento da População do Império do Brasil, 1872.

Os índices mais elevados estão em Minas Gerais, onde era marcante a presença de mulheres como chefes de domicílios, sendo responsáveis pelas economias domésticas e por várias actividades na manufactura, especialmente de algodão e tecidos. Em 1804, em Vila Rica, Minas Gerais, 764 mulheres adultas mantinham suas próprias famílias, correspondendo a 45 % dos domicílios na cidade⁹. No entanto, pouco ainda sabemos sobre quem eram essas mulheres quanto a origem, raça e condição, o tipo de família que lideravam e o seu modo de vida.

Para Santiago Maior do Iguape, Bahia, em 1835, temos mais informações. Comparando a variável raça com ocupação no total de domicílios chefiados por mulheres, o quadro era o seguinte: 65 % era dos extractos sociais mais baixos e trabalhavam; 11,9 % eram do extrato médio, tinham emprego próprio ou comerciavam e somente 1,3 % era da elite¹⁰.

Os indícios são, portanto, de que ao menos na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, que contavam com o trabalho da família para a sobrevivência do fogo. E desse modo, as crianças, adultos, dependentes e agregados ajudavam a engrossar a renda familiar. As ocupações mudavam frequentemente, vivendo como podiam e vendendo os excedentes da produção domiciliar para poder sobreviver. Em todos esses lares era comum a liderança feminina, organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, sem dúvida, fugia à regra do modelo patriarcal¹¹.

Na vila de São Paulo, no Sul do país, em 1836, por exemplo, 1/3 dos domicílios eram chefiados por mulheres, facto também provocado pela migração masculina para outras áreas em busca de novas terras e oportunidades económicas. Ali as mulheres tinham presença considerável na manufactura têxtil domiciliar, em pequenos negócios, na venda de produtos e na prestação de serviços à comunidade¹².

Também no Nordeste, na segunda metade do século XIX, a divisão de tarefas entre os membros da família não seguia as normas determinadas no modelo patriarcal. Em geral, a estrutura da família, desde que comparada com a do Sul, era mais complexa, mas homens e mulheres dividiam deveres e trabalhavam para a sobrevivência do grupo, conforme dados que encontramos no Censo de Fortaleza, para o ano de 1887¹³.

No caso das mulheres nordestinas, elas também promoviam a integração de outros adultos, crianças, homens livres, escravos e agregados nas tarefas relativas à economia doméstica, como na manufactura de louça e tecidos. Pequenos negócios e lavoura também não eram incomuns¹⁴.

Atenta a esse panorama, a Historiografia Brasileira, a partir dos anos 70, passou a incorporar a idéia de múltiplos modelos familiares no Brasil e da existência de um sistema patriarcal modificado, especialmente no Sul do país. Os estudos também apontaram para a maior flexibilidade do modelo patriarcal, especialmente em contextos regionais¹⁵.

Isso tudo serve para indicar que para entendermos, actualmente, a família no Brasil é necessário partir de outros parâmetros, quanto ao passado, prestando atenção no movimento da população, nos sistemas económicos e enfatizando ainda a complexidade e as diferenças existentes nas famílias por regiões, grupos étnicos e classes sociais, ao longo do tempo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

APC – *Arrolamento da Cidade de Fortaleza* (mss), 1887.

DAESP – *Maços de População* (mss). Capital, 1836.

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 51, 1991.

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1996.

Pesquisa Nacional por amostra em domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

Recenseamento da população do Império do Brasil, a que se publicou em 1.º de Agosto de 1872.

Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA 97.

Bibliografia

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva – *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* – São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIAZ, Arlene and STEWART, Jeff – *Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835* – In: *Journal of Family History*, 1991. 16(03), pp. 299-313.
- HÄHNER, Juner – *Emancipating the female sex, the struggle for women's rights in Brazil: 1850-1940* – Duke University Press, 1990.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne – *Household economy and urban development – Sao Paulo 1765 to 1836* – Boulder: Westview Press, 1985.
- Metcalé, Alida – *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822* – Berkeley/Los Angeles: California University Press, 1992.
- NAZZARI, Muriel – *The disappearance of the dowry: women, families, and social change in Sao Paulo, 1600-1900* – Stanford: Stanford University Press, 1991.
- RAMOS, Donald – *A mulher e a família em Vila Rica de Ouro Preto: 1754-1838*. In: *História e População* – São Paulo: ABEP/IUSSP, 1990.
- SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda – *Manos femeninas: trabajo e resistencia de las mujeres brasileñas*. In: PERRON, Michelle (ed.) – *Historia de las Mujeres – El siglo XX*. V. 5. pp. 709-718.
- SAMARA, Eni de Mesquita – *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX* – São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- *Heading households and surviving in a man's world: Brazilian women in the nineteenth century*. In: HAYNES, Mary Jo e WALTER, Ann (orgs.) – *Gender, Kinship and Power* – Minnesota: Minnesota University Press, 1995. pp. 233-242.

NOTAS

- ¹ Antes de 1872 a pesquisa só pode ser feita por localidades em recenseamentos manuscritos que não existem para o Brasil como um todo.
- ² Esta pesquisa faz parte do Projeto Integrado, atualmente em curso – *Gênero, identidade e representações na América Latina do século XIX* – financiado pelo CNPq.
- ³ Ver HÄHNER, June – *Emancipating the female sex, the struggle for women's rights in Brazil: 1850-1940* – Duke University Press, 1990.
- ⁴ Ver SAMARA, Eni de Mesquita e MATOS, Maria Izilda – *Manos femeninas: trabajo e resistencia de las mujeres brasileñas*. In: PERRON, Michelle (ed.) – *Historia de las Mujeres, El siglo XX* – V. 5. pp. 709-718.
- ⁵ *Anuário Estatístico do Brasil* – Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1996.
- ⁶ *Idem*.
- ⁷ *Idem*.
- ⁸ *Idem*.
- ⁹ RAMOS, Donald – *A mulher e a família em Vila Rica de Ouro Preto: 1754-1838* – In: *História e População* – São Paulo: ABEP/IUSSP, 1990.
- ¹⁰ DIAZ, Arlene and STEWART, Jeff – *Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835* – In: *Journal of Family History* – 1991. 16 (03). pp. 299-313.

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva – *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* – São Paulo: Brasiliense, 1984; SAMARA, Eni de Mesquita – *As mulheres, o poder e a família* – São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura, 1989.

¹² *Idem.*

¹³ *Arrolamento da cidade de Fortaleza* (mss), 1887, ver: SAMARA, Eni de Mesquita – *Heading households and surviving in a man's world: Brazilian women in the nineteenth century* – In: HAYNES, Mary Jo e WALTER, Ann (orgs.) – *Gender, Kinship and Power* – Minessota: Minessota University Press, 1995. pp. 233-242.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ NAZZARI, Muriel – *The disappearance of the dowry: women, families, and social change in Sao Paulo, 1600-1900* – Stanford: Stanford University Press, 1991; METCALF, Alida – *Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822* – Berkeley/Los Angeles: Califórnia University Press, 1992.

POPULAÇÃO E FAMÍLIA DE UMA VILA AÇORIANA: AS VELAS DA ILHA DE S. JORGE (1766-1799)

Artur Boavida Madeira e José Damião Rodrigues
Assistentes do Departamento de História,
Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores

Paulo Lopes Matos
Instituto Superior de Educação e Ciências (Lisboa)

ABSTRACT

This paper aims to characterize the demographic and social dynamics in the Azores during the Early Modern Age, focusing on the demographic evolution of the island of São Jorge in the second half of the 18th century.

To do so, we studied density, volume and rhythms of population growth in the parishes of Velas (S. Jorge). The paper concludes by analysing the data in the róis de confessados e comungados of the parish, in order to capture the household composition and so to obtain a picture of the city's demographic system.

INTRODUÇÃO

Na sequência da investigação que estamos a empreender sobre a dinâmica populacional e social do arquipélago dos Açores durante o Antigo Regime, o presente estudo tem como principal objectivo a exploração e análise dos róis de confessados da vila das Velas, na ilha de S. Jorge, para os anos de 1766 – o mais antigo rol conhecido para esta ilha – e 1794, seleccionado pelo conteúdo da sua informação ¹.

No primeiro ponto, centramos a nossa atenção sobre as fontes utilizadas e suas limitações. Num segundo ponto, apresentamos um quadro geral do comportamento da população jorgense, destacando os aspectos básicos, como a densidade, volume e ritmos de crescimento, e o seu movimento natural. No terceiro, efectuamos uma análise sobre os róis de confessados e comungados, discutindo alguns aspectos relativos às estruturas familiares de então. De modo a obtermos uma imagem mais fiável da realidade da estrutura familiar em S. Jorge, dentro dos limites impostos pela documentação e também em função do espaço restrito que seleccionámos, optámos por analisar igualmente o lugar da Beira, pertencente ao concelho de Velas e sufragâneo da sua igreja Matriz. Assim, colocando lado a lado um espaço rural e outro urbano, pensamos conseguir uma primeira aproximação ao que terá sido a realidade dos agregados domésticos jorgenses no século XVIII ².

1 – AS FONTES

Relativamente aos róis de confessados e comungados de Velas e Beira, devemos referir, antes de mais, que o de 1766 não é um verdadeiro rol. De facto, trata-se de uma cópia-relatório feita a partir do original de 1766 e enviada em 1767 para o capitão-general, em Angra.

O envio de dados populacionais para o representante máximo do poder central nos Açores obedecia à grande preocupação com o cômputo populacional que se manifesta no período pombalino e se integra nas orientações mercantilistas de fixação de mão-de-obra junto de eventuais fontes de riqueza que se pretendiam implementar ou desenvolver e, também, de dispor de um apreciável número de indivíduos recrutáveis sempre que o exército o exigisse. É neste quadro que devem ser entendidas as *instruções secretíssimas* emitidas a este respeito pelo Conde de Oeiras para o primeiro Capitão General, D. Antão de Almada³.

22 – Sendo a primeira riqueza dos Estados a do numero dos seus habitantes: Deve ser hum dos principaes objectos do vosso cuidado; não só impedireis a extraordinaria dezerção, com que se tem despovoado as referidas Ilhas, (...); mas tambem promoveres o augmento da Povoação pelos proprios, e adequados meynos, com que ella se tem adiantado tanto nas Colonias de França, Inglaterra e Holanda [...].

Desta instrução sobressai a necessidade de conhecer os efectivos populacionais, como principal riqueza do Estado, e de controlar a sua saída, que deveria ser abundante, contrariando assim o «despovoamento» das ilhas. São os ideais populacionistas das políticas de cariz mercantilista. Convém também sublinhar a analogia que aí é feita com as administrações francesa, inglesa e holandesa, que seriam exemplos de sucesso a seguir nos arquipélagos atlânticos portugueses.

No parágrafo seguinte destas *instruções* delineava-se igualmente o modo como se deveria proceder ao levantamento do número de habitantes:

23 – Em ordem a este fim mando avizar ao Bispo de Angra, que ordene aos Parochos daquela Diocezi, que athé o fim do Mez de Janeiro de cada hum anno inviem aos Ministros de Vara Branca das respectivas Terras, ou das que a ellas ficarem mais vezinhas, huma exacta relação devidida em tres separaçõs: A saber, Primeira de todas as Pessoas de comunhão, que cada hum delles tiver na sua Freguezia: Segunda de todas as Pessoas falecidas desde o primeiro de Janeiro athé o ultimo de Dezembro; declarando quantos das ditas Pessoas falecidas erão athé dez annos de idade; quantos athe quarenta, quantos athe setenta e quantos athe outenta, e dahi para cima: E a terceira divizão em fim dos baptizados, que se houverem feito nas sobreditas Parochias em cada hum dos referidos annos⁴.

O propósito de conhecer e controlar a evolução populacional parece-nos muito claro nas medidas indicadas. As categorias exigidas – «pessoas de comunhão» de cada freguesia, falecimentos e baptizados – apontam sobretudo para a compreensão do que denominamos hoje por volume e movimento natural da população.

Em relação às características das fontes aqui analisadas, estas apresentam, quer no que respeita aos dados registados, quer à sua qualidade, diferenças significativas. Assim, o «rol» de 1766, devido à sua especificidade, não indica o nome dos arruamentos nem o número de cada fogo. Já o rol de 1794 – como de resto, todos os róis existentes no Arquivo da Igreja Matriz das Velas – não difere, no essencial, dos que encontramos em outras regiões do país⁵. Algumas anotações marginais permitem-nos afirmar que o seu redactor estava atento às características da população, o que será um possível indicador da sua fiabilidade⁶.

No entanto, os róis consultados não indicam a idade dos paroquianos e apresentam lacunas importantes em termos de relação (de parentesco ou dependência) e estado. Quanto ao registo da ocupação profissional dos membros dos agregados domésticos, informação essencial para uma correcta articulação entre a estrutura socio-económica local e a dimensão e tipo de fogo, apenas existe no rol de 1794.

Estas falhas são particularmente graves na medida em que a não indicação, para um indivíduo, do seu estado civil quando solteiro ou viúvo ou da relação de parentesco ou dependência com o cabeça de casal dificulta a análise da estrutura familiar e a correcta classificação dos fogos no que concerne aos padrões de coresidência, que procuramos estudar no ponto 3⁷. Como veremos adiante, vários são os agregados distintos que surgem sob um mesmo número de fogo, embora não saibamos qual a relação que existia entre os coresidentes. O facto destes núcleos não poderem ser correctamente integrados na grelha tipológica de classificação dos diversos agregados conduz, como veremos, a uma sobredimensionação do tipo 6 (indeterminados).

De igual modo, e tal como já havia sido referido para a freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada, a existência em diversos fogos de assistentes ou de pessoas cuja relação com o chefe da casa não é indicada – e considerados todos como coresidentes sem laços de parentesco com o cabeça de casal – contribui para uma subestimação dos fogos de tipo 2c (coresidentes sem laços de parentesco) e um conseqüente empolamento do tipo 6⁸.

Ainda a respeito das dificuldades colocadas pela apresentação dos dados nos róis examinados, não devemos esquecer que, devido aos anos seleccionados (1766 e 1794), os resultados conseguidos não conseguem dar conta da dinâmica familiar e dos ciclos de vida, o que só seria alcançado através de uma análise longitudinal. Refiramos, apenas a título de exemplo, que deparámos com núcleos familiares que, em anos anteriores ou posteriores, surgem isolados e aqui integrados num outro fogo⁹ e ainda com cinco casos de pessoas ou núcleos coresidentes separados dos demais elementos do agregado por um pequeno traço¹⁰.

Estas questões serão retomadas ao analisarmos a estrutura familiar velense e então aproveitaremos para comentar os problemas que coloca a aplicação da tipologia dos padrões de coresidência a uma realidade social mais complexa, discutindo então os tipos propostos e a possível classificação de vários agregados problemáticos¹¹.

Finalmente, em termos de crítica das fontes, teremos de mencionar a questão dos menores de sete anos, que este tipo de *corpus* documental não abrange. Não querendo repetir aqui o que dissemos em trabalhos anteriores, gostaríamos, contudo, de avançar com algumas ideias que possam contribuir para um melhor esclarecimento desta problemática e, ao mesmo tempo, buscar valores mais próximos da realidade populacional do século XVIII jorgense.

No ponto 2, ao analisarmos a evolução da população em S. Jorge ao longo de Setecentos, comentaremos as limitações interpretativas que resultam do facto dos róis de confessados e comungados não incluírem os menores de 7 anos. Em termos de

volume populacional, avançaremos algumas estimativas que permitirão ultrapassar este óbice. De igual modo, no ponto 3, abordando a estrutura familiar jorgense e a composição dos agregados domésticos, retomaremos este tópico, condicionante da classificação dos fogos segundo os padrões de coresidência. De facto, a não inclusão dos menores de 7 anos nos róis provoca, por um lado, distorções significativas nos grupos domésticos de tipo 3a (casais sem filhos) e 3b (casais com filhos), e, por outro, gera uma sobrestimação nos de tipo 1 (solitários, solteiros ou viúvos) e uma subestimação nos de tipo 3c (viúvos com filhos), 3d (viúvas com filhos) e 4b (grupo doméstico alargado a parentes descendentes)¹².

Registe-se, desde já, que no «rol» de 1766, e em observância das instruções emanadas da Capitania Geral, são indicados, depois de concluída a listagem de fogos, os «parvulos» baptizados nesse ano, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro. A inclusão destes nos respectivos fogos, caso fosse conseguida a sua correcta identificação – o que nem sempre é possível, devido à frequência de certos nomes próprios e apelidos, bem como à inconstância com que, de um documento para outro, surge designado um mesmo indivíduo (por exemplo, com a ordem dos apelidos trocada) –, iria avolumar os fogos de tipo 3b (casais com filhos).

As próprias fontes, aliás, contêm dados que seriam aparentemente incoerentes se não estivessemos alertados para o facto dos menores de 7 anos não estarem incluídos no cômputo de «almas». Em Velas, em 1794, três fogos (fogos 51, 148 e 149) incluem amas e dois (fogos 36 e 200) albergam amas de leite. As duas amas de leite são coresidentes em fogos onde o chefe da família e sua mulher surgem sem filhos (fogo 36) ou onde o cabeça do agregado, um pároco, reside com um sobrinho e a mulher e filho deste (fogo 200). Ora, a sua presença só se justifica perante a existência de crianças em fase de aleitação e no seio de um agregado com um casal fértil. Como podemos constatar, é a própria fonte que «revela» as suas lacunas.

Idêntica consequência em termos de distorção da análise tem o «rol» de 1766 ao só apresentar as «pessoas de comunhão», ou seja, os maiores de 12 anos do sexo feminino e de 14 anos do sexo masculino¹³, o que determina a existência de uma faixa da população, que, tal como os menores de 7 anos, não é contabilizada, gerando, desse modo, uma sobrestimação dos fogos de tipo 3a. Isto já não se verifica com o rol de 1794, no qual estão registados os maiores de 7 anos que se confessam, mas não comungam (a faixa 7-12 anos nas raparigas e 7-14 anos nos rapazes).

Apresentadas as fontes e suas principais limitações, vejamos agora a evolução de São Jorge em termos demográficos.

2 – VOLUME, RITMOS DE CRESCIMENTO E DINÂMICA DA POPULAÇÃO DE S. JORGE

S. Jorge, apesar da sua centralidade espacial no quadro geográfico açoriano, foi, desde o início do povoamento, uma ilha periférica. Além disso, a sua geomorfologia fortemente acidentada impediu a maximização da área cultivável, levando, desde cedo, ao aproveitamento dos excelentes pastos para a criação de gado, ainda hoje o sustento da maior parte da população. Deficitária em cereais, dependendo do abastecimento das ilhas produtoras (S. Miguel, Terceira, Graciosa, Faial), nomeadamente em períodos de crise frumentária, e exposta aos ataques de corsários – tal como outras ilhas do perímetro açoriano, apesar das medidas defensivas tomadas desde meados do século XVI –, S. Jorge conheceu, a partir do século XVIII, um importante surto migratório, que condi-

cionou a sua evolução demográfica. Face à «fome de terra» dos mais desfavorecidos e à produção cerealífera insuficiente, a emigração parecia funcionar como uma solução, buscando-se, em outras terras, o que a ilha não oferecia¹⁴. Neste contexto, o Brasil surgiu, na centúria de Setecentos e mesmo posteriormente, como o pólo de atracção dominante para as populações insulares¹⁵.

Em função deste quadro, como terá evoluído a população em S. Jorge durante o século XVIII?

As fontes «demográficas» relativas a S. Jorge apresentam, ao longo do tempo, diferenças significativas em termos de produção. Assim, até 1769, os dados assentam, de forma geral, nas indicações fornecidas pela Igreja, havendo, portanto, e como acima referimos, a omissão de algumas faixas populacionais – menores de 7 anos de idade e «menores de comunhão». Nesse sentido, apresentamos aqui algumas estimativas, utilizando os dados apresentados nos «mapas» de habitantes posteriores a 1776, para São Jorge, que incluem a divisão por idades e que contemplam uma categoria referente aos menores de sete anos de idade.

Como se pode observar no Quadro I, a diversidade de comportamentos deste grupo etário é notória ao longo tempo. Vários autores, recorrendo ao método das populações estáveis, têm apontado, para Portugal, valores compreendidos entre 14 % e 18,2 %¹⁶.

QUADRO I – PERCENTAGEM DE MENORES DE 7 ANOS DE IDADE, DE AMBOS OS SEXOS, EM S. JORGE, ENTRE 1776 E 1797

ANOS	MENORES (%)
1776	17,8
1777	16,5
1779	16,3
1780	17,7
1781	17,5
1782	17,4
1790	18,4
1791	16,8
1792	17,7
1793	18,8
1794	16,6
1795	16,7
1797	17,7
Média	17,3

No caso açoriano, as especificidades de cada ilha determinam ainda comportamentos diferenciados com reflexos a este nível¹⁷. Relativamente a S. Jorge, consideramos aceitável a utilização do valor médio de 17,3 %¹⁸. No entanto, neste estudo, em que se compara a vila das Velas face ao panorama da ilha não se nos afigura legítimo atribuir o mesmo coeficiente. Aliás, com base na média dos dados respeitantes à década de 1790, que englobam os rapazes e raparigas «que ainda não vão a rol por menos de 7 annos», concluiu-se que os menores desta Matriz deveriam representar cerca de 15,7 % do total de habitantes¹⁹.

Uma outra questão a introduzir aqui prende-se com o grupo de indivíduos que se encontram dentro dos «menores de comunhão» – os que se confessavam mas que ainda não detinham, pela sua idade, o estatuto de comungantes. O cálculo deste grupo é

também determinante para a compreensão de alguns «mapas» que contemplam meramente os «maiores», aqueles que têm capacidade de comungar.

Considerando que é a estes «menores» que se refere o «mapa» de 1747²⁰, recorreremos aos dados aí apresentados para a determinação do peso deste grupo etário. A simples interpretação da importância deste grupo no contexto apresentado pela fonte condicionava qualquer leitura. Os valores eram distorcidos pela falta de uma franja populacional – os menores de 7 anos. Por isso, considerámos que só após a determinação e adição de um valor médio dos menores de 7 anos era possível calcular o peso dos «menores» referido pela fonte. Trata-se, obviamente, de uma estimativa sobre outra, cálculo pouco aconselhável em termos demográficos, mas o único possível face aos dados apresentados pela fonte²¹.

Para a ilha de S. Jorge obtivemos, assim, o valor de 11,6 %, como representativo daquela faixa etária (maiores de 7 anos). Apesar de se referir somente a um ano – o que é, só por si, uma limitação –, estes valores não poderão deixar de ser representativos dessa franja populacional²². E se o eram em 1747, não terão deixado de o ser, proporcionalmente, 20 anos mais tarde. A importância relativa detectada neste grupo apresenta oscilações consideráveis no interior do arquipélago, variando entre os 6,9 % na ilha do Corvo e os 13,5 % na ilha do Faial²³. Para os Açores, em termos globais, poder-se-á considerar um valor médio de 12,3 %.

Com base nos quantitativos assim equacionados, aos valores dos «mapas», realizados em 1766 e 1769, importa acrescentar duas parcelas complementares para o conhecimento do volume populacional de então, que comportam os menores de sete anos e os maiores dessa idade que não são tidos ainda como comungantes. Note-se que as informações veiculadas nesses «mapas» se referem explícita e unicamente às pessoas de comunhão e, portanto, aos «maiores» comungantes.

Julgamos que estas considerações em torno de determinados pormenores apresentados pelas fontes e consequente análise e correcção servem, acima de tudo, como forma de ultrapassar algumas deficiências da qualidade dos dados.

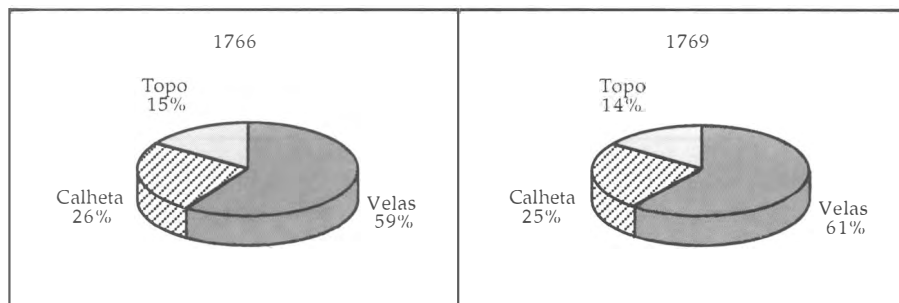
A ilha de S. Jorge, de forma longilínea, com uma área de 245,76 Km², ocupa o quarto lugar entre as maiores dos Açores. Devido às suas características morfológicas, a população distribui-se quase que exclusivamente ao longo da costa sul e por algumas fajãs. Em termos de organização político-administrativa, a ilha de S. Jorge, em finais da década de sessenta do século XVIII, apresentava três vilas – Velas, Calheta e Topo – e mais sete freguesias²⁴.

QUADRO II – A POPULAÇÃO DA ILHA DE S. JORGE EM 1766 E 1769 (ESTIMATIVA)²⁵

CONCELHOS	ANOS							
	1766				1769			
	Comunhão	< 7 anos	> 7 anos	Total	Comunhão	< 7 anos	> 7 anos	Total
Velas	5 287	1 286	863	7 436	5 656	1 376	919	7 951
Calheta	2 273	553	371	3 197	2 352	572	382	3 306
Topo	1 309	319	214	1 841	1 342	327	218	1 887
Total	8 869	2 158	1 447	12 474	9 350	2 275	1 519	13 144

A vila das Velas e seu termo detinha cerca de 60 % da população jorgense. As outras duas vilas, apresentavam valores manifestamente inferiores, sendo a vila da Calheta a que surgia em segundo lugar em termos de concentração populacional. A vila do Topo, circunscrita unicamente a uma freguesia, detinha uma importância de cerca de 15 %, surgindo, no entanto, como a segunda freguesia mais populosa da ilha de S. Jorge.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ILHA DE S. JORGE EM 1766 E 1769



Neste curto espaço de tempo que temos vindo a analisar – 1766-1769 – o comportamento da população de S. Jorge tendia para um aumento considerável, como se pode observar no Quadro seguinte.

QUADRO III – TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ENTRE 1766 E 1769, NA ILHA DE S. JORGE

CONCELHOS	1766-1769 TCAM %
Velas	2,26
Calheta	1,12
Topo	0,83
S. Jorge	1,76

Velas apresentava maior crescimento do que qualquer uma das outras parcelas da ilha. Embora apresentando valores consideráveis para a época, o Topo era a que menos crescia, a um ritmo médio anual de 0,83 %. Apesar de tudo, este aumento não foi suficiente para se atingirem os efectivos obtidos em 1747 – 13 995 habitantes estimados. Disso são claro exemplo as densidades registadas nos vários anos em observação: em 1747, por Km², encontrávamos cerca de 57,2 habitantes; em 1766, esse valor era de 50,8; e, em 1769, correspondia a 53,5 hab./Km².

Uma evolução positiva entre 1766 e 1769, na ordem dos 670 habitantes, poderá justificar-se pela recuperação demográfica que ocorre após o terramoto de 1757 que vitima cerca de 20 % da população dos concelhos da Calheta e Topo. Repare-se que o mapa de 1769 acusa um acréscimo de 481 «almas de comunhão», o que é compreensível para um sistema demográfico de «baixa pressão» como o da ilha de S. Jorge. A recuperação demográfica dos efeitos do terramoto ter-se-ia feito rapidamente até 1776, momento em se atingia de novo o tecto maltusiano²⁶.

Para o período posterior, recorreremos aos «mapas de habitantes» que, no caso de S. Jorge, têm início em 1776. Os valores referentes aos efectivos desta ilha deixam-nos, no entanto, algumas dúvidas quanto à qualidade dos «mapas». Registam-se variações muito acentuadas em curtos espaços de tempo, algumas vezes de ano para ano, facto que só seria possível, mas pouco provável, se ocorressem movimentos migratórios de entrada e saída frequentes.

QUADRO IV – A POPULAÇÃO NA VILA DAS VELAS E NA ILHA DE S. JORGE (1776-1799) ²⁷

ANOS	EFFECTIVOS		HABITANTES / KM ²	
	Velas	Ilha de S. Jorge	Velas	Ilha de S. Jorge
1766	2 182	12 474	143,7	50,5
1769	2 410	13 144	158,8	53,3
1776	2 471	14 036	162,8	57,1
1777	2 355	13 821	155,1	56,2
1779	2 399	13 364	158,0	54,4
1780	2 440	13 862	160,7	56,4
1781	2 551	14 487	168,1	58,9
1782	2 509	14 632	165,3	59,5
1790	2 168	13 567	142,8	55,2
1791	2 267	13 234	149,3	53,8
1792	2 203	13 493	145,1	54,9
1793	2 213	14 140	145,8	57,5
1794	2 298	13 678	151,4	55,7
1795	2 245	13 831	147,9	56,3
1797	2 268	14 073	149,4	57,3
1799	2 109	13 439	138,9	54,7

Apesar desta reserva aos indicadores volumétricos e das elevadas taxas que ocorreram no seio deste período de 33 anos, julgamos aceitável o ritmo global de 0,23 % ao ano, apurado entre 1766 e 1799, que aponta para um crescimento lento dos efectivos jorgenses. Se considerarmos, no entanto, o período 1776 a 1799 verificamos a ocorrência de um decréscimo populacional de - 0,18 %. No que diz respeito à vila das Velas, a sua evolução, entre os anos limites considerados, é negativa - de 1766 a 1799 apresenta uma taxa de crescimento anual média (T.C.A.M.) de - 0,1 %; entre 1776 e 1799 a T.C.A.M. é de - 0,7 %. Porém o Gráfico 2 mostra que a evolução foi assaz descontínua e a linha de regressão inflectia se considerássemos o período compreendido entre 1776 e 1799.

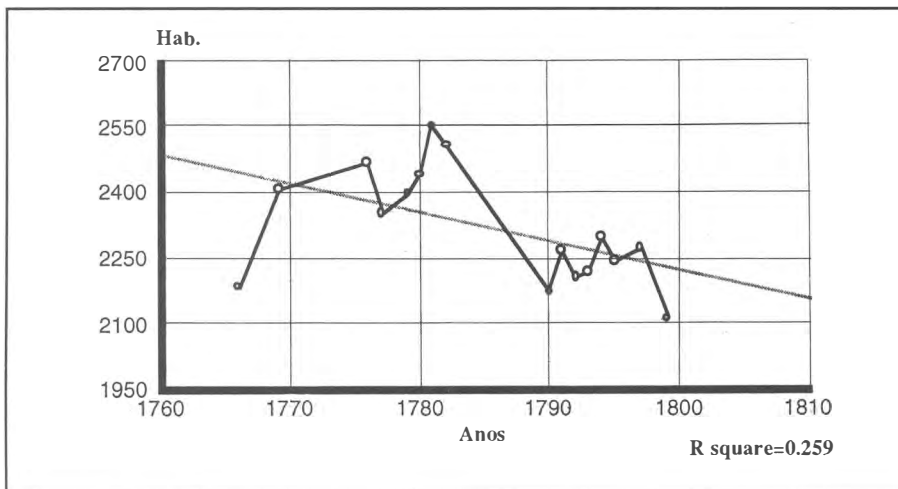
Em termos de tendências de crescimento, estimadas através da regressão e não das taxas de crescimento anual médio, devemos considerar três períodos: o de 1766 a 1776 caracterizado por um aumento significativo dos efectivos; o de 1776 a 1781 onde também se evidencia uma tendência de rápido incremento, se bem que desigual. O último período, 1782 a 1799, é marcado por uma baixa notória até 1791, ano em que a população retoma o seu crescimento mas sem repôr os efectivos perdidos desde 1782.

De um modo global o volume de efectivos parece processar-se por ciclos de crescimento que cessam quando a ilha atinge um determinado patamar – c. 14 000 efectivos. A partir desse momento inicia-se uma retracção causada pelos movimentos migratórios, única solução para uma ilha que não foi fustigada por crises de mortalidade, como veremos aquando da caracterização dos comportamentos da natalidade e mortalidade.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA ILHA DE S. JORGE (1766-1799)



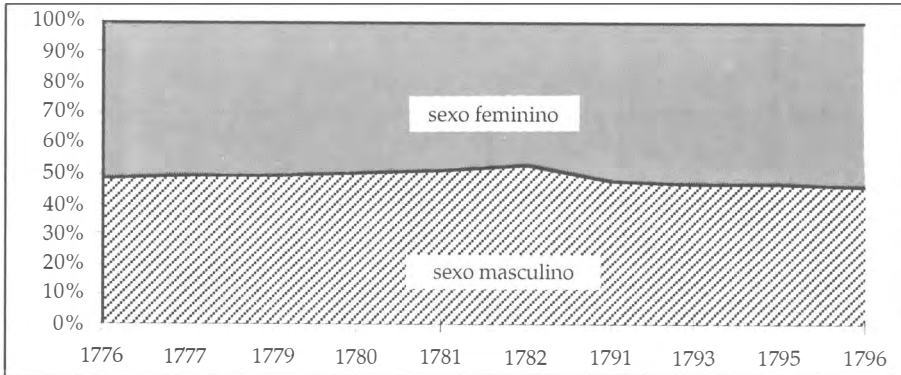
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA VILA DAS VELAS (1766-1799)



Entre 1766 e 1799 o panorama que se vislumbra na vila das Velas não é muito diferente do da ilha, apesar do saldo global se cifrar numa T.C.A.M. negativa (-0,1%). Desde a criação da Capitania-geral a 1782, a vila apresenta um crescimento moderado. Deste ano até 1799, a tendência aponta para uma quebra acentuada de 1782 a 1790,

retomando a partir daí o seu crescimento mas nunca reunindo mais de 2 300 fregueses. Este segundo período de evolução populacional da Matriz é muito semelhante ao terceiro que se dividiu para a ilha, existindo mesmo uma forte correlação nos anos em que as linhas se inflectem. Futuras investigações, cobrindo o hiato de 1783 a 1789, e que desçam ao nível da freguesia, poderão aclarar este aspecto.

GRÁFICO 4 – A POPULAÇÃO DA ILHA DE S. JORGE, POR SEXOS (1776-1796)



Em termos da evolução dos dois sexos, são notórios dois períodos distintos. No sexo masculino, houve entre 1776 e 1782 um aumento crescente, quer em valores absolutos quer em termos relativos; a partir de 1791, o seu comportamento evoluiu em sentido contrário²⁸.

QUADRO V – RELAÇÃO DE MASCULINIDADE GLOBAL NA ILHA DE S. JORGE (1776-1796)

A N O S	RELAÇÃO DE MASCULINIDADE (Porcentagem)
1776	95
1777	98
1779	98
1780	101
1781	97
1782	102
1791	90
1793	89
1795	89
1796	85
1797	87
1799	90

Os valores patentes no Quadro V reflectem essa situação: o aumento dos efectivos masculinos até 1781, atingindo-se mesmo situações de sobremasculinidade nos anos de 1780 e 1782, e, seguidamente um movimento de declínio em paralelo com o crescimento dos efectivos femininos, passando a haver, em 1796, uma relação muito baixa em que para cada 100 mulheres existiam somente 85 homens.

QUADRO VI – IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS JOVENS, ACTIVOS E VELHOS NA ILHA DE S. JORGE (1776-1796)

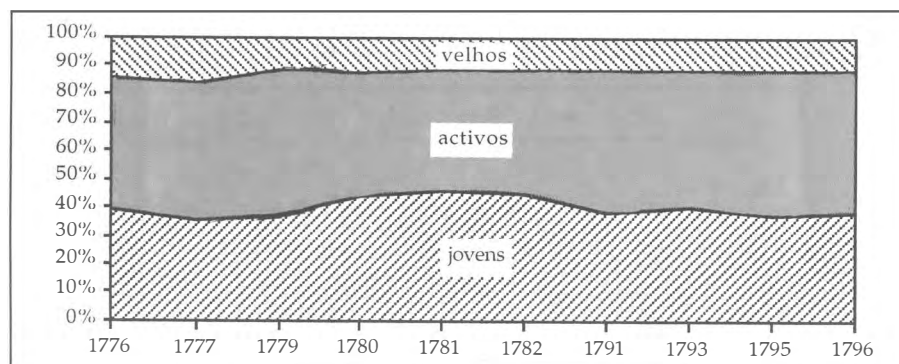
SEXO MASCULINO	A N O S									
	1776	1777	1779	1780	1781	1782	1791	1793	1795	1796
Jovens	38,5	35,3	37,2	43,7	45,2	44,5	37,8	39,2	37,4	38,3
Activos	46,6	48,4	50,6	43,7	42,6	43,2	51,1	48,7	50,7	50,2
Velhos	14,9	16,4	12,3	12,5	12,2	12,4	11,2	12,1	11,9	11,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A forte redução dos activos do sexo masculino nos anos de 1780, 1781 e 1782, parece traduzir uma movimentação migratória com alguma dimensão. Além disso, tratar-se-ia da saída isolada de homens, em idade activa, uma vez que não se encontra correspondência nos outros grupos deste sexo nem nos do sexo feminino. Sublinhe-se ainda, curiosamente, que este movimento não afectou negativamente a evolução populacional. Ao invés, registam-se taxas de crescimento anual médio bastante notórias em paralelo com um aumento dos efectivos masculinos.

Em relação aos Jovens, a situação é manifestamente inversa à verificada com os Activos. Entre 1780 e 1782 a importância dos Jovens cresceu significativamente, voltando posteriormente à posição que se fazia sentir desde 1776.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS FUNCIONAIS NA ILHA DE S. JORGE (1776-1796)

Sexo masculino



Deve salientar-se, antes de mais, que estamos a realizar uma análise em termos relativos, o que provoca que qualquer alteração num determinado grupo tenha logicamente reflexos nos outros dois. Onde não são notórias oscilações importantes é no grupo

de idades mais avançadas. Aí, a tendência é para a diminuição dos efectivos e, consequentemente, para o rejuvenescimento no topo da população masculina. Situação idêntica, ainda que menos acentuada, passa-se com o grupo das mulheres em idade mais avançada (40 e + anos).

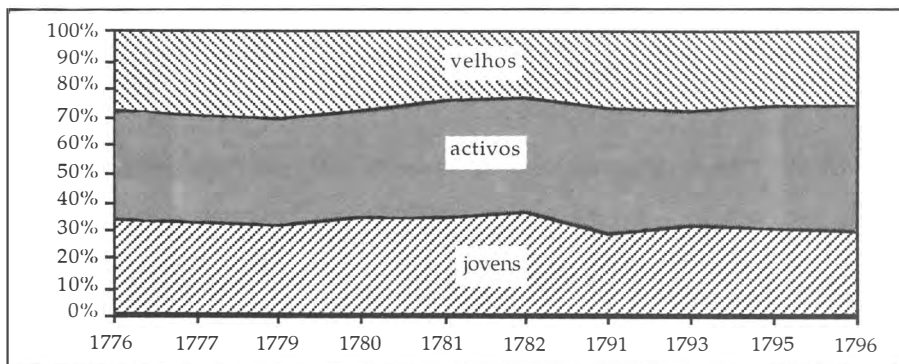
QUADRO VII – IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS JOVENS, ACTIVOS E VELHOS
NA ILHA DE S. JORGE (1776-1796)

SEXO FEMININO	A N O S									
	1776	1777	1779	1780	1781	1782	1791	1793	1795	1796
Jovens	33,8	33,1	32,0	35,3	35,4	36,4	29,1	31,9	31,4	30,1
Activos	38,1	38,0	37,9	37,3	41,0	40,7	44,3	40,3	43,1	44,4
Velhos	28,1	28,9	30,1	27,4	23,6	22,9	26,6	27,8	25,5	25,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O grupo das Jovens apresentava também um decréscimo da sua importância. Este escalão atinge a percentagem máxima de 36,4 % em 1782, para descer até 30,1 % em 1796.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS FUNCIONAIS NA ILHA DE S. JORGE (1776-1796)

Sexo feminino



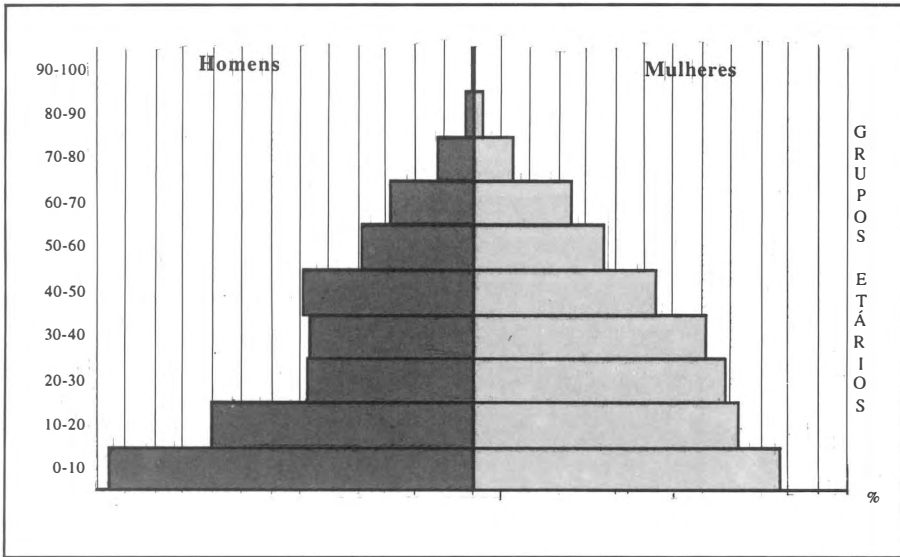
Por seu turno, o grupo das mulheres em idade activa reforçava o seu peso. Dos 38,1 % registados em 1776, sobe para os 44,4 % no final do período em observação.

Detenhamo-nos, ainda que sucintamente, sobre a estrutura etária dos efectivos de Velas no ano de 1799.

A pirâmide etária revela um comportamento de tipo malthusiano que se traduz numa base alargada, própria de uma sociedade com fraco controle da natalidade. O primeiro escalão apresenta, para o sexo feminino, uma percentagem que indicia, em nosso entender, um sub-registo. Com efeito se nascem mais rapazes que raparigas não seria de esperar uma R.M. na ordem dos 116 %, quando a mortalidade nestas idades é superior nos homens.

Se a retração do número de efectivos femininos é mais linear à medida que avançamos da base para o topo, os efectivos masculinos denotam uma perda superior à normal nos grupos 20-40. Na realidade o escalão 20-30 apresenta uma R.M. de 63,7 %, sendo este deficit assaz significativo no grupo de homens compreendido entre os 30 e 40 anos – 52,41 %. Na globalidade a pirâmide etária mostra com clareza os efeitos da emigração masculina: um rácio homens/mulheres de cerca de 80 %, que baixa de maneira significativa nos grupos etários masculinos com propensão a emigrar.

GRÁFICO 7 – PIRÂMIDE ETÁRIA DE VELAS (S. JORGE) EM 1799



No que respeita à dinâmica populacional, recorreremos às fontes acima mencionadas – os róis – que complementamos com os registos paroquiais de toda a ilha, com especial incidência nos da Matriz de Velas²⁹. A sua utilização obedeceu a uma metodologia fundamentalmente agregativa e na sua base esteve o intuito de acrescentar informação respeitante à estrutura da mortalidade, mortalidade infantil e naturalidade dos progenitores, ao mesmo tempo que permitiria corrigir o número de baptismos e óbitos constantes dos numeramentos da vila das Velas. Curiosamente, verificámos uma subavaliação anormal das mortes extraídas dos registos paroquiais para o período de 1750-1779, por não serem indicados, grosso modo, os óbitos de idade inferior a sete anos³⁰. Por isso, esta correcção processou-se no sentido inverso.

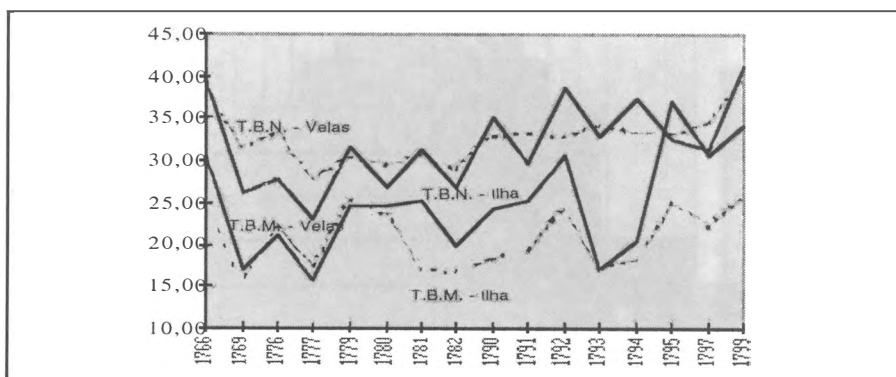
A informação dos mapas populacionais respeitante a baptismos e óbitos parece bastante fiável tendo em conta o modelo da mortalidade que apresentam para os anos de 1766 e 1769. Acresce a isto a similitude com as taxas brutas de natalidade e mortalidade obtidas para a década de 1790. A partir da década de 1780 os livros de registo de óbito já incluem a mortalidade infantil e juvenil, pelo que se preferiram os valores constantes nos mapas populacionais apesar de não se afastarem da realidade.

O Gráfico 8 mostra a evolução das taxas brutas de natalidade e mortalidade para a Matriz de Velas em conjunto com a ilha.

Dentro deste âmbito cronológico o índice médio da natalidade é praticamente similar – 31,9 ‰ nas Velas e 32,7 ‰ em S. Jorge. Em ambos os casos a evolução deste indicador processou-se por vários ciclos, dependentes, obviamente, da escassez numérica dos dados em observação. De um modo geral, o número de nascimentos, relativamente ao total de efectivos apresenta uma tendência ascendente a partir de 1782, ano em que, recorde-se, a população da Matriz e da ilha começa a decrescer. Parece-nos, sem dúvida, um facto estranho, uma vez que a mortalidade não acompanha o incremento da natalidade³¹.

Como pontos discordantes entre a Matriz e a ilha, destaque-se, em primeiro lugar, um incremento mais moderado da natalidade das Velas a partir de 1782. Por outro lado, a amplitude da variação entre os vários anos afigura-se mais ligeira, o que, graças ao seu universo reduzido, não era esperado.

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS BRUTAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE NA ILHA DE S. JORGE E NA MATRIZ DAS VELAS (1766-1799)



A variação da T.B.M. deve ser considerada segundo várias perspectivas. Se compararmos ambas as linhas com os valores da natalidade, constata-se uma forte correlação no caso da paróquia das Velas, inclusivamente no período 1795-1799, onde após uma crise de mortalidade cresce espantosamente o número de baptismos. No caso da ilha esta correlação é bastante visível entre 1766 e 1780, para deixar de o ser a partir de 1781, chegando até a registar tendências opostas. Saliente-se que, a partir desta altura, ocorrem alguns fenómenos desestabilizadores que poderão explicar as alterações na dinâmica populacional da ilha de S. Jorge e, em particular na vila das Velas.

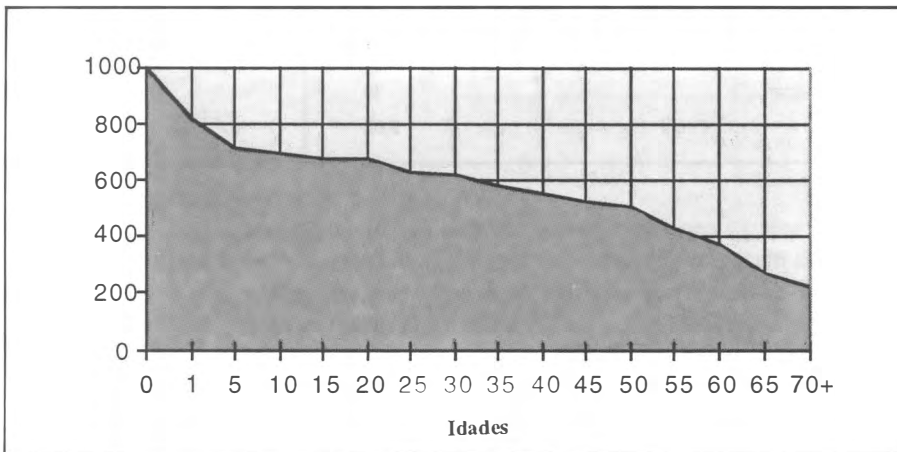
Tomando apenas a mortalidade como variável independente, registe-se o aumento da amplitude entre a curva da Matriz e da ilha a partir de 1780. Na verdade, a vila apresenta a partir desta data taxas mais elevadas. Em 1792 atinge os 30,87 ‰ e, em 1795, face a uma crise de mortalidade que só parece ter terminado em 1799, os valores ultrapassam os níveis normais considerados para a época. O aumento do número de óbitos nas Velas (e em toda a ilha) poderá estar relacionado com a ampla depressão que se abate sobre o arquipélago a partir do decénio de 1780, com especial reflexo numa ilha com fortes carências cerealíficas e sem amplos recursos económicos³². A principal vila, mais vulnerável em termos higiénico-sanitários, englobando cerca de 16 % do total da população jorgense e com uma densidade populacional muito acima dos valores registados na globalidade da ilha, poderá constituir um reflexo claro desta crise. Sublinhe-se que em

períodos de crise os enfermos de outras paróquias recorriam às «instituições hospitalares centrais» – sediadas na vila das Velas – onde acabavam por perecer, avolumando, naturalmente, o número de óbitos aí registados.

Recorrendo ainda ao Gráfico 8, saliente-se que, em termos globais, os valores são manifestamente inferiores aos alcançados no Reino em finais de Antigo Regime³³. Destacamos, ainda, a ampla distância entre a T.B.N. e a T.B.M., sobretudo em relação à ilha, traduzindo-se num saldo fisiológico francamente positivo mas que não tem repercussão directa na evolução populacional. Julgamos que esta situação se deve em parte à saturação de recursos e degradação do nível de vida, solucionada parcialmente, pela saída em direcção ao Brasil. Note-se que, a par da emigração legal ou clandestina, ocorreram outras movimentações significativas. Por exemplo, os contantes recrutamentos militares, que atingiram todo o arquipélago, parecem ter uma influência importante a nível da ilha de S. Jorge³⁴.

Sabendo que a T.B.M. é um instrumento grosseiro por não isolar os efeitos de estrutura, o Gráfico 9, elaborado a partir da tábua de mortalidade de Velas, apresentada em anexo, mostra a evolução de um efectivo inicial de 1 000 nascidos (*coorte fictícia* para 1799), dada pela função L_x .

GRÁFICO 9 – SOBREVIVENTES NA IDADE EXACTA (L_x)
A PARTIR DA ESTRUTURA POPULACIONAL DE VELAS EM 1799



A esperança de vida à nascença (e_{x0}) cifrou-se em 39 anos graças aos valores da taxa de mortalidade infantil e juvenil, ascendendo aos 48 anos para os efectivos com 5 anos. A partir dos efectivos desta idade a esperança de vida vai decrescendo progressivamente com o envelhecimento dos indivíduos. A evolução dos sobreviventes, sugerida pelo gráfico, elucida de modo claro a forte redução de efectivos nos primeiros 5 anos de vida – 288 indivíduos. Após esta idade a linha tende a diminuir moderadamente, acentuando-se a partir dos 50 anos – facto normal para as populações de Antigo Regime com uma esperança de vida que raramente ultrapassa este valor etário.

Tendo em conta as elevadas taxas de mortalidade infantil, constantes da tábua de mortalidade, procurámos extrair dos *livros de registo de óbitos* todas as mortes ocorridas em crianças de idade inferior a um ano para a totalidade da ilha, à excepção da

freguesia do Norte Pequeno, a única sobre a qual não se conhecem registos de óbitos para finais de Setecentos. Este procedimento permite conhecer com bastante rigor a taxa de mortalidade infantil para nove freguesias e, simultaneamente, efectuar o controlo entre os registos paroquiais e as fontes demográficas recolhidas para 1799 – mapas. Os resultados encontram-se patentes no Quadro seguinte.

QUADRO VIII – TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL EM 1799 ³⁵

CONCELHO / FREGUESIA	NASCIMENTOS	ÓBITOS <1ANO	TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL
CALHETA	157	21	133,76
Calheta	48	3	62,50
Norte Pequeno	18	0	0,00
Ribeira Seca	91	12	131,87
TOPO	72	6	83,33
VELAS	303	46	151,82
Velas	87	20	229,89
Norte Grande	45	3	66,67
Rosais	49	10	204,08
Santo Amaro	37	5	135,14
Urzelina	46	4	86,96
Manadas	39	4	102,56
Total	532	67	125,94

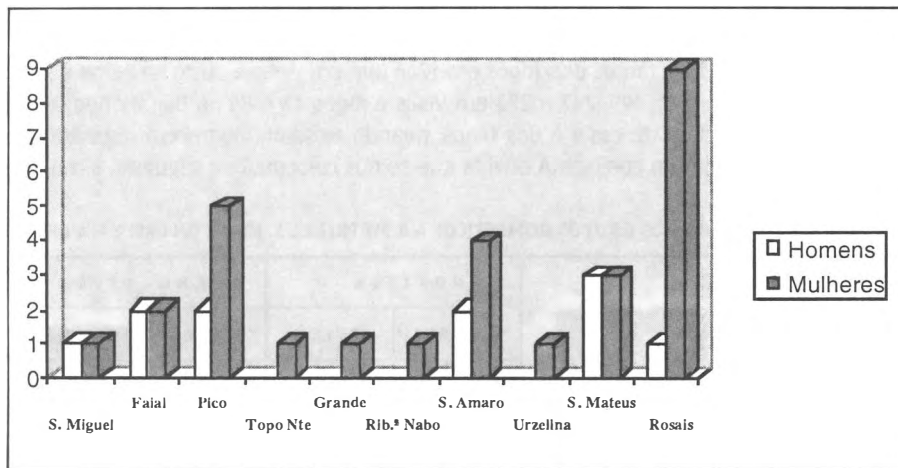
Graças ao pequeno universo de nascimentos – mais duvidoso quando se desce ao nível da freguesia –, os valores da T.M.I. registam oscilações muito notórias – 0 ‰ para a freguesia do Norte Pequeno e 229 ‰ para as Velas, enquanto a nível de ilha sugerimos 126 ‰. A vila das Velas apresenta, claramente, um valor francamente superior ao conjunto da ilha, por se tratar da principal freguesia em termos do número de nascimentos ³⁶. Futuras investigações micro-analíticas poderão afirmar se esta variável é homogénea na ilha, explicando, igualmente, as razões inerentes ³⁷.

Não cabendo num estudo desta natureza analisar em detalhe aspectos relativos às variáveis micro-demográficas da natalidade que justificam análises só com esse fim, destacamos alguns indicadores, forçosamente fragmentários e fluídos, por imposição das fontes. Consideraremos, no entanto, a idade média de casamento, a naturalidade dos nubentes e o celibato definitivo, variáveis importantes para a percepção do relacionamento social jorgense, neste caso com especial incidência sobre a população e família das Velas.

Em 1799 o primeiro matrimónio dos fregueses da matriz era tardio. Os homens desposavam-se aos 27,4 anos, enquanto o sexo oposto o faria aos 27. Estas cifras sobem ligeiramente se considerarmos a população da ilha: 29 anos para os homens e 28,4 para as mulheres ³⁸. A razão desta pequena diferença poderá residir no maior peso «urbano» da paróquia de Velas, embora incluía a Beira – localidade acentuadamente rural – como os resultados tipológicos do seu rol de confessados o demonstram.

Graças a uma maior diversificação de tarefas, oferta de oportunidades e por se tratar da principal sede da elite, era frequente os residentes serem originários de outras paróquias e até mesmo de outras ilhas. Através do livro de registo de baptismos de 1776 verificou-se que, dos 72 casais progenitores, 27, ou seja 37,5 %, provinham de paróquias diferentes. Para além destes casais, existiam, pelo menos, três originários de outra ilha ³⁹.

GRÁFICO 10 – ORIGEM DOS PROGENITORES REGISTADOS NA MATRIZ DAS VELAS (1799)



No ano em que termina o âmbito deste estudo, cerca de 18,2 % dos habitantes masculinos da paróquia eram celibatários definitivos, sendo esta cifra ligeiramente superior para as mulheres (cerca de 20,5 %). Para a ilha não encontramos valores tão elevados – o celibato era de 12,6 % para os homens e de 14,9 % para as mulheres ⁴⁰. Apesar de se poder esperar o contrário, lembre-se que a matriz englobava o curato sufragâneo da Beira, de feição nitidamente rural. Na vila residia ainda um numeroso clero, de ambos os sexos, que, ao mesmo tempo, coexistia com uma concentração de ofícios e mesteres que, eventualmente, poderia favorecer o aumento do celibato definitivo ⁴¹. Um outro aspecto, pouco visível nos indicadores apresentados, é o da ilegitimidade que, no caso de S. Jorge, apresenta desvios significativos aos valores apurados para a globalidade do arquipélago.

3 – OS GRUPOS DOMÉSTICOS NA MATRIZ DAS VELAS E BEIRA

Para perceber qual o tipo de estrutura familiar dominante em S. Jorge e, em particular, na vila de Velas na segunda metade do século XVIII, revela-se essencial analisar os padrões de coresidência e agrupar os fogos de acordo com os diversos tipos detectados, o que fizemos, recorrendo à «tipologia de Cambridge», inicialmente definida por Peter Laslett, mas introduzindo algumas adaptações ⁴².

As falhas contidas nas fontes consultadas vieram introduzir, como acima referimos, uma perturbação na análise. Na impossibilidade de incluirmos todos os agregados nas categorias definidas entre os tipos 1 e 5, fomos forçados a remeter para a categoria 6 (indeterminados) todos os casos duvidosos. Como se pode observar da leitura do Quadro IX,

os fogos de tipo 6 são particularmente numerosos em 1766, facto que também serve de indicador da má qualidade dessa fonte.

Optando, com Guilhermina Mota, por subdividir os fogos de tipo 6 em 6a (sem unidade familiar aparente) e 6b (com unidade familiar), incluímos na categoria 6a somente aqueles agregados para os quais as fontes não indicavam qualquer tipo de relação de parentesco⁴³. Nos agregados domésticos de tipo 6b, foram agrupados os fogos em que pelo menos um elemento não tinha indicação da relação de parentesco e as situações de dúvida face ao laço familiar existente entre os co-residentes. Entre estes casos, devemos destacar os fogos em que surge referido o genro do cabeça de casal e sua mulher.

Com efeito, detectámos dois fogos em 1766 (um em Velas e outro na Beira) e sete em 1794 (fogos 185, 193, 199, 247 e 272 em Velas e fogos 15 e 86 na Beira) onde, após a nomeação do cabeça de casal e dos filhos, quando existiam, aparecem registados o genro daquele com a sua cónjuge. A dúvida que se nos colocou foi a seguinte: a mulher

QUADRO IX – TIPOLOGIA DOS GRUPOS DOMÉSTICOS NA MATRIZ DE S. JORGE (VELAS) E NA BEIRA

TIPOS	ANO – 1766				ANO – 1794			
	MATRIZ		BEIRA		MATRIZ		BEIRA	
	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%	Número de Fogos	%
1 – Isolados	11	3,9	1	0,6	26	9,5	9	4,9
1a – Viúvo (a) (s)	2	0,7	0	0,0	5	1,8	3	1,6
1b – Solteiro (a) (s).....	5	1,8	1	0,6	9	3,3	6	3,2
1c – Estado civil desconhecido.....	4	1,4	0	0,0	12	4,4	0	0,0
2 – Agregados não conjugais	26	9,3	2	1,2	26	9,5	8	4,3
2a – Irmãos.....	9	3,2	2	1,2	12	4,4	5	2,7
2b – Outros parentes.....	17	6,1	0	0,0	14	5,1	3	1,6
3 – Agregados simples	142	50,7	137	81,1	152	55,3	139	75,1
3a – Casal sem filhos.....	59	21,1	57	33,7	39	14,2	38	20,5
3b – Casal com filhos.....	69	24,6	58	34,3	70	25,5	71	38,4
3c – Viúvos com filhos.....	6	2,1	2	1,2	8	2,9	7	3,8
3d – Viúvas com filhos.....	7	2,5	19	11,2	28	10,2	22	11,9
3e – Solteiras com filhos.....	1	0,4	1	0,6	7	2,5	1	0,5
4 – Agregados alargados	37	13,2	6	3,6	34	12,4	16	8,6
4a – Alargamento ascendente.....	19	6,8	1	0,6	16	5,8	0	0,0
4b – Alargamento descendente.....	6	2,1	4	2,4	3	1,1	6	3,2
4c – Alargamento colateral.....	9	3,2	1	0,6	11	4,0	9	4,9
4d – Combinações 4a-4c.....	1	0,4	0	0,0	2	0,7	0	0,0
4e – Alargamento ascendente e descendente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4f – Alargamento colateral e descendente	2	0,7	0	0,0	2	0,7	1	0,5
5 – Agregados múltiplos	2	0,7	8	4,7	0	0,0	0	0,0
5a – Unidade secundária ascendente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5b – (i) Unidade secundária descendente masculina	1	0,4	8	4,7	0	0,0	0	0,0
5b – (ii) Unidade secundária descendente masculina	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5c – Unidade secundária lateral	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5d – Frêreche.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5e – Outras combinações.....	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6 – Indeterminados	62	22,1	15	8,9	37	13,5	13	7,0
6a – Sem unidade familiar aparente	14	5,0	5	3,0	3	1,1	0	0,0
6b – Inclui unidade familiar.....	48	17,1	10	5,9	34	12,4	13	7,0
Total	280	—	169	—	275	—	185	—

do genro, como é designada, era filha do cabeça de casal ou, pelo contrário, uma segunda mulher? Na primeira hipótese, estaríamos perante fogos de tipo 5b (ii) (agregados múltiplos com unidade secundária descendente feminina); na segunda, que pensamos não ter sido ainda devidamente equacionada, fogos de tipo 5b (i) (agregados múltiplos com unidade secundária descendente masculina), caso considerássemos o laço familiar entre o genro e o cabeça de casal como filial, ou 5e (outras combinações), de modo a contemplar a diferente relação entre genro e sogro ou sogra.

No presente estágio da investigação, não é possível saber se a primeira hipótese, que se nos afigura a mais plausível, corresponde à realidade. Somente o cruzamento dos dados contidos nos róis com os dos registos paroquiais poderá ultrapassar este e outros obstáculos, pelo que, de momento, podemos apenas lamentar que as fontes aqui utilizadas não esclareçam esta situação⁴⁴. Assim, ao invés de depararmos com um maior número de fogos de tipo 5, o que indicaria uma estrutura familiar com elementos mais complexos, surgem empoçados os de tipo 6, conforme referimos.

Merece ainda referência que entre os fogos de tipo 6b se incluem todos aqueles casos em que um dos núcleos coresidentes aparece separado dos restantes elementos por um traço mais pequeno⁴⁵. Tendo considerado que todos os núcleos faziam parte do mesmo agregado, o problema que se levantou foi a ausência de informação quanto à relação de parentesco entre os seus diversos componentes: parentes ou núcleos de coresidentes sem qualquer laço familiar entre si, o que poderia sugerir a coabitação de trabalhadores domésticos e rurais? Somente a recolha de dados nos fundos paroquiais jorgenses poderá fornecer uma resposta mais adequada.

Finalmente, neste primeiro comentário à classificação dos fogos, não podemos deixar de abordar o problema dos fogos que incluem assistentes, quer do sexo feminino, quer do sexo masculino. A este respeito, Álvaro Ferreira da Silva focou as dificuldades existentes na análise dos fogos de tipo 6 devido, precisamente, à existência de um conjunto de indivíduos cuja relação com o chefe de família era desconhecida. Entre essa população de difícil identificação, tanto para o pároco redactor do rol como para o historiador, estariam hóspedes e assistentes⁴⁶. De resto, a categoria «assistente» podia aplicar-se a um parente consanguíneo, o que torna a tarefa de classificação dos fogos mais difícil. Esta ocorrência, que fora já detectada em Ponta Delgada, repete-se em Velas: em 1794, no fogo 124, composto por Manuel Rodrigues Pereira, cabeça de casal, sua mulher, Luísa Rosa, filho e filha, esta última é indicada como sendo assistente⁴⁷.

Mas a questão dos assistentes torna-se mais complexa, em nosso entender, quando estes têm família consigo, geralmente filhos, o que, aliás, também sucede com criados. Se a distribuição dos agregados domésticos se faz tendo em conta as relações de parentesco e os assistentes não são contabilizados para esse fim, não deixa de ser verdade que, nos casos em que as/os assistentes residem num fogo com os seus filhos, estamos em presença de mais um núcleo familiar. Serão ou não parentes do cabeça de casal? E quando se trata de uma assistente que tem consigo uma ou mais filhas, não estaremos perante uma situação de prática assistencial, isto é, de apoio a núcleos familiares mais carenciados? Esta hipótese é tanto mais plausível quanto algumas das assistentes são viúvas⁴⁸. Para estas perguntas, a resposta só poderá ser encontrada mediante o cruzamento das fontes, nomeadamente recorrendo aos fundos paroquiais.

Apesar dos condicionalismos impostos pelas fontes, pensamos que os resultados alcançados e expressos no Quadro IX são conclusivos quanto a dois aspectos: por um lado, é clara a predominância dos grupos domésticos de tipo 3; e, por outro, o conjunto

de fogos complexos (fogos de tipo 4 mais fogos de tipo 5) é relativamente baixo (a existência de agregados de tipo 5 é mesmo, no geral, estatisticamente insignificante).

Em relação à primeira questão, não existem dúvidas quanto ao claro predomínio dos agregados simples no termo rural de Velas: 81,1 % em 1766 e 75,1 % em 1794. Na vila, os valores são mais baixos, embora acima dos 50 % (ligeiramente em 1766). A razão deste desnível está, em nossa opinião, na qualidade das fontes: muitos dos coresidentes não identificados deverão ser hóspedes, assistentes e criados, pelo que uma fatia relativamente importante dos fogos de tipo 6 e, sobretudo, de tipo 6b, seria integrada na categoria 3, se essas pessoas fossem correctamente identificadas. No quadro de uma sociedade fortemente rural e tradicional como a jorgense, as diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural não seriam tão acentuadas que levassem a um contraste marcado ao nível da estrutura familiar dominante.

Relativamente ao conjunto de fogos complexos, verificamos que apenas em 1766, na vila de Velas, o seu valor percentual se aproximou dos 14 %. Comparando este valor com os de outras regiões do país e do estrangeiro, constatamos que somente em 1752, em Ponta Delgada, esse patamar foi ligeiramente ultrapassado, apresentando a cidade micaelense uma média de 12,4 % no período 1752-1772⁴⁹; para Oeiras, no *hinterland* rural de Lisboa, Álvaro Ferreira da Silva encontrou valores situados nos 16 % em 1738 e entre os 10-12 % nos restantes anos por si estudados (1747, 1763, 1773, 1783, 1791 e 1806)⁵⁰; já em Espanha, enquanto Santiago de Compostela apresentava, em 1752, valores na ordem dos 11,7 %, na *huerta* de Valencia a percentagem de fogos complexos atingia, em 1788, 25,59 %, o que José Manuel Pérez Garcia considerou como um sinal evidente da elevada complexidade da família camponesa valenciana⁵¹.

Em face destes elementos, cremos poder concluir que a estrutura da família em Velas (sede do concelho e termo) na segunda metade de Setecentos era relativamente simples. Não ignoramos que a elevada percentagem de fogos indeterminados condiciona a validade desta interpretação. Contudo, porque julgamos que os agregados de tipo 6 se distribuiriam principalmente pelos fogos de tipo 3 e, em menor número, pelos de tipo 4 e 5, como dissemos, defendemos esta conclusão.

Ainda dentro dos agregados simples, registemos o facto de que quer em Velas, quer no lugar da Beira encontrarmos fogos de tipo 3e (solteiras com filhos). Seriam possivelmente, na origem, fogos de tipo 1b solteiro(a)(s) que, devido à maternidade das residentes, evoluíram para o tipo 3e. Se, de um modo geral, a sua percentagem é baixa, salientemos, no entanto, o que se passa em 1794, na freguesia da Matriz: existiam então sete fogos dessa categoria. Se tivermos em conta o controlo social e as formas de pressão utilizadas pela comunidade para tentar reduzir ou mesmo eliminar as manifestações de ilegitimidade, julgamos poder encontrar na emigração de activos masculinos e nas agudas crises de abastecimento que se manifestaram em S. Jorge no final de Setecentos – como a de 1785, particularmente gravosa –, uma possível explicação para a existência, nesse ano, dos referidos fogos.

Relativamente aos fogos de tipo 4, verificamos que a sua percentagem se mantém relativamente estável em Velas, com valores de 13,2 % em 1766 e 12,4 % em 1794, enquanto na Beira assistimos a um aumento de 3,6 % para 8,6 %. O predomínio do tipo 4a está claramente relacionado com o ciclo de vida familiar e revestiria características assistenciais: após enviuvarem, os ascendentes do cabeça de casal (pai, mãe, sogro, sogra, tio, tia) seriam acolhidos em casa dos filhos, como forma de assegurarem a sua sobrevivência.

Dentro dos fogos de tipo 4a, constatamos uma diferença nítida entre o espaço urbano e o espaço rural. Enquanto que, em Velas, se assinalam 19 fogos em 1766 e 16 em 1794 – valores absolutos muito próximos –, na Beira apenas foi registado um fogo de tipo 4a para o ano de 1766. Como explicar esta aparente diferença de comportamentos? Residirá a explicação numa maior interacção entre os moradores e, em particular, os familiares e num maior controlo das fontes de rendimento (por exemplo, um mais fácil acesso a uma parcela de terra)? De novo, somente o cruzamento de fontes, neste caso notariais e da administração local, poderá esclarecer este problema, pois a percentagem de fogos que nos róis tem a indicação de ofícios é pequena.

Os agregados de tipo 4b (grupo doméstico alargado a parentes descendentes), 4c (grupo doméstico alargado a parentes colaterais) e as demais combinações adentro da categoria 4 poderão igualmente ser explicados no contexto do ciclo de vida familiar. A integração de familiares mais velhos ou mais novos e de irmãos e cunhados num agregado relaciona-se quer com situações de viuvez e orfandade⁵², quer ainda, no caso dos elementos mais jovens do agregado, com a aprendizagem de um ofício, o que implicava a sua integração num grupo doméstico que funcionasse simultaneamente como grupo de trabalho familiar⁵³.

A presença de irmãos e cunhados como parentes coresidentes em fogos alargados pode ter ficado a dever-se à orfandade dos que residiam com os pais, em fogos de tipo 3b, 3c ou 3d, e que, por questões de sobrevivência e partilha de recursos, se viram forçados a residir em casa de parentes, explicação igualmente válida para os fogos só com irmãos (tipo 2a)⁵⁴. Não podemos, igualmente, afastar a hipótese da coresidência dos parentes colaterais se relacionar com o funcionamento do agregado doméstico como grupo de trabalho, aspecto que focaremos adiante.

Todavia, com respeito à presença relativamente elevada de irmãs e cunhadas nos fogos de tipo 4c, 4d e 4f, existem dois outros aspectos que gostaríamos de destacar. Em primeiro lugar, estamos em crer que esse facto – que deve ser, antes de mais, devidamente contextualizado no ciclo de vida familiar – se prende com a idade média de casamento, muito tardia em S. Jorge⁵⁵. Em segundo lugar, embora não esteja ainda suficientemente esclarecido, para este período, qual o peso de cada um dos sexos no quadro da «economia camponesa», pensamos que a presença maioritária de colaterais do sexo feminino nos agregados de tipo 4c, 4d e 4f sugere uma situação de maior dependência das mulheres⁵⁶ e, em alguns casos, a substituição do pai pelo filho mais velho à frente da casa.

Estas hipóteses não passam de propostas de análise, carecendo de confirmação por via de uma análise dinâmica do espaço em estudo e um tratamento cruzado das fontes. Dada a escassez de informações sobre o ciclo de vida familiar nos Açores e os limites resultantes do empolamento dos fogos de tipo 6, novas pesquisas são exigidas como forma de percebermos quais as causas que contribuíam para o maior peso de um ou outro tipo e para as eventuais diferenças de comportamento entre a Matriz de Velas, freguesia urbana, e o termo rural.

Relativamente aos agregados domésticos de tipo 5, de modo breve, diremos que a sua fraca importância estatística, mais do que uma consequência dos limites das fontes, traduz a predominância de uma estrutura familiar simples. Sublinhemos, porém, o que se verificava na Beira, em 1766: foram detectados oito fogos de tipo 5b (i). A existência destes fogos polinucleares no termo rural de Velas indicia que, devido a condicionamentos económicos ou à organização do trabalho, a neolocalidade dos novos casais não seria

regra única. Não olvidando que entre os fogos de tipo 6b se contam os que incluem assistentes e suas famílias, conforme dissemos anteriormente, seria interessante saber em que medida a distribuição dos fogos de tipo 6 pelas outras categorias viria esclarecer esta questão, já que o número de fogos de tipo 6b supera largamente os de tipo 6a, e também que fogos de tipo 5 se revelariam⁵⁷.

Com base no Quadro IX, seríamos levados a concluir que Velas e Beira, em 1794, não teriam qualquer agregado de tipo 5. No entanto, devemos pensar que uma parte dos fogos de tipo 6b, identificados todos os elementos coresidentes, iria integrar essa categoria. Se tal assim sucedesse, seria possível testar as hipóteses colocadas.

Passemos agora aos agregados de tipo 1. De 1766 para 1794 a sua proporção aumentou. Carecendo de dados para os anos intermédios – depois de 1766, só voltamos a dispor de róis a partir de 1793 –, não é fácil interpretar este salto quantitativo. Podemos, contudo, pensar que o aumento efectivo deste tipo de agregados se relaciona com a conjuntura negativa de 1782-1799, marcada pela escassez cerealífera e uma queda demográfica.

A residência solitária de viúvos e viúvas (1a) era, em termos absolutos e percentuais, muito reduzida. Comparando-a com a dos solteiros (1b), constatamos que apresentava valores bastante mais baixos ou mesmo nulos (Beira, em 1766). A mais que provável explicação para este fenómeno reside, como vimos, no acolhimento dos viúvos, após o falecimento do cônjuge, em casa dos filhos ou outros parentes (irmãos, por exemplo), dando então origem a fogos de outra natureza (4a, 4d, quando o cônjuge sobrevivente levava para outra casa um ou mais filhos menores que consigo residissem, 4e ou 2a).

As percentagens obtidas para núcleos de tipo 1a são mais baixas do que as registadas para a freguesia de S. Pedro, Ponta Delgada, no período 1752-1772⁵⁸ e claramente inferiores às que caracterizavam Oeiras no mesmo período, estando também abaixo das que foram achadas para S. Tiago de Bougado⁵⁹. Estes dados parecem confirmar a existência de laços fortes de apoio e solidariedade dentro do grupo familiar, que actuavam como uma defesa contra a fragilidade do sistema económico e demográfico antigo.

O pequeno número de fogos encabeçados por viúvos – um total de dez, no somatório dos dois anos, sendo que apenas um pertencia a um homem – encontra correspondência nos valores alcançados para fogos de tipo 3c (viúvos com filhos), 3d (viúvas com filhos) e 4a⁶⁰. A sobrevivência era possível quando existiam filhos em idade adulta ou pessoal doméstico, que podiam colaborar na lida da casa, no exercício de um ofício ou na exploração da terra, o que explica, em parte, as percentagens relativas a agregados de tipo 3c e 3d. Em contrapartida, quando não existiam filhos ou estes eram menores, a situação complicava-se, em particular para as mulheres mais jovens, que buscariam auxílio num segundo casamento ou no apoio familiar⁶¹.

Relativamente aos solteiros incluídos no tipo 1b, e não contando com os eclesiásticos, num total de seis em 1766 (cinco em Velas, um na Beira) – todos os solteiros identificados nesse ano – e cinco em 1794 (quatro em Velas, um na Beira), o que imediatamente ressalta do Quadro VIII é o aumento do seu número entre 1766 e 1794 e de forma mais acentuada do que no caso dos agregados de tipo 1a. O número de fogos de tipo 1c registados em 1794 impede-nos de avaliar correctamente a situação, mas podemos, à partida, pensar que na origem desse fenómeno estariam factores semelhantes. No global, o peso dos fogos englobados na categoria 1 é reduzido e isso vem reforçar a ideia da força dos laços familiares na organização da sociedade velense do século XVIII.

As propostas interpretativas avançadas necessitam de posterior confirmação e uma questão central a investigar é a que se prende, no contexto de uma sociedade rural, com o acesso à terra e a unidade doméstica enquanto unidade de trabalho. Conhecer o tipo, a localização e a dimensão da(s) propriedade(s) correspondente(s) a cada agregado doméstico será essencial e, para isso, o recurso a fontes notariais (livros de notas, testamentos) revela-se fundamental.

QUADRO X – NÚMERO DE HABITANTES POR FOGO NA MATRIZ DE S. JORGE (VELAS) E NA BEIRA (1766 E 1794)

NÚMERO DE INDIVÍDUOS POR FOGO	ANO - 1766															
	MATRIZ DE S. JORGE (VELAS)								BEIRA							
	Total	%	A	%	B	%	C	%	Total	%	A	%	B	%	C	%
1	2	0,7	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	61	21,7	54	88,5	3	4,9	4	6,6	69	40,8	65	94,2	0	0,0	4	5,8
3	67	23,8	47	70,1	8	11,9	12	17,9	43	25,4	35	81,4	4	9,3	4	9,3
4	62	22,1	29	46,8	19	30,6	14	22,6	29	17,2	25	86,2	2	6,9	2	6,9
5	42	14,9	16	38,1	13	31,0	13	31,0	19	11,2	12	63,2	6	31,6	1	5,3
6	20	7,1	6	30,0	8	40,0	6	30,0	8	4,7	4	50,0	3	37,5	1	12,5
7	9	3,2	0	0,0	6	66,7	3	33,3	1	0,6	0	0,0	0	0,0	1	100,0
8	5	1,8	1	20,0	3	60,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
9	7	2,5	1	14,3	5	71,4	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
10	3	1,1	0	0,0	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
11	3	1,1	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total global	281	—	157	—	68	—	56	—	169	—	141	—	15	—	13	—

NÚMERO DE INDIVÍDUOS POR FOGO	ANO - 1794															
	MATRIZ DE S. JORGE (VELAS)								BEIRA							
	Total	%	A	%	B	%	C	%	Total	%	A	%	B	%	C	%
1	8	2,9	8	100,0	0	0,0	0	0,0	8	4,3	8	100,0	0	0,0	0	0,0
2	58	21,1	46	79,3	12	20,7	0	0,0	50	27,0	50	100,0	0	0,0	0	0,0
3	53	19,3	35	66,0	18	34,0	0	0,0	40	21,6	30	75,0	10	25,0	0	0,0
4	41	14,9	27	65,9	11	26,8	3	7,3	27	14,6	21	77,8	4	14,8	2	7,4
5	35	12,7	19	54,3	7	20,0	9	25,7	34	18,4	30	88,2	4	11,8	0	0,0
6	25	9,1	12	48,0	9	36,0	4	16,0	12	6,5	10	83,3	2	16,7	0	0,0
7	27	9,8	8	29,6	13	48,1	6	22,2	7	3,8	5	71,4	2	28,6	0	0,0
8	10	3,6	2	20,0	7	70,0	1	10,0	2	1,1	1	50,0	1	50,0	0	0,0
9	7	2,5	2	28,6	3	42,9	2	28,6	3	1,6	2	66,7	1	33,3	0	0,0
10	3	1,1	0	0,0	2	66,7	1	33,3	2	1,1	0	0,0	2	100,0	0	0,0
11	4	1,5	0	0,0	3	75,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
12	2	0,7	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
13	1	0,4	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
14	1	0,4	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total global	275	—	160	—	87	—	28	—	185	—	157	—	26	—	2	—

A = Fogos só com parentes.

B = Fogos com domésticos.

C = Situações indeterminadas por falta de relação entre os elementos.

Mas, não obstante estarmos ainda no começo desta investigação, parece não haver dúvidas quanto a ser a família nuclear a configuração predominante no microcosmos velense, na segunda metade do século XVIII, o que já sucedia em S. Pedro de Ponta Delgada pela mesma época. Uma análise da dimensão dos fogos e sua composição quanto à coresidência exclusiva de parentes confirma essa mesma leitura.

Antes, porém, de passarmos a um breve comentário do Quadro X, algumas observações são necessárias: primeiro, verificou-se um decréscimo no número de fogos de Velas e um aumento no da Beira entre 1766 e 1794; segundo, as médias de 1766 encontram-se subavaliadas porque só dizem respeito às «pessoas de comunhão»; e terceiro, as médias de 1794 estão igualmente subavaliadas porque não foram quantificados os menores de 7 anos. Dito isto, que conclusões se podem retirar dos quadros acima? Consideremos, antes de mais, as médias de habitantes por fogo:

QUADRO XI – MÉDIA DE HÁBITANTES POR FOGO NA MATRIZ DE S. JORGE (VELAS) E NA BEIRA (1766 E 1794)

LOCALIDADE	ANOS	
	1766	1794
Velas	4,03	4,48
Beira	3,2	3,73

Se atendermos a que faltam parcelas da população, poder-se-á concluir, para a época e para a região, que as médias de três moradores por fogo são normais e que as médias de quatro, sobretudo a de 4,48, são elevadas. No entanto, estas médias deverão também ser entendidas no contexto da especificidade velense, que se pautava por uma elevada densidade populacional. De igual modo, os valores obtidos para a freguesia da Matriz devem ser ainda interpretados em função da quantidade de domésticos e escravos existente nos fogos das famílias abastadas da elite local, o que alargava significativamente o número de coresidentes⁶².

Mas, para além das médias de habitantes por fogo, a análise da dimensão dos agregados nos anos em estudo comprova o domínio dos fogos com poucos componentes: a dimensão modal dos fogos da Matriz de Velas era de duas pessoas por fogo em 1766 e de três em 1794, enquanto na Beira, em ambos os anos, a moda era de dois indivíduos por fogo. É também de salientar o peso dos agregados compostos exclusivamente por parentes. Vejamos então, caso a caso, o que se passava em 1766 e 1794.

Em Velas, em 1766, as percentagens de fogos com dois a cinco indivíduos correspondiam, respectivamente, a 21,1 %, 19,3 %, 14,9 % e 12,7 %. O peso percentual dos agregados diminuía, portanto, à medida que incluíam mais elementos. Se considerarmos agora os fogos só com parentes, verificamos que, percentualmente, os fogos que temos vindo a considerar (dois a cinco elementos) se situavam todos acima dos 50 %, entre 79,3 % para o conjunto dos fogos com dois coresidentes e 54,3 % para o de cinco, já longe dos 65,9 % para os com quatro. De 1766 para 1794, o panorama não sofreu alterações significativas e os fogos com dois a cinco habitantes continuaram a ser os mais numerosos. Registemos, no entanto, que a ordem dos agregados se modificou ligeiramente: em primeiro lugar, estavam agora os fogos com três indivíduos (67, o que representava 23,8 %),

surgindo em seguida, muito próximos, os fogos com quatro (62) e dois (61), para percentagens, respectivamente, de 22,1 % e 21,7 %.

Em termos dos agregados compostos unicamente por parentes, a sua preponderância não oferece dúvidas, especialmente para os conjuntos de fogos com dois e três coresidentes, com valores percentuais de 88,5 % e 70,1 %. As percentagens de fogos com domésticos ultrapassam as dos fogos só com parentes a partir dos sete indivíduos, em 1766, e dos seis, em 1794. De um modo geral, podemos afirmar que, com uma ou outra exceção, estamos perante fogos pertencentes a elementos dos estratos superiores da sociedade velense e que é a inclusão de pessoal doméstico nesses agregados que determina esta tendência.

No que respeita ao lugar da Beira, em 1766, as percentagens mais elevadas correspondiam, tal como em Velas, aos fogos que incluíam entre dois a cinco indivíduos: 27,0 % (dois), 21,6 % (três), 14,6 % (quatro) e 18,4 % (cinco); em 1794, porém, os agregados com dois elementos predominavam claramente: 40,8 %, bastante acima dos 25,4 % e 17,2 % para fogos com três e quatro indivíduos, respectivamente. Em relação aos agregados só com parentes, os dados do Quadro X atestam, de forma evidente, o peso dos laços familiares no espaço rural. Em 1766, os 50 fogos compostos por dois indivíduos eram-no exclusivamente por parentes e, para os fogos com três a sete elementos, os valores percentuais cifravam-se entre os 71,4 % para o conjunto dos de sete indivíduos e 88,2 % para o dos de cinco; em 1794, a importância do núcleo familiar no conjunto dos fogos com dois a quatro moradores reforçou-se e se não se observa, nesse ano, um valor tão excepcional como 100 %, 94,2 % dos fogos de dois indivíduos são compostos só por parentes, sendo também elevadas as percentagens obtidas para fogos com três (81,4 %) e quatro (86,2 %) elementos. Sublinhemos, por fim, que a percentagem de fogos com mais de sete indivíduos era pequena, em 1766, e que, em 1794, existia um único fogo (tipo 6b) com sete coresidentes.

Em suma, com base nos dados recolhidos, podemos conduir que, quer em termos da dimensão dos fogos, quer do número dos que eram compostos só por parentes, Velas e Beira, como Ponta Delgada, não divergiam da realidade que caracterizava uma grande parte da Europa ocidental⁶³.

Resta-nos, por fim, abordar a articulação entre a estrutura socio-económica e profissional local e a organização dos agregados domésticos. Desde já, convirá tomar os dados que iremos apresentar como meros indicadores, pois a percentagem de fogos que, nas fontes utilizadas, apresentam a informação relativa à ocupação profissional dos coresidentes é diminuta e impede generalizações abusivas. Agrupâmos nos Quadros XII e XIII os dados relativos aos cargos e profissões mais representativos, considerando, para efeitos de análise, os agregados que incluíam pessoal doméstico e, neste, colocando os escravos à parte⁶⁴. Tomando como base os elementos neles contidos, que podemos deduzir?

Como facilmente se depreende, são os domicílios pertencentes aos membros da elite local que concentram o grosso do pessoal doméstico: em Velas, em 1766, as percentagens são na ordem dos 36,1 % para os oficiais das ordenanças e 58,3 % para os eclesiásticos, e, em 1794, de 35,2 % e 27,8 %, respectivamente; no lugar da Beira, em 1766, os militares constituem 75 % e os religiosos 25 %, para, em 1794, existir apenas um cura que vive com dois fâmulos. No que respeita aos fogos com escravos, a situação é ainda mais clara: quer em 1766, quer em 1794, militares e religiosos são os únicos detentores de escravos⁶⁵.

QUADRO XII – CARGOS E PROFISSÕES POR FOGOS NA MATRIZ DE S. JORGE (VELAS)
E NA BEIRA (1766)

CARGOS/PROFISSÕES	TOTAL DE FOGOS		FOGOS COM DOMÉSTICOS		FOGOS COM ESCRAVOS	
	Velas	Beira	Velas	Beira	Velas	Beira
Cargos militares	18	3	13	3	8	–
Cargos judiciais	–	–	–	–	–	–
Cargos civis	1	–	–	–	–	–
Cargos eclesiásticos	34	1	21	1	4	–
Cirurgiões	2	–	1	–	–	–
Estudantes	3	–	1	–	–	–
Total	58	4	36	4	12	–

QUADRO XIII – CARGOS E PROFISSÕES POR FOGOS NA MATRIZ DE S. JORGE (VELAS)
E NA BEIRA (1794)

CARGOS/PROFISSÕES	TOTAL DE FOGOS		FOGOS COM DOMÉSTICOS		FOGOS COM ESCRAVOS	
	Velas	Beira	Velas	Beira	Velas	Beira
Cargos militares	21	–	19	–	4	–
Cargos judiciais	1	–	1	–	–	–
Cargos civis	3	–	2	–	–	–
Cargos eclesiásticos	23	1	15	1	2	–
Mareantes	14	–	3	–	–	–
Sapateiros	11	–	6	–	–	–
Trabalhadores	8	–	2	–	–	–
Carpinteiros	5	1	–	–	–	–
Oleiros	5	–	–	–	–	–
Alfaiates	4	–	1	–	–	–
Barbeiros	2	–	1	–	–	–
Ferreiros	2	–	–	–	–	–
Lavradores	2	–	–	–	–	–
Pedreiros	2	1	–	–	–	–
Pescadores	2	–	1	–	–	–
Outros	12	3	3	–	–	–
Total	117	6	54	1	6	–

Este quadro compreende-se se tivermos em conta que os oficiais das companhias e os eclesiásticos eram, de um modo geral, os detentores da propriedade, os mais ricos e influentes ao nível local. Eram eles quem possuía o capital necessário para comprar escravos e manter uma casa com grande número de servidores, questão de fundamental importância na afirmação do seu estatuto social. Como foi já afirmado, existia uma relação estreita entre condição social e dimensão da casa⁶⁶.

Para além deste aspecto, pensamos que os dados reproduzidos no Quadro XIII sugerem, em articulação com o vimos anteriormente (Quadro X), que, no que concerne às formas de organização do grupo doméstico como unidade de trabalho, o papel do pessoal doméstico seria pouco significativo. De facto, entre os fogos pertencentes a marítimos (mareantes), oficiais mecânicos e outros, o peso de familiares é dominante e a presença de elementos externos ao núcleo familiar muito pequena. O único mester que parece escapar a esta situação é o de sapateiro: num conjunto de onze fogos de sapateiros, seis (mais de 50 %) assinalam a coresidência de domésticos. No entanto, ressalvemos que cinco destes onze fogos são de tipo 6b, pelo que seria preciso conhecer melhor os coresidentes antes de podermos avançar com qualquer interpretação mais conclusiva.

No caso dos mareantes, são assistentes os domésticos que, em 1794, residiam em três desses fogos (fogos 10, 139 e 268, todos de tipo 6b). Uma situação complexa de tipo 6b, em que o chefe do agregado era também um mareante (fogo 139), incluía, para além do núcleo familiar deste (mulher e cunhada), dois outros núcleos (um trabalhador e a mulher, por um lado, e um casal com uma filha, por outro), um assistente, uma assistente e a filha desta, não havendo qualquer indicação dos laços de parentesco entre os grupos coresidentes ⁶⁷.

Os oito fogos com trabalhadores – jornaleiros? – repartem-se pelos tipos 2b (um), 3a (dois), 3b (dois), 3c (um), 4c (um) e 6b (um, que não inclui pessoal doméstico). Em relação aos fogos onde residem trabalhadores e foi assinalado pessoal doméstico, além do caso citado acima, existe um outro (fogo 239, de tipo 3a), no qual se regista a coresidência de um assistente, pelo que podemos estar perante um familiar ou hóspede temporariamente alojado nessa casa.

No que respeita ao pequeno grupo dos pescadores, o fogo isolado no qual detetámos pessoal doméstico era encabeçado por um mareante, sendo o pescador coresidente ⁶⁸. Dos restantes ofícios, sublinhemos, para finalizar, que nos surgem dois discípulos, um para um sapateiro e outro para o barbeiro e que, dos mesteres incluídos na categoria «Outros», registámos a presença de pessoal doméstico nos fogos de um padeiro, um tanoeiro e um andador.

Os elementos apresentados, embora constituindo um simples indicador, sugerem que, ao nível dos mesteres, a existência de dependentes (criados, aprendizes) era mínima ⁶⁹. Os sapateiros são os únicos oficiais mecânicos cujos fogos parecem escapar a este panorama, pelo que se torna imperioso perceber qual o lugar social destes profissionais no contexto local e conhecer as suas bases económicas.

Os livros de vereações fornecem, a este respeito, preciosos informes: a 12 de Agosto de 1794, três oficiais de sapateiro (António Machado Valadão, Jorge Pereira da Rosa e Mateus da Rosa) foram nomeados quadrilheiros para a vila de Velas até finais de Outubro ⁷⁰. Uma linha de investigação passará, portanto, por saber quais os mesteres que surgem a exercer cargos secundários na administração local, detectando-se, assim, quais as actividades consideradas mais «limpas» ao nível da sociedade velense e quem, de entre os oficiais mecânicos, detinha as condições para o exercício de cargos concelhios. De igual modo, em pesquisas futuras, será essencial o conhecimento das fontes de rendimento dos diversos agregados de mesteres: a maior ou menor fragilidade económica de um agregado condiciona necessariamente a sua trajectória e as pistas aqui sugeridas deverão ser revistas à luz de novos dados.

CONCLUSÃO

Retomando as principais ideias expostas neste artigo, de forma sucinta, diremos que, apesar dos limites impostos pelas fontes, a imagem obtida relativamente às Velas e Beira na segunda metade de Setecentos vem reforçar a ideia de que, em finais do Antigo Regime, os agregados domésticos simples constituíam a base da estrutura familiar nos Açores, longe, pois, de uma realidade caracterizada pelo predomínio da família-troncal.

É certo que vários aspectos ficaram por abordar, sendo de salientar, em trabalhos futuros, a importância do recurso a *corpus* notariais de modo a perceber melhor a articulação entre a configuração dos agregados e a sua base económica (ofício, rendimentos). Julgamos, porém, que tais estudos, enriquecendo as simples pistas aqui sugeridas, confirmarão que, tal como em muitas regiões do Ocidente europeu, a implantação da família nuclear era, na segunda metade do século XVIII, uma vertente essencial na organização doméstica velense.

A P Ê N D I C E
TÁBUA DE MORTALIDADE DA VILA DAS VELAS EM 1799

IDADES	MORTES	POP.	nM_x	nQ_x	nP_x	I_x	nD_x	nL_x	n^2P_x	T_x	e_x
0	17	87	0,19540	0,17801	0,82199	1000	178	849	0,007528	38286	39,29
1	9	252	0,03571	0,13333	0,86667	822	110	2915	0,012872	38437	46,76
5	1	213	0,00469	0,02320	0,97680	712	17	3521	0,01391	35522	49,86
10	1	190	0,00526	0,02597	0,97403	696	18	3434	0,013646	32001	45,99
15	0	195	0,00000	0,00000	1,00000	678	0	3389	0,013374	28567	42,15
20	20	181	0,01105	0,5376	0,94624	678	36	3298	0,012914	25178	37,15
25	1	166	0,00602	0,02967	0,97033	641	19	3159	0,012335	21880	34,12
30	2	146	0,01370	0,06623	0,93377	622	41	3009	0,011725	18721	30,08
35	1	139	0,00719	0,03534	0,96466	581	21	2854	0,011137	15713	27,04
40	2	153	0,01307	0,06329	0,93671	561	35	2714	0,010585	12858	22,94
45	1	137	0,00730	0,03584	0,96416	525	19	2578	0,009818	10144	19,32
50	3	87	0,03448	0,15873	0,84127	506	80	2330	0,008636	7566	14,94
55	2	70	0,02857	0,13333	0,86667	426	57	1988	0,007173	5235	12,29
60	5	81	0,06173	0,26738	0,73262	369	99	1599	0,005712	3248	8,80
65	2	66	0,03030	0,14085	0,85915	270	38	1257	0,003298	1649	6,10
70 +	12	33	0,36364	0,95138	0,04062	232	—	392	—	392	1,69

Observações:

1 – Esta tábua de mortalidade apresenta a estrutura populacional do ano de 1799. Cf. «Mappa dos habitantes desta Villa das Vellas. Ilha de São Jorge», B.P.A.A.H., *Capitania-Geral, População*, maço 6. O mapa distribui os efectivos por grupos decenais, pelo que se procedeu à sua conversão para grupos quinquenais através da fórmula $N' = 0,5 [N + 0,125 (N-1-N+1)]$ e $N'' = 0,125 (N-1 - N+1)$.

2 – Entendemos que seria pouco correcto apresentar uma tábua de mortalidade apenas com base nas mortes ocorridas nesse ano, graças à reduzida dimensão do universo em estudo. Para ultrapassar este obstáculo, realizou-se uma média do número de óbitos para os anos de 1780, 1785, 1790, 1795 e 1799 com base nos registos paroquiais. Esta opção metodológica parece justificar-se quando constatamos uma grande amplitude nos coeficientes de mortalidade infantil e juvenil o longo destes 5 anos: T.M.I. (‰) = 91,9; 172,4; 149,4; 310,3; 229,9. T.M.J. (%) = 2,8; 2,0; 2,4; 2,0; 8,7.

$$\text{Função } nM_x$$

$$\text{Taxas de mortalidade entre a idade } x \text{ e } x + n$$

Obtém-se dividindo o total de óbitos em cada idade pela população média.

$$\text{Função } nQ_x$$

$$\text{Probabilidades de morte entre a idade exacta } x \text{ e a idade exacta } x + n. \quad nQ_x = (2.N_n.M_x) / (2 + N_n.M_x).$$

$$\text{Função } n^2P_x$$

$$\text{Probabilidades de sobrevivência entre as idades exactas } x \text{ e } x + n. \quad n^2P_x = 1 - nQ_x.$$

$$\text{Função } L_x$$

$$\text{Sobreviventes em cada idade exacta. } l_0 = 1000.$$

$$\text{Função } nD_x$$

$$\text{Distribuição dos óbitos em idades exactas (a partir do efectivo inicial de 1000). } nD_x = l_x - l_{x+n}.$$

$$\text{Função } nL_x$$

$$\text{Número de anos vividos pelos sobreviventes } L_x \text{ entre as idades exactas } x \text{ e } x + n, \text{ isto é, os sobreviventes em anos completos. } nL_x = 0,5 (l_x + l_{x+n}).$$

As idades 1 e 5 são determinadas por $l_1 = k' l_0 + k'' l_1$ e $l_4 = 4 k' l_1 + 4 k'' l_5$ onde k' e k'' são os ponderadores utilizados na mortalidade infantil.

$$\text{Função } n^2P_x$$

$$\text{Probabilidade de sobrevivência entre dois anos completos ou entre dois grupos de anos completos. } n^2P_x = nL_x / nL_x.$$

$$\text{Função } T_x$$

$$\text{Total de anos vividos pela coorte fictícia depois da idade } x. \quad T_x = \sum nL_x.$$

$$\text{Função } e_x$$

$$\text{Esperança de vida na idade } x. \quad e_x = T_x / L_x.$$

NOTA – Fórmulas e explicações com base em Joaquim Manuel Nazareth, *Introdução à Demografia. Teoria e Prática*, col. Fundamentos n.º 8 – Lisboa – Presença, 1996, pp. 141-144.

NOTAS

- ¹ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Açores, Caixa 7, Doc. 15, «rol» de 1766; Arquivo da Igreja Matriz de Velas (AIMV), rol de 1794. Para esclarecimento de algumas lacunas de informação, recorremos, no caso do rol de 1794, aos de 1793 e 1795. A análise do movimento populacional da vila das Velas e ilha de S. Jorge é feita essencialmente a partir dos vários numeramentos realizados institucionalmente durante o período compreendido entre 1766 e 1799. De 1766, data da criação da Capitania-Geral, a 1782, utilizámos as fontes demográficas que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino e que constituem as primeiras estatísticas civis elaboradas nos Açores. Para a década de 1790 recorreu-se à documentação da *Capitania-Geral* depositada na Biblioteca e Arquivo de Angra do Heroísmo, a qual permite traçar a evolução populacional com maior rigor. As fontes utilizadas para a década de 1790 respeitam aos anos de 1790-95, 1797 e 1799. Sobre as suas características e metodologia seguida no seu tratamento v. Paulo Lopes Matos – «A População da Ilha de S. Jorge na última década de Setecentos: estrutura e comportamentos» – in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 559-582.
- ² Este primeiro ensaio sobre S. Jorge terá continuação com a análise dos róis relativos à vila (hoje extinta) do Topo, em 1766, e a outras freguesias rurais da ilha. Com a realização desses estudos, a imagem que iremos obter da estrutura familiar jorgense ficará certamente mais nitida.
- ³ José Guilherme Reis Leite (introdução e fixação do texto) – *O Códice 529 do Arquivo Histórico Ultramarino: a capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino* – Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais-Universidade dos Açores, 1988, p. 43.
- ⁴ *Idem*, pp. 43-44. Estas indicações são repetidas na carta régia de 2 de Agosto de 1766 para o Bispo de Angra (*idem*, p. 89).
- ⁵ A informação apresenta-se organizada do seguinte modo: nome da rua, no início desta, número do fogo, nome do cabeça do agregado e estado civil quando solteiro ou viúvo – no caso dos casados, esta indicação não existia –, nome dos coresidentes e sua relação de parentesco ou de dependência face ao chefe do núcleo, indicação de ser maior ou menor de comunhão e se tinha cumprido os preceitos.
- ⁶ Deparamos, por vezes, com observações acerca de características dos fregueses, o que vem sublinhar a veracidade da recolha. É o que se verifica, por exemplo, com o rol de 1794, onde surgem referências como «Joze, filho mal insinado» (fogo 152), «Joanna, filha já mãe» (fogo 162), «louca» (fogo 218) ou «descarado» (fogo 245). Também a indicação dos maridos ausentes indicia o cuidado posto na elaboração do documento.
- ⁷ Para a análise dos padrões de coresidência, recorremos à «tipologia de Cambridge», inicialmente definida por Peter Laslett. Seguimos, no entanto, as adaptações introduzidas por Robert Rowland e utilizadas por Álvaro Ferreira da Silva no seu estudo sobre Oeiras e ainda as propostas de Guilhermina Mota, em artigo sobre as estruturas familiares no bispado de Coimbra em 1801. De igual modo, incluímos as nossas próprias propostas, avançadas num primeiro texto sobre S. Pedro de Ponta Delgada, de modo a conseguirmos uma maior adequação à realidade empírica açoriana. Cf. Robert Rowland, «âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças» – *Estudos Contemporâneos*, N.º 2/3, 1981, pp. 199-242, *maxime* p. 217, onde o autor justifica a criação de um fogo de tipo 3e (mães solteiras com filhos) e a divisão do tipo 5b em 5b (i) e 5b (ii); Álvaro Ferreira da Silva – *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa: Oeiras, 1738-1811* – «Portugal e o Mundo Português» – Lisboa, Cosmos, 1993, *maxime* pp. 290-300 e 321, Anexo 4.10; Guilhermina Mota – «Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801» – *Revista Portuguesa de História* – Coimbra, Tomo XXIV, 1988, pp. 1-66, *maxime* p. 25, onde a autora propõe a inclusão de uma categoria para os isolados com estado civil desconhecido e a eliminação dos fogos de categoria 2c (estrutura familiar indeterminada), integrando-os nos de tipo 6, mas subdividindo estes em 6a (sem unidade familiar aparente) e 6b (com unidade familiar); e Artur Madeira e José Damião Rodrigues – «População e família em Ponta Delgada na segunda metade de Setecentos: a freguesia de S. Pedro» – *População e Sociedade* – Revista do Centro de Estudos da População e Família, Porto

- n.º 2, 1997, pp. 207-228. Também Ana Rita Coelho Ribeiro, estudando a freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira, apresentou uma tipologia baseada nas propostas de Peter Laslett, mas mais desenvolvida para alguns tipos. Cf. Ana Rita Coelho Ribeiro – «Aspectos sóciodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)» – *População e Sociedade* n.º 1, 1995, pp. 245-264, *maxime*, p. 257.
- ⁸ Estamos conscientes desta opção. A este respeito, afirmámos: «Em estudos futuros importará seguir de forma mais aprofundada esta população flutuante que, como vimos, provoca alterações na caracterização dos agregados: a sua maior ou menor mobilidade e os factores que a determinam condiciona e pode modificar a classificação de um mesmo núcleo de um ano para outro». Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, *ob. cit.*, p. 217.
- ⁹ Assim sucede, no rol de 1794, com os fogos 104 (Matias Machado, sapateiro e solitário em 1793, surge em 1794 à frente de um fogo com mulher e duas filhas), 139 (em 1793, o núcleo composto por Mateus de Quadros, mulher, filha e assistentes estavam isolados) e 149 (em 1796, vários elementos surgem a integrar um segundo fogo).
- ¹⁰ É o caso, no rol de 1794, dos fogos 1, 9, 63, 78 e 204. Pensamos que esta particularidade corresponde às situações por nós detectadas para S. Pedro de Ponta Delgada, em que dois agregados distintos surgiam agrupados sob um mesmo número de fogo, embora separados por traço mais grosso, idêntico ao que separava fogos de número diferente, o que sucedia igualmente na *huerta* de Valencia no século XVIII. Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 207-228; e José Manuel Pérez García – «La familia campesina en la huerta de Valencia durante el siglo XVIII» – *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* – Ano VI n.º 2, Julho 1988, pp. 5-28, *maxime*, p. 22, nota 10.
- ¹¹ Ao considerarmos alguns agregados como problemáticos, pensamos sobretudo nas lacunas de informação das próprias fontes e consequentes dificuldades de análise.
- ¹² Cf. Robert Rowland – «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada» – *Ler História* n.º 3, 1984, pp. 13-32, *maxime*, p. 21, nota 6.
- ¹³ Cf. *Constituições Synodales do Bispado d'Angra: feitas pelo Ex.^{mo} e Rvd.^{mo} Sr. Bispo D. Jorge de Santiago e aprovadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Cathedral no ano de 1559*, publicadas pela redacção do «Catholico», segundo a edição de 1560, Angra do Heroísmo, Typographia do Correio da Terceira, 1881, Título V, Constituição Quinta, p. 22, e Título VI, Constituição Segunda, p. 32.
- ¹⁴ A este propósito, cf. José Damião Rodrigues – «Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV-XVIII)» – *Insulana* – Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993, pp. 147-181, *maxime*, pp. 162-163.
- ¹⁵ Cf., entre outros, Manuel de Souza Menezes – «Casais Açorianos no Povoamento de Santa Catarina», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* – Vol. X, 1952, pp. 40-104; José Guilherme Reis Leite – «Administração, Sociedade e Economia dos Açores, 1766-1793» – *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, Vol. 16, parte 2.^a, fascs. 14 a 23, 1971, pp. 272-280 e 345-359; Avelino de Freitas Menezes – «Os Açores na Conjuntura Euro-Ultramarina de Setecentos» – *Boletim* [...], Vol. 48, 1990 e «Migrações Açorianas nos Espaços Insular e Metropolitano» – *Ler História* n.º 31, 1996, pp. 69-81; Artur Madeira – *População e emigração nos Açores – 1766-1820*, PAPCC, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, policopiado. Sobre o caso específico da ilha de S. Jorge, ver Paulo Lopes Matos, *ob. cit.*
- ¹⁶ Ver, por exemplo: J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa – «Aspectos socio-demográficos de Salvaterra de Magosó», *ob. cit.*, pp. 315-373; Maria Luís Rocha Pinto – «Para uma crítica das fontes: a população do concelho de Castelo Branco em meados do século XVIII», in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho* – Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1988, pp. 301-311; Teresa Rodrigues – *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 55-56.
- ¹⁷ Cf. Artur Madeira – *População e Emigração* [...], *ob. cit.*, pp. 41-46, *maxime*, Quadro VIII.
- ¹⁸ O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, para um período embora posterior, apontava curiosamente para uma fórmula de se atingir a totalidade da população: *acrescentando a cada milhar de adultos 200 párvulos* [menores de sete anos], a que corresponderia, portanto, um acréscimo de 20 % («Memória para a história da ilha Graciosa: 1828-1831» – Fundo Ernesto do Canto, Maço 70, BPAPD, fl. 29).

- ¹⁹ Devemos insistir na ampla variação da percentagem dos menores de 7 anos dentro da ilha. No ano de 1794, por exemplo, a freguesia do Norte Grande continha 24,01 %, a da Urzelina 21,06 % e a vila da Calheta 12,62 %, enquanto a média da ilha se cifrou nos 16,57 %. Estes coeficientes espelham a diversidade da estrutura populacional, em alguns casos relacionada com o grau de ruralidade da paróquia.
- ²⁰ Cf. AHU, Açores, caixa 3, doc. 20.
- ²¹ Cf. *Artur Madeira – População e emigração [...]*, ob. cit., maxime, Quadro VIII.
- ²² No caso da paróquia das Velas obtivemos o valor de 9,3 % em confronto com o rol de confessados de 1794. Curiosamente verifica-se uma discrepância entre a Beira e as Velas. A primeira apresenta uma percentagem na ordem dos 12,6 %, enquanto a vila apenas tem 7,4 %, o que mostra ter uma população à partida menos jovem do que o curato da Beira.
- ²³ As oscilações deveriam ser notórias mesmo ao nível das freguesias. Vejam-se, por exemplo, as discrepâncias para S. Miguel relativamente aos valores estimados para a freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada (cf. *Artur Madeira e José Damião Rodrigues – «População e família em Ponta Delgada...»*, ob. cit. p. 215).
- ²⁴ Cf. AHU – Açores, caixa 6, doc. 15 e caixa 7, doc. 15. Note-se que estes mapas apresentam uma divisão administrativa errónea, fazendo depender da vila das Velas todas as outras freguesias da ilha. Procedemos à sua correcção.
- ²⁵ Para os menores de 7 anos de idade utilizámos o coeficiente 17,3; para os maiores dessa idade utilizámos o valor de 11,6.
- ²⁶ Na realidade os mapas populacionais da ilha mostram um excedente significativo de nascimentos face aos óbitos desde 1766, que se traduzia num saldo fisiológico amplamente positivo e, portanto, incompatível com os recursos alimentares de São Jorge. Na sequência de uma calamidade – como o terramoto de 1757 – é natural que este sistema demográfico se mostrasse apto a repôr rapidamente os efectivos perdidos. Podemos apontar o elucidativo exemplo da freguesia da Calheta: entre 1751 e 1760 regista um saldo fisiológico negativo de 69 indivíduos, mas no decénio subsequente acusa um aumento natural de 232 indivíduos. Cf. *Manuel Azevedo da Cunha «Contribuição para a História da Freguesia da Calheta de S. Jorge»*, in *Arquivo dos Açores*, vol. XIII (ed, fac-similada) – Ponta Delgada – U. Açores, 1983, pp. 395-498, maxime p. 409.
- ²⁷ Corrigimos os valores dos mapas de 1781 e 1782, pois 2 freguesias apresentavam dados manifestamente erróneos no escalão masculino 7-15.
- ²⁸ Os «mapas de habitantes» então realizados apresentam algumas particularidades em termos de organização: em primeiro lugar, a diferenciação por sexos e, em segundo, a organização dos dados por grupos etários. Incluem-se nessas contagens já uma categoria relativa aos menores de sete anos de idade. Apesar de tudo, a divisão por grupos etários não obedeceu ao mesmo critério para os dois sexos. Enquanto para o sexo masculino encontramos as divisões 0-7, 7-15, 15-60, 60-90 e +90 anos, no sexo feminino essa divisão era de 0-7, 7-14, 14-40, 40-90 e +90 anos. No sexo feminino, as categorias intermédias parecem ter sido ditas pela idade fecunda. Este tipo de organização implica necessariamente uma análise muito condicionada das estruturas populacionais.
- ²⁹ A utilização simultânea dos registos paroquiais a nível de toda a ilha apenas foi realizada para o cálculo da taxa de mortalidade infantil em 1799.
- ³⁰ Numa curta sondagem efectuada para a freguesia do Topo, verificou-se que os óbitos de idade inferior a 1 ano só começam a ser registados em 1745. Cf. B.P.A.A.H. – *Registos Paroquiais, Livro de Registo de óbitos (1683-1752)*.
- ³¹ Estudos que foquem de maneira directa a emigração e sua articulação com as taxas brutas de natalidade e mortalidade, poderão lançar luz sobre esta questão.
- ³² Efectivamente, a partir de 1780 abunda documentação sobre a falta crítica de mantimentos. A título de exemplo veja-se: A.H.U. Açores, cx. 17, doc. 26 – «Extracto sobre a causa da ruina dos trigos nas ilhas dos Açores [...]» (1783); caixa 19, docs. 7, 12, 14, 16, 17, 18, 23, 26, 33, 41, 58. Em Outubro de 1785 o clero, nobreza e povo fazem um acórdão para se importar da América inglesa

- vários comestíveis. Cf. A.H.U. – Açores, cx. 19, doc. 26. A Capitania-geral procurou solucionar esta crise através de várias medidas, entre as quais, a maximização da produção agrícola através do cultivo de baldios e da introdução (se bem que mais tardia) da batata. No caso de S. Jorge veja-se a resposta das câmaras e juiz de fora (1798 e 1799), B.P.A.A.H. – *Capitania-geral, Correspondência entrada na Capitania. Juiz de Fora de S. Jorge (1768 a 1811)* – maço 38, docs. avulsos.
- ³³ A análise dos índices de mortalidade e natalidade numa perspectiva comparativa com o arquipélago, Reino e continente europeu é abordada em «A População da Ilha de S. Jorge [...]», *ob. cit.*
- ³⁴ A este propósito, cf. Artur Madeira – *População e Emigração [...]*, *ob. cit.*, pp. 309-321.
- ³⁵ B.P.A.A.H.: Calheta – *Livro de Registo de óbitos* n.º 3, 1782-1818; Ribeira Seca – L.R.O. n.º 6, 1787 a 1811; Topo – L.R.O. n.º 3, 1770 a 1826; Velas – L.R.O. n.º 4, 1790 a 1800; Norte Grande – L.R.O. n.º 3, 1797 a 1807; Rosais – L.R.O. n.º 3, 1799 a 1811; Santo Amaro – L.R.O. n.º 1, 1778 a 1803; Urzelina – L.R.O. n.ºs 3 e 4, 1774 a 1799 e 1799 a 1841; Manadas – L.R.O. n.ºs 4 e 5, 1745 a 1799 e 1799 a 1816; Norte Pequeno – «Mapa dos habitantes desta freguesia [...] 1799 annos» – *Capitania-Geral, População* – maço 6. Procedemos, igualmente, à contagem dos nascimentos através dos *Livros de Registo de Baptismos* existentes para as 10 freguesias. Os resultados coincidiram com as fontes demográficas utilizadas para este artigo.
- ³⁶ Com base nos livros de registo de óbitos e baptismos da paróquia das Velas calculou-se a T.M.I. para 1785 e 1790, sendo de 181 ‰, 160 ‰ e 356 ‰, respectivamente. São valores, portanto, próximos dos encontrados para 1799, em termos de média, e poderão indicar a maior incidência da mortalidade infantil na principal vila. Não sabemos, porém, se a causa poderá residir na feição menos rural das Velas.
- ³⁷ Por agora sabemos que se trata de um valor indiscutivelmente baixo e que parece ter consonância com o arquipélago. Norberta Amorim encontrou uma T.M.I. na ordem dos 141 ‰ para 3 paróquias do Pico, cf. *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico. 1680-1980* – Instituto de Ciências Sociais e Univ. do Minho, s/d, pp. 216-221), enquanto no Continente se atingiam valores bem mais elevados: 188,1 ‰ e 357 ‰ para as comarcas de Aveiro e de Castelo Branco, respectivamente. (cf. Fernando Sousa – *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX* – Porto, 1979 (policop.) p. 99).
- ³⁸ A idade média de casamento era de 30,7 (H) e 28,6 (F) no caso das Velas. Para a ilha: 32,7 (H), 30,9 (F). Para se calcular a idade média de casamento multiplicou-se o número de casamentos pelo ponto médio de cada escalão (à excepção do 1.º grupo etário onde se convencionou ser o ponto médio 18) para ambos os sexos. Adicionou-se 0,5 à idade obtida. Apurou-se a idade média no primeiro casamento segundo o mesmo procedimento, recorrendo-se apenas aos 3 primeiros escalões.
- ³⁹ É o caso de José Ferreira Cardoso e de Maria de Jesus, de Santo António do Pico; de José Jerónimo de Sousa, natural de Nossa Senhora do Socorro, casado com Isabel Filipa de S. Salvador da mesma ilha, e de António do Monte e de sua mulher Victória Maria, ambos de Nossa Senhora da Estrela da ilha de S. Miguel.
- ⁴⁰ Considera-se celibato definitivo a percentagem de solteiros existente no escalão 50-60.
- ⁴¹ Cf. Peter Laslett – *O Mundo que nós Perdemos* – Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- ⁴² Ver, *supra*, nota 7.
- ⁴³ Entre estes, estão, em 1794, os fogos 33 e 153 de Velas, respectivamente o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, na Rua da Misericórdia, com duas doentes e cinco assistentes, e a casa da cadeia, na Rua do Outeiro, com sete presos.
- ⁴⁴ Nesta situação encontra-se ainda, em 1794, o fogo 4 da Beira. Chefiado por Isabel Teixeira, viúva, tem como coresidentes Inácio Teixeira Machado, sua mulher e três filhos e ainda Anselmo Teixeira. A relação de parentesco de Inácio Teixeira Machado e Anselmo Teixeira com a cabeça de casal não é indicada, embora existam fortes probabilidades de serem seus filhos ou parentes. Estaríamos, pois, perante um fogo de tipo 4 ou 5, mas a ausência de dados seguros força-nos a incluir este agregado no tipo 6b. Para citarmos apenas mais dois casos complexos, refiramos, por fim, para 1794, os fogos 110 e 171 de Velas. O primeiro era composto por Maria de S. José, viúva e cabeça do agregado, Maria de Jesus e Maria, filhas, José de Utra, filho, e Rosa e Manuel, netos. Não existe qualquer referência ao estado civil dos filhos de Maria de S. José, pelo que não é possível determinar,

somente com base no rol, de quem Rosa e Manuel são filhos. Poderia dar-se inclusivamente o caso de serem netos de Maria de S. José por parte de um outro filho ou filha, já falecidos. Deste modo, pela sua indeterminação, não podemos classificar este agregado doméstico como de tipo 4 ou 5, apenas como de tipo 6b. Quanto ao fogo 171, tinha como coresidentes o padre Joaquim Furtado, à frente do fogo, o padre José Inácio, apresentado como filho, uma filha, três filhos e cinco criados (quatro mulheres e um homem). Num fogo encabeçado por um eclesiástico, de quem eram os filhos? Teria Joaquim Furtado sido ordenado após enviuvar? Mas, então, não teria a indicação de solteiro. Tratar-se-iam de filhos ilegítimos? Mas como seria isso visto pela comunidade? E pelo redactor do rol? São perguntas para as quais, de momento, não temos resposta.

⁴⁵ Ver, *supra*, nota 10.

⁴⁶ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 118 e 296.

⁴⁷ Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 207-228, nota ; AIMV, rol de 1794.

⁴⁸ Os fogos que apresentam assistentes de sexo feminino residindo com filhos são os seguintes: Velas, 1794 – fogos 41, 44, 107, 134, 139, 163 e 268; Beira, 1794 – fogo 46. Os fogos que apresentam assistentes de sexo masculino residindo com mulher e filhos são os seguintes: Velas, 1794 – fogos 237 (dois assistentes com suas famílias) e 243; Beira, 1794 – fogos 20, 69, 94, 127, 132, 162, 168 e 174.

⁴⁹ Ressalvamos, porém, que foram apenas examinados os róis dos anos de 1752, 1762 e 1772. Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 207-228.

⁵⁰ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 115-116.

⁵¹ Cf. José Manuel Pérez García, *ob. cit.*, pp. 7-8.

⁵² Sobre esta questão, ver, entre outros, Isabel Moll Blanes – «La estructura familiar del campesinado de Mallorca, 1824-1827», in AAVV – *La familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX)* – Barcelona, Editorial Crítica-Centre d'Estudis d'História Moderna, 1987, pp. 212-257, *maxime*, p. 247.

⁵³ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 131-133. No caso do(s) órfão(s) se abrigar(em) em casa de familiares solteiros, que não irmãos, estaríamos perante fogos de tipo 2b, cuja proporção é, no global, pequena: 5,7 % em 1766 e 5,1 % em 1794, no caso de Velas, e apenas 1,6 % na Beira, em 1794.

⁵⁴ *Idem*, pp. 163-164.

⁵⁵ Entre 1825 e 1827, a idade média de casamento em S. Jorge situou-se, para os homens, entre os 34 anos e os 30,4 anos; para as mulheres, entre os 30 e os 28,1. Cf. Paulo Lopes Matos – «Gentes da ilha de S. Jorge nos anos de 1825-1827» – *Arquipélago, Ciências Sociais* n.ºs 9-10, 1996, pp. 177-216, *maxime*, p. 211.

⁵⁶ A título de exemplo, refiramos que, em 1766, na Matriz de Velas, eram apenas cinco os fogos com cunhados, contra onze com cunhadas (na Beira, neste ano, nenhum fogo incluía estes parentes); em 1794, o desnível aumentou ligeiramente nas Velas (cinco fogos com cunhados contra catorze incluindo cunhadas, duas das quais com filhos), enquanto na Beira o equilíbrio era maior: três agregados com cunhados e cinco com cunhadas.

⁵⁷ Para além das situações mencionadas no artigo, existe um possível agregado de tipo 5d (frêrèche) nas Velas, em 1766, e um de tipo 5b (i) na Beira, em 1794.

⁵⁸ 3,7 % em 1752, 2,7 % em 1762 e 2,8 % em 1772. Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, *ob. cit.*, p. , Quadro III.

⁵⁹ Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, p. 140; Jorge Fernandes Alves – *Uma comunidade rural do Vale do Ave: S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1986, pp. 182-184, Quadros LXIX, LXX e LXXI.

⁶⁰ O tipo 4d é estatisticamente insignificante: apenas três casos foram detectados no conjunto dos dois anos em estudo, todos em Velas.

- ⁶¹ A este respeito, ver *Francisco García González* – «Mujer, hogar y economía familiar. Desigualdad y adaptación en la sierra de Alcaraz a mediados del siglo XVIII» – *Hispania*, Vol. LVIII/1 n.º 195, Janeiro-Abril 1997, pp. 115-145, *maxime* pp. 130-131.
- ⁶² Sobre esta questão, ver, entre outros, *Jean-Louis Flandrin* – *Familias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga* – «Imprensa Universitária, 95» – Lisboa, Editorial Estampa, 1992 [edição original: 1984], pp. 71-72.
- ⁶³ Cf. *Jean-Louis Flandrin*, *ob. cit.*, pp. 64-71 e 259-265, Quadros I a IX.
- ⁶⁴ Na categoria «Pessoal doméstico», incluímos amas, assistentes, criadas (1766: Velas = 78 e Beira = 13; 1794: Velas = 70 e Beira = 6) e criados (1766: Velas = 50 e Beira = 8; 1794: Velas = 71 e Beira = 5), discípulos (2, ambos do sexo masculino) e fâmulos (2, ambos do sexo masculino). Quanto aos escravos, eram em menor número: um total de 41 (22 do sexo feminino) nas Velas, em 1766, e apenas 13 (6 homens e 7 mulheres) em 1794. No lugar da Beira não havia fogos com escravos.
- ⁶⁵ Alguns dos fogos encabeçados por titulares de postos das ordenanças e membros da Igreja incluíam um número significativo de domésticos: referenciando-nos apenas a Velas, no ano de 1794, indiquemos o fogo 132, chefiado pelo reverendo João Pacheco Cabral, que tinha consigo uma assistente, duas criadas e cinco criados, e o fogo 149, do capitão António Machado Teixeira, com uma ama, uma assistente, três criadas e quatro criados. Relativamente aos escravos, em alguns fogos o peso da sua presença como coresidentes era igualmente evidente: como exemplo, citemos o agregado do beneficiado Damião de Sousa, de tipo 1b, que, em 1766, nas Velas, residia com oito escravos, quatro de cada sexo.
- ⁶⁶ Cf. *Jean-Louis Flandrin*, *ob. cit.*, p. 71.
- ⁶⁷ A coresidência de indivíduos com diferentes profissões não se confina a este exemplo. O fogo 247 de Velas, em 1794, caracteriza bem o que podemos encontrar: José Gabriel, mareante, residia com a mulher e o filho, este vigário, tendo como coresidentes o genro, sapateiro, e mulher deste.
- ⁶⁸ Apesar do pescador não ser o cabeça de casal, considerámos, para registo no Quadro XI, este fogo na relação profissão/fogo com domésticos.
- ⁶⁹ Sobre esta questão, ver, para Granada, *James Casey e Bernard Vincent* – «Casa y familia en la Granada del Antiguo Régimen» – in *AAVV* – *La familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX)*, pp. 172-211, *maxime*, pp. 185-187.
- ⁷⁰ Arquivo da Câmara de Velas (ACV), Vereações (1792-1797), fl. 67 v.

REFLEXÃO SOBRE FONTES PARA O ESTUDO DOS BURGUESES DO PORTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Maria Antonieta Cruz

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ABSTRACT

Considering that the variety of sources used in the study of a social group, as well as the diversity of the goals underlying its elaboration are essential conditions for its census, delimitation and characterisation, we tried to make some reflections on the sources used in an research experiment which was referred to Oporto's bourgeoisie in the second half of the 19th century.

O estudo de um grupo social num espaço e num tempo determinados implica a necessidade do seu recenseamento, delimitação e caracterização. Tendo escolhido a burguesia como objecto de estudo e recusando partir de um grupo pré-definido (negociantes por hipótese) ou da escolha prévia de características determinantes do conjunto (instrução, riqueza, etc.), tornou-se imperativo metodológico utilizar abordagens tão diversificadas quanto as fontes disponíveis o permitissem. A variedade de origens da documentação utilizada, e dos objectivos subjacentes à sua elaboração, é condição necessária para que seja possível a confrontação dos elementos obtidos no estudo de cada um dos grupos documentais seleccionados. Identificar os burgueses de uma qualquer cidade implica o estudo dos indivíduos, isto é das suas condições materiais de existência, profissão, tipo de vida, instrução, destino profissional dos filhos, participação no poder, etc.. Só a utilização de uma documentação diversificada permitirá, através de triagens sucessivas e complementares da sociedade urbana, a separação e caracterização dos diferentes grupos resultantes de um estudo profundo de similitudes e clivagens detectadas no grupo original que no caso de que aqui damos testemunho é a sociedade portuense da segunda metade do século XIX. Paralelamente com estudos de massa que permitem uma análise de conjunto com recurso a métodos estatísticos, evitando o perigo de generalizações abusivas, devemos abordar também os casos particulares mais representativos, para que possamos captar as cambiantes que, num estudo global, desapareceriam no conjunto maioritário de características comuns.

Para a realização dos objectivos enunciados procurámos, por um lado, fontes susceptíveis de tratamento estatístico – *recenseamentos de população, listas eleitorais, listas de recrutamento, listas de alunos dos diferentes graus de ensino, testamentos, convenções ante-nupciais, processos de falência, registo predial, arquivos de instituições relevantes, de empresas e de famílias, inventários orfanológicos, anuários, almanaques,*

etc. – e, por outro, fontes que nos permitissem uma abordagem mais profunda dos casos excepcionais.

Um dos fundos documentais particularmente importante para a história social é, sem dúvida, o que concerne à fiscalidade. A esta fonte, «em numerosos casos, escapa-lhe uma parte bastante importante da população: sobretudo a parte mais pobre, que não é avaliada, nem sequer de relance»¹. Porém, pensamos que o grupo social que pretendemos observar não é afectado por esta clivagem, pois que, ser burguês implica ausência de pobreza.

O estudo, tão profundo quanto nos foi possível, da legislação portuguesa sobre contribuições e impostos permitiu-nos concluir que existiram no nosso país alguns tributos cuja análise parecia susceptível de carrear informações preciosas acerca do nível e modo de vida dos contribuintes.

Em primeiro lugar, referiremos a «*contribuição de registo*» que incidia sobre a transmissão de bens e, portanto, funcionando como imposto sucessório. A sua origem remonta à carta de lei de 3 de Junho de 1809.

Indicaremos, em segundo lugar, a «*contribuição pessoal*», criada por carta de lei de 30 de Julho de 1860² e substituída, em 9 de Março de 1872, pela «*contribuição de rendas de casa*» e «*contribuição sumptuária*».

Estes impostos incidiam, ou em momentos de transferência de riqueza ou em sinais de abundância. O estudo dos contribuintes, a quem foram aplicados, permitiria, por certo, conhecer um grupo detentor de certo conforto económico, situação em que, como é óbvio, se encontrariam os burgueses, se bem que não em exclusivo.

Quanto ao primeiro dos tributos referido, a «*contribuição de registo*», e acompanhando apenas a legislação vigente no período a que circunscrevemos o nosso estudo, verificámos que grande parte das transmissões de bens móveis e imóveis foram isentadas pelos diversos diplomas que foram legislando esta matéria³. De facto, este imposto não incidia sobre permutas a favor de descendentes. Quanto às transferências de propriedade, a título gratuito, a favor de ascendentes e cônjuges, só a partir de 31 de Agosto de 1869 a fiscalidade portuguesa as considerou passíveis de pagamento da contribuição em análise⁴. Isentos estavam também, até esta mesma data, os bens doados às misericórdias, asilos de mendigos e crianças desamparadas, hospitais, casas de expostos ou de educação gratuita «ou qualquer outro estabelecimento de beneficência autorizado pelo estado»⁵. Do mesmo modo eram tratadas as transmissões entre irmãos até 1860, data a partir da qual estes actos deixam de estar contemplados nas isenções consideradas pela lei, circunstância que se manterá até Janeiro de 1895⁶.

A situação que acabámos de enunciar parece justificar o pequeno número de processos, relativos à «*contribuição de registo*», com que deparámos em alguns dos bairros fiscais da cidade do Porto. Com efeito, o 4.º Bairro Fiscal, herdeiro do espólio mais antigo, possuía, para o período 1845-1865, apenas 55 casos de pagamento deste imposto⁷. Muitos deles não continham qualquer inventariação de bens e a maioria reportava-se a transmissões decorrentes do falecimento de viúvos/as e solteiros/as, sem filhos ou com filhos extramatrimoniais. Também o 1.º Bairro tinha poucos processos, apenas 68 para o período 1886-1894, todos eles com as características indicadas para os existentes no 4.º Bairro.

A exiguidade e especificidade dos casos de lançamento da «*contribuição de registo*» arquivados nas repartições de finanças portuenses, e que reflectem, a nosso ver,

a legislação enunciada, inviabilizaram, como é obvio, e ao contrário do que tínhamos previsto, a utilização desta fonte para o estudo da população do Porto que possuía, e transmitia por morte, bens móveis ou imóveis, ainda que eventualmente modestos.

Como já assinalámos, procurámos, também, utilizar os boletins de lançamento da «contribuição pessoal», de 1860 a 1872, e, depois desta data, da «contribuição de rendas de casa» e da «contribuição sumptuária» que a substituíram no sistema tributário português. Estes impostos incidiam sobre as rendas ou valores locativos de habitações que excediam os valores fixados pela legislação, estando estes montantes dependentes da ordem da terra onde se encontravam os edifícios que constituíam matéria colectável. Recaiam igualmente sobre cidadãos que tivessem criados do sexo masculino, cavalos, éguas ou muares e veículos de transporte de pessoas⁸.

Os tributos que acabámos de referir penalizavam, como decorre do exposto, os portugueses mais favorecidos, possibilitando a detecção daqueles que ostentavam sinais exteriores de riqueza e permitindo mesmo a graduação dos seus possuidores. Porém, apesar de uma busca intensa, não foi possível recolher, para a cidade do Porto, mais que os quadros de apuramento dos referidos impostos, que utilizámos quando o seu contributo nos pareceu importante. Investigações mais recentes, nomeadamente em Viana do Castelo e na região demarcada do Douro, possibilitaram o uso desta fonte.

O estudo aprofundado da distribuição e evolução da propriedade na cidade do Porto depois de 1863, data a partir da qual se tornou obrigatória a inscrição no registo predial de todos os actos que incidiam sobre a propriedade imobiliária⁹, apenas será viável pela acção conjunta de uma equipa de investigadores, como constatámos pela observação que fizemos deste riquíssimo material depositado na 2.ª Conservatória do Registo Predial Portuense.

Referiremos em seguida os *Recenseamentos Eleitorais*. Estes permitem, a nosso ver, a obtenção de informações menos subjectivas que outras fontes utilizáveis neste tipo de investigação. Com efeito, a sua elaboração é realizada ao mesmo tempo e sobre as mesmas bases, o que possibilita a existência de uma uniformidade informativa que pensamos ser superior à obtida através de outros dados que, pelas suas características, não obedecem a directivas claramente determinadas, tendo mesmo, em alguns casos, datações interpoladas, diferindo, também, o agente activo que recolhe as informações.

Salientemos, ainda, que os recenseamentos eleitorais, abrangendo todos os indivíduos que, face à lei vigente, podiam exercer o seu direito de voto, traduzem mais facilmente a distribuição profissional do universo analisado. De facto, quer as sucessões, quer os inventários orfanológicos, em consequência das próprias situações que originam este tipo de documentos, incluem um elevado número de pessoas com idade avançada, muitas vezes já afastados da sua profissão e vivendo de rendimentos. Nestes casos surge a necessidade de estabelecer a ocupação que o indivíduo tinha na sua vida activa, processo que se reveste de considerável dificuldade.

As balizas cronológicas do nosso estudo encerram um período de vigência de legislação eleitoral diversa mas sempre contemplando a definição censitária de uma parte substancial dos eleitores¹⁰. Como afirma Tudesq a um regime censitário corresponde um regime político baseado na eleição e representação, e um sistema social fundado numa hierarquia assente em dinheiro¹¹. Assim, a definição censitária da capacidade eleitoral trazia, como é obvio, para as páginas dos recenseamentos eleitorais os possuidores de um mínimo de recursos, sendo no seu seio que poderemos encontrar o grupo social

que procuramos. Notemos que, até à lei eleitoral de 28 de Março de 1895, houve um alargamento progressivo do direito de voto dos portugueses. Com efeito, e apesar de nunca ter sido consignado o sufrágio universal masculino, podemos constatar que, a partir da lei de 8 de Março de 1878, houve inclusão, no corpo eleitoral, de não contribuintes sem as habilitações previstas nas leis eleitorais anteriores. Esta situação é resultante do artigo 1.º da referida Lei que consagrava o direito de participação eleitoral aos chefes de família e aos que soubessem ler e escrever, independentemente de terem atingido o censo (100\$000 réis).

Nos cadernos de recenseamento eleitoral poderemos obter, entre outras, informações concernentes às profissões, por vezes também à naturalidade e às habilitações, às categorias de censo e sua afectação aos diversos grupos profissionais. É possível, também, proceder, através dos dados fornecidos por esta fonte, à distribuição das actividades económicas e dos rendimentos colectáveis no tecido urbano.

A conjugação dos elementos fornecidos pelo acervo documental que temos vindo a referir com outros elementos permite-nos obter outras informações igualmente relevantes.

Considerados que foram os aspectos positivos que resultam da utilização desta fonte devem apontar-se, em seguida, algumas das suas fragilidades.

Em primeiro lugar, referiremos o presumível afastamento de algumas pessoas que poderiam pertencer à burguesia e que, por força da lei vigente, eram impedidas de participar nos actos eleitorais não constando, por consequência, nos cadernos de recenseamento. É o caso manifesto das mulheres, mas também, entre 1852 e 1878, dos empregados públicos amovíveis que não dispusessem de outro qualquer tipo de rendimento adicional¹². Este último caso terá, a nosso ver, uma tradução real muito diminuta, não só porque muitos dos prováveis envolvidos possuíam parcelas de terra tributadas pela contribuição predial, o que garantia a sua inclusão no conjunto dos eleitores, como alguns outros detinham habilitações que a legislação vigente considerava qualificação suficiente para o exercício do direito de voto.

Na fonte em análise são também detectáveis inexactidões. Assim, a ausência nos cadernos eleitorais por negligência, quiçá mesmo em alguns casos por má fé, de alguns cidadãos sem que nenhum impedimento legal os pudesse privar do exercício do direito de voto, é um facto constatável, apesar de muito pouco frequente, e que por vezes motivou protestos levados aos tribunais que não raro os consideraram justos¹³. Pensamos, no entanto, que esta mácula não é mais grave que qualquer uma das que pendem sobre outros tipos de fontes, nomeadamente as de origem fiscal, com frequentes fugas dos contribuintes, ou mesmo as sucessões em que, por vezes, deliberadamente os inventariadores subtraíam bens à listagem do património partilhável. A possibilidade de acolhimento legal dos protestos e consequente inclusão nos cadernos eleitorais dos queixosos cujos processos fossem considerados procedentes, é para nós um elemento fundamental e que releva o valor desta fonte.

Na súmula das dificuldades encontradas na utilização dos recenseamentos eleitorais poderíamos ainda indicar, para além da hipótese de nem sempre haver coincidência entre domicílio político e residência do eleitor, o facto de algumas contribuições consideradas para a determinação do censo incidirem de forma diversa nas comunidades. Com efeito, o sistema tributário português fazia depender, em relação directa, a percentagem de alguns impostos a pagar, do número de habitantes

dos diversos aglomerados populacionais. Se este obstáculo deve ser bem avaliado num estudo à escala nacional, parece-nos perder relevância quando, como no nosso caso, o espaço se reduz a uma cidade onde existe uma certa homogeneidade. Não podemos deixar, no entanto, de acautelar as nossas conclusões dos efeitos provocados pela circunstância de algumas das freguesias do Porto terem sido consideradas terras de ordem inferior às restantes no que concerne à aplicação de certos tributos¹⁴. Cremos que um tratamento dos dados freguesia a freguesia permite ultrapassar esta dificuldade e usufruir de todo o vasto leque informativo fornecido por uma fonte tão rica como, a nosso ver, são os recenseamentos eleitorais, sobretudo no contexto português em que a legislação concedia o direito de voto não só à população mais tributada mas também, a partir de 1852, a todos os detentores de elevada formação escolar¹⁵. O grupo que pretendemos estudar certamente fará parte do corpo eleitoral, apesar de não existir uma justaposição global entre ambos.

Uma análise mais profunda, apesar de menos extensiva em termos de população abrangida, de alguns aspectos da vida material pode ser conseguida com o estudo dos *Inventários Orfanológicos*. Fonte riquíssima este conjunto documental permite não só conhecer o total de fortuna de um grupo avultado da população – todos aqueles que à sua morte deixavam herdeiros menores, mas também a sua composição detalhada, possibilitando assim averiguar diferenças de estilo de vida ao nível da composição do mobiliário, tipo de jóias, roupas, existência, ou não, de livros, tipos de investimento, actividades complementares, etc.. Através destes inventários poder-se-ão também estudar alguns aspectos da propriedade nomeadamente a importância de residentes na cidade na economia das zonas rurais. Esta ligação dos cidadãos às actividades agrícolas é, como é sabido, particularmente importante no caso do Porto profundamente ligado à produção e comercialização do vinho fino.

Lamentavelmente, a disponibilidade deste acervo reduz-se aos documentos depositados no Arquivo Distrital do Porto e que constituem uma parcela mínima do total existente. Falta a incorporação das centenas de inventários orfanológicos que se encontram no Palácio da Justiça desta cidade onde as dificuldades de consulta são enormes. Na verdade, existe na referida instituição apenas um ficheiro de *muitos* milhares de casos, englobando vários séculos e uma variedade enorme de tipos de processos. Tudo isto em mera ordenação *alfabética*, o que torna intransponíveis as dificuldades da sua consulta com um mínimo de eficácia. Esta situação não permite o tratamento estatístico desta fonte, impossibilidade reforçada, ainda, pelo desconhecimento do número total de casos existentes para o período em análise, visto que não foi encontrado qualquer registo destes documentos, inviabilizando a determinação de uma amostragem significativa.

O conhecimento dos grupos sócio-profissionais com uma intervenção mais activa na sociedade ficaria incompleto, a nosso ver, sem o conhecimento daqueles que participavam no poder político através do exercício efectivo do direito de voto. Para a prossecução deste objectivo procedemos à análise minuciosa dos *Cadernos de Descarga das Eleições para Deputados*, bem conservados no Arquivo Histórico da Assembleia da República. Apesar da pesquisa exaustiva implementada, desconhecemos a existência do mesmo tipo de documentação para os actos eleitorais locais.

A realização de estudos globais dos portuenses incluídos nas fontes utilizadas, se bem que imprescindível, é necessariamente insuficiente quando consideramos que o qual o papel motor de qualquer sociedade pertence às suas elites. Da aceitação deste

princípio, decorreu a necessidade de procedermos ao estudo dos meios dominantes, dos influentes, da cidade do Porto, na segunda metade do século XIX. Neste sentido procurámos conhecer aqueles que participaram activamente no exercício do poder político, tendo usado para este efeito as *Actas das Eleições para Deputados*¹⁶ e outrossim as *Actas das Eleições para Cargos Municipais*, *Livros de Vereações* e *Diários da Câmara de Deputados*.

A detenção dos mais elevados graus académicos foi também um dos atributos que mereceu a nossa atenção e estudo. Com efeito, foi nosso objectivo conhecer as famílias portuenses cujos filhos frequentaram os diversos cursos leccionados na Universidade de Coimbra, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto e na Escola Politécnica da mesma cidade. No primeiro caso, o cruzamento das informações obtidas nos muitos *Livros de Matrícula* relativos aos anos que estudamos¹⁷, com as *Certidões de Baptismo* de quase todos os alunos inscritos, e que se encontram criteriosamente conservadas, por ordem alfabética, no Arquivo da Universidade de Coimbra, viabilizou o conhecimento da profissão da maioria dos pais dos estudantes. Notemos que, por vezes, face à ausência daqueles documentos, ou perante a insuficiência da informação por eles veiculada, recorreremos ao recenseamento eleitoral para completar a recolha dos elementos necessários. Estes livros foram imprescindíveis para idêntica análise dos inscritos nos dois estabelecimentos de ensino superior sediados na cidade do Porto, visto que, um incêndio, ocorrido nas instalações da reitoria da universidade, destruiu grande parte do seu núcleo documental. Perante a inexistência de livros de matrícula, recorreremos aos *Anuários* das referidas escolas. Parece-nos ser importante realçar que apenas foi possível considerar os alunos naturais do Porto, visto que o conjunto de dados que utilizámos não especificam se as moradas indicadas são da família ou apenas do estudante em período de aulas. Ficaram, pois, afastados os residentes na cidade que dela não eram naturais.

Se as habilitações académicas são um indicador precioso da preparação intelectual da burguesia, os livros e instrumentos musicais que possuía, traduzem não só o seu gosto cultural mas, por vezes, também aquilo que pensa dever ter, dentro do estatuto social a que pertence, julga ou quer pertencer. Os inventários orfanológicos são uma fonte excelente para a prossecução deste objectivo.

Para a definição do meio burguês cremos ser ainda importante o conhecimento do tipo de habitação que construía, e que reflectirá, por certo, uma opção estética e também os recursos materiais disponíveis. Com este objectivo recolhemos as *Plantas de Casas* licenciadas para a cidade do Porto nos anos de 1850, 1860, 1870 e 1876. As informações contidas nesta documentação, completadas com as dos almanaques e dos recenseamentos eleitorais permitiram-nos a identificação profissional da maior parte dos proprietários destas obras. Muitos destes portuenses iriam mais tarde ocupar o imóvel licenciado, como constatámos ao indagar as suas residências alguns anos depois da data inscrita nos documentos analisados. Dos restantes edifícios, que presumimos terem sido destinados à venda ou arrendamento, fazem parte muitas pequenas moradias, humildes, com apenas uma porta e uma janela. Os prédios parecem ter sido um negócio que se procurava e também um activo que se conservava, com certa regularidade, de pais para filhos como se evidencia em grande número de verbas descritas nos inventários orfanológicos e em que se refere a herança como tendo sido a forma de obtenção destes bens.

Apesar da grande diversidade de conexões habitação/categoria sócio-profissional, não podemos deixar de afirmar que houve uma certa «especialização» no tipo de lar edificado bem como do local onde este foi sendo implantado.

Impõe-se salientar que estudámos um grande número de *Escrituras Ante-Nupciais* e *Testamentos* e neles detectámos enormes lacunas informativas. De facto, verificámos que, no primeiro caso, a explicitação das profissões dos intervenientes era uma referência excepcional de identificação do pai da noiva e, pouco frequente, embora variando de notário para notário, no que concerne aos elementos fornecidos sobre o noivo. Para uma mais eficaz utilização das informações contidas nesta documentação foi necessário recorrer ao seu cruzamento com os livros de recenseamento eleitoral. Constatámos também que a enumeração dos bens com que o casal iniciava a sua vida conjugal foi feita com pouco rigor, circunstância que inviabilizou uma análise comparativa destes recursos com os possuídos na velhice e, conseqüentemente, o estudo da sua evolução em função da actividade desenvolvida ao longo de uma vida.

Na realidade apenas os bens da mulher são identificados com detalhe. Quanto aos do futuro esposo, a referência é quase sempre genérica e a sua valorização uma excepção. A descrição destes bens é feita, com frequência, por frases do tipo: «tudo o que tem e possui e vier para o casal por sua via» ou «tudo o que traz no giro do seu negócio e o que por sua via vier para o casal». Esta situação resulta da protecção ao património da mulher que a legislação portuguesa permitia. De facto, estes documentos referem taxativamente que os bens dotais da mulher, além de não entrarem na comunhão do matrimónio, não avalizavam as dívidas contraídas, mesmo que privilegiadas¹⁸. Os próprios rendimentos provenientes destes bens eram também protegidos e apenas podiam ser utilizados para sustento da sua detentora ou dos seus filhos. As escrituras pré-nupciais em análise incluem, muitas vezes, a indicação de que os elementos patrimoniais constitutivos do dote da noiva, se mantinham incomunicáveis mesmo nos casos de dívidas em que ela «para a contração, ou solução d'ellas preste sua assignatura e outorga, o que só fará constrangida pelo temor e respeito devido a seu marido e não de sua vontade...». Como se pode verificar, a mulher portuguesa, casada, da segunda metade do século XIX, apesar de se encontrar limitada por algumas disposições legais – excluída do direito de voto, da universidade ou do livre exercício de uma profissão – podia contar com a protecção dos seus bens próprios, assegurada que estava a independência destes em relação aos compromissos do casal. Esta salvaguarda de alguns bens poderia ser, também, de grande utilidade em caso de falência de algum dos muitos patrões que recorreram à escritura pré-nupcial para expressarem a sua opção pelo «regimen dotal», uma vez que era extremamente frequente a responsabilização ilimitada dos empresários pelas dívidas contraídas¹⁹.

Os testamentos são, sem dúvida, espelhos de um momento de particular intimidade em que o testador perante a morte eminente ou vivificada, embora incerta, determina as consequências patrimoniais do seu desaparecimento, organizando-as de acordo com preferências afectivas mas manifestando, também, as suas opções materiais e espirituais. Estes actos notariais são, sem dúvida, preciosos documentos para o estudo das mentalidades. As celebrações fúnebres, por vezes descritas de forma minuciosa, revelam a importância social que o signatário do documento pretende atribuir à sua morte e nelas se patenteiam as suas crenças religiosas e a sua capacidade económica.

Nos testamentos recolhidos, nem sempre a composição do património do testador é referida e só raramente os activos e passivos são avaliados. Por vezes é indicada a

existência do inventário dos bens do defunto mas este não se encontra arquivado. Apesar das limitações enunciadas esta é uma fonte particularmente rica nomeadamente pelas muitas informações sobre os ritos funerários que permitiam a distinção dos abastados e dos influentes em relação ao resto da população que, muitas vezes, não tinha sequer possibilidades materiais para pagar as despesas inerentes ao seu enterramento. As cerimónias, mesmo quando o falecido determinava previamente a sua modéstia, envolviam grandes custos, muitas vezes agravados pelo exercício de actos caritativos que a última vontade do morto determinava. A morte do burguês era mais um momento de afirmação da diferença. Para a sua análise, e do cerimonial que a envolvia, recorreremos, também, ao estudo das participações dos óbitos publicados em dois jornais da cidade do Porto, *O Comércio do Porto* e *o Jornal do Porto* ²⁰.

Para além dos fundos documentais que acabamos de referir foi necessário utilizar uma grande quantidade de outros elementos em que avultam: *Estatísticas Diversas*, de impostos, de indústria, de comércio e de população; *Representações* de várias instituições, sobretudo da Câmara Municipal do Porto e da Associação Comercial do Porto; *Discursos* dos deputados portuenses no Parlamento; *Listagens de Sócios* de algumas empresas e associações; etc., etc..

A Associação Comercial do Porto mereceu-nos uma atenção particular, visto ter tido um papel fundamental na vida económica e cultural da cidade do Porto, e do país. Analisámos, entre outros documentos: os *Relatórios de Actividades*, anualmente publicados pela própria Associação, o riquíssimo *Copiador de Correspondência*, as *Actas das Reuniões de Direcção* e os *Pareceres*, emitidos quase sempre a pedido de entidades governamentais.

A investigação realizada tendo por base um conjunto documental rico, como o que acabamos de enumerar, permite a organização dos componentes essenciais da sociedade burguesa: posse de dinheiro, função exercida, nível de vida, de cultura e de educação, e, como consequência, a definição do perfil deste grupo social, complexo e diversificado, mas unido pelo sentimento de diferença em relação à nobreza e ao grupo popular. A multiplicação de estudos da sociedade das diversas cidades portuguesas do século passado permitirá, cetamente, um conhecimento mais profundo da burguesia de oitocentos e constituirá um assinalável contributo para a definição de um grupo mais conhecido por estereótipos que por investigações credíveis.

NOTAS

¹ Cf. Labrousse, Ernest – *Conclusão* do colóquio realizado em Saint-Cloud em Maio de 1965. Tradução portuguesa – *A História Social: Problemas, fontes e métodos* – Lisboa, Cosmos, 1973, p. 335.

² A partir de 1 de Janeiro de 1861 a *contribuição pessoal* substituiu os impostos de «creados e cavalgaduras» e de «4 por cento sobre a renda de casas».

Cf. Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 174 de 2 de Agosto de 1860.

³ Analisamos mais detalhadamente as disposições legais posteriores a 1840 e que são, sobretudo, as seguintes:

- Lei de 12 de Dezembro de 1844 e respectivas instruções regulamentares de 22 de Abril de 1845;
- Lei de 30 de Junho de 1860 e respectivas instruções regulamentares de 12 de Outubro de 1860;
- Lei de 31 de Agosto de 1869;
- Decreto de 30 de Junho de 1870;
- Decreto de 31 de Março de 1887;
- Decreto n.º 1 de 10 de Janeiro de 1895;
- Decreto de 1 de Julho de 1895.

⁴ A legislação referida determina o seguinte:

Artigo 1.º – *São sujeitos à contribuição de registo,...*

3.º – *Os actos que importam transmissão por título gratuito a favor de ascendentes, cônjuges ou esposos, verificando-se o casamento.*

O decreto n.º 1 de 10 de Janeiro de 1895 virá a alterar esta disposição, consignando a alínea b) do § 2.º do seu artigo 2.º:

São isentas de contribuição de registo as transmissões por título gratuito:

.....

b) *A favor de ascendentes e entre cônjuges e irmãos, quando a transmissão se effectuar por herança, n'ella o valor total, recebido por qualquer d'elles não exceder 100\$000 réis.*

⁵ As disposições legais que consideramos foram, sobretudo, as seguintes:

- Lei de 12 de Dezembro de 1844, art.º 1.º, § 8.º;
- Lei de 30 de Junho de 1860, art.º 3.º n.º 2;
- Lei de 31 de Agosto de 1869, art.º 1.º n.º 4;
- Decreto de 30 de Junho de 1870, art.º 1.º, § 2.º n.º 1;
- Decreto de 31 de Março de 1887.

O Decreto n.º 1 de 10 de Janeiro de 1895, art.º 2.º, alínea b) do § 2.º *isentará, de novo, as transmissões a favor de «estabelecimentos de caridade e beneficência».*

⁶ Ver nota n.º 2.

⁷ Os restantes bairros fiscais da cidade do Porto possuem documentação mais tardia, relativamente a esta contribuição. No 8.º Bairro, o de datas mais próximas do 4.º, apenas a partir de 1873 encontramos alguns processos. O 5.º Bairro, o mais tardio, reúne estes elementos apenas a partir de 1887.

⁸ A *contribuição pessoal*, como referimos, foi substituída, em 9 de Março de 1872, pela *contribuição de rendas de casa* e pela *contribuição sumptuária*. Estas, no seu conjunto, incidiam, sem alterações relevantes, sobre a mesma matéria colectável que a primeira.

O articulado do primeiro tributo prescrevia:

Art.º 2.º – *A contribuição pessoal compõe-se:*

- 1.º – De taxas fixas, reguladas pela tabella annexa ...;
- 2.º – De uma percentagem complementar sobre a renda ou valor locativo das casas habitadas que exceder a 20\$000 réis nas terras de primeira ordem, 15\$000 réis nas de segunda, 10\$000 réis nas de terceira e quarta, e 5\$000 réis nas terras de quinta e sexta ordem, no reino e ilhas adjacentes, a qual percentagem complementar será fixada annualmente nos termos da presente Lei.

.....

Art.º 3.º – *As taxas de que trata o n.º 1.º do artigo antecedente recaem:*

- 1.º – Sobre os creados do sexo masculino;
- 2.º – Sobre cavallos, éguas ou muares;
- 3.º – Sobre os vehiculos destinados ao transporte de pessoas.

A legislação de 1872 não introduziu alterações relevantes à matéria transcrita, onerando, no entanto, mais alguns sinais exteriores de conforto económico, como por exemplo o uso de brasões de armas nos veiculos.

Cf. n.º 4.º do artigo 2.º do *Regulamento das Contribuições de Renda de Casas e Sumptuária* de 30 de Agosto de 1872 in *Collecção Official de Legislação Portuguesa* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 212.

- ⁹ O Registo Predial radica em Portugal no Decreto de 26 de Outubro de 1836, mas é a Lei Hipotecária de 1 de Julho de 1863 que alarga a obrigatoriedade do registo a todos os actos que incidam sobre a propriedade imobiliária. Assim, para além das hipotecas, que anteriormente já eram de inscrição obrigatória, passaram também a sê-lo todas as transmissões gratuitas ou onerosas de propriedade, sentenças sobre imóveis passadas em julgado, acções sobre imóveis, ónus reais, etc.. O código civil homologado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867 e a regulamentação que se lhe seguiu não alteraram profundamente esta matéria limitando-se a aperfeiçoá-la. Notemos que na 1.ª Conservatória do Registo Predial do Porto o primeiro acto inscrito data de 4 de Abril de 1867 e é relativo a uma compra efectuada em 31 de Outubro de 1855. Esta inscrição encontra-se no *Registo de Propriedades*. Para além deste tipo de registo existem ainda três outros tipos de livros, satélites do principal, e que serviam para inscrever doações, hipotecas, etc. De salientar que esta fonte é muito rica permitindo conhecer:
- sobre o proprietário – nome, estado, profissão e morada.
 - sobre o imóvel – descrição, localização e valor atribuído.
- A Conservatória que vem sendo referida, a 1.ª, possui 16 738 registos entre 1867 e 1899 incluindo apenas uma parte da cidade do Porto e ainda actos sobre imóveis sediados em Bouças e Gaia. A 2.ª Conservatória encerra os registos correspondentes ao resto da capital do Norte.
- ¹⁰ É importante sublinhar que no nosso país a adopção do escrutínio secreto foi homologada logo na Constituição de 1822 e perdeu através do articulado das diversas leis eleitorais surgidas ao longo do século XIX. De salientar, ainda, que a eleição directa dos representantes da Nação no Parlamento, reivindicação de longa data, decorrerá do Acto Adicional de 5 de Julho de 1852 e da Lei Eleitoral de 30 de Setembro do mesmo ano.
- ¹¹ *Le Régime Censitaire* correspond à la fois à un type de régime (fondé sur L'élection et la représentation) et à un système social fondé sur une hierarchie reposant sur l'argent.
- Cf. Tudesq, A. J. – *Les structures sociales du régime censitaire* – in «Conjuncture économique, structures sociales, hommage à Ernest Labrousse», Paris Mouton, 1974, p. 477.
- ¹² A permanência da exclusão dos *empregados amovíveis* do exercício do direito de voto foi objecto de repúdio de alguns deputados aquando da discussão do Acto Adicional de 5 de Junho de 1852.
- Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados* – Sessões de 10 e 11 de Março de 1852 (ordem do dia).
- ¹³ A inclusão de votos de alguns eleitores não recenseados por imposição de *Acordãos da Relação* foi por nós detectada em alguns actos eleitorais.
- Cf., por exemplo, Cruz, Maria Antonieta – *Repercussões Eleitorais da Revolta do 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto* – in *Revista da Faculdade de Letras - História* – Vol. VIII, Porto, 1991, quadro anexo nº 18.
- ¹⁴ Como exemplo citaremos a legislação de 1860 relativa à contribuição industrial em que são consideradas terras de 4.ª ordem as freguesias portuenses de Campanhã, Lordelo do Ouro, S. João da Foz do Douro e Paranhos.
- Cf. *Instruções Regulamentares de 25 de Setembro de 1860 para o lançamento da contribuição industrial* – in *Silva, Antonio Delgado da – Collecção Official da Legislação Portuguesa - 1860* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 585.
- ¹⁵ Cf. Lei Eleitoral de 30 de Setembro de 1852.
- ¹⁶ Apesar de dispormos de informação recolhida para algumas eleições suplementares decidimos excluí-las e utilizar, apenas o material relativo aos actos eleitorais de Novembro de 1847, Novembro de 1851, Dezembro de 1852, Novembro de 1856, Maio de 1858, Janeiro de 1860, Abril de 1861, Setembro de 1864, Julho de 1865, Março de 1868, Abril de 1869, Março de 1870, Setembro de 1870, Julho de 1871, Julho de 1874, Outubro de 1878, Outubro de 1879, Agosto de 1881, Junho de 1884, Março de 1887, Outubro de 1889, Março de 1890 e Outubro de 1892.

- ¹⁷ Os anos sobre os quais incidiu a nossa análise foram 1845-46, 1850-51, 1855-56, 1860-61, 1865-66, 1870-71, 1875-76, 1880-81 e 1885-86. Esta escolha, dado que os cursos foram quase sempre de cinco anos, permitiu-nos estudar todos os alunos que iniciaram os seus cursos a partir de 1840 e os terminaram até 1890. Apenas os estudantes que se matricularam nos anos intercalares e desistiram antes de finalizarem o seu curso escaparam à nossa investigação.
- ¹⁸ Notemos que quase sempre as escrituras ante-nupciais incluem uma referência explícita às dívidas à Fazenda Nacional, perante as quais se salvaguardavam, também, os bens da noiva.
- ¹⁹ Todos os comerciantes que exerciam a sua actividade em nome individual e os sócios das sociedades em nome colectivo tinham uma responsabilidade ilimitada perante os seus credores.
- ²⁰ No período sobre o qual incidiu a nossa investigação, foi muito elevado o número de pobres sepultados nos cemitérios municipais do Porto. Com efeito, em 1889 foram considerados pobres 81,7 % dos adultos de ambos os sexos enterrados na zona oriental da cidade e 90,9 % dos inumados na parte ocidental. Em 1890 estas percentagens atingiram respectivamente 84,5 % e 91,7 %. O grupo popular estava excluído, salvo raras excepções, dos testadores e do conjunto de óbitos noticiados.

Cf. *Anuário Estatístico da Câmara Municipal do Porto, 1889-1890* – Porto, Typographia de José da Silva Mendonça, 1891, pp. 296-303.

A BEIRA INTERIOR NO CONTEXTO DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

ALGUNS ASPECTOS QUE MARCARAM A SUA EVOLUÇÃO NA 2.^a METADE DO SÉCULO XX

Maria João Guardado Moreira
Escola Superior de Educação de Castelo Branco

ABSTRACT

The region of Beira Interior (the districts of Castelo Branco and Guarda) is traditionally considered an area of migrants and has, today, a highly aged population, apart from which, its borderline condition is a factor that has marked the evolution of its population. Through the analysis of the age group structure and of the natural and migratory growth of the municipal areas within these two districts, and of other border districts, which will serve as a comparative counterpoint, our research seeks to analyse the evolution of the region's demographic structure since 1950, in order to better understand its current demographic situation.

Nos últimos anos tornou-se claro que Portugal já não era um dos países que, juntamente com a Espanha e a Itália, constituíam a reserva demográfica da Europa. Pelo contrário, a sua reduzida expressão numérica, um moderado ritmo de crescimento, mas a tender para o declínio, com níveis de fecundidade e de envelhecimento próximos dos valores europeus, embora a mortalidade infantil ainda esteja acima da média¹, mostram um país que já fez a sua transição. Na verdade, Portugal e os outros países da Europa meridional, têm evoluído rapidamente no sentido de uma aproximação ao *modelo demográfico* da Europa do Norte que se caracteriza precisamente por um crescimento tendendo para o zero, ou mesmo regressivo, pela relativa estabilidade, à volta de valores baixos, das taxas de mortalidade e de natalidade e pelo envelhecimento das suas estruturas etárias. Só que, enquanto nestes países o processo que conduziu a este modelo decorreu num tempo longo a partir de meados do séc. XIX, nos países do sul o espectro temporal foi mais curto e as diferentes fases de contornos mais acentuados. Basta referir que em Portugal, em 1965, nasceram, em média, 3,1 filhos por mulher, enquanto que em 1995 esse valor não ultrapassou 1,4². Aqui ao lado em Espanha, o declínio ainda foi mais acentuado: a descendência média passou de 2,9³ para 1,2 (dados provisórios), respectivamente. Ou seja, no espaço de 30 anos, os dois países ibéricos deixaram de renovar as suas gerações⁴, abandonando o grupo dos países com uma natalidade elevada, para passarem a integrar o grupo daqueles que registam o número médio mais baixo de filhos por mulher.

Se é verdade que esta evolução não decorreu de forma uniforme no tempo e no espaço, ela abre o caminho para a diminuição do seu movimento natural, para além de que não podemos esquecer que o número médio de filhos por mulher, assim como o

alargamento da esperança de vida, intervêm de forma marcada na estrutura etária de uma dada população ao alterarem a relação entre os jovens (menores de 15 anos) e os idosos (maiores de 65). A conjugação destes factores contribui, portanto, para o duplo envelhecimento, ou seja, para a diminuição do número de jovens e para o aumento do grupo de maiores de 65 anos.

Por outro lado, também a dinâmica migratória não pode deixar de ser associada a esta evolução devido à influência que exerce na configuração da estrutura etária de uma determinada população. Ao actuar sobretudo sobre as idades mais activas, esta variável pode conduzir a uma diminuição (ou aumento no caso da imigração) dos nascimentos resultantes das saídas (ou entradas) de indivíduos situados na faixa etária coincidente com a fase de criação de uma família; pode, por outro lado, fazer aumentar o peso relativo dos idosos uma vez que os efectivos que migram pertencem principalmente a faixas etárias activas. E estes aspectos tanto resultam de movimentos migratórios que têm como destino outros países, como da mobilidade migratória inter e intra-regional.

Ora as regiões que podemos agrupar sob o nome de Beira Interior inserem-se precisamente neste quadro: crescimento com tendência regressiva, baixa natalidade (em 1991 algumas zonas do sul da Beira Interior registam valores de 1,4 filhos por mulher, quando a média nacional era de 1,6 filhos/mulher⁵), pirâmides etárias duplamente envelhecidas, ligeiro aumento da mortalidade na sequência, precisamente, do processo de envelhecimento e baixas densidades populacionais. Por outro lado, ainda que sob pena de podermos estar a utilizar uma perspectiva redutora, não podemos dissociar estes aspectos da situação periférica e fronteira desta Beira.

Mas convém primeiro identificar que espaços se incluem na designação de Beira Interior. Uma vez que é usual reunir os actuais distritos de Castelo Branco e da Guarda sob esta designação, utilizámos como unidade base de análise principalmente estes dois distritos e os respectivos concelhos. Dentro da mesma lógica os distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Portalegre, Évora, Beja e Faro, no seu todo, constituem o necessário enquadramento do resto do espaço raiano que serve como termo de comparação, embora conscientes de que reúnem áreas com diferenças significativas quanto às características físicas, povoamento e actividades económicas.

No entanto, o facto de terem sido criadas, em 1984, as *Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticas*, vai tornar mais complicada a comparação de alguns dados, pois os distritos deixam de ser uma das principais categorias de agregação dos dados, o que acontece, a partir de 1988, nas estatísticas demográficas, no recenseamento de 1991 e restante documentação produzida pelo Instituto Nacional de Estatística. Todavia optámos por continuar a utilizar, sempre que possível, os distritos como unidade base, de modo a permitir uma mais fácil comparação com os dados anteriores a estas alterações, o que obrigou a um esforço de reorganização de algumas informações estatísticas.

Como dissemos, a localização desta região, território fronteiro entre Portugal e Espanha, é um factor importante para definir especificidades, até porque a fronteira identifica-se, no caso português, com o interior. E, interior, facilmente se associa a subdesenvolvimento, imobilismo e repulsão. De tal modo que alguns autores falam de *fronteira do subdesenvolvimento*, fruto da sua dupla condição periférica, face à sua inserção geo-económica nos contextos ibérico e europeu. Na verdade, a incapacidade em gerar dinâmicas de desenvolvimento tem-se traduzido numa acentuada recessão demográfica e económica que, por outro lado, dificulta o aparecimento ou a manutenção de actividades e serviços e mantém uma certa tendência tradicionalmente repulsiva,

embora o processo de envelhecimento tenha levado a uma diminuição do potencial migrante o que deu origem a uma diminuição natural das saídas. Apesar do efeito *fronteira* afectar todas estas regiões raianas, isso não significa que não se observem assimetrias e disparidades internas.

Na verdade, uma análise mais detalhada de alguns aspectos da evolução demográfica da Beira Interior, revela-nos que a sua população tem vindo a perder representatividade tanto a nível nacional, como nos distritos de fronteira. Se em 1950 aqui habitava 8 % da população do Continente e 21 % dos residentes nos distritos de fronteira, em 1991 essa proporção baixa, respectivamente para 4 % e 15 %, ou seja, no espaço de 40 anos reduziu para metade a sua representatividade face ao Continente e em cerca de 1/4 relativamente às áreas fronteiriças consideradas. Ora é precisamente a partir de 1950 que se inicia a queda da população destes dois distritos, com ritmos variáveis é certo, mas com taxas de crescimento anual médio sempre negativas (Quadro I), cronologia que, aliás, também se verifica no conjunto dos distritos de fronteira (com excepção da década 1970/81, com uma taxa de crescimento anual médio de 0,45 %) (Quadro II). O decénio 1960/70, foi o que registou taxas negativas mais elevadas não só nestes dois distritos, como na maior parte das regiões de fronteira (destacaram-se, pela negativa, Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Évora, Portalegre e Vila Real com taxas acima dos - 2 % e Braga, pela positiva, já que foi o único distrito que teve uma taxa de crescimento anual média positiva). Também a nível nacional esta é uma década de taxas negativas, fruto da emigração (sobretudo clandestina) que coincidiu com a guerra colonial⁶.

Belmonte e Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco e Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Pinhel, Sabugal e Vila Nova de Foz Côa, no distrito da Guarda, registaram, nestes anos, as mais elevadas taxas negativas de crescimento anual médio (superior a 3 %) como pode ver-se no quadro I. Merecem uma referência especial os concelhos de Sabugal e Vila Nova de Foz Côa com taxas de - 4,9 % e - 5,3 %, respectivamente. No entanto, Belmonte vai recuperar, ainda que a um ritmo lento, desta quebra no volume da sua população, já que registou taxas de crescimento de sentido positivo tanto em 1970-81, como em 1981-91, tendo mesmo sido o único concelho da Beira Interior que viu a sua população aumentar.

Do outro lado da fronteira, nas províncias espanholas que fazem fronteira com Portugal (Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva) a década de 60 é também marcada por um crescimento negativo, exceptuando Pontevedra, e do qual Ourense, Zamora e Cáceres não chegam a recuperar⁷.

A década de 60 e, em alguns casos já a de 50, marca o início de um período regressivo do crescimento de algumas regiões de fronteira havendo mesmo distritos que não voltam a ter taxas positivas. São o caso de Beja, Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Vila Real por contraposição a Braga que, embora registre um desaceleramento do seu crescimento, nunca chega a conhecer valores negativos (ver quadro II). Por aqui se vê, portanto, que a raia esconde assimetrias. É sobretudo na faixa central/sul, com extensão até ao Algarve, que o declínio da população é mais acentuado, já que no norte encontramos regiões com vitalidade demográfica, caso de Braga. É o processo de desertificação que começa a atingir todo o interior continental, ao contrário do que acontece no litoral que cresce precisamente à custa do interior. É o acentuar das assimetrias litoral/interior e do reforço dos dois grandes centros urbanos (Lisboa e Porto) que passam a ser os pólos concentradores da população no litoral⁸.

QUADRO I – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO NOS CONCELHOS DA BEIRA INTERIOR (%)

DISTRITO DE CASTELO BRANCO	A N O S			
	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91
Belmonte	- 0,78	- 3,39	0,47	0,91
Castelo Branco	- 0,03	- 1,46	0,08	- 0,11
Covilhã	0,63	- 1,52	- 0,26	- 1,19
Fundão	- 0,48	- 2,98	- 0,89	- 0,12
Idanha-a-Nova	- 0,94	- 3,83	- 2,37	- 1,64
Oleiros	0,27	- 1,68	- 2,45	- 2,65
Penamacor	- 1,23	- 3,00	- 2,46	- 1,58
Proença-a-Nova	- 0,75	- 2,36	- 1,41	- 0,74
Sertã	- 0,22	- 1,93	- 0,68	- 1,64
Vila de Rei	- 1,05	- 2,05	- 2,68	- 2,28
Vila Velha de Ródão	- 1,73	- 1,81	- 1,72	- 1,21
Distrito	- 0,25	- 2,16	- 0,80	- 0,85

DISTRITO DA GUARDA	A N O S			
	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91
Aguiar da Beira	0,04	- 1,75	- 1,57	- 0,79
Almeida	- 0,81	- 3,98	- 0,19	- 0,47
Celorico da Beira	- 1,13	- 2,57	- 1,11	- 1,44
Figueira de Castelo Rodrigo ..	- 1,18	- 3,84	0,21	- 1,19
Fornos de Algodres	- 1,63	- 2,34	- 0,76	- 0,50
Gouveia	- 0,93	- 3,15	0,39	- 0,89
Guarda	- 0,49	- 2,19	0,27	- 0,40
Manteigas	- 0,21	- 1,23	- 0,36	- 0,69
Meda	- 1,01	- 2,15	- 1,02	- 1,83
Pinhel	- 0,93	- 3,39	- 0,03	- 1,19
Sabugal	- 1,33	- 4,92	- 1,87	- 1,11
Seia	- 0,43	- 0,96	0,03	- 0,32
Trancoso	- 1,23	- 2,82	- 0,43	- 1,30
Vila Nova de Foz Côa	- 0,54	- 5,33	1,80	- 2,31
Distrito	- 0,85	- 2,89	- 0,24	- 0,88

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

QUADRO II – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIA NOS DISTRITOS DE FRONTEIRA (%)

DISTRITOS	A N O S			
	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91
Viana do Castelo	- 0,06	- 1,03	0,24	- 0,26
Braga	0,89	0,21	1,49	0,54
Vila Real	0,18	- 2,01	- 0,05	- 1,11
Bragança	0,22	- 2,54	0,21	- 1,53
Guarda	- 0,85	- 2,89	- 0,24	- 0,88
Castelo Branco	- 0,25	- 2,16	- 0,80	- 0,85
Portalegre	- 0,61	- 2,55	- 0,18	- 0,62
Évora	- 0,09	- 2,07	0,10	- 0,37
Beja	- 0,50	- 2,99	- 0,79	- 1,05
Faro	- 0,41	- 1,60	1,85	0,53
<i>Distritos de fronteira</i>	<i>- 0,05</i>	<i>- 1,65</i>	<i>0,45</i>	<i>- 0,28</i>
Continente	0,46	- 0,27	1,43	0,04

FORTE: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Aliás se analisarmos os resultados dos saldos migratórios – estimados através da *equação de concordância*⁹ (Quadro III) – podemos confirmar precisamente a influência desta variável nos processos de desertificação e envelhecimento. Entre 1960-69 os dois distritos registam elevados saldos migratórios negativos que nem os valores do crescimento natural conseguem anular. A consequência foi, como vimos atrás no quadro I, uma forte quebra do crescimento das populações de todos os concelhos destes dois distritos. Esta é, como dissemos, uma década marcada por uma forte emigração, fenómeno selectivo que, ao afectar mais os jovens do que os idosos, provoca alterações nas relações entre os diferentes grupos etários o que se vai reflectir nos valores do índice de envelhecimento. Acrescente-se que a partir de 1926, tanto em Castelo Branco como na Guarda, se inicia o processo de declínio da natalidade, que decorre praticamente com um ritmo linear, ainda que, em meados da década de 60, estas regiões do interior acusem um declínio mais forte da natalidade, processo que foi influenciado pelos movimentos migratórios (nomeadamente a emigração)¹⁰. Na generalidade dos distritos de fronteira, a década de 20 marca o início da queda da natalidade, embora em Portalegre o processo seja anterior (1917). Durante os anos 60 também nos distritos de Beja e de Bragança o declínio foi forte, ao contrário do de Braga onde a natalidade aumentou¹¹.

Nas décadas seguintes, embora não se observem valores tão elevados, os concelhos da Beira Interior continuam a ter saldos migratórios negativos, acompanhados por um progressivo declínio do crescimento natural (com algumas excepções, ver quadro III). No decénio de 1981-91, para além do saldo migratório negativo (excepção de Belmonte, Castelo Branco e Fundão), continua a tendência regressiva do crescimento natural o que reflecte, de facto, alterações dos comportamentos demográficos a nível da fecundidade.

QUADRO III – CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO

DISTRITO DE CASTELO BRANCO	ANOS 1960-1969			ANOS 1970-1980			ANOS 1981-1990		
	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo
Belmonte	535	-3 194	-2 659	-122	430	308	-175	808	633
Castelo Branco	4 566	-13 222	-8 656	2 141	-1 678	463	-757	186	-571
Covilhã	7 678	-18 070	-10 392	3 480	-5 067	-1 587	727	-7 517	-6 790
Fundão	3 501	-15 909	-12 408	211	-3 246	-3 035	-604	153	-451
Idanha-a-Nova	938	-10 776	-9 838	-1 084	-3 314	-4 398	-1 509	-978	-2 487
Oleiros	1 133	-3 556	-2 423	-101	-2 793	-2 894	-517	-1 891	-2 408
Penamacor	853	-5 222	-4 369	-608	-2 108	-2 716	-770	-651	-1 421
Proença-a-Nova	800	-4 527	-3 727	-573	-1 263	-1 836	-511	-366	-877
Sertã	2 097	-7 044	-4 947	-366	-1 150	-1 516	-759	-2 488	-3 247
Vila de Rei	274	-1 692	-1 418	-424	-1 045	-1 469	-343	-626	-969
Vila Velha de Ródão	-2	-1 342	-1 344	-543	-527	-1 070	-545	-103	-648
Distrito	22 373	-84 554	-62 181	2 011	-21 740	-19 729	-5 763	-13 475	-19 236

DISTRITO DA GUARDA	ANOS 1960-1969			ANOS 1970-1980			ANOS 1981-1990		
	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo	Crescim. Natural	Saldo Migratório	Crescim. Efectivo
Aguiar da Beira	1 138	-2 788	-1 650	465	-1 721	-1 256	88	-657	-569
Almeida	966	-6 338	-5 372	-452	245	-207	-374	-101	-475
Celorico da Beira	1 453	-4 873	-3 420	222	-1 439	-1 217	-138	-1 243	-1 381
Figueira de Castelo Rodrigo	456	-4 748	-4 292	-355	546	191	-304	-699	-1 003
Fornos de Algodres	540	-2 445	-1 905	-69	-456	-525	-136	-189	-325
Gouveia	1 052	-7 957	-6 905	-88	813	725	-515	-1 060	-1 575
Guarda	4 364	-14 113	-9 749	1 586	-494	1 092	673	-2 200	-1 527
Manteigas	549	-1 165	-616	137	-301	-164	21	-317	-296
Meda	1 049	-3 467	-2 418	90	-1 067	-977	-148	-1 355	-1 503
Pinhel	1 509	-7 427	-5 918	26	-72	-46	-296	-1 296	-1 592
Sabugal	1 691	-16 778	-15 087	-1 768	-2 205	-3 973	-1 627	-402	-2 029
Seia	3 250	-6 431	-3 181	1 506	-1 411	95	251	-1 211	-960
Trancoso	1 806	-6 345	-4 539	288	-862	-574	-153	-1 430	-1 583
Vila Nova de Foz Côa	1 322	-8 156	-6 834	-15	1 849	1 834	-421	-1 842	-2 263
Distrito	21 145	-93 031	-71 886	2 573	-6 559	-4 986	-3 079	-14 009	-17 088

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE. *Anuários Demográficos* (1960 a 1966), *Estatísticas Demográficas* (1967 a 1990), INE., Lisboa.

Ao perderem a capacidade de reproduzirem as suas populações, estas regiões comprometem o seu crescimento pelo que vão ter grandes dificuldades em criarem condições para a regeneração das suas pirâmides etárias, já que normalmente os migrantes são jovens activos, ou potencialmente activos, e os que permanecem fundamentalmente idosos o que contribuí para um envelhecimento das estruturas demográficas. Há, no entanto, que salientar a existência de ilhas que sobressaem deste panorama e que são constituídas por centros urbanos de média dimensão que funcionam como pólos de atracção intra-regional.

No sentido de verificar quando se começam a notar os primeiros sinais de envelhecimento da estrutura etária, calculámos os grupos funcionais e quantificámos as respectivas dependências (*rácios de dependência*), entre 1878 e 1991¹², para todos os concelhos dos dois distritos e para os outros distritos no seu conjunto, a partir de 1950¹³. Convém assinalar que se pode considerar equilibrada uma estrutura etária em que a população menor de 15 anos mantém uma percentagem acima dos 25 %, o grupo entre os 15 e os 64 com cerca de 60 % e o grupo constituído pela população maior de 65 anos com menos de 12 %¹⁴.

Até 1960-70, a Beira Interior manteve-se relativamente jovem, já que a proporção de menores de 15 anos supera os 30 %, com excepção do concelho de Vila Velha de Ródão que logo a partir de 1930 apresenta uma percentagem ligeiramente abaixo daquele valor (29,9 %) acentuando-se, a partir de 1970, o declínio dos jovens até chegar aos 11 % em 1991. É assim o concelho com a proporção mais baixa de menores de 15 anos, nos dois distritos, neste último censo, e continuando a diminuir, pelo que em 1996, este grupo não ultrapassava os 9 %¹⁵.

Considerados na sua globalidade, Castelo Branco e Guarda integram-se na tendência que a nível do Continente marca o decréscimo progressivo da população menor de 15 anos, de uma percentagem de 33,2 % em 1890 para 29,3 %, em 1950¹⁶, até ao decréscimo mais intenso: 21,6 % entre 1981 e 1991¹⁷. Ao nível dos distritos de fronteira, a partir de 1950, o peso do grupo de menores de 15 anos (Quadro IV) começa a perder importância, podendo afirmar-se que estes distritos da Beira Interior constituem uma zona de transição entre a fronteira norte e sul, aquela com proporções mais elevadas de jovens e esta com as mais baixas, mas com tendência para uma certa uniformização. Note-se que os valores mais elevados da natalidade no norte permitiram um menor envelhecimento na base; até à década de 70 todos estes distritos mantêm uma proporção de jovens acima dos 30 %, ao contrário do grupo do sul (Portalegre, Évora Beja, Faro). Quanto ao envelhecimento no topo a assimetria norte/sul não é tão evidente, notando-se um acelerar do aumento do grupo dos maiores de 65 anos em todos os distritos, com excepção de Braga onde é mais gradual¹⁸.

A análise à escala concelhia da taxa de variação (dos valores relativos destes grupos etários), entre 1981 e 1991, da população jovem e idosa (Quadro V) permite identificar, de forma mais precisa os concelhos que mais (ou menos) sofreram este processo de envelhecimento. No distrito de Castelo Branco, destaca-se Vila Velha de Ródão cujo peso relativo da população jovem diminuiu 31 % e o valor relativo da população maior de 65 anos aumentou 25 %. Oleiros foi o concelho que teve um maior aumento, nos dois distritos, da população idosa (mais 37 %), agravado pela diminuição da sua população jovem. Já no distrito da Guarda, ainda que o concelho que perdeu mais população jovem tenha sido Almeida (- 27,52 %), foi, todavia, o que registou um menor aumento da população maior de 65 anos. Pelo contrário, Aguiar da Beira viu o peso da

QUADRO IV – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA POR IDADES (DISTRITOS DE FRONTEIRA)

1 9 5 0

DISTRITOS	0-14	%	15-64	%	65+	%	TOTAL
Viana do Castelo	87 661	31,9	164 360	59,9	22 511	8,2	274 532
Braga	193 597	35,8	315 438	58,3	32 342	6,0	541 377
Vila Real	108 360	34,1	189 634	59,8	19 378	6,1	317 372
Bragança	75 587	33,3	137 323	60,5	14 215	6,3	227 125
Guarda	97 074	31,9	183 266	60,2	24 028	7,9	304 368
Castelo Branco	97 741	30,5	197 967	61,8	24 571	7,7	320 279
Portalegre	53 862	27,3	128 510	65,2	14 621	7,4	196 993
Évora	61 351	27,9	143 614	65,4	14 673	6,7	219 638
Beja	84 573	29,5	184 107	64,2	18 123	6,3	286 803
Faro	83 910	25,7	213 829	65,6	28 232	8,7	325 971

1 9 6 0

DISTRITOS	0-14	%	15-64	%	65+	%	TOTAL
Viana do Castelo	89 142	32,1	162 053	58,3	26 553	9,6	277 748
Braga	224 533	37,6	333 238	55,8	38 997	6,5	596 768
Vila Real	114 038	35,1	189 756	58,3	21 564	6,6	325 358
Bragança	77 271	33,1	140 595	60,2	15 575	6,7	233 441
Guarda	85 093	30,1	170 886	60,5	26 627	9,4	282 606
Castelo Branco	89 316	28,2	197 782	62,5	29 438	9,3	316 536
Portalegre	45 100	23,9	125 789	66,7	17 593	9,3	188 482
Évora	54 162	24,6	148 553	67,5	17 201	7,8	219 916
Beja	74 533	26,9	181 519	65,6	20 843	7,5	276 895
Faro	73 999	23,5	207 748	66,0	33 094	10,5	314 841

1 9 7 0

DISTRITOS	0-14	%	15-64	%	65+	%	TOTAL
Viana do Castelo	77 135	30,8	144 950	57,9	28 425	11,3	250 510
Braga	229 175	37,6	334 860	54,9	45 370	7,4	609 405
Vila Real	91 315	34,4	150 935	56,8	23 355	8,8	265 605
Bragança	56 045	31,1	105 625	58,6	18 725	10,4	180 395
Guarda	57 317	27,2	124 930	59,3	28 475	13,5	210 722
Castelo Branco	60 925	24,0	158 985	62,5	34 445	13,5	254 355
Portalegre	31 210	21,4	95 100	65,3	19 235	13,2	145 545
Évora	39 675	22,2	119 015	66,7	19 785	11,1	178 475
Beja	49 355	24,1	131 745	64,4	23 340	11,4	204 440
Faro	56 535	21,1	174 115	65,0	37 390	13,9	268 040

1981

DISTRITOS	0-14	%	15-64	%	65+	%	TOTAL
Viana do Castelo	69 411	27,0	151 508	59,0	35 895	14,0	256 814
Braga	227 787	32,1	419 756	59,2	61 381	8,7	708 924
Vila Real	75 950	28,7	157 486	59,6	30 945	11,7	264 381
Bragança	47 381	25,7	111 362	60,4	25 509	13,8	184 252
Guarda	46 083	22,4	123 395	60,0	36 153	17,6	205 631
Castelo Branco	47 921	20,5	144 315	61,6	41 994	17,9	234 230
Portalegre	27 963	19,6	88 852	62,2	26 090	18,3	142 905
Évora	37 611	20,9	115 647	64,1	27 019	15,0	180 277
Beja	39 786	21,1	117 094	62,1	31 540	16,7	188 420
Faro	68 121	21,1	204 216	63,1	51 197	15,8	323 534

1991

DISTRITOS	0-14	%	15-64	%	65+	%	TOTAL
Viana do Castelo	51 600	20,6	156 808	62,7	41 651	16,7	250 059
Braga	184 608	24,7	490 899	65,6	72 685	9,7	748 192
Vila Real	50 715	21,5	149 343	63,2	36 236	15,3	236 294
Bragança	30 265	19,2	98 747	62,6	28 797	18,2	157 809
Guarda	33 996	18,1	114 318	60,8	39 852	21,2	188 166
Castelo Branco	35 651	16,6	133 097	61,9	46 106	21,5	214 854
Portalegre	21 998	16,4	82 863	61,8	29 308	21,8	134 169
Évora	30 507	17,6	111 141	64,0	32 006	18,4	173 654
Beja	29 503	17,4	105 648	62,4	34 287	20,2	169 438
Faro	60 963	17,9	221 346	64,8	59 095	17,3	341 404

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

sua população idosa aumentar (31,6 %), seguido de muito perto por Meda (30,64 %). Ambos os concelhos sofreram também um acentuado envelhecimento na base. Importa ainda salientar que Belmonte, no cômputo dos dois distritos foi o concelho que registou as menores taxas de variação das suas estruturas etárias.

Mas a análise dos *índices de dependência* talvez torne ainda mais expressivas estas modificações nas relações entre os grupos etários. Um desses indicadores, o *índice de envelhecimento* ou de *vitalidade* (Quadros VI e VII), corresponde à relação (em percentagem) entre o número total de indivíduos jovens e idosos, ou seja, indica-nos o número de idosos que existem por cada 100 jovens. A nível nacional os valores deste índice têm vindo a aumentar: 27,3 % em 1960, 34 % em 1970, 68,1 % em 1991¹⁹ e 86,1 % em 1996²⁰. Também na Beira Interior foi a partir de 1960-70 que se deu um aumento, ainda que diferenciado, dos valores deste índice. Aumento que, por exemplo, em Idanha-a-Nova ronda os 130 % e Vila Nova de Foz Côa e Sabugal os 140 %. Basta dizer que

QUADRO V – IMPORTÂNCIA DOS JOVENS E DOS IDOSOS NA BEIRA INTERIOR

DISTRITO DE CASTELO BRANCO	POPULAÇÃO – DE 15 ANOS (%)			POPULAÇÃO + DE 65 ANOS (%)		
	A N O S		Variação (%)	A N O S		Variação (%)
	1981	1991		1981	1991	
Belmonte	17,7	17	- 3,95	18,9	19,8	4,76
Castelo Branco	19,9	16,5	-17,09	16,6	19,4	16,87
Covilhã	23,5	18,6	-20,85	12,7	15,7	23,62
Fundão	20,2	17,4	-13,86	19,3	21,5	11,40
Idanha-a-Nova	14,9	12,1	-18,79	29,1	35,2	20,96
Oleiros	19,8	15,1	-23,74	19	26,1	37,37
Penamacor	17,6	12,7	-27,84	24,9	31,6	26,91
Proença-a-Nova	20	16,6	-17,00	19,9	25,2	26,63
Sertã	22,4	17,2	-23,21	17,2	21,4	24,42
Vila de Rei	16,4	14,2	-13,41	23,8	30,9	29,83
Vila Velha de Ródão	16,1	11,1	-31,06	25,7	32,2	25,29
Distrito	20,5	16,6	-19,02	17,9	21,5	20,11

DISTRITO DA GUARDA	POPULAÇÃO – DE 15 ANOS (%)			POPULAÇÃO + DE 65 ANOS (%)		
	A N O S		Variação (%)	A N O S		Variação (%)
	1981	1991		1981	1991	
Aguiar da Beira	26,2	21,2	-19,08	15,8	20,8	31,65
Almeida	21,8	15,8	-27,52	19,7	21,7	10,15
Celorico da Beira	23,2	19,1	-17,67	19,7	23,7	20,30
Figueira de Castelo Rodrigo	19,6	16,2	-17,35	20,8	25,3	21,63
Fornos de Algodres	22,1	17,9	-19,00	20,7	23,8	14,98
Gouveia	21,1	17,4	-17,54	18,6	22,8	22,58
Guarda	22,4	18,9	-15,63	14,8	17,2	16,22
Manteigas	21,7	19,8	-8,76	14,6	16,6	13,70
Meda	23,5	17,8	-24,26	17,3	22,6	30,64
Pinhel	22,6	17	-24,78	16,6	21,2	27,71
Sabugal	17,7	14,1	-20,34	25,1	30,3	20,72
Seia	24,9	20	-19,68	14,2	17,3	21,83
Trancoso	24,1	19,3	-19,92	17,3	21,8	26,01
Vila Nova de Foz Côa	22,9	17	-25,76	18,3	23,1	26,23
Distrito	22,4	18,1	-19,20	17,3	21,2	22,54

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 (informação não publicada), Lisboa, INE.

QUADRO VI – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA
DOS DISTRITOS DE FRONTEIRA

DISTRITOS	DEPENDÊNCIA DE JOVENS					DEPENDÊNCIA DE IDOSOS				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Viana do Castelo	53,3	55,0	53,2	45,8	32,9	13,7	16,4	19,6	23,7	26,6
Braga	61,4	67,4	68,4	54,3	37,6	10,3	11,7	13,5	14,6	14,8
Vila Real	57,1	60,1	60,5	48,2	34,0	10,2	11,4	15,5	19,6	24,3
Bragança	55,0	55,0	53,1	42,5	30,6	10,4	11,1	17,7	22,9	29,2
Guarda	53,0	49,8	45,9	37,3	29,7	13,1	15,6	22,8	29,3	34,9
Castelo Branco	49,4	45,2	38,3	33,2	26,8	12,4	14,9	21,7	29,1	34,6
Portalegre	41,9	35,9	32,8	31,5	26,5	11,4	14,0	20,2	29,4	35,4
Évora	42,7	36,5	33,3	32,5	27,4	10,2	11,6	16,6	23,4	28,8
Beja	45,9	41,1	37,5	34,0	27,9	9,8	11,5	17,7	26,9	32,5
Faro	39,2	35,6	32,5	33,4	27,5	13,2	15,9	21,5	25,1	26,7

DISTRITOS	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO					DEPENDÊNCIA TOTAL				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Viana do Castelo	25,7	29,8	36,9	51,7	80,7	67,0	71,4	72,8	69,5	59,47
Braga	16,7	17,4	19,8	26,9	39,4	71,6	79,1	82,0	68,9	52,41
Vila Real	17,9	18,9	25,6	40,7	71,5	67,4	71,5	76,0	67,9	58,22
Bragança	18,8	20,2	33,4	53,8	95,1	65,4	66,0	70,8	65,5	59,81
Guarda	24,8	31,3	49,7	78,5	117,2	66,1	65,4	68,7	66,6	64,60
Castelo Branco	25,1	33,0	56,5	87,6	129,3	61,8	60,0	60,0	62,3	61,43
Portalegre	27,1	39,0	61,6	93,3	133,2	53,3	49,8	53,0	60,8	61,92
Évora	23,9	31,8	49,9	71,8	104,9	52,9	48,0	50,0	55,9	56,25
Beja	21,4	28,0	47,3	79,3	116,2	55,8	52,5	55,2	60,9	60,38
Faro	33,6	44,7	66,1	75,2	96,9	52,4	51,5	53,9	58,4	54,24

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

QUADRO VII – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA
DOS CONCELHOS DA BEIRA INTERIOR

CONCELHOS DE CASTELO BRANCO	DEPENDÊNCIA DE JOVENS					DEPENDÊNCIA DE IDOSOS				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Belmonte	47,9	43,9	36,9	28,0	26,9	11,9	13,3	24,5	29,9	31,3
Castelo Branco	46,0	40,6	35,5	31,3	25,7	11,3	14,8	20,9	26,1	30,2
Covilhã	48,9	47,4	41,5	36,8	28,3	10,1	10,9	16,0	19,9	23,9
Fundão	52,7	47,5	39,3	33,4	28,5	12,5	15,7	21,3	32,0	35,2
Idanha-a-Nova	48,8	39,3	30,7	26,7	23,0	13,1	16,1	29,2	52,1	66,8
Oleiros	53,2	49,6	40,8	32,3	25,7	14,1	15,2	19,4	31,0	44,4
Penamacor	48,9	46,0	37,5	30,6	22,8	12,6	16,2	28,4	43,3	56,7
Proença-a-Nova	50,8	45,0	38,9	33,3	28,6	12,9	16,2	24,6	33,2	43,4
Sertã	53,7	52,2	44,0	37,2	28,0	15,7	18,1	23,9	28,5	34,9
Vila de Rei	51,3	50,9	40,3	27,4	25,9	18,8	23,2	29,4	39,8	56,3
Vila Velha de Ródão	40,5	34,7	27,0	27,7	19,6	15,9	20,2	30,2	44,2	56,9

CONCELHOS DA GUARDA	DEPENDÊNCIA DE JOVENS					DEPENDÊNCIA DE IDOSOS				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Aguiar da Beira	60,4	58,3	55,6	45,3	36,6	13,7	15,3	16,7	27,3	35,9
Almeida	54,2	52,7	48,9	37,7	25,28	13,5	16,3	25,4	34,0	34,7
Celorico da Beira	55,8	54,8	46,9	40,6	33,4	13,6	17,8	22,5	34,5	41,4
Figueira de Castelo Rodrigo	45,2	43,3	39,9	32,9	27,7	12,6	16,3	28,8	34,9	43,3
Fornos de Algodres	56,2	49,1	48,1	38,6	30,7	15,5	18,8	26,4	36,1	40,8
Gouveia	46,1	45,4	40,6	35,0	29,1	15,0	17,9	24,43	30,9	38,1
Guarda	49,4	46,7	47,0	35,6	29,6	12,3	14,1	19,0	23,5	26,9
Manteigas	57,5	52,5	49,1	35,0	31,1	12,2	12,7	19,8	23,6	26,1
Meda	57,1	52,6	47,1	39,1	29,9	11,6	13,9	20,72	29,0	37,9
Pinhel	54,1	49,7	44,5	37,2	27,5	11,8	14,2	19,2	27,3	34,3
Sabugal	54,5	48,0	40,5	30,9	25,4	12,4	15,2	30,8	43,9	54,5
Seia	55,7	53,8	47,5	40,9	31,9	15,5	17,3	19,9	23,3	27,6
Trancoso	56,1	53,6	50,7	41,1	32,8	12,0	14,7	22,8	29,5	37,0
Vila Nova de Foz Côa	53,2	48,9	42,7	38,9	28,4	11,8	14,2	30,1	31,1	38,6

CONCELHOS DE CASTELO BRANCO	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO					DEPENDÊNCIA TOTAL				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Belmonte	24,8	30,3	66,4	106,8	116,5	59,8	57,2	61,5	57,8	58,2
Castelo Branco	24,6	36,5	59,0	83,4	117,6	57,3	55,4	56,4	57,5	55,9
Covilhã	20,6	23,1	38,5	54,0	84,4	59,0	58,4	57,5	56,7	52,2
Fundão	23,8	33,0	54,1	95,5	123,6	65,3	63,2	60,5	65,4	63,7
Idanha-a-Nova	26,9	40,8	95,21	195,3	290,9	61,9	55,4	59,9	78,7	89,8
Oleiros	26,5	30,7	47,5	96,0	172,9	67,3	64,8	60,2	63,3	70,1
Penamacor	25,8	35,2	75,9	141,5	248,8	61,5	62,3	65,9	73,9	79,5
Proença-a-Nova	25,5	36,1	63,2	99,5	151,8	63,7	61,3	63,5	66,5	71,9
Sertã	29,2	34,6	54,4	76,7	124,4	69,4	70,2	67,9	65,7	62,9
Vila de Rei	36,5	45,5	73,0	145,1	217,6	70,1	74,1	69,7	67,2	82,2
Vila Velha de Ródão	39,3	58,2	111,7	159,6	290,1	56,5	54,9	57,2	71,8	76,5

CONCELHOS DA GUARDA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO					DEPENDÊNCIA TOTAL				
	A N O S					A N O S				
	1950	1960	1970	1981	1991	1950	1960	1970	1981	1991
Aguiar da Beira	22,6	26,2	30,0	60,3	98,1	74,1	73,6	72,3	72,5	72,4
Almeida	24,9	30,9	52,0	90,4	137,3	67,7	69,0	74,3	71,7	60,0
Celorico da Beira	24,4	32,5	48,0	84,9	124,1	69,4	72,7	69,4	75,1	74,8
Figueira de Castelo Rodrigo	27,9	37,6	72,1	106,1	156,2	57,7	59,6	68,6	67,8	71,1
Fornos de Algodres	27,5	38,2	55,0	93,7	133,0	71,7	67,9	74,6	74,7	71,5
Gouveia	32,5	39,7	60,1	88,2	131,0	61,1	63,3	65,1	65,8	67,1
Guarda	25,0	30,1	40,4	66,0	91,0	61,7	60,8	66,0	59,1	56,5
Manteigas	21,2	24,1	40,2	67,3	83,8	69,7	65,2	68,9	58,6	57,2
Meda	20,3	26,4	44,0	74,1	127,0	68,7	66,5	67,8	68,1	67,8
Pinhel	21,8	28,6	43,1	73,5	124,7	65,9	63,9	63,6	64,5	61,8
Sabugal	22,8	31,7	76,0	141,8	214,9	66,9	63,2	71,3	74,8	79,9
Seia	27,7	32,2	42,0	57,0	86,5	71,2	71,1	67,4	64,2	59,5
Trancoso	21,4	27,4	45,0	71,8	113,0	68,1	68,2	73,6	70,7	69,8
Vila Nova de Foz Côa	22,2	29,0	70,6	79,9	135,9	65,0	63,1	72,8	70,1	66,9

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991 (informação não publicada), Lisboa, INE.

no distrito de Castelo Branco, em 1981, por cada 100 pessoas menores de 15 anos havia 87 maiores de 65, relação que aumentou para 129, em 1991 e 165, em 1996²¹; e na Guarda, em 1981 havia 78 idosos por cada 100 jovens, em 1991, 117 e em 1996 151²². Valores, como vemos, muito superiores, tanto aos encontrados nos outros distritos de fronteira, em 1991, com exceção de Portalegre, como a nível nacional. No entanto, em 1996, Castelo Branco é o distrito de fronteira onde este índice é mais elevado – Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Portalegre, Évora, Beja e Faro registam, respectivamente, 104, 50, 98, 134, 163, 139 e 146 %²³.

Mas se percorrermos os índices calculados para os concelhos, o envelhecimento atinge contornos mais carregados. Se não vejamos: em Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Penamacor, Vila de Rei e Sabugal por cada 100 jovens há 200 ou mais idosos, em 1991. Destaca-se Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão onde este indicador atinge os 290 %. Em 1996, a estes concelhos, há que juntar Oleiros, Proença-a-Nova, Penamacor, Figuerira de Castelo Rodrigo, todos com valores superiores aos 200 % (Penamacor, Vila Velha de Ródão, acima dos 300 % e Idanha-a-Nova com 410 %) ²⁴.

No resto da fronteira é sobretudo o distrito de Portalegre que regista os valores mais elevados deste índice (com sete concelhos acima dos 200 % e Nisa com 352,9 %²⁵), embora tanto para norte como para sul, os concelhos junto da fronteira sejam os mais penalizados. Do lado espanhol, Ourense, Zamora e Salamanca são as províncias que têm índices com valores superiores a 100, em 1991²⁶.

Este envelhecimento da faixa raiana portuguesa, menos evidente nos distritos do noroeste, sobretudo Braga, foi determinado não só pela queda da fecundidade «variável-chave para a compreensão do processo natural de envelhecimento»²⁷, mas também pelos movimentos migratórios, quer internos quer externos. Ora já dissemos que estas regiões, como o resto do país, ainda que de forma diferenciada, têm conhecido um declínio da natalidade bem patente na evolução do número médio de filhos por mulher: em 1930/31, o distrito de Castelo Branco tinha um valor de 4,40 e o da Guarda de 4,42; em 1989 esse indicador desce para 1,37 e 1,40, respectivamente²⁸. Em 1996 continuam a observar-se valores que rondam 1,4 filhos/mulher havendo, todavia, concelhos com valores abaixo da unidade (casos de Oleiros, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Almeida).

Mas estas regiões foram também pólos emissores de migrantes, tanto para o exterior como dentro do país, sobretudo em direção ao litoral. Para além dos fluxos emigratórios dos anos 60, cujos reflexos são bem visíveis nas estruturas etárias, os movimentos migratórios inter-regionais contribuíram igualmente para alterar as proporções entre as várias idades influenciando, por outro lado, o comportamento das variáveis micro-demográficas. Desde a década de 60 que todos os concelhos da Beira Interior apresentam, com maior ou menor intensidade, taxas de repulsão, alimentando o crescimento do litoral, embora nos anos 80 se comece a notar um ligeiro aumento de atratividade (ou diminuição da repulsividade) do interior onde se inserem os distritos de Castelo Branco e Guarda²⁹. No entanto, não podemos esquecer que, sendo estas regiões já bastante envelhecidas, é natural que as condições de repulsividade se tenham ido esgotando, já que o potencial migrante se torna mais limitado, o que dá origem a uma diminuição das saídas. Por outro lado, se é verdade que há uma atenuação da tendência migratória do interior, tal refere-se sobretudo a uma lógica de litoralização do país, já que é possível que continuem as migrações de mais curta distância³⁰ que têm como destino os centros urbanos mais próximos³¹, mas cuja análise reservamos para outro lugar.

Em conclusão, queda da natalidade, movimentos migratórios, duplo envelhecimento e desertificação – são estes, pois, os traços marcantes da evolução demográfica da população fronteiriça, nomeadamente da Beira raiana nesta segunda metade do século XX.

NOTAS

- ¹ A média da Europa dos 15, em 1995, era de 5,6 ‰ (dados provisórios) e em Portugal, 7,5 ‰; com valor mais elevado só a Grécia (EUROSTAT, *Statistiques Démographiques*, Luxemburgo, 1997, p. 102).
- ² *Idem*, p. 117. A média, em 1965, foi de 2,7 e em 1995 é de 1,4 (*Ibidem*).
- ³ *Ibidem*.
- ⁴ Lembramos que estatisticamente se considera que para que as gerações se substituam (isto é para que cada mãe de hoje possa ser substituída por uma mãe da geração seguinte) é necessário que, em média, cada mulher tenha pelo menos 2,1 filhos.
- ⁵ Maria Luís Rocha Pinto – «As tendências demográficas» – *Portugal 20 anos de democracia* – Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 304.
- ⁶ Cf. entre outros: Maria José Carrilho, «Portugal – Movimentos migratórios internacionais: factores determinantes das disparidades regionais» – *Revista do Centro de Estudos Demográficos* n.º 29, 1987/88, pp. 37-139; C. Cónim, Maria José Carrilho – *Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução. Portugal, 1960-2000* – Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989, pp. 63-75; Maria Lucinda Fonseca – *População e Território. Do País à Área Metropolitana de Lisboa* – Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990, pp. 68-83; Custódio Cónim – *Portugal e a sua População* – Lisboa, Alfa, 1990, II vol., pp. 13-49.
- ⁷ Maria João Guardado Moreira – «Portugal no Final do Século – O Caso Específico da Fronteira Luso-Espanhola» – *População e Sociedade* – n.º 3, 1997, p. 200.
- ⁸ Cf. J. Manuel Nazareth – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa* – Lisboa, Presença, 1988, pp. 106-108.
- ⁹ A Equação de Concordância é um processo indirecto de conhecer o volume das migrações, embora não nos permita distinguir os efeitos causados pelas migrações com o exterior dos causados pelas migrações internas. Uma vez que a recolha dos valores dos nascimentos e dos óbitos é feita por anos civis ajustou-se a população dos últimos recenseamentos, realizados em 16/3/81 e 15/4/91, estimando-se a população em 1 de Janeiro de 1981 e 1 de Janeiro de 1991. Assim, utilizou-se, para o cálculo da equação de concordância, os acontecimentos (nascimentos e óbitos) ocorridos entre estes dois momentos censitários (1981-1990). Manteve-se, no entanto, a população registada nos recenseamentos de 1960 e 1970, uma vez que foram realizados a 15 de Dezembro, e os nascimentos e óbitos ocorridos nos períodos de 1960-69 e 1970-80.
- ¹⁰ Mário Leston Bandeira – *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal* – Lisboa, INCM, 1996, pp. 208, 219-220. Cf. J. Manuel Nazareth – *O Envelhecimento da População Portuguesa* – Lisboa, Presença, 1979, pp. 86-93.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² Os resultados detalhados, por concelho, destes cálculos e respectivos quadros foram por nós apresentados em «Um Deserto de Idosos... O caso específico de uma região periférica de Portugal: a Beira Interior» – *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica* – Bilbao - San Sebastian, 20-22 Setembro 1995.

- ¹³ Até 1950 utilizámos a população presente e depois de 1960 a população residente, pois só a partir deste censo é que a população residente passa a ser a base de apuramento das diversas características observadas, nomeadamente a idade.
- ¹⁴ Cf. Fausto Dopico, Abel Losada – «Tendencias Demográficas de un País de Antiguos Emigrantes» – *Papeles de Economía Española* – vol. 16, 1996, p. 73.
- ¹⁵ *Estimativas de População Residente Segundo o Sexo, por Grupos de Idade, Índices de Dependência e Envelhecimento, em 31.XII de 1996, por NUTS III e Concelhos* – INE, Gabinete de Estudos/Área Demográfica e Social, 1997.
- ¹⁶ Maria José Carrilho – «Aspectos Demográficos e Sociais da População Portuguesa no período de 1864-1981» – *Estudos Demográficos* – n.º 30, 1991, p. 24.
- ¹⁷ Maria Luís Rocha Pinto, *op. cit.*, p. 300.
- ¹⁸ J. M. Nazareth (utilizando os grupos 0-19 e 60 e mais anos) agrupou os distritos do país em seis grupos-tipo segundo uma tipologia das estruturas etárias, verificando que as estruturas muito envelhecidas se encontram a sul, o centro com estruturas de tipo médio, o interior norte envelhecido no topo e o litoral norte duplamente muito jovem – (*O envelhecimento da população...* pp. 31-55). Cf. do mesmo autor – *Portugal, os próximos 20 anos. Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX* – Lisboa – Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 58-78.
- ¹⁹ Maria João Valente Rosa – «O Envelhecimento e as Dinâmicas Demográficas da População Portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema» in António Barreto (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995* – Lisboa, ICS, 1996, p.192.
- ²⁰ *Estimativas de População Residente Segundo o Sexo, por Grupos de Idade, Índices de Dependência e Envelhecimento, em 31.XII de 1996, por NUTS III e Concelhos...*
- ²¹ *Ibidem.*
- ²² *Ibidem.*
- ²³ *Ibidem.*
- ²⁴ *Ibidem.*
- ²⁵ *Ibidem.*
- ²⁶ Maria João Guardado Moreira – «Portugal no Final do Século. O caso Específico da Fronteira Luso-Espanhola»... p. 202.
- ²⁷ J. M. Nazareth – «Conjuntura Demográfica da População Portuguesa no Período de 1970-80: Aspectos Globais» – *Análise Social* – vol. XX (81-82), 1984, p. 245.
- ²⁸ Mário Leston Bandeira, *op. cit.*, pp. 458-459.
- ²⁹ Sobre os movimentos migratórios internos ver, por exemplo: C. Cónim – «Migrações internas em Portugal, 1981» – *Revista do Centro de Estudos Demográficos* – n.º 27, 1985, pp.11-35; Maria Lucinda Fonseca, *op. cit.*, pp. 85-139; João Peixoto – «Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 – uma análise dos dados censitários» – Lisboa, INE/GED, 1994.
- ³⁰ João Peixoto, *op. cit.*, pp. 22-23.
- ³¹ *Sistema Urbano Nacional: Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais* – Lisboa – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1997, I vol.

A PARTEIRA NO CONTEXTO DAS ARTES DE CURAR (SÉCULOS XV-XVIII) ¹

Marinha Fernandes Carneiro
ESEC Porto

ABSTRACT

Midwife helped a mother in childbirth, based in a folk knowledge in the agrarian society. Today midwifery is considered a care profession, integrated in nursing. This text is included in a longer investigation which develops the analysis of the midwifery in its professional trajectory. The attention is focused in the institutional and formative contexts, since the medical men expanded their expertise and jurisdiction into the area of the midwifery's practice, until the actuality (about 1940's) when midwifery converges with nursing. In this text, I analyse the period that the midwifery activity became formalized as licensing by the Great-Surgeon (the royal authority) and was under pressure from the surgeons and their forceps and the medical profession who made inroads into the domain of midwifery, using new knowledge and technology and, principally, their power.

Num texto de tendências populacionistas, datado de finais do século XVIII, o intendente Luis Ferrari Mordau faz um curioso e veemente apelo à existência de parteiras, como condição para melhorar essa riqueza que se chamava população, ao mesmo tempo que estigmatiza as parteiras rurais por falta de conhecimentos e como causadoras da elevada mortalidade materna e neo-natal:

Pois que se dirá dos partos, e dos seus aprestes, e consequências? São precisas parteiras, examinadas nos campos, que não há, e pelas não haver, ou não prestarem, morrem neste acto muitas mulheres, e muitas crianças, pois assim como ha Medicos pagos, deve haver parteiras pagas, com o maior fundamento de que das mãos dos Medicos, vai se da vida para a morte, que não tem remedio, e das mãos das parteiras vem o Homem do nada para a vida, que se facilita com a boa assistência².

Mas de que parteiras se pode falar no século XVIII? Que parteiras invoca o texto citado, que qualificações e atributos profissionais estão em causa? Parteiras examinadas, logo sujeitas a exame, parteiras pagas, logo profissionalizadas, parece ser o que se discute e o que se deseja, por contraponto com situações de inexistência de parteiras ou a existência de elementos que, por «não prestarem» deixavam morrer muitas mulheres na sequência dos partos. Parteiras examinadas que no campo faltavam, mas pode

concluir-se do texto que elas existem na cidade³, devendo exportar-se este modelo para as zonas rurais. Temos, assim, de um lado, as parteiras com certificação através de um exame e, do outro lado, as chamadas «curiosas», as mulheres habilidosas que por emergência, necessidade ou experiência iam acompanhando os partos, ajudando as mulheres suas familiares ou vizinhas em situações de maternidade. Que distância separava estes dois tipos de parteiras, no que concerne ao saber e à legitimidade do exercício da actividade de partejar?

2.1 – Normas sobre as artes de curar

Para compreendermos esta distinção que surge com as parteiras examinadas, temos de recuar pelo menos a 1631, quando surge o Regimento do Cirurgião-Mor do Reino, sistematização de um conjunto de medidas que já vinham de séculos anteriores no campo da medicina e da cirurgia. Na realidade alguns esforços de normalização das artes médicas por parte do Estado até são mais remotos. Há notícias de que D. João I, em 1430, proibiu a todo o homem ou mulher de usar de Física sem carta do Físico Real, tendo em conta o terem-lhe dito que *«alguas pessoas do nosso Senhorio asy Christãos, como Judeos e Mouros, se trabalham d'usar de Fizica nom sabendo tanto dello per que o devam fazer, e que porem perecem muitos, de que se segue mui gram dano, e por quanto esto sempre foi recusado em tempos dos outros Reis que antes nós foram, e nossa mercê e vontade hé que nenhuma pessoa nom uze dello salvo seendo examinado, e aprovado por aqueles que mais sabem pera poderem faser como devem»*, nomeando desde logo o Físico real, Mestre Martinho, para esse cargo, estabelecendo penas de prisão e tomada de bens para os infractores⁴. Estas medidas foram retomadas no Regimento do Físico-Mor, datado de 1476, confirmado depois em 1496.

Com argumentação semelhante e evocando os reis anteriores, surge em 1448 o Regimento do Cirurgião-Mor, no reinado de D. Afonso V, dando ordens gerais a todos os oficiais de justiça para prenderem quem usasse da arte de cirurgia sem licença⁵. Criava-se, assim, uma medicina oficial, em que a certificação sob controlo da instituição real era o grande elemento distintivo, à qual se deveriam sujeitar todas as artes de curar. Cumpria-se, assim, bastante cedo, uma etapa «profissional» que ajudou a medicina a constituir-se como uma das primeiras profissões, a etapa da licença concedida pelo Estado, sustentada num «saber» que o Físico-mor e o Cirurgião-mor asseguravam.

Segundo Ferreira de Mira⁶, pelo alvará de 3 de Março de 1565, as parteiras não podiam exercer o seu ofício sem prévio exame perante o cirurgião-mor e, a 6 de Outubro desse ano, nova lei obrigava que as parteiras, além daquele exame, fossem ainda aprovadas pela Câmara local no que se referia «à sua vida e costumes». A exigência de exame pouco nos diz sobre a qualificação exigida, sendo de prever que não iria muito além dos procedimentos empíricos e usuais entre as mulheres de então, mas mostra-nos a dependência da acção das parteiras de outro saber presumidamente mais alto, em que se delegava poder para seleccionar e, logo, restringir os profissionais a habilitar. Por outro lado, a exigência moral revela a necessidade de actuação conforme aos padrões sócio-culturais, e naturalmente religiosos, obrigando a objectivar o comportamento de alguém que como profissional iria penetrar no seio das famílias e tocar numa corda sensível tanto da conjugalidade como de eventuais comportamentos ilegítimos de procriação. Observe-se que no «regimento das parteiras», incluído no Livro Dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos

da cidade de Lisboa (1572), depois de uma referência inicial aos exames, juramentos e penalidades, se determina que a parteira não poderá actuar se a parturiente não estiver confessada, devendo esta questão ser objecto de interrogação inicial e, em caso de resposta negativa, a parteira deverá admoestar a parturiente para que o faça como condição necessária à sua intervenção. Outra determinação tem a ver com a indagação do tempo de gravidez, para que não se incorra numa provocação precoce do parto⁷.

Vamos, então, encontrar estes princípios sistematizados no novo «Regimento» de 1631, em tempo filipino, com referências explícitas à parteira, incluída num lote de profissões adstritas à arte de curar, ao lado de cirurgiões, dentistas, algebristas e sangradores, em que o exercício dessas profissões estava dependente de licença ou carta prévia do Cirurgião-Mor, sob penas diversas⁸. Assim, para além de se obrigar a um assento em livro de registo de todos os profissionais, para conhecimento das circunstâncias em que obtiveram as licenças e se poderem mandar aonde fosse necessário, também se define de uma forma burocrática e hierárquica o campo de decisões em termos de «polícia de saúde», ao estabelecerem-se as penalidades para os que usassem de ofício sem licença. Essa definição permite-nos apreender a hierarquia das várias artes de curar, bem como perceber a permissividade relativa que o Estado aceitava em relação a cada domínio:

- 1 – Os que exercessem qualquer *ofício de cirurgia* sem licença pagariam dez mil réis, sendo ainda remetidos para degredo (para fora da Vila ou Termo) durante um ano à terceira infracção;
- 2 – Os que sangrassem sem licença pagariam dez cruzados (4000 réis);
- 3 – A infracção legal na prática das artes de parteira, de algebristas (*peças que concertão braços e perna*), dos que «*dão suadouros*», dos dentistas e dos que «*curam doudos*», é apenas castigada com dois mil réis.

O Regimento estabelece ainda as regras relativas à constituição dos exames para os cirurgiões: são pré-requisitos saber latim e ter tirocinado no Hospital local ou praticado durante quatro anos com outro cirurgião; em termos de júri, o Cirurgião-Mor escolhe dois outros cirurgiões para o efeito, desde que não sejam os que patrocinaram a aprendizagem do candidato; as propinas a pagar consistem em 4 cruzados para os examinadores (dois para o cirurgião-mor e um para cada adjunto) e pelo diploma (carta de chancelaria) um marco de prata, no caso de ser aprovado.

Aos restantes tipos de arte (sangradores, parteiras, dentistas) pedia-se-lhes prática de dois anos no Hospital; o júri, presidido pelo cirurgião-mor, integraria sempre dois mestres da arte respectiva; as propinas de exame importavam em 1200 réis (600 para o cirurgião e 300 para cada adjunto); pelas cartas de aprovação (que não precisavam de ir à chancelaria) pagavam três cruzados (1200 réis)⁹.

Uma vincada hierarquia coloca, pois, o cirurgião no topo destas artes de curar, para quem pré-requisitos e emolumentos são os mais elevados. Parteiras, dentistas, algebristas pagam menos e as cartas de licença respectivas nem sequer vão à chancelaria. Mas todos estão sujeitos à supervisão do Cirurgião-Mor, que chamava a si a habilitação e a jurisdição sobre estas artes, desde que atestada a prática com profissionais afins.

Em todo o caso, o cirurgião tinha ainda de disputar a sua superioridade profissional com o físico. Como se infere da cronologia apresentada e é sublinhado por historiadores da medicina como Silva Carvalho, a criação do cargo de Cirurgião-mor foi mais tardia que a do Físico-Mor, tal se explicando pela diferença de estatuto, pois

enquanto os cirurgiões eram «práticos sem a menor ilustração, que acompanhando outros como ajudantes durante alguns anos, adquiriam os mais elementares conhecimentos da arte», os físicos ou médicos apresentavam alguma formação letrada, frequentavam cadeiras nas universidades, seguiam os livros dos sábios filósofos e teólogos, receitavam fármacos, encarando, no âmbito da religião dominante, de uma forma difusa, a doença como um acto divino para mortificar o corpo e torná-lo obediente ao espírito ou para preparar a morte. Muitos destes físicos eram monges que nos conventos liam livros e preparavam botica, não admirando que achassem indigno da sua condição o uso das mãos nos corpos sujos pelo pecado, embora o catolicismo que impedia a profanação dos corpos possa explicar este preconceito, pelo que deixavam esses serviços de cortar, sangrar, endireitar ou tratar de chagas a pessoas de baixa condição. Daí emergem os diversos especialistas das artes de curar, a que se passou a exigir exame e pagamento de emolumentos, já que a fiscalização provavelmente ficaria apenas por este controlo administrativo. Silva Carvalho descreve-nos muitos destes cirurgiões ambulantes que arrancavam dentes, operavam hérnias ou cataratas nos olhos, correndo, «de mochila ao ombro e apoiados a um bordão», castelos, feiras e aglomerações urbanas, armando tenda, pagando-se de imediato dos seus serviços, só um outro se demorando nas cidades, dado o maior potencial de clientela¹⁰.

Estamos, assim, perante a conhecida dicotomia entre expectantes e activos, que provoca uma «guerra» profissional entre médicos e cirurgiões que séculos mais tarde acabou por ser ganha pelos segundos, através da incorporação e crescente dominação dos saberes cirúrgicos na medicina.

A normalização que o Regimento do Cirurgião-Mor estabelece em 1631 não vai para além do direito legal do exercício da profissão¹¹, restringindo esse direito aos examinados e estabelecendo penas para os infractores, pois no campo das habilitações destes profissionais das artes de curar tudo se deixava ao mecanismo de reprodução assente no praticar com os profissionais mais velhos, havendo muitas referências no publicismo médico sobre as artimanhas e subornos para adquirirem a documentação habilitadora ao exercício. De resto, a exigência de deslocação à Corte para obtenção do exame era um sacrifício a que poucos se sujeitariam, ainda mais pairando a incerteza da aprovação e com a onerosidade exigida, pelo que os «não examinados» deveriam cobrir «sanitariamente» o país. O poder central logo reconhecera a necessidade de medidas de descentralização administrativa, pelo que em 17 de Agosto de 1740 foi publicada uma provisão, «*pela qual o Cirurgião Mor pode commetter aos Medicos de outras províncias tirar devassas dos casos conteúdos em seu Regimento, e fazer exames*»¹².

O quadro, do ponto de vista científico, era restrito: «os remédios heróicos de que usavam e abusavam era os cautérios, os fontículos, as sangrias gerais e locais, os vesicatórios, as purgas e os vomitórios»¹³, ou seja, a aplicação das receitas galénicas, dado que as doutrinas de Galeno prevaleceram longamente na medicina ocidental. Dominando então a teoria dos humores, a doença era entendida como um desregramento em que um ou mais desses humores deixava de circular convenientemente no corpo, sendo, para os médicos activos, necessário desenvolver acções de desobstrução, representadas por aqueles actos. A prática repetida desses exercícios levava os pacientes a morrer frequentemente mais da cura do que da doença.

Entretanto, os historiadores da medicina em Portugal salientam a falta de acompanhamento das descobertas que se iam fazendo no estrangeiro, nomeadamente no sentido da rejeição e superação de tais práticas, com a emergência da dúvida metódica,

do uso da razão e da experiência, bem como da nova dicotomia cartesiana da separação do corpo e da alma: antes corpo e alma eram uma só realidade e a doença tinha como causa primeira Deus, sendo que para as causas segundas dominava a teoria dos humores ao lado de outras que remanesciam dos médicos da Antiguidade; agora a concepção cartesiana introduz uma ruptura completa na forma de encarar a doença, introduz verdadeiramente um novo paradigma científico, que vai modelar a modernidade, onde o corpo surge como realidade autônoma, como uma máquina que é preciso conhecer e reparar quando dos seus disfuncionamentos. Legitimava-se, assim, uma medicina mais interventiva e analítica, onde o conhecimento da anatomia e da patologia se tornam imprescindíveis e se desenvolvem gradualmente, embora a ritmo desigual conforme os países e as culturas. As universidades, à medida que se ligarem aos hospitais, evoluirão para este campo de formação e de produção de saberes, mas tudo será muito lento. O alcance de algumas descobertas nos séculos XVII e XVIII não será atingido de imediato, outras só terão consequências práticas com novos desenvolvimentos e, finalmente, as formas evoluídas do saber ficavam sempre restritas a uma minoria, pois só com o correr das gerações se revitalizava o panorama geral do saber prático dos profissionais em exercício.

Para a explicação do atraso português neste domínio, não são alheias as perseguições a judeus e cristãos novos, grupos sociais de onde procediam os mais afamados médicos cirurgiões que se viam obrigados a emigrar, os quais, pela sua tradição de viajarem e estarem em contacto com várias culturas, acompanhavam mais de perto as inovações. Em todo o caso, sempre houve médicos portugueses a merecerem algum realce, nem tudo sendo escuridão científica.

Na área da obstetrícia e ginecologia, ou da saúde materna em geral, vários historiadores da medicina põem em relevo Rodrigo de Castro (1546-1662), lisboeta originário de uma família de médicos ligados à Corte, o qual fez os seus estudos em Salamanca. Os relatos que nos chegam sobre este médico apresentam-no, contudo, como uma verdadeira excepção no panorama médico português, que por isso vale a pena referenciar. Sendo médico de grande mérito junto da casa real, segundo Maximiano Lemos, terá sido por via da sua esposa, que lhe morreu de febre puerperal ao terceiro parto, que procurou coligir este tipo de conhecimentos, dada a «miseranda condição da mulher que, além das moléstias comuns, está sujeita às do sexo». Neste sentido escreveu *De Universa mulierem medicina* (1603), livro que o consagrou como um dos criadores da ginecologia. Maximiano Lemos sublinha o facto de ele comparar os sexos «opinando que a mulher não era inferior ao homem, debaixo de qualquer ponto de vista». Segundo aquele autor, a obra recenseada estava dividida em duas partes, a primeira consagrada à anatomia e fisiologia dos órgãos genitais da mulher, a segundo à respectiva patologia e clínica, prestando grande atenção à hereditariedade, à concepção e à gravidez. Discutia o parto e suas condições, apresentava fórmulas de contagem do tempo da gravidez, defendia a amamentação materna. Abordava ainda as doenças comuns da mulher: causas que impedem o fluxo menstrual, amenorrea, hemorragias uterinas, tumores mamários, prolapso uterino, esterilidade, doenças durante a gravidez (a concepção monstruosa, as molas, a gravidez falsa, os vômitos e náuseas), doenças das puérperas e das mulheres que amamentam, aborto e cesareana, febre puerperal, ulcerações uterinas. Os autores posteriores elogiam-lhe as qualidades de método e de espírito prático, já que quase toda a obra, reconhecendo escritos de autores diversos que por vezes contestava, era sobretudo fruto das suas observações, embora fosse frequente a aceitação de várias superstições que ao tempo dominavam ¹⁴.

Era um caso raro, pois havia também, por parte de médicos e cirurgiões portugueses, um grande desconhecimento de línguas vivas, dado o tradicional privilégio do latim, o que os impedia de contactarem de imediato com os avanços científicos que se iam dando no exterior. Contudo, é importante salientar o papel de alguns cirurgiões estrangeiros que, desde os inícios do século XVIII, no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, aplicavam conhecimentos de anatomia e os ensinavam aos praticantes, passando-se mesmo a exigir aos pretendentes à carta de Cirurgia certidão de terem estudado anatomia¹⁵.

2.2 – A parteira examinada

Tal como está documentado para outros países, também em Portugal as parteiras examinadas tiveram uma origem urbana, como forma de estas comunidades resolverem os problemas ligados às mães e às crianças, não se resignando à explicação divina e ao princípio do pecado para explicar os insucessos da maternidade que na cidade atingiam maior volume e significado, dada a acumulação de gente de todas as condições sociais, sendo muitas das parturientes desprotegidas de apoio familiar¹⁶. Para assegurar funções na comunidade se criavam «partidos» (contratos) municipais, tanto para médicos como para parteiras, e se procedia a um controlo sobre as pessoas que estavam em condições de exercer a profissão, algumas das quais a exerciam por sua conta e risco, produzindo-se para o efeito um serviço de registo, em conformidade com o que a lei preconizava.

Algumas referências a situações de registo de licenças para exercer as artes de curar, podem encontrar-se num minucioso trabalho de pesquisa documental de J. A. Pinto Ferreira¹⁷ sobre o Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante) e publicado no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto em 1961. É-nos aí disponibilizada uma longa lista dos registos efectuados no Porto para esse efeito, lista que se inicia precisamente com o registo de licença da parteira Maria da Cunha em 1667 (Livro 3.º do Registo Geral, fl. 303), a que se desfia depois um rol de sangradores, dentistas, cirurgiões, algebristas, curadores de tinha, emplastradeiras, boticários, alguns dos quais acumulavam algumas destas actividades.

A leitura de algumas cartas mostra-nos o mundo fabuloso em que decorria o licenciamento das artes de curar, o seu carácter hereditário, com os «segredos» da arte a transmitirem-se geracionalmente, e permite-nos desde logo observar que o cumprimento da lei, nomeadamente nos procedimentos para verificação de conhecimentos, estava, de facto, longe de ser seguido à risca pela própria autoridade, havendo uma grande margem de arbítrio por parte da tutela. Veja-se a exemplar carta que confere licença de meia-cirurgia a Giraldo Gram Mestre, de Braga, *«para que ele possa curar cancros, tinha, e toda a casta de nascidas, porquanto cura há muitos anos com bom sucesso, sem que dele haja queixa e que estas curas fazia seu pai Domingos Fernandes Gram Mestre. E por ter notícia e informação por várias pessoas, que ele fazia as ditas curas com remédios específicos e particulares, por cuja causa e conveniência que se segue ao público o dou licença para que ele possa curar dos ditos achaques, sem embargo de não ser cirurgião nem saber as regras gerais desta arte, porque o não mandei examinar e pelo ter feito até agora as ditas curas com sucesso, sem que houvesse até agora quem se queixasse de que ele fizesse cura errada»*. E a carta inseria ainda as habituais indicações para que se as autoridades encontrassem alguém a exercer o mesmo ofício lhe marcassem um prazo

para se apresentar perante o Cirurgião-Mor, podendo o dito Giraldo denunciar às justiças sobre as mesmas circunstâncias.

O desvio à lei deveria estender-se oportunisticamente a todas as artes de curar, como de resto a todos os domínios da sociedade. Daí que os delineamentos institucionais, a partir de leis, regimentos ou regulamentos, tenham uma validade relativa, ajudando-nos sobretudo a esboçar os grandes quadros nos quais se movem os actores sociais com os seus jogos de poder e as suas estratégias. Em todo o caso, num trabalho que privilegie uma dimensão sócio-histórica e pretenda estabelecer linhas evolutivas, a legislação e os procedimentos burocráticos dela decorrentes são o principal e frequentemente único elemento documental, indispensável para apreendermos realidades, comportamentos e ambientes.

Neste contexto, prestemos atenção ao procedimento burocrático da parteira, através da primeira carta de parteira, atrás referida, exemplo de um modelo que se repete com poucas variações: o Físico-Mor, que acumulava com o cargo de Cirurgião-Mor dava licença a Maria da Cunha «*para que ela possa usar o ofício de comadre a que communmente chamam parteira e juntamente dar suores, em todos os reinos e senhorios de Portugal*», uma vez que tinha sido examinada por dois médicos a quem dera comissão, pedindo às justiças que a deixassem exercer livremente, mas para isso a parteira devia ainda jurar «*na Câmara da dita Cidade do Porto aos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente usará do que dito é, como cumpre ao serviço de Deus e de Sua Majestade e proveito do povo*» (Vd. Anexo I).

Maria da Cunha foi, portanto, examinada apenas por médicos, não sabendo nós os conteúdos que foram objecto de questionamento nem os níveis de aceitação das respostas. Em todo o caso passa a estar oficialmente apta para o exercício da arte de partejar, a que neste caso juntava ainda o de «dar suores». A atribuição do poder de exercício pela autoridade suprema era, portanto, determinante, podendo mesmo, a partir daí, ela própria denunciar e exigir justiça sobre as «comadres» que não pudessem apresentar licença.

Poderiam as parteiras «examinadas» fugir a um quadro deste género, elas que se habilitavam junto de outras «comadres» e podiam, além disso, invocar frequentemente a sua experiência pessoal e/ou social na arte de partejar? Que poderiam elas aprender ou demonstrar junto de cirurgiões cuja sabedoria deixava tanto a desejar. Mesmo nos hospitais, o parto operatório não se praticava, por insuficiência dos cirurgiões!

No que respeita à divulgação de conhecimentos conhecem-se referências de manuais já para o século XVIII, embora se possa questionar se as parteiras seriam suficientemente letradas para lerem e perceberem o que se publicava. Em geral poder-se-á mesmo dizer que seria melhor seguir a prática, fazer o que era o costume em tais casos, do que ler a literatura existente. Em 1725, surge um manual, em tradução, de Sebastião de Sousa, intitulado *Luz de Comadres e Parteiras*, que pretendia servir de instrução a parteiras e cirurgiões, decisão que tomara depois de ter visto morrer uma parturiente assistida por três comadres, «Mestras velhas», sem que lhe tenham dado algum remédio, e por saber que todos os dias ocorriam situações idênticas por «erro e ignorancia das Comadres».

As soluções que este médico se propõe ensinar às comadres são, naturalmente, pouco ortodoxas ou do campo das superstições, mas exprimem uma forte e conhecida vontade de medicar para actos que deveriam decorrer em situações de grande normalidade. Receita, por exemplo, para facilitar o parto ou apressá-lo, a colocação de folhas de

loureiro mastigadas sobre o umbigo, ou untar o ventre com óleo de víboras. Ou ainda «duas oitavas de pó de testículo de cavalo, que não morresse de doença, secco no forno, e dado em duas onças de vinho branco» ou uma pele de cobra cingida à barriga de modo a tocar a carne. Ou então «caganitas de cabras montesinhas bebidas com alguma coisa aromática, expellem a criança e as pareas». E para lançar as páreas não faltavam outros xaropes e mezinhas, como «pós de três ouriços marinhos em vinho odorífero; figados de cobra feitos em pó e dados em vinho ou caldo de galinha ou «pó de pareia de primeiro parto» em caldo de galinha bem açafroado. Para provocar os puxos, fazia-se uma aplicação de fel de galinha negra sobre o ventre e as mulheres não deviam parir deitadas, antes sentadas ou de pé. Para verificar se as dores de parto eram verdadeiras ou falsas, queimavam-se sementes de coentro seco em brasas que se punham entre os pés da mulher que estava com dores, as quais aumentariam ao receber o fumo por baixo no caso de serem verdadeiras ou diminuiriam se fossem falsas; para curar «a madre quando sai fora ou aboca» aplicava-se fumo da pele de cobra por um funil ou untava-se com mel e deitava-se por cima «pós de priapo de boy»¹⁸. Um sem acabar de soluções para dar «luz às comadres»!

Mais tarde, em 1772, surge, de Manuel José Afonso e José Francisco de Melo, o *Novo Método de Partejar*, publicando-se nesse ano uma tradução de Raulin, *Breves Instruções sobre os partos a favor das parteiras das províncias*. Apesar da distância cronológica estas obras de médicos não oferecem nenhum salto qualitativo, como reconhece Hernâni Monteiro. Valeria às parteiras em geral e às das províncias particularmente o não saberem ler! Um só exemplo, relativo aos dois primeiros autores: quando um feto nascesse com «poucos alentos de vida» aconselhavam a introdução pelo recto de «fumo de hum pouco de tabaco de rolo»¹⁹. Outras artes de curar, tiveram também por esta época os seus manuais, tanto sangradores e cirurgiões, como os boticários e os clínicos, num tipo de obras que se multiplicam no decorrer do século XVIII e cujos padrões científicos não deviam andar muito longe dos apresentados, como se pode verificar pelos muitos exemplos que Hernâni Monteiro nos fornece.

O que se torna interessante observar é o comentário, eivado de preconceito, que a literatura médica recente, fortemente dominada por discursos de origem masculina, expõe a respeito das parteiras, a partir destes textos que, afinal, eram produto de homens médicos ou cirurgiões. As recomendações dos médicos funcionam para estes críticos como se fossem as práticas das parteiras, embora seja de admitir que as habilidades destas não andassem muito longe dos modelos impressos com que os médicos as queriam instruir, sobretudo as mais instruídas, o que poderá ajudar a explicar as tradicionais dificuldades das examinadas para exercerem a sua profissão, quase sempre suplantadas pela «comadre» mais próxima.

Veja-se um autor consagrado como Maximiano Lemos. Abordando os desenvolvimentos da obstetria no século XVIII em quatro escassas páginas, começa por afirmar: «A obstetria, que no século XVIII se achava já constituída definitivamente como ciência e que seguia no trilho aberto por Rhodio, Guillemeau, Portal e La Motte, entre nós era relegada para as matronas ignorantes, e nenhuns documentos nos restam da instrução que recebiam. Os próprios autores dos tratados de medicina e cirurgia quase se não ocupam do assunto, prova de que não fazia parte dos conhecimentos exigidos ao prático». Faz depois uma síntese dos trabalhos de Fonseca Henriques – *Socorro Delphico* –, autor que trata questões ligadas à concepção e ao parto, e de Monravá e Roca – *Novíssima Medicina* – que trata de acidentes no parto, para finalmente, na quarta página, ao referir

as três obras sobre a arte de partejar acima citadas, disparar lapidarmente: «Trabalhos exclusivos de obstetrícia, encontramos três, todos eles insuficientes, e em harmonia com a deficiência de conhecimentos das matronas para cujo uso eram destinados»²⁰. Ou seja, as destinatárias das obras eram as culpadas das insuficiências científicas dos produtores dos textos!

Posição idêntica assume Hernâni Monteiro que, à falta de documentos sobre as práticas de partejar, assume implicitamente os livros referidos acima como demonstrativos das práticas das parteiras. Assim, interroga-se: «Que instrução tinham as parteiras antes da criação de um curso regular, em 1836?» E responde: «Lendo o pitoresco livrinho «Luz de Comadres» [...]. Ou seja, na impossibilidade de conhecimento de uma prática não institucionalizada, com muito de informalidade, reporta-se a um livro produzido por um eventual cirurgião, que pretendia transmitir uma mensagem escrita pretensamente científica a comadres que por não saberem essas práticas eram consideradas ignorantes, reconhecendo-se simultaneamente que raras sabiam ler! E, no entanto, tal como nos diz a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (art. *parto*) as receitas propostas no livrinho eram retiradas, na sua maioria, da farmacopeia de Curvo Semedo, *Polianteia Medicinal*, de 1695, obra de referência durante mais de um século nos meios médicos.

O que se parece passar é um fenómeno idêntico ao que se passava em França²¹. São os cirurgiões os profissionais chamados para os partos «contra natura», dado usufruírem o privilégio de só eles poderem usar os instrumentos cortantes e operar sobre os corpos. Ao serem chamados para estes partos difíceis, que as comadres não podem resolver, expandem a sua superioridade e tendem a teorizar sobre a gestação, a gravidez e o parto, tanto mais que fazem dissecações, nomeadamente através de cesarianas efectuadas quando a parturiente já está morta. Isso permite-lhes produzir algum conhecimento e legitimar o seu discurso, ainda que às vezes profundamente marcado pela extravagância, como se pode verificar quando esse discurso foi editado como no caso dos manuais acima citados. Multiplicam-se estes textos de homens sobre mulheres, não só no campo do parto, mas sobre os vários domínios da maternidade, mas não mudam o essencial: o parto é um assunto de mulheres e continuará a sê-lo sempre que não há perigo, subsistindo os ritos e os saberes próprios das mães. O que se verifica, entretanto, é a lenta mas persistente intromissão do cirurgião nas questões da maternidade, procurando chamar a si uma arte que era basicamente feminina, ultrapassando pudores e saberes ancestrais e aí introduzindo novas receitas que hão-de conduzir gradualmente à medicalização do parto²².

Neste contexto, o enviesamento da leitura médica desfavorável à parteira multiplica-se por efeitos de reprodução, sendo de sublinhar que se trata, tal como diz Jacques Gélis, de «uma campanha bem orquestrada» que corre a Europa desde os meados do século XVIII, por detrás da qual está a ambição dos cirurgiões em exercer a obstetrícia e afastar as parteiras, uma campanha que retoma o fervor medieval de campanhas anteriores que combatiam as parteiras por práticas de feitiçaria, só que agora a parteira já não é agente do Diabo mas sim o rosto do obscurantismo no século das luzes. Das parteiras a resposta foi débil, sublinhando Gélis que só na Inglaterra se publicaram alguns textos a denunciarem a ignorância e a ganância dos cirurgiões, o abuso na utilização dos instrumentos que não sabiam dominar, o afastamento e interdições que impunham às parteiras que procuravam melhor formação²³.

Uma campanha que só começa a ultrapassar-se em Portugal, de forma marginal, por parte da nova geração de etnógrafos, a partir dos finais do século passado, que

surgem naturalmente mais compreensivos, sobretudo para com as parteiras espontâneas e curiosas, como se pode ver por um pequeno extracto (editado em 1924) de Alberto Braga sobre a zona de Guimarães, que as apresenta como «mulheres de habilidade, fecundas parteiras que são mães de muitos filhos, aprendendo no laboratório do seu próprio partejar, essa arte de toques, de puxos e de sondagens, velhotas por vezes já no descanso da postura, que aliam ao seu saber obstétrico um calendário cortido de superstições inerentes ao acto e sequentes funções das puérperas... Ainda mais: a superstição é uma parte da base do seu modo de vida, do seu operar, do seu saber de experiência feito, é por assim dizer a preventiva desinfecção dos males, dos ares, dos maus olhados, dos demónios, do corpo e do espírito»²⁴.

2.3 – A emergência do novo poder médico

A tradição corporativa de criação de formas de companheirismo entre os profissionais também se verificou entre as artes médicas. Nos principais núcleos urbanos, os médicos, cirurgiões e boticários organizaram-se em confrarias, sob a invocação de S. Cosme e S. Damião. Segundo Silva Carvalho, houve organizações dessas em Lisboa, Santarém, Rio de Janeiro e Baía. Mas, numa linha diferente, correspondendo já a preocupações de debate entre profissionais, surgem as academias, reuniões de sábios dos tempos iluministas, que alguns médicos tentam também criar em Portugal. Em Lisboa, surgiu a primeira associação de objectivos meramente científicos – A Sociedade Médico-Lusitana – no segundo quartel do século XVIII, seguida de outra no Porto, em 1848, a Real Academia Cirúrgica Proto-Typo-Lusitana Portuense, logo desactivada, mas reerguida pela Academia Médico-Portopolitana. No âmbito desta disposição para informar e discutir, surgia, em 1749, o periódico médico, o *Zodiaco Lusitano-Delphico-Anatomico, Botanico, Chirurgico*. Neste âmbito, o grande animador da vida associativa portuense, era o médico Manuel Gomes de Lima, que face ao insucesso daquelas associações tenta uma nova edição do modelo dez anos depois, com a Academia Real Cirúrgica Portuense, que deu origem ao periódico *Diário Universal de Medicina, Cirurgia e Farmácia* (1764-1772), tendo Gomes de Lima ainda assinado, entre outras obras, as *Memórias Chronologicas e Críticas para a Historia da Cirurgia Moderna* (1762). O projecto de estatutos da Academia Real Cirúrgica Portuense (1759) também previa formação intensiva para as parteiras: «desde maio até outubro se occuparão os consultores todos na instrução das parteiras da cidade e suas vizinhanças fazendo-lhes conhecer as partes da geração e como devem acudir às mulheres e aos fetos nas diversas conjunturas dos parto». E, para garantir a possibilidade de exercícios práticos com parturientes, propunha-se mesmo dar o sustento «nos dias de parto, aquelas mulheres pobres que queiram entregar-se ao tratamento dos ditos consultores e parteiras»²⁵.

Este projecto de academia, que visava essencialmente criar uma espécie de corporação de cirurgiões, procurava deste modo intensificar e controlar a formação das parteiras, dentro das perspectivas higienistas de então.

Na verdade, o atraso dos portugueses relativamente ao progresso estrangeiro gerava discussão nos meados do século XVIII, por intermédio dos «estrangeirados», homens de cultura, viajados e experientes, que criticavam, nos variados domínios, as práticas castiças e acreditavam no progresso que levaria à descoberta de técnicas para resolver todos os problemas. Neste contexto, ganha relevo o contributo de Ribeiro Sanches

que, tendo estudado em Coimbra, Salamanca, foi depois para Londres, Marselha, Leyde, vindo a ser médico da czarina Catarina, da Rússia, e publicou em 1763 o seu *Methodo para Aprender e Estudar Medicina*. Defendia uma instrução secundária, preparatória do estudo da Medicina (incluindo grego, latim, matemática e filosofia), a criação de hortos botânicos, laboratórios e um hospital escolar, o acompanhamento das últimas novidades e métodos, a ligação da medicina à cirurgia, que deveriam ser exercidas pelos mesmos profissionais, sugerindo o fim dos antigos cirurgiões. Estas ideias repercutem-se directamente na reforma pombalina da Universidade de Coimbra: com efeito, aí se exigia o conhecimentos das línguas grega e latina, se recomendava o francês e inglês, e se tornava obrigatório o estudo da Filosofia, Matemática e Física; terminados os preparatórios, iniciava-se o curso médico, estudando-se no 1.º ano, Matéria Médica e Prática Farmacêutica; no segundo ano, teoria e prática de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Obstetrícia; no terceiro e quarto anos, as Instituições Médicas (História da Medicina, Fisiologia, Patologia, Semiótica, Higiene e Terapêutica), acompanhadas de clínica hospitalar, aspecto este a que se dedicava todo o quinto ano. Sob o ponto de vista formal, a exigência passou a ser claramente de nível muito mais elevado, já de acordo com os padrões universitários dominantes na época, mas apesar da contratação de especialistas estrangeiros para a Universidade de Coimbra, continuava a imperar um nível científico claramente insatisfatório²⁶, e, sobretudo, não havia produção suficiente de médicos para as necessidades do País.

A formação paralela, nos moldes tradicionais, continua portanto a fazer-se. Os hospitais, nomeadamente o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, mas também os hospitais militares do Porto, Chaves, Elvas e Tavira, mantiveram e desenvolveram as suas escolas práticas de cirurgia, sobretudo no primeiro, dado o aproveitamento que o «material do estudo» do banco do Hospital propiciava, aí se desenvolvendo a prática das autópsias para verificar as lesões correspondentes às doenças diagnosticadas. Mais tarde é a própria Casa Pia de Lisboa que, através do Colégio de S. Lucas, mantinha aulas de Anatomia teórica e de Partos (com práticas no Hospital de S. José), frequentada por cirurgiões e parteiras, além das cadeiras de Química e Farmácia. Esta foi uma das variadas acções do intendente da Polícia Pina Manique, que, entre outras medidas, enviou médicos para Inglaterra e Dinamarca a fim de se habilitarem e transmitirem no País os progressos realizados, prática depois seguida por outros responsáveis pela administração. Diz Silva Carvalho, que, em Lisboa, «as parteiras começaram a ser postas de parte, recorrendo-se aos cirurgiões que tinham ido habilitar-se na Inglaterra e Dinamarca»²⁷.

A reforma universitária, que conferia um novo estatuto social aos novos médicos, nomeadamente a sua preferência na colocação sobre os médicos e cirurgiões tradicionais, vai depois ter a sua repercussão ao nível da administração. Alguns autores, como por exemplo Maximiano Lemos, relatam-nos esta longa e surda luta com o Físico-Mor, normalmente um protegido real, que tinha o privilégio de conceder licença tanto a médicos que só tinham dois anos de prática como aos que tinham os seis anos exigidos na Universidade, ou os que iam cursar apenas dois ou três anos a Salamanca, tudo ficando a seu arbitrio. Os universitários acusavam o Físico-Mor de passar cartas a «pessoas indoctas e não graduadas», promovendo e legitimando os «mata-sanos» e os «idiotas» (os que não tinham formação alguma), apesar das determinações régias em sentido contrário, num conflito que remontava já ao século XVI, ainda ao tempo em que a Universidade era em Lisboa. É certo que o alvará de 12 de Maio de 1608 determinou que o Físico-mor não pudesse dar licenças a médicos «idiotas» para exercerem em locais onde houvesse

graduados pela Universidade de Coimbra, podendo fazê-lo para outros locais²⁸. Em 1740, permite-se ao Cirurgião-Mor «cometter» a médicos de outras províncias o tirar devassas (instaurar processo criminal) aos cirurgiões, sangradores e parteiras que exerciam a arte sem licença e lhes fizessem exame, para evitar de os obrigar a irem à Corte²⁹.

A situação que conferia privilégios especiais ao Físico-Mor e ao Cirurgião-Mor vai desaparecer em 1782, com a publicação da lei que cria a *Junta do Protomedicato* e extingue aqueles cargos (embora mantendo os regimentos anteriores nos restantes aspectos), para satisfazer diversas representações que à Rainha tinham chegado sobre a ineficácia reinante e os prejuízos causados pelo «*pernicioso abuso, e estranha facilidade, com que muitas pessoas faltas de principios, e conhecimentos necessarios, se animam a exercitar a faculdade de Medicina e arte da Cirurgia, e as frequentes, e lastimosas, desordens praticadas nas boticas*»³⁰. A Junta do Protomedicato era uma verdadeira emanção do poder médico universitário, que, passando a referendar todos os diplomas de medicina e cirurgia, tinha como objectivos combater os considerados curandeiros tradicionais, ainda que perfeitamente legalizados, padronizando o nível de exigências de conhecimentos médicos pelos ministrados nas universidades, onde persistia a divisão quer em estudos, quer em funções entre médicos e cirurgiões a que não faltava, portanto, uma perspectiva corporativa. Com a reforma pombalina, ao nível da medicina, ficava definitivamente proibida a concessão de licenças a médicos que não tivessem frequentado a Universidade, mantendo-se o modelo tradicional para as outras artes de curar, embora os lugares de topo na administração médica passassem para os médicos universitários. No entanto, a Junta foi dissolvida em 1809, voltando-se ao modelo do Físico-Mor e do Cirurgião-Mor.

Entretanto, com esta nova etapa do poder médico em Portugal, os reflexos sobre as parteiras são evidentes a vários níveis. Para além da já referida maior intervenção dos cirurgiões nos partos, sublinhe-se a limitação das funções de parteira e a obrigatoriedade de, nos partos complicados, chamar o cirurgião. Situação que se pode ver na carta de parteira de Joana Maria de Melo, do Porto, em 1785, que os deputados da Junta do Protomedicato «deram por aprovada debaixo do juramento que tinham recebido, como constou da certidão que nos apresentou, com declaração porém que a todo e qualquer parto que assistir, demorando-se vinte e quatro horas ou sendo dificultoso, não usará de remédio algum, antes logo chamará cirurgião aprovado para assistir ao referido parto. E com estas cláusulas lhe mandamos passar a presente carta»³¹ (Anexo II).

Outra forma de percebermos o peso da Junta do Protomedicato e portanto do poder médico institucionalizado sobre as parteiras é seguirmos no tempo a atribuição de cartas de parteira. Segundo o trabalho já citado de J. A. Pinto Ferreira, sobre os registos existentes na Câmara do Porto, podemos apreciar essa evolução através da listagem seguinte.

São ao todo trinta e duas cartas de parteira para a cidade do Porto, ao longo de 137 anos, com a característica de quase todas elas (com excepção de quatro) serem posteriores a 1782, data em que a nova autoridade de saúde passa a ser a Junta do Protomedicato, no período autoritário do pombalismo. Isto mostra que anteriormente os Regimentos deviam servir para pouco na dinâmica social da arte de partejar. A «curiosa» da vizinhança deveria dominar a situação, tudo se resumindo a actos de entreatura no seio restrito da família e do lugar: já se nascia antes de aparecerem os diplomados (parteiras e médicas) e assim continuou a ser quase até aos nossos dias. Para se lhes reconhecer uma utilidade sistemática os profissionais desta área terão de mostrar conhecimentos acrescidos suficientes para resolver as complicações eventuais do parto

QUADRO I – REGISTOS DE CARTAS DE PARTEIRA NA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1667-1804)

NOME	DATA DE REGISTO	LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO-REGISTO GERAL
Maria da Cunha	1667	Livro 3.º Fl. 303
Clara de Almeida	1721	Livro 8.º Fl. 11
Mariana de Barros	1739	Livro 8.º Fl. 534vº
Águeda Pereira Nunes	1739	Livro 8.º Fl. 553vº
Genoveva dos Santos	1784	Livro 11.º Fl. 399vº
Quitéria Maria	1784	Livro 11.º Fl. 403
Joana Maria de Melo	1784	Livro 11.º Fl. 405
Margarida Teresa de Faria	1784	Livro 11.º Fl. 447vº
Rita Escolástica	1784	Livro 11.º Fl. 449
Ana Maria	1785	Livro 11.º Fl. 588
Josefa Maria de Jesus	1786	Livro 12.º Fl. 139vº
Ana Gertrudes	1786	Livro 12.º Fl. 145
Antónia Maria	1786	Livro 12 Fl. 164
Serafina Jacinta	1787	Livro 12 Fl. 271vº
Mariana Luísa Josefa de Morais	1788	Livro 12 Fl. 283
Ana Maria de Oliveira	1788	Livro 12 Fl. 291
Angela Domingues	1788	Livro 12 Fl. 296vº
Luísa Antónia	1788	Livro 12 Fl. 314
Teresa Moreira	1789	Livro 12 Fl. 356
Tomásia Maria	1790	Livro 12 Fl. 383
Ana Joaquina Séria	1791	Livro 13 Fl. 78
Rosa Maria	1791	Livro 13 Fl. 84
Josefa Maria	1792	Livro 13 Fl. 168vº
Maria Josefa	1792	Livro 13 Fl. 171
Antónia Francisca dos Santos	1794	Livro 13 Fl. 295
Ana Josefa Pinto	1794	Livro 13 Fl.300
Maria Rosa de Jesus	1795	Livro 13 Fl. 336vº
Ana Maria de Jesus	1795	Livro 13 Fl. 352
Rosa Maria de Jesus	1797	Livro 14 Fl. 33vº
Maria dos Santos	1798	Livro 14 Fl. 130
Teresa Violante de Jesus	1803	Livro 15 Fl. 262
Ana de Jesus	1804	Livro 16 Fl. 42

que se traduziam numa mortalidade elevada para a mãe como para a criança, ou garantir à parturiente e ao recém-nascido uma maior qualidade de serviços através de técnicas que acrescentem bem-estar. Quer dizer, o espaço profissional raramente se cria por decreto, é preciso conquistá-lo por demonstração da qualidade dos serviços prestados: por maior rigor que eventualmente houvesse na aplicação das leis, o número de parteiras e médicos de que há notícia de certificação era irrisório e seria sempre insuficiente para resolver os inúmeros partos correspondentes à dinâmica de reprodução de famílias.

No entanto, a partir de 1784 surge a concessão de várias licenças por ano, revelando que haveria mais fiscalização ou que as «comadres» começavam a achar mais seguro ou conveniente, face à maior influência do poder médico, obter a legalização. Deveria sentir-se uma maior pressão higienista para a formação de profissionais dada a crescente preocupação com as crianças em geral, em que o grande problema era a mortalidade elevada. Em suma, deveria existir mercado para que mais mulheres achassem valer a pena a dedicação à arte de partejar.

A uma destas parteiras, já integrada profissionalmente, parece referir-se a nota histórica fornecida por Hernâni Monteiro: fala-nos de Ana Gertrudes, que desempenhava o cargo de parteira no hospital da Ordem de S. Francisco, no Porto, «recebendo de cada parto ordinário 480 réis e do baptizado 240 réis (espórtulas depois elevadas para um total de 960 réis, incluindo o baptizado)», a quem foi depois (em 1794) aumentado o partido anual em meia moeda, sendo, por isso, obrigada a ir a casa das irmãs da Ordem que estivessem de parto em suas casas para observar o seu estado³².

A preocupação com as parteiras, que lhes começa a abrir uma verdadeira possibilidade profissional, inclui-se, então, numa questão mais geral, que é da valorização da população, da mortalidade e da criança, num discurso tanto ligado a ideias populacionistas como à dignidade humana no contexto iluminista europeu, com reflexos em Portugal³³. É notória nos finais do século XVIII uma maior preocupação com a população, particularmente com a mortalidade infantil, procurando-se dominar os níveis elevados que se atingiam neste domínio, surgindo uma vasta literatura sobre a maternidade, os cuidados e a alimentação de recém-nascidos e crianças, com discussões sobre os tipos de leite, o papel das amas ou sobre a educação. Uma vasta produção literária no domínio da puericultura é apresentada em academias e periódicos, tal como acontece com a literatura médica. Registam-se, então, em Portugal livros, memórias e artigos em vários domínios por parte dos médicos, filósofos e pedagogos, sendo muitos desses textos resumos ou mesmo traduções de obras estrangeiras. Há, de facto, nos finais do século uma crescente preocupação com a criança, declaradamente com os cuidados da grávida e os primeiros tratamentos do recém-nascido, surgindo várias obras de puericultura, alguns dos quais acompanham o que se defendia nos meios mais progressivos do estrangeiro (Melo Franco, Francisco José de Almeida). Destaque-se neste campo, Francisco de Melo Franco que, além de uns *Elementos de Higiene* (1814), escreveu o *Tratado da educação física dos meninos* (2 tomos, 1790, 1791), onde, segundo a recensão de Ferreira de Mira, «se trata do regimento que convém às mulheres pejudas, dos cuidados a haver por ocasião do parto, com a mãe e com a criança, da utilidade dos banhos frios a que o autor atribui a robustez das crianças do norte da Europa, e do modo de as vestir, de as amamentar, de as desmamar», afirmando ainda a preferência do tratamento das crianças pelas mães em detrimento das amas e recomendando a inoculação das bexigas como processo profilático que se devia generalizar³⁴.

Sem me alongar neste ponto, refiram-se para o campo da saúde materna livros como os de Jacinto da Costa (1776-1856), que entre outros, publicou o *Compêndio da arte de partos para uso dos praticantes de cirurgia e parteiras* (1810) e o *Tratado completo de cirurgia obstétrica* (1815), e de Joaquim da Rocha Mazarém que escreveu *Anuário Clínico da Arte Obstétrica* (1825-26) e *Compilação de doutrinas obstétricas* (1833), além de um *Quadro elementar obstétrico para instrução das aspirantes a parteiras* e vários artigos sobre notícias obstétricas que o tornaram num conhecido mentor da especialidade, depois profundamente criticado.

Mas, se quisermos fazer um balanço sobre os saltos qualitativos na arte obstétrica, nos finais do Antigo Regime (transição do século XVIII- XIX), o que se poderá dizer? Ferreira de Mira tentou fazer esse balanço. Afirma a pobreza da qualidade de manuais sobre os partos, onde apenas eram notórias as traduções de Baudelocque³⁵ (por Ferreira Braga e Manuel Rodrigues), das *Instruções* de Raulin, dos *Aforismos* de Denman que versavam sobre aplicação e uso do fórceps, as hemorragias uterinas, as convulsões puerperais e a anatomia do útero grávido; originais portugueses, destacavam-se uma tese sobre o útero (Pereira de Castro, em 1793, na Universidade de Edimburgo), outra de José António de Castro, no ano seguinte e na mesma universidade, que constituía um resumo sobre as doutrinas dos parteiros ingleses; alguns artigos sobre casos anómalos; os tratados atrás referidos de Jacinto da Costa e Mazarém, sendo que o compêndio deste autor ainda teve uma edição em 1843, servindo portanto várias gerações de parteiros. Nas observações clínicas apresentadas então na imprensa médica, evidencia-se o carácter rudimentar da assistência às mulheres em situação de parto e graves acusações dos médicos às parteiras por altura dos «partos laboriosos», responsabilizando-as pela elevada mortalidade materna e neo-natal. E o autor, Ferreira de Mira, exemplificava com um extracto de um médico de Condeixa que escrevera sobre as parteiras: «Chamam-se estas senhoras em França *sages femmes*, em Espanha *comadres*, em Inglaterra *midwives*. A sua ciência é tão fraca neste nosso reino, que elas não passam de umas simples mezinheiras, quando a natureza que toma à sua conta a obra do parto segue o rumo competente; mas quando há extraordinários sucessos, elas não sabem coisa alguma do importante manejo desta operação». O médico em causa, num tipo de discurso frequente que procurava evidenciar superioridade de ofício, parecia esquecer que as Ordenações, onde o poder médico pontificava, atribuía já nessa altura à parteira apenas o acompanhamento do parto normal, não se lhe sendo lícito usar outros instrumentos cirúrgicos, nem sequer o fórceps, devendo portanto delegar as suas funções perante as complicações do parto no médico ou cirurgião.

Neste contexto, ganham propriedade as conclusões de Ferreira de Mira, que achava «lícito duvidar da perícia dos próprios cirurgiões parteiros», sobretudo se atentássemos em algumas observações por eles próprios publicadas, e dava o exemplo de uma nota de Mendonça, primeiro médico do Hospital de Chaves, em que um feto fora expulso parcialmente pela via própria e em parte por abcessos abertos na parede do ventre, sem que o médico tivesse encontrado oportunidade para intervir³⁶. Logo, não podemos esquecer no discurso contra a parteira o efeito da rivalidade, pois, a exemplo do que acontecia em França, as parteiras representavam uma concorrência forte para os cirurgiões, a quem deixavam um mercado reduzido, na medida em que só eram chamados em casos graves, tendo aqueles tendência a atribuir a ocorrência da gravidade à acção das parteiras, numa função desvalorizadora³⁷.

É claro que a interpretação histórica sobre os problemas obstétricos até aos inícios do século XIX não se pode colocar linearmente em termos de oposição parteiras ignorantes mas numerosas versus cirurgiões parteiros competentes mas escassos, como é vulgar ler-se na literatura médica oitocentista. Ambos os tipos de profissionais comungavam de um quase total desconhecimento das patologias e terapêuticas dos partos com complicações e não estavam ainda criadas as condições para intervenções adequadas. A tecnologia do fórceps estava no seu início, a anestesia ainda não dava os

primeiros passos e os conceitos de assepsia eram apenas uma vaga ideia na cabeça de alguns iluminados. E mesmo os mecanismos da gravidez e do parto normal estavam longe da dilucidação. Só o grande salto científico dos meados do século XIX permite os avanços necessários neste, como noutros ramos científicos.

*

*

*

Tal como acontecia noutros países da época, ao falar de parteiras antes da sua formação junto das Escolas Médicas e das Universidades, o que em Portugal só ocorre depois de instaurado o liberalismo, estou essencialmente a referir-me a profissionais cuja formação decorria na acção prática, em companhia de outras profissionais mais velhas, como era vulgar na tradição corporativa dos ofícios do Antigo Regime, a qual se legitimava depois por um certificado ou «carta» obtido através de um exame junto da autoridade, coadjuvada por outras profissionais mais velhas.

O que parece estar em causa não é de facto nenhum processo de transmissão de conhecimentos ou da sua verificação, dado que os exames não poderiam exigir muito mais do que aqueles conhecimentos que eram do domínio público, nem o corpo de especialistas encarregado de proceder a esses exames era detentor de um saber superior, conforme se procurou ilustrar com a literatura respectiva. O que se verifica é, por um lado, a mentalidade corporativa que procurava diminuir a concorrência e estabelecer regras de acção profissional também nas artes de curar, e, por outro lado, o Estado centralizador, então emergente, legitimava este espírito corporativo através de rituais a que chamava exames, de que resultava a emissão de licenças pelas quais se pagavam emolumentos, denotando portanto uma preocupação fiscal, embora não seja de excluir uma preocupação pela saúde pública que nos primeiros tempos ficaria necessariamente pelo nível do discurso e não pela eficácia. Sem esquecer ainda as referências de tipo negativo, na legislação mais antiga, a judeus e mouros que habitualmente exerciam as artes de curar, aspectos estes que deixam entrever conflitos de tipo religioso a que não deveria ser estranha a Igreja que inspirava a mentalidade dominante e exercia uma grande influência junto do rei.

Em todo o caso, estava assim delimitado um campo de acção e criavam-se os mecanismos restritivos ao exercício profissional, definido o corpo de especialistas. Numa perspectiva de síntese, pode-se dizer que tal como em outros países, nomeadamente a Espanha, as funções básicas da parteira iam um pouco mais além do que as da vertente assistencial (assistência ao parto, às enfermidades da mulher, aos conselhos sobre a gravidez e maternidade). Podem descortinar-se ainda na sua acção, funções jurídico-legais (declarações sobre presenças em parto, sobre a vida ou morte da mãe e das crianças), funções docentes (porque transmite saberes a novas parteiras que a acompanham), bem como funções religiosas (realizar o baptismo de urgência nas crianças em perigo de vida)³⁸.

Em que medida havia parteiras para cobrir as necessidades e não obrigar mulheres curiosas a partejarem e desta forma infringirem a lei? Não se pode esquecer que a palavra «parteira» se aplica, como ainda hoje, à curiosa ou comadre, vizinha próxima da parturiente que não se eximia a ajudá-la na hora difícil que só a solidariedade de mulher sabe compreender. Seria sobretudo ao nível das comadres que predominaria um saber popular, onde o parto ocupava um lugar próprio na visão do mundo e dos

problemas da vida, da doença e da morte, onde crenças, sortilégios e fatalismos se misturavam com o conhecimento prático e vivido das realidades a este nível.

E, acreditando-se profundamente no sobrenatural, porque não acompanhar os andamentos da natureza com o apoio dos entes divinos? Por isso surgem notícias etnográficas, como por exemplo, as Pires de Lima: levava-se azeite e faziam-se romagens à Senhora da Expectação (nas margens do Ave) ou à Senhora do Bom Despacho (Maia); apertava-se na mão a regra de S. Bento para os partos perigosos (S. Tirso); passava-se a grávida pela vara do pãlio para evitar a morte dos filhos ao nascer (Cinfães), além de um sem número de superstições para evitar azares³⁹. Comportamentos difusos mesclados de paganismo e de cristianismo, de quem se habitou a ver na mensagem bíblica o fado de «parir na dor» como estigma que ficou do pecado original. Práticas que o racionalismo emergente nunca conseguiu extirpar e que exerciam um claro efeito protector/tranquilizador sobre as parturientes, tal como hoje ainda acontece talvez sob formas mais discretas⁴⁰.

Numas e noutras a ausência de saberes teóricos, menos necessários para os partos normais, mas correndo o risco de os complicar por ausência de conhecimentos. E quanto aos partos complicados, quem sabia e podia dominar na altura as técnicas adequadas, quando a criança se apresentava em posição anormal ou surgiam complicações obstétricas? Para lá de mezinhas mais ou menos ritualizadas, pouco mais se poderia fazer do que confortar e procurar o bem estar da parturiente, executar algumas manobras facilitadoras e deixar a natureza actuar.

Em todo o caso, estava já criado um quadro legal que limitava a acção das parteiras: nas complicações do parto, esta deveria chamar o cirurgião, o qual na grande maioria das vezes não saberia dar solução aos problemas, mas poderia sempre invocar a legalidade face a qualquer assomo de independência da parteira. Como diz Sheila Kitzinger, na sociedade ocidental, «os homens nunca se teriam tornado especialistas no parto se não tivessem existido as guildas de barbeiros-cirurgiões que se desenvolveram no século XIII. As suas regras só permitiam que fossem os cirurgiões a utilizar os instrumentos de cirurgia». A limitação do poder e do campo de acção das parteiras, refere ainda Kitzinger, era um facto do maior interesse para os cirurgiões, os quais até omitiam informações nos manuais que escreviam para as parteiras, a pretexto de a mulher não dever saber o que ia para além das suas pretensas capacidades, pelo que chamar uma parteira começou a significar chamar alguém que desconhecia os elementos complexos do trabalho de parto e que não poderia legalmente intervir em situações de perigo. Não admira, assim, que as famílias com mais capacidade económica passassem a chamar o cirurgião, apesar de cobrar mais caro pelos seus serviços, até como demonstração do interesse dos maridos para com as parturientes⁴¹.

Havia naturalmente um espaço legal de acção destinado a um saber mais especializado, conquistado pelo efeito dos jogos profissionais dos cirurgiões no ambiente corporativo que se desenvolveu a partir dos tempos medievais. Mas espaço relativamente vazio no aspecto do domínio dos saberes e da capacidade de intervenção, que só pelos finais do século XVIII começa a ser preenchido à medida que os cirurgiões dominarem as técnicas obstétricas que aos poucos vão emergindo. Por esta altura, estamos, ainda, numa fase em que a argumentação do poder médico se desenvolve em torno de questões de legalidade e de credenciais que superam e dominam uma situação de tradição e de género, mas não desenvolve em plenitude uma legitimidade racional que lhe advirá do progresso técnico e científico do século XIX⁴².

ANEXO I

Cap. LXXXI. – Do Regimento das Parteiras

Nenhua parteira podera usar do officio sem ser examinada pelo fisico da cidade. o qual achando que he para poder usar do dito officio lhe daraa hua certidão per elle assinada para em camara ser confirmada e lhe darem juramento para fazer verdade. do qual exame e certidão pagaraa ao dito fisico cincoenta rs. e usando algua o dito officio sem a dita examinação e juramento do tronco pagaraa mil rs. a metade para as obras da cidade, e a outra para quem a accusar:

1 – *Item toda a parteira tanto que chegar a molher que estiuer para parir saberaa della se estaa confessada e não estando a amoestara que o faça, e a parteira que esteuer com molher que não for confessada pagaraa a sobredita pena:*

2 – *Item toda a parteira seraa obrigada a tomar meudamente conta do tempo que a molher estaa prenhe para ver se he tempo de poder parir, e antes do tempo a não faraa parir pelo perigo que a molher corre em a fazer parir mais cedo. e fazendo o contr^o pagaraa dous mil rs. a metade para a cidade e a outra para quem a accusar:*

3 – *Item nehua parteira se entremetteraa em caso em que tiver duvida mas diraa ao principal da casa que mande chamar hum medico ou cirurgião para conselho. e fazendo o contr^o do tronco pagaraa dous mil rs pela sobredita maneira.*

In Livro dos Regimetos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572). Publicado e prefaciado por Vergilio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, pp. 215-216.

ANEXO II

Registo da Carta de Parteira de Maria da Cunha

O Doutor António de Castro, Fidalgo da casa de El-Rei Nosso Senhor, Médico de sua câmara e pessoa real e seu Físico-Mor, que por comissão especial do dito Senhor também sirvo de Cirurgião-Mor nestes reinos e senhorios de Portugal, etc. Faço saber a todos os Corregedores, Ouvidores, Juizes e Justiças, Officiais e mais pessoas a quem esta carta for mostrada e o conhecimento dela com direito pertencer, que eu dou licença a Maria da Cunha, filha de Baltasar Gonçalves e de Jerónima da Cunha, natural da cidade do Porto, para que ela possa usar o officio de comadre a que comumente chamam parteira e juntamente dar suores, em todos os reinos e senhorios de Portugal, porquanto por minha comissão foi examinada pelo Doutor João Sucarello, e com o Licenciado Martinho de Azevedo, médico aprovado pelo partido, pelos quais fora aprovada para

usar o que dito é, pelo que requeiro da parte de Sua Majestade a todas as sobreditas justiças que não procedam por via alguma contra a dita Maria da Cunha, por usar e fazer o sobredito, antes livremente a deixem usar do que dito é. E achando algumas pessoas que usem do dito ofício de comadre sem licença minha, as empraquem para que em certo tempo pareçam perante mim; e passado o dito tempo sem mostrarem como pareceram as prendam e presas mas enviem para delas se fazer todo o cumprimento de justiça na forma de meu Regimento e o mesmo façam sendo-lhes denunciado ou requerido da parte da dita Maria da Cunha, a qual jurará na Câmara da dita Cidade do Porto aos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente usará do que dito é, como cumpre ao serviço de Deus e de Sua Majestade e proveito do povo, de que se passará certidão nas costas desta, etc. Dada nesta Corte e cidade de Lisboa sob meu sinal somente, aos oito dias do mês de Agosto de seiscentos e sessenta e sete anos. Pagou-se desta carta de comissão duzentos e cinquenta réis e de assinar nada. E eu José de Varga Gareês que sirvo de escrivão do cargo do dito ofício de Cirurgião-Mor e Físico-Mor a fiz e escrevi. Antônio de Castro. Cumpra-se e registre-se. Em Câmara, catorze de Setembro de seiscentos e sessenta e sete. Alvo. Torneo. Recebi o próprio privilégio...

In FERREIRA, J. A. Pinto – Alguns documentos do Arquivo Municipal de interesse para a História da Medicina Portuguesa – *Boletim do Arquivo Municipal do Porto* – vol. XXIV, fasc. 3-4, pp. 515-542.

ANEXO III

Carta de parteira de Joana Maria de Melo, do Porto, em 1785 (extracto)

Os Deputados da Junta do Proto-Medicato, etc. Fazemos saber a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Oficiais e pessoas dela, com direito diretamente deva e haja de pertencer, que damos licença a Joana Maria de Melo, casada com Joaquim Ferreira Godinho, moradora na cidade do Porto, para que ela possa usar do ofício de parteira, o que poderá usar em todos estes Reinos e Senhorios de Portugal, porquanto foi examinada na presença do Doutor Manuel José da Gama, Juiz Comissário Geral da Província do Minho e pelas examinadoras Josefa Maria e Maria Angélica, parteiras examinadas, as quais a deram por aprovada debaixo do juramento que tinham recebido, como constou da certidão que nos apresentou, com declaração porém que a todo e qualquer parto que assistir, demorando-se vinte e quatro horas ou sendo dificultoso, não usará de remédio algum, antes logo chamará cirurgião aprovado para assistir ao referido parto. E com estas cláusulas lhe mandamos passar a presente carta e requeremos da parte de Sua Majestade a todas as sobreditas Justiças que não procedam por via alguma contra a dita Joana Maria de Melo, antes livremente a deixarão usar de todo o

sobredito; e haverá o juramento dos Santos Evangelhos, dentro em três meses, na Câmara aonde pertencer; e não o tomando será condenada nas penas que dispõe o Regimento, para que bem e verdadeiramente use, como convém ao serviço de Sua Majestade e bem do público...

In FERREIRA, J. A. Pinto – ob. cit. – pp. 529-530

NOTAS

- ¹ Este texto segue, com poucas alterações, um capítulo da dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (UP), intitulada *O Signo de Lucina – Contextos de institucionalização e formação das parteiras* – Porto, 1998.
- ² MPRDAU, D. Luiz Ferrari – *Despertador da Agricultura de Portugal* (finais do século XVIII). In AMZALAK, Moses Bensabat – *O «Despertador da Agricultura de Portugal» e o seu autor o Intendente D. Luiz Ferrari Mordau* – Lisboa: 1951, p. 54.
- ³ Como produto do poder central que passa a certificá-las, a parteira examinada é naturalmente uma inovação urbana, tal como em França. Cf. GÉUS, Jacques – *La sage-femme ou le médecin: Une nouvelle conception de vie* – Paris: Fayard, 1988, p. 23.
- ⁴ Amado, J. J. da Silva – Algumas considerações sobre a conveniência de crear cursos de cirurgia em Lisboa, Porto e Coimbra – *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* – (1866), p. 224. Esta medida legislativa, que por curiosidade está registada no 1.º livro de Vereações do Porto, foi recolhida pelo médico António de Almeida e, tal como outros documentos legislativos, publicados no *Jornal de Coimbra*, periódico publicado entre 1813-1820. Toda essa «Colecção de Documentos para a História da Ciência de Curar em Portugal» foi republicada depois nos *Archivos de História da Medicina Portuguesa* (1877), vol. I, em vários números, além de surgirem reproduções dispersas por outras publicações médicas.
- ⁵ Regimento do Cirurgião-Mor do Reino, dado por El-Rei D. Afonso V – *Gazeta Médica do Porto* – n.º 244 (1850), p. 422.
- ⁶ MIRA, M. Ferreira de – *História da Medicina Portuguesa* – Lisboa: 1947, p. 88.
- ⁷ *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa* (1572). Publicado e prefaciado por Vergilio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. pp. 215-216.
- ⁸ Extracto do Regimento do Cirurgião-Mor (1631)
- A pena dos que se acharem usando de qualquer officio de cirurgia, sem licença, o u carta, serão dez mil réis somente, como está determinado no regimento do fisico-mor, e pela terceira vez serão condenados em um ano de degredo fora de Vila e Termo. E a pena dos que sangrarem, sem serem examinados, e aprovados, serão dez cruzados somente.*
- A pena das parteiras, e pessoas que concertão braços e pernas, e dão suadouros, tiram dentes, e curam doudos, sem licença, serão dois mil réis.*
- O dito Cirurgião-Mor, com dois cirurgiões, quaes lhes parecer, havendo-os de S.M., os escolherá, e com eles examinará todos os que houverem de usar o officio de cirurgia, e não os admitirá ao exame se não souberem latim, e terem praticado no Hospital da terra donde viverem; e não o havendo nela, provarem por instrumento, como praticaram quatro anos com o cirurgião, com quem aprenderam; e as cartas que passar aos que forem examinados, declararão os nomes dos cirurgiões, com quem os houver examinado; com declaraição que nenhum dos cirurgiões, com quem o examinado houver aprendido, será adjunto do exame, e levará o cirurgião-mor dois cruzados, e cada um dos adjuntos um cruzado; e esta propina se lhes pagará assim dos aprovados, como dos reprovados.*

E os cirurgiões aprovados pagarão das suas cartas da chancelaria um marco de prata. O dito cirurgião-mor examinará os sangradores, depois de serem ensinados por seus mestres, e provarem que depois disso sangraram, e fizeram os mais ofícios diante de seus mestres, ou em algum lugar, ou Hospital, por tempo de dois anos.

Assim examinará as parteiras, sendo presentes duas, quais lhe parecer; e da mesma maneira as pessoas que concertam braços, e que tiram dentes, e os mais que pertencem ao seu ofício; e do tal examinado ou seja aprovado, ou não, levará seiscentos reis, e cada um dos adjuntos trezentos reis, e aos tais examinados passará o cirurgião-mor suas cartas, sem irem à chancelaria; e levará pelas tais licenças, três cruzados. [...]

Regimento do antigo Cirurgião-Mor do Reino – *Gazeta Médica do Porto* – nº 244. (1850), p. 409.

⁹ Cruzado: antiga moeda que valia 400 réis.

¹⁰ Carvalho, Silva – *História da Medicina Portuguesa* – Lisboa: separata de Portugal – Exposição Portuguesa em Sevilha. 1929, pp. 8-9.

¹¹ Em França, o primeiro regulamento que normaliza a profissão de parteira no conjunto de outras profissões médicas data de 1692. Cf. Géus, Jacques – *La sage-femme ou le médecin : Une nouvelle conception de la vie* – Paris: Fayard, 1988, p. 44.

¹² CARVALHO, Silva – *ob.cit.* – pp. 346-47.

¹³ CARVALHO, Silva – *ob. cit.* – p. 24

¹⁴ LEMOS, Maximiano – *História da Medicina em Portugal* – Lisboa: Manuel Gomes Editor, 1899, I vol., pp. 260-270

¹⁵ CARVALHO, Silva – *ob. cit.* – p. 23.

¹⁶ GÉLIS, Jacques – *La sage-femme ou le médecin – Une nouvelle conception de la vie* – Paris: Fayard, 1988, pp. 23-39.

¹⁷ FERREIRA, J. A. Pinto – Alguns documentos do Arquivo Municipal de interesse para a História da Medicina Portuense – *Boletim do Arquivo Municipal do Porto* – vol. XXIV, fasc. 3-4, pp. 515-542.

¹⁸ *Cit. por* MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia Portuense* – Porto: 1926, pp. 167-172.

¹⁹ MONTEIRO, Hernâni – *ob. cit.* – p. 173.

²⁰ LEMOS, Maximiano – *ob. cit.* – vol. II, pp. 147-150.

²¹ KNIBELHER, Yvonne; FOUQUEY, Catherine Fouquet – *Histoire des Mères* – Paris: Ed. Montalba, 1977, p. 41.

²² *Idem*, pp. 56-78.

²³ GÉLIS, Jacques – *La sage-femme ou le médecin: Une nouvelle conception de vie* – Paris: Fayard, 1988, pp.102-107.

²⁴ GUIMARÃES, Alberto V. Braga – *Tradições e usanças populares* – Esposende: 1924. *Cit. por* MONTEIRO, Hernâni – *ob. cit.* – p. 175.

²⁵ Projecto de estatutos da academia real cirurgica portuense, proposto à aprovação do governo em 1759 – *Jornal da Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa* – 1866-67, p. 248.

²⁶ CARVALHO, Silva – *ob. cit.* – pp. 31-32.

²⁷ *Idem* – *ob. cit.* – p. 37.

²⁸ LEMOS, Maximiano – *História da Medicina em Portugal* – 1.º vol. Lisboa: Manuel Gomes Editor, pp. 184-192.

²⁹ *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* – (1894), vol. IV, pp. 178-180.

³⁰ LEMOS, Maximiano – *ob. cit.* – p. 355.

³¹ Transcrita por Ferreira, J. A. Pinto – *ob. cit.* – pp. 529-530.

³² Monteiro, Hernâni – *Origens da Cirurgia Portuense* – Porto: 1926, p. 116.

- ³³ Esta preocupação é geral. Veja-se o caso de França, onde as Instruções de Raulin (1769) são escritas a pedido do governo, a que se seguem outras obras do gênero, e se toma a iniciativa (1767) de entregar o ensino da arte de partos em todo o reino a uma parteira consagrada, Angélique Coudray. Esta, que por sua conta já ensinava desde 1759, corre agora oficialmente os principais lugares de França até 1783, em cursos que duravam 6 a 8 semanas, compreendendo uma parte de lição e outra de demonstração. O ponto alto da sua formação, ocorria com um célebre manequim, simulando o tronco e membros da mulher com diversas soluções para demonstrar o parto e seus problemas, num exercício que era realizado pela formadora e repetido pelas alunas e alunos, pois também formava alguns cirurgiões-demonstradores que por sua vez iriam formar outras parteiras nas zonas rurais. Estimou-se em dez mil o número de parteiras assim formadas, as quais levavam no final um certificado que as habilitava profissionalmente. Cf. LEBRUN, François – *Se Soigner Autrefois* – Paris: Seuil, 1995, pp. 48-49. E KNIBIELHER, Yvonne; FOUQUET, Catherine – *Histoire des Mères* – Paris: Ed. Montalba. 1977.
- ³⁴ MIRA, Ferreira – *História da Medicina Portuguesa* – Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 312.
- ³⁵ BAUDELLOCQUE (1746-1810) foi o grande teorizador do parto natural e o inventor da mensuração sistemática pré-natal da pelve e da sua importância para o prognóstico do parto. Autor de *Principes des accouchements* (1775).
- ³⁶ MIRA, Ferreira de – *História da Medicina Portuguesa* – Lisboa: 1947, pp. 284-287.
- ³⁷ LAURENT, Sylvie – *Naître au Moyeu Age: De la conception a la naissance: la grossesse et l'accouchement (XII-XVe siècle)* – Paris: Le Léopard d'Or, 1989, p. 173.
- ³⁸ MARTINEZ, Antonio Maria Claret [et al] – Génesis de la Enfermaria Moderna en España. In MARTIN, Francisca Hernández (coord.) – *Historia de la Enfermaria em España* – Madrid: Ed. Sintesis, 1996, p. 132.
- ³⁹ LIMA, Augusto César Pires – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos* – Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1948, pp. 128-131.
- ⁴⁰ Cf. JOAQUIM, Teresa – *Dar à Luz – Ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal* – Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- ⁴¹ KITZINGER, Sheila – *Mães – Um estudo antropológico da maternidade* – Lisboa: Presença, 1978, p. 97-98.
- ⁴² MACDONALD, Keith M. – *The Sociology of the Professions* – Londres: Sage Publications, 1995.

AS CRISES DE MORTALIDADE NUMA COMUNIDADE TRANSMONTANA VILA FLOR (1700-1900)

Virgílio Tavares

ABSTRACT

In the Community Transmontana of Vila Flor; at the XVIII and XIX centuries, there were crisis of mortality likeness Braga, Porto, Lisboa, Castelo Branco, Moncorvo and Interior Spain. The more importants are the 1794 a 1799 and 1880 a 1882. At the end of XVIII century there are also causes like tje agriculture and alimentaries products that make advance of the number of deaths. At the 80 years of XIX century they are epidimics (typhus, cholera, varíola) that make more victims. Sometimes, the deaths of childrens, at tha time, are upper 50 % of all deaths. Vila Flor had a slowlyly and moderate demographique advance during XIX century to subtract their population, that, at 1900 arrives at increase negative tax (- 4,4 ‰).

INTRODUÇÃO

Este trabalho «As Crises de Mortalidade numa Comunidade Transmontana: Vila Flor (1700-1900)» insere-se na continuação do trabalho iniciado por Norberta Amorim de estudo dessa variante micro demográfica no distrito de Bragança.

Com efeito, neste distrito, há já alguns estudos do género, a saber: S. Pedro de Poiares (Freixo de Espada à Cinta), Cardanha (Torre de Moncorvo), Rebordãos (Bragança), realizados por Norberta Amorim¹. As 17 freguesias do concelho de Torre de Moncorvo (Açoreira, Adeganha, Cabeça Boa, Cardanha, Carviçais, Castedo, Felgar, Felgueiras, Horta da Vilariça, Larinho, Lousa, Maçores, Mós, Peredo dos Castelhanos, Souto da Velha, Torre de Moncorvo, Urros), de 1700 a 1850 foram objecto da minha tese de mestrado; relativamente ao mesmo concelho, apresentei no III Encontro, alguns aspectos e conclusões da minha análise das crises de mortalidade entre 1850 até 1900.

Em 12 concelhos e 298 freguesias que compõem o distrito de Bragança, existem trabalhos referentes a 3 concelhos, 2 parcialmente (Bragança e Freixo de Espada à Cinta), e 1 na totalidade (Torre de Moncorvo), num conjunto total de 19 freguesias estudadas.

Surge assim necessidade de se alargar este género de trabalhos a outros concelhos do Nordeste Transmontano, de modo que, num futuro que esperamos próximo, se possa partir para uma caracterização demográfica global de uma forma mais consistente. Até porque já vai havendo outros trabalhos de cariz demográfico que tem entusiasmado estudiosos e investigadores, além destes que se baseiam nas crises de mortalidade.

É preciso fazer-se uma aproximação ao conhecimento da evolução da mortalidade na sua diversidade regional, e que é indispensável para o estudo da transição demográfica.

Pretendemos fazer uma reflexão analítica da evolução da população na Paróquia de S. Bartolomeu de Vila Flor, partindo dos registos paroquiais e também de alguns registos do Registo Civil local.

Detectando eventuais crises de mortalidade, fazemos uma comparação com outras zonas da Península Ibérica, sempre que entendemos conveniente. Por fim tiramos as possíveis conclusões sobre a dinâmica demográfica e social de Vila Flor no período 1700-1900.

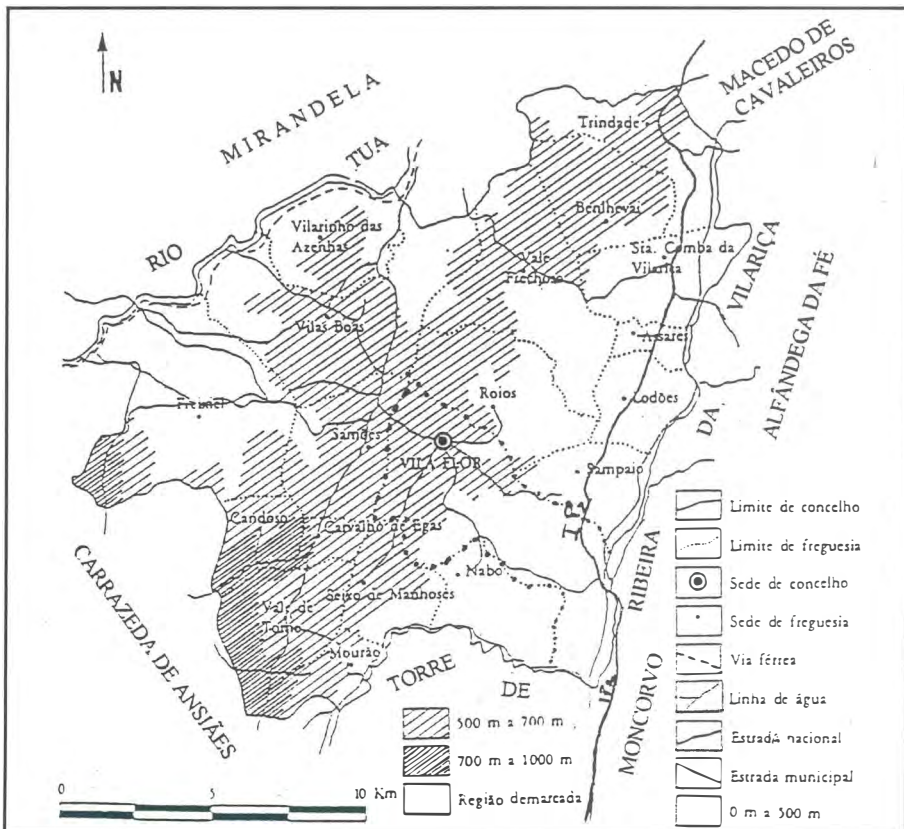
Pensamos ainda que ajudamos a dar a estes Encontros uma perspetiva de abrangência nacional, ao trazermos ao IV Encontro do CEPFAM uma comunidade transmontana, Vila Flor, tão interior quanto a insularidade desta Ilha de Ponta Delgada do Arquipélago dos Açores onde tenho o gosto de me encontrar convosco.

Metodologicamente devo referir que segui Moreda e Dupâquier, entre outros, este para identificação das crises de mortalidade ².

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Vila Flor é uma freguesia e vila sede de um concelho do mesmo nome composto por 19 freguesias. Situa-se no Nordeste Transmontano, Distrito e Diocese de Bragança, entre os concelhos de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Mirandela (Mapa 1).

MAPA 1 – A FREGUESIA DE VILA FLOR E RESPECTIVO CONCELHO



Está incluída na chamada Terra Quente Transmontana, uma subregião com características próprias, nomeadamente climáticas, com terrenos que se estendem até ao Cachão, ao rio Tua, e englobando uma parte do Vale da Vilaríça.

Tem uma área de 266, 76 km² e é limitado: a Norte pelo concelho de Mirandela com o rio Tua a separar os dois municípios numa extensão considerável; a Nordeste confina com Macedo de Cavaleiros; a Este e Sudeste é limitado pelos concelhos de Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo e a Oeste pelo concelho de Carrazeda de Ansiães.

Quanto à Vila em si, está situada a 700 metros de altitude na base de um outeiro chamado de Nossa Senhora da Lapa, numa depressão da Serra de Vale Frechoso, a cerca de 5 km da margem direita da Ribeira da Vilaríça. Embora com altitude, este lugar é abrigado e bastante fértil.

Geologicamente o solo apresenta-se numa zona perfeitamente transitória entre o xisto da Vilaríça e o granito dos montes que a abrigam.

TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Vila Flor foi local habitado pelos povos da antiguidade, como nos provam vestígios Romanos e até castrejos.

Contudo, as suas origens como povoação são antigas e relacionadas com os concelhos medievais da Formação de Portugal. Efectivamente, nessa altura chamava-se Póvoa d'Além Sabor e pertencia ao enorme concelho de Santa Cruz da Vilaríça.

Seria um lugarejo 3 do termo desse concelho, originário de um núcleo de povoadores que ali se fixara na 2.^a metade do século XIII. Vivía-se num período de paz relativa e começava a haver algum desenvolvimento agrícola, levando a novas áreas de ocupação do espaço despovoado português.

É a 24 de Maio de 1286 que D. Dinis lhe concede foral e muda o nome de Póvoa d'Além Sabor para Vila Flor, saindo então do domínio administrativo de Santa Cruz da Vilaríça. Duas razões terão presidido a esta atitude: D. Dinis, segundo a tradição local, terá passado por ali quando se dirigia à fronteira de Miranda do Douro ao encontro de Isabel de Aragão, sua noiva. E, como gostou do local, o achou bonito, resolveu mudar-lhe o nome.

Por outro lado, o concelho de Santa Cruz da Vilaríça tinha perdido população e até se mudara para o Reboredo onde é actualmente Moncorvo. Os privilégios foralengos passam para Vila Flor, assim como terras do referido concelho: Roios, Sampaio, Santa Comba, Vale Frechoso, Benlhevai, Nabo, Samões, Assares, e uma parte da Trindade.

Os moradores de Moncorvo não gostam e queixam-se ao rei desses prejuízos provocados pelo desmembramento do seu concelho e beneficiando Vila Flor, que, desde aí, vai ganhando prestígio e afirmação municipal.

Carvalho de Egas, Mourão, Seixo de Manhoses e Vale de Torno eram freguesias que pertenciam ao então concelho de Vilarinho da Castanheira. Cadoso e Freixiel eram da Ordem de Malta e estavam sujeitos ao comendador de Poiães. Vilas Boas com Vilarinho das Azenhas formavam um concelho a partir do século XIV, deixando o de Mirandela. Até ao século XIX, metade da Trindade era também de Mirandela. Por sua vez a aldeia de Sampaio teve foral em 1512 por D. Manuel, tendo com Lodões constituído, no século XV, uma honra dos senhores de Sampaio.

É só no século XIX que, com as reformas administrativas do liberalismo, o concelho de Vila Flor se constitui e engrandece tal como praticamente é hoje formado. Freixiel e

Vilas Boas deixam de existir como concelhos a partir de 1836. Vilarinho da Castanheira é extinto em 1853 e aquelas terras atrás referidas passam a integrar definitivamente o concelho de Vila Flor. Também Assares vem do concelho de Alfândega.

Entre 1895 e 1898, enquanto o concelho de Alfândega da Fé esteve extinto, Eucísia, Pombal, Santa Justa, Vilarelhos, Vilares da Vilarça e Alfândega da Fé chegaram mesmo a pertencer a Vila flor.

Actualmente é constituído por 19 freguesias: Assares, Benlhevai, Candoso, Carvalho de Egas, Freixiel, Lodões, Mourão, Nabo, Roios, Samões, Sampaio, Santa Comba da Vilarça, Seixo de Manhoses, Trindade, Vale Frechoso, Valtorno, Vila Flor, Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas.

A Vila sede deste concelho, pertenceu à Comarca de Moncorvo cujo corregedor só ali entrava em correição. E, religiosamente foi sempre da diocese de Braga, passando para a de Bragança em 1882.

ECONOMIA LOCAL

Vila Flor está situada numa zona profundamente ruralizada. Por isso é natural que a agricultura, a criação de gado, silvicultura, apicultura e outras actividades extractivas do género fossem a base da economia local. Ainda em 1998 a agricultura e a pecuária têm um grande peso na economia vilaflorense.

Até ao fim do século XV era considerada uma terra importante e rica. O grande número de judeus que ali vivia dava uma dinâmica económica à vila e um valor florescente. Indústrias e comércio de produtos variados como joalheria e ourivesaria eram promissores.

Porém, com a expulsão dos Judeus em 1496 a vila entra em decadência e a indústria e comércio quase desaparecem.

Em 1780, José António de Sá refere-se à Economia Transmontana nestes termos:

«Indústria, excepto a do fabrico da seda, que é considerável, não há outra de natureza alguma..

Os lavradores são extremamente ociosos: no tempo que lhe resta de trabalhar a terra não se ocupam mais que em viver no descanso; não sabem ofícios nem os pretendem aprender..

As cidades e as vilas experimentam faltas notáveis de carvão e lenha...».

É um quadro elucidativo que nos faz adivinhar a sonolência das actividades económicas de Vila Flor no século XVIII. Nesta data, era também a agricultura rotineira e de subsistência que predominava na vila.

*«Trás-os-Montes caía de novo na sonolência, na apatia, no imobilismo do mundo rural, e de que ainda não despertou»*⁴.

No entanto, o manuscrito de 1796 refere-nos que teria havido um desenvolvimento comercial em vila Flor, com 51 negociantes, dos quais só na vila *«localizavam-se 37 negociantes o que constituía na Comarca de Moncorvo o número mais elevado numa só localidade»*⁵.

Há assim um comércio mais activo no fim do século XVIII resultado também de uma agricultura a desenvolver, com plantação de vinhas, rompendo montes e terrenos de toda a qualidade. Mas também a plantação de amoreiras e incremento do fabrico da seda. Em 1790 havia em Vila Flor 1566 amoreiras e 1000 pés de outras árvores.

Por sua vez os gados tornam-se um grande negócio dado que havia grandes extensões de baldios.

Durante o século XIX a agricultura continuava a dominar a economia de Vila Flor, que andava um tanto ao sabor do clima, das doenças e da renovação de culturas e técnicas agrícolas, que eram praticamente nulas.

Havia produções abundantes de vinho, trigo, centeio, azeite, castanhas, hortaliças, muita fruta especialmente melões e melancias na Ribeira da Vilariça, mas também linho cânhamo e lã, e tinham gado ovino, caprino, bovino e suíno.

Em 1869 possuía 4 fábricas de destilaria que produziam 102 pipas.

Contudo, quando surgiam determinadas pestes nas culturas, as crises agrícolas e de produção rebentavam e abalavam a estrutura económica da terra, e consequentemente da sua população.

Em 1880 a freguesia de Vila Flor produzia 2.758.225 litros de vinho, para em 1881 produzir 2.697.894, e em 1882 apenas 1.796.000 litros de vinho, que era a cultura mais importante nessa altura. Até que, em 1885 várias doenças atacaram as videiras e a produção ficou muito reduzida pois os vinhedos chegavam a morrer.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A população de Vila Flor teve a sua própria evolução, condicionada às características sócio económicas, religiosas, políticas, militares e administrativas por que passou, mas também da região de Trás-os-Montes em que se insere e de Portugal de que faz parte.

Os dados demográficos até ao século XVIII são limitados e escassos, quase sempre de cariz religioso ou militar, com o objectivo de lançamento ou cobrança de impostos ou foros, ou ainda para o recrutamento de militares.

Mas não deixam de ser interessantes para uma análise evolutiva, embora sempre condicionada. O 1.º censo oficial da população Portuguesa acontece em 1864. Todos os dados anteriores não tinham valor estatístico demográfico específico.

O numeramento de 1527/30 dá 151 moradores para a freguesia de Vila Flor, o que representa 33,2% do concelho na altura (455 moradores).

Depois, em 1675 são apontados 400 fogos⁶, para em 1706 serem referenciados 300 vizinhos⁷, e, em 1768 apresentar 274 fogos. O que poderá querer significar que, entre 1675 e 1768 (93 anos) perdera 126 fogos. Coloca-se também a hipótese de já antes de 1675 ter perdido população, pois após a expulsão dos Judeus em 1496 que em Vila Flor viviam e prosperavam, os descendentes de Israel abandonam a localidade, em grande parte.

Por volta de 1735⁸ Vila Flor tinha 268 fogos e 811 almas, que representavam respectivamente 48,02 % e 52,7 % do concelho (558 fogos e 1538 almas). Nesta época, era composto por 11 freguesias.

Em 1796⁹ tinha 248 fogos e 837 habitantes, sendo 407 masculinos e 430 femininos, e que representavam 29,03 % e 27,15 % em relação ao concelho (854 fogos e 3083 almas, sendo 1588 masculinos e 1495 femininos).

O Censo de Pina Manique em 1798 apresenta para a vila 283 fogos, ou seja 32,3 % do concelho (877 fogos), que fornecia 35 recrutas. O que afinal representa um aumento de 23 fogos no concelho em 2 anos se considerarmos ambas as fontes fiáveis. Porém, na vila o aumento é de 33 fogos o que indicará que houve deslocação de população das aldeias para a sede de concelho.

Quanto ao número de habitantes, e tendo em conta o Quadro I, podemos concluir que há uma diminuição do número de fogos entre 1735 e 1796, mas há um aumento de almas (mais 26), isto na vila, para, no concelho, o aumento se verificar quer em número de fogos quer em número de almas (duplicaram), de uma forma mais substancial (mais 296 fogos e 1545 almas).

Entre 1796 e 1798 haveria mais 125 almas na vila e apenas 74 no concelho.

QUADRO I – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE VILA FLOR EM 1735, 1796 E 1798

A N O S	V I L A		C O N C E L H O	
	F O G O S	A L M A S	F O G O S	A L M A S
1735	268	811	558	1 538
1796	248	837	854	3 083
1798	283	962 ¹⁰	877	3 157 ¹¹

Passamos agora aos Quadros II e III, que nos dão uma ideia do saldo fisiológico em dois períodos distintos, ambos na 2.ª metade do século XVIII.

QUADRO II – SALDO FISIOLÓGICO DE VILA FLOR ENTRE 1768 E 1772

D E S I G N A Ç Ã O	N A S C I M E N T O S	Ó B I T O S	S A L D O F I S I O L Ó G I C O
Masculinos	200	134 + 14 ¹²	52
Femininos	192	141 + 16 ¹²	35
Total	392	275 + 30 ¹²	87

QUADRO III – SALDO FISIOLÓGICO DE VILA FLOR ENTRE 1788 E 1792

D E S I G N A Ç Ã O	N A S C I M E N T O S	Ó B I T O S	S A L D O F I S I O L Ó G I C O
Masculinos	284	171 + 30 ¹²	83
Femininos	247	147 + 28 ¹²	72
Total	531	318 + 58 ¹²	155

Através destes quadros verificamos que houve aumento da população do concelho de Vila Flor, pois os saldos fisiológicos são positivos, embora o crescimento seja lento. Entre 1768 e 1772 há um aumento médio anual de 17,4 habitantes, enquanto que entre 1788 e 1792 temos uma média anual de 31 habitantes.

À medida que nos aproximamos do fim do século XVIII e inícios do XIX temos um crescimento um pouco maior, não muito significativo, e que é impedido de aumentar mais pelas crises de mortalidade do fim desse século, devido a crises agrícolas e não só, que no capítulo seguinte analisaremos.

No século XIX podemos distinguir duas fases que têm a ver com a oficialização dos censos demográficos: até 1864 e pós esta data.

Em 1821 Vila Flor apresentava ainda 11 freguesias com 948 fogos e 3115 habitantes, um crescimento de certo modo negativo no número de habitantes, em relação a 1798 (mais 71 fogos e menos 42 habitantes). Para em 1836 ser já formado por 16 freguesias com 1602 fogos no concelho. Nesta data, só a freguesia de Vila Flor tinha 315 fogos (19,7 % do concelho) ¹³.

Por volta de 1840 a freguesia de Vila Flor tinha 365 fogos (25,9 %) e o concelho 1408, composto por 13 freguesias. Se acrescentarmos as 6 que hoje tem a mais, então temos 1951 fogos e a vila representava 18,7 % do total.

É porém na 2.^a metade do século XIX que vamos encontrar um quadro mais preciso na evolução demográfica desta vila transmontana, como podemos ver nos Quadros IV e V, donde tiramos as seguintes ilações:

- Houve um aumento geral da população na Paróquia de S. Bartolomeu de Vila Flor em relação ao concelho de 1864 para 1878, mais 65,5 %. Este reflecte-se mais nos homens que nas mulheres.

Contudo a situação inverte-se para 1890 e 1900, embora a diminuição seja bastante ténue, menos 11,8 %. Nesta altura regista-se um leve aumento apenas no número de mulheres de 1878 para 1890.

Tal como na transição do século XVIII para o XIX, também na passagem do XIX para o XX se verifica uma quebra no aumento populacional na freguesia de Vila Flor e também no concelho.

Diminuição essa que vai continuar em 1911 (1582 habitantes) e 1920 (1510 habitantes), para depois iniciar uma recuperação e expansão demográfica que atinge o seu máximo antes da emigração dos anos 60 do nosso século.

QUADRO IV – POPULAÇÃO DE VILA FLOR SEGUNDO OS CENSOS DO SÉCULO XIX ¹⁴

A N O S	F O G O S		A L M A S		M U L H E R E S		H O M E N S	
	FREG.	CONC.	FREG.	CONC.	FREG.	CONC.	FREG.	CONC.
1864	258	1 904	1 488	8 296	755	4 193	733	4 329
1878	427	2 440	1 975	9 562	925	4 724	1 050	4 838
1890	413	2 472	2 076	10 945	1 058	5 391	1 018	5 554
1900	364	2 248	1 822	9 893	925	5 058	897	4 835

**QUADRO V – PERCENTAGEM DA FREGUESIA DE VILA FLOR
EM RELAÇÃO AO CONCELHO NOS 4 PRIMEIROS CENSOS**

A N O S	F O G O S	A L M A S	M A S C U L I N O S	F E M I N I N O S
1864	13,55	17,93	16,93	18,0
1878	17,5	20,65	21,7	19,58
1890	16,7	18,96	18,33	19,62
1900	16,19	18,42	18,55	18,29

**QUADRO VI – PERCENTAGEM DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS
EM RELAÇÃO AO CENSO ANTERIOR EM VILA FLOR**

D E S I G N A Ç Ã O	1864	1878	%	1890	%	1900	%
Freguesia	258	427	+ 65,5	413	- 3,3	364	- 11,9
Concelho	1 904	2 440	+ 28,15	2 472	+ 1,31	2 248	- 9,6

**QUADRO VII – PERCENTAGEM DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES
EM RELAÇÃO AO CENSO ANTERIOR EM VILA FLOR**

D E S I G N A Ç Ã O	1864	1878	%	1890	%	1900	%
Freguesia	1 488	1 975	+ 32,73	2 076	+ 5,11	1 822	- 12,23
Concelho	8 296	9 562	+ 3,2	10 945	+ 14,46	9 893	- 9,61

**QUADRO VIII – PERCENTAGEM DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES MASCULINOS
EM RELAÇÃO AO CENSO ANTERIOR EM VILA FLOR**

D E S I G N A Ç Ã O	1864	1878	%	1890	%	1900	%
Freguesia	733	1 050	+ 43,24	1 018	- 3,04	897	- 11,88
Concelho	4 329	4 838	+ 0,21	5 554	+ 14,80	4 835	- 12,94

**QUADRO IX – PERCENTAGEM DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES FEMININOS
EM RELAÇÃO AO CENSO ANTERIOR EM VILA FLOR**

D E S I G N A Ç Ã O	1864	1878	%	1890	%	1900	%
Freguesia	733	1 050	+ 43,24	1 018	- 3,04	897	- 11,88
Concelho	4 329	4 838	+ 0,21	5 554	+ 14,80	4 835	- 12,94

Uma nota interessante é o facto de no concelho de 1900 para 1911 haver um aumento de habitantes (9812 para 10858), e só depois para 1920 é que diminui (9130 habitantes).

CRISES DE MORTALIDADE

Durante a recolha dos óbitos da freguesia de S. Bartolomeu de Vila Flor não conseguimos encontrar todos os elementos do período de 1700 a 1900, e, muito menos aspectos ligados a possíveis causas dos óbitos que nos levassem a tirar algumas conclusões. Assim, a nível de número de óbitos, ficámos com uma lacuna: entre 1816 e 1859.

Depois calculámos o índice Dupâquier e fizemos a correspondência a nível de intensidade das crises encontradas, tendo obtido os seguintes anos de crise (ver Anexos I, II e III).

Crises Menores (amplitude 1):

– 1705, 1706, 1711, 1727, 1735, 1742, 1747, 1749, 1754, 1766, 1770, 1780, 1794, 1795, 1798, 1799, 1803, 1811, 1870, 1880, 1882, 1884, 1889, 1901, 1905.

Crises Médias (amplitude 2):

– 1717, 1729, 1734, 1751, 1767, 1797, 1868, 1900.

Crises Fortes (amplitude 3):

– 1755, 1771, 1805, 1882.

Depois identificamos as seguintes *crises prolongadas*.

Duração de 2 anos consecutivos:

– 1705/6, 1734/5, 1754/5, 1766/7, 1794/5 (Gráficos 1 e 2).

Duração de 3 anos consecutivos:

– 1797 a 1799 e 1880 a 1882 (Gráficos 2 e 4).

Permite-nos deste modo passar a uma breve análise das principais crises encontradas, dividindo por períodos de sensivelmente meio século.

De todos os anos de crises de mortalidades encontrados, destacam-se os períodos de 1794 a 1799 e de 1880 a 1882.

1.^a METADE DO SÉCULO XVIII

Na 1.^a metade do século XVIII as crises prolongadas são as de 1705/6 e 1734/5. Temos um total de apenas três crises médias e 8 menores. Digamos que é um período não muito acentuado em sobremortalidade, embora com algumas crises próprias das diferentes conjunturas (Gráfico 1).

Viviam-se alguns anos de crise económica, com subida do pão entre 1700 e 1715¹⁵, sendo um período de fome, de falta de cereais e carestia de vida. Entre 1708 e 1711 a Península Ibérica tinha escassez de alimentos.

Pensamos assim que nesta altura o aumento do número de óbitos tenha a ver mais com aspectos ligados à alimentação, ainda à subsistência e consequentes enfermidades derivadas de uma deficiente alimentação e higiene.

2.^a METADE DO SÉCULO XVIII

A partir dos anos 50 do século XVIII as crises prolongadas já são mais: de dois anos 1754/5, 1766/7 e 1794/5, e de três anos 1797 a 1799.

Na freguesia de Valtorno do mesmo concelho, encontramos uma crise de 3 anos de duração, de 1754 a 1756, sendo neste último ano uma crise maior ou importante (amplitude 4). Também em Seixo de Manhoses, outra freguesia vizinha se registou uma crise de mortalidade de 2 anos, 1755/56, tendo este último ano uma crise forte (Gráfico 2).

Na freguesia de Mourão, vizinha de Valtorno e de Seixo, todas de Vila Flor, registou-se uma crise de 2 anos em 1766/67.

Em 1751 há um pequeno tremor de terra na região da Vilariça que Vila Flor também sente. Nesta década os maus anos agrícolas são frequentes, com a agricultura do vinho em 1754 a ser *«reduzida a muita decadência e com prejuízo dos lavradores»*¹⁶.

De 1762 em diante há uma crise grave na agricultura e economia em que o ponto mais alto é em 1768/71.¹⁷

Vila Flor também sentiu estas crises económicas e agrícolas, pois, como dissemos, era uma vila profundamente ruralizada com a agricultura a dominar a economia local.

Os anos 90 do século XVIII

A década de 90 do século XVIII foi particularmente grave com a mortalidade a prolongar-se por 6 anos, apenas com o ano de 1796 sem crise identificada. Com um número algo elevado de óbitos, está o ano de 1800 (Quadro X). Só em 1801 regressa, de certa forma, à normalidade.

Como causas deste número de óbitos superior ao habitual, pensamos que estão aspectos climáticos, agrícolas, carestia de vida e algumas enfermidades.

Em 1791 houve um grande temporal em Vila Flor que destrói as culturas de verão. É um período de agravamento das condições climáticas.

Nesse ano há tifo em Lamego, e no ano seguinte surge no Porto.

Perez Moreda refere também em Espanha na década de 90 do século XVIII o uso de formas para combater várias epidemias, como paludismo, tercianas, etc.¹⁸.

Em Braga também houve dificuldades cerealíferas, sendo 1791 muito doentio na cidade e na província. Em 1792 tiveram cheias e trovoadas formidáveis¹⁹.

Por toda a Europa as crises cerealíferas generalizaram-se. Em Portugal no Alto Douro, Trás-os-Montes e Beira os camponeses passam muitos dias sem pão²⁰.

No vizinho concelho de Moncorvo a tendência é para a *«subida do preço do trigo e centeio em Torre de Moncorvo à medida que chega o fim do século XVIII»*²¹.

QUADRO X – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1791 E 1801

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	AMPLITUDE	TIPO DE CRISE
1791	12	—	—
1792	18	—	—
1793	13	—	—
1794	20	1	menor
1795	20	1	menor
1796	14	—	—
1797	25	2	média
1798	23	1	menor
1799	24	1	menor
1800	21	—	—
1801	12	—	—

Apesar de não termos encontrado nos registos paroquiais e noutras fontes que usamos causas específicas dos óbitos, esta crise acentuada nos anos 90 do século XVIII em Vila Flor está directamente ligada com a variação do preço dos cereais, maus anos agrícolas, fomes, temporais e epidemias como o tifo.

Acrescente-se que, na freguesia de Seixo de Manhoses 1794/95 foi também de crise de mortalidade, sendo o 1.^o ano uma crise forte. Em 1798/99 igualmente Valtorno apresenta níveis elevados de mortalidade, com uma crise média seguida de uma menor.

1.^a METADE DO SÉCULO XIX

Durante os primeiros 50 anos do século XIX não encontramos crises prolongadas, mas somente de duração de um ano. Lembramos contudo que existe uma lacuna neste período em termos de elementos recolhidos, que vai de 1816 a 1859, abrangendo ainda 9 anos da 2.^a metade do século. Pensamos que neste espaço de tempo houve concerteza crises de mortalidade, até porque é um período de convulsões sociais, políticas e de saúde, com as guerras liberais pelo meio, que também afectam a região de Vila Flor (Gráfico 3).

Até porque temos indicações de crises de mortalidade em duas freguesias do concelho para esse período, e para as quais recolhemos também o número de óbitos: crises médias em 1844 e 1845 na freguesia de Valtorno, e em 1817, 1847 e 1848 na freguesia de Carvalho de Egas. Crises menores em 1849 em Valtorno, e em 1819, 1823, 1831 e 1849 em Carvalho de Egas.

Mas o nosso estudo restringe-se à vila, e só até 1815 encontramos ali em 1803 e 1811 crises menores, e em 1805 uma crise forte.

A crise cerealífera, os maus anos agrícolas e as epidemias prolongam-se para os primeiros anos do século XIX um pouco por todo o País e também em Vila Flor.

Em Castelo Branco há «*subida do preço de cereais a partir da Primavera de 1804 e até ao final da Primavera seguinte*»²².

Na Espanha a crise de 1804 é a mais extensa desde o século XVI, com epidemias de paludismo, febre amarela, febre tifóide²³

Mas também em Braga com febres gástricas, a variola a fazer as suas vítimas, tifo e febres tifóides, diarreias no verão.

Por outro lado, as invasões francesas prejudicam gravemente o país, pois de 1808 a 1811 «*a vida económica de Portugal é bem gravemente perturbada pelas campanhas de guerra peninsular*»²³. Os franceses e ingleses esgotam os recursos de Portugal, e os abusos são demasiados para não se fazerem sentir nas populações por onde passam. E também Vila Flor foi palco de passagem desses movimentos militares, com confrontos bem perto, como foi na área de Moncorvo.

Depois vieram a Guerra Civil e as lutas liberais que entre 1820 e 1834 massacraram Vila Flor. Em 12 de Fevereiro de 1823, o Pároco da freguesia da Trindade estava contra a Carta Constitucional. O General Pego incendeia a Casa do Pároco e a aldeia fica toda a arder. Por sua vez, em 1833/34 há notícia de soldados de Sampaio mortos na guerra civil.

Portanto, Vila Flor sente os efeitos das epidemias, da fome, da carestia e falta de cereais, das pilhagens e da guerra civil portuguesa, nesta 1.^a metade do século XIX.

2.^a METADE DO SÉCULO XIX

Para este período de tempo verificámos a existência de uma crise forte em 1882, crises médias em 1868 e 1900, e crises menores em 1870, 1880, 1881, 1884, e 1889. Em 1888, apesar de não haver intensidade encontrada com o uso do método de Dupâquier, há muitos óbitos que se aproximam do número de 1889 (Gráfico 4).

Nesta 2.^a metade a cólera espalha-se pela região de Trás-os-Montes, nomeadamente os distritos de Vila real , Bragança, Porto e Aveiro²⁴.

Na freguesia de Valtorno, em 1859 houve uma crise superior ou grande crise (amplitude 5). Dos 52 óbitos ali registados, 43 são menores e a maioria eram expostos, ilegítimos e naturais. Ou seja, 82,7 % dos óbitos desse ano nesta freguesia são de menores.

1858 fora ano de grande fome em todo o concelho de Vila Flor e, em 1859 o tifo atacava, em força, por exemplo, a localidade de Alagoa, pertencente à dita freguesia de Valtorno.

Mas é a partir da década de 80 que as crises de mortalidade se acentuam em Vila Flor.

Os anos 80 do século XIX

É já no último quartel do século XIX que voltamos a encontrar um período de crise de mortalidade prolongando-se por 3 anos: 1880, 1881 e 1882. Neste período o número de óbitos é muito mais elevado que no século XVIII, pois também já havia mais população.

Em Carvalho de Egas registou-se igualmente uma crise de 3 anos de duração, mas de 1882 a 1884, sendo duas crises médias com uma menor pelo meio.

Por sua vez, em Valtorno, em 1882, houve uma crise forte, tendo-se registado 44 óbitos, sendo mais de 50 % de menores.

Em 1888 e 1889 o número de óbitos volta a acentuar-se, para em 1890 voltar a baixar (Quadro XI).

QUADRO XI – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR NOS ANOS 80 DO SÉC. XIX²⁵

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	AMPLITUDE	TIPO DE CRISE
1880	49	1	menor
1881	52	1	menor
1882	84	3	forte
1883	53	—	—
1884	62	1	menor
1885	37	—	—
1886	30	—	—
1887	40	—	—
1888	62	—	—
1889	66	1	menor
1900	42	—	—

Através do Quadro XII verificamos que em 1887 há menos óbitos, mas representam uma taxa mais elevada em relação ao concelho, pois são 43,01 % dos óbitos só na Vila.

QUADRO XII – COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS ENTRE FREGUESIA E CONCELHO DE VILA FLOR (1886 A 1888)

ANOS	CONCELHO ²⁶	FREGUESIA	% *	TAXA MÉDIA (‰)
1886	194	30	15,46	20,08/1000
1887	93	40	43,01	9,72/1000
1888	192	62	32,29	—

* Percentagem de óbitos da freguesia em relação ao concelho.

A filoxera aparecera pela 1.^a vez em Bragança em 1882. «Sete anos depois tinha destruído por completo todas as vinhas do distrito, com excepção de algumas poucas em terrenos graníticos»²⁷.

De 1882 a 1885 houve em Vila Flor uma grande filoxera que atacou vinhedos e estragou muito a cultura do vinho, uma das que dava mais rendimento na terra. Por sua vez, em 1882 há forte emigração para a África Portuguesa.

A 12 de Maio de 1885 «medonha trovoadá formou tão grossa torrente que fez tremer a ponte da Junqueira e levou parte do muro e aterro da avenida ocidental» com prejuízos enormes²⁸.

A 7 de Julho de 1886 no Vale da Vilarça forte temporal causa graves problemas, «nomeadamente sobre o concelho de Vila Flor – prejuízos superiores a 100 contos de réis»²⁹. O tifo continuava a causar óbitos no concelho, pois em 1887 regista-se uma grande epidemia de tifo em Valtorno.

Por isso encontramos níveis de mortalidade superiores ao normal, até porque a vacinação ainda não se implementara em terras de Vila Flor, como já acontecia noutras no litoral.

AS ENFERMIDADES

Não possuímos elementos suficientes para fazermos uma caracterização das enfermidades mais frequentes na freguesia de Vila Flor entre 1700-1900.

Porém, para além das já indicadas como possíveis causas de aumento da mortalidade naquela freguesia, conseguimos os dados relativos às causas dos óbitos no concelho de Vila Flor, relativos ao ano de 1888.

Pensamos adequado aqui fazermos uma breve análise desses elementos, pois ajudam-nos não só a explicar melhor as crises de mortalidade nesse ano, e certamente nos anos próximos, mas também a sabermos as principais causas de morte na área.

Temos de tomar atenção ao facto de este ser apenas um exemplo, e nunca uma generalização.

Para isso elaborámos o Quadro XIII.

QUADRO XIII – CAUSAS DOS ÓBITOS EM 1888 NO CONCELHO DE VILA FLOR²⁹

TIPOS DE DOENÇAS	SEXO MASC.	%	SEXO FEM.	%	TOTAL	% *
Doenças Gerais	70	36,5	30	15,6	100	52,1
Sistema Nervoso e Sentidos	12	6,26	10	5,2	22	11,46
Aparelho Circulatório	4	2,1	1	0,5	5	2,6
Aparelho Respiratório	15	7,8	9	4,7	24	12,5
Aparelho Digestivo	4	2,1	5	2,6	9	4,7
Aparelho Genito Urinário	1	0,5	2	1,1	3	1,6
Recém Nascidos**	5	2,6	2	1,1	7	3,7
Cachexia Senil	8	4,2	2	1,1	10	5,3
Mortes Violentas Acidentais	4	2,1	—	—	4	2,1
Moléstias não Classificadas	6	3,1	2	1,1	8	4,2
Total de óbitos	129	67,2	63	32,8	192	100

* Percentagem em relação ao total de óbitos no ano.

** Doenças diversas não especificadas.

Pela análise desse quadro, verificamos que as principais causas dos óbitos eram doenças gerais, mas não são especificadas. Logo a seguir são as doenças do aparelho respiratório com 12,5 % (o clima da zona é muito rigoroso no verão e no inverno), e do sistema nervoso, com 11,46 %. Só a seguir, com menos significado, estão as doenças de cachexia senil (5,3 %), aparelho digestivo (4,7 %) e moléstias não classificadas (4,2 %).

No que toca ao sexo mais atingido, não há dúvida que é o masculino, com 67,2 %.

Os tipos de doença que mais atingem os homens, além dos gerais, são as doenças do aparelho respiratório, sistema nervoso e sentidos, e cachexia senil. Quanto ao sexo feminino são o sistema nervoso em 1.º lugar, depois aparelho respiratório e aparelho digestivo.

RELAÇÃO ENTRE MORTALIDADE/NATALIDADE E NUPCIALIDADE

Não podíamos concluir este nosso estudo sem recolhermos e tratarmos alguns indicadores ao nível dos nascimentos e casamentos, relacionando-os com a mortalidade. Porque só desta forma se completa uma análise conclusiva minimamente satisfatória sobre a evolução da população na freguesia de Vila Flor, que nós tínhamos também que efectuar neste trabalho.

QUADRO XIV – NUPCIALIDADE, NATALIDADE E MORTALIDADE
NOS PRIMEIROS 4 CENSOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR

(Estas taxas vêm em permilagens ‰)

A N O S	POP. T.	CAS.	T. N.	NASC.	T. NAT.	ÓBITOS	T. M.
1864	1 488	12	8,06	50	33,60	22	14,78
1878	1 975	13	6,58	58	29,37	31	15,70
1890	2 076	11	5,3	42	20,23	42	20,23
1900	1 822	7	3,84	50	27,44	58	31,83

Pop. T. = População Total

Cas. = Casamentos

T. N. = Taxa de Nupcialidade

Nasc. = Nascimentos

T. Nat. = Taxa de Natalidade

T. M. = Taxa de Mortalidade

A taxa de nupcialidade desceu nos 4 censos oficiais de 1864 a 1900, aliás relacionando-se directamente com a diminuição da População que houve na freguesia de Vila Flor nesse período. O número de casamentos é maior no censo de 1878, assim como os nascimentos, e em 1890 a população aumentou.

Depois, a taxa de nupcialidade baixou, as taxas de natalidade e de mortalidade foram iguais nesse ano e, veja-se no censo seguinte (1900) a população tinha baixado. Apesar de, nesse caso, ter havido mais nascimentos, houve mais óbitos e o número de casamentos diminuiu.

QUADRO XV – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE EM 1864
EM 5 FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA FLOR

FREGUESIAS	POPULAÇÃO	ÓBITOS	T. B. M. ‰
Vila Flor	1 488	22	14,78
Carvalho de Egas	199	6	30,15
Mourão	387	6	15,50
Seixo de Manhoses	342	8	23,30
Valtorno	541	24	44,36

Como se pode ver, em 1864, Vila Flor era a freguesia com a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) mais baixa das 5 freguesias do concelho indicadas.

A TBM oscilou bastante ao longo dos anos considerados (ver Quadro XVI), atingindo o nível maior em 1888 com 41,8 ‰, baixando em 1890 para depois atingir sensivelmente a média nacional (31,83 ‰), em 1900.

Registe-se que em 1864 era uma TBM baixa (14,78 ‰) se a compararmos, por exemplo, com a de Otero de Herreros (Espanha) no mesmo ano, que era de 33 ‰, segundo Perez Moreda.

QUADRO XVI – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE DA FREGUESIA DE VILA FLOR

A N O S	HABITANTES	ÓBITOS	T. B. M. ‰
1735	811	30	37
1796	837	14	16,73
1864	1 488	22	14,78
1878	1 975	31	15,70
1882	2 009 *	84	41,8
1888	2 059 *	62	30,11
1889	2 067 *	66	31,93
1890	2 076	42	20,23
1900	1 822	58	31,83

* Calculados pela média de crescimento anual entre os dois censos oficiais.

Para vermos qual a taxa de crescimento natural, elaboramos os seguintes Quadros XVII e XVIII.

QUADRO XVII – TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL EM 4 FREGUESIAS
DO CONCELHO DE VILA FLOR EM 1864

FREGUESIAS	POPULAÇÃO TOTAL	NASCIMENTO MORTALIDADE	T. C. N. ‰
Vila Flor	1 488	28	18,82
Carvalho de Egas	199	3	15,08
Seixo de Manhoses	342	8	23,39
Valtorno	541	- 6	- 11,09

QUADRO XVIII – TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL EM 3 FREGUESIAS
DO CONCELHO DE VILA FLOR EM 1900

FREGUESIAS	POPULAÇÃO TOTAL	NASCIMENTO MORTALIDADE	T. C. N. ‰
Vila Flor	1 822	- 8	- 4,4
Mourão	457	10	21,9
Valtorno	645	13	20,16

A Taxa de Crescimento Natural (TCN) em 1864 só é ultrapassada na freguesia de Seixo de Manhoses nas 4 freguesias consideradas, sendo superior em Vila Flor em relação às outras duas. Para, em 1900, em 3 freguesias assinaladas, Vila Flor ter um crescimento negativo em relação às restantes.

CONCLUSÕES

A Freguesia de S. Bartolomeu de Vila Flor não fugiu muito dos parâmetros (se assim lhes podemos chamar), que a evolução da população a nível nacional teve entre 1700 e 1900. Aliás, o mesmo acontece com as crises de mortalidade e suas possíveis causas.

Podemos então extrair algumas conclusões deste nosso estudo:

1 – Durante o século XVIII a população de Vila Flor cresceu de uma forma lenta e irregular, sendo o crescimento mais notório à medida que nos aproximávamos do fim do século, que só não foi mais significativo devido às crises de mortalidade na década de 90 desse século, que afectaram particularmente a Vila.

2 – Na 1.^a metade do século XIX o crescimento continua irregular, pois as epidemias, os maus anos agrícolas, as fomes, as invasões francesas e a guerra civil causam graves fendas e provocam óbitos que obstam a esse crescimento.

3 – Já na 2.^a metade do século XIX o aumento é substancial de 1864 para 1878 (+ 65,5 % do que no censo anterior). Mas depois diminui levemente em relação a 1890, e mais pronunciadamente para 1900 (- 11,8 % do que em 1890).

4 – Há um peso cada vez maior do número de habitantes na vila em relação ao concelho de 1864 para 1900, sendo a percentagem masculina superior à feminina no fim desse período, quando em 1864 era inversa.

5 – Entra-se no século XX com a população da vila a diminuir, só recuperando a partir da década de 30 desse século.

6 – A nível de crises de mortalidade há muita semelhança com outros pontos da Península Ibérica nas crises mais significativas: 1794 a 1799 e 1880 a 1882.

7 – Na crise prolongada da década de 90 o século XVIII há semelhanças até nas possíveis causas com Espanha, Braga e Torre de Moncorvo, por exemplo.

O preço dos cereais, os maus anos agrícolas, epidemias como o tifo, fomes e temporais são ainda justificações assumidas e em Vila Flor encontradas.

8 – No século XIX a crise de mortalidade prolongada de 1880 a 1882 é a que afectou mais gravemente a população de Vila Flor. Também neste período há semelhanças com outras localidades já estudadas, estando patentes em Braga, Porto, Lisboa, Espanha e Torre de Moncorvo, entre outras.

O tifo, a cólera, e ainda a variola, a filoxera dos vinhedos, a crise agrícola e clima rigoroso e instável, conduzem à criação de condições para aumento do número de óbitos. Registe-se que, nesta 2.^a metade do século XIX são também os menores que representam uma taxa de mortalidade mais elevada que os restantes níveis etários.

9 – Verificamos que há uma ligação directa entre a taxa de Nupcialidade, a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade. Esta atinge os 41,8‰ em 1888, mas, em 1890 vem para os 31,83‰, sendo baixa em 1864 (14,78‰). Por isso também aqui se aproxima dos níveis que já havia no país, pois em Lisboa, em 1853 era de 29,35‰³⁰.

10 – Finalmente a Taxa de Crescimento natural que em 1864 era de 18,82‰, tornou-se negativa em 1900 (- 4,4‰). Daí o crescimento demográfico em Vila Flor ao longo do século XIX ter sido lento e moderado, como em todo o País de 1801 a 1900³¹.

ANEXOS

ANEXO I

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1700 E 1991

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPÂQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1700	10	-	-	-
1701	11	-	-	-
1701	10	-	-	-
1703	18	-	-	-
1704	25	-	-	-
1705	26	1,7363	1	menor
1706	27	1,5	1	menor
1707	15	- 0,91225	-	-
1708	18	- 0,55925	-	-
1709	15	- 0,82675	-	-
1710	14	- 0,56298	-	-
1711	28	1,729848	1	menor
1712	23	0,561696	-	-
1713	18	- 0,55925	-	-
1714	8	- 2,48768	-	-
1715	14	- 0,83309	-	-
1716	14	- 0,6704	-	-
1717	32	2,922382	2	média
1718	15	- 0,4926	-	-
1719	13	- 0,73098	-	-
1720	20	0,296127	-	-
1721	13	- 0,78692	-	-
1722	18	0,156941	-	-
1723	21	0,7413	-	-
1724	19	0,354286	-	-
1725	18	0,01823	-	-
1726	13	- 0,99435	-	-
1727	25	1,254963	1	menor
1728	14	- 0,92073	-	-
1729	26	2,217556	2	média
1730	15	- 0,85311	-	-
1731	21	0,62989	-	-
1732	22	0,723364	-	-
1733	21	0,378811	-	-

(Continua)

ANEXO I

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1700 E 1991

(Continuação)

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPÂQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1734	21	0,378811	—	
1735	30	1,881268	1	menor
1736	18	-0,62441	—	—
1737	11	-2,14056	—	—
1738	15	-0,94464	—	—
1739	19	-0,30356	—	—
1740	16	-0,72152	—	—
1741	20	-0,03571	—	—
1742	26	1,054749	1	menor
1743	21	0,085436	—	—
1744	24	0,598051	—	—
1745	8	-2,26779	—	—
1746	18	0,038097	—	—
1747	25	1,371491	1	menor
1748	22	0,547443	—	—
1749	28	1,630138	1	menor
1750	15	-1,05263	—	—

ANEXO II

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1751 E 1802

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPÂQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1751	32	2,01625	2	média
1752	13	-1,36216	—	—
1753	24	0,49468	—	—
1754	30	1,309522	1	menor
1755	54	4,372373	3	forte
1756	12	-1,27923	—	—
1757	14	-0,99178	—	—
1758	16	-0,69414	—	—
1759	17	-0,55054	—	—
1760	18	-0,37848	—	—

(Continua)

ANEXO II

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1751 E 1802

(Continuação)

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPÂQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1761	13	- 0,81541	-	-
1762	11	- 0,82829	-	-
1763	23	0,17017	-	-
1764	19	- 0,14611	-	-
1665	20	0,025139	-	-
1766	20	1,018006	1	menor
1767	28	3,134825	2	média
1768	20	0,326938	-	-
1769	13	- 1,30341	-	-
1770	25	1,342276	1	menor
1771	44	4,758683	3	forte
1772	19	- 0,38052	-	-
1773	11	- 1,62578	-	-
1774	12	- 1,13494	-	-
1775	16	- 0,56548	-	-
1776	13	- 0,83644	-	-
1777	16	- 0,42632	-	-
1778	12	- 0,74194	-	-
1779	9	- 0,95662	-	-
1780	28	1,051185	1	menor
1781	17	- 0,09941	-	-
1782	12	- 0,64214	-	-
1783	16	0,276483	-	-
1784	5	- 2,04931	-	-
1785	19	0,800272	-	-
1786	14	- 0,11864	-	-
1787	13	- 0,30619	-	-
1788	18	0,594588	-	-
1789	19	0,660259	-	-
1790	21	0,870432	-	-
1791	12	- 0,77114	-	-
1792	18	0,691627	-	-
1793	13	- 0,56113	-	-
1794	20	1,06378	1	menor
1795	20	1,04303	1	menor
1796	14	- 0,88164	-	-
1797	25	2,523376	2	média
1798	23	1,317616	1	menor
1799	24	1,347893	1	menor
1800	21	0,454077	-	-
1801	12	- 1,58927	-	-
1802	18	- 0,22704	-	-

ANEXO III

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1803 E 1900

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPAQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1803	24	- 1,135192	1	menor
1804	22	0,459603	-	-
1805	39	4,481694	3	forte
1806	23	0,114567	-	-
1807	9	- 2,1943	-	-
1808	18	- 0,45859	-	-
1809	16	- 0,65094	-	-
1810	22	0,232456	-	-
1811	33	1,636701	1	menor
1812	22	- 0,0496	-	-
1813	25	0,277262	-	-
1814	19	- 0,49023	-	-
1815	22	- 0,19901	-	-
1860	25	-	-	-
1861	11	-	-	-
1862	17	-	-	-
1863	19	-	-	-
1864	22	-	-	-
1865	30	- 0,18071	-	-
1866	31	- 0,22118	-	-
1867	47	0,78431	-	-
1868	68	3,005024	2	média
1869	39	- 0,124885	-	-
1870	52	1,322137	-	-
1871	43	0,553478	-	-
1872	31	- 0,37758	-	-
1873	47	0,625136	-	-
1874	35	-0,47257	-	-
1875	49	0,594505	-	-
1876	48	0,357854	-	-
1877	37	- 0,9185	-	-
1878	31	- 1,38523	-	-
1879	37	- 0,57713	-	-
1880	49	1,086652	1	menor

NOTA - Não foram encontrados elementos referentes ao intervalo 1816-1859.

(Continua)

ANEXO III

ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1803 E 1900

(Continuação)

A N O S	NÚMERO DE ÓBITOS	ÍNDICE DUPÂQUIER	AMPLITUDE	TIPO CRISE
1881	52	1,624049	1	menor
1882	84	5,48113	3	forte
1883	53	0,431023	—	—
1884	62	1,016075	1	menor
1885	37	- 0,9293	—	—
1886	30	- 1,28802	—	—
1887	40	- 0,45504	—	—
1888	62	0,926277	—	—
1889	66	1,017128	1	menor
1890	42	- 0,76488	—	—
1891	28	- 1,61175	—	—
1892	53	0,152039	—	—
1893	42	- 0,40576	—	—
1894	43	- 0,16494	—	—
1895	38	- 0,4995	—	—
1896	40	- 0,27757	—	—
1897	43	- 0,08669	—	—
1898	45	0,066982	—	—

ANEXO IV

GRÁFICO 1 – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1700 E 1750

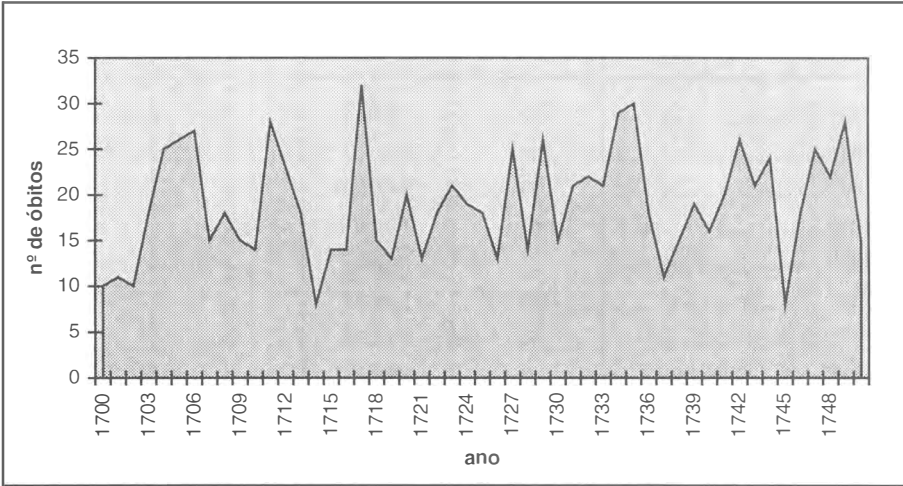


GRÁFICO 2 – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1751 E 1802

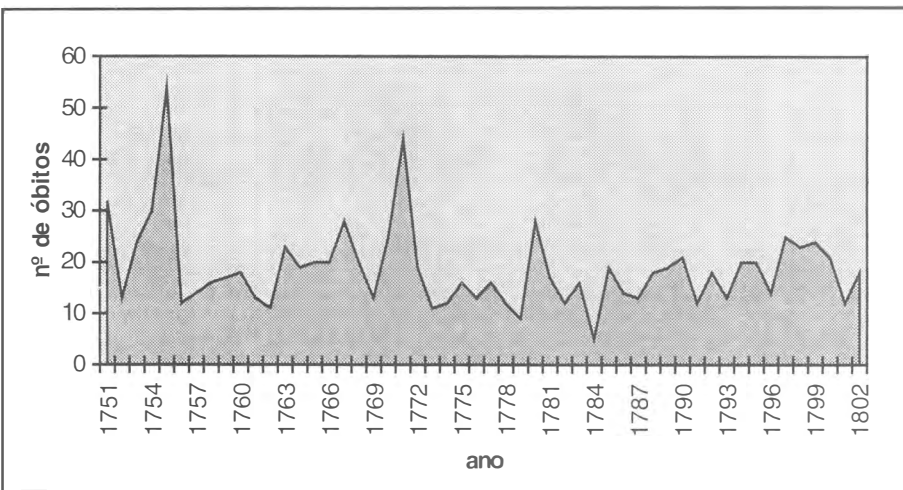


GRÁFICO 3 – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1803 E 1815

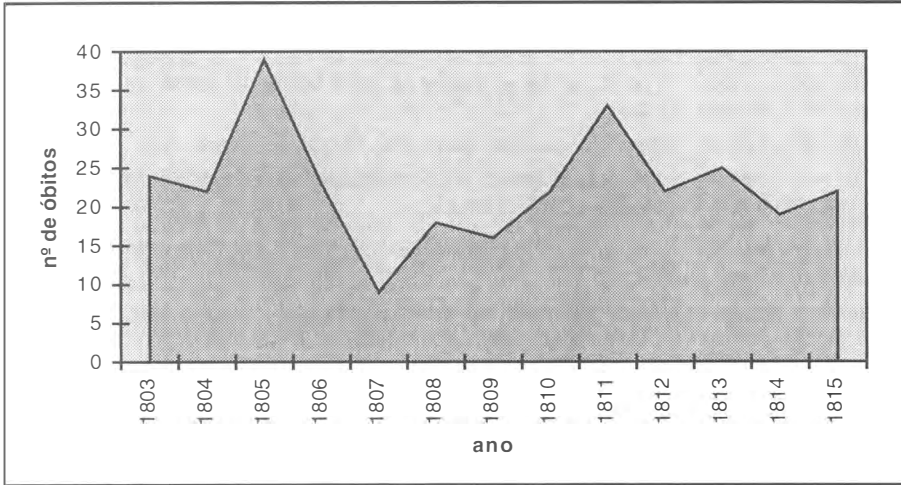
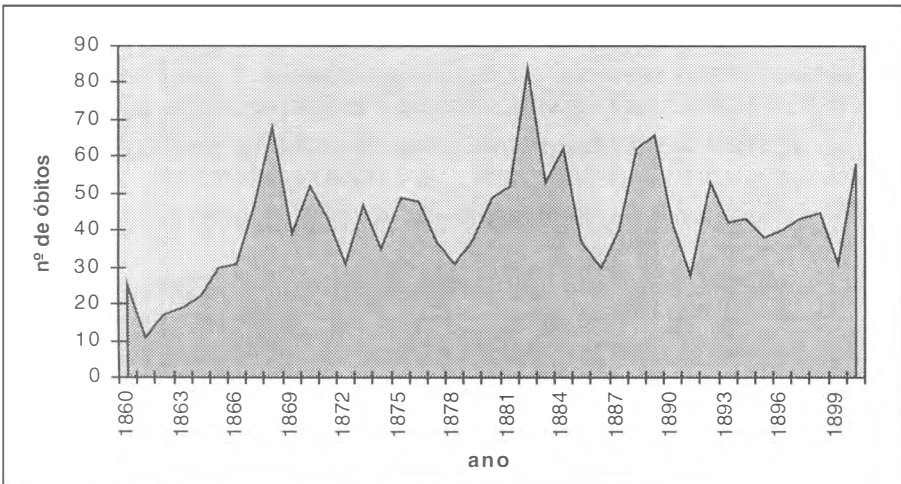


GRÁFICO 4 – ÓBITOS NA FREGUESIA DE VILA FLOR ENTRE 1860 E 1900



NOTAS

- ¹ AMORIM, Maria Norberta Bettencourt – *A Sociedade de Poiares através dos seus Registos Paroquiais*, in «Brigantia – Revista de Cultura», n.º 1, vol. III, Bragança, 1983, pp. 5 a 32.
- Do mesmo autor – *S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830*, in «Brigantia – Revista de Cultura», 1983, n.º 3 pp. 377 a 419, n.º 4 vol. III pp. 531 a 561, n.º 1/2, vol. IV, 183 a 219, n.º 3, vol. IV, 1984, pp. 311 a 333.
- Do mesmo autor – *Método de Exploração dos Registos Paroquiais* – Lisboa, 1980.
- Do mesmo autor – *Identificação de Pessoas em duas Paróquias do Norte de Portugal (1580-1820)*, in «Boletim de Trabalhos Históricos» – Guimarães.
- ² MOREDA, Vicente Perez – *Las Crises de Mortalidad en La España Interior, siglos XVI a XIX – Siglo veinteuno* ed. Madrid, 1980.
- DUPÂQUIER, Jacques – *L'Analyse Statistique des Crises de Mortalité* – in «The Great Mortalities: methodological studies of démographic crises in the past – ed. Por Hubert Charbonneau e André Larose – Liège, Ordina Éditions, 1979
- ³ SOUSA, Fernando de – *Alto Douro, Introdução ao Douro Superior – Novos Guias de Portugal*.
- ⁴ SOUSA, Fernando – *A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813) – Núcleo Cultural Municipal de Vila Real – Cadernos Culturais, 1977, p. 19.*
- ⁵ CASTRO, Columbano Ribeiro de – *Mappa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes e Nova Demarcação...*, Biblioteca Nacional – Lisboa, códice 10 473.
- ⁶ LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno* – Liv. Ed. Lisboa, 1833 a 1886, vários volumes.
- ⁷ COSTA, Padre Carvalho da – *Corografia Portuguesa* – 3 volumes – Lisboa, 1706, 1708, 1712, 2.ª edição – Braga, 1868/69.
- ⁸ LIMA, Luís Caetano de – *Geografia Histórica (...)* 2 volumes – Lisboa, officina de Joseph A. da Sylva, 1734/1736.
- ⁹ CASTRO, Columbano Ribeiro de – Obra já citada e analisada por José Amado Mendes.
- ¹⁰ Cálculo obtido multiplicando os fogos por 3,4 h/fogo, obtido com os dados de 1796.
- ¹¹ Cálculo idêntico por 3,6 h/fogo, obtido com os dados de 1796.
- ¹² São menores de 14 anos.
- ¹³ Livro 40 das Próprias, B M Porto.
- ¹⁴ Fonte: Censos de 1864 e 1878 por João da Costa Brandão e Albuquerque – Anuário Estatístico de 1884, Censo da População do Reino a 1 de Dezembro de 1890 e censo da População Portuguesa em 1900.
- ¹⁵ OLIVEIRA, Aurélio de Araújo – *A Abadia de Tibães 1630/80-1830 – Propriedade e Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime* – Vol. II, Porto, 1979, p. 501.
- ¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal* – Vol. VI, (1750-1807), verbo, Cacém, 1982, pp. 206 e 209/210.
- ¹⁷ MACEDO, Jorge Borges de – *A Situação Económica no tempo de Pombal* – 2.ª edição, Moraes editores, Lx, 1982, cap. III, p. 87.
- ¹⁸ MOREDA, Vicente Perez – *Las Crises de Mortalidad en la España Interior – siglos XVI a XIX, Siglo veinteuno* ed. Madrid, 1980, pp. 347/350.
- ¹⁹ DAVID, Henrique – *As crises de Mortalidade no Concelho de Braga, 1700-1880* – Vol. 1 e 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, p. 207.
- ²⁰ SOUSA, Fernando de – *A População Portuguesa nos inícios do século XIX* – Porto, 1979, p. 55.

- ²¹ TAVARES, Virgílio A. B. – *As Crises de Mortalidade no Concelho de Torre de Moncorvo entre 1700 e 1850* – Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.
- ²² PINTO, Maria Luís Rocha – *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVII e XIX na região de Castelo Branco* – Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 351.
- ²³ MOREDA, Perez – obra cit.
- ²⁴ PERES, Damião – *História de Portugal* – II parte, Coleção Barcelos, 1934, vol. VI, p. 417.
- ²⁵ CHAGAS, Pinheiro – *História de Portugal Ilustrada* – Vol. XII, p. 88.
- ²⁶ Fonte: Registos Paroquiais no Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo do Paço Episcopal de Bragança, e alguns registos no Registo Civil de Vila Flor.
- ²⁷ *Movimento da População Portuguesa segundo o ano de 1888* – Instituto Nacional de Estatística.
- ²⁸ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico Históricas do Distrito de Bragança* – Vol. I, p. 289.
- ²⁹ LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno* – XII volumes, Liv. Ed., Lisboa, 1833 a 1886.
- ³⁰ *Idem* – p. 1312, artigo Vilarça, vol. XI.
- ³¹ *Movimento da População Portuguesa segundo o ano de 1888* – Instituto Nacional de Estatística.
- ³² RODRIGUES, Teresa M. Ferreira – *Lisboa no século XIX – Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade* – Lisboa, 1993.
- ³³ *Idem*, p. 24.

ASPECTOS DA MORTALIDADE EM S. MARTINHO DE PENAFIEL (1700-1807)

Geralda Maria Marques Ferreira dos Santos

ABSTRACT

This work introduces the mortality in S. Martinho de Penafiel region between 1700 and 1807 and aims to relate the mortality levels with the economic conjuncture. The mortality books constituted the major source for the author's study. From 1700 to 1807 the author registred, in several years, a negative physiological balance due to bad weather conditions that caused bad agricultural years.

Os livros de óbitos constituíram a fonte primordial para o nosso estudo. A análise dos respectivos assentos permitiu-nos conhecer alguns aspectos da mortalidade, tais como, a sazonalidade, sua distribuição segundo os sexos e segundo o estado civil, mortalidade adulta e não adulta, sacramentos e testamentos.

Até 1803, são parcas as informações sobre as causas da morte. A partir de agora, podemos contar com mais este dado.

Neste mesmo ano, morreram três irmãos: Henrique, Francisca e António com um intervalo de dois dias, respectivamente, a 2, 4 e 6 de Janeiro. A causa foi «febre podre».

Outros factores são indicados: febre catarral, sarampelo, podridão, maligna, maleitas, diarreia, diarreia e bichas, lepra gallica, tísica gallica.

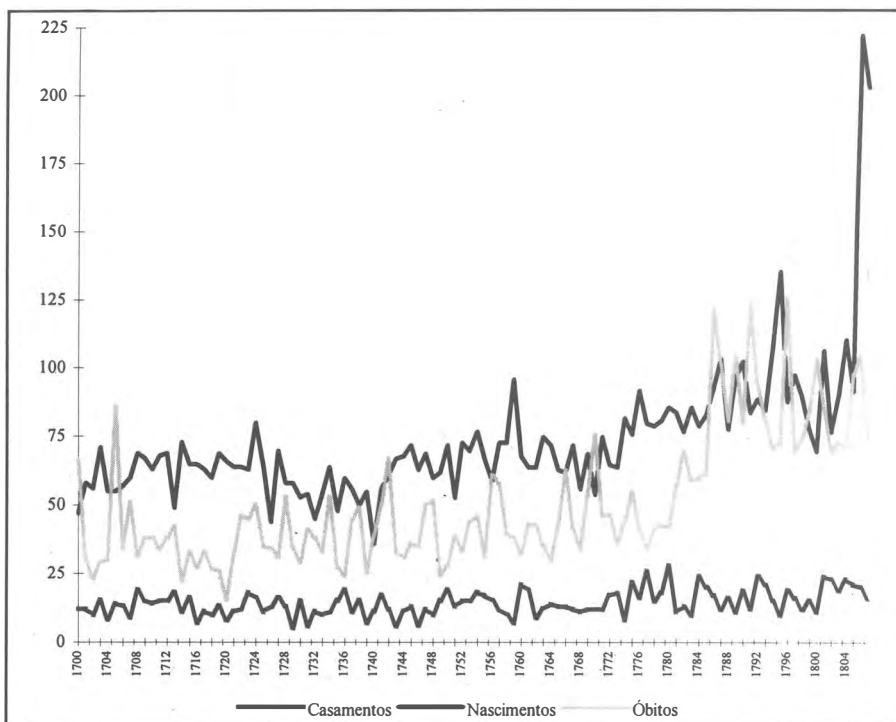
Questionámo-nos sobre os picos de mortalidade evidenciados pelo Gráfico 1.

Através dele podemos constatar que os anos de 1700, 1705, 1740, 1742, 1756, 1766, 1770, 1786, 1788-89, 1791-92, 1796, 1799-1800 e 1805, registaram um saldo fisiológico negativo.

Procuramos relacionar estes dados com as crises de mortalidade vividas pelas populações do Concelho de Braga ¹, do Nordeste Transmontano e de Guimarães ² bem como as da vizinha Espanha ³ ao longo dos sécs. XVIII e XIX.

Embora os factores geradores dessas mesmas crises nem sempre tenham actuado em simultâneo e com a mesma intensidade nas regiões referidas, regista-se uma certa sincronia na sua identificação.

GRÁFICO 1 – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS
REGISTRADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHÓ DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1807



QUADRO I – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS
REGISTRADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHÓ DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1729

A N O S	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1700	12	47	66
1701	12	58	30
1702	10	56	23
1703	15	71	29
1704	8	55	30
1705	14	55	86
1706	13	57	34
1707	9	60	51
1708	19	69	31
1709	15	67	38
1710	14	63	38
1711	15	68	34
1712	15	69	38
1713	18	49	42
1714	11	73	22
1715	16	65	33
1716	7	65	27
1717	11	63	33
1718	10	60	27
1719	13	69	26
1720	8	66	15
1721	11	64	32
1722	12	64	46
1723	18	63	45
1724	16	80	50
1725	11	64	35
1726	13	44	34
1727	16	70	31
1728	13	58	53
1729	5	58	34
Total	380	1 870	1 113

QUADRO II – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS
REGISTADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1730 A 1759

A N O S	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1730	15	53	29
1731	6	54	41
1732	11	45	38
1733	10	54	33
1734	11	64	53
1735	15	48	27
1736	19	60	24
1737	11	56	45
1738	15	50	49
1739	7	55	25
1740	11	36	39
1741	17	56	50
1742	12	61	67
1743	6	67	33
1744	11	68	31
1745	13	72	36
1746	6	63	35
1747	12	69	50
1748	10	60	52
1749	15	62	24
1750	19	72	28
1751	13	53	39
1752	15	73	33
1753	15	70	44
1754	18	77	46
1755	17	67	31
1756	15	59	61
1757	12	73	58
1758	10	73	40
1759	7	96	38
Total	374	1 866	1 199

QUADRO III – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS
REGISTADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1760 A 1784

A N O S	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1760	21	68	32
1761	19	64	43
1762	9	64	43
1763	12	75	35
1764	14	72	30
1765	13	63	43
1766	13	62	63
1767	12	72	41
1768	11	56	34
1769	12	69	54
1770	12	54	76
1771	12	75	46
1772	17	65	47
1773	18	64	36
1774	8	82	44
1775	22	76	55
1776	16	92	41
1777	26	80	34
1778	15	79	41
1779	18	81	43
1780	28	86	42
1781	11	84	57
1782	13	77	70
1783	10	86	59
1784	24	79	60
Total	386	1 825	1 169

**QUADRO IV – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS
REGISTADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1785 A 1807**

A N O S	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1785	20	83	62
1786	17	93	122
1787	12	104	102
1788	16	78	81
1789	11	97	105
1790	19	103	80
1791	12	84	124
1792	24	89	94
1793	21	85	81
1794	15	108	71
1795	10	136	73
1796	19	88	126
1797	16	98	70
1798	12	90	74
1799	15	78	84
1800	11	70	104
1801	24	107	86
1802	23	77	70
1803	19	91	73
1804	23	111	72
1805	21	92	98
1806	20	223	105
1807	16	204	75
Total	396	2 389	2 032

Vamos adoptar a periodização estabelecida por Henrique David:

1705-1713

Os autores dos referidos estudos são unânimes em considerar as graves dificuldades dos fins do séc. XVII e início do séc. XVIII que atingiram não só essas populações mas toda a região norte e a Espanha interior.

Esta opinião é corroborada por Aurélio de Oliveira que considera que os anos de 1680-1682 correspondem, a nível de colheitas na região de Entre-Douro e Minho, aos melhores anos do séc. XVII. A partir daí, regista-se uma inversão de tendência até 1713 ⁴.

Segundo Vicente Moreda, «... o séc. XVIII, em vez de se ter liberto da mortalidade catastrófica das épocas anteriores foi insidiosamente afectado por crises de mortalidade do mais diverso tipo...» ⁵.

Às crises cerealíferas do início do século há que acrescentar uma grave epidemia que tendo a sua origem na Espanha interior rapidamente atingiu o Norte de Portugal. A nossa intervenção na guerra de sucessão de Espanha e consequentes confrontos levaram à destruição das colheitas com particular incidência nas fronteiras da Beira e do Alentejo ⁶

O ano de 1705 é particularmente difícil. Braga, Guimarães e o Nordeste Transmontano registaram uma alta mortalidade, tal como Penafiel – Arrifana de Sousa – 86 óbitos.

Não esqueçamos que, devido à situação geográfica, esta freguesia constituía um ponto de passagem das populações que do Norte do país se deslocavam para o Porto e outras regiões. Este facto poderá ter contribuído para que aqui chegasse a referida epidemia.

Esta crise, pelas suas características, poderá ser considerada como uma crise de tipo misto.

1714- 1730

Segundo o referido historiador, neste período apenas o ano de 1722 evidenciou um aumento significativo da mortalidade em virtude de um surto epidémico de pequena proporção que terá atingido algumas freguesias do Concelho de Braga e outras que pertenciam ao Couto de Tibães.

Em Penafiel não detectamos, nesta época, qualquer recrudescimento do número de óbitos.

1731-1738

Neste período, há que salientar o elevado número de mortes, registado na cidade de Braga e seu termo como consequência de uma forte epidemia que atingiu as populações debilitadas na sequência de um período de seca prolongada.

Nos finais da década de 30 e inícios da de 40, mais uma vez a província do Minho sofre uma diminuição da produção de cereais provocada pelas intempéries então registadas.

Braga não parece ter sido muito afectada. Maiores dificuldades foram sentidas na zona rural de Guimarães onde fome e epidemia estariam na origem do crescimento da mortalidade.

Em Penafiel, constatamos um maior número de mortes nos anos de 1741, 1742, 1747, 1748 e 1756, com 50, 67, 50, 52 e 61 respectivamente.

1769-1792

Nos anos de 1769-1770, regista-se uma diminuição da produção cerealífera na sequência de problemas climatéricos, tais como neves e chuvas, que provocam a destruição das sementeiras.

Perante a escassez dos cereais, os preços são inflacionados e a fome atinge as populações criando condições para a difusão das epidemias, neste caso concreto, a do tifo exantemático.

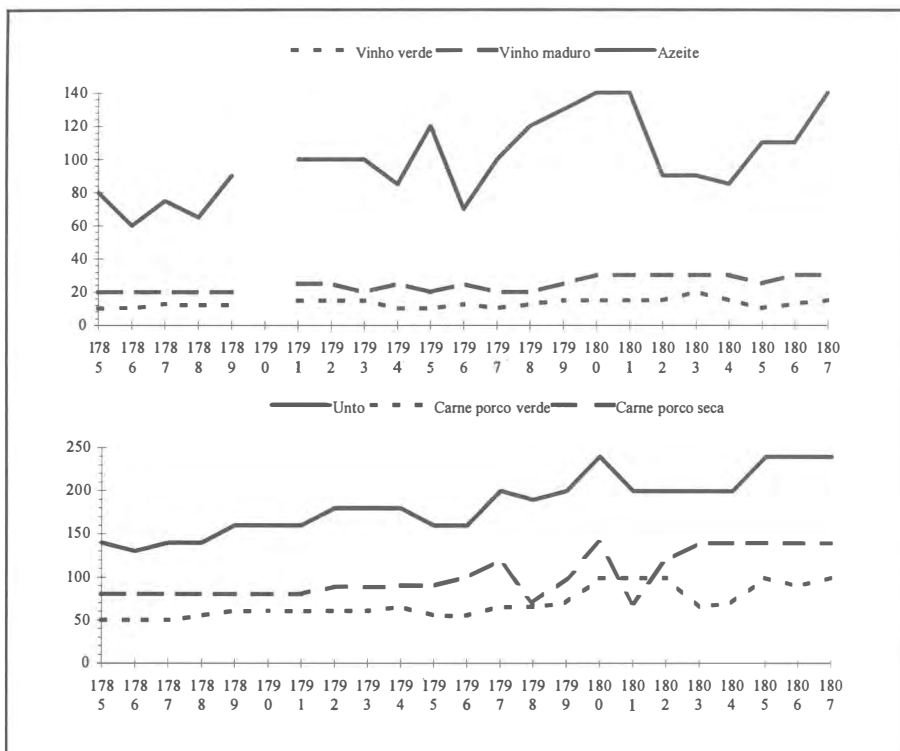
Esta crise é sentida com grande intensidade em Braga, Guimarães e Nordeste Transmontano.

Penafiel, tal como provavelmente muitas outras localidades, não saiu ileso como podemos inferir do número de óbitos registados:

1786	122 óbitos
1787	102 »
1788	81 »
1789	105 »

Com base nos livros de registo dos actos da Câmara⁷ e dos preços dos géneros vendidos nesta Cidade⁸ pudêmos acompanhar, ao longo de 1785-1807, as oscilações dos preços de alguns produtos básicos para a alimentação tais como pão, azeite, vinho, carne de porco (verde, seca e unto) (Gráfico 2 e Quadro V).

GRÁFICO 2 – PREÇOS ESTABELECIDOS PELO SENADO DA CÂMARA DE PENAFIEL (1785-1807)



QUADRO V – PREÇOS ESTABELECIDOS PELO SENADO DA CÂMARA DE PENAFIEL (1785-1807)

GÊNEROS	PREÇOS EM REIS											
	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796
Vinho verde	10	10	13	13	13	-	15	15	15	10	10	13
Vinho maduro	20	20	20	20	20	-	25	25	20	25	20	25
Azeite	80	60	75	65	90	-	100	100	100	85	120	70
Unto	140	130	140	140	160	160	160	180	180	180	160	160
Carne de porco verde	50	50	50	55	60	60	60	60	60	65	55	55
Carne de porco seca *	80	80	80	80	80	80	80	90	90	90	90	100

GÊNEROS	PREÇOS EM REIS										
	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807
Vinho verde	10	13	15	15	15	15	20	15	10	13	15
Vinho maduro	20	20	25	30	30	30	30	30	25	30	30
Azeite	100	120	130	140	140	90	90	85	110	110	140
Unto	200	190	200	240	200	200	200	200	240	240	240
Carne de porco verde	65	65	70	100	100	100	65	70	100	90	100
Carne de porco seca *	120	70	100	140	70	120	140	140	140	140	140

* Carne salgada.

Azeite e vinho – quartilho.

Carne de porco e unto – arrátel

Os livros de Correições⁹ e de registo das Condenações¹⁰ permitiram-nos avaliar do cumprimento ou não, das posturas estabelecidas, conhecer os infractores e quais as penas aplicadas.

As taxas exaradas deveriam ser válidas para todo o ano. No entanto, registamos, frequentemente, posturas intercalares em função da evolução do ano agrícola e de múltiplos factores que interferiam na vida desta população.

Entre 1785-1789, constatamos um movimento ascendente dos preços com maior incidência no pão, azeite, vinho e carne.

Desconhecemos a realizaçãõ de Correições nos anos de 1787 a 1789.

Neste mesmo ano, a 31 de Dezembro, reuniu-se o Senado para se pronunciar sobre os preços para o ano de 1790. Eis o que foi estabelecido por esta assembleia:

«Nesta se asentou de se não taxar preço a vinho e azeite mas que os Almotaces rigullarão ganhos onestos conforme os preços que correr e taxarão a carne de porco nova a sessenta reis athe o entrudo a seca a 80 reis e o unto a cento e sessenta todo o ano...»¹¹

A 22 de Abril teve lugar uma Correição Geral nesta cidade e termo.

Foram vários os vendedores condenados. As coimas totalizaram 8900 rs.

Em 1791 e 1792, à grave crise cerealífera registada em toda a província do Minho que justifica o recurso à importação do «pão do mar» que, como sabemos chega às populações já adulterado, o que terá contribuído para que à fome se juntem novos problemas, há que acrescentar outras dificuldades provocadas por alterações climatéricas e um surto epidémico, provavelmente, de tifo.

Em 1791, Braga, Lamego e Penafiel são afectadas por esta febre que atinge o Porto em 1792.

Relativamente a Penafiel, tivemos a oportunidade de analisar o testemunho que sobre esta febre nos foi deixado pelo Médico António de Almeida na sua obra «História da Febre que Grassou na Cidade de Penafiel em 1791 e 1792».

Numa breve introdução, o autor estabelece a «relação do ingresso da febre, e circunstâncias que a acompanhãõ».

Diz o seguinte:

«No mez de Julho de 1791 veio para a Albergaria desta cidade huma pobre, a qual trazia consigo huma febre, de que morreo: apõs ella cahirão logo doentes o enfermeiro, e duas filhas, e huma criançã; e não tardou, que se não entrasse a observar a mesma enfermidade pelo resto da terra...».

Esta moléstia teve períodos mais ou menos impetuosos e, rapidamente, se disseminou pela Rua Direita e outras Ruas da Cidade e pelos lugares de Avelãda e Perrella, «aldêas propinquas á cidade, onde a pobreza e o descuido dos moradores augmentou a vehemencia da molestia fazendo-a mais fatal aos mesmos, do que se observou na cidade...».

Os pobres foram os mais atingidos bem como as pessoas que «por obrigação ou por caridade se demorãõ e tratavam dos enfermos».

Esta febre era contagiosa e, naturalmente, escolheu as suas vítimas nos grupos mais carenciados quer economicamente quer a nível de higiene, embora se tivessem registado algumas excepções.

O Dr. António de Almeida, continuando a sua exposição escreve:

«Não posso determinar, quais as estações que precederão a esta molestia; porquanto o meo exercício clinico neste paiz, e mesmo fora delle, he de poucos dias».

Seguidamente, analisa as possíveis causas desta epidemia. Evidencia a falta de pão e sua carestia, nesta cidade e em toda a Província e o recurso à sua importação. Seria este pão, já degradado, o responsável pela referida febre.

Buscam-se outros factores. Talvez o bacalhau, agora de má qualidade, que na época era um bem de primeira necessidade e supria a falta de peixe fresco, tivesse a sua quota parte de responsabilidade.

Para além dos problemas alimentares, outros, como a falta de ventilação das casas, poderão ter dado o seu contributo.

Passamos a transcrever um excerto da referida obra:

«He verdade, que a Cidade de Penafiel está edificada sobre hum oiteiro aberto aos ares, e que nella cursão continuamente ventos; mas o principal da cidade que consiste em huma rua, a qual desce com face fronteira ao poente he bastante fechada à corrente do ar; porque he assaz estreita, e curva: e a construção das cazas concorre para o mesmo, sendo muito fundas, de sorte que com difficaldade se pode ter hum ar bem ventilado e puro. Neste sítio pois foi onde a molestia começou a fazer os seus estragos, e onde se demorou: entrando apenas em hum bairro (a melhora da terra) o qual he bem lavado de ares e isto já foi nos ultimos mezes depois da doença se ter disseminado mais».

Como acabamos de verificar, foram levantadas várias hipóteses com o objectivo de se encontrar uma explicação para estes momentos difíceis vividos em Penafiel.

O problema da falta de alimentos nomeadamente do pão, o recurso à importação e degradação dos mesmos é, neste período, comum a todo o país.

Segundo Fernando de Sousa, «Em Portugal, as más colheitas parecem iniciar-se por 1790. A carestia de pão oprimiu todo o Minho em 1791. Na Beira litoral, os anos de 1789-1793 foram os anos de penúria. Em 1793-1794, uma seca excepcional afecta todo o reino, sobretudo o Sul, pelo que o «pão do mar» tem de ser enviado para o Alentejo...»¹²

No intuito de se minorar as fomes, importavam-se cereais que sendo de má qualidade ou, porque devido às péssimas condições de armazenamento e transporte, se deterioraram, embora matando a fome, são os responsáveis por uma série de epidemias.

Penafiel, outrora vendedor de grandes carradas de milho para o Porto e outras localidades como constatamos através dos «Manifestos do Pão», é agora vítima da difícil conjuntura dos finais do século XVIII.

Relativamente ao problema das dificuldades de ventilação da parte mais antiga da Cidade, não há dúvida que António de Almeida tem razão.

Ainda hoje podemos constatar que as antigas ruas são muito estreitas e, aí, existem inúmeros «quelhos, becos e viellas», o que originava graves problemas sanitários.

No decurso da análise desta obra, encontramos resposta para o elevado número de óbitos registados em 1791 e 1792, respectivamente 124 e 94.

Estes dois anos (1791 e 1792) correspondem a uma das maiores crises do séc. XVIII. A agravar os problemas cerealíferos, já referidos, há que acrescentar as perturbações

climatéricas registadas e as epidemias das quais destacamos o tifo que atingiu não só Penafiel mas também outras localidades como, por exemplo, Braga e Lamego (1791) e Porto (1792).

Aumenta a inflação e o incumprimento das leis.

A 7 de Outubro de 1792, fez-se Correição Geral nesta cidade e a 28 de Dezembro, por freguesias. Esta atingiu a soma de 12 5000 rs.

1793-1809

Este período corresponde à viragem do século. Os finais do séc. XVIII e primórdios do séc. XIX ficaram marcados por crises cerealíferas resultantes, em parte, pela instabilidade climática. A maus anos agrícolas sucede-se o aumento dos preços.

Em 1794, o Senado denuncia os vendeiros de azeite. Estes não só não respeitaram as posturas estabelecidas como «se ficharão com elle»¹³.

Sucedem-se os conflitos. Em reunião de 5 de Março são apresentadas queixas contra o incumprimento da taxa das carnes, bem como de outros produtos.

No sábado seguinte, fez-se uma Correição Geral, na sequência da qual se registaram uma série de condenações. Também houve Correição Geral em 17 de Dezembro, tendo sido arrecadados 17 600 rs.

No ano de 1795, pela postura de 3 de Janeiro, o azeite regista um grande aumento (120 rs o quartilho).

A 9 de Fevereiro são apresentadas queixas públicas denunciando os vendeiros e estalajadeiros que, não cumprindo os preços tabelados, agravavam a situação do povo.

O Senado determinou que os infractores fossem condenados ao pagamento de 10 tostões a aplicar nas calçadas e obras públicas.

Face aos problemas registados, com o peso, preço e qualidade do pão, também os padeiros são denunciados.

Em Março de 1797, o Dr. Corregedor pronuncia-se sobre o facto de, em 1795 e 1796, não terem sido feitas Correições e, consequentemente, condenações: «O que tudo cede em gravissimo prejuizo do rendimento do Conselho da Terra e de sua Magestade, da Administração da Justiça e por conseguinte do Bem Público»¹⁴.

Na sequência desta advertência teve lugar, a 4 de Janeiro de 1797, um Auto de Correição Geral. Este não surtiu os efeitos desejados, ou seja, a fiscalização dos preços e a aplicação de coimas aos transgressores. Os almotacés foram demasiado complacentes considerando que tudo se achava conforme as leis e acordão desta Câmara.

O ano de 1799 prenuncia tempos bem difíceis para esta população.

Dificuldades económicas e suas repercussões a nível da saúde pública levam o Médico António de Almeida a apresentar um curioso requerimento ao Senado em que expõe «o deplorável estado a que tem chegado esta Cidade com as febres de carácter biliozo ou putrido que nella vão grassando cada vez com mais vigor».

Considera que são múltiplas as causas desta situação e refere que tanto os Médicos como os Historiadores são unânimes em aceitar «que depois de grandes fomes se seguirão doenças graves e contagiosas, consequência do estado de fraqueza em que os corpos humanos se vão pondo, e dos maus alimentos que se vem obrigados a tomar»¹⁵ afectando essencialmente os mais pobres.

Este insigne médico considera que a falta de higiene quer do vestuário quer das habitações é mais um dos factores a agravar esta situação.

António de Almeida apela ao Senado para que tome algumas medidas capazes de minorar estes problemas propondo que este intervenha na limpeza das casas e das ruas através da nomeação de um Magistrado ou Almotace de limpeza.

Outro problema a ser analisado é o da falta de alimentos. António de Almeida considera que o Senado deve tomar as providências necessárias para que à população não falem os alimentos de primeira necessidade e que estes sejam de boa qualidade. Chama a atenção para a falta de galinhas e o seu elevado preço resultante, também, do facto dos atravessadores as conduzirem para outras terras. Competiria ao Senado resolver este problema e garantir a quantidade necessária de carne de vitela e de carneiro para alimentar os doentes «coibindo o escandalozo abuzo de deixar sahir pernas de vitella inteiras que desta Cidade toda frequentemente correm para regalar muintos são de outros districtos e terras em quanto eu com os meus olhos tenho observado alguns pobres não lhe vendendo passaram com um caldo de unto e de cebola e isto quando estavam com remedios no auge das febres»¹⁶.

O Senado analisou o referido requerimento e tomou uma série de providências no intuito de viabilizar as sugestões apresentadas.

Quanto ao problema da falta de carne, o Senado proíbe a venda de pernas inteiras de vitela e determina que «fação repartir a vitela ao povo fazendo servir primeira de todos, digo primeiro de todos os duentes»¹⁷. Estabelece, também, que os três marchantes existentes na Cidade matem o gado e forneçam a vitela ao povo que a desejar, um no sábado, outro na segunda e outro à quarta-feira.

O livro de registo de Condenações comprova a nossa afirmação de que este ano de 1799 corresponde, no ponto de vista económico, a um agravamento do ciclo depressivo que marca os finais do séc. XVIII e o início do séc. XIX. São inúmeras as Correições realizadas e as condenações.

Nos anos de 1795, 1796, 1797, 1798, 1799 e 1800 registamos, respectivamente, 73, 126, 70, 74, 84 e 104 sepulturas.

O novo século não trouxe melhores perspectivas. Logo nos primeiros anos a Península Ibérica é atingida por graves crises agrícolas, pelas invasões francesas e pela disseminação de uma epidemia de tifo exantemático.

Na sequência desta situação, Guimarães viveu «a mais grave crise de mortalidade desde a grande peste do final do séc. XVI»¹⁸.

Em Penafiel, na década de 800, registamos várias posturas intercalares. Estas são reveladoras das graves dificuldades, então vividas.

São muitas as queixas contra os padeiros. Estes roubavam ao peso e faziam-no de má qualidade.

Após a fiscalização concluiu-se que a cada broa faltava meio arrátel e era mal cozido e «indigno de o vender ao povo».

Alguns padeiros foram condenados sendo o pão repartido pelos presos.

Em 1802, aumenta o açambarcamento do feijão. Por esta razão, a 10 de Fevereiro, na feira, foi condenado Joaquim Bonfim, do Porto.

Nos dias seguintes, 11 e 13, fizeram-se Correições para averiguar do estado das estradas que se encontravam em ruínas. Concluiu-se pela necessidade de se proceder a uma série de obras nessas vias, uma vez que elas eram imprescindíveis ao acesso dos mantimentos às populações o que atesta as dificuldades vividas, neste período, pelos habitantes desta Cidade e seu termo.

São apresentadas, pelo povo, várias queixas contra vendeiros de azeite a retalho. Estes, há mais de oito dias que não o vendiam ao povo pelo preço tabelado.

Em Novembro, a especulação acentua-se, nomeadamente no que se refere ao vinho e ao pão, o que se justifica pelo aumento da procura resultante do afluxo de forasteiros à feira de S. Martinho que se realiza de 10 a 24.

Todos estes problemas se vão agudizando nos anos subsequentes. A corroborar esta afirmação está o facto de, a 6 de Outubro de 1804, o Senado estabelecer que o preço da feira do dia 10 valha até à feira de dia 24 e assim sucessivamente.

QUADRO VI – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE,
DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) DESDE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1804

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS					
	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	10	24	10	24	10	24
Pão de milhão	450	480	460	480	480	480
Pão de milho miúdo ...	550	550	550	550	550	550
Pão de centeio	650	650	650	650	650	650
Feijão pequeno	480	480	480	400	480	480
Feijão grande	600	600	600	600	600	600
Azeite	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	–
Vinho *	200	200	–	200	200	–

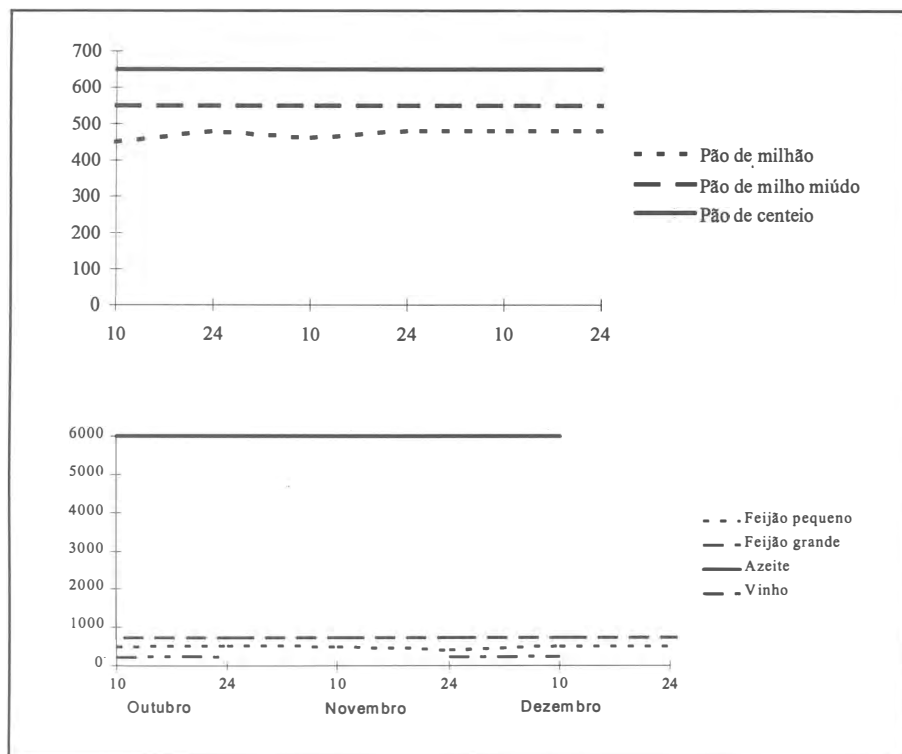
* Vinho verde cozido.

Azeite e vinho – *almude*.

Milhão, milho, centeio e feijão – *alqueire*

Livro 1226 – Livro dos preços dos géneros vendidos nesta cidade (Outubro de 1804-1815).

GRÁFICO 3 – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE,
DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) DESDE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1804

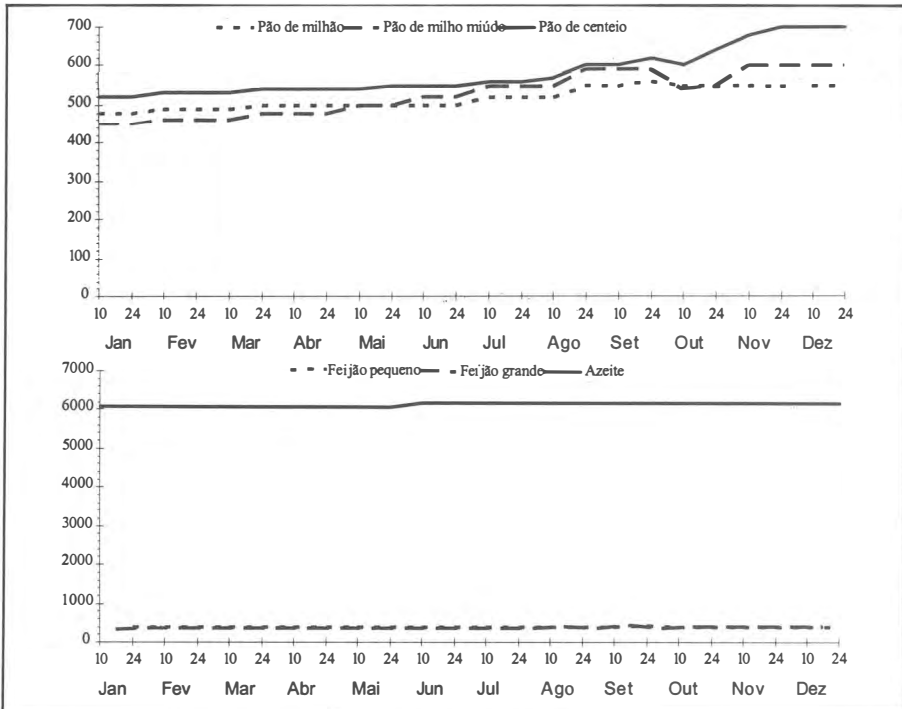


QUADRO VIII – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE,
DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1806

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	450	450	460	460	460	480	480	480	500	500	520	520
Pão de milho miúdo ..	480	480	490	490	490	500	500	500	500	500	500	500
Pão de centeio	520	520	530	530	530	540	540	540	540	550	550	550
Feijão pequeno	-	380	380	390	390	390	390	400	400	400	400	400
Feijão grande	-	400	410	420	420	420	420	430	420	420	430	420
Azeite	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 200	6 200

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	550	550	550	590	590	590	540	550	600	600	600	600
Pão de milho miúdo ..	520	520	520	550	550	560	550	550	550	550	550	550
Pão de centeio	560	560	570	600	600	620	600	640	680	700	700	700
Feijão pequeno	400	400	400	400	400	420	400	400	400	400	400	400
Feijão grande	420	430	430	460	430	480	430	440	460	460	440	440
Azeite	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200

GRÁFICO 5 – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE,
DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1806

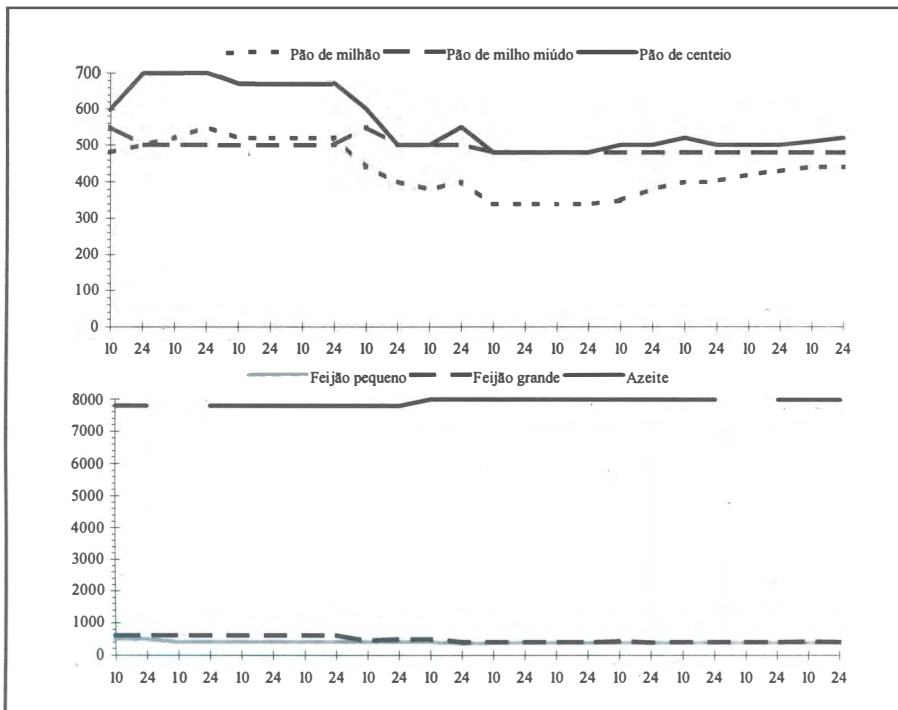


QUADRO VII – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE, DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1805

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	480	500	520	550	520	520	520	520	440	400	380	400
Pão de milho miúdo ..	550	500	500	500	500	500	500	500	550	500	500	500
Pão de centeio	600	700	700	700	670	670	670	670	600	500	500	550
Feijão pequeno	500	480	400	400	400	400	400	400	400	400	400	360
Feijão grande	600	600	600	600	600	600	600	600	440	480	480	400
Azeite	7 800	7 800	-	7 800	7 800	7 800	7 800	7 800	7 800	7 800	8 000	8 000

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	340	340	340	340	350	380	400	400	420	430	440	440
Pão de milho miúdo ..	480	480	480	480	480	480	480	480	480	480	480	480
Pão de centeio	480	480	480	480	500	500	520	500	500	500	510	520
Feijão pequeno	370	370	370	370	370	370	370	370	380	380	380	380
Feijão grande	400	400	400	400	420	380	400	400	400	400	410	400
Azeite	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	-	8 000	8 000	8 000

GRÁFICO 4 – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE, DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1805

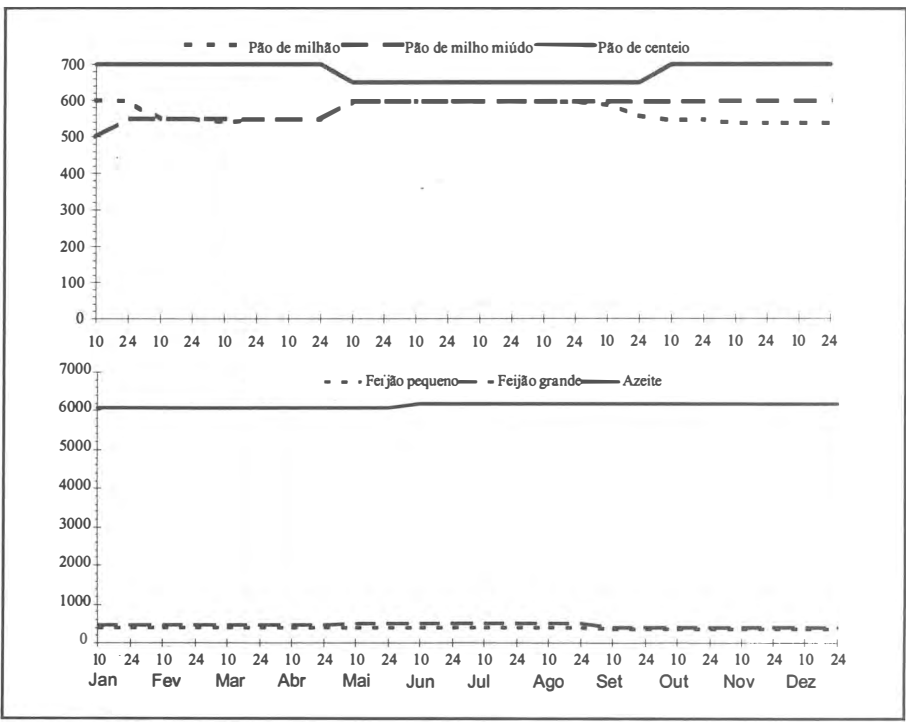


QUADRO IX – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE, DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1807

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	600	600	550	550	540	550	550	550	600	600	600	600
Pão de milho miúdo ..	500	550	550	550	550	550	550	550	600	600	600	600
Pão de centeio	700	700	700	700	700	700	700	700	650	650	650	650
Feijão pequeno	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400
Feijão grande	400	440	450	450	440	450	450	450	480	480	480	480
Azeite	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 100	6 200	6 200

PRODUTOS	PREÇOS EM REIS											
	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24	10	24
Pão de milho	600	600	600	600	590	560	550	550	540	540	540	540
Pão de milho miúdo ..	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600
Pão de centeio	650	650	650	600	650	650	700	700	700	700	700	700
Feijão pequeno	400	400	400	400	360	360	400	360	360	360	360	360
Feijão grande	480	480	480	480	400	400	400	400	400	400	400	400
Azeite	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200	6 200

GRÁFICO 6 – PREÇOS DOS GÊNEROS VENDIDOS NESTA CIDADE, DE FEIRA A FEIRA (10 E 24 DE CADA MÊS) NO ANO DE 1807



É com base nestes preços que os almotacés vão actuar nas futuras Correições. Aos problemas económicos registados, neste período, correspondem para os anos de 1800, 1801, 1805 e 1806, respectivamente, 104, 86, 98 e 105 óbitos.

Concluimos que, no período estudado, os preços de todos os produtos registaram um movimento ascendente, essencialmente na década de 90, mantendo a tendência de alta até 1807.

Na realidade os preços oficiais não foram cumpridos. Os preços reais foram bem superiores como pudemos inferir do conflito entre consumidores e vendedores.

Queremos evidenciar o carácter misto das crises que afectaram as populações do antigo regime.

Dificuldades cerealíferas e conseqüente carestia do pão conduzem à subnutrição. Por sua vez, os corpos debilitados tornam-se o alvo preferencial para o reaparecimento de doenças que se mantinham no seu estado endémico e que, dada a falta de condições sanitárias, atingem o seu carácter epidémico.

Segundo Jean-Pierre Poussou, era a epidemia que matava; a fome «raramente actuava em estado puro...»¹⁹.

F O N T E S

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

Registos Paroquiais de S. Martinho de Arrifana de Sousa:

Livro Misto n.º 2 – 1667-1762

Livro Misto n.º 3 – 1709-1743

Registos Paroquiais da Freguesia de S. Martinho de Penafiel:

Livro de óbitos n.º 2 – 1782-1797

Livro de óbitos n.º 3 – 1797-1835

Arquivo Municipal de Penafiel

Livro de registos das actos da Câmara n.º 16 – 1784-1793

Livro de registos das actos da Câmara n.º 17 – 1794-1831

Livro de registos das actos da Câmara n.º 18 – 1803-1815

Livro de registos das Correições Gerais da Câmara n.º 1 067 – 1772-1797

Livro do lançamento dos manifestos do pão n.º 1 534 – 1792-1825

Livro dos preços dos géneros vendidos nesta cidade n.º 1 226 – 1804-1815

Fontes Impressas

ALMEIDA, Antônio de – *História da Febre Que Grassou na Cidade de Penafiel em 1791-1792* – Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Norberta Bettencourt – *Guimarães (1580-1819) Estudo Demográfico* – Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.
- *Os Homens e a Morte na Freguesia de Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos* – Guimarães, 1982.
- DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues – *As crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)* – Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, F.L.U.P., Porto, 1992.
- *Aspectos da mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)* – Separata do Vol. XVI da Revista Cultural Bracara Augusta – Braga, 1993.
- DUARTE, Maria Celeste S. D. Oliveira – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760-1784* – Ensaio de Demografia Histórica – Centro de Estudos Demográficos – I.N.E., Lisboa, 1974.
- MARQUES, Maria Lucília Pinheiro – *A Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730-1759* – Ensaio Demográfico – Centro de Estudos Demográficos – I.N.E., Lisboa, 1974.
- MOREDA, Vicente Pérez – *Las Crises de mortalidad en la España interior* – Siglos XVI - XIX, Siglo XXI de España Editores – Madrid, 1980.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de (1700-1729)* – Ensaio de Demografia Histórica – Centro de Estudos Demográficos – I. N. E., Lisboa, 1979.
- *População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime (1785-1807)* – Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à F.L.U.P. – Porto 1995.
- SOUSA, Fernando de – *A População Portuguesa nos inícios do séc. XIX* – Dissertação de Doutoramento em História Moderna – F.L.U.P., Porto, 1979.

NOTAS

- ¹ Henrique David – «Aspectos da mortalidade no Concelho de Braga (1700-1800)» – Separata do vol. XLIV – Revista Cultural, Bracara Augusta – Braga, 1993.
- ² Norberta Amorim – *Guimarães (1580-1819)* – Instituto Nacional de Investigação Científica – Lisboa, 1987.
- ³ Vicente Pérez Moreda – *Las Crises de mortalidad en españa interior Siglos XVI-XIX* – Siglos XXI de España Ed.
- ⁴ Aurélio Araújo de Oliveira – *A Abadia de Tibães – 1630/80. Propriedade, exploração e produção agrícola no Vale do Cávado durante o Antigo Regime* – Dissertação de doutoramento, F.L.U.P. – Porto, 1979, Vol. II, pp. 456 e seguintes.
- ⁵ Vicente Pérez Moneda – *ob. cit.* – p. 465.
- ⁶ Henrique David – *ob. cit.* – p. 78.
- ⁷ A.M.PNF – *Livros de registo de actos da Câmara* n.ºs 16, 17 e 18.
- ⁸ A.M.PNF – *Livro dos preços dos géneros vendidos nesta Cidade (1804-1815)* n.º 1 226.
- ⁹ A.M.PNF – *Livro de registo das Correições Gerais da Câmara (1772-1797)* n.º 2 025.
- ¹⁰ A.M.PNF – *Livro de registo de Condenações (1799 -1814)* n.º 1 067.
- ¹¹ A.M.PNF – *Livro de registo dos actos da Câmara* n.º 16, fl. 154.
- ¹² Fernando de Sousa – *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX* – Dissertação de Doutoramento em História Moderna – F.L.U.P., Porto, 1989, p. 49.
- ¹³ A.M.PNF – *Livro de registo dos actos da Câmara* n.º 17, fls. 1 e 1 v.
- ¹⁴ A.M.PNF – *Livro de registo das Correições Gerais da Câmara* n.º 1 067, fls. 96-97.
- ¹⁵ A.M.PNF – *Livro de registo dos actos da Câmara* n.º 17, fls. 151 a 152 v.
- ¹⁶ *Idem, Ibidem*, fl. 153 v.
- ¹⁷ *Idem, Ibidem*, fl. 153 v.
- ¹⁸ Norberta Amorim – *ob. cit.* – p. 315.
- ¹⁹ Jean Pierre Poussou – «Os Homens» in *História Económica e Social do Mundo* – Dir. Pierre Léon, Sá da Costa – Lisboa, 1983, Vol. II, Tomo I, p. 45.

A RIBEIRA SECA DA ILHA DE S. JORGE (1839-1892)

ESTRUTURAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DE UMA COMUNIDADE RURAL

Paulo Lopes Matos
Instituto Superior de Educação e Ciências

ABSTRACT

This article tries to understand the balance of a rural community for to its demographic behaviors and geographical limitations.

For such, they are studied the demographic indicators, the professions and its medium revenues and the occupation of the geographical space. Last the family structures are analyzed that assume peculiar characteristics, thanks to the high illegitimacy indexes.

INTRODUÇÃO

A Ribeira Seca é uma das maiores freguesias do país, com uma área de 53,2 km². Integra o concelho da Calheta e encontra-se numa longa cordilheira situada no sentido nascente-poente, abrangendo ambas as encostas.

No seio da ilha os seus terrenos têm a particularidade de serem ainda mais íngremes e com um relevo bastante acidentado. Destes, cerca de 70 % situam-se acima dos 300 metros mas atingiam frequentemente os 800-900. Este condicionalismo natural é responsável pela difícil maximização do terreno agrícola, forçando desde cedo a população a dedicar-se fundamentalmente à criação de gado bovino e *ovelhum*, aproveitado as encostas mais suaves para o cultivo de milho, trigo e alguma cevada. As fajãs – pequeníssimas planícies que se estendem sobre o mar em ambas as encostas – são dotadas de grande fertilidade, disfrutando de um micro-clima propício ao cultivo de vinha, milho, trigo e legumes.

Desde cedo o povoamento fez-se preferencialmente nos terrenos mais suaves, inferiores a 300 metros acima do nível do mar; os habitantes estabeleceram-se em locais menos húmidos, sempre que possível perto das pastagens, principal fonte de subsistência. Outros habitantes residiam nas fajãs, mas poucos, já que a sua extensão é bastante exígua. Porém, num caso como noutro, existiam complementaridades. Quem habitava na serra, possuía frequentemente uma pequena casa numa fajã, perto de alguma terra de

vinha. Em determinados meses do Inverno fazia a *muda* para a pequena planície, aproveitando o período em que o gado estava «seco» para tratar da vinha e da horta. Durante esses dias disfrutava também do micro-clima da pequena planície, com uma temperatura mais amena e menor grau de humidade.

*

*

*

Este trabalho visa compreender a realidade demográfica e familiar de uma freguesia rural e ultra-periférica, como é o caso da Ribeira Seca, fortemente condicionada pelas vicissitudes geográficas. Após uma breve descrição das fontes, tratamos em primeiro lugar as estruturas demográficas, como sejam a evolução populacional, pirâmides etárias e índices-resumo, debruçando-nos em seguida sobre a ocupação profissional dos habitantes.

Num segundo plano destacam-se os comportamentos demográficos, como sejam a natalidade, mortalidade e movimentos migratórios, numa relação estreita com a realidade geográfica e populacional da freguesia. Neste ponto confere-se, ainda, algum destaque à ilegitimidade, fenómeno que assume níveis relevantes, procurando-se algumas explicações para tal.

Por último, ocupamo-nos da distribuição dos residentes na geografia da paróquia, e da sua estruturação familiar, que vai revestir-se formas muito peculiares, graças aos níveis de emigração e de ilegitimidade desta paróquia.

1 – AS FONTES

Este estudo cobre um período de 53 anos, assentando primordialmente em duas fontes já informatizadas: os róis de confessados de 1839 e 1875 ¹. Ambos englobam toda a população residente por localidades, apresentando as idades dos indivíduos. O rol de 1875 tem a particularidade de conter as profissões de todos os indivíduos e respectivo estado civil. Ambos os documentos são raros no panorama português, pois contêm a faixa populacional 0-7 (menores de confissão), indicando igualmente todas as idades, o que constitui um verdadeiro recenseamento da população.

Com estes documentos traçamos num dado momento o número de efectivos e sua distribuição geográfica, pirâmides etárias, actividades profissionais por sector e estrutura familiar. Utilizando-se ainda um mapa cartográfico detalhado ², delinearão-se as áreas de povoamento segundo padrões de orografia e riqueza, com a informação proveniente dos róis de confessados.

Os comportamentos demográficos da natalidade, mortalidade e movimentos migratórios são acompanhados por meio dos registos paroquiais da freguesia, que, devidamente cruzados com os róis de confessados, permitem um estudo eficaz das variáveis micro-demográficas ³. Optámos, igualmente pela informatização dos registos de baptismo e de óbito no intuito de se reunir um número confortável de observações, o qual minimiza os efeitos prejudiciais de uma freguesia com cerca de 3200 efectivos, universo deveras reduzido, quando se avançam taxas médias de natalidade e se calculam tâbuas de mortalidade.

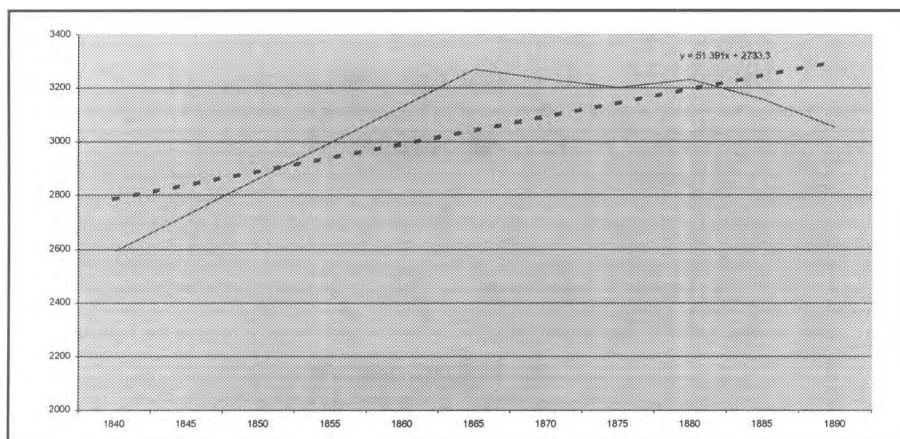
De um modo global os róis de confissão são de boa fiabilidade. O *Índice de Whipple* destinado a medir a atracção pelas idades, regista níveis inferiores a 100, atestando uma recolha fiável das idades dos paroquianos. Por outro lado, a análise dos livros paroquiais mostra que o padre teve a preocupação de apresentar um documento contendo exactamente toda a população. Os indivíduos nascidos até 31 de Maio de cada ano, já se encontram incluídos nas suas estruturas familiares, ao mesmo tempo que os indivíduos falecidos já não constam no mesmo rol.

Com o intuito de se proceder a uma hierquização económico-política das várias profissões, utilizou-se o recenseamento eleitoral da freguesia da Ribeira Seca de 1874⁴. Este documento contém todos os eleitores masculinos da freguesia (299), os que possuíam mais de mil réis de rendimento anual e com idade superior a 21 anos de idade, e estrutura-se da seguinte forma: nome, localidade, estado civil, idade, e profissão. Com base nestes elementos foi, então possível, um confronto com o rol de confissão de 1875, que discrimina as profissões de forma mais cuidada.

2 – AS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

Durante o período em estudo a freguesia da Ribeira Seca conheceu um importante surto populacional, embora de forma desigual. Numa primeira fase, compreendida entre 1839 a 1864, regista-se um crescimento de 26,1 %, ao que corresponde uma taxa

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA⁵

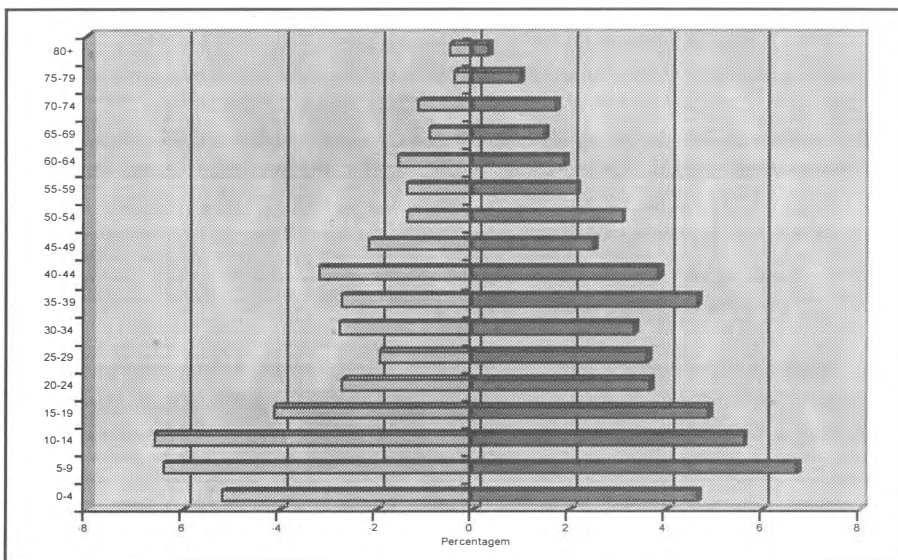


de crescimento anual médio (T.C.A.M.) na ordem dos 0,91 %. Entre 1864 a 1879, a freguesia parece ter atingido o máximo de efectivos que podia comportar (c. 3240), altura em que se inicia um movimento de declínio, originado por uma emigração ainda mais intensa⁶.

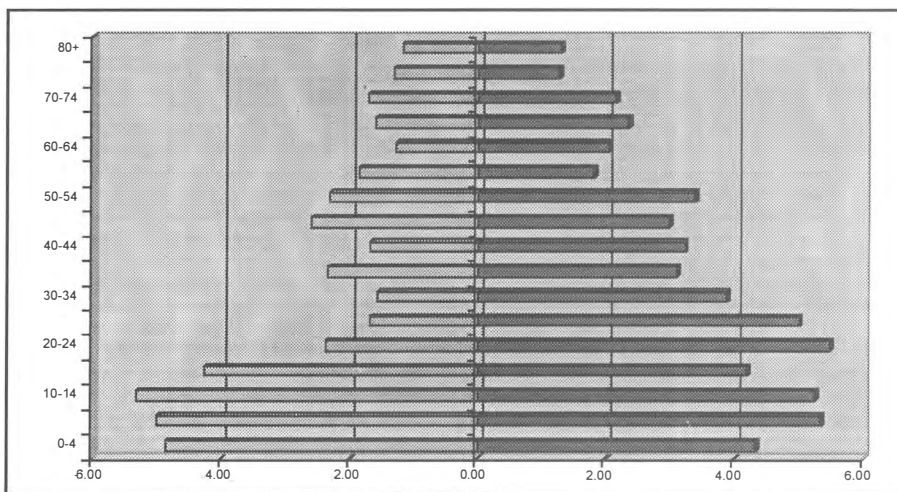
A Ribeira Seca, bem como toda a ilha de São Jorge apresenta um sistema demográfico de «baixa pressão», onde os níveis de mortalidade são reduzidos em relação à natalidade, fenómeno que se traduz em invulgares oscilações populacionais, mesmo que esporadicamente colmatadas pela emigração. Teremos oportunidade de clarificar esta ideia quando se abordarem as variáveis micro-demográficas.

Como se terá mantido a estrutura populacional de uma freguesia em rápido crescimento de efectivos? Por outras palavras, será que existe uma relação coerente entre a repartição de grupos etários e a sua evolução populacional? Detenhamo-nos sucintamente na análise das pirâmide etárias de 1839 e 1875.

PIRÂMIDE ETÁRIA DA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA EM 1839



PIRÂMIDE ETÁRIA DA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA EM 1875



Ambas as pirâmides etárias revelam uma base alargada, situação gerada por um fraco controle da natalidade ⁷. De 1839 a 1875 é visível um envelhecimento da população, enquanto a estrutura etária se vai tornando cada vez mais irregular, consequência directa

dos fenómenos migratórios. De facto, em 1839 são já evidentes os efeitos de uma emigração masculina considerável, sobretudo no que respeita aos efectivos masculinos entre os 20 e os 29 anos, os quais apresentam uma relação de masculinidade (R.M.) na ordem dos 64,2 %⁸.

O período compreendido entre 1839 e 1875 foi decerto caracterizado por uma emigração masculina de forte intensidade, motivado por um acréscimo do saldo fisiológico que a freguesia não podia comportar. Assim, a pirâmide etária de 1875 encontra-se profundamente desequilibrada, sobretudo no que respeita aos homens nascidos nas décadas de 1840 e 1850 que resolveram solucionar os seus problemas económicos por via da emigração.

De facto em 1875 os efeitos da emigração encontram-se muito marcados na estrutura populacional, sobretudo no que concerne aos efectivos masculinos entre os 20 e os 34 anos. De facto esta parcela da população apresenta uma R.M. na ordem dos 39 %, originando fortes implicações na idade média ao primeiro casamento e nas proporções de ilegitimidade. A pirâmide de 1875 deixa ainda transparecer um nítido envelhecimento da população que, em nosso entender, se deve ao aumento da esperança de vida à nascença e não à diminuição dos níveis de fecundidade⁹.

*

*

*

Se optarmos por uma visão funcional desta comunidade verificamos que é predominantemente jovem e com uma população em idade activa maioritária.

QUADRO I – ÍNDICES-RESUMO

DESIGNAÇÃO	ANOS	
	1839	1875
Jovens (0-14)	36,2	31,1
População activa (15-59)	53,2	53,1
Idosos (60+)	10,7	15,9
índice de vitalidade (Idosos/Jovens)	26,9	51,3
índice de dependência total (J+I/População activa)	88,2	88,3

Nos dois anos em apreço a população activa é maioritária (c. 53 %), não obstante as pirâmides etárias destes anos denunciarem várias falhas em alguns dos escalões etários masculinos. As maiores alterações registadas no decorrer destes período respeitam às proporções de jovens e idosos, com repercussões claras ao nível do índice de vitalidade. Com efeito em 1839 os jovens correspondem a cerca de 36,2 % da população, enquanto 36 anos mais tarde representarão 31,1 %. Esta diminuição irá corresponder directamente a um acréscimo nas proporções de idosos em 1875, já que a população em idade activa se mantém constante.

Deste modo, continuamos a ter uma comunidade com um *índice de dependência total* satisfatório (c. 88 %), atendendo a que por cada 88 dependentes existiam 100 efectivos em idade activa. Porém, as oscilações ocorridas entre 1839 e 1875 no que respeita aos jovens e idosos irão repercutir-se no aumento substancial do índice de vitalidade: se em 1839 existem 27 jovens para 100 idosos, em 1875 essa proporção já é preocupante – 51 jovens para 100 idosos, reflexo directo do envelhecimento da população motivado pelo aumento da esperança de vida à nascença e pelo fenómeno migratório.

2.1 – As Profissões

Para além de saber-se qual a percentagem dos Índices-Resumo da Ribeira Seca, não terá menor importância a análise das suas ocupações. O Quadro II fornece elementos elucidativos sobre os tipos de profissão dos efectivos masculinos.

QUADRO II – POPULAÇÃO ACTIVA MASCULINA POR SECTORES DE ACTIVIDADE (1875)

DESIGNAÇÃO	NÚMERO	PERCENTAGEM	
		PARCIAL	TOTAL
Agricultura e Pesca			
Camponeses	305	38,5	30,7
Jornaleiros	10	1,3	1,0
Lavradores	134	16,9	13,5
Marítimos	39	4,9	3,9
Pastores	4	0,5	0,4
Proprietários	108	13,6	10,9
Trabalhadores	193	24,3	19,4
Total	793	100,0	79,8
Ofícios e Mesteres			
Alfaiates	1	1,4	0,1
Aprendizes	1	1,4	0,1
Cabouqueiros	3	4,2	0,3
Caiadores	1	1,4	0,1
Cantoneiros	1	1,4	0,1
Carpinteiros	27	38,0	2,7
Curtidores	2	2,8	0,2
Ferreiros	2	2,8	0,2
Latoeiros	1	1,4	0,1
Pedreiros	12	16,9	1,2
Queijeiros	4	5,6	0,4
Retalhadores	1	1,4	0,1
Sapateiros	8	11,3	0,8
Serradores	5	7,0	0,5
Serralheiros	2	2,8	0,2
Total	71	100,0	7,1

(Continua)

QUADRO II – POPULAÇÃO ACTIVA MASCULINA POR SECTORES DE ACTIVIDADE (1875)
(Continuação)

DESIGNAÇÃO	NÚMERO	PERCENTAGEM	
		PARCIAL	TOTAL
Comércio e Serviços			
Agenciadores	1	0,8	0,1
Assistentes	31	23,8	3,1
Caixeiros	1	0,8	0,1
Capelões	1	0,8	0,1
Costureiras	1	0,8	0,1
Coveiros	1	0,8	0,1
Criados	68	52,3	6,8
Curas	1	0,8	0,1
Empregados Públicos	1	0,8	0,1
Estudantes	11	8,5	1,1
Maquinistas	1	0,8	0,1
Negociantes	7	5,4	0,7
Párocos	2	1,5	0,2
Professores	2	1,5	0,2
Tesoureiros	1	0,8	0,1
Total	130	100,0	13,1
Total Final	994	—	100,0

O sector primário reúne mais de dois terços da população masculina (79,8 %), com um peso esmagador da agricultura. Os camponeses (31 %), aqueles que detêm uma pequena parcela de terra, mas que podem trabalhar para outrém, constituem a profissão mais bem representada. Seguem-se os trabalhadores, na maior parte dos casos sem terra, oferecendo os seus serviços a médio ou longo prazo a um lavrador ou proprietário, e com uma expressão numérica também significativa (c. 19,4 %). No extremo oposto vamos encontrar os lavradores (c. 13,5 %), que vivem exclusivamente da sua terra, e os proprietários (c. 10,9 %), aqueles que detêm terras mais vastas, mas que, também as poderão trabalhar. Por esta razão os colocámos no sector primário.

O sector secundário respeita aos ofícios e mesteres, detendo um peso estatístico diminuto (c. 7,1 %), próprio de uma freguesia amplamente rural. Destacam-se do conjunto apenas os carpinteiros (27), ligados de certo à manutenção dos 747 fogos e ao fabrico de algumas alfaias agrícolas. Em segundo lugar surgem os pedreiros (12), também eles ligados à construção e manutenção das residências.

Por último, resta-nos considerar o «sector terciário». Este reúne cerca de 13 % da população e é constituído maioritariamente por pessoal auxiliar – os assistentes e criados, que juntamente representam 76 % do mesmo sector. Todas as restantes profissões possuem pouca importância numérica (31 indivíduos), mesmo aquelas que englobam o comércio e a administração pública, deixando transparecer o carácter rural desta paróquia.

A distribuição das profissões expressa, de facto, o forte peso rural, associado, igualmente à proporção diminuta de ofícios, comércio e serviços. Na verdade, a inexistência de indústrias, aliada à geografia inóspita da Ribeira Seca, será o primeiro móbil para a emigração, variável que estudaremos adiante.

*

*

*

Conhecida a distribuição profissional por sectores de actividade, torna-se útil ainda conhecer a sua hierarquização, segundo o binómio riqueza-representatividade política. Para tal, recorremos ao recenseamento eleitoral de 1874 que contem 299 eleitores.

O Quadro III mostra o rendimento médio de cada profissão, obtido a partir dos indivíduos que exercem o direito de voto, o número total de elementos dentro de cada profissão e a representatividade política de cada uma.

QUADRO III – RENDIMENTO MÉDIO DOS ELEITORES SEGUNDO A PROFISSÃO ¹⁰

PROFISSÕES	RENDIMENTO MÉDIO	NÚMERO TOTAL	PERCENTAGEM RECENSEADA
Negociante	10 111	7	85,7
Proprietário	8 610	108	65,7
Professor	4 800	2	50,0
Padre	4 705	4	100,0
Lavrador	3 055	134	71,6
Pastor	2 922	4	75,0
Curtidor	2 790	2	100,0
Carpinteiro	2 337	27	55,6
Pedreiro	2 283	12	58,3
Agenciador	2 000	1	100,0
Serrador	1 866	5	40,0
Latoeiro	1 860	1	100,0
Ferreiro	1 808	2	50,0
Marítimo	1 794	39	17,9
Tesoureiro	1 665	1	100,0
Camponês	1 602	305	11,8
Queijeiro	1 355	4	25,0
Sapateiro	1 235	8	37,5
Cabouqueiro	1 000	3	33,3

Em primeiro lugar destacam-se os negociantes, com um rendimento anual médio de 10 111 réis, dez vezes superior ao de um cabouqueiro, a profissão com menor rendimento médio e com uma boa representatividade política (85,7 %). Destacam-se, seguidamente, os proprietários com um rendimento de 8 610 réis. Esta categoria, mais do que uma profissão, engloba um vasto leque de situações e, naturalmente, de rendimentos. Alguns proprietários recebem 1 000 réis por ano, enquanto o mais rico auferia 130 mil réis, o equivalente à soma de 13 negociantes, a categoria mais rica, ou a um total de 81 camponeses, uma das categorias com inferiores capitações. Esta é a primeira explicação para a sua participação política não exceder os 70,7 %. Por outro lado vemos que grande parte dos filhos dos proprietários não possui a mesma categoria, sendo por isso designado por «camponês» e muito raramente por «lavrador».

De facto, a maior parte dos proprietários não devia possuir suficiente terra para deixar de a trabalhar, e igualmente libertar os seus filhos de tal tarefa. Podia, eventualmente arrendar parte das suas terras e cultivar directamente outras, realidade ainda hoje visível na ilha de São Jorge.

Outro dos grupos profissionais com uma capitação razoável é sem dúvida, os dos lavradores (3 035 réis). Estes constituem um grupo considerável – 134 indivíduos, possuindo também uma representatividade significativa (72 %), se considerarmos que o universo de lavradores é relativamente grande.

Se considermos ainda o trabalho da terra, vamos encontrar noutro extremo o grupo mais numeroso – os camponeses, aqueles que normalmente trabalham para outrém. De facto o seu rendimento é muito inferior ao dos lavradores (1 602 réis), facto bem expresso no escasso número de indivíduos com direito de voto (12 %).

4 – OS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

3.1 – A Natalidade

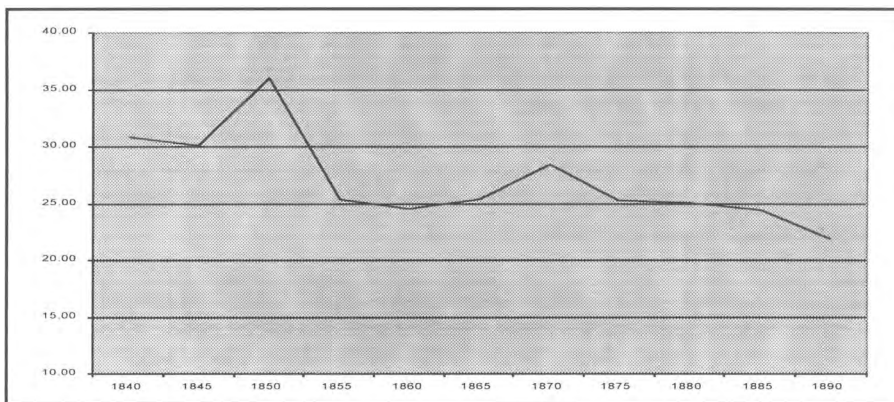
Durante os 50 anos em análise, a média da taxa bruta de natalidade cifrou-se nos 27,06 ‰, valor que, embora elevado para os dias actuais, se situava um pouco aquém dos níveis médios de outras freguesias do arquipélago e continente. A análise da série cronológica permite afirmar que estamos perante uma diminuição clara dos níveis de fecundidade ao longo desta meia centúria. De facto, a segunda metade do século XIX corresponde grosso modo, ao chamado período de transição demográfica. A freguesia da Ribeira Seca apresenta valores elevados até 1850 (c. 32,5 ‰), altura em que a curva de natalidade começa a decrescer notoriamente até 1890, chegando a atingir nessa data dos 21,9 ‰.

Esta diminuição relaciona-se directamente com a redução dos níveis de fecundidade. Entre 1840 e 1850 a taxa de fecundidade geral (T.F.G.) apresentava valores na ordem dos 128,5 ‰, descendo para 97,0 ‰ na década de 1870. Em 1892, ano em que termina a observação, esta taxa não excedia os 80,62 ‰¹¹. A segunda metade do século XIX traduz-se, efectivamente, numa redução drástica nos níveis da fecundidade desta freguesia.

Quais as causas? Um comportamento consciente na redução do número de filhos? Efeitos da emigração? Não é possível afirmar com rigor os motivos da redução dos níveis de fecundidade, mas cremos que este comportamento é natural numa freguesia

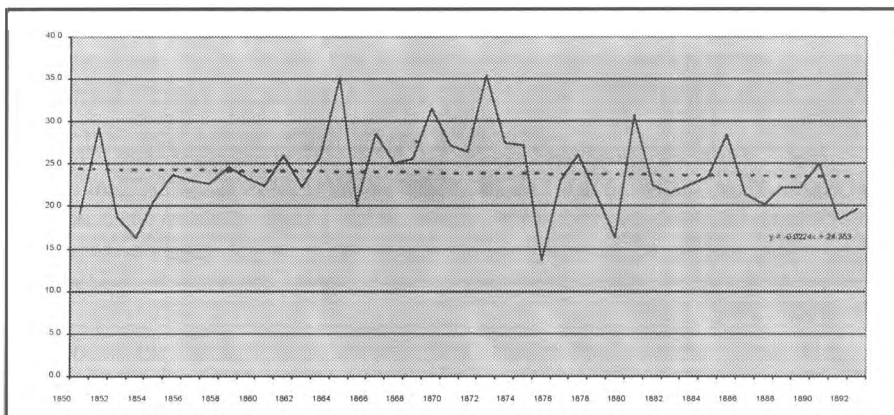
que cresce vertiginosamente entre 1840 e 1865 (26,2%), incremento não comportável numa zona rural com fortes limitações geográficas. Por outro lado a emigração afigurava-se como uma variável micro-demográfica influente, o que é facilmente demonstrado pelas pirâmides etárias. Estamos em crer que o aumento constante do fenómeno migratório, preconizado fundamentalmente por homens, não diminuindo o universo de mulheres em idade fértil, acaba por reduzir as hipóteses destas em «adquirir» um noivo.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS BRUTAS DE NATALIDADE
NA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA (1840-1890) (‰)



Falamos, portanto, de uma redução forçada da fecundidade, em função do decréscimo no número de homens na freguesia. Esta situação passou-se efectivamente na Ribeira Seca, não obstante os índices de ilegitimidade serem bastante altos, como se observa pelo Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – ÍNDICES DE ILEGITIMIDADE NA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA (%)



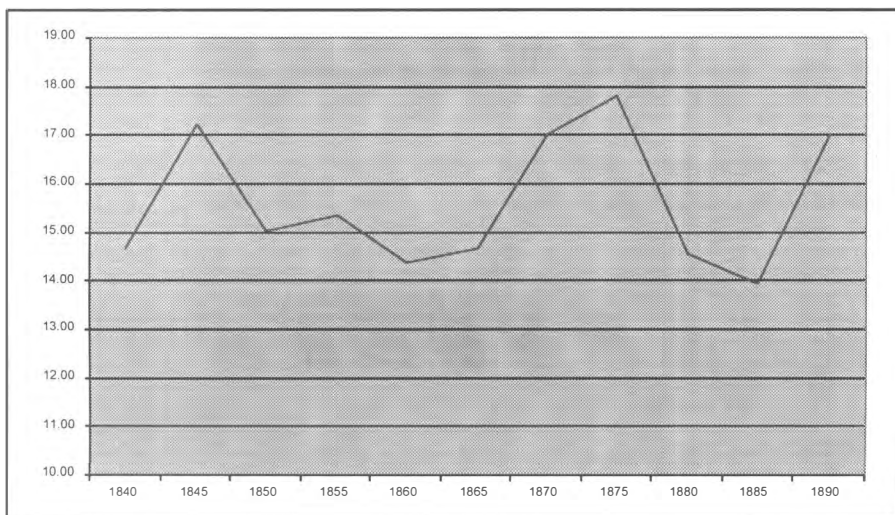
Durante 1850 e 1892 contabilizámos 3 552 baptismos, dos quais 851 foram bastardos, ao que corresponde um índice médio de 23,9 %. A série não é homogénea e por isso convém ser subdividida em dois períodos. O primeiro estende-se até 1874, onde a proporção de ilegítimos é mais significativa (c. 22 %), mesmo que em alguns anos esta tenha ascendido aos 35 %. O segundo período pode ser estabelecido para os anos que se seguem a 1874, quando o índice de ilegitimidade começa a registar várias quebras relativamente ao período anterior, situação bastante visível a partir de 1876 ¹².

Apesar destas proporções muito elevadas de bastardos, devemos esclarecer que são causa da intensa emigração masculina que afecta a população entre os 20 e os 44 anos e da fraca oportunidade das mulheres encontrarem noivo fora da freguesia ¹³. De qualquer modo, o elevado índice de ilegitimidade deriva directamente de uma população feminina em idade fértil com deficiente estruturação. Se tomarmos o exemplo da década de 1870, verifica-se que das 873 mulheres em período convencional de procriação, apenas 29,6 % estavam casadas, originando uma taxa de fecundidade ilegítima (T.F.I.) de 34 ‰, enquanto a taxa de fecundidade legítima é muito elevada – 254 ‰. Graças a esta desproporção numérica entre os estados civis, a taxa de fecundidade geral (T.F.G.) cifrou-se nos 88,2 ‰.

3.2 – A Mortalidade

A curva da taxa bruta de mortalidade regista uma oscilação entre os 13,9 ‰ e os 17,8 ‰, própria de um universo populacional escasso. O valor médio da série centra-se nos 15,6 ‰, mostrando que a mortalidade é bastante suave nesta freguesia, ao contrário da realidade da maior parte do continente português ¹⁴. Na realidade, a Ribeira Seca assistiu a uma descida considerável nos seus níveis de mortalidade durante a primeira metade do século XIX. Na última década de Setecentos a T.B.M. cifrava-se nos 21,8 ‰, valor que, já de si baixo, se vê reduzido na segunda metade do século XIX ¹⁵.

GRÁFICO 4 – TAXAS BRUTAS DE MORTALIDADE NA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA (1850-1890) (‰)



Quais as principais alterações verificadas ao nível desta variável entre os últimos anos de Setecentos e o último quartel de Oitocentos? Segundo as tábuas de mortalidade de 1799 e 1875, assistiu-se a um ganho considerável na esperança de vida à nascença (vide anexo 1), mesmo que o fenómeno migratório afecte de algum modo os resultados das tábuas. No primeiro caso uma criança aspiraria viver apenas 35,6 anos, enquanto outra, nascida na década de 1870, deveria viver 52,6 anos, ou seja um ganho de 17 anos.

As principais alterações verificaram-se ao nível da mortalidade juvenil e não às crianças com menos de um ano. De facto entre 1799 e 1875, a mortalidade juvenil, sofre uma descida na ordem dos 400 %, (função nq_1) enquanto a mortalidade infantil (nq_0) é ligeiramente superior em 1875.

De resto, enquanto em 1799 a linha nq_x continua a registar várias oscilações nas idades 15, 40 e 45, em 1875 verificamos que a mesma linha se reduz suavemente em 1875, denotando uma configuração muito próxima aos dias actuais.

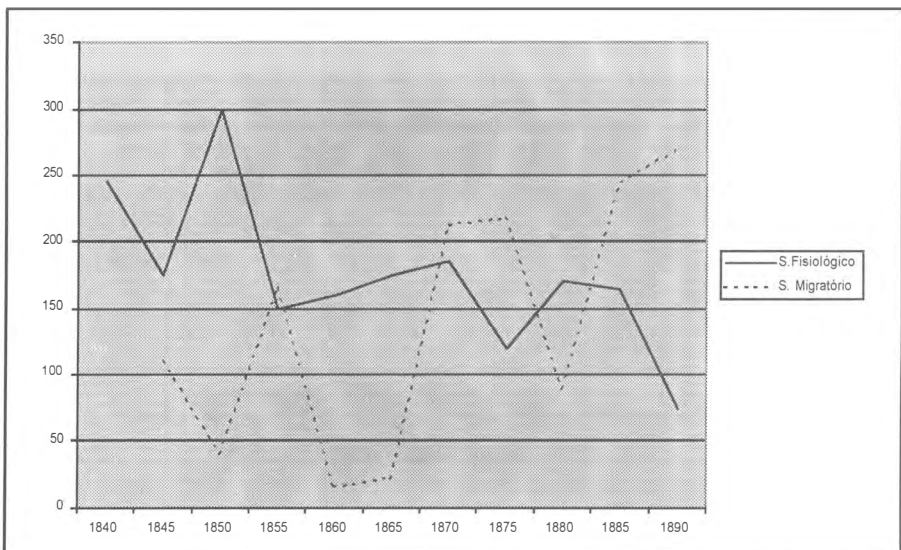
Em qualquer das alturas a Ribeira Seca possuía níveis de mortalidade baixos para a época, distanciando-se estes das taxas brutas de natalidade, ocasionando um crescer do saldo fisiológico. Este era em larga medida, solucionado por via da emigração, como veremos de seguida.

3.3 – Os Fenómenos Migratórios

Caracterizar a demografia desta freguesia, é em parte falar da emigração que se faz sentir com muita intensidade em regiões de baixa pressão demográfica e com uma geografia atípica à recepção de gentes.

Conforme mostra o Gráfico 5 temos um amplo saldo fisiológico que ronda os 175 indivíduos por cada quinquênio, embora esta cifra sofra mutações significativas, graças ao progressivo reduzir dos índices de fecundidade como vimos anteriormente.

GRÁFICO 5 – SALDOS FISIOLÓGICOS E MIGRATÓRIOS



Como consequência directa, o saldo migratório calculado através da equação de concordância regista, sem qualquer excepção, valores positivos.

Ao invés do saldo fisiológico, a emigração denota claramente uma tendência de crescimento, mesmo que sofra alterações pertinentes na década de 1860. Como se comporta o crescimento demográfico da freguesia perante tal situação?

Observemos os Gráficos 6 e 7.

GRÁFICO 6 – CRESCIMENTO POPULACIONAL E ESTIMATIVA SEM EMIGRAÇÃO

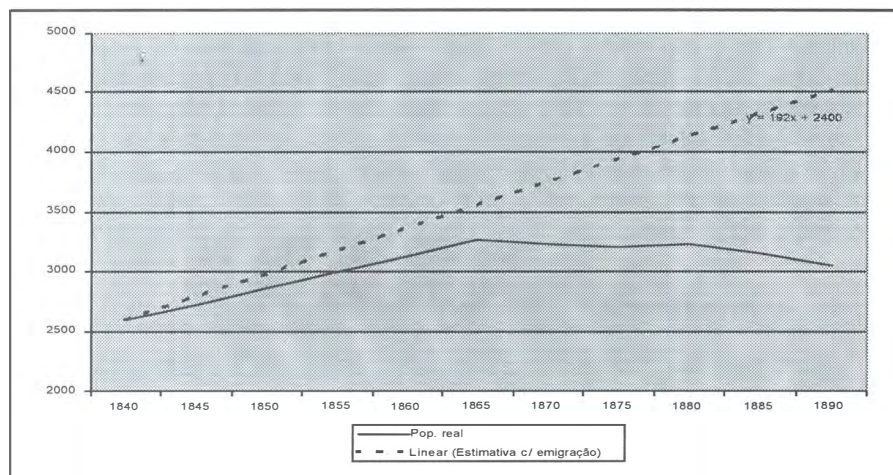
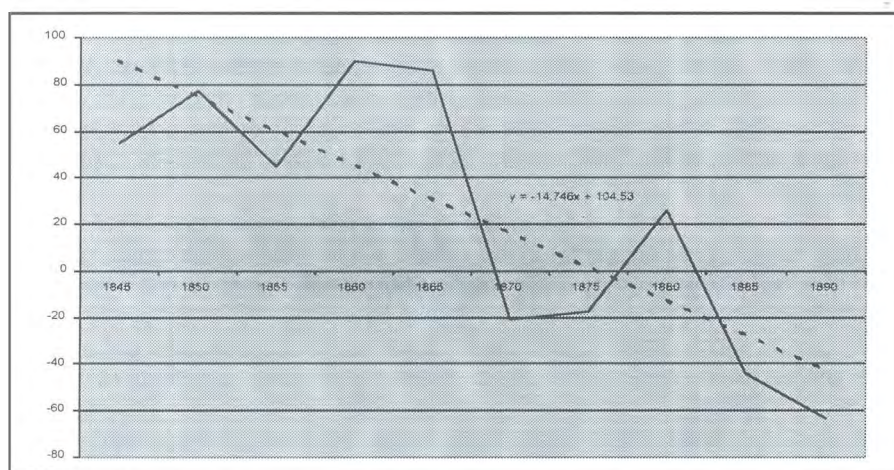


GRÁFICO 7 – TAXA DE ABSORÇÃO DO SALDO FISIOLÓGICO ¹⁶



Entre 1840 e 1865 assiste-se a um crescimento desmesurado da população que corresponde directamente a um período em que existe uma boa absorção do saldo fisiológico (c. 70,7 %). A partir desta data o fenómeno migratório conhece um novo surto,

mas a população da Ribeira Seca inicia um processo de estagnação. É o resultado directo da taxa de absorção do saldo migratório ser nula a partir de 1870 – a freguesia não só não comporta o crescimento natural como começa a perder indivíduos. Entramos então num longo período de progressiva despovoação, terminando com um «mundo cheio», algures alcançado em meados do século XIX.

Globalmente, sugerimos que perto de um milhar de efectivos tenha saído da freguesia nos 50 anos em estudo, ao que corresponde 74 % do valor do primeiro rol de confissão estudado. O Gráfico 6, mostra-nos bem essa realidade.

Como vimos, até 1865 o crescimento é francamente positivo mas sem nunca chegar a englobar todo o crescimento populacional. A partir desta data inicia-se lentamente o despovoamento, não obstante o saldo fisiológico continuar a ser amplamente positivo. Os resultados são claros: em 1892 a população cifra-se em 3054 efectivos, enquanto que se não considerássemos a emigração, deveria comportar cerca de 4 500 indivíduos. Os 25 anos subseqüentes a 1865, coincidem, portanto, com uma forte pressão sobre a terra, motivando uma sangria de gentes. Vejamos de seguida, como se processa o povoamento desta freguesia entre 1839 e 1875, período de amplo crescimento demográfico.

5 – O POVOAMENTO

Com base nos róis de confessados de 1839 e 1875 é possível conhecer a população no seu total, mas também nas várias localidades que compõem a freguesia. Durante estes 36 anos que coincidiram com um aumento extraordinário de efectivos, como se terá processado e reestruturado o povoamento?

De acordo com o Quadro IV podemos subdivir a freguesia em quatro grandes áreas (cf. Apêndice 2). A primeira situa-se entre até aos 300 metros na costa Sul, englobando cerca de 48 % dos fogos em 1875 e caracteriza-se por um povoamento relativamente disperso. Ainda na costa Sul, encontramos a área 2 (200-500 m), reunindo cerca de 16 % dos fogos e a área 3 (0-300 m – fajãs), com um peso populacional também modesto. Do lado norte, os habitantes apenas conseguiam ocupar a estreita extensão das fajãs, dispersas por toda a encosta, onde ainda hoje deparamos com um terreno muito dividido. As fajãs, algumas delas já abandonadas e com uma ocupação de tipo sazonal, reuniam, na mesma data, cerca de 21 % da população, tendo sido o palco privilegiado da expansão populacional.

A área 1, por excelência aquela que melhores condições de povoamento oferecia graças à suavidade do declive, foi desde sempre a mais habitada. Assitimos, porém a uma diminuição no número de residentes de 1839 para 1875, mesmo que a população no todo tenha subido. De facto, se na primeira data esta zona englobava 62,6 % da população, 36 anos mais tarde, reúne 48,3 % dos efectivos. Torna-se claro que a área 1, local privilegiado da ocupação humana se encontrava saturada na primeira metade de Oitocentos: o espaço que medeia entre 1839 e 1875 caracteriza-se por um crescimento na ordem dos 24 %, enquanto esta zona se pauta por um decréscimo de efectivos (c. – 4,7 %).

Quais terão então sido as áreas mais povoadas? Na costa Sul temos de considerar a zona 2, compreendida entre os 200 e os 500 metros, que vê os efectivos aumentarem em 104 %. De facto, em 1839 esta área contava apenas com uma localidade – o Portal, mas em 1875 já contém seis povoados. Os mais importantes são, sem dúvida, os três Lourais, situados acima dos 400 metros em zonas com relevo acidentado e fortemente condicionados pelos nevoeiros, mesmo durante o Verão.

QUADRO IV – POVOAMENTO DA FREGUESIA DA RIBEIRA SECA (1839-1875)

LOCALIDADES / ÁREAS	INDIVÍDUOS		PERCENTAGEM VARIÇÃO
	1839	1875	
Aveiro	58	50	- 13,6
Caminho Novo	207	188	- 9,2
Canada de S. Bartolomeu	130	136	4,6
Canada do Bica	49	37	- 24,5
Carregadouro	9	16	77,8
Entre Grutões	74	108	45,9
Grutão Seco	56	68	21,4
Latina	86	91	5,8
Lomba	—	19	—
Miradouro e Baía	56	34	- 39,3
Morro e Gança	105	75	- 28,6
Pela Ribeira Acima	274	186	- 32,1
Pojal	119	133	11,8
Ribeira da Pedra	55	49	- 10,9
Rua de Baixo	202	156	- 22,8
Silveira	37	99	167,6
Travessas	105	100	- 4,8
<i>Total (área 1) Costa Sul / 0-300 m</i>	1 622	1 545	- 4,7
Ferreira	—	16	—
Ginjal	—	23	—
Portal	270	251	- 7,0
Primeiro Lournal	—	56	—
Segundo Lournal	—	93	—
Terceiro Lournal	—	111	—
<i>Total (área 2) Costa Sul / 200-500 m</i>	270	550	103,7
Canário	509	359	- 29,5
Fajã dos Bodes	—	109	—
<i>Total (área 3) Costa Sul / 0-100 m</i>	509	468	- 8,1
Caldeira de Cima	—	57	—
Entre as Ribeiras	—	27	—
Fajã da Caldeira	116	135	16,4
Fajã do Belo	51	95	86,3
Fajã dos Cubres	24	97	304,2
Fajã dos Tijolos	—	42	—
Fajã Redonda	—	99	—
Sanguinal	—	86	—
<i>Total (área 4) Costa Norte / 0-100 m</i>	191	638	234,0
<i>Total Final</i>	2 592	3 201	23,5
<i>Costa Sul</i>	2 401	2 563	6,7
<i>Costa Norte</i>	191	638	234,0

A última zona de povoamento da costa Sul – a área 3, assiste a uma situação curiosa. Enquanto o principal povoado da freguesia, o Canário ou fajã dos Vimes, vê os seus efectivos reduzirem-se em cerca de 30 %, surge uma nova localidade – a fajã dos Bodes, com cerca de 111 efectivos em 1875. Na realidade a fajã dos Vimes, com uma área muito reduzida, comportava 509 indivíduos em 1839, número desproporcional aos recursos que podia oferecer. É natural que ao longo destes 36 anos, a sua população se tenha mudado para outros locais, como a própria fajã dos Bodes, ou mesmo para a zona 2 que já caracterizámos.

Por último resta analisar a única área de povoamento da costa Norte – a zona 4, constituída pelas várias fajãs que se estendem ao longo da costa, a zona mais sujeita ao incremento populacional. Em 1839 esta área detinha 7,4 % dos indivíduos, mas em 1875 já contém quase 20 % de toda a população. Trata-se de um crescimento desmesurado que implica o povoamento de parcelas de terra muito exíguas, encurralladas entre a montanha e o mar, e com um acesso por terra muito limitado. Actualmente um turista que queira visitar a fajã da Caldeira, terá de descer a fajã dos Cubres e entrar num trilho escavado na montanha, dispendendo energias durante uma hora. Se desejar ir de barco, terá de escolher um dia com boas condições atmosféricas e ir munido de uma tabela de marés, pois só poderá entrar na lagoa desta fajã com maré alta. Em 1875, a Caldeira possuía 135 habitantes, mas actualmente só podemos encontrar uma família com residência permanente.

No período que consideramos a área das fajãs do Norte irá crescer na ordem dos 324 %, como consequência directa da ocupação humana de cinco fajãs e do incremento acelerado dos Cubres (c. 304 %). Na realidade, a década de 1870 deverá ter coincidido com uma época de «mundo cheio» da freguesia, mas sobretudo das fajãs da costa norte. Actualmente só encontramos poucos habitantes nestas pequenas parcelas de terra, a maior parte delas já abandonadas como povoamento fixo, consequência da emigração e das violentas crises sísmicas.

Anteriormente, verificámos que o período compreendido entre 1840 e 1865 se pautou por um crescimento importante graças à absorção dos saldos fisiológicos. Pelo Quadro IV, vemos que nesses 36 anos existe um incremento de 609 efectivos e uma ocupação de doze novos lugares que englobam, em 1875, cerca de 738 pessoas.

6 – AS ESTRUTURAS FAMILIARES

Até agora caracterizámos a realidade demográfica da freguesia, mas não a sua estruturação familiar, uma das vertentes mais importantes da sociedade. Para tal, servimo-nos novamente dos róis de confissão de 1839 e 1875, que permitem classificar cada família segundo as relações entre o cabeça de casal e os restantes co-residentes.

Um dos principais problemas que se coloca, reside no elevado número de filhos ilegítimos, como vimos anteriormente. Estes irão causar repercussões na estrutura de várias famílias, fazendo com que a tipologia do Grupo de Cambridge se revele inoperante para a caracterizar. No caso português alguns autores, nomeadamente Robert Rowland, optaram por incluir as mães solteiras na tipologia de Peter Laslett, acrescentando a categoria 3e¹⁷. No presente caso, não nos é possível enveredar por tal via, pois dispomos de uma multiplicidade de configurações familiares ilegítimas. Como classificar uma família com uma avó solteira, uma filha solteira e uma neta dessa filha? Ou um casal com filhos solteiros, tendo estes por sua vez gerado filhos?

Efectivamente não conseguimos um encaixe da ilegitimidade na tipologia de Laslett, ao mesmo tempo que isso iria ensombrear a realidade familiar da Ribeira Seca. Não significa, naturalmente, que repudiamos tal modelo, pois este é ainda hoje incontornável por mais defeitos que possua. Por esta razão optamos, numa primeira fase, por classificar apenas os fogos com ilegitimidade, criando para tal uma categoria. Num plano posterior, tenta-se então um ajuste das situações de ilegitimidade na tipologia de Laslett.

QUADRO V – CONFIGURAÇÕES FAMILIARES COM SITUAÇÕES DE ILEGITIMIDADE ¹⁸

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	1839		1875	
6 – Configurações familiares «ilegítimas»	96	16,6	141	18,9
<i>Sem núcleo conjugal</i>	42	7,2	58	7,8
6a – Mães solteiras	25	4,3	38	5,1
6b – Pais solteiros	6	1,0	2	0,3
6c – Irmãos com alargamento descendente ilegítimo	8	1,4	12	1,6
6d – Avós solteiras com filhos solteiros e netos	3	0,5	6	0,8
<i>Agregados alargados</i>	54	9,3	83	11,1
6e1 – Família alargada completa com descendência	23	4,0	37	5,0
6e2 – Família alargada incompleta com descendência (cabeça viúvo/a	28	4,8	44	5,9
6f – Outras combinações	3	0,5	2	0,3
<i>Total de fogos</i>	580	–	747	–

Em ambos os anos vamos encontrar um número considerável de fogos com situações de ilegitimidade. Em 1839 existem 96 famílias com bastardos, subindo este número para 141 em 1875. Proporcionalmente ao total de agregados, verifica-se que em ambos os anos, as percentagens são muito similares – 16,6 e 18,9 %, graças ao aumento populacional.

Subdividiram-se as configurações segundo duas categorias: sem núcleo conjugal (42/58 casos) e agregados alargados (54/83 casos) estes possuindo, evidentemente, um núcleo conjugal. A primeira categoria respeita a famílias em que não existe matrimónio ou amancebamento em qualquer das gerações. A segunda categoria – agregados alargados – contém um núcleo conjugal, mesmo que o chefe de família seja viúvo/a, neste caso 6e2 deste núcleo conjugal e respectiva família nuclear (filhos ou filhas ambos solteiros), descendem por sua vez ilegítimos.

Esta classificação permite igualmente estabelecer dois tipos de ilegitimidade: aquela que é menos protegida pela família nuclear, como é o caso das mães solteiras e das irmãs com filhos bastardos, ou a que resulta de situações de desprotecção social derivadas da pobreza. Num outro nível – os agregados alargados – transparece uma certa

solidariedade familiar e aceitabilidade da situação: em vários casos um fogo poderia conter um casal, 4 a 5 filhas solteiras com um ou dois bastrados de cada uma.

Porém, há que evitar equívocos. Desconhecemos concretamente até que ponto uma mãe solteira residiu anteriormente com os filhos na casa dos pais. O rol da confissão apenas nos oferece uma imagem estática dos grupos domésticos e por essa razão estamos longe de delinear o ciclo de vida familiar.

Relativamente ao peso estatístico de cada uma das configurações, as mães solteiras (6a) ocupam uma posição importante (c. 26 %), mas longe de representarem a maioria destas configurações familiares. As restantes categorias «sem núcleo conjugal», englobam um número substancialmente inferior a estas.

Contra a imagem de uma ilegitimidade condenada e vergonhosa, impõem-se os «agregados alargados» (56,3 % em 1839 e 58,8 % em 1875), ilustrando a solidariedade familiar. A «família alargada completa com descendência [ilegítima]», (6e1) refere-se a núcleos em que o cabeça de casal não é viúvo; na «família alargada incompleta [ilegítima]», (6e2) o cabeça de casal é viúvo/a. Se bem que a diferença seja pouca, dadas as significativas proporções de casos 6e1 e 6e2, entendemos subdividi-las.

*

*

*

Após apresentarmos a categoria das configurações familiares ilegítimas, é pertinente tentar uma aproximação à categoria de Laslett. Deste modo, optámos por colocar as mães solteiras na sub-categoria 3e e os pais solteiros na 3f, única subdivisão criada. Os fogos «sem núcleo conjugal», foram incluídos na categoria 2b de Laslett (agregados não conjugais/Outros parentes), pois não os conseguimos enquadrar em qualquer outra categoria.

Os «agregados alargados» foram transpostos na íntegra para categoria 4 de Cambridge com idêntico nome. Na realidade julgamos que as famílias 6e1, 6e2 e 6f se devem integrar nas sub-categorias 4b. Um filho ilegítimo vivendo com os avós é considerado como um parente com laços descendentes, o equivalente a um sobrinho. Porquê tal interpretação?

Em primeiro lugar os filhos do cabeça de casal não se encontram casados e o facto de serem progenitores não significa que exista um núcleo secundário descendente, isto é, um fogo múltiplo. De facto, não existia amancebamento nesta freguesia, realidade confirmada por várias pessoas idosas que pudémos entrevistar. Mesmo que este fosse efectivo, seria decerto limitado em termos temporais; não estamos em crer que uma mulher solteira vivesse com os filhos, parceiro e pais no mesmo fogo, e a fazê-lo seria por pouco tempo¹⁹. Não obstante o surto de ilegitimidade, estamos perante uma freguesia onde impera a moral cristã tradicional, como podemos constatar pelo rol de 1875, onde apenas três pessoas da paróquia se não confessam.

Como se estrutura, então, a freguesia da Ribeira Seca, se adoptarmos a classificação dos grupos domésticos de Laslett?

A primeira observação que ressalta em ambos os anos centra-se na pouca mutabilidade das proporções de cada categoria, natural, pois a estrutura familiar não está sujeita a flutuações rápidas no tempo. As duas primeiras divisões, fogos isolados

e agregados não conjugais, apresentam um peso estatístico pouco relevante (c. 5 % e 6,5 %, respectivamente).

Os «agregados não conjugais», apresentam igualmente percentagens relativamente escassas (c. 4,5 %). De qualquer modo, assinala-se uma pequena redução dos fogos desta categoria no ano de 1875, tanto no que respeita a fogos constituídos por «irmãos», bem como por «outros parentes».

QUADRO VI – TIPOLOGIA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS SEGUNDO A TIPOLOGIA DE CAMBRIDGE

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	1839		1875	
	FOGOS	%	FOGOS	%
1 – Isolados	28	4,8	47	6,3
1a – Viúvos(as)	12	2,1	19	2,5
1b – Solteiros(as)	9	1,6	28	3,7
1c – Estado civil desconhecido	7	1,2	—	—
2 – Agregados não conjugais	45	7,8	44	5,9
2a – Irmãos	24	4,1	11	1,5
2b – Outros parentes	21	3,6	15	2,0
3 – Agregados simples	365	62,9	448	60,0
3a – Casal sem filhos	51	8,8	75	10,0
3b – Casal com filhos	240	41,4	275	36,8
3c – Viúvos com filhos	9	1,6	13	1,7
3d – Viúvas com filhos	34	5,9	45	6,0
3e – Solteiras com filhos	25	4,3	38	5,1
3f – Solteiros com filhos	6	1,0	2	0,3
4 – Agregados alargados	133	22,9	185	24,8
4a – Alargamentos ascendentes	31	5,3	50	6,7
4b – Alargamentos descendentes	69	11,9	115	15,4
4c – Alargamentos colaterais	16	2,8	13	1,7
4d – Alargamentos com combinações 4a + 4c	17	2,9	7	0,9
5 – Agregados múltiplos	—	—	—	—
6 – Indeterminados	9	1,6	23	3,1
Total	580	—	747	—

O grupo 3, constituído pelos «agregados simples» ou «conjugais», é de longe o mais representativo (c. 61,5 %), ilustrando o predomínio da família nuclear. Na realidade, a Ribeira Seca não foge à regra, pois a esmagadora maioria das freguesias portuguesas até agora estudadas, possui percentagens de «agregados simples», sempre acima dos 55-70 %. De qualquer modo, lembramos que esta categoria se encontra ligeiramente

empolada pelas famílias de mães solteiras; que representam cerca de 4,6 % nos dois anos em apreço, fazendo com que na tipologia «pura» de Laslett, os núcleos conjugais ascendam a 57 %, valor relativamente baixo no contexto português.

A estas percentagens relativamente baixas de fogos nucleares, vai corresponder directamente um número considerável de «famílias alargadas», o que em grande medida resulta da inclusão dos fogos com configurações ilegítimas na sub-categoria 4b (alargamentos descendentes). Em nosso entender, a categoria 4 de Laslett, salienta a solidariedade familiar, uma vez que os parentes ascendentes, descendentes ou até colaterais são integrados numa estrutura familiar que constituíram ou donde provieram numa ou noutra geração. Ao invés, os fogos isolados estão no extremo oposto: os viúvos ou solteiros não conseguem integração familiar num dado momento.

A maioria das famílias com alargamento ao núcleo conjugal respeita à categoria 4b, e relaciona-se com as configurações ilegítimas (entre 72 a 78 % do total de casos), como já havíamos referido. Mas os alargamentos ascendentes (4a), não deixam de deter importância estatística, ao englobarem uma média de 40 fogos em ambos os anos.

Face aos resultados expostos, não duvidamos que a realidade familiar da Ribeira Seca se fundamentava principalmente em agregados simples, englobando simultaneamente várias configurações de alargamento aos ascendentes e descendentes. Estes últimos, detendo percentagens maioritárias de fogos com ilegitimidade vêm, precisamente, reforçar o espírito de solidariedade social como uma das realidades da família nesta freguesia periférica no contexto do arquipélago e do Continente.

7 – CONCLUSÃO

Qualquer que seja a comunidade, a sua evolução demográfica implicará sempre um «jogo» entre a estrutura populacional e as variáveis micro-demográficas. Por este motivo, estamos frequentemente habituados a conhecer novas realidades, mesmo em períodos históricos bem delimitados.

Na época aqui caracterizada, a segunda metade de Oitocentos, a freguesia da Ribeira Seca conhecerá um importante surto migratório, proveniente de um saldo fisiológico preocupante e que se fundamenta nos baixos níveis de mortalidade. Reagirá de duas maneiras: numa primeira fase absorve parte desse saldo e então crescerá extraordinariamente. Porém as vicissitudes geográficas que fomos caracterizando, inviabilizaram que esse surto populacional fosse duradouro. A emigração torna-se ainda mais expressiva e, em dado momento, a freguesia chega a perder efectivos.

O fenómeno migratório vai causar marcas profundas na sociedade. É constituído principalmente por homens que não encontram meios de subsistência, e a sua escassez é o primeiro motor da ilegitimidade na freguesia.

Os bastardos constituem quase um quarto dos nascimentos da paróquia, algo que não pode passar despercebido na sua estruturação familiar. Quase 20 % das famílias lidavam de perto com este fenómeno, o qual não deveria constituir estigma para ninguém. Por isso, também a solidariedade familiar emerge como uma realidade incontornável, talvez como o «escudo humano», de uma zona profundamente rural e inóspita.

APÊNDICES

ANEXO 1

1 – TÁBUAS DE MORTALIDADE – 1799

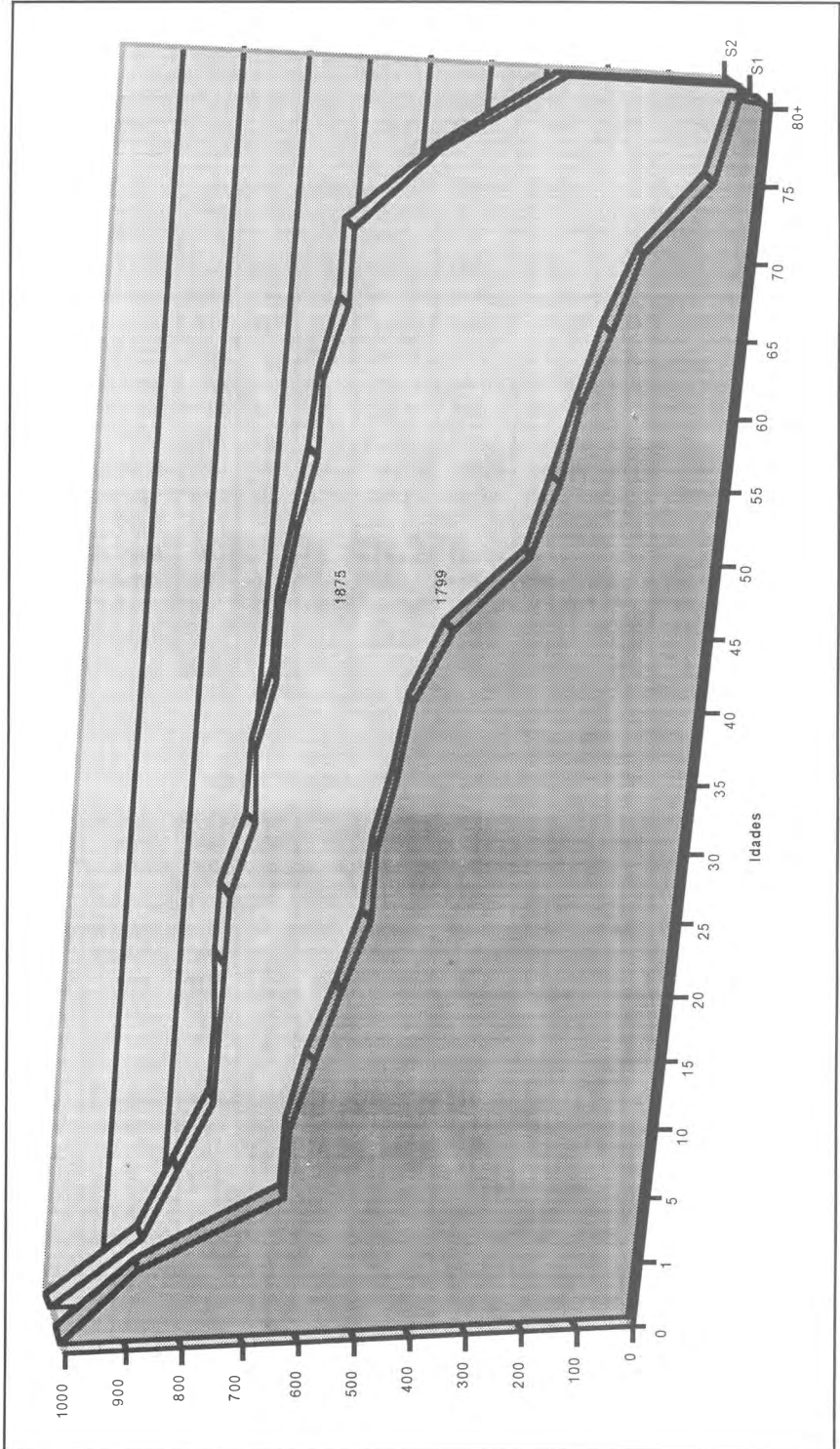
IDADES	MORTES	POP.	nmx	nqx	npx	lx	ndx	nLx	nPx	Tx	ex
0	12	91	0,13187	0,12371	0,87629	1000	124	895	0,0071643	33 305	33,31
1	21	264	0,07955	0,27451	0,72549	876	241	2 687	0,011732	32 410	36,99
5	—	262	—	—	1,00000	636	—	3 179	0,0125729	29 723	46,75
10	2	219	0,00913	0,04464	0,95536	636	28	3 108	0,0120737	26 544	41,75
15	3	204	0,01471	0,07092	0,92908	607	43	2 929	0,01133	23 437	38,59
20	2	160	0,01250	0,06061	0,93939	564	34	2 736	0,0107727	20 507	36,34
25	—	152	—	—	1,00000	530	—	2 650	0,0104584	17 772	33,53
30	2	180	0,01111	0,05405	0,94595	530	29	2 579	0,0100918	15 121	28,53
35	1	154	0,00649	0,03195	0,96805	501	16	2 467	0,0095292	12 542	25,01
40	3	133	0,02256	0,10676	0,89324	485	52	2 297	0,0083114	10 075	20,76
45	7	105	0,06667	0,28571	0,71429	434	124	1 858	0,0066522	7 778	17,94
50	2	91	0,02198	0,10417	0,89583	310	32	1 468	0,0055642	5 919	19,11
55	2	90	0,02222	0,10526	0,89474	277	29	1 314	0,0049475	4 452	16,05
60	2	71	0,02817	0,13158	0,86842	248	33	1 160	0,0042578	3 137	12,64
65	3	67	0,04478	0,20134	0,79866	216	43	969	0,0031541	1 978	9,17
70	5	30	0,16667	0,58824	0,41176	172	101	608	0,001793	1 008	5,86
75	2	22	0,09091	0,37037	0,62963	71	26	289	0,0008017	401	5,65
80+	2	13	0,15385	1	—	45	—	112	—	112	2,51

1 – TÁBUAS DE MORTALIDADE – 1875

IDADES	MORTES	POP.	nmx	nqx	npx	lx	ndx	nLx	nPx	Tx	ex
0	13	81	0,16049	0,14857	0,85143	1000	149	874	0,0081729	54 503	54,50
1	5	290	0,01724	0,06667	0,93333	851	57	3 213	0,0141356	53 629	62,99
5	4	326	0,01227	0,05952	0,94048	795	47	3 855	0,0151838	50 416	63,44
10	—	334	—	—	1,00000	747	—	3 737	0,0149473	46 561	62,30
15	—	266	—	—	1,00000	747	—	3 737	0,0149473	42 824	57,30
20	—	248	—	—	1,00000	747	—	3 737	0,0147743	39 088	52,30
25	2	211	0,00948	0,04630	0,95370	747	35	3 650	0,0144283	35 351	47,30
30	—	171	—	—	1,00000	713	—	3 564	0,0141532	31 700	44,48
35	1	172	0,00581	0,02865	0,97135	713	20	3 513	0,013949	28 137	39,48
40	—	155	—	—	1,00000	692	—	3 462	0,0137499	24 624	35,57
45	1	176	0,00568	0,02801	0,97199	692	19	3 413	0,0134638	21 162	30,57
50	1	180	0,00556	0,02740	0,97260	673	18	3 319	0,0131824	17 749	26,37
55	—	115	—	—	1,00000	655	—	3 273	0,0128366	14 430	22,05
60	1	104	0,00962	0,04695	0,95305	655	31	3 196	0,0126293	12 158	17,05
65	—	124	—	—	1,00000	624	—	3 119	0,0117927	7 962	12,76
70	6	122	0,04918	0,21898	0,78102	624	137	2 777	0,009462	4 843	7,76
75	8	81	0,09877	0,39604	0,60396	487	193	1 954	0,0041312	2 066	4,24
80+	14	78	0,17949	1	—	294	—	112	—	112	0,38

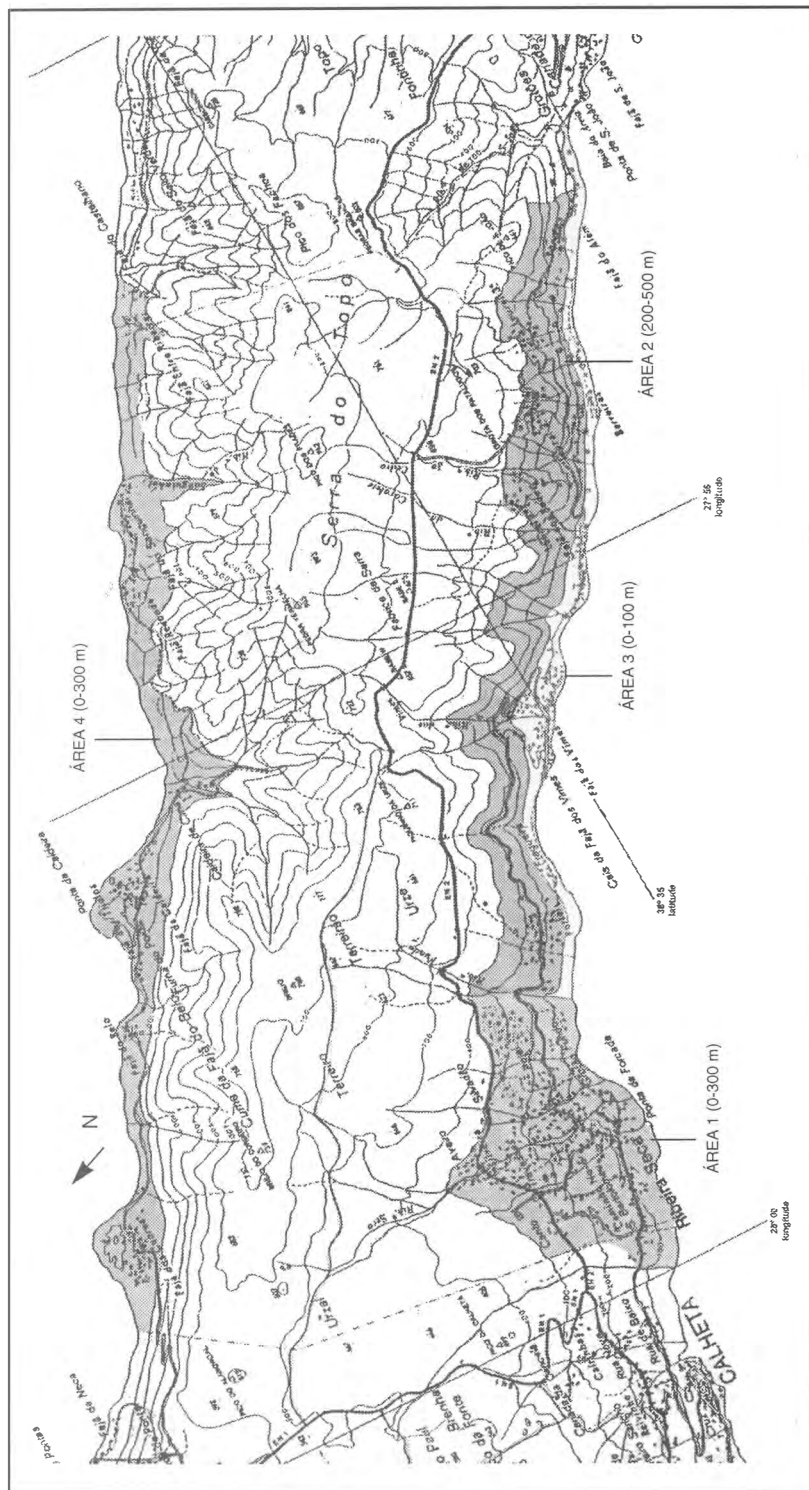
NOTA – Fórmulas com base em Joaquim Manuel Nazareth, *Introdução à Demografia. Teoria e Prática*, col. Fundamentos n.º 8, Lisboa, Presença, 1996, pp. 141-144.

2 - EVOLUÇÃO DOS SOBREVIVENTES NAS IDADES EXACTAS (1799 E 1875). FUNÇÃO LX



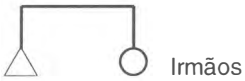
APÊNDICE 2

2 – FREGUESIA DA RIBEIRA SECA CONCELHO DA CALHETA, SÃO JORGE – ÁREAS DE POVOAMENTO EM 1875

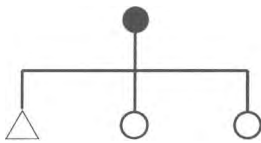


3 – PICTOGRAMAS (Fogos de 1875 e 1879)

CHAVE

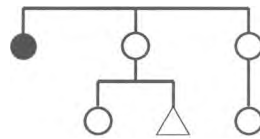


Tipo 6a – Fogo 36

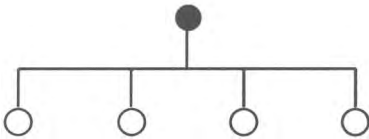


Fogo 519

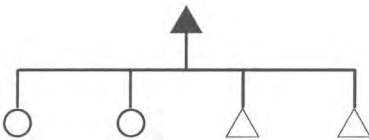
Tipo 6c – Fogo 86



Fogo 297

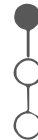


Tipo 6b – Fogo 575

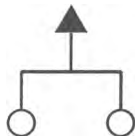


Fogo 308

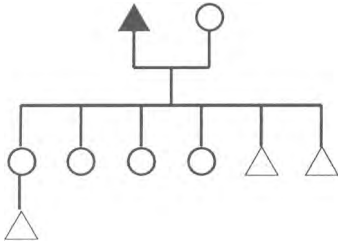
Tipo 6d – Fogo 157



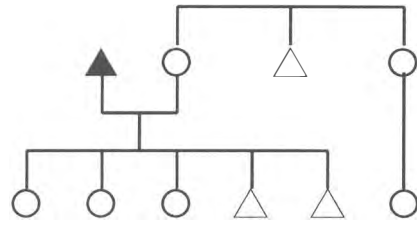
Fogo 708



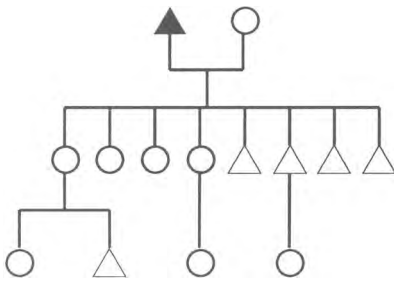
Tipo 6e₁ – Fogo 271



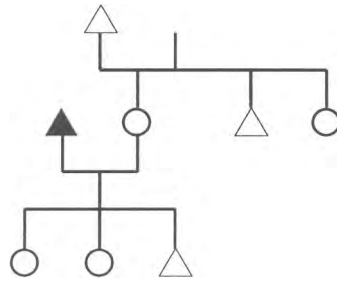
Tipo 6f – Fogo 389



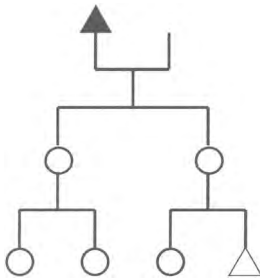
Fogo 319



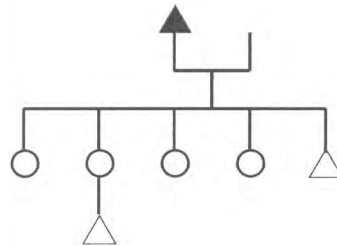
Fogo 741



Tipo 6e₂ – Fogo 244



Fogo 555



NOTAS

- ¹ «Cópia do rol de confissão da freguesia parochial de San Thiago [...] 1839», Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (B.P.A.A.H.), Capitania-Geral, *População*, maço 5, documento avulso. «Rol da confissão dos fregueses de San Thiago [...] 1875», Arquivo Paroquial da Igreja de São Tiago (Ribeira Seca) (A.P.I.S.T.).
- ² Mapa cartográfico da freguesia da Ribeira Seca, escala 1:50000. Elaborado pelo Instituto Geográfico e Cadastral, actualizado em parte por Gerhard Alm.
- ³ A.P.I.S.T., *Óbitos 1835-1860, 1860-1910; Baptismos 1850-1875, 1875-1910* (Livros de resumo).
- ⁴ Arquivo da Assembleia da República, *Cadernos eleitorais*, «Caderno eleitoral da freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta em 1874». Agradecemos ao Doutor José Reis Leite as facilidades concedidas na consulta deste documento.
- ⁵ Para a elaboração deste gráfico servimo-nos dos seguintes valores: 1839 – «Rol da Confissão [...] 1839»; 1864 – Censo da População do Reino de Portugal no 1.º Dezembro 1864, Lisboa, Imprensa Nacional; 1875 – «Rol da Confissão [...] 1875»; 1879 – «Rol da Confissão [...] 1879»; 1890 – Censo da População do Reino de Portugal no 1.º Dezembro 1890 (1896), Lisboa, Imprensa Nacional.
- ⁶ Na realidade o ano de 1879 marca um movimento duradouro de declínio populacional, o qual podemos acompanhar pelos recenseamentos decenais do século XX. Actualmente esta freguesia comporta sensivelmente 1500 indivíduos, segundo os dados do último recenseamento da população.
- ⁷ Ambas as pirâmides foram elaboradas a partir dos róis de confissão. Por esta razão o primeiro escalão (0-4) mostra-se subavaliado, pois engloba tão só os nascimentos até 31 de Maio, altura em que estas fontes eram produzidas.
- ⁸ Esclareça-se que a estrutura etária feminina também revela desajustes, provavelmente motivados por movimentos migratórios.
- ⁹ Esta questão será abordada no subcapítulo «mortalidade», em que se apresentam tábuas de mortalidade.
- ¹⁰ Neste recenseamento cerca de 90 % dos eleitores são discriminados como «proprietários». Com base no rol de 1875, verifica-se que esses mesmos indivíduos são na maior parte dos casos, camponeses, lavradores, carpinteiros, ou até marítimos.
- ¹¹ A T.F.G. corresponde ao número de nascimentos médios sobre o total da população feminina em idade fértil (por convenção a faixa 15-49). Para obtermos os valores mencionados, utilizaram-se os róis de confissão de 1839 e 1875. Em ambas as décadas (1850 e 1870) utilizámos os valores dos róis de confissão e recenseamentos, encontrando-se a média de efectivos através da *análise de regressão*.
- ¹² A questão da ilegitimidade nesta freguesia já foi por nós tratada no estudo «Emigração, níveis de riqueza e mães solteiras: A ilegitimidade na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge (1850-1892)» Ponta Delgada, Arquipélago – Ciências Sociais n.º 11, 1998, pp. 347-392. Neste artigos procurámos caracterizar o fenómeno de acordo com os comportamentos demográficos, os níveis de riqueza de cada agregado e as repercussões dos bastardos na estruturação familiar.
- ¹³ A título de exemplo, na década de 1870, 74,3 % dos casamentos realizaram-se com homens da freguesia. O segundo local de fornecimento de noivos é a ilha de São Miguel (c. 6 %), e não quaisquer das freguesias limítrofes de São Jorge, pois também estas possuíam relações de masculinidade muito fracas. Cf. Paulo Lopes Matos, *ob. cit.*, p. 362.
- ¹⁴ Sobre este assunto consulte-se a obra de Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM, 1996. Em 1900, a T.B.M. do Continente cifrou-se nos 20,34 ‰, valor significativamente superior ao da freguesia em apreço.

¹⁵ Cf. o nosso estudo «A População da Ilha de São Jorge na Última Década de Setecentos, in *O Fail e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998 (anexo).

$$^{16} \left[1 - \frac{SF - (P_n - P_0)}{SF} \right] \times 100 \quad \text{ou} \quad \frac{P_n - P_0}{SF} \times 100 \quad \text{sendo:}$$

P_0 – População no momento x , P_n – População no momento y e SF – Saldo fisiológico no período $n = (y - x)$.

¹⁷ Cf. Robert Rowland, «Âncora e Montaria», 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros das companhias de orfananças», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, 2-3, 1981, pp. 199-244.

¹⁸ Cf. Anexo 3 (Pictogramas).

¹⁹ Cf. *Notas Estatísticas da Paróquia de San Thiago* (A.P.I.S.T.). Segundo esta importante parte, existiam cerca de 8 indivíduos «escandalosamente amancebados», na década de 1870. Por aqui se verifica que os amancebamentos são escassos e controlados pelo pároco (estes indivíduos não deixam de cumprir os preceitos da desobriga).

PATULEIA E JUNTA DO PORTO

HOMENS E AMBIENTES¹

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ABSTRACT

This article evokes the civil war of 1846-1847 in Portugal and its role in the definition of political principles and in the historical memory.

1 – Dizia Teófilo Braga que a comemoração dos centenários constituía uma «síntese afectiva», aludindo ao processo de identificação que sempre implica a escolha dos acontecimentos ou dos agentes históricos a assinalar. Essa afectividade não se pode escamotear relativamente ao sesquicentenário da Patuleia, comemorado em vários pontos do País e, por maioria de razão também aqui no Porto, em cujas representações se diluem imagens contraditórias mas que têm sempre por pano de fundo uma ideia de força popular, de indignação cívica, de soberania nacional. Na história política do País, e na da cidade do Porto em particular, a revolta da Patuleia assume um lugar paradigmático pelo que representa de vontade e de impotência, de anseios e de condicionamentos internos e externos, numa história vivida e apreendida com o sacrifício individual e colectivo, com a ampla e sofrida participação dos agentes políticos que na altura eram considerados pelo sistema com um estatuto eleitoral de passivos.

E, já que estamos no plano da afectividade, permitam-me que dedique ao historiador portuense António Álvaro Dória as palavras que aqui estou a proferir, em homenagem à sua obra «Movimentos políticos do Porto no século XIX», um belíssimo fresco histórico que passa em revista todos os grandes acontecimentos políticos da cidade que a mitificaram como «cidade libertadora» e «cidade da liberdade»². Uma obra corajosa, produzida em conjuntura difícil, estrategicamente publicada em vários números do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto no ano de 1958 (o ano do «furacão eleitoral Delgado»). Trabalho fundamental nesta área mas frequentemente esquecido e em cuja reedição valeria a pena pensar, até para mostrar que o Norte tem história, tal como tem doutrina, o que falta é edição e leitura.

2 – Há cento e cinquenta anos, mais precisamente a partir de 9 de Outubro de 1846, o Porto tornava-se o epicentro de um autêntico levantamento nacional contra o poder instituído, qual vulcão que se reacende após alguns tempos de apaziguamento. De facto, depois da insólita, surpreendente e caótica rebelião camponesa da Primavera desse ano, a que se dá o nome de Maria da Fonte, em reconhecimento da forte componente feminina que a incorporou, e quando tudo parecia encaminhar-se para o restabelecimento da normalidade política, eis que se volta ao princípio – à agitação, à discussão e à luta armada em torno do poder liberal recém-instituído.

A «amalgama classista» em que se transformara o nosso liberalismo inicial, para utilizarmos uma expressão de J. S. Silva Dias³, deixava vir ao de cima a dificuldade de fusão e de consenso, com a fractura a ceder pela linha entre os adeptos da soberania nacional e os defensores da outorga constitucional, apenas argamassados pelo frágil equívoco do juramento de fidelidade a uma rainha jovem que depressa revelara tendências autocráticas, num ambiente a que não faltavam factores erosivos, como o saudosismo miguelista ou a prática caceteira e antiparlamentar do governo de Costa Cabral.

E se amalgama havia nas relações de força da sociedade liberal, ela não podia faltar no levantamento nacional que desde os inícios de 1846 avassalava o País, a partir desse movimento de características populares armado de foices e roçadouras desencadeado no Minho. Movimento agitado por um «cocktail» explosivo onde se caldeavam oposições contra a reforma fiscal, contra as leis sanitárias, contra a falsificação eleitoral, contra o esvaziamento parlamentar, contra o autoritarismo genérico do poder sediado em Lisboa, tudo temperado pela acção guerrilheira e tiradas de oratória sagrada de uns tantos padres miguelistas (de que o melhor exemplo é o célebre Padre Casimiro José Vieira, auto-intitulado «Defensor das Cinco Chagas») e as tentativas de controlo político por parte do radicalismo setembrista. O dispositivo político cabralista não era ajustável em vários domínios ao feixe de processos que a revolução liberal desencadeara, nomeadamente no campo básico da representação política, por isso confluíam no combate forças heterogéneas.

Daí a problemática sempre renovada pela historiografia recente, as divergências interpretativas e as acentuações de diferentes pontos de vista na caracterização genética do levantamento, cujos acontecimentos estão genericamente bem documentados⁴. Desde logo emerge uma questão fundamental: há ou não continuidade entre o levantamento da Primavera e o do Outono de 46? Para uns, a questão arruma-se essencialmente de forma cronológica, a que supostamente corresponderiam diferentes naturezas políticas: o movimento da Primavera, na sua pureza inicial, é designado por Maria da Fonte; o, sintomaticamente, movimento do Outono é a Patuleia. E para a Maria da Fonte haveria a considerar duas fases, a primeira genuinamente popular, a segunda já condicionada por organizações políticas locais e que emerge com a constituição de Juntas um pouco por todo o País, com arranque em Vila Real. Outros autores preferem falar de duas «patuleias», uma anterior à Junta do Porto e marcada pela acção das diversas juntas regionais, outra que se desenvolve a partir da Junta do Porto, que age como órgão coordenador nacional na medida em que se apresenta como Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, numa clara tentativa de rentabilizar a memória histórica portuense, ligando-se com esta designação ao protagonismo vintista, memória a que os setembristas estavam particularmente atentos, não se podendo esquecer que foi da pena de Passos Manuel e de Almeida Garrett, então ministros, que saíra, em 14.01.1837, o decreto que crismava o Porto de *Invicta*, título a acrescentar aos de «antiga, mui nobre e leal».

Qual a importância de chamarmos para aqui este problema da continuidade vs. mudança? Conforme a perspectiva, o protagonismo político do Porto, ou melhor, dos setembristas portuenses coligados com outras facções anti-cabralistas, muda de configuração. Se aceitarmos uma relativa autonomia entre os dois movimentos, o protagonismo portuense sai reforçado, na medida em que retoma a iniciativa política de que tinha tradições, iniciando uma nova fase de guerra civil, numa altura em que as outras forças regionais já teriam abdicado do combate. Se acentuarmos a perspectiva da continuidade, a acção desencadeada a partir do Porto configura-se antes como a emergência de uma

nova e oportuna frente de combate, que antes não fora possível mobilizar, inserindo-se portanto num mais amplo e coordenado movimento político, estruturado sobre as redes políticas setembristas e as sociabilidades maçônicas que gizam uma estratégia político-militar mais consistente, limpando-a mesmo dos radicalismos, descoordenações e inconseqüências populistas da primeira fase. Sublinhemos que o Porto foi uma das poucas cidades onde se não constituira qualquer «junta» na fase da Maria da Fonte, facto que evidenciava a influência cabralista que ali ainda dominava alguns redutos importantes – com o relevo óbvio da maioria dos associados da Associação Comercial do Porto (instituição em grande medida co-responsável pelo golpe de 27 de Janeiro de 1842 que levou à restauração da Carta Constitucional e ao cabralismo).

Se estabelecermos a sequênciã de alguns acontecimentos, a última tese conspiracionista ganha credibilidade:

- Na sequênciã das movimentações iniciais, os Cabrais saem do governo, falhada a missão discricionária de José Cabral (irmão de Costa Cabral), com poderes para demitir autoridades e restabelecer a ordem. A recomposição governamental, tentada com cabralistas, não sossega os ânimos, o que só aconteceu com um novo governo mais ordeiro e liderado pelo duque de Palmela, que prometeu eleições para 11 de Outubro, conseguindo com isso a dissolução (que não o desarmamento) das Juntas, para o que desenvolveu negociações com Passos Manuel, que, frente à Junta de Santarém, procurava liderar o movimento popular.
- A 5 de Outubro, os setembristas, na perspectiva duma vitória eleitoral, apresentam um programa «incendiário» (redigido por José Estevão, um dos derrotados da revolta de Torres Novas, de 1845) que prometia a revisão da câmara dos pares infestada de cabralistas e pontos idênticos ao da revolução setembrista de 1836, com cortes constituintes e eleições directas, mexidas no funcionalismo e reduções no exército, reconsideração dos contratos feitos com o Estado desde 1842, etc., facto que desinquietou por completo as forças ligadas ao cabralismo.
- A Rainha D. Maria, que no novo quadro político veria a sua acção bastante estrangida, apoiada nos sentimentos dos cartistas que viam todos os seus interesses postos em causa, desenvolve o golpe da «emboscada» de 6 de Outubro para evitar as eleições que deveriam dar a maioria setembrista. Nomeia Saldanha, manda o duque da Terceira ao Norte como seu lugar-tenente com poderes discricionários para manter a ordem, e faz uma proclamação onde reafirma a intocabilidade da Carta Constitucional e a legalidade da situação política anterior.
- Na reunião camarária do Porto, de maioria setembrista, a 9 de Outubro, José Passos lê o comunicado do governo, indigna-se, levanta-se e terá afirmado «Vou fazer a revolução!»! Em poucas horas levanta a cidade, tocam todos os sinos a rebate, os quartéis aderem ao levantamento, vai ao Palácio do conde de Terena dialogar com o duque da Terceira para o fazer regressar, acabando por o levar preso para o castelo da Foz, a pretexto da pressão popular. Porém, mais do que a acção pessoal de José Passos, tão enfatizada por Teixeira de Vasconcelos e Oliveira Martins, terá sido decisiva na agitação popular o papel da imprensa desse dia, com *O Nacional* a dar as notícias da Corte, aludindo ao empossamento de Saldanha como «a revolução cabralista» e a difundir a doutrina setembrista para que afinal fora criado em plena Maria da Fonte (25.5.1846)⁵.

– A 10 de Outubro estava constituída a Junta Provisória⁶, presidida pelo general Conde das Antas, sendo Passos vice-presidente e o operacional efectivo, já que o general assumiu as operações militares no terreno.

É crível que José Passos tomasse a iniciativa se não houvesse uma preparação, ou pelo menos uma prevenção prévia, dada a sua conhecida ligação afectiva e política ao irmão Manuel e a sua implicação setembrista? Ou seja, se não houvesse uma trama conspiratória bem alicerçada no terreno? A imagem burlesca de um José Passos, voluntarista e ingénuo a correr as ruas e a proclamar a revolução, conforme a descrição martiniana, não tem sentido, a não ser numa perspectiva anedótica ou romanceada da história.

De qualquer modo, o Porto vai viver uma fase épico-burlesca ao longo de oito meses, segundo os relatos da época. A Junta vai começar por fazer uma representação à rainha, cuja leitura evidencia a doutrina veiculada pelo periódico *O Nacional*, que a 10 de Outubro proclamava:

«A Rainha está coacta, O marechal Saldanha impôs-lhe um ministério. O Duque de Palmela foi retido no paço para assinar o decreto do novo ministério. A contra-revolução é completa»⁷.

Com base em pressupostos idênticos, a representação da Junta acusa o governo e pede a sua demissão, justificando a prisão do duque da Terceira pela indignação sentida pela cidade, vivida como uma invasão, pelo que as acções desencadeadas tiveram em vista apenas evitar a anarquia.

O governo de Lisboa respondeu com a força, o consorte real assumiu o comando do exército e a rainha a plenitude dos poderes de Estado, a guerra civil estava desencadeada. A partir de agora havia dois governos: o de Lisboa, assumido pela Rainha, e o do Porto, protagonizado pela Junta. A maioria das antigas juntas da Maria da Fonte reorganizam-se e aderem à Junta do Porto, o mesmo fazendo as figuras nacionais gradas do Setembrismo, de que bastará citar o exemplo de Sá da Bandeira.

Foram oito meses de combates e gerrilhas, com vitórias e derrotas, e a surpresa de uma posterior aliança assumida entre setembristas e miguelistas, depois do desastre militar de Torres Vedras (23.12.1846) para os patuleias, conseguindo estes que os velhos generais absolutistas que controlavam algumas províncias das Beiras se colocassem ao serviço da Junta. A guerra civil estendeu-se a todo o país, embora não tenha penetrado na cidade do Porto, onde os setembristas, temendo um novo cerco reabilitaram e ampliaram as velhas linhas de defesa e onde mantinham um número considerável de militares. O Barão do Casal, que chefiava as tropas governamentais, apenas rondou a cidade mas nunca se atreveu a atacá-la, dirigindo-se para outras localidades, onde deixou um rasto de violência e de morte sobre populações indefesas. Também Saldanha, que conhecia o Porto pela sua anterior passagem pelo cerco de 1832-33, nunca conseguiu descolar de Oliveira de Azeméis, onde o seu exército acampara.

O governo da Junta ficou estabelecido na Casa Pia (actual governo civil), decidindo formalmente sempre em nome da Rainha (que de Lisboa combatia a Junta), não conseguindo a Junta ultrapassar esta ambiguidade e assumir de forma explícita a responsabilidade da Soberana nos acontecimentos, por não querer pôr em causa o seu papel, já que muitos lhe tinham jurado fidelidade, quando em criança a figura carismática

de D. Pedro lhe guiava o destino. Só o fantasmagórico *Espectro*, jornal clandestino redigido por Rodrigues Sampaio, publicado a partir de 16 de Dezembro de 1846 e distribuído afrontosamente na capital e na Corte, ousava equacionar a questão política fundamental – a da abdicação. Era uma linha que Rodrigues Sampaio desenvolvia desde o panfleto de 23 de Outubro, «O Estado da Questão», de que vale a pena transcrever alguns parágrafos⁸:

«Estão em luta, estão em presença dois princípios rivais – o popular, o revolucionário com toda a seiva da vida, com todos os elementos da ordem, com todas as condições de governo, com todas as esperanças do país, e o governo pessoal com todas as tendências retrogradadas, com todas as inclinações do despotismo, com todas as pretensões individuais, querendo dominar e corromper o corpo eleitoral, avassalar o parlamento, e assenhorear-se dos destinos da nação».

(...) O rei pode assistir à luta dos partidos sem entrar nela – deve-o fazer. A sua missão não é descer à estacada, não é atihar os ódios, acender as vinganças, é acalmá-los e dar o prêmio ao vencedor. O rei que lança a sua espada na concha de uma das balanças dos partidos não é rei constitucional, é um faccioso. O rei só tem um termómetro que o guie – é a maioria parlamentar filha de uma eleição verdadeiramente nacional.

(...) A conspiração da tenebrosa noite de 6 de Outubro foi obra da corte – o governo pessoal triunfou aí do governo revolucionário que o país tinha instituído: o país reagiu e vai intimar à corte facciosa a sua vontade soberana.

(...) O paço é incorrigível – conspira sempre. Não acreditamos na coacção. Uma rainha que se declara seis meses coacta cada ano não é rainha – uma rainha cujo governo é uma teia de Penélope está julgada – condenando todo o sistema, fulminando todos os seus homens, acaba por se condenar a si própria.

(...) Ou a revolução há-de sucumbir, repetindo-se a bacanal de 6 de Outubro, acabando o governo representativo e sucedendo-lhe o pessoal, ou a rainha deve abdicar, separando-se inteiramente dos negócios públicos com o seu marido e com o mestre Dietz, aos quais se devem umas poucas de revoluções e o estado de anarquia em que se acha o país. Esta abdicação espontânea será o único acto racional do reinado da sr.^a D. Maria II.

Ao radicalismo de alguns, correspondia no entanto a Junta com moderação, não colocando em questão o trono. Lembremos que já em Maio Passos Manuel tinha conseguido deter a marcha popular que se dirigia para a capital, o mesmo Passos que anos antes afirmara que seria suficiente cercar o trono de instituições republicanas. Tibiezas de românticos, diziam os mais afoitos, entre os quais germinavam já ideias republicanas.

Para governar, a Junta, apesar da sua discricção, precisava de receitas, procurando arrecadar a renda fiscal, com relevo para a Alfândega (a vaquinha que rendia bem, na gíria de José Passos), e recorrer aos empréstimos forçados sobre o Banco Comercial do Porto (uma forma de pôr os cabralistas, principais dirigentes e clientes do Banco, a financiarem a revolta) e sobre a Caixa Filial do Banco de Portugal (cujas notas para serem válidas eram

de novo carimbadas); e cria-se mesmo uma Casa da Moeda, no ex-convento de Monchique e depois arsenal do exército liberal, para o qual se requisitam mesmo maquinas de falsificadores de moeda depositadas na polícia e onde se produziram os célebres «patacos da Patuleia». O jornal *O Nacional* vai tornar-se o órgão oficial da Junta, ali se imprimindo editais, proclamações e ordens, e o ambiente, naturalmente, adensou-se, com a imprensa cabralista a recolher-se ao silêncio e a multiplicar-se a de afinidades setembristas. Quantos cabralistas não ansiavam pela sempre adiada entrada das tropas do Barão do Casal na cidade?! Um cabralista ferrenho como o Conde de Ferreira viu-se verdadeiramente enclausurado na sua casa da rua do Bonfim durante os oito meses da Patuleia, pagando pessoalmente ao comandante da Guarda Nacional para protecção pessoal, vendo, mesmo assim, a casa assaltada três vezes. O reconhecimento ao comandante foi tal que ao fazer o testamento, cerca de vinte anos mais tarde, ainda lhe deixou em herança uma avultada quantia⁹.

Nos meios setembristas avultava a militância de industriais e artistas a que se juntaram os principais lentes industrialistas da Academia Politécnica (José Vitorino Damásio, Luís Soares, Parada Leitão ocuparam altos cargos no exército patuleia). Os batalhões de artistas eram normalmente os mais aguerridos na sua militância setembrista, o que não admira dado que a publicação da célebre Pauta proteccionista de 1837 era atribuída a Passos Manuel, que deste modo ocupava no imaginário industrial um lugar de defensor do trabalho nacional. Alguns industriais, organizam batalhões com os próprios operários, como aconteceu com Francisco Rocha Soares, o dinâmico empresário da célebre fábrica de cerâmica de Miragaia, facto que muito contribuiu para levar a empresa à falência. Outros, estrategicamente, libertam os operários e ampliam a participação feminina nas fábricas, facto que acontece particularmente nas têxteis por esta altura. De notar que os industriais, para além das razões gerais contra os cabralistas, sentiam ainda a obstrução sistemática do governo na tentativa de organização da sua «associação industrial», idealizada em 1838 e com sucessivos requerimentos de legalização ignorados.

3 – Em que resultou toda esta mobilização? A Inglaterra, em cujo parlamento e na imprensa havia uma expressiva simpatia pela Patuleia, depois de algumas tentativas frustradas de mediação, foi gradualmente aceitando os princípios da intervenção armada de forma a assegurar o trono e a não perder a sua influência sobre Portugal em favor de Espanha. Para isso muito tinha contribuído a intervenção diplomática de Costa Cabral a partir de Madrid, onde passou a ser embaixador de Portugal após o governo da «emboscada», como forma de o manterem afastado de Portugal, e onde arranjou cumplicidades com o governo espanhol, agitando o fantasma do miguelismo para pedir a intervenção estrangeira com base no Tratado da Quádrupla Aliança estabelecido em 1834, solicitando frequentemente a intervenção espanhola. Depois de novas tentativas de conciliação, representantes dos quatro países (Portugal, Inglaterra, Espanha e França) combinam a 21 de Maio de 1847 em Londres a intervenção armada em Portugal.

A 31 de Maio, a frota inglesa, acompanhada de uma fragata espanhola, bloqueava a saída do Conde das Antas que, com dois mil homens, deveria desembarcar em Peniche, numa última tentativa para apressar o desenlace e evitar a intervenção. Fazendo-o prisioneiro, atiraram desde logo ao mar as munições e muitas armas, e os navios portugueses, custodiados pelos ingleses, seguiram para Lisboa, rumo à fortaleza de S. Julião onde as tropas patuleias ficaram detidas. Simultaneamente, tropas espanholas ocuparam várias praças da fronteira portuguesa, com relevo para as tropas do general

Concha que entrando por Bragança chegam ao Porto a 30 de Junho. No dia anterior, já derrotada a Junta, assinara-se a Convenção do Gramido, pela qual a Junta se via obrigada «a confiar a sorte do País à boa fé dos governos aliados» e a admitir tropas espanholas em Gaia e no Porto, com os ingleses a ocuparem o castelo da Foz, enquanto a ordem não fosse restabelecida.

Embora houvesse amnistias (28-4 e 15-7 de 1847) e fosse organizado novo governo, os patuleias desmoralizaram, com muitos a abandonarem os lugares do exército e a política. Os cartistas voltavam à cacetada de desforra, rasgavam na rua os jornais patuleias. Depois de vários ajustamentos governamentais e de uma profunda crise financeira, a encaixar já na crise geral que assolava a Europa, os cabralistas voltarão ao poder, em 1848, pela via eleitoral, e pouco depois ao governo (18.6.1849), depois de mais uma breve passagem de Saldanha. Para mais alguns escândalos e por pouco tempo, pois, entretanto findo o setembrismo, gerar-se-á o movimento regenerador que congrega antigos desavindos (saldanhistas e patuleias) contra o novo cabralismo. Será mais uma vez do Porto que vai sair a resolução do problema, com o golpe de Estado de 24 de Abril de 1851 que dá início à regeneração, assim baptizado na festa de 28 realizada no Teatro de S. João, marcando um novo tempo político, em que as dissensões se afrontam apenas através da luta partidária por via eleitoral, afinal, como diz Pierre Bordieu, uma «forma sublimada de guerra civil»¹⁰, numa lógica de mobilização pacífica do maior número.

4 – Que balanço? Os juízos históricos não são nada favoráveis aos dirigentes da Patuleia, que chegaram a ter a vitória ao seu alcance e a não souberam merecer, num exemplo típico do «jogo duplo» em que o verbo radical se alia a comportamentos de conservação do mundo social. Neste aspecto Oliveira Martins, por exemplo, é demolidor, acusando a Junta de «pedir auxílio a um povo cuja soltura receia; de querer os revolucionários sem a revolução; de apelar para as plebes, para ficar burguesa; de proclamar a democracia e ao mesmo tempo um respeito oficial à rainha, que injuriava em particular e por vontade queria ver derrubada, necessitando por política mantê-la no trono – mas coacta, de uma verdadeira coacção, e não suposta, como a alegada no Manifesto e em que ninguém acreditava»¹¹.

Mas no campo de forças e de lutas que a política constitui, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. A memória da Patuleia, essa luta do «pata-ao-léu» na expressão irónica de Camilo, na sua derrota alimentará o mito da vontade popular espezinhada e a necessidade da sua redenção. Depois das novas desilusões partidárias com regeneradores e progressistas, chegará a vez dos republicanos evocarem a épic da Patuleia. Em 1885, fazia-se assim propaganda republicana, numa amálgama da memória histórica em que o discurso político se torna na expressão de um campo de ressentimentos:

O patuleia foi outrora o camponês ousado que deixou a choupana e veio alistar-se nas fileiras dos que combatiam em favor da pátria e dos direitos da nação, tantas vezes usurpados pela realeza; patuleia foi outrora o tribuno ilustre que nos cômícios populares, nos clubes e nas praças públicas, levantava com sua palavra eloquente as massas entusiasmadas contra o trono despótico; foi o jornalista independente que arriscava a sua vida escrevendo panfletos e artigos incendiários que não eram mais do que a pura expressão da indignação pública contra as arbitrariedades de uma rainha rebelde; patuleia, finalmente, foi outrora aquele que deixou a

sua casa e família e andou de armas aos ombros, defendendo por esses montes e aldeias a santa causa da liberdade.

*(...) A Maria da Fonte não sai hoje da sua choupana, senão para abrir vida nova, mas com outras bases, com instituições opostas às actuais. A sua foice talvez a estas horas esteja bem afiada, mas para correr com todos os partidos monárquicos que lhe tem desonrado a bandeira; e para proclamar a república, ou o governo do povo pelo povo, o verdadeiro e legítimo governo da democracia*¹².

NOTAS

¹ Texto base da conferência proferida na Biblioteca Pública Municipal do Porto, a 16 de Outubro de 1996, integrada no ciclo comemorativo dos 150 anos da Patuleia. Trabalho no âmbito do projecto PCHS/C/HIS/1008/95, patrocinado pela JNICT.

² António Álvaro Dória – *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX* – separatas do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 1958.

³ Cf. J. S. Silva Dias – «A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes» – in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 1.ª vol., Lisboa, Sá da Costa, pp. 21-25.

⁴ Para uma introdução, além da bibliografia citada ao longo do texto, cf. Damião Peres (coord.) – *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, 1935; Joel Serrão (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1981; Padre Casimiro – *Apostamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte Finda a Guerra em 1847*, Lisboa, Rolim, s/d (com prefácio de José Manuel Sobral); José Capela/Rogério Borralheiro – *A Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso – Novos documentos para a sua História*; Maria Manuela Tavares Ribeiro – *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990; Luisa Tiago de Oliveira – «A Maria da Fonte e a Patuleia», in *Ler História*, n.º 16, pp.159-174. Teófilo Braga – *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983; Victor de Sá – *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1969; António Reis (coord.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. 1, Lisboa, Alfa, 1990; Maria de Fátima Bonifácio – *História da Guerra Civil da Patuleia*, Lisboa, Estampa, 1993; Biblioteca Pública Municipal do Porto, *A Patuleia – catálogo dos documentos manuscritos que pertenceram a José da Silva Passos*, Porto, 1909 (reed. 1996); José Capela – *A Revolução do Minho*. Braga, Governo Civil, 1996.

⁵ Cf. A. Carmo Reis – «O poder na imprensa no Porto Romântico», in *Revista de História*, pp. 291-350.

⁶ A Junta era constituída por: Conde das Antas, presidente; José da Silva Passos, vice-presidente; António Dias de Oliveira, Sebastião de Almeida e Brito, Justino Ferreira Pinto Basto, Conde de Resende, Barão de Lordelo, António Luís de Seabra, Francisco de Paula Lobo de ávila, vogais, embora três tenham recusado (Oliveira, Resende e Lordelo).

⁷ Cf. A. Carmo Reis – *ob. cit.*, p. 310.

⁸ António Rodrigues Sampaio – «O Estado da Questão», in *O Espectro*, nova edição conforme o original, Lisboa, 1880.

⁹ Cf. Jorge Fernandes Alves – *Percursos de um brasileiro do Porto – O Conde de Ferreira*, separata da Revista da Faculdade de Letras, 2.ª Série, Vol. IX, Porto, 1992.

¹⁰ Pierre Bourdieu – *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1994, p. 174.

¹¹ Oliveira Martins – *Portugal Contemporâneo*, 3.º volume, Lisboa, Guimarães Editores, 1953, p. 95.

¹² José de Arriaga – «A Maria da Fonte», in *A Folha Nova*, 06.08.1885.

UNIFORMOLOGIA

O JOGO DA APARÊNCIA E DA REALIDADE

Sérgio Veludo Coelho

ABSTRACT

This article is an extract from a mastership thesis about military uniforms during 1848 and 1892 (the Regeneration period) and it tries to present and analyse some theoretical concepts about Uniformology as well as its importance as an auxiliary science for Military History studies and for the better understanding of History in general.

INTRODUÇÃO

Este pequeno artigo faz parte da nossa dissertação de mestrado que incidiu sobre os figurinos militares da Regeneração, num período cronológico entre 1848 e 1892. Neste artigo, analisamos e introduzimos a problemática da teorização da uniformologia, uma ciência auxiliar, não tão simples e prosaica quanto possa parecer e que cremos ser de inegável importância para o estudo da História Militar e de vários aspectos da História em geral. Tivemos presentes as dificuldades de uma temática vasta e tão pouco estudada neste país no âmbito da História Militar. Optámos pelo estudo e pesquisa dos vários planos de uniformes e legislação sobre fardamento, decretados nas Ordens do Exército dentro do período referido. Confrontámo-los com a imprensa institucional, neste caso a Revista Militar e a Revista de Infantaria. Assim, as nossas fontes traduziram-se em cinquenta anos de Ordens do Exército, assim como um período similar de publicação da Revista Militar, entre 1849 e 1906. Embora a Revista de Infantaria só se comesçasse a publicar em 1898, encontrámos lá referências pertinentes ao plano de 1892, justificando-se assim a sua inserção no trabalho. Foi a possibilidade de realizar o confronto entre a

aparência e a realidade das estruturas uniformológicas que ditou a sequência cronológica deste trabalho.

A pesquisa da documentação, da bibliografia e da iconografia levou-nos à biblioteca do Museu Militar do Porto (M.M.P.) e ao Arquivo Histórico Militar de Lisboa (A.H.M.L.), que assiduamente frequentamos. Os documentos encontrados forneceram-nos dados e informações aliciantes, que nos fizeram modificar a nossa visão sobre a uniformologia. Na verdade, esta não se resume apenas aos cortes, feitios e cores, mas abrange toda uma rede mais vasta de efeitos sobre o soldado, o seu quotidiano e a guerra, tal como a moda civil o faz sobre o Homem e a sociedade.

Estruturalmente a dissertação está dividida em vários capítulos, cronológicos, que estudam então a composição e evolução uniformológica entre 1848 e 1892, não esquecendo a comparação com modelos estrangeiros e o contexto histórico. Por isso, socorremo-nos bastante da bibliografia estrangeira existente sobre uniformologia e História Militar, o que nos ajudou a estabelecer modelos comparativos entre a realidade externa e a realidade nacional. A uniformologia, para ser entendida na sua essência, não pode estar arredada do campo da História Militar e da História em geral.

No fim de cada capítulo, optámos por introduzir a iconografia respeitante à documentação oficial, como os planos de uniformes e as Ordens do Exército a eles relacionados. Essa iconografia (geralmente gravuras a preto e branco, à excepção do plano de 1885), não entrou na paginação do trabalho, permanecendo na sequência da documentação original ou na cronologia do texto. Por questões de metodologia, mantivemos as numerações originais de todas as gravuras.

No fim do trabalho, existe ainda um anexo iconográfico colorido, que embora possua algumas figuras a preto e branco, pretende ilustrar o contexto teórico e geral das matérias estudadas. As gravuras, representativas da uniformologia portuguesa e estrangeira, provêm de diversas fontes, como o Arquivo Histórico Militar de Lisboa, o Museu Militar do Porto e várias publicações dos séculos XIX e XX, referenciadas nas legendas das estampas.

Achámos pertinente a descrição cuidada dos sistemas de armamento, dada a sua relação e interacção com o uniforme. No entanto, não introduzimos iconografia específica sobre o armamento, por limitações de espaço e de tema. Tal não impede, contudo, que em muitas das gravuras aqui incluídas sejam visíveis alguns dos armamentos associados aos uniformes, nas respectivas épocas.

Essas mesmas limitações de espaço, tempo e de tema levaram-nos a deixar de lado a área específica das condecorações, tema esse que mereceria um trabalho à parte.

A importância do uniforme e do seu estudo liga-se à própria evolução da arte da guerra e dos sobressaltos da História. À medida que a tecnologia militar se desenvolvia e as táticas evoluíam, também os uniformes passavam gradualmente da elegância esplendorosa para os actuais sistemas miméticos de camuflagem.

O desenho dos uniformes militares, no passado, parecia estar arredado de todos os conceitos de conforto e ergonomia. Só nos inícios do século XIX tais factores começaram a ser levados em conta, mesmo no que se refere à moda civil em geral. A necessidade ditou que os uniformes tivessem cores disruptivas, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, quando foram introduzidas mortíferas novidades no campo de batalha. Foi a pólvora sem fumo, o cada vez maior alcance das armas ligeiras e pesadas, o fogo automático, os novos explosivos, que obrigaram as tropas a diluírem-se no terreno. No Somme e em Verdun, em 1916, foram as primeiras e sangrentas lições desta nova

forma de fazer a guerra. Centenas de milhares de mortos, franceses, ingleses e alemães, chacinados por algumas dezenas de metros de frente, provaram que a infantaria já não podia carregar impunemente sob o fogo de metralhadoras e artilharia pesada, sendo obrigada a definhar dias a fio em trincheiras fétidas.

Mas até pouco antes, a cor, o corte, o estilo e mesmo a elegância do uniforme eram a marca distintiva do ofício de soldado. Isto não impedia que os uniformes fossem concebidos de maneira a oferecer protecção contra golpes ou estocadas de armas brancas. Na Idade Média, a armadura, parcial ou completa, cumpria esta função. Mas para o soldado de infantaria era extremamente difícil usar o pesado lorigão de cota de malha ou armaduras integrais, apanágio dos cavaleiros. A partir do século XV, a infantaria, que ressurgiu como corpo disciplinado e eficaz (refiram-se os famosos alabardeiros suíços e os tercios espanhóis), equipa-se com pequenas couraças de torso ou vestuário grosso, feito com materiais resistentes como couro espesso e camadas de tecido reforçado. Contudo de pouco lhes servia contra setas e virotões de besta, e muito menos contra projecteis de armas de fogo. Assim estas couraças e vestuários reforçados foram caindo em progressivo desuso, até aos fins do século XVII, quando o mosquete e o arcabuz, aliados à artilharia, começaram a decidir a sorte dos exércitos em combate.

Ao longo do tempo, o uniforme, além de peça de vestuário militar, preencheu capazmente múltiplos e variados objectivos. Serviu para distinguir o militar do civil, embora a moda e alguns caracteres destes dois mundos tão distintos se tocassem e não raras vezes se influenciassem. No entanto, esta distinção criava e mantinha uma auréola mista de rudeza e exuberância, reputação tradicionalmente associada ao homem de armas. Este efeito acentuou-se quando o uniforme começou a ser usado não somente para distinguir o soldado em geral, mas para diferenciar regimentos e outros tipos de unidade entre si.

Quando, na Europa, os regimentos de infantaria e cavalaria eram formados a expensas próprias da grande aristocracia, esta era usualmente a criadora dos uniformes das suas próprias unidades, alcançando-se níveis de exotismo e exuberância a roçar a excentricidade (SCHICK, 1993, p. 6). A centralização estatal dos exércitos nacionais levou à uniformização da aparência do soldado, mas não impediu que as unidades de milícias e de voluntários, muitas vezes desvinculadas de regras e imposições ministeriais, também criassem os seus próprios fardamentos, igualmente exuberantes. Esta situação era exemplar no exército dos Estados Unidos onde, por volta de 1880, os regimentos de voluntários ostentavam uma aparência profundamente inspirada no estilo prussiano. As unidades de primeira linha pautavam-se por uniformes discretos que pouco haviam mudado desde a Guerra da Secessão (NICHOLSON, 1973, p. 53).

Também uma aparência intimidatória, acessória à própria constituição física do soldado, podia ser criada pelo uniforme. Assim, nos exércitos europeus, durante os séculos XVIII e XIX, era comum nos corpos de granadeiros, para além da grande estatura do soldado, o uso de altos e volumosos gorros de pele de urso, típicos da *Grande Armée* napoleónica, ou coberturas em forma de mitra como as usadas pelos exércitos britânico, prussiano ou russo. Adicionado a estes acessórios, verificava-se ainda o uso de uniformes com ombreiras largas e polainas até meio da coxa, que com um calçado pesado conferiam ao indivíduo uma aparência ainda mais corpulenta, enfatizada quando integrado em compactas colunas de infantaria ou cavalaria.

Mais recentemente, o uniforme reflecte um ponto de vista pragmático e, simultaneamente, desencantado da vida militar. Desde a Guerra dos Boers até hoje, tornou-se

menos importante distinguir regimentos uns dos outros, sendo a ocultação das tropas um factor fulcral no campo de batalha. Seja a selva, a floresta europeia, o deserto ou zonas urbanas, qualquer um destes ambientes exige ligeireza e mobilidade, características fundamentais do uniforme moderno (Mollo, 1993, p. 7).

O CONTEXTO TEÓRICO DA UNIFORMOLOGIA

Os uniformes e o vestuário militar em geral possuem um elevado valor histórico e também artístico. Dada a escassez frequente desses materiais, representativos de momentos ou períodos da História, devem ser considerados bens valiosos do Património Histórico-Militar, assim como os acervos documentais, iconográficos e artísticos com esta matéria relacionados.

Pode-se definir como uniforme militar, o vestuário próprio e específico que, por via da legislação, concessão, hábito ou moda, foi usado por diferentes exércitos durante a História.

Criou-se assim uma diferenciação entre o vestir na sociedade civil e o da instituição militar, baseada em alguns factores:

- Como resposta à exigência social de distinguir os membros de um colectivo, que estaria ao serviço de um Estado, ideologia, religião ou poder económico.

- Pela necessidade de distinguir, num campo de batalha, as tropas de um exército e os seus inimigos.

- Como consequência directa da própria actividade militar, recheada de incomodidades e sobretudo riscos.

- Como sinal externo de disciplina e organização da estrutura e sociedade militares, principalmente tomando em conta o factor económico, já que é obviamente vantajoso aplicar critérios gerais e sistemáticos na atribuição (dotação) de uniformes e equipamentos padronizados. Uma correcta aplicação destes princípios, tem reflexos positivos nos factores eficácia e desempenho.

O conceito de uniforme apareceu em finais do século XVII, solidificou-se ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, tornando-se um atributo da transição da Idade Moderna para o período contemporâneo, no que respeita à instituição militar.

Durante todo este tempo, o uniforme vai evoluindo através de diversos factores:

- Por razões funcionais e práticas, adequando a sua forma, cor e materiais utilizados na confecção, às condicionantes ambientais e climatéricas, mais a necessidade de adaptação ao combate, às táticas e estratégias militares e à própria evolução do armamento. São vectores que irão ser analisados ao longo deste trabalho.

- Pelas circunstâncias políticas, sociais e económicas, tanto ao nível interno do Estado como ao nível externo, que influem, muitas vezes de forma decisiva, na adopção de figurinos ou de cânones estéticos. Estes podem-se harmonizar de acordo com uma ideologia específica, similar às das potências que detêm a hegemonia em dado momento histórico, casos da França, Inglaterra ou Prússia.

- Pela evolução das técnicas e indústrias têxteis, assim como o surgimento e aplicação de novas fibras e materiais para confecção de fardamentos.

– Pelas interações entre a moda civil e o vestuário militar, cuja relação se torna um facto pela adopção de figurinos militares pela sociedade civil, ou vice-versa.

Desde um ponto de vista historiográfico, do estudo da uniformidade como o conjunto do vestuário militar, podem-se extrair uma série de parâmetros, os quais são de interesse essencial, para compreender de maneira conceptual o significado do uniforme militar e a sua relação directa com a História e a sociedade.

Esses parâmetros podem surgir em cinco pontos básicos:

– O nível de legislação, entendendo-se uma maior ou menor corrente de decretos e outros tipos de emanações oficiais, que estabelecessem normas, estruturas, figurinos ou equipamentos, assim como decretos que exigiam o cumprimento de disposições anteriores que teriam sido pouco ou nada respeitadas, ou seja, ordens do exército onde se incluíam planos de uniforme e onde também se regulamentava o uso e atavio dos mesmos.

– O nível de cumprimento das legislações e acatamento prático do que era decretado. As tentativas sucessivas de uniformizar eficientemente o Exército Português são frequentemente ignoradas, mesmo durante a segunda metade do século XIX, dando origem a vários decretos e ordens do dia, impondo a disciplina de uso do uniforme. Um dos alvos deste tipo de situações era a própria oficialidade que, por variadas razões, se furtava frequentemente a usar os seus uniformes, ou submetendo-os a variações, ao gosto dos caprichos ou luxos ostentatórios de cada um.

– A diversidade dentro da uniformidade, significando uma maior ou menor diferença entre vários tipos de unidades. No caso português, e para o século XIX, a diversidade cingiu-se às variações de golas, canhões, forros e vivos, existindo um elevado índice de padronização dos designados grandes uniformes (parada, campanha e manobras), cingindo-se às cores azul ferrete e castanho pinhão (panos saragoça). É claro que não referimos as variações nas coberturas de cabeça, correames, armamento e outros tipos de equipamento.

– A funcionalidade do uniforme, que se define como a adaptação do mesmo ao serviço e ao campo de batalha. A racionalização do uniforme e consequente funcionalidade pode ter a sua origem no abandono dos combates em ordem cerrada, mercê do desenvolvimento dos sistemas de armas e correspondente aumento do poder de fogo. A funcionalidade dos uniformes do Exército Português foi alvo de muitos e variados artigos de natureza crítica em publicações institucionais, como a Revista Militar ou a Revista de Infantaria.

– A aceitação social do uniforme seria um valioso ponto de análise, ficando como ponto de referência para futuros estudos, dada a sua importância no contexto da história social e das mentalidades.

O UNIFORME COMO OBJECTO DE ESTUDO

Em primeiro lugar, o uniforme é reflexo de uma época, com as suas condicionantes sociais, políticas e económicas. Através da análise do contexto uniformológico, podem-se extrair aspectos importantes de dados momentos da História, das crises e do quotidiano. O uniforme é também reflexo de um passado, um testemunho material e simultâneo da natureza agressiva do Homem, como também um retrato de costumes sociais, de status ou de progresso tecnológico.

A articulação dos grupos sociais determina a tomada de consciência e o encadeamento das mentalidades dominantes (absolutismo, liberalismo, republicanismo), criando estruturas onde se inclui a sociedade militar. Esta, vai ver reflectido no uniforme diversas características que traduzem os conceitos acima referidos. A relação do uniforme com a história das mentalidades constrói-se com a visão que uma sociedade tem de si mesma: as características, os gostos, as influências. Estes factores, através das práticas sociais e de poder, determinam os desenhos, as formas e as cores dos uniformes. Por exemplo, em 1764, quando Lippe reorganiza o Exército Português, introduz a cor base dos fardamentos até 1904 – o azul ferrete – que provavelmente teria equivalência ao azul dos uniformes prussianos, num período cronológico muito semelhante.

A uniformologia, como ciência auxiliar da História Militar, e esta da História, é igualmente essencial para o estudo da evolução da moda e do vestuário.

A CLASSIFICAÇÃO DOS UNIFORMES MILITARES EM TERMOS DE FUNÇÃO

De acordo com a função e com o uso, os uniformes dividem-se em vários recortes e denominações, evoluindo consoante as épocas e os conceitos de utilidade. Tal pode dar origem a dois grupos globais de função:

a) Uniformes de representação e de estatuto, cujo uso se vincula aos actos de gala, de sociedade ou ao serviço nas altas instâncias das forças armadas. Este tipo de uniforme, de características quase exclusivas, destinava-se a ser usado por pessoas reais ou altos dignitários de poder e respectivos cargos de acessoria.

Para além destes, toda a classe de oficiais superiores, desde marechais a brigadeiros, usava uniformes exclusivos que, embora baseados nos figurinos elementares, se distinguiam por uma maior e mais luxuosa profusão de adornos. Estes adornos variavam desde intrincados bordados em galão de ouro até às agulhetas de prata ou ouro, com cordões de seda e o tradicional chapéu armado com vários tipos de penacho.

Em Portugal, durante o século XIX, não se criou nenhum corpo específico de guarda real, sendo para esse efeito mobilizadas unidades do exército de linha, tanto de infantaria como de cavalaria, com particular incidência após a Guerra Civil de 1832-1834. Dessas unidades são exemplos: o Regimento de Voluntários da Rainha, o Regimento de Granadeiros da Rainha, o Regimento de Lanceiros da Rainha e o Regimento N.º 2 de Caçadores da Rainha. Estes corpos nunca se fardaram de maneira peculiar para estas funções, à excepção dos Granadeiros da Rainha, que se limitaram a usar um modelo exclusivo de barretina. Por isso, podemos afirmar que, no exército de linha, o uniforme de representação se limitou maioritariamente aos postos de poder e superiores da instituição militar.

b) Os uniformes funcionais pretendiam-se menos luxuosos e mais cómodos, o que nem sempre acontecia. Deviam estar aptos para o combate e para o serviço diário nos quartéis. Neste grupo, de mais vasto alcance, incluem-se os uniformes de campanha e combate, que com a devida ornamentação serviam igualmente para as paradas e que no século XIX eram classificados de grande uniforme.

Para instrução, serviços, marchas e trabalho, existiam os fardamentos designados de pequeno uniforme e que, no caso português, consistiu durante muito tempo nos

bonés ou barretes de caserna, na sobrecasaca ou na jaqueta, no jaquetão e calças de *brim* de algodão. Este tipo de uniforme acumulou, com frequência, algumas das tarefas destinadas ao grande uniforme, como poderemos verificar ao longo deste trabalho. A documentação oficial e institucional apontava frequentemente esta situação, imprimindo-lhe por vezes um carácter negativo, principalmente em publicações como a Revista Militar.

Estes tipos de uniformes, não são estanques e, segundo tradições instituídas, os fardamentos de ontem são ainda, em alguns casos, usados hoje como uniformes de representação. São exemplos os uniformes de gala do Colégio Militar ou os casacos *raglan* dos oficiais gerais, cujo feitiço remonta ao plano de uniformes de 1885, continuando estes a ser em azul ferrete.

Em termos gerais, a uniformologia, quando passa à análise técnica e prática, deve contemplar alguns pontos essenciais. Para tal, há que dividir o uniforme nos elementos que o compõem e estudá-los separadamente, para posteriormente integrá-los num contexto mais abrangente, adaptando a sequência e os elementos às respectivas épocas.

É possível a seguinte ordem básica, adaptável à primeira metade do século XIX:

Chapéu armado
 Barretina
 Boné de caserna
 Farda
 Sobrecasaca
 Jaqueta
 Capote
 Calças
 Calçado e acessórios
 Armamento

Esta ordem aplica-se especificamente ao período entre 1848 e 1856. A partir do plano de uniformes de 1856, a ordem modifica-se pela substituição da farda pelo casaco e a abolição da sobrecasaca. A sequência manter-se-á até 1885, com a adição do *raglan*, e a partir daquela data, com o plano de uniformes que irá introduzir o capacete e o dolman à prussiana.

Como apontamento, referimos que as condecorações, pela sua importância institucional, simbólica e artística, são inerentes ao uniforme. No entanto, a condecoração é um reflexo material das acções e dos méritos do soldado. Ao longo das épocas, este tipo de adornos evoluiu nas formas e nos objectivos, e além de premiar o mérito, independentemente do critério, acabava por simbolizar regimes, ideologias ou instituições. Por questões de tempo e de espaço, a temática da condecoração não irá ser desenvolvida dentro do contexto deste trabalho, mas mereceria um estudo aturado e profundo no futuro.

AS FONTES DOCUMENTAIS E ICONOGRÁFICAS – Um contexto geral

A análise de um uniforme militar não pode ser levada a cabo sem dados fiáveis e seguros, embora surjam lacunas de difícil ou impossível resolução, devido ao desaparecimento frequente de algumas fontes materiais que permitiriam a comprovação das fontes escritas ou iconográficas. Mesmo assim, deve-se proceder a uma investigação

cuidada, tendo em conta os períodos históricos em estudo e a sua relação com as respectivas fontes.

Dentro da problemática das fontes em análise, podem-se considerar dois grupos principais:

I – *Fontes escritas, manuscritas ou impressas.*

- Documentos
 - Públicos: estatais, institucionais de domínio público.
 - Privados: de instituições ou pessoas particulares.
- Imprensa, obras escritas e literárias, memórias ou monografias
- Correspondência manuscrita ou publicada (de carácter público ou privado)

II – *Fontes iconográficas*

- Materiais gráficos, gravuras, desenhos ou fotografias.
- Materiais plásticos como pintura ou escultura.
- Materiais dinâmicos como o cinema ou o vídeo.

AS ESPECIFICIDADES DO CASO PORTUGUÊS

O nosso ponto de partida para este mestrado foi a análise uniformológica dos figurinos militares do Exército Português, no período da Regeneração, mais concretamente entre 1848 e 1892 e no respeitante somente às unidades de 1.^a linha. A partir daí, pretendeu-se estabelecer, sempre que possível, vários tipos de relações, ligadas a alguns conceitos fundamentais na uniformologia: a disciplina das aparências, o prestígio do uniforme e as suas origens, a disciplina do vestuário militar, a análise das formas e das cores, a guerra e a paz como realidades do uniforme.

Para que tal se verifique, tornou-se necessária uma busca criteriosa dos dados. A historiografia portuguesa dedicada ao uniforme militar é muito escassa, principalmente se comparada com as de outros países como a Grã-Bretanha, a França ou a Alemanha. Também escasseiam as edições nacionais relacionadas com esta área. Assim a análise de obras estrangeiras foi o caminho que possibilitou o estabelecimento de comparações e conexões entre os nossos figurinos militares e os de outras nações, a que fomos captar influências.

Da vasta bibliografia estrangeira sobre uniformologia, podem-se referir vários nomes de autores credenciados nesta matéria: na Grã-Bretanha, Michael Barthorp, Phillip Haythorntwaite, Richard Hook, James Laver, Ian Knight, Simon McDowall, David Nicolle, Nick Secunda ou John Mollo; em França, Michel Petard, David Delpérier ou Rigo; na Alemanha, a família Knotel; e na Itália Guido Rossignoli. Em Portugal destaca-se Manuel Ribeiro Rodrigues, que desde há alguns anos publica artigos sobre a uniformologia portuguesa no Jornal do Exército, com particular destaque para o período da Guerra Peninsular.

Para além das obras gerais, procedeu-se à pesquisa da documentação oficial, institucional e periódica da instituição militar portuguesa, sempre que possível com o apoio essencial dos dados iconográficos. Estes permitem a visualização e compreensão dos inúmeros decretos sobre fardamentos, que neste trabalho compreendem os planos

de uniformes de 1848, 1856, 1868-1869, 1885 e 1892, mais uma extensa documentação paralela que decretava alterações, modificações ou ampliações aos planos acima referidos. Também se abordam as legislações militares no âmbito da disciplina do uso do uniforme, compostura ou obrigação do correcto atavio das tropas.

Pela sua importância dedicamos bastante atenção às publicações periódicas institucionais, como a Revista Militar, Revista de Infantaria ou Revista de Artilharia, embora seja a primeira a que mais dados nos transmite sobre o que ia mal no Exército, nomeadamente na questão dos uniformes e equipamentos. São artigos importantes, mesmo essenciais, para se ter a noção da diferença entre a verdade das casernas e a verdade dos documentos oficiais ou o abismo entre os decretos e a real eficácia destes quando postos à prova no quotidiano dos quartéis ou campos de manobras.

O estudo da uniformologia não se deve cingir unicamente à forma e à estrutura cromática do vestuário militar. O uniforme não se resume à barretina, ao casaco, às calças e ao calçado, alargando-se, às suas variantes de serviço, exercício ou campanha. Os equipamentos e o armamento completam o quadro uniformológico que rodeia o soldado, estando todos estes factores dependentes da própria evolução da História.

Assim, surge uma intenção de analisar os figurinos militares que se desenvolveram durante uma época de mudança e de relativa pacificação do país: a Regeneração. Dentro da evolução do uniforme militar português neste período, pretendeu-se enquadrá-la na própria evolução do Exército e de Portugal, e em todos estes casos, sempre surgiu uma dualidade entre a aparência exterior e a realidade das deficiências, insuficiências e da improvisação.

A PROBLEMÁTICA DAS APARÊNCIAS

Dada a relativa aridez em termos de teorização da uniformologia, onde muitas das obras de consulta se valem mais do aspecto colorido e simbólico do que das questões estruturais e mais profundas da relação homem/uniforme, houve que recorrer a uma das leituras fundamentais para a teorização da uniformologia, num contexto geral. Estas encontram-se na obra de Daniel Roche «*La culture des apparences, Une histoire du vêtement XVII-XVIII siècle*», publicada pela Librairie Arthème Fayard, em 1989. O capítulo IX, intitulado «*La Discipline des apparences: le prestige de l'uniforme*», apesar de, cronologicamente, tratar um período entre os séculos XVII e XVIII, permitiu-nos retirar algumas leituras aplicáveis à época que o nosso estudo contempla, e que aqui abordaremos.

O uniforme é de origem recente, tendo em conta a marcha da humanidade, só com excepção do período compreendido entre os séculos I a III d.C., em que os exércitos imperiais de Roma teriam alcançado níveis razoáveis de uniformização. O sentido da palavra uniforme tem três séculos na Europa, conforme se começaram a ditar regras de fardamento a partir de decretos e ordenanças (em Portugal surgem alguns exemplos como o *Regimento da Junta dos Três Estados*, publicado em 1721, e a *Milicia Pratica*, de Bento Gomes Coelho, publicada em 1740, sendo o Conde de Lippe mentor do primeiro plano de uniformes, devidamente estruturado, a surgir em 1764).

O século XVII, vira ainda em conflitos como a Guerra dos Trinta Anos, ou a Guerra da Restauração, a policromia do vestuário militar, resultado de tipos indefinidos de recrutamento, do uso intenso de mercenários e da quase inexistência de exércitos nacionais, a não ser o aparelho militar sueco de Gustavo Adolfo e, posteriormente, o exército de Luís XIV.

A intensificação do uso da arma de fogo e das suas pólvoras, criou a necessidade de se distinguirem os regimentos no campo de batalha, submersos em densos lençóis de fumo, levando à uniformização dos vestuários a nível regimental e, mais tarde, a nível de exército, com o surgimento dos exércitos nacionais do absolutismo. Assim, já no século XVIII, assiste-se a mudanças funcionais, como resposta às exigências táticas do campo de batalha, que se podem resumir da seguinte maneira:

- Distinção das unidades no campo de batalha.
- Evitar confusões em combate, no meio do fumo denso da mosquetaria e da artilharia.
- Generalização do uso de fardamentos de cor uniforme em cada unidade, padronização das coberturas de cabeça (tricórnios, bicórneos e posteriormente a barretina), dos acessórios e sinais materiais de reconhecimento.

O uniforme vai substituir o gosto individual de vestuário do soldado, surgindo uma impulsão de regulamentos colectivos, que toma lugar com o advento do absolutismo (Antigo Regime).

O vestuário do soldado, em todos os graus hierárquicos, vai-se tornar num símbolo de classe, socialmente tendente a sobrepor-se à sociedade civil, por vezes de modo discriminatório. O uniforme torna-se num sinal de reconhecimento para aqueles que o envergam e para os que estão de fora, o que contribui para, a partir do século XVIII, solidificar o espírito de corpo, os exércitos nacionais, o mundo militar, mesmo quando este se tornar num factor de revolução.

O uniforme fixa a hierarquia, a partir dos seus paramentos, dentro das próprias variações impostas pelos planos de uniformes e mudanças regulamentares: «*il soumet les esprits à l'habit et non à l'homme*» (ROCHE, 1989, p. 213). O fardamento identifica o portador com o personagem social que o uniforme, num sentido abrangente, estabelece.

Do quartel para a parada e desta para o campo de batalha, o uniforme vai adquirindo o seu prestígio, e segundo Daniel Roche, irá atingir a maturidade na sociedade igualitária (liberal) do século XIX (ROCHE, 1989, p. 214).

A DISCIPLINA DO UNIFORME

Esta definição implica várias realidades que, somadas, constituem a essência do soldado. O imperativo disciplinar impõe uma moldagem do corpo e do espírito, contextos nos quais o uniforme desempenha um papel essencial, em termos da educação e controle da força individual do soldado. O objectivo fulcral da uniformização deixa de ser unicamente o reconhecimento das tropas no terreno e passa a ter um papel formativo no desempenho e combatividade das unidades militares.

O uniforme está no cerne da lógica da estrutura militar, a partir de uma época em que a guerra se torna na continuação armada da política estratégica dos estados. Assim, cada vez mais o uniforme veste o soldado para confrontos crescentemente letais. Ao longo dos tempos, o fardamento vai ter que se adaptar às transformações tecnológicas que sucessivamente aparecem no campo de batalha: a espingarda de pederneira, a de percussão, o fuzil de agulha, as armas de repetição e retrocarga, a metralhadora e a artilharia de fogo rápido. Definitivamente o campo de batalha tornava-se cada vez mais perigoso para o soldado.

O vestuário militar, símbolo e fonte de eficácia no combate (nos séculos XVIII-XIX), vai-se impondo como meio de poder social. Pode derrubar e erguer regimes, governos, reis e repúblicas. Pode conferir poder aos cidadãos, quando estes se constituem em milícias, guardas nacionais ou unidades de voluntários, como foi o caso português na primeira metade do século XIX. O uniforme, como símbolo, pode afirmar um projecto político (as tristemente célebres SS de Hitler, são disso um exemplo).

Os efeitos políticos, sociais e científicos da disciplina militar, de que o uniforme é uma das bases, podem-se traduzir de várias maneiras:

- O exército podia tornar-se numa escola de cidadania, de que são exemplos as forças armadas saídas da Revolução Francesa e do consulado napoleónico.

- O surgimento de conceitos médicos e pedagógicos sobre a condição física, onde o treino deve exacerbar a resistência, sendo possível ao uniforme permitir esta correlação de forças.

- O uniforme deveria contribuir para modelar o gesto e a atitude, já que passou a estar frequentemente no centro de uma imaginação utópica e voluntarista do social.

- A postura a que obriga o uniforme revela o trabalho individual do corpo e simultaneamente a aquisição de princípios de rigor e de sentimento colectivo.

O uniforme inscreve-se numa nova delimitação do *espaço público*, criando distâncias e instaurando códigos de comportamento e padrões sociais. Ele vai encarnar totalmente o espírito da sociedade militar que sobrevive, se constitui e justifica nas crises e nas conturbações das ordens interna e externa.

A introdução do uniforme regulamentar pôde implicar, a partir de meados do século XIX, o surgimento de vectores como a medicina militar e o conceito de higiene colectiva, tanto do corpo como dos materiais.

Na cadeia que une todos os elementos da estrutura militar, a disciplina, atavio e apresentação correcta do uniforme, permitem transmitir o sentido de brio e de propriedade, aplacar os arremedos de contestação e moldar os hábitos pessoais do soldado. Isto levava a algumas tarefas educadoras do militar: polir botões, couros, chapas de cinturão ou de barretina, limpar o mosquete, a baioneta ou o sabre, lavar as suas roupas e o seu corpo. Esta cadeia de gestos, quando imposta, podia transformar o soldado em objecto de exposição ou de parada, mas nos séculos XVIII e XIX, o aparato ainda permitia ter influência táctica no campo de batalha, pelo impacto moral. O exército, era também o único local colectivo em que desempenhos de carácter feminino se entrecruzavam com as tarefas eminentemente masculinas, ou seja, num exército em campanha, o soldado cozinhava, lavava a sua roupa interior, cosia e remendava o seu fardamento.

Os exércitos nacionais, alguns de conscrição como o francês (*La Nation aux armes*), começaram a significar os depósitos de recrutas, os quartéis fixos, o conceito de caserna como o local de habitação do soldado, e tal contribuiu para a separação definitiva do mundo militar do mundo civil.

Os métodos de recrutamento também vão influir na vontade individual de cada soldado, com profundas implicações na sua aparência: as *sortes*, as *levas*, os *press gangs* (sistema compulsivo de recrutamento usado na Grã-Bretanha até aos inícios do século XIX), que também implicavam vários tipos de isenções, normalmente inseridas em esquemas de corrupção do sistema. Assim, muitos dos contingentes formavam-se a partir de indigentes, aventureiros e marginais que, recrutados contra a sua vontade, não

propiciariam altos índices de preparação militar, com consequentes lapsos e lacunas na disciplina e no atavio do vestuário, a menos que sujeitos a regimes férreos de disciplina, frequentemente com recurso à violência física e psicológica (como sucedia no exército britânico sob o comando de Wellington, ou as pranchadas, usadas no Exército Português até meados do século XIX). Mesmo assim o uniforme deveria assumir um papel não negligenciável por altura da leva de recrutas, e mesmo que superficial era um catalisador decisivo para aceitar um compromisso.

Posteriormente, o gesto e a atitude do recruta deviam ser modeladas pelas práticas regimentais. Frequentemente, a uniformização do homem e da sua unidade dependia das características do recrutamento, do comando, da diversidade de práticas aculturantes, ligadas ao lugar e às zonas de destacamento, aos meios materiais e às circunstâncias.

No quotidiano, podem-se aplicar dois princípios fundamentais, que condicionam o uso do uniforme:

- Separar, para impor a ética militar e o senso de hierarquia.
- Unir, para tornar visível um senso de pertença comum, o espírito de corpo.

Assim, o uniforme é paradoxal, porque gera níveis de distinção entre as sociedades civil e militar, entre as próprias Armas de um exército e entre a elite e as tropas comuns, e porque também faz surgir um senso de conformidade, através das hierarquias, do espírito de corpo e da noção de colectividade.

A hierarquia exige a aplicação de regras estritas no domínio do vestuário militar, ou seja, os uniformes básicos dos oficiais, sargentos e soldados tenderam a ser similares, mas os paramentos, os acessórios e os distintivos marcariam a diferença.

A uniformização torna-se num espelho de obediência e eficácia. Quando falha a estrutura de topo, ou seja o aparelho de Estado e as cadeias de comando, os conceitos acima referidos tornam-se de difícil aplicação e surge o desleixo.

A Guerra, verdade do uniforme

A guerra e as suas campanhas revelam a verdade do uniforme na sua funcionalidade, porque é o campo de experiências onde por vezes se revelam os caprichos dos decretos de fardamento, é onde se vê a sua resistência aos condicionalismos aleatórios do clima, os excessos do uso ou a pura e simples inadaptação.

Os tecidos podem favorecer o corte e o feitio, mas os tintos tendem a ceder perante o desgaste, face aos rigores do clima, às marcas que a terra deixa, mais o fogo, o sangue, o suor, a urina, o sol, a pólvora. A descoloração geral é rápida, os uniformes tomam um tinto indefinível, os azuis esverdeiam, os vermelhos resistem, mas esmaecem e tornam-se acastanhados, os alvadios ficam amarelados e irreversivelmente sujos.

Sob as intempéries, a aparência de um exército desgastava-se à medida que cedia a resistência dos tecidos dos fardamentos. Era quase impossível que as indústrias tintureiras dos séculos XVIII e XIX garantissem a durabilidade dos tintos dos uniformes.

Para o soldado em campanha (e o português não é excepção) contava sobretudo ter a barriga cheia, a astúcia e o expediente de se abastecer um pouco por todo o lado, quando a intendência falhava. No caso do soldado de infantaria, este devia velar pelos

seus pés e consequentemente pelo calçado. Em 1917 e 1918, as tropas portuguesas na Flandres vão padecer de pés frios, doença surgida pela má qualidade dos botins de ordenança, que apodreciam e deixavam os pés do soldado imersos em água pútrida e lama, durante dias a fio. Isto levava, por vezes, a gangrenas e consequentes amputações.

Quando faltava ou se destruía uma peça de fardamento em campanha, não era raro substituí-la por outra peça retirada de um cadáver, de um ferido ou mesmo de um prisioneiro, retomando-se depois a marcha, fosse qual fosse a sua aparência, com peças de todas as espécies, como deve ter sucedido com a retirada de Napoleão da Rússia, em 1812.

Com chuvas intensas, as águas encharcavam os uniformes, mesmo com capotes e oleados, restando ao soldado aguentar estoicamente e proteger a cabeça com uma pesada barretina, que mais pesada se tornava, conforme os feltros ou os couros se encharcavam. Quando o clima deteriorava as peças mais vulneráveis do uniforme (fardas, casacos, jaquetas e calças), o soldado fazia prodígios de costura, mesmo usando materiais dos locais onde decorria a campanha.

Uma necessidade constante do soldado era e é a roupa interior e o problema que se tornava a sua lavagem ou reposição, já que o uso prolongado de roupas interiores sem muda, implicava o surgimento de doenças à base de micoses e viroses.

Um uniforme desconfortável, pesado e justo, como os que caracterizavam os exércitos do Antigo Regime e início do liberalismo europeu, teria sido um suplício para o soldado em marcha apeada, a cavalo ou na carreta de artilharia. As lãs grosseiras dos uniformes sufocavam as tropas debaixo de intenso calor, ou ensopavam-se com as primeiras chuvas, causando uma terrível sensação de desconforto. Era nesta situação que o soldado tinha de entrar em combate, por vezes já profundamente desmoralizado.

A sociedade militar é atravessada por correntes múltiplas e o espírito de coesão profissional coexiste com factores de agressividade, tensão, lutas. O uniforme enquadra-se mais no primeiro caso do que no segundo, já que não é necessário um exército para desencadear uma guerra. Ele revela uma sociedade guerreira aos olhos da sociedade civil, simboliza a autoridade do Estado, realça a glória do soldado, a honra do regimento, a solidariedade do colectivo. É um sinal de igualdade numa sociedade de desigualdades.

BREVE PERSPECTIVA DO UNIFORME MILITAR PORTUGUÊS

Este estudo dos figurinos militares do Exército Português durante a Regeneração, apesar da introdução de conceitos uniformológicos e da abordagem dos vários factores a eles ligados, não pôde evitar um certo carácter descritivo. Para sequenciar a legislação e as suas críticas, houve que descrever com a minúcia possível os principais planos de uniformes, dentro dos limites por nós adoptados, de 1848 a 1892.

A evolução do uniforme militar português no período da Regeneração, para além dos planos de fardamento, foi pautada por numerosos decretos, portarias e circulares que alteravam, modificavam ou ampliavam as legislações de base. Muitas circunstâncias estão documentadas, outras situam-se no campo das hipóteses que, carecendo de comprovação documental, podem servir para futuras propostas de trabalho ou de debate.

O primeiro ponto comum nesta época traduziu-se pela constante adopção de figurinos externos, normalmente de potências militares que estivessem na moda.

Portugal tendeu a seguir, com pequenas modificações, os figurinos militares em predominância nas respectivas épocas, à exceção de 1892, em que se tentou criar um estilo nacional, embora mantendo ligações a cânones estrangeiros. Assim foi de 1848 a 1869 com a introdução progressiva do ideário uniformológico francês, reflexo do poder militar do II Império. Esmagado este na guerra com a Prússia em 1870-1871, o Exército Português muda para o figurino prussiano em 1885, pelas razões acima referidas, para em 1892 cair numa situação algo indefinida, aonde os restos da influência prussiana se irão misturar com uma inesperada influência do figurino italiano. O porquê desta última situação, não é muito claro e pode-se tornar especulativa. Se os imperativos de uma emergente crise económica e política na década de 1890 teriam obrigado a uma simplificação relativa dos uniformes militares, o afastamento dos figurinos das potências da época, o francês, o prussiano ou o inglês, poderiam ter reflectido o ressentimento da classe militar perante os olhares cobiçosos dessas potências sobre os territórios ultramarinos.

Sem a capacidade militar para manter a sua integridade e perdidos os direitos históricos desde 1888, o exército sente a impotência de cumprir as suas missões perante uma classe política amorfa. Talvez partisse daí a vontade de criar, em 1892, um estilo nacional ou aproximado ao de um país nas nossas condições, como era o caso da Itália. Tal como nós tentámos por todos os meios possíveis manter o que nos restava do Império, também a Itália tentava por todos os meios criar o seu império na Tunísia, na Eritreia ou Somália.

Se na segunda metade do século XIX, se adoptaram figurinos através dos planos de uniformes de 1848, 1856, 1869, 1885 e 1892, a sua implementação não foi linear, nem frequentemente bem definida. As sucessivas alterações ou modificações após cada plano de uniformes demonstram que o experimentalismo que seria necessário antes de um novo sistema de fardamentos, se verificava *a posteriori*, e em vez de se verificar em unidades restritas, aplicava-se globalmente ao exército. Assim era difícil prever quais as deficiências a surgir na relação homem-uniforme.

Surgiram vários factores negativos, como a má qualidade dos lanificios, que precipitavam o prematuro desgaste dos uniformes, a deficiente e a inadequada concepção daqueles, provocando o desconforto no soldado quando solicitado para os rigores das manobras e exercícios. As tinturarias de fraca qualidade, que aceleravam a má aparência dos fardamentos, podiam criar duas situações: uma que se traduzia num exército mal fardado e com mau aspecto, outra que para evitar a primeira obrigava à reposição constante dos artigos de fardamento. Tal situação pesava economicamente nos ministérios e arsenais, que se viam obrigados a destinar orçamentos para contratos de fornecimentos de têxteis e para a confecção contínua de materiais de fardamentos de curta duração ou desgaste precoce. Também pesava economicamente na bolsa individual do militar, já que, se os artigos de uniforme se degradassem ou se inutilizassem antes do tempo previsto, a sua reposição era feita a expensas do usuário. Por isso, neste estudo constatamos que as tropas tendiam a poupar ao máximo os fardamentos, principalmente a nível do grande uniforme, realizando quase todos os serviços em pequeno uniforme ou no uniforme de faxina em brim. Ficava o grande uniforme remetido às solenidades ou às grandes formaturas cerimoniais, resumindo-se a ser usado poucas vezes durante o ano, acabando por criar uma imagem de mera fachada, já que era suposto que o conceito de grande uniforme, em termos gerais, acumulasse as funções cerimoniais e a possibilidade de ser usado em campanha como sucedia em outros exércitos. Tal não acontecia, tendo o soldado português exercido as suas funções, durante quase cinquenta anos, em jaqueta, barrete de caserna e calça de mescla ou de brim.

O progressivo desuso, primeiro da farda e segundo do casaco, acabaria por levar à supressão daquele em 1892, ficando a jaqueta-dolman para sargentos e praças e o dolman para oficiais a exercer os papéis de grande e pequeno uniforme, somente perceptíveis pela mudança em acessórios como as granadeiras ou charlateiras. Se as limitações e a falta de experimentalismo afectavam a efectividade, a aparência e o conforto dos uniformes, também outras razões levavam aos problemas muitas vezes enunciados na Revista Militar, e que passavam por factores de natureza disciplinar, cultural e social, que no seu conjunto reflectiam o atraso do país.

A elaboração de um plano de uniformes implicava a criação de comissões formadas por oficiais de alta patente, ligados aos ministérios e ao Governo, mas afastados dos quartéis, casernas e polígonos de manobras. Um exemplo dessas comissões era denominada «*comissão dos dezanove*» (Revista Militar, 1886) que teria estado na origem do plano de uniformes de 1885. Teriam sido esses homens que, dentro de um certo espírito do fontismo e na sequência da reorganização estrutural do exército em 1884, introduziram o figurino alemão, reflexo da emergência de poder desse país no contexto geopolítico europeu.

A paz interna e a não ingerência em conflitos externos nunca propiciou a aplicação real dos figurinos uniformológicos adoptados para Portugal ao longo da segunda metade do século XIX.

Outra grande problemática que rodeava o atribulado panorama dos figurinos militares portugueses, mas com raízes mais fundas no tempo, prendia-se com os próprios comportamentos individuais e colectivos dos militares e o seu posicionamento perante a sua instituição e a sociedade.

Verificamos que foram necessários numerosos decretos coercivos e abrangentes a todos os postos hierárquicos, obrigando a um maior uso do uniforme e ao seu correcto atavio. Pelo lado dos oficiais, era visível que estes, fora da unidade, se trajavam à civil, parecendo querer quebrar socialmente os seus elos com a instituição. Parece denotar falta de motivação, descontentamento pela sua situação e pressões externas de um provável estigma de desvalorização social, corrente contrária à de outros países, onde a instituição militar era altamente valorizada, o que nos leva a um ponto de reflexão sobre a aceitação do exército perante a sociedade civil portuguesa na segunda metade do século XIX.

Ao nível dos sargentos e praças, a questão da aparência poder-se-ia ligar a uma certa resistência passiva aos sistemas viciados de recrutamento, às lacunas na aplicação das normas de disciplina individual e colectivas, no que diz respeito aos hábitos de higiene, atavio e de saúde, que deficientes sistemas uniformológicos não ajudavam a melhorar. A frequente má qualidade dos fardamentos protegia mal o soldado das inclemências do tempo e do terreno, para além das más confecções dos uniformes, calçados e correames lhes transformarem o quotidiano em suplício, principalmente nos exercícios e manobras.

Embora afastados cronologicamente dos limites deste trabalho, há que referir que na primeira metade do século passado, o Exército Português, destroçado nos primeiros impactos do avanço napoleónico, fora reorganizado a partir do modelo inglês, mercê da acção de Wellesley e Beresford, com evidentes reflexos nos uniformes, aonde destacamos a semelhança entre os nossos caçadores apeados e os seus congéneres britânicos, os 95th e os 60th Rifle Regiments. É toda esta estrutura que vai existir quando surgem os primeiros conflitos entre absolutistas e liberais, com o desfecho na Guerra Civil

de 1832-1834, e posteriormente os sucessivos golpismos e a instabilidade político-militar entre as facções liberais que levam ao conflito da Patuleia, em 1846-1847. Esse período acaba por criar um exército de policiamento interno e para campanhas em guerras civis. Dada a relativa igualdade entre contendores, neste caso, vai existir um afastamento das evoluções tecnológicas e uniformológicas verificadas no contexto europeu. A prová-lo está a permanência da obsoleta farda, ou casaca de abas, que se manteve entre nós até ao plano de 1856, quando a Rússia e a França haviam adoptado a túnica ou o casaco em 1843 e 1845, respectivamente. Em termos tecnológicos e acompanhando aquela tendência, o próprio armamento tornou-se obsoleto e inadequado. A pederneira só foi abolida na década de 1850 a favor dos fechos de percussão, mais seguros e fiáveis, mas que em Portugal encontraram resistência por parte das tropas, que encontravam dificuldades em manusear os novos sistemas e devido a vários acidentes ocorridos porque as transformações dos fechos haviam sido mal realizadas.

É-nos fácil imaginar o aspecto obsoleto das nossas tropas face aos expedicionários do General Concha que ocuparam o Porto e sufocaram a Junta em 1847, no final da Patuleia.

A Regeneração pretendeu pacificar o exército, dimensionando-o para uma missão de defesa nacional, mas não conseguiu erradicar alguns hábitos anteriores, permanecendo a instabilidade estrutural e de organização, situação que afectava a própria estrutura uniformológica, criando toda a série de problemas que pudemos observar ao longo destes capítulos. A indefinição de objectivos específicos, o seguir das modas contra as especificidades e exigências das realidades do soldado português, a falta de controlo e selecção dos materiais, confecção e acabamentos dos fardamentos, as lacunas disciplinares e culturais existentes em muitos sectores do exército, as más condições de vida e económicas do militar, são alguns dos vectores que vão acompanhar a evolução do uniforme nesta época. Este panorama negativo não foi criado por nós, mas amplamente tratado e denunciado por jovens oficiais, uns identificados e outros não, através de vários artigos publicados na Revista Militar, e sem dúvida, em outros tipos de publicação ou imprensa (mais uma pista para futuros trabalhos). Estes oficiais, afastados dos ministérios e de estados maiores de salão, contactavam com a realidade próxima das casernas e condições de vida dos soldados, constatando a inadequação, o desconforto ou a má qualidade de muitos dos fardamentos fornecidos. Alguns chegariam a denunciar situações em que os praças, para poupar os seus uniformes (grande e pequeno) andavam pelas casernas em «camisa e ceroulas», sendo de calcular a vulnerabilidade destes homens às doenças, à falta de salubridade, para além dos seus muito reduzidos hábitos de higiene pessoal.

Estas variadas situações não implicavam que os planos de uniformes fossem de aparência anacrónica. De facto, em 1856, 1869 ou 1885, os figurinos adoptados estavam estatisticamente de acordo com as modas militares da época.

Não pensamos que este panorama era exclusivo do Exército Português, pois outros exércitos grandes ou pequenos teriam com certeza sofrido destes problemas, incluindo anacronismo. Neste último caso, refira-se o conservadorismo do exército inglês que combateu na Crimeia, em 1854, com uniformes ainda semelhantes aos usados em Waterloo em 1815, ou o exército do czar das Rússias que manteve durante muito tempo figurinos aparatosos de carácter próprio do Antigo Regime. Contudo, a guerra como sendo a verdade última do uniforme levaria à sua evolução adaptada aos diferentes campos de batalha e às exigências de eficácia das tropas. Assim aconteceu com os franceses na

Argélia em 1830, com os ingleses na Crimeia e nas suas campanhas coloniais, com os americanos na sua Guerra Civil de 1861-1864, com prussianos, austríacos e italianos nos teatros de guerra da Europa do Norte e Central, tudo isto com incidência na segunda metade do século XIX. As barretinas aligeiradas, o kèpi, as túnicas folgadas e polaina, o capacete de pico, os dolmans, os *raglans*, etc., foram as grandes aquisições uniformológicas daquele período, surgidas pela necessidade de adaptação às condições e às novas mentalidades militares, e aonde o contexto uniformológico do Exército Português da Regeneração se insere.

Para facilitar uma perspectiva sintética da evolução dos uniformes e armamentos durante o espaço cronológico deste trabalho (1848-1892), elaborámos uma tabela, dando como principais pontos de referência os planos de uniformes desta época.

CARACTERES GERAIS UNIFORMOLÓGICOS – FIGURINOS / INFLUÊNCIAS

B Á S I C O		A R M A M E N T O
<p>Plano de 1848</p> <p>Início da influência francesa</p> <ul style="list-style-type: none"> – Barretina – Farda de abas – Calça de mescla – Botim, sapato <p>Não se usavam polainas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Boné de caserna (com pala para oficiais) – Sobrecasaca (para oficiais) – Jaqueta de pano regulamentar – Calça de mescla – Jaqueta de <i>brim</i> – Calçado como em GU 	<p>(A) Espingardas e carabinas de pederneira de vários modelos com predominância de tipos ingleses (Brown Bess). (Todas as armas de percussão haviam sido recolhidas ao arsenal do exército por má gestão do processo de transição).</p> <p>Pistolas de pederneira e percussão</p> <p>Sabres Mod/1834</p> <p>Lanças de vários tipos</p> <p>(B) Peças e obuses de bronze e ferro com canos de alma lisa e antecarga.</p>
<p>Plano de 1856</p> <p>Influência francesa, embora com similaridades a modelos austríacos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Barretina – Casaco (cintado) – Jaqueta (cavalaria) – Calça de mescla – Sapato – Polaina (não se usava fora da calça) 	<ul style="list-style-type: none"> – Boné de caserna de pala (para oficiais à austríaca) – Casaco (para oficiais) – Bivaque Mod. 1852 (com borla) – Jaqueta de pano regulamentar – Calça de mescla – Jaqueta de <i>brim</i> – Calça de <i>brim</i> – Calçado como em GU 	<p>(A) Espingardas e carabinas de percussão transformadas de antigos modelos de sílex (ainda existiam algumas dessas armas em serviço).</p> <p>Pistolas de percussão</p> <p>Sabres Mod/1834</p> <p>Lanças de modelo nacional padronizadas</p> <p>(B) Peças e obuses de bronze e ferro com canos de alma lisa e antecarga. Início das experiências de raiamento dos canos.</p>

GU – Grande Uniforme
 PU – Pequeno Uniforme
 (A) Portatil
 (B) Artilharia

(Continua)

CARACTERES GERAIS UNIFORMOLÓGICOS – FIGURINOS / INFLUÊNCIAS

(Continuação)

B Á S I C O		ARMAMENTO
<p>Decretos de 1868-1869</p> <p>Auge da influência francesa</p> <ul style="list-style-type: none"> – Barretina <i>képi</i> – Casaco (menos cintado = túnica) – Jaqueta (caça a cavalo) – Calça de mescla – Sapato – Polaina (como em 1856) 	<ul style="list-style-type: none"> – Barrete (<i>képi</i>) para oficiais – Boné cilíndrico (<i>tachinho</i>) – Casaco (para oficiais) – Jaqueta de pano azul – Calça de mescla – Jaqueta de brim – Calça de brim – Calçado como em GU 	<p>(A) Espingardas e carabinas estriadas de percussão «Enfield» de 14 MM</p> <p>Espingardas e carabinas estriadas de retrocarga «Westley-Richards» de 11 MM</p> <p>Sabres (modelo não especificado)</p> <p>Lanças de modelo nacional</p> <p>(B) Peças e obuses de bronze e ferro com canos estriados e antecarga.</p>
<p>Plano de 1885</p> <p>Corte com figurino francês</p> <p>Prussianização do exército</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacete de pico (<i>Pickelhaube</i>) – Casaco – Dolman (cavalaria) – Calça de mescla – Calção de montar (cavalaria) – Botim, sapato, bota – Polaina (podia-se usar fora do cano) 	<ul style="list-style-type: none"> – Barrete de pala (retorno ao modelo de 1856 à austríaca) – Boné cilíndrico (<i>tachinho</i>) – <i>Dolman</i> (para oficiais) – Jaqueta de pano regulamentar – Calça de pano de mescla – Jaleco de <i>brim</i> – Calça de <i>brim</i> – Calçado como em GU 	<p>(A) Espingardas e carabinas de percussão transformadas de antigos modelos de <i>silex</i> (ainda existiam algumas dessas armas em serviço).</p> <p>Pistolas de percussão</p> <p>Sabres Mod/1834</p> <p>Lanças de modelo nacional padronizadas</p> <p>(B) Peças e obuses de bronze e ferro com canos de alma lisa e antecarga. Início das experiências de raiamento dos canos.</p>
<p>Plano de 1892</p> <p>Corte parcial com figurino prussiano, com introdução de figurino italiano na infantaria e caçadores</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacete de pico – Barretina (à italiana) – <i>Dolman</i> – Jaqueta-<i>dolman</i> – Calça de mescla – Sapato, botim, bota – Polaina (como em 1885) 	<ul style="list-style-type: none"> – Barrete de pala (modelo de 1885) – Boné cilíndrico (<i>tachinho</i>) – <i>Dolman</i> – Jaqueta-<i>dolman</i> de pano regulamentar – Calça de pano de mescla – Jaqueta de brim – Calça de brim – Calçado como em GU 	<p>(A) Como em 1885</p> <p>(B) Como em 1885</p>

GU – Grande Uniforme

PU – Pequeno Uniforme

(A) Portátil

(B) Artilharia

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ferreira S. – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo XLVII (1895), pp. 241-242.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo XXXVIII (1886), pp. 548-551.
- ARNOLD, James R. – *Chickamauga: 1863* – London: Osprey Publishing, 1992.
- *A Artilharia em Portugal. Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa* – Porto: Museu Militar do Porto, 1982. Catálogo da Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto.
- AYRES, Cristovam – *História da Cavallaria Portuguesa* – Lisboa: s/ed., 1889.
- BARTHORP, Michael – *Heroes of the Crimea. The battles of Balaclava and Inkerman* – London: Blandford, 1991.
- *The Old Contemptibles* – London: Osprey Publishing, 1989.
- *The Zulu War: a pictorial history* – London: Osprey Publishing, 1991.
- BEBIANO, Rui – *Organização e papel do Exército* – In MATTOSO, José – *História de Portugal* – Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 5, pp. 260-261.
- BELL, Quentin – *Mode et société: essai sur la sociologie du vêtement* – Paris: P.U.F., 1992.
- BENTES, J.A. - *Revista Militar*. Lisboa: Typographia Universal. Tomo XX (1868), p. 462.
- BODIN, Lynn E.; WARNER, Chris – *The Boxer Rebellion* – London: Osprey Publishing, 1994.
- *Boletim da Liga dos amigos do Museu Militar do Porto* – Porto: Edição da Imprensa Portuguesa. 1988, n.º 2.
- *Boletim da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas* – Lisboa. 1997, vol. I, n.º 1.
- BONIFACIO, Maria de Fátima – *História da Guerra Civil da Patuleia: 1846-47* – Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- BRITO, Pedro de – *Boletim da Liga dos amigos do Museu Militar do Porto* – Porto: Edição da Imprensa Portuguesa. 2 (1988), pp. 18-19.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de – *Diccionario bibliográfico militar portuguez* – Lisboa: s/ed., 1891.
- CASTLE, Ian – *Aspern and Wagram: 1809* – London: Osprey Publishing, 1994.
- CHALFONT, Alun [et al.] – *Battledress. The uniforms of the world's great armies: 1700 to the present* – London: Artus Books, 1993.
- CHANDLER, David G. – *Austerlitz: 1805* – London: Osprey Publishing, 1990.
- *Jena: 1806* – London: Osprey Publishing, 1993.
- COELHO, Adelino Rodrigues – *A reorganização do Exército de 1884, obra de Fontes Pereira de Melo* – Lisboa: Edição da Revista Militar, 1988.
- *Collecção systematica das Ordens do Exercito entre 1809-1859* – Lisboa: s/ed., 1860.
- *Costume: London Museum Catalogues n.º 5* – St. James: Ed. Lancaster House, 1936.
- *Crónica Constitucional do Porto* – 1832- 1833.
- CUTILEIRO, Alberto – *O uniforme militar na Armada* – Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1983.
- DELPERIER, Louis – *Les officiers d'infanterie: 1845-1914* – *Tradition Magazine* – Paris: Editions A & C Collections. 3 (1983), p. 29.

- DREYFUS, F.-G. [et al.] – *História Geral da Europa* – Lisboa: Edições Europa-América, 1980.
- ELLIOT-WRIGHT, Philip – *Gravelotte-St. Privat: 1870* – London: Osprey Publishing, 1993.
- Exposição Histórico-Militar (em homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1.º Centenário do seu nascimento) – Porto: Câmara Municipal do Porto, 1957.
- FEATHERSTONE, Donald – *Khartoum: 1885* – London: Osprey Publishing, 1991.
- *Tel El- Kebir: 1882* – London: Osprey Publishing, 1993.
- *Figurines* – Paris: Editions Histoire & Collections. 1994-1998.
- FOSTEN, Bryan; KATCHER, Philip – *U.S. Infantry Equipments: 1775-1910* – London: Osprey Publishing, 1989.
- FUNCKEN, Liliãne; FUNCKEN, Fred – *Le costume et les armes des soldats de tous les temps* – Paris: Casterman, 1967.
- *Gazette des Uniformes* – Paris: Editions Société Regi'Arm 13. 1992-1994.
- GIÃO, José Francisco Xavier d'Oliveira – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia do Centro Commercial. Tomo VII (1855), pp. 306-307.
- GORSLINE, Douglas – *A History of Fashion. A Visual Survey of Costume from Ancient Times* – London: Fitzhouse Books, 1991.
- GOUVEIA, João Filipe de – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia do Centro Commercial. Tomo VIII (1855), pp. 91- 92.
- HANKINSON, Alan – *Vicksburg: 1863* – London: Osprey Publishing, 1993.
- HAYTHORNTHWAITE, Philip – *Gallipoli: 1915* – London: Osprey Publishing, 1991.
- HAYTHORNTHWAITE, Philip; FOSTEN, Brian – *Napoleon's Grand Cavalry* – London: Osprey Publishing, 1983.
- *Napoleon's Line Infantry* – London: Osprey Publishing, 1992.
- HAYTHORNTHWAITE, Philip; HOOK, Richard – *British Cavalryman: 1792-1815* – London: Osprey Publishing, 1994.
- HESPAÑA, Antônio Manuel – *Poder e instituições no Antigo Regime* – Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- *Historia de las Fuerzas Armadas* – Saragoça: Ediciones Palafox, 1983. vol. I, pp. 204-211.
- *Historia General de las Civilizaciones: el Siglo XIX* – Barcelona: Ediciones Destino, 1983.
- HOWARD, Michael – *A guerra na História da Europa* – Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- *Ilustração Portuguesa* – Lisboa. 1917-1918.
- JANOWITZ, Morris; LITTLE, Roger W. – *Sociology and the military establishment* – London: Sage Publications, 1974.
- *Jornal do Exército* – Edição do CEGRAF. 1980 a 1997.
- KNIGHT, Jan – *Colenso: 1899* – London: Osprey Publishing, 1995.
- LAVER, James – *British Military Uniforms* – London: Penguin Books, 1948.
- LERMONT, Rodrigo Maria da Maia – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XII (1860), p. 744.
- MACEDO, Antônio Teixeira de – *Traços de História Contemporânea: 1846-1847* – Lisboa: Edições Rolim, s/d.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa, Luxo e distinção: 1750-1830* – Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.
- MAIA, Fernando da Costa – *Subsídios para a história militar de Portugal* – Lisboa, 1891.

- MARLY, Diana de – *Fashion for Men: an illustrated history* – London: B. T. Batsford Books, 1986.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – *Figurinos Maçônicos Oitocentistas: um «guia» de 1841-1842* – Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo* – Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- *Um Golpe de Estado: contributo para o Estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos* – Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.
- MARTINS, Ferreira – *História do Exército Português* – Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.
- MATTOSO, José – *História de Portugal* – Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.
- MOLLO, John – *The American Civil War and After: 1860-1914* – In *Battledress. The Uniforms of the world's great armies: 1700 to the present* – London: Artus Books, 1993, p. 189.
- *Trois siècles d'uniformes militaires* – Fribourg: Office du Livre, 1972.
- NICHOLSON, J.B.R. – *Uniformes Militaires* – Paris: Grange Batelière, 1973.
- *Ordens do Exército e Ordens do Dia – 1806-1900.*
- OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto* – Lisboa: A Regra do Jogo, s/d.
- *A Patuleia: 1846-1847. Comemorações dos 150 anos da Guerra Civil* – Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1996.
- PIMENTEL, Luiz Augusto – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XII (1860), p. 592.
- PIMENTEL, Pedro – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XXX (1878), p. 447.
- PINHEIRO, Vaza – *Os sargentos na História de Portugal* – Lisboa: Editorial Notícias, s/d.
- PINTO, A.F. de Sousa – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XIX (1867), pp. 439-440.
- PIRES, Satúrio – *Uniformes dos Corpos de Caçadores do Exército Português* – Lisboa: Biblioteca do Exército, 1935. Policopiado.
- QUEIROS, Francisco Fortunato – *D. Pedro V e os negócios militares* – Porto: FLUP, 1973.
- RACINET, Albert – *Enciclopédia Histórica do Traje* – Lisboa: Editora Replicação, s/d.
- *Revista Militar* – Lisboa. 1849-1906.
- *Revista de Infantaria* – Lisboa. 1898-1906.
- *A Revolução de 31 de Janeiro de 1891* – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.
- ROBICHEZ, Jacques – *XIX siècle français: le siècle romantique* – Lausanne: La Guilde du Livre, 1962.
- ROCHE, Daniel – *La culture des apparences. Une histoire du vêtement: XVII-XVIII siècle* – Paris: Librairie Anthème Fayard, 1989.
- RODRIGUES, David, A. – *Revista de Infantaria* – Porto: Typographia de José da Silva Mendonça. 2 (1899), pp. 27-30.
- RUBIM, Nuno Varela – *Artilharia Histórica Portuguesa fabricada em Portugal* – Lisboa: Museu Militar de Lisboa, 1985, pp. 40-42.
- RUPPERT, Jacques [et al.] – *Le Costume Français* – Paris: Flammarion, 1996.
- SALGADO – *Revista Militar* – Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo IV (1853), p. 177.
- Sarmento, Moraes – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo LVI (1906), p. 706.; Tomo LVIII, (1906), p. 706.

- SCHNEIDER, Fernand – *Histoire des doctrines militaires* – Paris: P.U.F., 1964.
- SCHNERB, Robert – *El Siglo XIX: Apogeo de la expansion europea* – 6.ª ed. Barcelona: Editorial Destino, 1983, pp. 213-235.
- SHANN, Stephen; DELPERIER, Louis – *French Army. Franco-Prussian War: Imperial Troops* – London: Osprey Publishing, 1991.
- SHANN, Stephen [et al.] – *French Army. Franco-Prussian War: Republican Troops* – London: Osprey Publishing, 1991.
- SOARES, F.A. Celestino – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XVI, 1864, pp. 565-566; Tomo XVII, 1865, pp. 493-494.
- SOUZA, Celestino de – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo XXXVIII (1886), pp. 417-418; pp. 420-421.
- SOUSA, Manoel Paulo de – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo X (1858) pp. 228-229.
- SWEETMAN, John – *Balaclava: 1854* – London: Osprey Publishing, 1990.
- TAVARES, Pedro – *Revista Militar* – Lisboa: Typographia Universal. Tomo XXX (1878), pp. 623-624; p. 628; p. 632; p. 634.
- TELO, Antônio José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo* – Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- TORRES, Adelino – *Sociologia e teorias sociológicas* – Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.
- *Tradition Magazine* – Paris: Editions Histoire & Collections. 1994-1994.
- *Traje Império e a sua época: 1792-1826* – Lisboa: Museu Nacional do traje, 1992.
- TRANSFELDT, Walter; BRAND, Karl Hermann Frhr. Von – *Wort und Brauch im deutschen Heer* – Hamburg: Ed. Helmut Gerhard Schulz, 1967.
- *Les Uniformes* – Paris: Editions Argout. (Set. 1981) - (Dez. 1985).
- VIANNA, Cunha – *Revista Militar* – Lisboa. Tomo XIV (1862), p. 67.
- *The Visual Dictionary of Military Uniforms (Eyewitness visual dictionaries)* – London: Dorling Kindersley Books, 1992.
- WOOTEN, Geoffrey – *Waterloo:1815* – London: Osprey Publishing, 1991.

A POPULAÇÃO ACTIVA DO CONCELHO DE BRAGANÇA NA DÉCADA DE OITENTA (BREVE APONTAMENTO)

Ângelo Vítor Patrício

ABSTRACT

We will start by referring the active population in the continent, the district and the municipality of Bragança (1981).

Then the figures for the employed and the percentage for every sector in each of the twelve municipalities of the district of Bragança are indicated.

Next come the unemployed, pointing out the higher percentage of men – 56 % – in relation to 44 % of women.

We also indicate the schooling of the unemployed population of the municipality.

Then there is the evolution of the job market in the years 1981, 1987, 1988, 1989 and 1990 in the municipality of Bragança as well as in the neighbouring ones (Miranda do Douro, Vinhais and Vimioso).

Finally a word of hope for Bragança in the next millenium – better infrastructures and the creation of new jobs.

Segundo Óscar Soares Barata é «Importante lembrar que a população activa é um conceito demográfico que abrange todos os que potencialmente estão prontos a exercer uma actividade remunerada, o que não significa que estejam todos ocupados. Neste número incluem-se, com efeito também os desempregados que procuram emprego, que sendo em quaisquer circunstâncias sempre mais do que é para desejar, em Portugal têm sido ultimamente em número particularmente excessivo.

E é este o problema que sobretudo merece reter as nossas atenções na conjuntura actual.

É certo que, também aqui, os números oficiais de que se dispõe têm suscitado reservas. De qualquer modo, deve mencionar-se que o INE indica para o final do ano de 1980 o número de 340 mil desempregados no Continente com base no Inquérito Permanente ao Emprego»¹.

Como nem todos os desempregados se inscrevem nos Organismos Oficiais, procurando pelos seus próprios meios um modo de vida que lhes permita angariar o seu sustento, é bom de ver que os registos dos desempregados são muito inferiores aos que na realidade existem!

...«É sabido que a rápida movimentação política dos últimos anos e as transformações institucionais dela resultantes alteraram de forma decisiva o jogo dos mecanismos económicos existentes, o que veio a traduzir-se em muitos casos pontuais por paralisações, reduções de actividade e fábricas e no conjunto da economia por uma quebra na produção e no investimento. Os anos de 1975 e 1976, particularmente, foram difíceis em muitos sectores»².

Deu-se depois uma sensível recuperação nos anos imediatos.

Mas temos de ter em atenção que: «De facto, a situação tradicional entre nós é a insuficiência do investimento ou a mediocridade da organização ou ambos e é nesses factores, e nos condicionantes que os influenciam, que no fundo sobretudo se situa a incapacidade que de geração para geração tem existido para oferecer o número de empregos necessários para ocupar em Portugal os que cá desejariam trabalhar»³.

...«Com efeito, convém anotar, em resumo, que na massa dos desempregados e subempregados existentes em Portugal se deve individualizar pelo menos as categorias seguintes:

- a) Trabalhadores rurais e camponeses à procura de oportunidades de trabalho melhor remuneradas fora da terra;
- b) operários da indústria afectados por falências, encerramentos e quebras de actividade à procura de empregos do tipo dos que antes já exerceram;
- c) empregados de escritório e do comércio em circunstâncias análogas às dos anteriores;
- d) quadros e técnicos desempregados por efeito de saneamento ou como resultado de falências e fechos de empresas;
- e) ex-residentes no antigo Ultramar Português de todas as profissões, mas com larga representação de quadros, técnicos, empregados de escritório e do comércio, comerciantes e artesãos, prontos a aceitar qualquer ocupação que lhes abra as portas da inserção social mínima indispensável como base de arranque para recuperação do estatuto social anterior;
- f) mulheres solteiras e casadas dispostas a entrar no mercado do trabalho, mesmo em tempo parcial ou a prazo, como meio de complementar os rendimentos do chefe de família;
- g) jovens em fim de estudo à procura do primeiro emprego; e ainda,
- h) elementos não europeus pouco qualificados, naturais das antigas Províncias Ultramarinas portuguesas, não desejosos de retornar às suas terras de origem e sobretudo aptos para tarefas de limitada tecnicidade na indústria e nos serviços»⁴.

Tendo em atenção o ano de 1981 verifiquemos como se distribuía a população activa no Continente e no distrito de Bragança (Quadro I).

De salientar que, apesar de certa aproximação, o distrito tem, nos 3 grupos etários mais baixos (12 a 24 anos), percentagens ligeiramente superiores, o mesmo se verificando de 45 a 75 e mais anos.

De 25 a 44 anos – força de trabalho – as percentagens do Continente são mais elevadas o que, dada a grande diferença dos quantitativos numéricos Continente/Distrito, não permite tirar grandes conclusões!

De assinalar que o distrito, com os seus 65 117 indivíduos de população activa representa simplesmente, 1,5 % (2 %) dos 4 183 022 que totalizam a população activa do continente!

Desta população activa do distrito podemos ver a sua divisão pelos concelhos (Quadro II).

QUADRO I – POPULAÇÃO ACTIVA DO CONTINENTE E DO DISTRITO DE BRAGANÇA – 1981

IDADES	CONTINENTE	%	DISTRITO DE BRAGANÇA	%	%
12 a 14 anos	86 256	2,0	1 584	2,4	1,8
15 a 19 anos	470 102	11,2	8 423	13,0	1,8
20 a 24 anos	573 162	13,7	9 027	13,9	1,6
25 a 29 anos	540 763	13,0	6 707	10,3	1,2
30 a 34 anos	481 461	12,0	5 121	7,9	1,0
35 a 39 anos	406 381	9,7	4 886	7,5	1,2
40 a 44 anos	392 262	9,3	5 697	8,7	1,5
45 a 49 anos	378 573	9,0	5 971	9,2	1,6
50 a 54 anos	333 398	8,0	6 019	9,2	1,8
55 a 59 anos	268 161	6,4	5 446	8,4	2,0
60 a 64 anos	160 712	3,8	3 912	6,0	2,4
65 a 69 anos	60 750	1,5	1 548	2,4	2,5
70 a 74 anos	20 601	0,5	571	0,8	2,8
75 e + anos	10 440	0,2	205	0,3	2,0
Totais	4 183 022		65 117		1,8

FONTE: INE. – Recenseamento de 1981 e Recenseamento do Distrito de Bragança, 1981.

QUADRO II – POPULAÇÃO ACTIVA DO DISTRITO – DISTRIBUIÇÃO POR CONCELHOS – 1981

CONCELHOS	POPULAÇÃO ACTIVA	PERCENTAGEM
Alfândega da Fé	2 778	4
Bragança	11 930	18
Carrzeda de Ansiães	4 014	6
Freixo de Espada à Cinta	1 964	3
Macedo de Cavaleiros	8 494	13
Miranda do Douro	3 750	6
Mirandela	10 220	16
Mogadouro	5 127	8
Moncorvo	5 047	8
Vila Flor	3 513	5
Vimioso	2 946	5
Vinhais	5 334	8
Totais	65 117	100

FONTE: «Anexo ao dossier de apoio à visita de sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro ao Distrito de Bragança (Set. 1989)», CCRN, Agosto, 1989, s/p..

Bragança, concelho, com os seus 3 842, 1955 e 4 837 indivíduos, respectivamente nos sectores primário, secundário e terciário, absorve só por si, as seguintes percentagens em relação ao distrito:

12,9 % – 18,5 % – 27,6 %.

Mas a verdade é que no cômputo geral Bragança (distrito) tem um peso pouco significativo no total do Continente.

POPULAÇÃO EMPREGADA, POR CONCELHOS, DO DISTRITO DE BRAGANÇA

A população ocupada, isto é que trabalha, encontra-se distribuída pelos doze concelhos dos distrito conforme as percentagens do Quadro III que passo a indicar. (Por concelhos e sectores).

QUADRO III – EMPREGO – DISTRITO DE BRAGANÇA – POR CONCELHOS

CONCELHOS	QUANTITATIVOS	PERCENTAGEM		
		PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA	TERCIÁRIA
Alfândega da Fé	2 515	58	19	23
Bragança	10 665	36	18	46
Carraceda de Ansiães	3 390	59	17	24
Freixo de Espada à Cinta	1 772	53	17	30
Macedo de Cavaleiros	7 760	63	16	21
Miranda do Douro	3 435	52	23	25
Mirandela	8 766	42	23	34
Mogadouro	4 678	60	19	21
Moncorvo	4 577	55	18	27
Vila Flor	3 021	50	23	27
Vimioso	2 625	62	15	23
Vinhais	4 626	67	12	21
Total	57 830			
Médias		55	18	27

FONTE: Elementos extraídos do Anexo do Dossier à Visita de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro ao Distrito de Bragança (Set. 1989), CCRN, Agosto, 1989, s/p..

Em relação aos sectores, Bragança ocupa os seguintes lugares, no contexto distrital:

Sector Primário – o último lugar (36 %);

Sector Secundário – o terceiro lugar (18 %);

Sector Terciário – o primeiros lugar (46 %).

De salientar que apesar de vivermos essencialmente da agricultura é o concelho de Bragança o que ocupa o último lugar nessa actividade! Se no sector secundário a nossa posição é normal, já no terciário é saliente o que se compreende se atendermos a que Bragança é a capital, por excelência, da cultura no distrito, com milhares de estudantes que constituem a principal fonte de receita da cidade e da região.

DESEMPREGO NO DISTRITO E CONCELHO DE BRAGANÇA

Vamos fazer o paralelo entre os Desempregados do Continente e do Distrito de Bragança, em 1981 (Quadro IV).

QUADRO IV – DESEMPREGADOS NO CONTINENTE E DISTRITO DE BRAGANÇA – 1981

IDADES	CONTINENTE	DISTRITO DE BRAGANÇA	PERCENTAGEM
12 a 14 anos	32 601	633	1,94
15 a 19 anos	93 565	2 219	2,37
20 a 24 anos	64 775	1 632	2,51
25 a 29 anos	29 064	502	1,72
30 a 34 anos	16 929	251	1,48
35 a 39 anos	12 007	186	1,54
40 a 44 anos	10 146	174	1,71
45 a 49 anos	9 372	141	1,50
50 a 54 anos	8 062	134	1,66
55 a 59 anos	6 528	135	2,06
60 a 64 anos	1 943	30	1,54
65 a 69 anos	287	7	2,43
70 a 74 anos	114	3	2,63
75 e + anos	140	1	0,71
Totais	285 523	6 048	2,1 ±

Fonte: INE. – Recenseamento da População de 1981 e Recenseamento do Distrito de Bragança de 1981.

O distrito de Bragança, com os seus 6 048 desempregados, em 1981, representa apenas 2,1 % do total do continente – 285 523. Não nos deixemos iludir pelos números, pois sabemos ser o nosso distrito dos de menor população, por causas conhecidas, com especial relevo para a pobreza do solo e emigração. Isto faz-nos pensar que são bastante negativos os quantitativos dos desempregados dos 15 aos 24 anos, que no total correspondem a uma percentagem de 4,88 %!

Meio sócio-económico de fracos recursos industriais não é fácil aqui encontrar-se ocupação consistente. Daí que os jovens busquem outras paragens.

Como se encontravam distribuídos os 6 048 indivíduos desempregados do nosso distrito, por idades e sexos? (Quadro V).

QUADRO V – POPULAÇÃO DESEMPREGADA DO DISTRITO DE BRAGANÇA
POR IDADES E SEXOS, EM 1981

IDADES	SEXOS	QUANTITATIVOS	PERCENTAGEM
12 a 14 anos	H.M.	633	10,4
	H.	362	
15 a 19 anos	H.M.	2 219	36,6
	H.	1 170	
20 a 24 anos	H.M.	1 632	26,9
	H.	835	
25 a 29 anos	H.M.	502	8,3
	H.	296	
30 a 34 anos	H.M.	251	4,1
	H.	158	
35 a 39 anos	H.M.	186	3,0
	H.	112	
40 a 44 anos	H.M.	174	2,8
	H.	112	
45 a 49 anos	H.M.	141	2,3
	H.	85	
50 a 54 anos	H.M.	134	2,2
	H.	92	
55 a 59 anos	H.M.	135	2,2
	H.	102	
60 a 64 anos	H.M.	30	0,4
	H.	25	
65 e + anos	H.M.	11	0,1
	H.	8	
Total	H.M.	6 048	
	H.	3 357	

Desempregados – Homens: 3 357 – 56 %; Mulheres: 2 691 – 44 %; **Total: 6 048 – 100 %.**

FONTE: INE. – *Anuário Estatístico, Continente, Açores e Madeira*, 1982, p. 42.

E qual o número de desempregados que corresponde a cada concelho dos 12 do distrito? (Quadro VI).

QUADRO VI – DISTRIBUIÇÃO POR CONCELHOS DOS DESEMPREGADOS DO DISTRITO – 1981

CONCELHOS	TOTAL	TAXA	JOVEM
Alfândega da Fé	203	7,3	111
Bragança	1 043	8,7	757
Carrazeda de Ansiães	559	13,9	405
Freixo de Espada à Cinta	130	6,6	60
Macedo de Cavaleiros	587	6,9	438
Miranda do Douro	252	6,7	203
Mirandela	1 285	12,6	905
Mogadouro	311	6,1	138
Moncorvo	361	7,2	205
Vila Flor	443	12,6	326
Vimioso	267	9,1	236
Vinhais	607	11,4	487
Total	6 048	—	4 271

FONTE: «Anexo ao dossier de apoio à visita de sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro ao Distrito de Bragança (SET. 1989)», CCRN, Agosto, 1989, s/p.

Mirandela ocupa o 1.º lugar no desemprego, logo seguido de Bragança, Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Carrazeda de Ansiães. Em último lugar está Freixo de Espada à Cinta o que, no entanto, é muito pouco significativo em termos comparativos reais, dado ser pequeníssimo o número de freguesias, não podendo, pois, ser tomado como indicador de progresso. Quanto a Bragança, a sua posição percentual tem de ser compreendida em função da sua superfície – é o concelho de maior área do distrito e com maior número de freguesias.

Será interessante verificar qual o grau de cultura dos desempregados do concelho de Bragança (1 043). É o que vamos fazer (Quadro VII).

QUADRO VII – POPULAÇÃO DESEMPREGADA NO CONCELHO DE BRAGANÇA EM 1981
POR GRAUS DE ENSINO

POPULAÇÃO DESEMPREGADA	ANO DE 1981
Não sabe ler nem escrever	22
Sabe ler e escrever sem ter frequência	3
PRIMÁRIO ELEMENTAR	
Completo	452
Incompleto	41
Frequenta	1
Total	494
BÁSICO PREPARATÓRIO	
Completo	138
Incompleto	42
Frequenta	2
Total	182
SECUNDÁRIO UNIFICADO	
Completo	90
Incompleto	114
Frequenta	2
Total	206
SECUNDÁRIO COMPLEMENTAR	
Completo	42
Incompleto	55
Frequenta	3
Total	100
PROPEDÊUTICO OU 12.º ANO	
Completo	13
Incompleto	4
Frequenta	7
Total	24
Cursos completos	12 (0)
Total Geral	1 043

(a) Formação Profissional: 1; Part. indole profiss.: 1; Outros: 1; Magistério do Ensino Básico Primário: 1; Ciências Sociais: 1; Tecnologia (Engenharia): 3; Ciências Agro-Pecuárias: 3; Direito, Teologia e Artes: 1.

FONTE: XII Recenseamento da População (1981) – I.N.E.

É preocupante que se encontrem no desemprego indivíduos com grau e cultura razoável, alguns mesmo com cursos completos.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO NOS ANOS DE 1981 / 1987 / 1988 / / 1989 / 1990 NO CONCELHO DE BRAGANÇA E PRÓXIMOS (MIRANDA DO DOURO, VINHAIS E VIMIOSO)

Pelo Quadro VIII podemos verificar tal evolução.

QUADRO VIII – EVOLUÇÃO NO MERCADO DE EMPREGO NOS ANOS DE 1981 / 87 / 88 / 89 E 90 NOS CONCELHOS DE BRAGANÇA, MIRANDA DO DOURO, VINHAIS E VIMIOSO

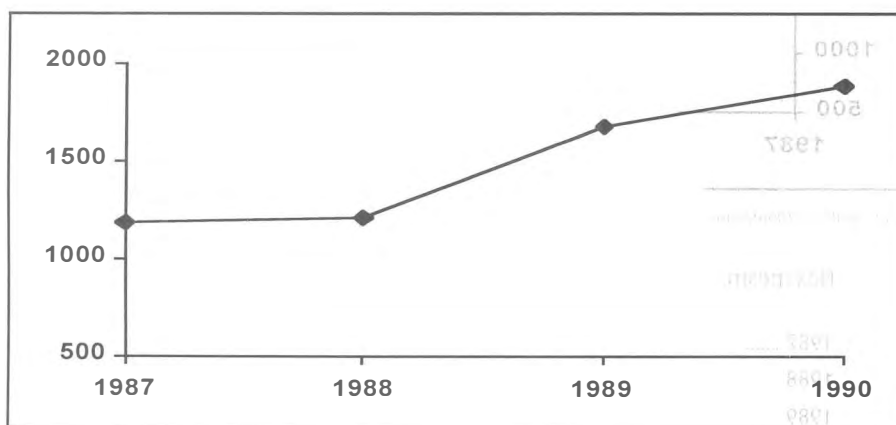
ANOS	PRIMEIRO EMPREGO	NOVO EMPREGO	PRIMEIRO EMPREGO *		NOVO EMPREGO **		EMPREGADOS ***	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1981	1 929	575	—	—	—	—	—	—
1987	—	—	201	981	1 368	1 469	34	26
1988	—	—	212	993	779	1 202	193	64
1989	—	—	294	1 378	1 050	1 385	183	68
1990	—	—	355	1 531	1 043	1 570	90	60
Total	2 504	575	5 945		9 866		718	

* Nunca estiveram empregados;
 ** Já estiveram empregados;
 *** Embora empregados, estão descontentes, e procuram outro emprego.

FONTE: Dados relativos a 1981 recolhidos no INE. Idades entre os 12 e os 69 anos.
 Dados referentes a 1987 / 88 / 89 / 90 fornecidos pela Delegação do Instituto do Emprego e Formação Profissional em Bragança. Idades entre os 14 e os 65 anos.
 Os dados de 1981 apenas concernem ao concelho de Bragança.
 Os dados de 1987 / 88 / 89 / 90 respeitam aos 4 concelhos referidos e indicam-se, também, por sexos.

Vejamos agora graficamente (Gráfico 1) a mesma evolução, no total dos 4 concelhos considerados.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO NOS ANOS DE 1981 / 87 / 88 / 89 E 90
PROCURA 1.º EMPREGO



FONTE: Gráfico organizado a partir dos elementos do Quadro VIII.

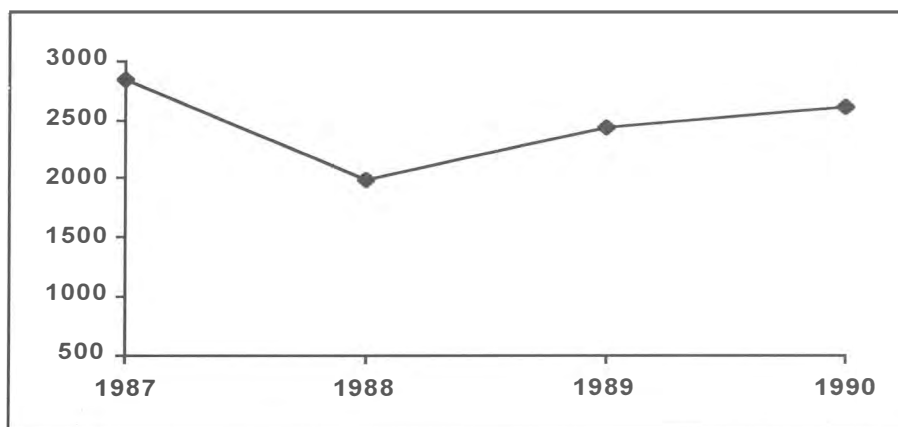
Procuravam 1.º emprego em 1987	1 182 indivíduos
1988	1 205 »
1989	1 672 »
1990	1 886 »

Facilmente se conclui que:

- 1.º – É cada vez maior o número de indivíduos em busca do 1.º emprego;
- 2.º – É muitíssimo maior – em cada um dos anos referidos – o número de mulheres que buscam o 1.º emprego que o número de homens;
- 3.º – O mesmo se verifica se atendermos aos já empregados mas agora procurando novo emprego;
- 4.º – Apenas nos efectivamente empregados, embora descontentes, é maior o número de homens que de mulheres. Isto, possivelmente, porque as mulheres, por vezes, abandonam o trabalho para olharem pelos filhos, em «prejuízo» do pouco que auferiam trabalhando. Têm mais vantagens em olhar pela casa do que «abandoná-la» por remunerações insuficientes.

Nos Gráficos 2 e 3 consideramos, respectivamente, os que buscam novo emprego e os empregados, embora descontentes. No Mapa anexo podemos ver localizados os concelhos considerados.

GRÁFICO 2 – EM BUSCA DE NOVO EMPREGO



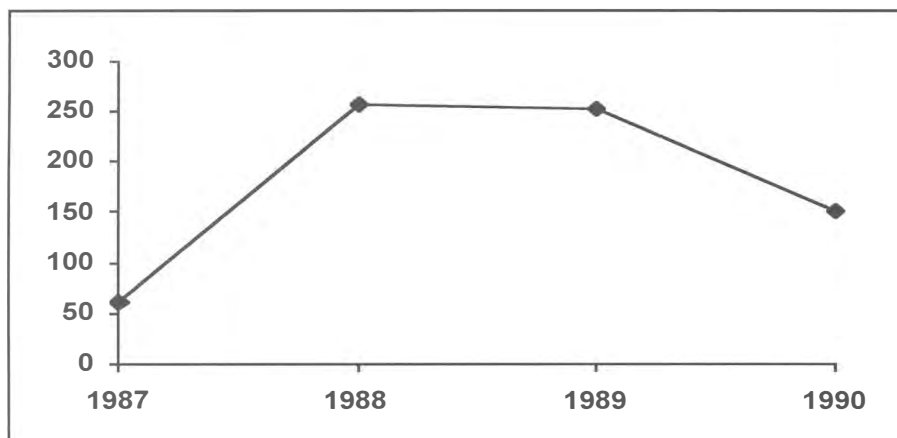
FONTE: Gráfico organizado a partir dos elementos indicados no Quadro VIII.

Nos mesmos anos e quanto aos que buscam novo emprego os quantitativos são:

1987	2 837
1988	1 981
1989	2 435
1990	2 613

Depois de uma «queda» enorme de 1987 para 1988, volta novamente a subir-se...

GRÁFICO 3 – EMPREGADOS – DESCONTENTES – EM BUSCA DE NOVO TRABALHO



FONTE: Gráfico organizado a partir dos elementos indicados no Quadro VIII.

1987	60
1988	257
1989	251
1990	150

Como se verifica, depois de enorme subida a tendência é para a aproximação da posição inicial.

A panorâmica não é ainda totalmente satisfatória mas se soubermos aproveitar as potencialidades que o Ensino Politécnico por um lado, e o incremento das vias de comunicação por outro, nos estão aportando, Bragança e sua região poderão, no próximo milénio, tornar-se mais atractivas às novas gerações! Oxalá se criem aqui infra-estruturas que favoreçam a fixação dos quadros, com a criação de novos empregos!

M A P A

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO NOS CONCELHOS DE VINHAIS, BRAGANÇA, VIMIOSO E MIRANDA DO DOURO, NOS ANOS DE 1987 / 88 / 89 / 90, DE ACORDO COM OS ELEMENTOS DO QUADRO VIII. LOCALIZAÇÃO NO CONJUNTO DOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO



Representados a escuro os concelhos considerados na evolução do mercado; a branco os não considerados.

NOTAS

¹ BARATA, Óscar Soares – «Demografia e Emprego em Portugal», in *Estudos Políticos e Sociais* – Revista Trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Vol. X, nos 3 e 4, Lisboa 1982, p. 31.

² *Id. Id.*, op. cit., pp. 33-34.

³ *Id. Id.*, op. cit., p. 41.

⁴ *Id. Id.*, op. cit., pp. 42-43.

O REGRESSO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS NOS FINAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

UM RELATÓRIO DE BORGES GRAINHA

Artur Villares

Instituto Superior de Línguas e Administração
Vila Nova de Gaia

ABSTRACT

In spite of the prohibition in Portugal, during the 1st Republic (1910-1926), of the religious congregations, they began returning and organizing since the first years of the Republic. In the second decade of the new regimen, the Government decided to reinforce the persecution and created the position of «Inspector of the laws of the separation and of the extinguished religious congregations». In spite of this last attempt, it was impossible to the Republic to impeach the final and complete return of the congregations, as the report of 1923 of the inspector Borges Grainha confirms.

A partir de Março de 1921, sendo presidente do governo o Dr. Bernardino Machado, que acumulava com a pasta do Interior, a I República reforçava o combate anticongreganista, com o Ministério da Justiça de Artur Lopes Cardoso a iniciar um conjunto de inquéritos junto dos governadores civis. Tentava a República detectar a existência de religiosos ilegais no território português. Exemplo disto é a carta dirigida ao Governador Civil de Viana do Castelo, a 21 de Março desse ano:

«Tendo constado neste Ministério que no districto a digno cargo de V. Exa., principalmente em Ponte de Lima, Coura, Arcos e Caminha, existem collegios dirigidos por pessoal congreganista, rogamos a V. Ex^a se digne averiguar o que há de verdade a tal respeito, e, no caso afirmativo as condições do funcionamento dos mesmos Collegios»¹.

As suspeitas e as denúncias da existência de congreganistas no país devem ter sido tais, que o mesmo ministro publica logo a 12 de Abril uma portaria, com o objectivo de dar enquadramento legal às investigações em curso. A fim de se «evitarem abusos, de que foi dado conhecimento ao Ministério da Justiça e dos Cultos», o Governo, ouvida a Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas e a Comissão Central de Execução da Lei da Separação determinou o seguinte:

1.^o – Os Governadores Civis deveriam convidar todas as pessoas pertencentes a quaisquer ordens regulares, que estivessem autorizadas a residir em Portugal², a comunicar ao Governo a localidade em que fixaram residência; de futuro, deveriam também dar conhecimento da eventual mudança de residência.

2.º – Os Governadores Civis eram intimados a comunicar a todos os estabelecimentos de saúde, higiene, piedade e beneficência, ou outros de natureza análoga, que não poderiam admitir no seu seio indivíduos que não cumprissem a condição anterior; mais ainda, o Ministério da Justiça e Cultos deveria sempre autorizar tais admissões.

3.º – Tal autorização, que deveria ter o parecer da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, deveria ser permanentemente afixada numa das salas do estabelecimento, acessíveis ao público, com a indicação dos nomes dos indivíduos religiosos admitidos e a respectiva data.

4.º – Especialmente se recomendava que as autoridades deveriam promover o procedimento competente contra todos os indivíduos pertencentes a congregações religiosas e entidades dirigentes dos aludidos estabelecimentos que não cumprissem estas instruções, infringindo, desse modo, as disposições legais.

Poucos meses passados, pela portaria de 24 de Novembro de 1921, publicada no Diário do Governo a 28 do mesmo mês, o «cidadão Manuel Borges Grainha» foi encarregado da averiguação das infracções das leis anticongreganistas e da Separação do Estado das Igrejas no continente e ilhas adjacentes, que lhe fossem comunicadas pelo Ministério da Justiça e dos Cultos ou que por qualquer outro modo, chegassem ao seu conhecimento. Tal preocupação existia, uma vez que, apesar das disposições das leis de 3 de Setembro de 1759, de 28 de Agosto de 1767 e de 28 de Maio de 1834, as congregações religiosas, «primeiro subrepticamente e depois quasi às claras, se foram infiltrando no país, já por falta de fiscalização, já por sofismação das mesmas leis».

Com a assinatura dos ministros do Interior, da Justiça e dos Cultos, da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros, Carlos Henrique da Silva Maia Pinto, Vasco Guedes de Vasconcelos, Francisco Alberto da Costa Cabral e Alberto de Veiga Simões, respectivamente, a República reconhecia a incapacidade de controlar a crescente reorganização das congregações religiosas. Isto porque, «apesar das instantes instruções dos Governos da República e dos respectivos organismos encarregados da execução das leis anticongreganistas e da Separação do Estado das Igrejas, estas nem sempre têm sido cumpridas, em harmonia com o seu espírito liberal e justo, por falta duma fiscalização de carácter técnico que se exerça em todo o país».

O Governo do Coronel Carlos Henrique da Silva Maia Pinto, pretendendo adoptar as providências necessárias para combater o recrudescimento congreganista, nomeava, por isso, Manuel Borges Grainha responsável pela inspecção do cumprimento das leis anticongreganistas em vigor na República.

Era tal a firmeza desse objectivo, que o inspector podia delegar em pessoas da sua estrita confiança quaisquer actos de averiguação ou fiscalização e requisitar das autoridades administrativas, judiciais e dos funcionários consulares e do Ministério da Instrução Pública os auxílios que julgasse precisos para facilitar a sua missão. Findas as averiguações, Borges Grainha deveria, então, apresentar aos respectivos organismos do Ministério da Justiça e dos Cultos os seus relatórios, propondo as medidas adequadas à «completa execução e rigoroso cumprimento» das mencionadas leis.

1 – O INSPECTOR BORGES GRAINHA

Manuel Borges Grainha, nascido na Covilhã a 14 de Janeiro de 1862, professor do liceu Passos Manuel à data da proclamação da República, jornalista e escritor, estudara na sua juventude com os jesuítas. Abandonada a Companhia de Inácio de Loyola, onde não chegara a ser ordenado, Borges Grainha erigiu-a, ao longo do resto da sua vida, no seu principal inimigo, tendo publicado vários livros panfletário contra a congregação a que pertencera³. Tal não era sequer mitigado pelo facto de Borges Grainha ter um irmão jesuíta, o Padre Francisco Borges Grainha.

Com tal espírito anticongreganista, Grainha era a pessoa indicada para liderar o processo de juízo histórico sobre o congreganismo. Nomeado em 18 de Janeiro de 1911 para a Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, na qualidade de Vogal, Borges Grainha ficou particularmente encarregado por Afonso Costa de organizar no edifício do Quelhas n.º 6, o Arquivo, Museu e Biblioteca das Congregações⁴, na dependência da Comissão Jurisdicional. Para lá, desde Junho de 1911 foram sendo remetidos, pela Comissão das Congregações, caixotes, malas, cestos, carroças, etc., contendo livros, papéis, estátuas, retábulos, quadros, móveis e outros objectos variados, vindo de diversas casas religiosas, não só de Lisboa como de todo o país.

Pelo Decreto n.º 3 410, de 28 de Setembro de 1917, foi criado formalmente o Arquivo das Congregações, subordinado ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das congregações religiosas, existentes em Portugal à data da proclamação da República.

Para a criação do museu muito contribuiu Júlio Dantas, então Inspector das Bibliotecas, que sugeriu à Comissão Jurisdicional a integração deste seu arquivo nos Arquivos Nacionais. Era então Bernardino Machado Presidente da República, Alexandre Braga Ministro da Justiça e dos Cultos e Artur de Almeida Ribeiro Ministro da Instrução Pública. A 29 de Setembro Manuel Borges Grainha, por imposição da Comissão Jurisdicional, era nomeado Director do Arquivo das Congregações.

2 – OS PRIMEIROS PASSOS

A partir da sua nomeação para a inspecção anticongreganista, Borges Grainha passou correntemente a assinar «Director do Arquivo das Congregações e Inspector das Leis da Separação e das Extintas Congregações Religiosas»⁶, não perdendo tempo nas suas novas incumbências. A 6 de Fevereiro de 1922 decide enviar uma circular a todos os Provinciais e Superiores Gerais de cada congregação religiosa, a cujos membros fosse permitido residir em Portugal, para que lhes mandassem directamente, para ser depois enviado ao Ministério da Justiça, uma lista ou catálogo dos seus membros, indicando a residência actual de cada um deles⁷.

Esta primeira carta de Grainha é redigida de forma cordata, afirmando que desejava que a sua função de Inspector das Leis da Separação e das Congregações Religiosas, fosse executada «do modo menos incomodativo para os próprios congreganistas, porque, desde que estes cumpram as leis que lhes dizem respeito, o Governo da República em nada os incomodará».

A circular prossegue, reconhecendo Grainha que nas leis anticongreganistas havia pontos muito fáceis de cumprir, e que alguns congreganistas já tinham cumprido, mas outros não, «talvez por menos conhecimento da lei ou por falta de atenção a ela». Ora, um dos pontos que Grainha lembra aos responsáveis congreganistas é, precisamente, o da necessidade de os religiosos comunicarem ao Governo a sua residência. Exactamente por isso não se ter executado completamente, apesar da portaria 2.701, de 12 de Abril de 1921, que de novo o ordenava, é que ele tinha sido nomeado inspector das leis congreganistas com recomendação especial para atender ao cumprimento desse parágrafo.

Aqui estava a grande justificação da criação deste cargo, pela pena do próprio Inspector: os congreganistas não cumpriam as leis, nomeadamente não comunicando onde se tinham fixado; surgira, por isso, a portaria de 12 de Abril de 1921, que os religiosos também não tinham cumprido; perante tal atitude, a República decidira, então, criar um cargo excepcional de inspecção da aplicação das leis, com os poderes extraordinários que lhe eram conferidos.

O trato inicial da carta circular era cordato; se, porém, os Provinciais e Superiores Gerais não quisessem assentir com a determinação do inspector, este declarava, que teria de proceder oficialmente e que também não seria difícil fazer uma averiguação completa, porque «sem incomodo meu», já lhe tinham chegado indicações da residência de quase todos os congreganistas, dos dois sexos, residentes em Lisboa e seus arredores, e de muitos residentes noutras terras do país, entre outras, no Porto e em Braga.

A verdade, porém, é que as respostas não vinham com a rapidez desejada de todos os lados, como Grainha dava a entender. Os Franciscanos, por exemplo, demoraram vários meses a responder, o que só aconteceu a 25 de Maio. Carta a que Grainha responde, dirigindo-se ao Provincial dos Franciscanos, Padre Manuel Alves Correia, a 2 de Julho de 1922⁸.

Depois de ter afirmado que os Padres do Espírito Santo tinham respondido em poucos dias, pela mão do Provincial, Padre Moisés de Pinho, Borges Grainha explica que tinha ido pessoalmente à Rua Gomes Freire entregar tal circular com o sobrescrito aberto, para o caso de encontrar algum padre e explicar-lhe os fins dela. Só em Maio é que acabaria por se efectuar um contacto pessoal, no qual o Padre Augusto de Araújo se encontrou com o inspector, na sequência desta resposta.

Passou-se isto relativamente aos Padres do Espírito Santo e Franciscanos. Relativamente aos outros religiosos, Grainha explicava ao Provincial Franciscano que não lhes tinha enviado a circular tendo, no entanto, já ordenado as providências necessárias para se obter oficialmente esse conhecimento.

Quer actuando de forma bastante persuasiva, quer recorrendo a outras formas, a verdade é que no princípio de 1923 Borges Grainha tinha já pronto o *Relatório sobre as infracções das Leis Congreganistas e da Separação que se estão praticando no nosso País, de cuja averiguação fui encarregado por Portaria de 24 de Novembro de 1921*⁹.

3 – O RELATÓRIO DE 1923

Ainda que responsável pela inspecção do incumprimento das duas leis, da Separação e da extinção das congregações religiosas, é notório que Borges Grainha tinha uma particular apetência para o tratamento da questão congreganista, pelo que o relatório trata unicamente deste problema, isto é, o regresso que se estava a verificar de congregações religiosas, particularmente de congregações femininas.

De imediato Borges Grainha tentou levar a efeito essa incumbência. Além de recorrer à consulta dos Provinciais e Superiores, procedeu de imediato à recolha de informações sobre eventuais transgressões da lei de 8 de Outubro de 1910. Uma dessas formas foi recorrer à denúncia de particulares, a quem reconhecia no relatório que tinham prestado informações «bastantes e muito valiosas».

Um exemplo destes encontra-se na denúncia de Carlos Augusto de Sousa, ajudante do Conservador do Registo Civil de Castelo Branco, da presença no Hospital da Misericórdia de sete irmãs de caridade e outras não quantificadas num asilo de crianças ¹⁰. E concluía este zeloso cumpridor da lei:

«A lei da separação nesta cidade é letra morta, pois que, há templos abertos de noite, toque de sinos, palhaçadas pelas ruas, etc. (...) Tem V. Ex.a aqui meia dúzia de elementos liberais, capazes de a fazer respeitar e cumprir gratuitamente e eu sou um deles».

Borges Grainha deu andamento à denúncia vinda de Castelo Branco, tal como estava a fazer a outras da mesma espécie que ia recebendo ¹¹, pedindo simplesmente que essas cartas viessem legalmente documentadas e com testemunhas, o que acontece logo a 12 de Dezembro desse mesmo ano. Eram denunciadas sete religiosas no Hospital da Misericórdia e três no Asilo da Infância Desvalida da mesma cidade.

Borges Grainha reconhece na introdução do seu relatório que tal fonte não bastava e que se tinha tornado também necessário que essas informações particulares fossem verificadas e ampliadas por funcionários oficiais, dependentes dos Ministérios do Interior, da Instrução, dos Estrangeiros e da Justiça, cujos serviços o inspector podia requisitar conforme a portaria lhe facultava. Grainha queixava-se que, apesar de ter requisitado tais serviços, até ao momento, dalguns desses funcionários não tinham chegado às suas mãos informações nenhuma; doutros tinham vindo, mas incompletas e algumas até erradas.

Apesar do Relatório estar, como ele próprio reconhece, ainda incompleto, por falta dessas informações oficiais, Borges Grainha decidiu, de qualquer modo, apresentar o *Mapa das Infracções já averiguadas*.

4 – O MAPA DAS INFRACÇÕES

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas pela inspecção tinha que ver com a confirmação do carácter congreganista de muitos dos nomes detectados. Borges Grainha responsabilizava Hintze Ribeiro e a sua legislação por estas dificuldades. De facto, pelo decreto de 20 de Abril de 1901, as congregações religiosas acabavam, na prática, por ser reconhecidas, na qualidade de associações religiosas, desde que se dedicassem apenas a actos de beneficência ou caridade, à educação e ao ensino, ou à propaganda da fé e civilização no ultramar ¹².

E foram exactamente a educação e o ensino as saídas mais usadas pelos religiosos, a fim de se manterem ou reintroduzirem em Portugal. Isto porque Hintze Ribeiro tinha também autorizado, por decreto do mesmo ano, de 24 de Dezembro, o exercício legal das funções docentes. Como afirma Borges Grainha, Hintze Ribeiro tinha proporcionado aos religiosos maneira de poderem apresentar-se legalmente habilitados

para esse ensino. No momento da inspecção de Grainha, muitas religiosas procuraram mostrar que já exerciam o magistério antes de Dezembro de 1901, uma vez que este decreto isentava de apresentação de prova de habilitação legal, quem comprovasse exercer já a docência, antes da publicação do diploma. Assim, justamente ao abrigo desta possibilidade, muitas religiosas justificavam a sua habilitação para a docência.

Esta era uma das formas de tornear a lei que as impedia de existirem em Portugal como congreganistas. Mas para complicar ainda mais a inspecção de Grainha, algumas dessas religiosas negavam que o fossem, embora os seus nomes se encontrassem nos catálogos e livros de matrícula das varias congregações, outras diziam-se secularizadas desde outubro de 1910, afirmando-se outras ainda ex-congreganistas. O Relatório reconhece esta situação, rejeitando liminarmente as várias negações das religiosas. Porque, o que para Grainha era necessário era conseguirem provar que a sua secularização não era apenas a falta do hábito e mudança de traje, mas que tinham efectivamente abandonado a respectiva congregação, o que o inspector considera não terem conseguido.

O mesmo se poderia dizer com respeito às que se diziam ex-congreganistas. Borges Grainha não tinha dúvidas: estava-se realmente na presença de religiosas. Certeza reforçada ainda pelo facto de alguns dos asilos e colégios indicados no Mapa se encontrarem nos mesmos locais onde estavam, em 1910, os das respectivas congregações, dalguns dos quais as congreganistas nem tinham chegado a sair.

É o seguinte o «MAPA DOS COLEGIOS, ASILOS E RESIDENCIAS CONGREGANISTAS EXISTENTES NO PAÍS EM DEZEMBRO DE 1922»:

QUADRO I – FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS (TRINAS)

LOCALIDADE	CASA	DIRECTORA	NOME RELIGIOSO	RELIGIOSAS	OBSERVAÇÕES DE BORGES GRAINHA
Paredes de Coura	Asilo de N.ª S.ª da Conceição	Gândida de Jesus Pereira da Silva	Irmã do Coração de Jesus	—	A Irmã está secularizada desde 1910. Não saíram em 1910.
Arcos de Valdevez	Asilo de Meninas	Maria Madalena da Costa	Irmã Noemi da Conceição	—	Sem informação
Ponte de Lima	Colégio das Meninas	Maria de Vasconcelos e Maria da Conceição Martins Leite	Irmã Maria do Bom Jesus e Irmã Rosa Maria	—	Nas informações do Inspector não há referência nenhuma à qualidade Congreganista destas freiras
Caminha	Colégio de Santo António	Maria da Glória Alves da Mota	Irmã Maria Domingos da Conceição	—	O Inspector informa que «nesta vila não consta que no referido Colégio se ensinem doutrinas contrárias às Leis da República, à liberdade dos cidadãos, e à moral social»
Castelo Branco	Asilo Distrital da Infância	Maria da Soledade Silva	Irmã de S. Gonçalo (Regente)	Elisa da Conceição, Oliveira (Irmã Maria Salomé) Regente; Aurora Maria das Dores e Almeida, professora	Aurora Maria das Dores e Almeida entrou na congregação em Espanha
Vila Real	Residência	—	—	8 na Freguesia de S. Dinis e 6 na Freguesia de S. Pedro	Ignora-se se residem em cada casa em número superior a três, quais as ocupações e «se estão dentro ou fora das Leis da República»
Lisboa	Residência	—	—	4 na Rua dos Navegantes, 5	Segundo o Regedor, o «movimento dessas Congreganistas varia, sendo umas vezes mais e outras menos e parece que se dedicam ao serviço da enfermagem particular»
Por todo o país	Hospitais e creches	—	—	—	«Em muitos hospitais e creches do País estão muitas Trinas Hospitaleiras em serviço de beneficência, como a lei permite desde que sejam só três em cada casa, e os seus nomes estejam inscritos em lugar acessível ao publico este ultimo paragrafo e que geralmente não se cumpre»

QUADRO II – DOROTEIAS

LOCALIDADE	CASA	DIRECTORA	NOME RELIGIOSO	NÚMERO DE RELIGIOSAS	OBSERVAÇÕES DE BORGES GRAINHA
Vila do Conde	Colégio de Meninas	Maria da Luz Lopes Coelho	Irmã Lopes	—	O Inspector informa que «não me consta que no referido estabelecimento de instrução haja congreganista alguma»
Porto	Asilo de Vilar ou do Arcediago Van Zeller	Maria Rita Soares	Madre Soares	—	Continuaram após 1910
Lisboa	Escola e Residência das Doroteias, Largo de S.ª Marinha n.º 18	Georgina Ribeiro	12 religiosas (dos 14 aos 65 anos), 50 crianças e mais sete raparigas	—	O Regedor da Freguesia da Graça afirma que «umas vezes há mais senhoras, outras menos»
Sintra	Colégio no Palácio	—	—	—	«Em Sintra muita gente gosta da existência ali daquele Colégio»

QUADRO III – DOMINICANAS

LOCALIDADE	CASA	DIRECTORA	NOME RELIGIOSO	NÚMERO DE RELIGIOSAS	OBSERVAÇÕES DE BORGES GRAINHA
Lousã	Colégio de meninas	Isabel Saldanha de Oliveira e Sousa	Irmã Maria Teresa de Jesus	—	A directora declarou-se ex-congreganista com outras ex-congreganistas ao seu serviço
Lisboa, Rua Gomes Freire, 147	Residência	—	3 (?) Irmã Maria de Santo Henrique Lugo, Irmã Maria de S. Gabriel, Rosa Ferreira Gomes	—	O nome desta última não está confirmado como religiosa; o Regedor da freguesia da Pena informou que «estas senhoras dizem não serem congreganistas»

MAPA – CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS EM PORTUGAL (1922)
Segundo o relatório de Borges Grainha



Na sequência das suas investigações, cujas conclusões se encontram nos quadros anteriores, Borges Grainha identificava, em Dezembro de 1922, apenas três congregações femininas a trabalhar em Portugal: As Franciscanas Hospitaleiras (Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição), as Doroteias e as Dominicanas de Santa Catarina de Sena. Eram estas realmente aquelas que, não só em número, tinham já tido uma acção intensiva na Monarquia e agora voltavam ao país, do qual muitas, aliás, nunca chegaram a sair.

No entanto, após identificar estas religiosas em Portugal, Borges Grainha reconhece no seu Relatório que esta é uma lista muito incompleta. Num aditamento às casas identificadas, acrescenta:

«Existem em Lisboa Colegios de cuja qualidade Congreganista não há informação segura, estando instalados respetivamente no Campo dos Mártires da Patria n.º 67, Rua de Santa Marta no 94, Travessa do Loureiro n.º 7 e no Lumiar».

Por informação dos Inspectores Escolares concluía que as professoras destes colégios não tinham as habilitações legais para exercerem o magistério particular.

Por outro lado, através de informações particulares, Grainha supunha que no colégio do Campo dos Mártires da Pátria ensinavam Dominicanas e que nos outros restantes colégios tinham ensinado as Irmãs de Caridade até à implantação da República.

A informação que se segue é particularmente interessante. Quem eram as dirigentes destes três últimos colégios? Os seus nomes são identificados como: Henriqueta Sequeira Lopes e Luísa Andaluz. E é precisamente sobre esta última que o relatório mais se debruça. Dela informava Grainha que residia mais demoradamente em Santarém, onde também dirigia outro colégio feminino, que anteriormente à República fora congreganista. O Relatório refere-se, sem o identificar, à Escola que Luísa Andaluz dirigia em Santarém desde 1914. Aliás, nesta mesma cidade onde residia, Luísa Andaluz vinha trabalhando nesta área desde 1891, data em que, com 14 anos apenas, «dócil ao pedido do Cardeal de Lisboa, D. José Neto, se lançou na obra de promoção humana, ajudando as religiosas na abertura de uma escola primária, no Convento, levada a efeito pelas Irmãs Capuchas... começando assim o Externato de Nossa Senhora dos Inocentes»¹³. A 15 de Outubro de 1923, Luísa Andaluz, em conjunto com outras seis senhoras, instalava no palácio dos pais aquela que viria a ser a primeira comunidade da futura Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, aprovada canonicamente em 1939.

Disto nada sabia Borges Grainha e os seus informadores, nem tão-pouco que este grupo nascente da futura congregação de direito diocesano, iria ser fundamental para o arranque e afirmação do importante jornal católico Novidades, desde o mesmo ano de 1923, no edifício da União Gráfica, na Rua de Santa Marta. Com efeito, foi em volta do jornal Novidades que apareceu à luz do dia o primeiro grupo das Servas de Nossa Senhora de Fátima¹⁴. Ao inspector escolar do ensino primária que a interrogara, avança o Relatório, fez D. Luísa Andaluz «notar delicadamente» que o Colégio de Santa Marta era de instrução secundária e que, portanto ele não tinha direito a fazer esse interrogatório. Ao que Borges Grainha acrescentou o perspicaz comentário: «Desejo de se ocultarem»!

A este levantamento das casas congreganistas novamente existentes em Portugal, Borges Grainha acrescentava que lhe constava haver ainda outros colégios congreganistas em Guimarães, Braga e noutras povoações do Minho. Porém destes colégios não pôde obter informações seguras, nem particulares, nem oficiais.

5 – AS SUSPEITAS DO INSPECTOR

Tendo chegado a tais números, o Inspector das Congregações passa a um conjunto de considerações:

1.º – Pelo *Mapa* junto e pelos documentos que lhe chegaram às mãos, Borges Grainha reconhece que no país havia já bastantes colégios congreganistas.

2.º – Algumas autoridades escolares e administrativas favoreciam-nos, chegando mesmo a encobri-los, enquanto outras se empenhavam em avisar as autoridades superiores dessa existência, reclamando mesmo a sua extinção, embora não encontrem o eco necessário para tal.

3.º – Grainha acreditava que as casas congreganistas continuavam a aumentar, visto que havia muita gente que o desejava, assim como autoridades complacentes.

4.º – O Inspector estava também a par que informado que bastantes jovens iam professar ao estrangeiro.

5.º – Existia uma diferente actuação das várias congregações: os congreganistas masculinos, Franciscanos e Padres do Espírito Santo, resolveram-se a acatar as leis da República, tanto em Portugal como nas colónias, tendo comunicado oficialmente os locais onde residiam no País, e os seus números de congreganistas, que não eram mais de três, conforme prescrevia o Decreto de 8 de Outubro, ocupando-se estes religiosos na preparação de missionários para as colónias de África.

6.º – Ao contrário destes aparentemente bem comportados religiosos, Grainha considerava que as religiosas não só não cumpriam o decreto de 8 de Outubro de 1910, dando conta oficial dos locais onde residiam, como até procuravam ocultar-se o mais possível. De que maneira? O relatório especifica: umas negando a sua qualidade de congreganistas, que muita gente lhes conhecia, e outras dizendo-se secularizadas ou ex-congreganistas, quando muita gente sabia que continuavam a ser religiosas, isto é, pertencendo de facto às respectivas congregações e obedecendo às respectivas superiores, tendo apenas largado o hábito que substituíram por outro traje. Borges Grainha acusa mesmo os directores espirituais das religiosas que assim actuavam, pois tais padres diziam-lhes que, desde que uma vez que não lhes era consentido usar o hábito, podiam negar a sua qualidade congreganista.

7.º – Grainha reconhecia que esta confirmação efectiva de abandono de uma congregação não tinha sido tratada nos decretos anticongreganistas de 1910 e que deveria ser regularizado, uma vez que congreganistas de ambos os sexos tinham efectivamente abandonado as congregações a que pertenciam.

8.º – Nesta sequência, Grainha sugeria que a esses verdadeiros ex-congreganistas se poderia permitir o ensino e até o estabelecimento de colégios, onde poderiam prestar bons serviços, como, aliás, já estavam prestando alguns que o inspector conhecia; tal como a estes, também aos verdadeiros ex-jesuítas se deveria dar tal privilégio, porque,

adianta Grainha, bastantes, que saíram de Portugal e outros que já entraram na Companhia no estrangeiro, já a teriam abandonado e regressado a Portugal; destes últimos, lamentava-se, nem tinham o catálogo. O que se poderia fazer com estes ex-congreganistas? Grainha propunha o caminho: apresentar-se-iam nas autoridades competentes, obrigar-se-iam a dar notícia das localidades onde tencionassem residir e fiscalizar-se-ia a sua obra, sobre a qual depois recairia a aprovação ou reprovação oficial dentro das leis do país.

9.º – O que levava a que muitos pais quisessem colocar os seus filhos em colégios congreganistas era o seu desejo que os seus filhos fossem educados pelos mesmos religiosos e religiosas que os tinham já educado.

10.º – A História nos colégios congreganistas era leccionada de forma falsa e adulterada.

11.º – Borges Grainha assinalava ainda que havia pais e mães, e principalmente estas, que desejavam que seus filhos e suas filhas, e principalmente estas, fossem frades e freiras. Isto provava-se pelos catálogos e listas que o inspector possuía onde se poderia facilmente detectar que da mesma família estavam nas várias congregações, dois, três, quatro e mais irmãos e irmãs.

12.º – Outro motivo que levava a que as famílias desejassem enviar seus filhos e principalmente suas filhas para colégios congreganistas é o económico, porque estes colégios congreganistas, sobretudo os das pequenas povoações, saíam mais baratos que os colégios seculares, que quase não existiam nas pequenas povoações, mas apenas nas cidades, onde eram mais caros.

13.º – A fim de evitar que as famílias continuassem a mandar seus filhos e principalmente suas filhas para colégios congreganistas, seria necessário que o governo da República pensasse em criar o maior número de liceus e institutos médios femininos, no tipo das Écoles Ménagères ou Écoles Moyennes Belgas.

14.º – Borges Grainha conclui o relatório e as suas considerações finais afirmando misteriosamente conhecer o processo para se poder estar em dia com todo o movimento da vida congreganista em Portugal. Não adianta qual, apenas referindo que tal só podia ser comunicado confidencialmente a um chefe de governo que o desejasse saber e providenciar em conformidade. Tal confiança em tais misteriosos métodos só seria possível, uma vez que tinha sido por esse processo que Grainha pudera obter os esclarecimentos expostos neste relatório, informações que, aliás, poderiam ter sido mais completos se Grainha pudesse ter seguido esse processo inteiramente.

Do que não resta dúvida é que os dados que o inspector Borges Grainha conseguiu reunir são claramente incompletos, provam que ele não tinha efectivamente uma ideia total da existência congreganista do país e, fenómeno que ele não conseguiu identificar, estava a passar-lhe totalmente ao lado o aparecimento de congregações portuguesas, como a de Luiza Andaluz e outras que apareceriam ainda antes do fim da República¹⁵

No fundo, porém, a grande perplexidade de Grainha e dos que partilhavam a sua visão anticongreganista, não era mais do que não conseguirem, nem perceber, nem travar «a facilidade de entrada e saída da fronteira de frades e freiras e estudantes duns e doutros sem passaporte nem conhecimento oficial das autoridades competentes»¹⁶. Era o reconhecimento da impotência perante este novo e definitivo regresso dos membros das ordens e das congregações religiosas a Portugal. Borges Grainha e o seu Relatório já não vinham a tempo para o travar.

S I G L A S

ABREVIATURAS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AC – Arquivo das Congregações

M. – Maço

N O T A S

¹ ANTT, AC, M. 28.

² Art. 6.º do Decreto de 8 de Outubro de 1910.

³ Cf. Bibliografia.

⁴ AC, M. 30, História e Legislação do Arquivo das Congregações.

⁵ *Idem*, p. 3.

⁶ AC, M. 28.

⁷ *Idem*, Circular de Manuel Borges Grainha aos Provinciais e Superiores de cada congregação, 6 de Fevereiro de 1922.

⁸ AC, M. 28.

⁹ AC, M. 62.

¹⁰ AC, M. 28, Carta de Carlos Augusto de Sousa, Ajudante do Conservador do Registo Civil de Castelo Branco, a Borges Grainha, s/d.

¹¹ *Idem*, Resposta de Borges Grainha, 2 de Dezembro de 1921.

¹² Decreto de 18 de Abril de 1901, Art. 1.º, § 1, b).

¹³ In «50 anos ao serviço do Reino de Deus», Lisboa, 1989, p. 86.

¹⁴ D. Manuel da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, citado in Dário Pedroso S. J., *Audácia e Serviço – Vida de Luiza Andaluz*, Braga, 1989, p. 60.

¹⁵ Cf. capítulo seguinte.

¹⁶ AC, M. 28, Resposta de Borges Grainha ao Cônsul de Portugal em Tuy, 16 de Outubro de 1922. O Consulado de Portugal em Tuy tinha denunciado a existência nesta cidade de várias casas dos religiosos fugidos à República: Doroteias, Franciscanas do Bom Pastor, Franciscanas Hospitalares, Irmãos do Sagrado Coração de Maria, Franciscanas Missionárias de Maria, Jesuítas e Franciscanos.

APÊNDICE

RELATÓRIO DE BORGES GRAINHA DE 1923

Relatorio sobre as infracções das Leis Congreganistas e da Separação que se estão praticando no nosso Pais, de cuja averiguação fui encarregado por Portaria de 24 de Novembro de 1921.

Exmo. Senhor

Encarregado por Portaria de 24 de Novembro de 1921 de averiguar das infracções das Leis anti-Congreganistas e da Separação que se estavam dando no Pais, procurei imediatamente desempenhar-me dessa incumbencia.

Tratei de ouvir pessoas particulares que me pudessem dar informações sobre o assunto e, de facto, ministraram-me bastantes e muito valiosas, referentes principalmente aos artigos 6.º e seus parágrafos do Decreto de 8 de Outubro de 1910, e 40.º e 41.º do Decreto de 31 de Dezembro do mesmo ano, que prescrevem que não podem residir mais de 3 Congreganistas na mesma casa, e lhes proibem exercer a direção, administração e magisterio em estabelecimento de ensino.

Era, porém, necessario que essas informações particulares fossem verificadas e ampliadas por funcionarios officiaes, dependentes dos Ministerios do Interior de Instrução, dos Estrangeiros e de Justiça, cujos serviços eu podia requisitar conforme a mesma Portaria me facultava.

Requisitei esses serviços. Mas até agora, dalguns desses funcionarios não chegaram ás minhas mãos informações nenhuma; doutros vieram-me, mas incompletas e algumas erradas, conseguindo eu emendar esses erros por meio dos *Catálogos de Congreganistas* e doutros documentos que se reuniram no *Arquivo das Congregações*.

Estes factos têm retardado a apresentação do meu Relatorio, visto estar ainda incompleto por falta dessas informações officiaes, entre tanto resolvi apresentar á consideração de V. Exa. o Mapa das Infracções já averiguadas.

Para comprehensão desse Mapa em que aparecem varias Congreganistas inscritas nas Inspeções Escolares, com faculdade de exercerem o ensino primario particular, convem ter presente que Hintse Ribeiro, tendo pelo Decreto de 20 de abril de 1911 facultado a continuação dos Colegios Congreganistas, embora com outros nomes, no Decreto n.º 8 de 24 de dezembro, do mesmo ano, proporcionou-lhes maneira de poderem apresentar-se legalmente habilitadas para esse ensino.

O Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 diz o artigo 102:

«O ensino primario particular só pode ser exercido por individuo legalmente habilitado», mas logo no artigo seguinte, 103, e junta: «ficam isentos de prova de habilitação legal a que se refere o artigo anterior os individuos que mostrarem haver exercido o magisterio primario particular á data da publicação do presente decreto».

Ora por varios documentos existentes no *Arquivo das Congregações* vê-se que uma grande parte de Congreganistas procuraram mostrar que já exerciam o magisterio nessa data, e vê-se tambem que em 1903 essas Congreganistas mandaram inscrever-se nas 3 Inspeções Centrais, Porto, Coimbra e Lisboa, valendo-se desse documento, porque o Regulamento de Instrução Primaria de 19 de setembro de 1902 a isso as obrigava. E verifica-se que as Superiores fizeram inscrever o maior numero que puderam, de Congreganistas suas, como professoras, como se lê, num rascunho que havia de ser mandado para a Inspeção de Lisboa, guardado no *Arquivo das Congregações*, onde na columna em branco, dos nomes das professoras dum Colegio Congreganista, há esta frase: «Mettre tout ce que vous pourrez».

Na inscrição de varias professoras Congreganistas, que se encontram no Mapa junto, nota-se que se servirem de documentos identicos, e as que estavam em Guimarães, e hoje estão noutros pontos, mandarem inscrever-se na Inspeção do Porto em 1 de julho de 1903.

Nas informações dos varios funcionarios, transcritas no Mapa junto encontra-se que umas Congreganistas negam que o sejam, embora os seus nomes se encontrem nos *Catálogos* e *Livros de Matricula* das varias Congregações, outras dizem-se secularisadas desde outubro de 1910, e outras ainda dizem-se ex-Congreganistas.

Dizem-no mas não o provam? Era necessário provarem que a sua secularização não era apenas a falta do Hábito e mudança de traje, mas a *saída efetiva* da Congregação para o que há *documentos especiais*, as *Demissórias* o que não apresentaram. O mesmo se pode dizer com respeito às que se dizem *ex-Congreganistas*.

Alguns dos Asilos e Colegios, indicados no *Mapa* junto, estão nos mesmos locais onde estavam, em 1910, os das respetivas Congregações, dalguns dos quais as Congreganistas nem chegaram a sair.

MAPA DOS COLEGIOS, ASILOS E RESIDENCIAS CONGREGANISTAS EXISTENTES NO PAÍS EM DEZEMBRO DE 1922

TRINAS HOSPITALEIRAS

1.º – Paredes de Coura – Asilo de N.ª Sr.ª da Conceição. É o mesmo onde estavam dirigindo e ensinando as Trinas Hospitaleiras em 1910, e donde parece não saíram. – Directora: D. Candida de Jesus Pereira da Silva. No *Livro de Matricula das Trinas Hospitaleiras* tem o n.º 1052, e o nome em Religião, de Irmã do Coração de Jesus.

OBSERVAÇÃO: O Inspector Escolar de Arcos de Vale de Vez, Camilo J. de Carvalho, informa que esta Irmã se acha secularizada desde outubro de 1910; que será inscrita como professora particular na extinta Circunscrição Escolar do Porto não tendo apresentado a certidão de inscrição porque a tem na cidade de Guimarães, donde a mandou vir. Informa mais que falou com as autoridades locais e outras pessoas de maior representação que fizeram as melhores referencias à Escola que inspecionou e que lhe deixou as melhores impressões.

2.º – Arcos de Vale de Vez – Asilo de Meninas. – Directora: D. Maria Madaglena da Costa. No *Livro de Matricula* tem o n.º 890, e o nome em Religião, de Irmã Noemi da Assunção.

OBSERVAÇÃO: Não me chegou ainda às mãos o officio do Inspector que trata deste Asilo.

3.º – Ponte de Lima – Colegio de Meninas – Dirigido e Administrado por: D. Maria de Vasconcelos, que no *Livro de Matricula*, tem o n.º 927, e o nome em Religião, de Irmã Maria do Bom Jesus, e D. Maria da Conceição Martins Leite que no *Livro de Matricula* tem o n.º 1049, e o nome em Religião, de Irmã Rosa Maria.

OBSERVAÇÃO: O Administrador do Concelho, Guilhermino Pereira de Castro, envia junto cópia das certidões de inscrição na extinta Circunscrição do Porto, destas duas freiras feita ali em 1 de julho de 1903, apresentando como documento para essa inscrição: «Atestado comprovativo que já exerciam o magisterio primario particular à data da publicação do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901. E ajunta que neste Colegio apenas se acham inscritas duas professoras e, posto o numero de senhoras existentes no mesmo sejam maior, as restantes exercem vários trabalhos domesticos, incluindo o de culinaria, e servem de vigilantes às crianças, não lhe constando que ali se ensinem doutrinas contrarias às Leis da Republica, liberdade dos cidadãos e moral social. Nas informações do Administrador e do Inspector escolar respètivo de Viana do Castelo, Manoel G. Ferreira Vilas Bôas, *não há referencia nenhuma á qualidade Congreganista* destas freiras, a qual só pode apurar pelo *Livro de Matricula*.

4.º – Caminha – Colégio de Santo António – Directora: D. Maria da Gloria Alves da Mota. No *Livro de Matricula* tem o n.º 641 e o nome em Religião, de Irmã Maria Domingos da Conceição.

OBSERVAÇÃO: Pela informação dada pelo Administrador do Concelho Joaquim Bernardino da Costa Pinheiro, e enviada ao Inspector Escolar respètivo Manoel G. Ferreira Vilas Bôas sabe-se que essa freira se fizera inscrever como professora de

ensino primario particular na extinta Circunscrição Escolar do Porto, em 1 de julho de 1903, como as suas correligionarias indicadas no n.º anterior. E informa mais «que nesta vila não consta que no referido Colegio se ensinem doutrinas contrárias ás Leis da Republica, á liberdade dos cidadãos, e á moral social».

5.º – Castelo Branco – Asilo Distrital da Infancia Desvalida – Regente: D. Maria da Soledade Silva. No Livro de Matricula tem o n.º 221, e o nome em Religião, de Irmã de S. Gonçalo, Mestra; D. Elisa da Conceição Oliveira. No Livro de Matricula, tem o n.º 329, e o nome em Religião, de Irmã Maria Salomé. – Professora: D. Aurora Maria das Dores e Almeida, cujo nome já não está no Livro de Matricula visto ser bastante nova e ter entrado na Congregação em Espanha, donde veio para Castelo Branco. É a unica inscrita oficialmente para o ensino particular; não conheço porem a certidão ou forma dessa inscrição visto não ter chegado ás minhas mãos.

RESIDENCIAS

Vila Real – Consta-me por documento oficial que na Freguesia de S. Dinis desta cidade, residem 8 Trinas Hospitaleiras, e na Freguesia de S. Pedro residem 6. Tenho presentes os nomes e idades dessas freiras entre as quais há uma de vinte e um ano, que á data da expulsão, em outubro de 1910, apenas teria nove anos, e outra de vinte e seis anos, sendo a mais velha de sessenta e cinco anos. Ignoro, porem, se em cada Freguesia residem juntas na mesma casa em numero superior a três, ou separadas, e quais as suas occupações, se estão dentro ou fora das Leis da Republica.

Lisboa – Na Rua dos Navegantes 5, cave e primeiro andar, residem atualmente 4 Trinas Hospitaleiras, cujos nomes e idades tenho presentes tendo a mais velha setenta e cinco anos de idade. A informação do Regedor respétivo diz que o movimento dessas Congreganistas varia, sendo umas vezes mais e outras menos e parece que se dedicam ao serviço de enfermagem particular.

Hospitais e Creches – Em muitos hospitais e creches do País estão muitas Trinas Hospitaleiras em serviço de beneficencia, como a lei permite desde que sejam só três em cada casa, e os seus nomes estejam inscritos em lugar acessivel ao publico; este ultimo parágrafo é que geralmente não se cumpre.

DOROTEIAS

COLEGIOS E ASILOS

6.º – Vila do Conde – Colegio de Meninas – Directora: D. Maria da Luz Lopes Coelho que tem o n.º 95 no Catálogo das Doroteias de 1906, e é em Religião a Irmã Lopes. Este Colegio está no mesmo edificio, onde estava em 1910 o das Doroteias.

OBSERVAÇÃO: A informação do Inspector Escolar de Vila do Conde, Agostinho Gomes d'Azevedo é a seguinte: «Existe na Rua de Santa Luzia de Vila do Conde, desde novembro de 1920 um colegio ou curso particular de instrução primaria instalado no antigo edificio das Doroteias e regido por Maria da Luz Lopes Alves Coelho». «Pelas informações a que procedi não me consta que no referido estabelecimento de instrução haja Congreganista alguma, quer como professora quer como empregada». «Este curso acha-se perfeitamente regularizado nos termos regulamentares». Examinando eu esses termos regulamentares encontro que essa freira Doroteia fez-se inscrever em 1 de julho de 1903, na Inspeção Escolar Primaria do Porto, e que como documento para essa inscrição apresentou «um atestado comprovativo que já exercia o ensino primario particular á data da publicação do Decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 e que ensinava no Colegio da Sagrada Familia em Guimarães, que era um antigo Colegio das Doroteias».

7.º – Porto – Asilo de Vilar ou do Arcediago Van Zeller. – As Doroteias estavam ali dirigindo a administração e o ensino em 1910, e lá ficaram até hoje. Aqui há três anos, parece que a Regente era D. Maria Rita Soares, que no *Catálogo das Doroteias* de 1906, tem o n.º 68, e o nome em Religião, de Madre Soares.

8.º – Lisboa – Escola e Residência das Doroteias no Largo de Santa Marinha, n.º 18. – Residem ali doze senhoras, cujos nomes, idades e filiação tenho presentes, idades que variam desde quatorze a sessenta e cinco anos, segundo a informação do Regedor da Freguesia da Graça, o qual informa também que é vario o movimento desta casa, onde umas vezes há mais senhoras e outras menos. O Inspector Escolar J. Antonio d'Oliveira e Silva, diz que há ali uma Escola regida por D. Georgina Ribeiro de dezanove anos de idade (uma das senhoras indicadas na lista do Regedor), e que tem o diploma da Escola Normal de Lisboa, para poder ensinar, e que estão ali matriculadas 50 crianças. Informa mais «que noutro compartimento do edificio foi encontrar sete raparigas cujas idades devem variar entre quinze e vinte anos que estavam entregues a trabalhos de costura e bordados». «Sobre o ensino religioso foi-lhe assegurado que as cincoenta crianças matriculadas só o recebem ás quintas-feiras e domingos numa igreja das proximidades». «Apenas numa das paredes da aula estava pendurada uma pequena gravura representando um santo». «Chamou para o facto a atenção da professora dizendo-lh que havia de a retirar imediatamente».

OBSERVAÇÃO: Dessas doze senhoras as duas mais idosas teem os nomes no *Catálogo das Doroteias* de 1906 e são: D. Maria das Dores Silva Santos, de 63 anos de idade com o n.º 64, e em Religião, é a Madre Santos, e Contança da Conceição Ruas d'Abreu, de 65 anos de idade, tem o n.º 1, em Religião, é a Madre Abreu.

As outras senhoras como são muito mais novas, havendo duas menores de quatorze e quinze anos, talvez aspirantas ou noviças não teem os seus nomes no *Catálogo das Doroteias* de 1906, porque nesse ano algumas nem sequer existiam. Parece que estas Doroteias se dedicam á Catequese ou Obra Pia de Santa Doroteia como faziam antes de 1910, de há varios documentos no *Arquivo das Congregações*.

9.º – Cintra – No Palacio Gandarinha, no Arrabalde, existe desde 1921 um «Colegio que estava tributado na Repartição de Finanças em nome de António Caldeira Cabral e Herminia Monart». Mas em fevereiro do ano corrente Eugenie Sheinhelbert entregou na Repartição de Finanças de Cintra uma declaração afim dos dois (?) colegios que funcionaram no mesmo edificio da Gandarinha serem de futuro tributados em seu nome, a cargo de quem está a direcção dos mesmos». Consta-me por informações particulares muito seguras que este Colegio é dirigido por Doroteias e que os nomes estrangeiros das senhoras dirigentes devem ser talvez de origem suissa, visto que o Colegio das Doroteias do Sardão ao pé do Porto, e do Quelhas em Lisboa, passaram para Lucerna na Suissa em 1910.

OBSERVAÇÃO: Não pude até agora obter informação oficial, sobre este assunto, do Inspector Escolar e do actual Administrador, consta-me, porem, que em Cintra muita gente gosta da existencia ali daquele Colegio.

DOMINICANAS

COLEGIOS

10.º – Lousã – Colegio de Meninas. – Directora da Administracção: D. Isabel Sadanha d'Oliveira e Sousa, que tem o nome em Religião de Irmã Maria Teresa de Jesus, tendo entrado para a Congregação das Dominicanas, em 11 de novembro de 1900, segundo se lê no *Livro de Entradas* dessas Congreganistas existente no Arquivo das Congregações.

OBSERVAÇÃO: Segundo a informação do respètivo Inspetor Escolar, Alfredo Cesar da Silva Cardoso, esta senhora declarou-lhe que era ex-Congreganista e que tinha ao seu serviço outras ex-Congreganistas Dominicanas. Esta senhora tambem ensina no Colegio, inglês, alemão, pintura e piano, mas não tem diploma legal para

exercer o ensino, o mesmo acontecendo com a professora de francês. Há outras professoras que ensinam instrução primária, que têm atestado de inscrição legal para o ensino primário particular. Os diplomas de inscrição dessas professoras não veem copiados na informação que tenho presente, de modo que dela pouco se pode descobrir. Nota-se, porém, que uma delas se fizera inscrever na extinta Inspeção das Escolas Primárias de Lisboa em 23 de maio de 1903, o mesmo ano em que se fizeram inscrever outras freiras já citadas neste Mapa.

RESIDENCIAS

Lisboa – Na Rua Gomes Freire, n.º 147 residem D. Maria de Lima Rosado, que tem em Religião o nome de Irmã Maria de Santo Henrique Lugo, e entrou na Congregação das Dominicanas em 23 de julho de 1891, e D. Maria Ana Pinto Seival, que tem em Religião o nome da Irmã Maria de S. Gabriel, e entrou na dita Congregação em 21 de novembro de 1887, o que tudo consta no *Livro das Entradas das Dominicanas*. Reside também ali D. Rosa Ferreira Gomes, cujo nome não encontrei no referido *Livro*.

OBSERVAÇÃO: O Regedor da Freguesia da Pena informou que essas senhoras dizem não serem Congreganistas, entretanto os nomes das duas primeiras senhoras encontram-se no citado *Livro das Entradas das Dominicanas*.

ADITAMENTO

Existem em Lisboa Colegios de cuja qualidade Congreganista não há informação segura, estando instalados respetivamente no Campo dos Martires da Patria n.º 67, Rua de Santa Marta n.º 94, Travessa do Loureiro n.º 7 e no Luniar.

OBSERVAÇÃO: Pelas informações dos respetivos Inspectores Escolares, vê-se que as professoras destes Colegios não têm as habilitações legais para exercerem o magisterio particular. Informações particulares dizem que no primeiro desses Colegios ensinam Dominicanas, e que nos outros restantes Colegios até à implantação da Republica em 1910, ensinavam Irmãs da Caridade. As dirigentes destes três ultimos Colegios são: D. Henriqueta Sequeira Lopes, e D. Luisa Andaluz, a qual reside mais demoradamente em Santarem, onde também dirige outro Colegio de Meninas, que anteriormente à Republica fôra dirigido por freiras.

Esta senhora faz notar delicadamente ao Inspetor Escolar Primario, que a interrogava, que aquele Colegio era de instrução secundaria (o da Rua de Santa Marta n.º 94), e portanto ele não tinha direito a fazer esse interrogatorio. Desejo de se ocultarem. Consta-me que há ainda outros Colegios Congreganistas em Guimarães, Braga e noutras povoações do Minho, de que não pude obter informações seguras particulares, nem oficiais.

COLEGIOS DE CONGREGANISTAS PORTUGUESAS EM ESPANHA

TRINAS HOSPITALEIRAS

Tuy – Estas Congreganistas estabeleceram-se na Calle Saravia n.º 8, onde têm um Colegio com 40 alunas. E as Congreganistas residentes nessa Calle são em numero de 38, cujos nomes tenho presentes.

DOROTEIAS

Estas Congreganistas estabeleceram-se na Calle Ordoñez n.º 25, para onde mudaram o seu antigo Colegio da Sagrada Familia de Guimarães. Actualmente têm 30 alunas; residindo aí 72 Congreganistas Doroteias, entre professoras e leigas, cujos nomes tenho presentes.

IRMÃS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

(SACRÉ COEUR)

Estas Congreganistas estabeleceram-se na Calle Antero Rubin, n.º 3; para onde mudaram o seu antigo Colegio Inglês do Porto, onde têm 20 alunas, residindo aí 22 destas Congreganistas, cujos nomes tenho presentes.

FRANCISCANAS MISSIONARIAS DE MARIA

Estas Congreganistas estabeleceram-se na Calle Augusto Gonzalez Besada n.º 3, onde têm um Colegio com 18 alunas, residindo aí também 13 destas Congreganistas, cujos nomes tenho presentes.

JESUÍTAS

Os Jesuítas têm uma Residencia na Calle San Telmo n.º 21, onde estão 16 padres, e têm um Colegio em La Guardia, perto de Caminha onde, há uns três anos, tinham matriculados 60 alunos. Continuam publicando a *Brotéria* e *O Apostolo* que substitue o *Mensagem do Coração de Jesus*.

ADITAMENTO

Por informações particulares consta-me, que das outras Congreganistas Portuguesas; das Salesias estão algumas em Tuy e outras em Sevilha. As Dominicanas parece terem a sua Sêde em Salamanca, onde há pouco fizeram a eleição da Madre Geral, e as irmãs de S. José de Cluny têm um Colegio em Vigo.

CONSIDERAÇÕES

1.º – Pelo Mapa junto e pelos documentos que me chegaram às mãos, vê-se que no País há já bastantes Colegios Congreganistas e que algumas autoridades escolares e administrativas os favorecem ou encobrem; havendo, porém, outras que se empenham em avisar as estações oficiais superiores dessa existencia reclamando a sua extinção, não encontrando muitas vezes o auxilio requerido nessas Estações. É possível que estabelecimentos desta especie continuem aumentando, visto que há muita gente que os deseja, e autoridades complacentes. Estou informado que bastantes meninas têm ido professar ao estrangeiro, e conheço diferentes elementos que têm servido para esse fim.

2.º – Os Congreganistas Masculinos, Franciscanos e Padres do Espirito Santo, resolveram-se a acatar as Leis da Republica, tanto em Portugal como nas Colonias, tendo comunicado oficialmente os locais onde residem no País, e os números de Congreganistas, que residem em cada um, que não são mais de três, conforme prescreve o Decreto de 8 de outubro de 1910. Ocupam-se em Portugal nos Ministerios Sagrados, e em preparar Missionarios para as nossas Colonias d’Africa, para onde ainda há pouco o novo Prelado de Moçambique, D. Rafael d’Assumpção, que é Franciscano, levou varios correlegionarios seus para missionarem em Moçambique.

3.º – As Congreganistas do Sexo Feminino não só não cumprem o dito Decreto de 8 de outubro de 1910, dando conta oficial dos locais onde residem, mas até procuram ocultar-se o mais possível, umas negando a sua qualidade Congreganista, que muita gente lhes conhece, outras dizendo-se secularisadas ou ex-Congreganistas, quando muita gente sabe que continuam sendo Congreganistas isto é, pertencendo de facto às respectivas Congregações e obedecendo às respectivas Superiores, tendo apenas largado o Hábito que substituíram por outro traje. Claro está que as que assim falam deveriam provar que realmente tinham abandonado as respectivas Congregações apresentando as respectivas Demissorias, mas não as apresentam e muitas não as podem apresentar, porque as não têm, visto continuarem a ser Congreganistas. E eu até sei que elas procedem assim por conselho dos seus padres directores que lhes dizem que, desde que não lhes consentem o Hábito, podem negar a sua qualidade Congreganista.

Nos Decretos anti-Congreganistas de 1910, não se tratou deste ponto que é muito interessante e que deveria ser regularizado, porque eu sei que Congreganistas de ambos os sexos abandonaram positivamente as Congregações a que pertenciam e de alguns já eu mesmo vi e examinei as Demissorias que estavam conformes com o Direito Congreganista.

A esses verdadeiros ex-Congreganistas poderia bem permitir-se-lhes o ensino e até o estabelecimento de Colegios, onde poderiam prestar bons serviços como já estão prestando alguns que eu conheço

Esta ideia pode aplicar-se igualmente aos verdadeiros ex-jesuitas, porque seu que bastantes, que saíram de Portugal, e, outros, que já entraram na Ordem no estrangeiro, já a têm abandonado e regressado a Portugal, e destes últimos nem sequer temos o Catálogo. Apresentar-se-iam nas estações oficiais competentes, obrigar-se-iam a dar notícia das localidades onde tencionassem residir e fiscalizar-se-ia a sua obra, sobre a qual depois recairia a aprovação ou reprovação oficial dentro das Leis do País.

4.º – É necessario reparar-se bem nos motivos pelos quais certas familias mandam seus filhos e suas filhas a educar em Colegios Congreganistas portugueses quer eles estejam em Portugal quer estejam no estrangeiro.

Um desses motivos, e o principal, é que muitos pais e mães, que foram educados em Colegios Congreganistas, e que são muitissimos por todo o País, desejam que os seus filhos e suas filhas, sejam quanto possivel, educados pelos mesmos religiosos e religiosas que os educaram a eles e a elas. É o espirito inspirado por esses Congreganistas, que eles e elas querem que seus filhos e suas filhas recebam em todo o ensino, principalmente no da religião e da historia. É que esse espirito Congreganista no ensino é muito diferente do que há ou deveria haver nas Escolas Officiais e nas Escolas Particulares Seculares. As provas são claras e estão á vista. No Arquivo das Congregações há bastantes livros de varios Colegios Congreganistas Femininos, e por eles se reconhece bem esse espirito Congreganista. Eis uma prova irrefutavel.

Na Biblioteca das Salesias em Lisboa, encontrou-se um *Compendio de Historia de Portugal*, escrito pelo antigo inspector escolar Tavares Lopes, e, nele, a pag. 52, onde se trata do reinado de D. João III, veem-se cortadas a lapis vermelho as frases seguintes (falando da Inquisição) ser um instrumento horrivel de fanatismo (e a proposito da instrução popular) o ensino do povo jaz abandonado. Para evitar a leitura desse Compendio, mandaram elaborar outro intitulado *Compendio de História de Portugal para uso das Educandas e das Salesias*, e, ali, a pág. 51, tratando-se do reinado no mesmo D. João III, as educandas liam: «o seu zelo religioso igualava ou excedia o seu zelo pela instrução; e, para obstar á introdução das novas heresias de Lutero e Calvino, obteve do Papa Paulo III xxxbelecimento da Inquisição em Portugal».

Por aqui já não havia perigo de que as alunas ficassem suspeitando que a Inquisição fôra um instrumento do fanatismo e da politica e que a cultura popular não fôra descurada no tempo do tão zeloso rei D. João III. Era e é assim que se ensina a historia nos Colegios Congreganistas, falsificando-se e adulterando-a, e todas essas falsificações e adulterações são feitas para eleva as crianças a Deus, como se prescreve nos livros dos abbés franceses.

Nas Bibliotecas desses Colegios de freiras, não se encontraram certos escritores portugueses, nem Herculano, nem Garret, nem sequer Julio Dinis, autor de romances proprios para senhoras e meninas. Os romances que ali se encontraram são geralmente em francês, editados por sociedade religiosas uma delas intitulada Alliance des Maisons d'Education par une Communité Religieuse D.S.B. Os livros de história destas sociedades são principalmente compostos pelos abbés Courval, Drioux, e outros, e aprovados por bispos e arcebispos.

O espirito desses escritores percebe-se logo ao fohear qualquer das suas obras. Assim, na mais simples e pequena para uso das primeiras classes, intitulada Cours Abregé pour les enfants comprenant l'Histoire, logo na primeira pagina do prologo se lê: «O estudo da Historia deve ser colocado nas primeiras linhas da educação das crianças, porque ela as eleva a Deus, a quem devem, primeiro que tudo, aprender a conhecer, amar e servir, mostrando-lho de uma maneira sensivel, por assim dizer, nos factor tão tocantes da Historia Sagrada e na acção da Providencia sobre todos os outros povos». Claro está que para esse efeito a História Sagrada, com todas as lendas Biblicas, e a Historia eclesiastica, ocupam um largo campo, pois devem ficar bem sabidas de côr, e para isso, o seu estudo vai desde o primeiro até ao ultimo ano do curso. E pelo que toca aos factor dos outros povos, muitos deles, segundo lhes convinha, eram falsificados e outros omitidos. Isto observa-se até

na História de Portugal. Em certos compendios mandavam riscar as frases que lhes desagradavam, para que os alunos as não aprendessem, como vimos no citado Compendio da Biblioteca das Salesias, e como podem testemunhar muitos ex-alunos dos Colegios Congreganistas.

Sobre a educação que os jesuítas davam aos seus alunos, tão citada e louvada por muita gente, para ela se avaliar basta ler o que está impresso no folheto «Flor de Maio» em que se refere a vida do aluno Luis Mimoso de Albuquerque, que faleceu em Campolide em Maio de 1905, com quinze anos de idade. Entre os papeis desse aluno encontrou-se a seguinte carta que vem a paginas 42 do citado folheto:

«Minha Santissima Mãe.

«O Vós Maria, Vós Mãe do meu Deus e deste servo que não ousa sequer levantar-se perante Vós, dizei-me Maria, Celeste Rainha, o que Vosso Amado Filho quer de mim para a vida futura.

«Mostrai-me, Vós bem o podeis, mostrai-me o desejo do Vosso Divino Filho; eu como escravo farei o que Ele mandar.

«Qual é, Minha Mãe, o empenho melhor para Vosso Santissimo Filho ? Não é Vós Virgem ? (sic)

«Pois se o quizerdes bem o podeis alcançar.

«Eu Vos peço que me escrevais num papel e até assinado pela Vossa Santissima mão para que me sirva de testemunho e para eu ficar com uma resolução mais firme.

«Sim Mãe Santissima.

«Eu faço uma promessa e essa promessa mostrai-me Vós também no papel que se quizerdes me haveis de escrever.

«Peço-Vos também a graça e a benção de Vosso Filho e a Vossa na casa dos vossos servos meus pais e neste collegio que é todo Vosso.

«Deste humilde servo de Vosso Filho e Vosso Luiz...»

«Campolide, 3/5/905

Esta carta juntamente com um quarto de papel em branco estava metida num sobrescrito que dizia assim por fóra:

«Rainha do Céu e da terra.

Virgem Maria.

«Reino de Deus.

No Céu.»

O sobrescrito fechado estava ainda metido noutro sem direção.

Por aqui se vê que um estudante de quinze anos queria um milagre de N^o. S^o., e indica-lhe o modo como lho há-de fazer e até lhe fornece papel em que havia de vir a resposta. A mania das cartas aos Santos é muito propria dos Colegios Congreganistas. Este é o espirito Congreganista, «a fé e singeleza infantil» como lhe chama o autor do folheto, que teve duas edições no mesmo ano, e foi largamente espalhado entre os alunos do Collegio e suas familias. Porque convem saber que há pais e mães, e principalmente estas, que desejam que os seus filhos e suas filhas, e principalmente estas, sejam frades e freiras. Isso prova-se evidentemente pelos Catálogos e Listas que tenho presentes, onde se vê que da mesma familia estão nas varias Congregações, dois, três, quatro e mais irmãos e irmãs.

De tudo isto se conclue que o que induz certas familias a mandarem seus filhos e suas filhas para Colegios Congreganistas não é o simples desejo de lhes darem um ensino religioso do catecismo catolico. Esse ensino dá-se ai em todas as igrejas das Freguesias do País, e pode dar-se em outras casas, com autorisação do Governo, como dispõe o Artigo 170 do Decreto de 20 de abril de 1911, que é do teor seguinte: «Independentemente das exigencias legais relativas à instrução publica, todas as corporações ou entidades, que pretenderem exercer o ensino religioso no territorio da Republica fóra dos templos e doutros logares habitualmente destinados ao culto, devem munir-se da prévia autorisação do Ministerio da Justiça, que se reputará concedida na falta de resolução dentro do praso de trinta dias a contar da entrega do respectivo documento; e as que actualmente já estiverem exercendo terão que munir-se dessa autorisação até quinze de outubro de 1911, sob pena de encerramento», e o artigo 10.^o do mesmo decreto do teor seguinte: «Para os efeitos do presente decreto o ensino religioso, onde quer que se ministre, é também considerado culto publico, e as casas de instrução e educação ou de assistencia ou beneficencia são sempre consideradas como acessíveis ao publico».

Em Lisboa até já há Colegios que o declaram abertamente. No prospêto do «Instituto Anglo-Português», Caminho Debaixo da Penha, n.^o 62, lê-se nas observações diversas: «Sendo este Colégio especialmente destinado às familias catolicas pagará cada aluno cincoenta centavos mensais, para ensino religioso».

Mas, onde o caso se define perfeitamente é em «A Epoca» de 11 de dezembro do corrente: «Não será liberdade do ensino da Religião nas escolas particulares que remediará a deficiencia de bons colegios. Dê-se aos religiosos proscritos a liberdade de voltarem ao seu País, e de nele ensinarem e verão como deixam de procurar boa educação fóra do País os que nele a não encontram».

5.^o – Outro motivo por que as familias desejam enviar seus filhos e principalmente suas filhas para Colegios Congreganistas, é o economico, porque estes Colegios Congreganistas, sobretudo os das pequenas povoações das Provincias, saiem mais baratos que os Colegios Seculares, que quasi não existem nas pequenas povoações, mas apenas nas Cidades, onde são mais caros.

Um dos defeitos cometidos na implantação da Republica Portuguesa, em 1910, foi não se ter tratado logo de substituir por colegios seculares, os Colegios Congreganistas, que se mandaram fechar, expulsando-se os seus professores e professoras. O Dr. Antonio José d'Almeida, então Ministro do Interior e da Instrução, no Governo Provisorio, pensou nisso e chamou-me para eu elaborar programas para Colegios Masculinos e Femininos do Estado que se deviam estabelecer em certos edificios donde tinham saído os Congreganistas, e deu-me quinze dias para essa elaboração. Mas, quando lhos levei no praso estipulado, as condições tinham mudado, porque havia certas Associações, que pretendiam essas casas, e ele já não poude fazer nada do que primitivamente ideára.

Para evitar que as familias continuem a mandar seus filhos e principalmente suas filhas para Colegios Congreganistas, é necessário que o Governo da Republica, pense em criar o maior numero de Liceus Femininos, e Institutos Medios Femininos no tipo das Écoles Ménagères ou Écoles Moyennes Belgas. Seria mesmo conveniente aproveitar para esse efeito as chamadas Escolas Primarias Superiores, colocando-as nas terras de Provincia onde há ou havia Colegios Congreganistas, procurando que se estabeleçam internatos ou pensionatos junto a elas, que poderão ser dirigidos pelas proprias professoras dessas Escolas, onde se possam albergar as filhas das familias que lhes desejam dar uma instrução superior á da instrução geral primaria. Nessas escolas, conforme fosse possivel e conveniente, devia entrar o ensino do francês, inglês, musica, piano e pintura de que os Colegios Congreganistas fazem o seu cavallo de batalha. É necessario imitar, ainda que tardiamente, o exemplo do Marquez de Pombal, que, meses antes de publicar o decreto da expulsão dos jesuitas, tratou de fundar escolas publicas seculares e aproveitar-se dos Oratorianos para o ensino e para a redação de novos compendios

6.^o – Conheço o processo para se poder estar em dia com todo o movimento da vida Congreganista em Portugal. Esse processo, porem, só pode ser comunicado confidencialmente a um chefe de Governo, que o deseje saber e providenciar quanto possivel. Foi por esse processo que eu pude obter os esclarecimentos expostos neste Relatório e que seriam muito mais completos se seu pudesse seguir esse processo inteiramente.

FLUXO MIGRATÓRIO GALEGO PARA VILA DO CONDE (1769-1910)

Maria Adelina Azevedo Piloto

Mestre em História Contemporânea, Docente e Investigadora

António Monteiro dos Santos

Paleógrafo e Investigador – Arquivo Histórico de Vila do Conde

ABSTRACT

The work that we present as objective to know the running migratory that flow from Galiza to Vila do Conde in a continuous way though subject of oscillations, since the XVII century till the first decade of XX century.

We looked for on a perspective of investigation integrated, to converge the quality with the quantitative, to examine, to define and characterize the afflux migratory in their peculiarities sketching also the persistence of the phenomenon, as the profile and the paper of those immigrants.

The space that we choose for our observation it was Vila do Conde, sailors land, poets and lace-women, with a very old history and a very special geographical situation, on the axle galaico-portuguese. The afflux of immigrants to Vila do Conde was important. Those that we know the number quantitative of 543 immigrants, though it looks to us possible, that real number may be much more voluminous.

FUNDO DOCUMENTAL

No concernente às fontes por nós utilizadas, o enfoque vai para os livros de *Registo de Passaportes*, existentes no A.H.M.V.C. Trata-se de uma fonte manuscrita e inédita que nos oferece a identificação dos viandantes, de uma forma expressiva e completa, enriquecida mesmo com pormenores algo picarescos, em certos casos, mas em muitas outras situações, o exarado enferma de laconismo e imprecisão. Os Registos de Passaporte foram instituídos em Portugal, pelo Alvará de 13 de Agosto de 1760, e, ab-rogados pela Lei de 31 de Janeiro de 1863. Ao longo de todo o processo, foi uma constante o recurso a fontes subsidiárias, tais como: declarações de nacionalidade; requerimentos e processos das várias freguesias do concelho; correspondência expedida e recebida; livros de baptizados, casamentos e óbitos, da Conservatória do Registo Civil de Vila do Conde; legislação sobre o controlo de estrangeiros e imprensa da época.

O espaço seleccionado para a nossa observação foi Vila do Conde, Terra de Marinheiros, Poetas e Rendilheiras, dotada de uma história multissecular e de uma situação geográfica privilegiada. Vila do Conde cidade beijada pelo rio Ave, outrora de águas límpidas e cristalinas e abraçada pelo imenso oceano cor de anil, faz parte integrante de

um espaço mais amplo, de forte incidência migratória que é o distrito do Porto e de uma forma mais geral, todo o noroeste português.

A excelente localização deste concelho, situado no enclave entre Douro e Minho, distando pouco mais de 150 Km da fronteira com a Galiza, conjuntamente com as suas hospitaleiras, atractivas e aprazíveis qualidades intrínsecas, tornou-o num ponto de passagem preferido, para quem deambulava na Península Ibérica no sentido norte sul e vice-versa. Vila do Conde constituiu efectivamente, um pólo de forte atracção para um número significativo de galegos, que num momento de atroz dramatismo tiveram de se despedir das montanhas e colinas verdejantes onde viveram os seus avós e aventuraram-se pelos caminhos do desconhecido na esperança de alcançarem uma vida menos custosa e mais profícua.

A antiga estrada que ligava Vila do Conde à fronteira galega, era a que da vila seguia em direitura a Viana do Castelo. Era uma ligação difícil, de demorado percurso e, nalguns trechos mais escusos, de perigosidade latente. Só na 2.^a metade do século XIX é que foi construída a actual estrada nacional n.º 13, primeiramente designada de estrada real n.º 30, a permitir uma ligação mais rápida, eficiente, cómoda e segura.

Entre os dois países ibéricos sempre se verificou uma intercâmbio de mão-de-obra, embora o volume dos portugueses em Espanha, tenha sempre sido bem menor do que o inverso: o censo espanhol de 1877 contabiliza 7 941 e o censo de 1887 somente 6 755 nacionais residentes no lado de lá da fronteira¹. Em Portugal, o censo de 1890 é pioneiro no registo da variável «estrangeiros» no seu cômputo demográfico. Foram recenseados no aludido censo 39 402 estrangeiros, dos quais 69 % eram espanhóis, sendo o mais avultado número constituído por galegos. Os espanhóis viviam essencialmente nas duas grandes cidades do país: Porto com 3 408 e Lisboa com 126 449, atraindo assim 59 % da totalidade.

A imigração galega para Portugal remonta ao tempo das migrações portuguesas do norte para o sul, em conformidade com os registos paroquiais e outros testemunhos tanto na Galiza como no nosso país². Desde o século XVI, que está documentada, ainda que de forma esporádica, a presença de galegos em terra vilacondense, era contudo um movimento que afectava um número muito limitado de pessoas³. A partir da publicação da lei que decretava a obrigatoriedade dos registos de passaporte (Alvará de 13 de Agosto de 1760), passamos a dispôr de uma fonte, que nos revela que o fluxo se tornou regular, com maior dinamismo, ganhando importância numérica e maior significação. Alguns galegos passavam aqui em trânsito, na busca de outras paragens, visando na Administração concelhia o seu passaporte em consonância com a legislação vigente. Mas muitos outros, elegeram Vila do Conde para residir episódica ou mesmo definitivamente.

A imigração foi assim uma característica estrutural da população galega, cujas raízes se encontram entranhadas em tempos remotos. A sangria dos galegos para os mais diversos espaços do mundo é avaliada já em 350 000 para a 2.^a metade do século XVIII⁴. Nos finais da mesma centúria, segundo Meijide Pardo, os galegos estabelecidos principalmente nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Viana do Castelo orçavam à volta de 80 000⁵. Por sua vez, o Instituto Geográfico e Estatístico espanhol estima que nos anos de 1880-81, dos 20 000 espanhóis residentes em Lisboa e Porto, 50 % seriam galegos. A imigração funcionou como uma espécie de válvula de escape nos momentos de grave desequilíbrio entre população e produção.

O Quadro I, oferece-nos uma visão global do fluxo migratório galego para Vila do Conde entre 1769 e 1910. A corrente migratória está caracterizada em três categorias distintas:

- 1 – Imigrantes em trânsito que visaram o seu passaporte na Administração concelhia (1769-1858).
- 2 – Passaportes concedidos aos imigrantes galegos residentes em Vila do Conde e seu alfoz, mas cujos nomes não constam nos registos dos títulos de residência (1769-1863).
- 3 – Títulos de residência concedidos às gentes da Galiza (1834-1910).

QUADRO I – FLUXO MIGRATÓRIO GALEGO (1769-1910)

QUINQUÊNIO S	PASSAPORTES		TÍTULOS RESIDÊNCIA	TOTAL
	TRÂNSITO	RESIDENTES		
1769-1773	3	2	—	5
1774-1778	2	1	—	3
1779-1783	2	2	—	4
1784-1788	—	1	—	1
1789-1793	22	11	—	33
1794-1798	1	1	—	2
1799-1803	—	1	—	1
1804-1808	2	6	—	8
1809-1813	11	5	—	16
1814-1818	—	—	—	—
1819-1823	2	3	—	5
1824-1828	73	3	—	76
1829-1833	20	5	—	25
1834-1838	6	4	20	30
1839-1843	8	9	28	45
1844-1848	5	65	16	86
1849-1853	4	27	3	34
1854-1858	5	8	3	16
1859-1863	—	6	3	9
1864-1868	—	—	—	—
1869-1873	—	—	2	2
1874-1878	—	—	97	97
1879-1883	—	—	8	8
1884-1888	—	—	19	19
1889-1893	—	—	7	7
1894-1898	—	—	9	9
1899-1903	—	—	—	—
1904-1910	—	—	2	2
Totais	166	160	217	543

O volume dos imigrantes em trânsito, apenas difere em seis pontos do número de passaportes concedidos aos galegos residentes (166 para 160). A mais avultada soma vai para a atribuição dos títulos de residência (217). Em termos globais, durante o âmbito cronológico que abarca este trabalho, 141 anos, registou-se um fluxo migratório superior ao meio milhar.

No cômputo global, 166 imigrantes galegos passaram em trânsito em Vila do Conde: 101 era titulares, visando na Administração concelhia o seu passaporte e os restantes 65 eram acompanhantes. Deste quantitativo é de salientar os cerca de 50 que arribaram ao porto de Vila do Conde. Os efeitos do mau tempo, ou avarias de vária ordem nas embarcações (mastros partidos, lemes quebrados, meter água por algum rombo que os coxins não permitissem resolver a situação, maus calafetos e outros acidentes) obrigou a que alguns barcos tivessem que procurar refúgio na barra vilacondense. Enquanto se procedia aos respectivos e necessários consertos nos multisseculares estaleiros de construção naval em madeira da Vila, os passageiros, tripulantes, os próprios mestres e pilotos, aproveitavam para se retirar para as terras da sua naturalidade.

Pretendemos com o Quadro II estabelecer a analogia entre o volume de viandantes espanhóis galegos, com os não galegos. Ressalta distinta e claramente que a esmagadora maioria era de origem galega (166). O total de espanhóis não galegos identificados é muito pouco relevante, apenas 30, correspondendo a uma percentagem de 84,7 galegos, para uns escassos 15,3 %, oriundos de outras províncias espanholas. Alguns destes forasteiros em trânsito, deslocavam-se até Vila do Conde e daqui para outros pontos do país por motivos de negócios. A título meramente exemplificativo eis dois casos: Francisco Durão, de 38 anos de idade, cerieiro, tirou seis passaportes desde 1 de Setembro de 1854 até

QUADRO II – PASSAPORTES/IMIGRANTES EM TRÂNSITO (1769-1858)

QUINQUÊNIOS	TITULARES		ACOMPANHANTES		TOTAL		TOTAL
	GALEGOS	ESPAÑHÓIS	GALEGOS	ESPAÑHÓIS	GALEGOS	ESPAÑHÓIS	
1769/1773	2	1	1	-	3	1	4
1774/1778	2	1	-	-	2	1	3
1779/1783	2	1	-	-	2	1	3
1789/1793	11	5	11	-	22	5	27
1794/1798	1	-	-	-	1	-	1
1804/1808	2	-	-	-	2	-	2
1809/1813	8	-	3	-	11	-	11
1819/1823	1	-	1	-	2	-	2
1824/1828	33	5	40	4	73	9	82
1829/1833	14	2	6	-	20	2	22
1834/1838	3	-	3	-	6	-	6
1839/1843	8	2	-	1	8	3	11
1844/1848	5	4	-	1	5	5	10
1849/1853	4	2	-	1	4	3	7
1854/1858	5	-	-	-	5	-	5
Totais	101	23	65	7	166	30	196

6 de Fevereiro de 1855, o que faz supor que vinha até nós comercializar produtos manufacturados de cera, com os comerciantes que na vila tinham loja de cerieiro aberta, caso por exemplo, do avô do poeta José Régio; o outro, João Rodrigues Testa, de 28 anos de idade, de profissão tendeiro volante, por quatro vezes solicitou o documento e sempre por ocasião de se realizarem as feiras francas na Vila, o que obviamente indícia a sua permanência nas mesmas.

A quase totalidade destes imigrantes deslocava-se por via terrestre, num movimento ascendente, de sentido sul-norte, tendo como meta as terras mais setentrionais de Portugal, ou o reino espanhol. Apenas um limitado contingente de cerca de duas dezenas, viajava em sentido inverso, num movimento descendente dirigiam-se essencialmente para a cidade do Porto e para a capital, os dois principais pólos aglutinadores do fluxo migratório galego. De realçar, que nos surgiu um único caso de um galego, de seu nome António Neto, casado, de 41 anos de idade, que tinha como destino a região duriense. Pela altura do ano em que solicitou o visto, mês de Setembro, e pela profissão declarada (moço de servir) é lógico deduzir que iria participar nas vindimas do tão apreciado néctar que leva o nome da cidade da Virgem a todos os cantos do mundo⁶.

O quinquénio de 1824-28, revela uma superioridade numérica muito notória relativamente ao restante período. Portugal vivia então, uma fase conturbada, caracterizada pelo aparecimento de vários núcleos, mais ou menos virulentos, descontentes com o Movimento Revolucionário Vintista. Em Espanha, também o clima era de instabilidade, sendo promovido nos anos de 1824-1826, pelos exilados portugueses e espanhóis em Inglaterra, um federalismo liberal ibérico. O pico da mobilidade verificado neste quinquénio, corresponderá efectivamente a um incremento da mobilidade galega no nosso país, ou traduzirá somente uma maior acuidade e proficiência no registo? Em períodos de crise, as malhas da lei tornam-se mais apertadas e severas.

Entre o caudaloso manancial da mobilidade, gostaríamos de destacar quatro casos, que nos parecem mais sugestivos: O primeiro deles tem a ver com o galego Henrique Gago, que tirou passaporte para a Galiza, só por ida, a negócios, em 5 de Julho de 1805, tinha de idade 25 anos e foi abonado pela guarnição do castelo de S. João Baptista de Vila do Conde «... *por andar a corso nos corsários de el-rei Católico*»⁷. Era pessoa bem conhecida nos meios militares, como se observa, pelo facto de entrar na barra muitas vezes, regressado de actos de pirataria no mar. O segundo caso é protagonizado pelo galego Francisco Garcia, natural de Carril, marinheiro, de 35 anos de idade e casado. O passaporte solicitado foi por 7 dias de ida para a Galiza, em 22 de Junho de 1825 e, em sua companhia viajavam Bernardo Igreja, Manuel Garcia, Bento Souto, Félix Aboim, Francisco António Avelenda e João Pedrosa, todos marinheiros e tripulantes de um chaveco (pequena embarcação, semelhante à fragata), que costumava andar a corso. Este chaveco de nome «*Dous Amigos*» não teve a fortuna pelo seu lado, pois que do registo do passaporte colectivo consta: «*apresado pelos insurgentes americanos*»⁸. Em terceiro lugar, a 3 de Outubro de 1823, depois de desembarcar no porto vilacondense, D. Pedro de Vicenti, natural de Navarra, de 40 anos de idade, apresentou-se na Administração de Vila do Conde com passaporte redigido em língua espanhola, passado pelo consulado de Espanha em Setúbal e firmado pelo vice-consul D. Manuel José Gargamala. O passaporte foi-lhe referendado pelo tempo de ida, para poder passar à Corunha e levando em sua companhia a esposa D. Maria Manuela De La Bastida. No passaporte original o escrevente deixou bem clara a finalidade desta deslocação: «... *para que puedean passar por mar o tierra à la Coruña, para servir a Sua Magestade Catholica, bajo las ordenes del*

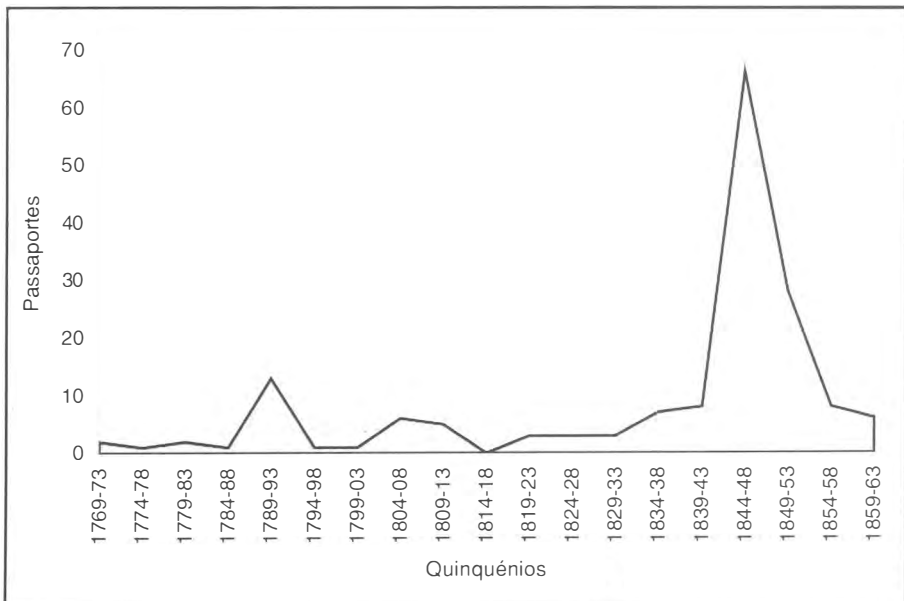
Exm^o Snr. General Morillo...»⁹. Era um período de grande efervescência na Galiza, que culminaria com o declínio do liberalismo moderado e a entronização de um mais radical, com a consequente queda do capitão general Pablo Morillo em 1836. Por último, não queremos deixar de referenciar o espanhol Domingos Alberdi, de 40 anos de idade, que tirou passaporte em 5 de Agosto de 1852, para Viana do Minho, levando em sua companhia o filho Prudêncio e um criado de nome Manuel. A arte deste súbdito de sua majestade católica era a de Mestre de ensinar a atirar à pistola¹⁰. Da sua passagem por Vila do Conde nada sabemos ao certo, mas podemos supor que aqui teria vindo ensinar alguns rudimentos da sua experimentada ciência a gente de posses e a fidalgos. Isso mesmo nos é sugerido pelo facto de ter sido abonado pelo fidalgo Augusto Pereira Coutinho de Vilhena, oriundo da casa onde actualmente está instalado o Arquivo Histórico Municipal da cidade.

PASSAPORTES AOS IMIGRANTES GALEGOS RESIDENTES

Deparamos também com a concessão de passaportes às gentes oriundas da Galiza, que atestam de forma explícita residir neste mesmo concelho. Noutros casos é nos inculcado, pela forma como o registo foi redigido, por o contexto envolvente, pelo facto de os abonadores serem pessoas de credibilidade naturais e residentes no concelho, que se trata de igual modo de galegos moradores na terra vilacondense.

O Gráfico 1, traduz o número de passaportes atribuídos por uma única vez, aos galegos moradores no concelho. A tendência geral que ressalta é de um aumento gradual com ligeiras oscilações, até atingir o acúmen no quinquénio de 1844-48, com uma cifra de 65 passaportes, representando 40,6 % do total, bem distante do quinquénio

GRÁFICO 1 – PASSAPORTES EMITIDOS



seguinte, o de 1849/1853, que apenas acumulou 27 autorizações, equivalentes a 16,9 %, evidenciando uma diferença muito marcante relativamente ao primeiro, ascendendo somente, a pouco mais de $\frac{1}{3}$ do valor anterior. A partir desta barreira cronológica verificou-se uma quebra brusca e contínua até ao termo do período em análise. Em terceira posição, situa-se o quinquénio de 1789-93, com 11 casos, destacando-se dos quinquénios circundantes. Efectivamente, neste lapso de tempo registou-se um salto quantitativo, que supomos estar relacionado, ainda que tenuamente, com a crise económica vivida no final do século XVIII, provocada pelas más colheitas agrícolas.

Para o quinquénio de 1814-1818, não existe livro de registo, daí a ausência de dados para esse período. Mas os hiatos temporais abarcam também os anos de 1800 a 1804, 1807, 1812 e 1813. Por esse motivo, os valores apontados para os quinquénios que incluem os citados anos, padecem eventualmente de um sub-registo. Todos os restantes valores são pouco representativos, visto flutuarem entre uma e seis unidades, somente nos quinquénios de 1839-1843 e 1854-1858 o valor quase atinge a ordem das dezenas.

Constatamos assim, que foi no período conturbado da sedição da *Maria da Fonte* e da *Patuleia*, que se verificou o auge das movimentações, facto que à primeira vista pode parecer incongruente. Na verdade, em tempo de guerra é aconselhável e prudente as pessoas manterem-se sedentárias, protegendo-se assim, das consequências nefastas da belicosidade. No entanto, como o fulcro da revolta da *Maria da Fonte* se localizava no norte de Portugal é perfeitamente compreensível que os imigrantes galegos procurassem deslocar-se para longe do epicentro da labareda revolucionária, que deflagrou na risonha Primavera de 1846, na povoação de *Fonte Arcada*, da *Póvoa de Lanhoso*. A pouco e pouco, a sedição popular foi correndo montes e vales, desfilaro garbosa a bandeira da liberdade e da justiça social, bem erguida, a drapejar contra o opróbrio e a tirania chegou à nossa *Princesa do Ave*, ao entardecer do dia 23 de Abril de 1846 ¹¹.

No livro de registo de passaportes que abrange a época de 1844 a 1856, alguém, provavelmente o próprio Administrador do Concelho, escreveu a folhas 17 v^o, sob o registo n.º 61, datado de 7 de Janeiro de 1847 «NB: Esqueceo notar por serem dias de barulho segundo se me informou». Aliás os registos n.ºs 62, 63 e 64 não se encontram datados o que vem a ser regularizado no n.º 65, com a data de 18 de Fevereiro, do mesmo ano, sinal evidente de que a confusão era o pão nosso de cada dia.

Alguns galegos não se limitaram a solicitar um único passaporte, pelo contrário, fizeram-no várias vezes. O Quadro III especifica com rigor cada uma dessas situações.

O quadro III, apresenta as várias movimentações de um mesmo imigrante, especificando o período de tempo em que a elas se realizaram e os respectivos destinos. A localidade raiana de *Valença* detém a supremacia com 13 vistos. Se a esta localidade adicionarmos *Vila Nova de Cerveira* (1) e *Melgaço* (2), localidades situadas no mesmo eixo fronteiriço, é plausível inferir que os galegos solicitavam os passaportes para se deslocarem às terras da sua naturalidade, na Galiza, para onde de igual modo foram emitidos (7) passaportes. As movimentações para a Galiza e raia fronteiriça ascendem quase a 40 % da mobilidade registada. Sucede-se na ordem dos destinos preferenciais Trás-os-Montes, incluindo *Torre de D. Chama*, *Pitões das Júnias* e *Tourém*, com 21 solicitações.

Curiosamente, vamos assistir à deslocação para as pequenas localidades de *Tourém* e *Pitões das Júnias* ¹² de um galego com uma profissão *sus generis* para a época. Trata-se do senhor *Isidro Vasques*, de 26 anos de idade, solteiro, *Mergulhador*, que no ano de 1848, viajou uma vez para *Pitões* e outra para *Tourém*, tendo repetido a viagem para *Pitões*, no ano imediato ¹³.

QUADRO III – PASSAPORTES CONCEDIDOS A UM MESMO IMIGRANTE (1789-????)

DESTINOS	ANOS													TOTAL	
	1789-93	1794-98	1799-1803	1804-08	1809-13	1814-18	1819-23	1824-28	1829-33	1834-38	1839-43	1844-48	1849-53		1854-58
Almeida	-	-	-	-	-	-	-	A1	-	-	-	-	-	-	1
Amarante	-	-	-	-	B1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Douro / Minho	C 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Galiza	A1-D1	-	-	-	B1	-	G1	G1	H3	-	-	-	-	-	7
Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	J1-L1	O1	-	4
Meigaço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	I1	-	-	-	-	2
Pitões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	M1	M1	-	2
Provincias do Reino	-	-	-	-	-	-	F2	-	-	-	-	-	-	-	2
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	L1	-	-	1
Setúbal / Lisboa	A1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Terras do Minho	-	-	-	-	-	-	F1	-	-	-	-	-	-	-	1
Tourém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	M1	P1	-	2
Torre D. Chama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Trás-os-Montes	A8	A1	A1	-	-	-	-	A6	-	-	-	-	-	-	10
Valença	D2-A1	D1	E2	-	-	-	-	-	-	-	-	N1	O1	Q5	13
Vila Nova de Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N1	-	-	1
Totais	17	2	3	3	2	-	-	3	9	1	-	7	4	5	58

NOTA – As letras individualizam os imigrantes.

Os números indicam o número de passaportes solicitados pelo mesmo indivíduo.

As 10 viagens realizadas para Trás-os-Montes, entre 1789 e 1803 foram efectuadas por um único galego, de nome Francisco Lopes Curval, que contraiu conúbio em Vila do Conde com uma natural. Este imigrante quando chegou desempenhava a profissão dura e desgastante de pedreiro. Anos mais tarde, na esperança de alcançar uma vida mais profícua e airosa e de se alcandorar a uma posição social mais gratificante e digna, abandona o esforçado labor de pedreiro e abraça a profissão de comerciante, exercendo como se deduz das suas movimentações, a actividade mercantil por essas feiras de alfoz, vendendo linhas, rendas de bilros e outras miudezas. Francisco Lopes Curval, designado no quadro pela letra A, gastou grande parte da sua vida em deambulações: no quinquénio de 1789/93 viajou uma vez para a Galiza, outra para Setúbal/Lisboa e ainda outra para Valença, para além das oito viagens já referidas para Trás-os-Montes. Nos dois quinquénios seguintes apenas se deslocou uma vez em cada um para Trás-os-Montes. Sucedeu-se um interregno de cerca de vinte anos, para o qual convém realçar, que para o período que medeia entre 1812-19 não existe livro de registo. No quinquénio de 1819/23 regressa a D. Chama e no período subsequente intensifica a sua mobilidade, viajando uma vez para Almeida e seis para D. Chama. No cômputo global Francisco Curval surge-nos como o líder da mobilidade, açambarcando para si 21 dos 58 passaportes emitidos, que contemplaram 16 imigrantes, o que equivale a um coeficiente de 36 por cento. A 27 de Maio de 1832, Francisco Curval requisita o seu derradeiro passaporte para se deslocar para a Torre de D. Chama, importante vila que foi sede de concelho, suprimido em 24 de Outubro de 1855¹⁴.

Nos documentos por nós analisados foi possível apurar um total de 176 viandantes galegos residentes, 160 apenas solicitaram um único passaporte, 16 deambularam por mais do que uma vez. Foi possível apurar este valor, porque certo dia alguns sentiram necessidade de se deslocarem para outras terras. Se tal facto não tivesse ocorrido, manter-se-iam no anonimato, na clandestinidade perante a lei, dado que os seus nomes não constavam em qualquer registo oficial. Quantos imigrantes galegos residiriam efectivamente neste período, em Vila do Conde e seu alfoz? Tudo leva a crer que o seu número seria mais avultado, todavia sem registos, a incógnita mantém-se.

VALIDADE DOS PASSAPORTES

A indicação do tempo de validade na emissão dos passaportes constituiu uma preocupação dos escrivães, dado que no período em análise essa constante está patente em 83,5 % dos registos de passaporte. Somente para os restantes 16,5 %, desconhecemos essa variável. O Quadro IV representa a validade da totalidade dos passaportes expedidos.

Os passaportes tal e qual os bilhetes de residência tinham um prazo de validade determinado à priori, que no caso concreto, espriava-se desde os dois dias até aos seis meses. O número dos passaportes validados pelo espaço de tempo inferior a trinta dias é muito irrisório, restringindo-se a meia dúzia de casos.

Também deparamos com quatro registos onde vem exarada a expressão de «ida e volta», que regra geral, pretendia exprimir uma validade curta, apenas o tempo necessário para a deslocação e retorno, sem mais delongas. Estes quatro passaportes foram concedidos a três imigrantes: a um, para ir duas vezes à Galiza, outro para Valença, com a indicação de negócio na Galiza e o terceiro passaporte destinou-se a Roque

Rodrigues, de 29 anos de idade, criado em casa do ilustríssimo senhor José Pereira de Rocha Faria Gayo, para acompanhar o irmão de seu amo D. Prior Dominic do Convento de S.to Gonçalo de Amarante, Frei Mateus Pereira de Rocha Faria Gayo. Neste registo o escrivão foi muito mais prolixo do que o usual, para além de descrever com detalhe os traços físicos do viajante, desceu ainda ao pormenor de referir: «tem as orelhas furadas com suas argolas amarelas»¹⁵. Supomos, que o facto de se tratar do criado de uma família nobre, de grande prestígio na vila, assim o justificava.

QUADRO IV – PASSAPORTES / PRAZOS DE VALIDADE (1769-1863)

PRAZOS DE VALIDADE	NÚMEROS	PERCENTAGEM
2 dias	1	0,5
4 dias	1	0,5
13 dias	1	0,5
15 dias	3	1,4
30 dias	144	66,0
40 dias	1	0,5
2 meses	5	2,3
3 meses	5	2,3
4 meses	1	0,5
6 meses	16	7,3
Ida e volta	4	1,7
S/ informação	36	16,5
Total	218	100,0

O realce vai para os passaportes emitidos por um mês, com 66,0 %. O período de 30 dias de validade tem uma primazia bem vincada, a atestar de forma iniludível que os viandantes optavam preferencialmente por esta medida temporal, possivelmente, porque se adequava como nenhuma outra aos objectivos inerentes à deambulação. O número de passaportes validados por o espaço de tempo, que oscila entre um mês e os seis meses inclusive, atinge os 78,9 %. É nossa suposição, que os passaportes que não registam a validade se incluíam neste grupo, fazendo ascender tal valor a 95,4 %. Do exposto podemos concluir, que os passaportes concedidos aos galegos representavam na sua maioria migrações temporárias. Eles possibilitavam aos seus titulares e acompanhantes, a mobilidade de Vila do Conde, local de residência dos imigrantes, para uma outra terra, mais ou menos distanciada do ponto de origem, onde eventualmente ficariam a trabalhar e residir por um período relativamente lato. As nossas asserções vão de encontro à opinião expressa por Fernando Sousa: «... é preciso ter em consideração que, mesmo abaixo dos 30 dias, podemos estar perante deslocções ocasionadas por migrações temporárias, uma vez que os livros de passaportes, muitas vezes, indicam apenas o tempo de duração do percurso para os titulares chegarem à sua pátria ou à região onde vão trabalhar»¹⁶.

Da observação do Quadro V, verifica-se que o período de Verão, os meses de Julho, Agosto e Setembro, de grande operosidade nos trabalhos agrícolas são os mais convidativos para a mobilidade. No cômputo destes três meses foram efectuados

QUADRO V – PASSAPORTES / SAZONALIDADE (1769/1863)

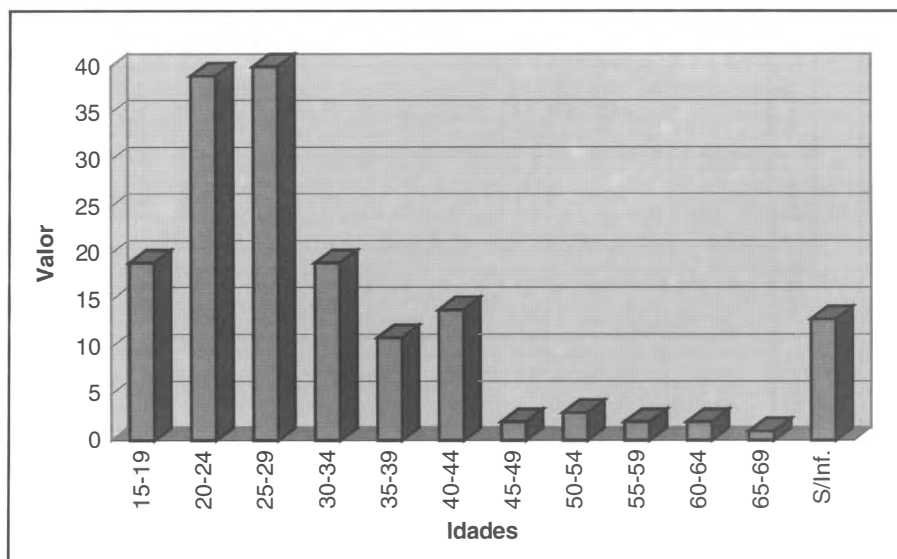
QUINQUÊNIOS	MESES												TOTAL
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
	1769/1773	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
1774/1778	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
1779/1783	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2
1784/1788	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
1789/1793	—	4	—	1	2	1	2	2	—	—	1	4	17
1794/1798	1	1	—	2	2	1	1	3	1	—	—	—	12
1799/1803	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	3
1804/1808	—	—	—	2	1	1	2	1	1	1	—	3	12
1809/1813	1	1	—	1	—	1	—	—	2	1	—	—	7
1814/1818	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1819/1823	—	—	—	—	2	1	—	1	—	—	1	—	5
1824/1828	—	—	1	1	1	2	1	—	—	—	—	—	6
1829/1833	3	1	2	—	4	1	1	1	—	1	—	—	14
1834/1838	1	1	1	—	1	—	—	1	—	—	—	—	5
1839/1843	1	—	1	1	—	—	—	1	2	2	1	—	9
1844/1848	3	1	7	8	1	9	16	5	8	5	4	5	72
1849/1853	2	3	3	—	2	—	2	6	5	6	2	—	31
1854/1858	1	1	1	2	1	1	2	—	1	1	1	1	13
1859/1863	2	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	6
Total	15	13	16	19	17	19	29	25	23	17	11	14	218

77 movimentos, o que representa 35,3 % do total. Logo de seguida, vem o período primaveril, de clima ameno, constituído pelos meses de Abril, Maio e Junho, época de fainas intensas nos campos, como as sementeiras, sachas e mondas, assim como toda uma série de tarefas complementares. O número de passaportes ascende neste período a 55, o que equivale a 25,2 %, com uma diferença de 10 % relativamente ao movimento de estio. Nos dois últimos lugares situam-se, respectivamente, os meses correspondentes ao Inverno e Outono, de dias pequenos, frios, sombrios e chuvosos, nada convidativos a migrações, com 19,2 % e 20,2 % da mobilidade global.

ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos etários o perfil do galego titular de passaporte insere-se no modelo tradicional. São jovens, na força da vida quem mais dinamiza a mobilidade. A faixa etária dos 25 aos 29 anos é a predominante, (40) com uma ténue diferença do grupo imediatamente anterior, dos 20 aos 24 anos (39). Assim, cerca de 50 % dos viandantes incluía-se nestes dois padrões de idade, gente cheia de vigor, de energia e de juventude, à procura de afirmação, e de um lugar ao sol, numa sociedade dominada por conflitos de vária ordem. Antes dos 20 anos, só cerca de 10 % se aventurava a viajar.

GRÁFICO 2 – ESTRUTURA ETÁRIA



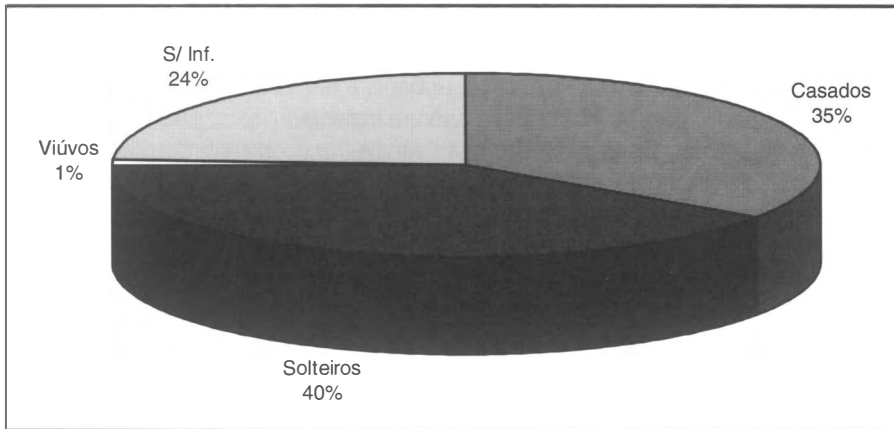
Este grupo entre os 15 e os 19 anos, ainda imberbe, deambulava pelo reino, à semelhança dos dois anteriores e mais representativos, na mira de novos e melhores desideratos profissionais, em consonância com as expectativas inerentes à mocidade. O grupo anterior partilha a sua 2.^a posição com o dos 30 aos 34 anos, pessoas com mais maturidade, já com família constituída na maior parte dos casos. A partir dos 45 anos constatamos um decréscimo acentuado na mobilidade, e não detectamos qualquer referência a imigrantes com idade superior aos 69 anos. A dureza da jornada, provocada

pelas fracas vias de comunicação e pelos incómodos, lentos e caros transportes, constituía um forte entrave à deslocação das pessoas no outono da vida.

ESTADO CIVIL

No concernente ao estado civil, são escassamente maioritários os solteiros (66), relativamente aos casados (57). Em terceira posição incluem-se os sem informação, e os viajantes viúvos eram muito escassos, resumindo-se a dois casos. Analisando em pormenor os quadros e gráficos relativos à estrutura etária e estado civil e fazendo a analogia com a situação verificada no caso dos títulos de residência, constatamos que estes evidenciam uma maior profusão de elementos, possibilitando-nos uma análise mais detalhada e fiável, fruto concerteza de um maior cuidado e proficiência do Amanuense.

GRÁFICO 3 – PASSAPORTES – ESTADO CIVIL



FREGUESIAS DE RESIDÊNCIA

QUADRO VI – PASSAPORTES / FREGUESIAS DE RESIDÊNCIA

FREGUESIAS	NÚMEROS	PERCENTAGEM
Árvore	2	1,2
Azurara	1	0,6
Bagunte	1	0,6
Fajozes	1	0,6
Gião	2	1,2
Macieira	12	7,5
Malta	2	1,2
Modivas	61	38,2
Tougues	1	0,6
Vila do Conde	77	48,3
Total	160	100,00

Os moradores na sede do concelho evidenciam uma mobilidade superior aos das demais freguesias. No restante espaço concelhio o enfoque vai para a freguesia de Modivas, que lidera a segunda posição, muito distanciada das restantes. No caso concreto do valor apontado para freguesia de Modivas, debatemo-nos com alguma dose de dúvida e incerteza, já que em apenas 8 casos está expressamente registado como residentes nessa localidade. Os restantes 53, foram abonados por o Regedor dessa mesma freguesia, Joaquim da Costa Ramos. É nossa convicção contudo, que estes últimos seriam na sua maioria aí moradores, embora não enjeitemos a hipótese de alguns deles residirem nas freguesias circunvizinhas. Em terceiro lugar, encontra-se a freguesia de Macieira. Os valores indicados para as restantes sete freguesias que constam no quadro, são muito pouco significativos, absorvendo as três primeiras 94 % do total da mobilidade.

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

O que de imediato nos oferece registar da análise do quadro que pretende ilustrar a distribuição das profissões é a de um diversificado leque ocupacional, que se distende pelo sector primário, secundário e terciário. A tendência evidenciada nos títulos de residência pôde agora ser comprovada com um maior grau de credibilidade, dado que apenas em 13 % dos casos é omitida essa variável, ao contrário do efectivamente verificado no bilhetes de residência em que a omissão da profissão dos imigrantes galegos alcançou os 78,3 %.

No atinente às ocupações profissionais, os titulares de passaporte eram na maior parte, moços de servir. Os lavradores referenciados eram rendeiros, que amanhavam parcelas da terra pertencente ao rico senhor, mediante o pagamento de uma renda. Se adicionarmos aos 98 moços de servir os 9 lavradores, vemos que o peso do sector primário relativamente às actividades artesanais e serviços ascende a 66,8 %. As pessoas ligadas às fainas campestres lideravam a mobilidade, facto perfeitamente compreensível, se atendermos a que ao longo do período em estudo, uma agricultura pouco inovadora, que ainda utilizava métodos arcaicos, feita principalmente com a ajuda de instrumentos agrícolas tradicionais e rudimentares, que carecia de mão-de-obra abundante, era a actividade económica por excelência, ocupando cerca de 2/3 da população nacional.

No sector secundário a profissão de pedreiro tinha de longe a primazia. Encontramos dois fabricantes de velas, número muito irrisório se atendermos que no período em análise as velas tinham uma função predominante na iluminação. Para cada uma das outras profissões pertencentes a este sector, alfaiate, ferreiro, marceneiro, serrador, servente e tintureiro apenas consta um elemento. Em conformidade com o registo, a profissão de tintureiro era acumulada com a de colcheteiro e de obra de alicate. No sector terciário o enfoque vai para a profissão de marinheiro, com seis elementos e de comerciante com cinco casos. Todas as demais ocupações, contratador de gado, cozinheiro, escudeiro, mergulhador e mestre de música só têm um elemento.

Do cruzamento dos registos de passaporte com os registos civil foi possível seguirmos a trajectória profissional de alguns imigrantes galegos e descortinarmos uma promoção laboral, ainda que ténue. O caso de *Ignácio Castro* que chegou como moço de servir, mas passados alguns anos já era lavrador, que na terminologia da época significava pequeno rendeiro, é sintomático dessa ascensão. O grande proprietário cedia uma parcela do seu terreno a troco de uma renda. O rendeiro amanhava a terra por conta

QUADRO VII – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (1769-1863)

P R O F I S S Õ E S	A N O S										TOTAL
	1769/78	1779/88	1789/98	1799/1808	1809/18	1819/28	1829/38	1839/48	1849/58	1859/63	
Alfaiate	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Comerciante	—	—	1	1	2	—	1	—	—	—	5
Contratador / gado	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Cozinheiro	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Criado de servir	—	2	1	1	2	1	5	61	20	5	98
Escudeiro	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Fabricante de velas	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	2
Ferreiro (oficial)	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Lavrador	—	—	—	—	—	1	—	7	1	—	9
Marceneiro	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Marinheiro	1	—	1	1	—	1	1	1	—	—	6
Mergulhador	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Mestre de música	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Pedreiro	—	—	4	1	—	1	—	3	5	—	13
Serrador da ribeira	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Servente	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Tintureiro	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
S/ indicação	1	—	4	1	1	—	1	—	6	1	16
Totais	3	3	12	7	5	6	9	74	35	6	160

QUADRO VIII – PASSAPORTES / DESTINOS (1769-1863)

DESTINOS	ANOS											TOTAL	%
	1769/78	1779/88	1789/98	1799/1808	1809/18	1819/28	1829/38	1839/48	1849/58	1859/63			
	Barcelos	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—		
Bragança	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,6	
Cádiz	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1,2	
Caminha	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	2,4	
Galiza	1	1	4	1	2	3	2	—	—	—	14	8,5	
Lisboa	—	—	—	—	—	—	—	62	17	—	78	47,6	
Melgaço	—	—	—	—	—	1	1	1	—	—	3	1,8	
Minho/Beira Alta	—	1	2	1	1	—	—	—	—	—	5	3,0	
Monção	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	2	1,2	
Pitões	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	0,6	
Porto	—	—	2	1	1	—	1	—	4	—	10	6,1	
Provincias do Reino	—	—	—	1	1	1	—	—	—	1	5	3,0	
Setúbal	—	—	—	—	—	—	—	2	4	1	7	4,3	
Tourém	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	3	1,8	
Valença	—	—	1	2	—	—	1	2	7	4	17	10,4	
Viana do Castelo	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	0,6	
Viana do Castelo/Figueira/Lisboa	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	0,6	
Vila Nova de Cerveira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	0,6	
Vila Nova de Famalicão	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,6	
Viseu	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	0,6	
S/ informação	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3,7	
Totais	3	3	12	7	5	6	9	74	35	6	160	100,0	

própria, usufruindo de autonomia no seu trabalho e de um hipotético rendimento superior ao que ganharia na condição de moço de servir, se exceptuarmos os maus anos agrícolas.

LOCAIS DE DESTINO DOS IMIGRANTES

Para além dos destinos já enunciados, quando analisamos os passaportes concedidos a um mesmo imigrante, apresentamos de seguida os locais que acolheram as preferências dos imigrantes galegos, residentes na Princesa do Ave e seu concelho.

Uma multiplicidade de destinos está bem expressa no quadro que se apresenta, variegadas localidades dentro e fora do reino, estiveram no rumo dos imigrantes galegos residentes em Vila do Conde, tendo-se inventariado um total de 20 destinos diferentes. Como é perfeitamente plausível, a capital do reino foi o pólo de atracção maioritário, viajar para Lisboa foi o desejo de quase 50 % dos viajantes, seguida por Valença do Minho e Galiza, respectivamente com 10,4 % e 8,5 %. Na nossa perspectiva estes dois itinerários eram complementares. Solicitavam passaporte para Valença, mas o objectivo primordial era presumivelmente a passagem para o outro lado da fronteira. Tal estratégia era uma forma de economizar na verba dos emolumentos, pois o passaporte era mais oneroso quando tinha como meta alguma localidade estrangeira.

Alguns dos destinos enunciados são reveladores de uma mobilidade algo indefinida, de sentido genérico como «Províncias do Reino», noção vaga e limitativa das nossas asserções. Também nos surgiu passaportes que envolvem em simultâneo duas ou mais localidades «Minho e Beira Alta» «Viana do Castelo, Figueira e Lisboa». Numa época em que as viagens eram morosas, difíceis e inseguras, muitas delas eram feitas a pé, surge-nos a zona de litoral como o principal eixo de mobilidade. No interior do país apenas nos surgiu as cidades de Bragança e Viseu, ambas com apenas um viajante. Para as províncias do Alentejo e Algarve não há qualquer solicitação em todo o período em análise. A localidade mais a sul do país referenciada nas fontes, é Setúbal, com sete casos, contemplando sete imigrantes. De todas as emissões de passaportes aquelas que envolveram uma maior distância quilométrica foram duas para a cidade de Cádiz, situada no sul de Espanha. Em todas as viagens a via terrestre era a utilizada, à excepção de uma para a Galiza, que foi por via marítima.

A mais intensa mobilidade registou-se na década de 1839-48 com um total de 74 emissões de passaportes, 84 % das quais para a capital do reino. Em 2.^o lugar, embora com um valor muito inferior relativamente ao anterior, situa-se o decénio imediato com 35 emissões, sendo quase 50 % delas para a cidade de Lisboa.

Quais seriam os motivos de todas estas deslocações? Infelizmente paira uma quase completa obscuridade acerca das razões invocadas para a viagem. Supomos que a maioria se deslocava devido a imperativos e contingências de ordem sócio-profissional.

No espólio documental do A.H.M.V.C. alusivo ao tema em análise, constatamos que no quinquénio de 1834/1838, foram concedidos os primeiros Títulos de Residência aos galegos. Por opção pessoal, decidimos que a nossa presente investigação tivesse o seu terminus em 1910, demarcando o fim do regime Monárquico e o advento da República. Daí a abrangência temporal dos Bilhetes de Residência (1834-1910).

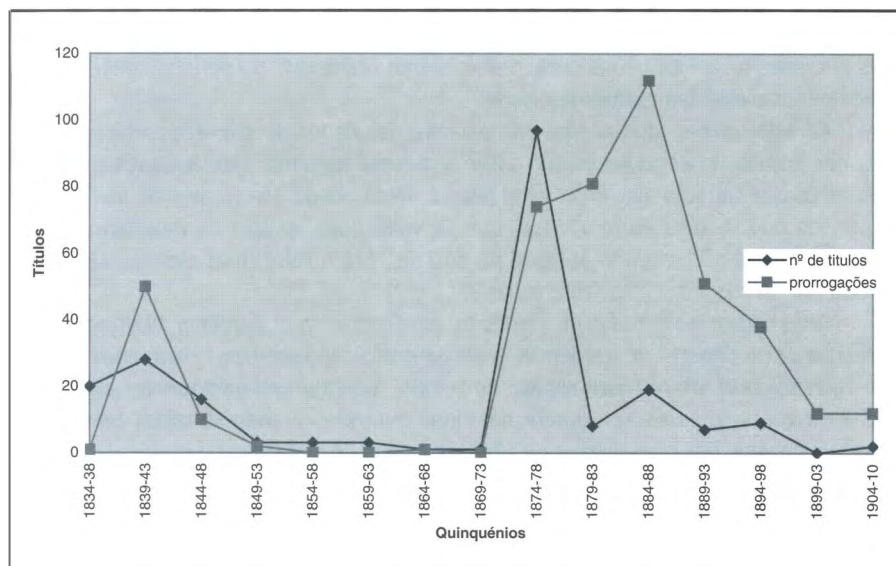
Da análise do Quadro IX e Gráfico 4, podemos inferir, que os bilhetes de residência podiam ser emitidos com uma validade temporal variável: trimestral, semestral, por nove meses e anual.

QUADRO IX – TÍTULOS DE RESIDÊNCIA

QUINQUÊNIOS	CONCESSÃO DOS TÍTULOS DE RESIDÊNCIA PELA 1.ª VEZ					
	3 MESES	6 MESES	9 MESES	12 MESES	S/ INFORMAÇÃO	TOTAL
1834-1838	20	—	—	—	—	20
1839-1843	15	2	5	6	—	28
1844-1848	2	7	—	7	—	16
1849-1853	—	1	—	2	—	3
1854-1858	—	1	—	2	—	3
1859-1863	—	—	—	3	—	3
1864-1868	—	—	—	—	1	1
1869-1873	—	—	—	1	—	1
1874-1878	—	—	—	80	17	97
1879-1883	—	—	—	6	2	8
1884-1888	—	—	—	8	11	19
1889-1893	—	—	—	6	1	7
1894-1898	—	—	—	9	—	9
1899-1903	—	—	—	—	—	—
1904-1910	—	—	—	1	1	2
Totais	37	11	5	131	33	217

QUINQUÊNIOS	PRORROGAÇÃO DOS TÍTULOS					
	3 MESES	6 MESES	9 MESES	12 MESES	S/ INFORMAÇÃO	TOTAL
1834-1838	1	—	—	—	—	1
1839-1843	32	7	2	9	—	50
1844-1848	1	3	—	6	—	10
1849-1853	—	2	—	—	—	2
1854-1858	—	—	—	—	—	—
1859-1863	—	—	—	—	—	—
1864-1868	—	—	—	—	1	1
1869-1873	—	—	—	—	—	—
1874-1878	—	—	—	71	3	74
1879-1883	—	—	—	57	24	81
1884-1888	—	—	—	41	71	112
1889-1893	—	—	—	45	6	51
1894-1898	—	—	—	37	1	38
1899-1903	—	—	—	12	—	12
1904-1910	—	—	—	12	—	12
Totais	34	12	2	290	106	444

GRÁFICO 4 – CONCESSÃO DE TÍTULOS PELA PRIMEIRA VEZ E PRORROGAÇÕES



Em conformidade com o disposto na lei, os bilhetes de residência seriam concedidos aos estrangeiros pelo espaço de tempo que se considerasse necessário, segundo as declarações que eles emitissem a esse respeito e ainda de acordo com a necessidade da sua estadia no reino e outras circunstâncias afins, não podendo nunca exceder o prazo de um ano¹⁷. O prazo de validade era assim mais ou menos dilatado, de acordo com as pretensões de cada imigrante, da finalidade da sua vinda e dos interesses inerentes à sua estadia e ocupação profissional.

O mais avultado número de concessões de bilhetes de residência foi atribuído pelo prazo de um ano, com um total de 131 matrículas. De seguida, mas com uma enorme diferença relativamente ao anterior, encontram-se os bilhetes de residência concedidos por três meses, com um total de 37 registos. Em terceiro lugar, estão os dados da coluna sem informação, com 33 elementos.

A análise dos dados que constam nos Livros de Registo de Passaportes, permitiu-nos constatar que a partir do ano de 1860 a emissão de títulos de residência passou a ser exclusivamente anual, daí que possamos deduzir de forma plausível, que os dados insertos *na coluna sem informação* são iniludivelmente matrículas pelo prazo de um ano. Assim, se adicionarmos às concessões anuais, aquelas para as quais não vem registado o prazo de validade, vemos tal valor ascender a 164 matrículas. Em quarto lugar, estão os bilhetes de residência atribuídos por seis meses, com uma cifra de onze unidades e em derradeira posição os concedidos por nove meses, apenas com 5 casos.

O apogeu da imigração galega em Vila do Conde foi atingido no quinquênio de 1874-78, com um total de 97 registos. Neste período, as matrículas de residência anual quase atingiram em média as duas dezenas. No período subsequente, a tendência verificada foi de queda acentuada, com ligeiras oscilações, tornando-se irrelevantes na primeira década do século XX. O quinquênio 1874-1878 revela com nitidez uma enorme decalagem relativamente a todo o restante período em análise. Este incremento foi com

toda a probabilidade influenciado pela convenção consular luso-espanhola, de 1870, que definiu cláusulas de reciprocidade no acolhimento dos cidadãos dos dois países e a obrigatoriedade do registo de residência. Porém a proficiência demonstrada, o controlo mais eficiente, foi sol de pouca dura, o decréscimo acentuado no período subsequente, parece denotar essa lamentável realidade.

Ao esboçarmos uma análise comparativa dos dados de que dispomos para Vila do Conde com os insertos no estudo sobre a mesma temática para a cidade do Porto, verificamos que situação algo análoga se passou nessa cidade. Efectivamente, foi também no período que medeia entre 1874-79 que se verificou o apogeu da imigração galega para a capital do norte, tendo atingido no ano de 1876 o valor mais elevado de todo o período em estudo, com 2 903 matriculas¹⁸.

Em 2.^o lugar por ordem de grandeza, encontra-se o quinquénio 1840-44 com a atribuição de 28 bilhetes de residência, e em 3.^o posição situam-se os cinco anos iniciais, com 20 matriculas. Do restante espaço de tempo, ressaltam os quinquénios 1845-49 e 1885-89, cujos valores se aproximam das duas dezenas, cifrando-se todos os demais, abaixo da dezena. Nos quinquénios de 1865-69 e 1900-04 o número de matriculas é nulo.

PRORROGAÇÃO DOS TÍTULOS DE RESIDÊNCIA

No atinente à reforma de títulos de residência, o auge verificou-se no quinquénio 1885-89, período em que ultrapassou a centena. A partir desta data os valores vão diminuindo paulatinamente. Por ordem decrescente de valor, sucedem-se os dois quinquénios imediatamente anteriores, nomeadamente, o de 1880-84 com 81 e o de 1875-79 com 74 reformas de títulos de residência. A percebemo-nos, que após 1854, as revalidações dos títulos de residência passaram a ser apenas por 12 meses e por essa razão cremos ser lícito inferir, que os registos das reformas que não especificam o prazo de validade e que constam na coluna sem informação, correspondem na realidade a revalidações por um ano, tal como acontecia na atribuição de bilhetes de residência pela primeira vez. Nos quinquénios de 1855-59, 1860-64 e 1870-74, não foi reformado qualquer título de residência.

À semelhança do que se passava no caso das concessões de residência pela primeira vez, também as reformas dos títulos abrangiam uma diversidade temporal, que oscilava entre os três meses e o ano, tendo efectivamente a primazia as revalidações pelo espaço temporal de um ano, com um total de 290 (ou 396 se adicionarmos o valor que consta na coluna sem informação).

O valor global das reformas dos bilhetes de residência mais do que duplica em relação ao total dos títulos concedidos pela primeira vez, respectivamente 444 para 217, indiciando desde já uma certa permanência dos imigrantes em terras de Vila do Conde. No entanto, os valores que apresentamos poderiam ser muito mais elevados, ascenderiam a 1 200 reformas, quase triplicariam, se logo que a validade do bilhete de residência caducasse, o imigrante prontamente se apresentasse às Autoridades para elas visarem o seu título e declararem o novo prazo porque foi reformado. Em consonância com o decretado, quem expirado o prazo de validade não requeresse a prorrogação dentro de 30 dias, seria processado e multado perante as competentes autoridades judiciais, na conformidade das leis¹⁹. Ora a lei, estabelecia uma coima de 2.400 reis, verba muito pesada e gravosa para a época, se atendermos que o custo total do título de residência

na cidade de Lisboa e Porto andava à volta de 1.200 reis, o que equivalia a uma semana de trabalho para as profissões não especializadas. A mesma multa de 2.400 reis era aplicada a todos os estrangeiros que transitassem sem passaporte. Nas demais terras do Reino o custo da papelada para a legalização era menos oneroso: Pelos bilhetes de residência e referendas pagava-se 40 reis de emolumentos e de selo 100, 200, 300 ou 400 reis respectivamente por 3, 6, 9, ou 12 meses. Por tempo ilimitado o selo era de valor de 4.000 reis, quantia que equivalia quase a um mês de salário de um trabalhador braçal²⁰. Talvez por o custo do título de residência por tempo ilimitado ser tão dispendioso é que não há na documentação por nós consultada, qualquer referência a essa solicitação.

QUADRO X – ATRASOS NAS PRORROGAÇÕES

A N O S	NÚMERO DE CASOS	PERCENTAGEM	PRORROGAÇÕES QUE SE DEVIAM TER EFECTUADO
Até 1	60	27,6	60
2	50	23,0	100
3	31	14,2	93
4	26	11,9	104
5	20	9,2	100
6	7	3,2	42
7	4	1,9	28
8	3	1,4	24
9	5	2,3	45
10	4	1,9	40
11	1	0,5	11
12	—	—	—
13	3	1,4	39
14	—	—	—
15	1	0,5	15
19	1	0,5	19
36	1	0,5	36
Totais	217	100,0	756

Os dados expostos, demonstram com toda a evidência, que houve um número muito significativo de atrasos nas prorrogações, sendo o período até aos cinco anos que detêm uma concludente superioridade. A partir dos cinco anos de atraso, o valor decaiu acentuadamente.

Regra geral, o imigrante ia de uma forma aleatória intercalando os períodos de ilegalidade com os legais. Não sabemos todavia, se quando decidia renovar o título o fazia por sua livre e espontânea vontade, ou se era compelido a fazê-lo. Supomos, que algumas contravenções foram detectadas e o imigrante foi coagido a pagar a respectiva multa e a referendar o título para poder continuar a residir no nosso país. O caso específico de Bento Martins, mestre pedreiro, que goza do privilégio de ser o galego com mais longa permanência entre nós, é sintomático da estratégia utilizada: Chegou ao nosso país

em 1839, solicitando bilhete de residência pelo espaço mínimo que a lei facultava, isto é por três meses. Até ao ano de 1844 foi reformando o seu título nos prazos devidos. A partir desta data e até 1857, durante 12 anos consecutivos, aparentemente esqueceu-se de o fazer. Nesse mesmo ano de 1857 requereu a emissão de passaporte, por 30 dias, para se deslocar a Leiria e outras terras do reino. Regressado, só volta a dar sinal de presença em 1876. Foram mais 19 anos sem referendar a residência, mas não se ficou por aqui a relaxada atitude deste imigrante; devia renovar em 1879 e fê-lo apenas em 1881, com 2 anos de atraso. De 1882 a 1885 voltou a cair no desmazelo, desta feita por 3 anos. No cômputo global, viveu de forma clandestina 36 anos, dos 46 que nos aparecem referidos nas fontes, já que o período máximo de validade da prorrogação era apenas de um ano.

Na prática as Autoridades deviam sentir muitas dificuldades para controlar com rigor e eficiência todo esse numeroso caudal de Galegos que deambulava pelo reino e assentava arraiais nos mais diversos lugares. O Estado através de medidas burocráticas, legislativas e punitivas visa dissuadir o imigrante da clandestinidade, mas o número de indocumentados, ou de pessoas com documentos, mas cujo prazo de validade expirou é grande. Para além das 444 reformas mencionadas, deviam-se ter efectuado mais 756, mas elas nunca ocorreram, facto que acarretou para as finanças públicas um enorme desfalque, se tivermos em consideração que o custo da referenda por o prazo de um ano, andava à volta dos 450 reis. Supomos, que o ronceirismo das instituições facilitava essa vivência semi-legal, elaboravam-se as leis mas não se cumpria, porque não havia um real empenho por parte dos Regedores nas freguesias, e das demais autoridades, nomeadamente as policiais, em contravenção ao que as leis do país determinavam²¹.

Quais serão as razões desta conduta? A prorrogação acarretava despesas, difíceis de suportar por essa camada pertencente ao mais indigente estrato da sociedade. Mas também, as Autoridades Administrativas só concediam a reforma do título se o imigrante tivesse um comportamento digno. Vejamos o que a esse respeito declarava a lei: «As Autoridades Administrativas, na concessão ou prorrogação dos bilhetes de residência, se haverão com o escrúpulo e cautelas, recomendadas pelos Regulamentos de Polícia, quando os estrangeiros por seu procedimento, ou factos ocorrentes, se tornarem suspeitos contra o sossego e tranquilidade do país»²². Cremos, que alguns galegos por falta do dinheiro necessário, por incúria, desinteresse, irresponsabilidade ou mesmo esquecimento não solicitavam a reforma do seu título, mas outros não o fariam porque se tinham envolvido em contendas, desacatos, pequenos dolos e outros crimes menores e receavam que tal prorrogação não lhes fosse concedida.

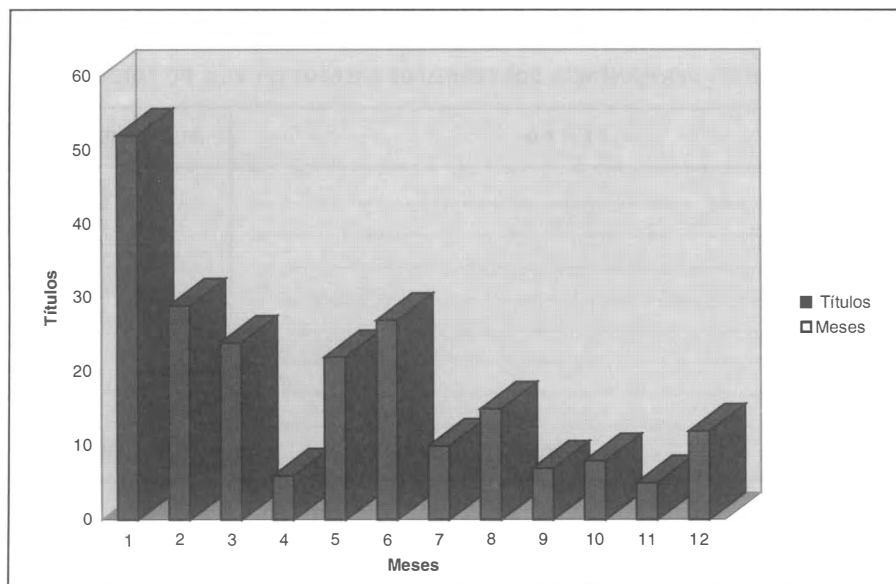
Apenas em 196 casos ocorreram as prorrogações a tempo e horas, o que corresponde a 44 % das reformas efectuadas. Nos restantes 56 % dos casos as prorrogações não obedeceram às normas institucionais.

SAZONALIDADE DOS TÍTULOS DE RESIDÊNCIA

A análise da sazonalidade dos títulos de residência atribuídos aos Galegos permitiu-nos conhecer com rigor os meses do ano mais propícios e os mais desfavoráveis a este fluxo migratório. É possível descortinar dois períodos de grande atracção: o primeiro constituído por os meses de Janeiro Fevereiro e Março e o segundo composto por Maio e Junho. Assim, por ordem decrescente, os cinco meses do ano com maior número de

concessões foram respectivamente: Janeiro (52), Fevereiro (29), Junho (27), Março (24) e Maio (22). O realce vai também para os meses de Agosto, Dezembro e Julho que atingiram ou ultrapassaram a dezena de casos. Nos demais meses, as solicitações foram relativamente reduzidas.

GRÁFICO 5 – SAZONALIDADE DOS TÍTULOS DE RESIDÊNCIA



O aumento das matrículas na estação do Inverno, no nosso entender, está ligado a todo um trabalho agrícola tendente à preparação das terras para as sementeiras, como o corte de matos para a sua fertilização e subsequente vessada. Nos meses de final de Primavera e princípios de Verão o recrudescimento dos imigrantes parece estar relacionado também com outro tipo de fainas campesinas, tais como as sachas, mondas e finalmente as colheitas. As nossas asserções podem, eventualmente, induzir que a imigração galega em Vila do Conde se destinava única e exclusivamente a cumprir o ciclo do calendário agrícola. Se num ou noutro caso tal podia acontecer, o que se constatou foi que muitos desses jornaleiros e moços de lavoura oriundos da Galiza, acabaram por se fixar nas casas dos seus amos e nas freguesias para onde inicialmente se deslocaram.

Lamentavelmente, por aparente desleixo do Amanuense desconhecemos com rigor a profissão dos galegos, já que em 78,3 % dos casos essa informação está omitida. Mas se é verdade, que a ocupação profissional dos galegos não se resumia ao sector da agricultura, também não é menos verdade que para as freguesias do concelho, que absorveram à volta de 70 % da mão-de-obra global, só são conhecidas deslocações de galegos para trabalhar no campo, como é perfeitamente compreensível, pois esta era a actividade económica predominante, diríamos exclusiva, se exceptuarmos alguma escassa actividade artesanal (alfaiate, tamanqueiro e tecedeira entre outra), às quais concerteza os galegos não tinham acesso, porque eram ofícios que exigiam maior aprendizagem e experiência e por isso eram mais conceituados e melhor remunerados, logo de maior apetência dos nacionais.

Em 17 de Maio do ano de 1839, 15 pedreiros galegos solicitaram autorização para residir na sede do concelho, o mais jovem tinha 17 anos e era solteiro e o mais velho contava já 36 anos e era casado. Para além deste grupo, existe ainda expressa menção a mais 4: um inscrito no mês de Agosto do mesmo ano e o outro em Janeiro de 1841. E os restantes dois foram matriculados no ano de 1876, um em Novembro e o outro em Dezembro. O registo de 15 pedreiros galegos de uma só vez, dá-nos a impressão de que, à partida, já vinham contratados por algum mestre pedreiro.

QUADRO XI – PERMANÊNCIA DOS PEDREIROS GALEGOS EM VILA DO CONDE

T E M P O	NÚMERO DE CASOS
3 Meses	9
1 Ano	3
2 Anos	2
3 »	1
6 »	1
12 »	1
42 »	1
46 »	1
Total	19

Dos 19 pedreiros referidos, advindos da Galiza, uma enorme disparidade temporal envolveu as suas estadias. De tal forma é dissimil a flutuação que entre a menor e a maior medeia quase meio século.

Supomos que a vinda destes trabalhadores está directamente relacionada com um conjunto de obras que estavam na altura em fase de execução na própria vila e nalgumas freguesias. Eis apenas alguns exemplos: Pontilhão da doca sobre o rio Ave no lugar do Socorro, mina de condução de água na Praça Velha, fonte das Donas, Hospício do Carmo (transformação para escola primária e outras dependências administrativas,

QUADRO XII – ESTRUTURA ETÁRIA (1834-1910)

I D A D E S	NÚMERO DE TRABALHADORES	PERCENTAGEM
15-19	6	2,8
20-24	12	5,6
25-29	6	2,8
30-34	4	1,8
35-39	7	3,2
40-44	2	0,9
45-49	—	—
50-54	1	0,5
S/ Informação	179	82,4
Totais	217	100,0

incluindo a bomba de incêndios), manutenção da ponte de madeira sobre o rio Ave, benfeitorias no cemitério público, casa de cobrança de passagem da ponte etc.. Para além das mencionadas algumas outras de menor dimensão estavam em curso. Nas freguesias, iniciavam-se trabalhos de reconstrução ou construção de igrejas e de novas vias de acesso, como era o caso específico da estrada de Gião e de uma outra em Touguinha.

O quadro XII, atrás referido, dá-nos uma pálida e incipiente imagem da idade dos galegos que procuraram terras vilacondenses para residir e ganhar a vida, porque lamentavelmente, na esmagadora maioria dos casos, em 82,4 % dos registos, está omitida essa variável. Não obstante esse inconveniente e lacuna, que exige que os dados apresentados sejam avaliados com as devidas cautelas, o enfoque vai para a faixa etária dos 20-24 anos, corroborando os dados apresentados em outros trabalhos sobre a mesma temática²³. Em todas as épocas, os jovens estão mais predispostos à aventura, a correr riscos, têm mais ânsia do desconhecido. São, também, regra geral, mais ambiciosos e corajosos, com uma vontade férrea de singrar na vida, procurando alcançar longe da terra natal o bem-estar que escasseia ou lhes é negado no solo pátrio, devido a múltiplas contingências.

QUADRO XIII – ESTADO CIVIL DOS GALEGOS (1834-1910)

ESTADO CIVIL	NÚMERO DE TRABALHADORES	PERCENTAGEM
Casados	21	9,7
Solteiros	23	10,6
Viúvos	2	0,9
S/ Informação	171	78,8
Totais	217	100,0

Em termos de estado civil, o quadro que se apresenta enferma no registo dos mesmos vícios e incúria do anterior embora em proporção inferior, já que em 78,8 % dos casos não é indicada essa situação. Por esse motivo, os índices apresentados não traduzem com rigor essa realidade. Os casados são maioritários com uma percentagem de 10,6, ligeiramente superior à dos solteiros que é de 9,7. Os viúvos galegos que demandaram Vila do Conde eram em número muito reduzido, apenas encontramos anotados dois casos, o que corresponde somente a 0,9 %.

Apesar do Quadro XIV, continuar a pecar por falta de minúcia e rigor, já que em 79,2 dos casos não é referido a ocupação profissional dos galegos, permite-nos contudo, fazer um ténue esboço da tendência profissional dos mesmos. O leque ocupacional era diversificado espraiando-se desde o sector primário ao terciário. A preferência vai para o ofício de pedreiro com 19 casos registados como já foi oportunamente focado, sucedendo-se de muito perto, os trabalhadores ligados às fainas agrícolas, trabalhando como moços de servir, empregados de lavoura ou jornaleiros, tal como são indistintamente referidos nas fontes, com a cifra de 18 elementos. Para as outras seis profissões nomeadas, apenas consta dois ou um elemento. Temos um universo global de oito profissões especificadas, mas no cômputo geral abrange apenas 47 elementos dos 217, a quem foi concedido bilhete de residência. Face a esta realidade, ficamos intensamente limitados na pretensão de retratarmos o panorama profissional dos galegos. É, no entanto,

nossa convicção de que a maioria dos imigrantes galegos trabalhavam essencialmente nos trabalhos servis, nos mais duros e mais mal remunerados.

A agricultura era a nível nacional a actividade económica predominante. O concelho de Vila do Conde não era excepção à regra, sobretudo a partir de 1836, com a anexação das freguesias, passou a ser essencialmente agrícola. Praticava-se neste

QUADRO XIV – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS GALEGOS, 1834-1910

PROFISSÃO	NÚMERO DE TRABALHADORES	PERCENTAGEM
Pedreiro	19	8,8
Criados de servir	18	8,3
Fabricante de velas	2	0,9
Sebeiros	2	0,9
Cordoeiros	1	0,5
Oficial de ferreiro	1	0,5
Arrieiro	1	0,5
Vendeiro	1	0,5
S/ Informação	172	79,2
Totais	217	100,0

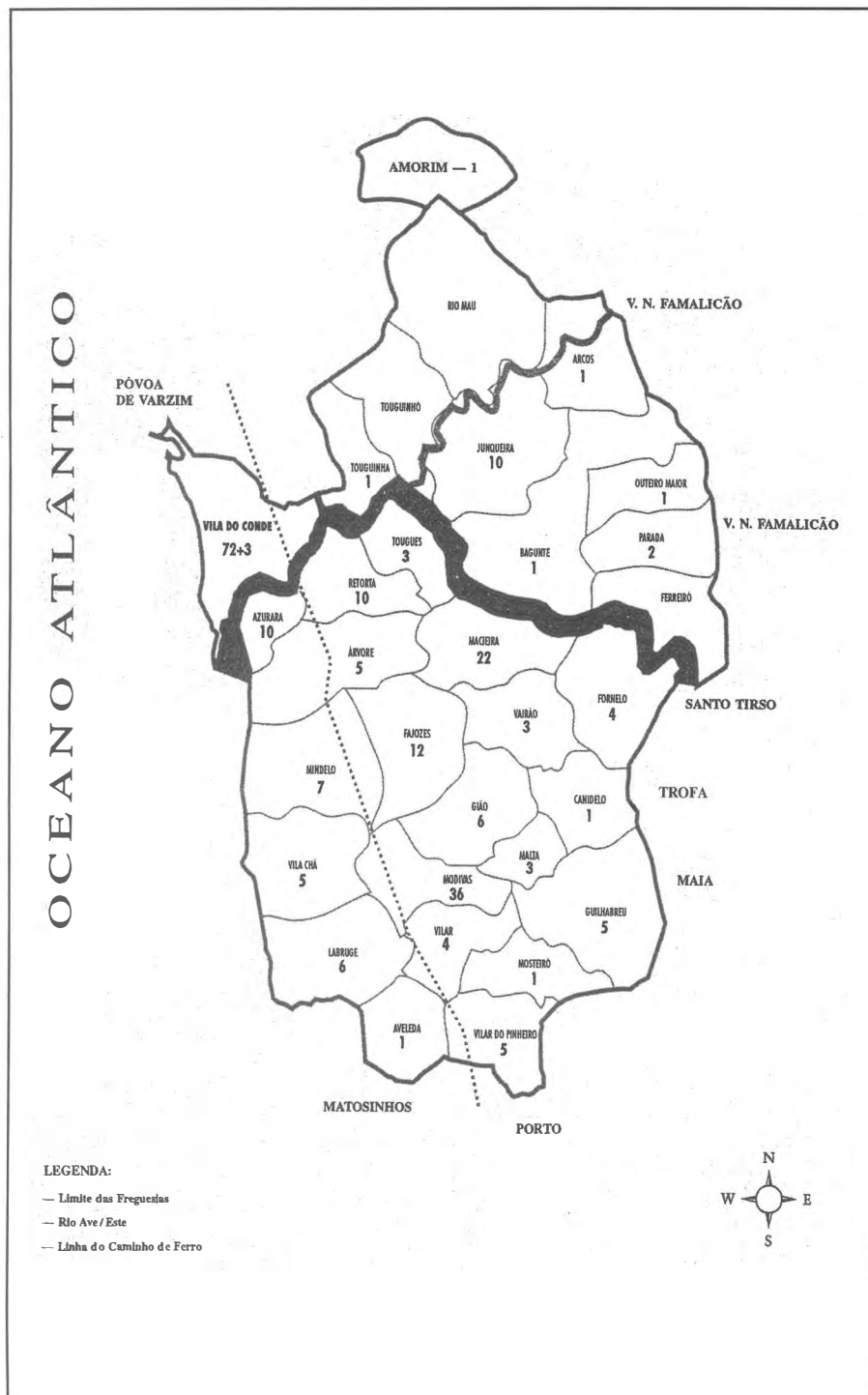
concelho uma agricultura rotineira, tal como refere o relatório agrícola expedido pelo Administrador de Vila do Conde, A. de F. Craveiro, para o Governador Civil do Porto, em 28 de Janeiro de 1862:

No citado relatório lê-se, entre outras informações, que neste concelho assim como em geral na província do Minho, predominava a pequena propriedade, enfitêutica em vida, de livre nomeação e alguma vinculada, sendo na maior parte cultivada pelos proprietários e quando muito, uma sexta parte amanhada pelos rendeiros. Os arrendamentos eram a pequeno prazo, com o máximo de nove anos. Predominava em geral a agricultura rotineira, sendo os lavradores na maior parte dos casos avessos às inovações técnicas e aperfeiçoamentos, incrementados no estrangeiro. Existia no entanto, um verdadeiro espírito rural e os novos processos de cultivo eram já conhecidos dos mais esclarecidos, porém ainda não implementados nas suas terras. Os adubos e estrumes empregados no concelho eram substâncias animais, sargaço do mar e rapa dos penedos. A maioria dos lavradores comprava esses fertilizantes em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim. A cultura predominante era o milho, trigo, centeio e feijão, mas o milho tinha a primazia e começava-se a generalizar a cultura da batata.

O concelho produzia regra geral, o necessário para a subsistência dos seus habitantes, vendendo ainda alguns cereais para o Porto e para o Algarve e Setúbal pela barra. Nos anos de mais escassa produção, verificava-se alguma especulação, com a importação de milho da Galiza pela barra, mas, além de esses casos serem raros, os importadores tinham dificuldades em concorrer com o preço do milho local²⁴.

Sabemos que na Galiza a implementação do cultivo da batata ocorreu quase um século antes da sua generalização no concelho de Vila do Conde. Ora, tendo este facto em consideração, é bem possível, que os imigrantes galegos tenham de algum modo

QUADRO XV – DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS GALEGOS (1834-1910)



contribuído para a expansão neste concelho da cultura desse novo tubérculo originário da América, que a princípio tanta relutância causou às pessoas, acusando-o de provocar várias doenças. A pouco e pouco esses preconceitos foram superados e a batata passou a fazer parte integrante da dieta humana. Na Galiza a rápida difusão desta nova cultura, fez-se a partir da crise de 1768-69, e no início da centúria de novecentos já estava plenamente consolidada, tendo assumido o papel que nos dois séculos anteriores coube ao milho, permitindo uma intensificação agrícola e a prática da policultura como meio de subsistência. Este processo segundo Rodrigues Galdo e Fausto Dopico constituiu a única forma de enfrentar o empobrecimento por parte das camadas campesinas, sem transpôr as barreiras da estrutura produtiva tradicional²⁵.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS GALEGOS

Vila do Conde terra multissecular, cuja certidão de baptismo data de 26 de Março do ano de 953, da era de Cristo, foi sofrendo múltiplas e variegadas mutações com o decorrer dos séculos. Terra com uma umbilical ligação ao mar, que viveu os seus tempos áureos e gloriosos na época quinhentista, datando dessa altura, alguns majestosos monumentos de requintado estilo Manuelino.

Se durante muitos séculos teve abundância de peixe, escasseava-lhe os produtos da terra. Cereais, azeite, vinho, carne etc... Era no grande potentado de Barcelos que se provia e, não raras vezes, surgiam contendas por via de não ser facilitado o pão e mesmo a madeira precisa nos seus estaleiros de construção naval. O decreto de Mouzinho da Silveira, permitiu a Vila do Conde anexar uma boa quantidade de freguesias pertencentes aos concelhos limítrofes, nomeadamente ao da Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão e Maia. Estas anexações conduziram ao alargamento territorial do concelho de Vila do Conde, e ao seu engrandecimento, suprimindo as carências alimentares, que até então sentia.

Ora, vão ser precisamente as úberes e ricas freguesias, de terrenos regadios e férteis, situadas a sul do Ave, na tradicional «Terra da Maia», recentemente integradas no concelho vilacondense, que vão atrair com maior intensidade mão-de-obra galega, com particular incidência para as de Modivas, Macieira e Fajozes, com 36, 22 e 12 registos respectivamente, como o demonstra o mapa que se segue.

Da observação do mapa, a imagem que ressalta de imediato ao nosso olhar, é a da intensa dispersão geográfica dos imigrantes da Galiza. Na realidade, eles disseminaram-se por 29 freguesias, embora se note a predilecção por algumas em detrimento de outras. Podemos assim deduzir, que os Galegos não estavam confinados a qualquer espaço concelhio, não constituíam um grupo isolado, ou marginalizado da restante população, muito pelo contrário, viviam quase em todos os cantos e terras do concelho, num quotidiano de interacção com os seus naturais.

Apenas três freguesias, das trinta que constituem actualmente o concelho: Touguinhó, Ferreiró e Rio Mau, todas situadas a norte do Ave, não seduziram os imigrantes galegos.

Nas freguesias a norte do Ave, na antiquíssima «Terra de Faria» a absorção das gentes da Galiza foi muito reduzida, não ultrapassando globalmente as duas dezenas de elementos. O destaque vai naturalmente, para a freguesia da Junqueira que isoladamente atraiu 50 % do volume residente na parte setentrional do concelho.

A grande discrepância entre as freguesias situadas a norte e a sul do Ave no tocante ao estabelecimento de residência dos galegos, está relacionada, no nosso entender, com as ofertas de trabalho, e não com qualquer tipo de predilecção das gentes da terra galega pelas do sul do concelho, preterindo as do norte. Como já foi ligeiramente afluído, a sul do Ave predominavam as terras mais produtivas, era onde a agricultura se praticava mais intensivamente, com maior número de engenhos para irrigação, mas as técnicas agrícolas continuavam arcaicas e incipientes e daí a necessidade de mão-de-obra abundante.

Os galegos que fixavam residência no meio rural, viviam, geralmente, em casa dos grandes lavradores, amanhando a terra com o suor do seu rosto, trabalhando de sol a sol, sujeitos às intempéries, e às injustiças da vida.

A sede do concelho, a multissecular freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde, como é perfeitamente compreensível foi a que acolheu mais numeroso contingente de imigrantes, exactamente 72, que se ocupavam em tarefas ligadas ao serviço doméstico, comércio, e ofícios mecânicos. Adicionamos à sede do concelho os três elementos referentes à freguesia de Formariz, porque esta localidade foi anexada àquela pelo Decreto de 23 de Maio de 1867.

MOBILIDADE INTER-FREGUESIAS

Entre 1839 e 1910 registou-se uma certa mobilidade entre as freguesias, que abrangeu 24 movimentações e afectou 18 indivíduos. 14 galegos só se movimentaram uma vez. Os restantes quatro saltaram em várias ocasiões de freguesia em freguesia. No entanto, esta mobilidade era geralmente muito curta, pois a transferência era para a freguesia contígua ou próxima da anterior. Esta ocorrência explica a diferença entre a totalidade da mobilidade registada no respectivo quadro e o número total de imigrantes a quem foi concedido título de residência, 241 para 217.

O caso mais expressivo desta realidade refere-se a Miguel Garcia Mourelhe, que em 20/07/1876 solicitou bilhete para residir na freguesia de Retorta; em Junho do ano seguinte, transferiu-se para freguesia de Azurara, onde permaneceu sensivelmente durante sete anos consecutivos; a 19/02/1883, regressou à primitiva freguesia, mas logo de seguida, em 28 do mesmo mês e ano, apresentou-se na Administração do concelho, com o passaporte visado para emigrar para o Brasil. Este é o único caso, que detectamos em toda a documentação, em que se faz expressa menção à emigração galega residente em Vila do Conde, para o país das baianas e do samba.

Todavia, surgiu-nos um outro caso embrenhado em alguma dúvida, já que José Gomes Cardoso, natural da Galiza, obteve bilhete em 17/07/1878, para residir na freguesia da Junqueira, local onde permaneceu até 18/08/1883. Nesta data mudou-se para a freguesia de Macieira, regressando no ano seguinte à terra inicial, onde se manteve até 02/03/1891, altura em que se apresentou ao Administrador do concelho «declarando ir para o Brasil». Na sequência da nossa pesquisa constatamos que em 25/09/1893, quase dois anos volvidos, foi-lhe passada autorização para residir novamente na freguesia da Junqueira. Face a esta situação algo nebulosa, não podemos deixar de nos questionar: Será que partiu efectivamente para o Brasil? Ou o seu sonho do «El-Dourado» ter-se-á gorado? Não nos parece muito verosímil que tenha partido e regressado em tão curto espaço de tempo, pois as viagens eram morosas e dispendiosas.

Na tentativa de traçarmos uma breve e superficial análise comparativa entre a vinda de Galegos e sua dispersão pelo concelho, entre 1834-1910, e a partida dos naturais das mesmas freguesias para o Brasil, no período que vai de 1865 até 1876, elaboramos o Quadro XVI.

Os números apresentados têm de ser encarados como uma despreziosa amostragem, com reservas e cautelas, indiciando contudo, uma tênue correlação entre a partida dos emigrantes brasileiros e a chegada dos imigrantes galegos. Os casos mais sintomáticos parecem ter acontecido nas freguesias de Fajozes, Macieira e Retorta, embora em termos globais, a diferença entre os emigrantes e os imigrantes seja muito acentuada.

QUADRO XVI – EMIGRANTES BRASILEIROS E IMIGRANTES GALEGOS

FREGUESIAS	A N O S	T O T A L	IMIGRANTES GALEGOS
Arcos	1866-1872	14	—
Árvore	1865-1876	67	2
Aveleda	1871-1875	16	—
Azurara	1865-1874	81	5
Bagunte	1865-1876	41	—
Canidelo	1866-1876	23	1
Fajozes	1865-1875	58	6
Ferreiró	1866-1875	18	—
Fornelo	1865-1875	55	—
Gião	1865-1876	52	2
Guilhabreu	1870-1876	23	2
Junqueira	1866-1876	34	3
Labruge	1872-1876	20	2
Macieira	1865-1876	71	8
Malta	1866-1876	19	—
Mindelo	1866-1875	40	3
Modivas	1865-1875	39	4
Mosteiró	1870-1875	13	—
Outeiro	1875-1875	3	—
Parada	1867-1873	6	—
Retorta	1865-1875	10	6
Rio Mau	1865-1875	35	—
Tougues	1865-1875	24	—
Touguinha	1866-1876	13	—
Touguinhó	1865-1875	26	—
Vairão	1865-1876	64	1
Vila Chã	1865-1876	42	—
Vilar	1866-1875	34	—
Vilar do Pinheiro	1869-1875	17	—
Vila do Conde	1865-1876	300	16
Totais	—	1 252	61

Partilhamos contudo, da opinião expressa por alguns estudiosos de que os imigrantes galegos ajudaram a colmatar a falta de braços na agricultura, originada pela deslocação dos naturais, quase sempre filhos segundos ou terceiros das casas de lavoura, para a sede do concelho, para a cidade grande do Porto, mas essencialmente para a promissora «Terra de Vera Cruz». «Tudo indica que estamos perante migrações de substituição ou contra-correntes migratórias, tal como defendia Ravenstein face ao exemplo inglês, em que indivíduos com menores possibilidades (físicas, económicas...) vão preencher (temporariamente) os segmentos do mercado de trabalho largados por outros empenhados em migrações mais rentáveis»²⁶.

No contingente de emigrantes fornecidos pela sede do concelho, há a considerar os passaportes concedidos por mais de uma vez à mesma pessoa, já que se tratava de mareantes, que andavam num vaivém de partidas e regressos sucessivos, facto que fez subir em flecha as emissões de passaportes.

Para a elaboração do Quadro XVII, tivemos em consideração o tempo decorrido entre a emissão do bilhete de residência e a data da última prorrogação. Infelizmente,

QUADRO XVII – PERMANÊNCIA DOS GALEGOS EM TERRAS DE VILA DO CONDE

A N O S	NÚMERO DE CASOS	PERCENTAGEM
0- 1	29	13,4
1- 2	73	33,6
3- 4	32	14,7
5- 6	10	4,6
7- 8	9	4,2
9-10	5	2,3
11-12	13	6,0
13-14	10	4,6
15-16	4	1,8
17-18	6	2,8
19-20	4	1,8
21-22	6	2,7
23-24	1	0,5
25-26	2	0,9
27-28	1	0,5
29-30	3	1,3
31-32	5	2,3
40-41	1	0,5
42-43	1	0,5
44-45	1	0,5
46	1	0,5
Totais	217	100,0

temos um quase completo desconhecimento do destino que os imigrantes tomaram após a última referenda. Teriam permanecido em Vila do Conde ilegalmente, aproveitando-se do ronceirismo das instituições, ou teriam de facto regressado ao seu país de origem? Emigrado para as Américas? Falecido? Optado por se naturalizarem? Ou finalmente, aqueles que já tinham mais de cinco anos de permanência em Portugal, decidiram solicitar o título de residência permanente? As fontes sobre esta temática existentes no A.H.M.V.C. não fazem uma única referência à concessão de título de residência permanente. Tudo isto são meras conjecturas especulativas. Sem fontes documentais temos de nos limitar a meras deduções, mais ou menos creíveis.

A primeira imagem que ressalta é a da grande dispersão temporal. O espaço de permanência em terras vilacondenses era muito diversificado, oscilando entre os três meses e os 46 anos. Se a maioria se demorava uns escassos dois anos, o suficiente para amealharem um dinheirito que lhes permitisse a passagem para o outro lado do Atlântico, outros havia que, tendo partido jovens, só voltavam passado quase meio século, concerteza quando as forças lhes começava a faltar e a saudade da terra natal invadia os seus corações, desejando num frémido de dor e fé morrer no solo pátrio.

Cerca de 67 % não ultrapassou a meia dúzia de anos de permanência no concelho de Vila do Conde, dando a ideia que vinham cá fazer alguns anos de trabalho, para amealharem pequenos capitais, um pecúlio que lhes permitisse o almejado regresso ao torrão natal em condições económicas minimamente confortáveis, bem mais risonhas do que aquelas que usufruíam à partida, de modo a granjearem a admiração e estima dos seus conterrâneos, não só por aquilo que aprenderam no contacto com outras realidades, costumes, tradições e técnicas e que tentam implementar na terra natal, mas também pela promoção económica e social que ostentam. Para um grupo significativo, embora bem menos numeroso do que o anterior, a estadia em terra de Marinheiros, Poetas e Rendilheiras espalhou-se por um espaço de tempo que oscilou entre os sete, oito anos e os trinta, dando a sensação de que se afeiçoaram à nossa terra, adoptando-a como uma espécie de segunda pátria, porque naturalmente foram recebidos e tratados não como náufragos em terra, mas como seres humanos de pleno direito.

Alguns deles ficaram definitivamente, casaram, constituíram lar e família, e progrediram na vida, em franca e notória ascensão económica e social.

CONCLUSÃO

As consequências do êxodo foram nefastas para a Galiza, manifestando-se na degradação das condições matrimoniais, com o conseqüente incremento do celibato feminino, já que os protagonistas da mobilidade eram quase na sua totalidade homens, na sua maioria solteiros. Nas fontes manuscritas por nós consultadas apenas nos surgiu a referência a cinco mulheres inseridas na corrente migratória galega para Vila do Conde. Os bilhetes de residência fazem menção a Maria Silveira, que em 1889, solicitou autorização para morar na freguesia de Modivas, não nos indicando nem a idade, nem o estado civil, acrescenta contudo, que se tratava de uma pedinte²⁷. Nos registos de passaporte deparamos com as seguintes: Ana Rasquita Herrero, viúva, de 66 anos, residente em Vila do Conde, que em 26/05/1821 requereu passaporte para a Galiza²⁸. Aña Francisca Herrero Rasquita, filha da anterior, de 38 anos de idade, moradora na vila, na rua de S. Amaro, pediu também passaporte para a Galiza, em 5/03/1824. Era casada com o galego Manuel

Gonçalves Ermida, mestre de música, que em 21/05/1821, aquando da solicitação do passaporte para a Galiza, tinha 41 anos²⁹. Por último, surgiu-nos a titular de passaporte Ana Rosa, de 23 anos, também residente na vila, sem indicação de profissão, que em 1836, requereu passaporte para a cidade de Lisboa, levando na sua companhia Ana Piedade. Foi abonada pelo galego João Bento, vendeiro nesta vila, no negócio de vinhos³⁰. E a mobilidade feminina galega restringiu-se a isto, era de facto irrelevante, fazendo jus ao anexim popular «A mulher quer-se em casa e o homem na praça». Os emigrantes galegos que escolheram Vila do Conde para seu pousio, andaram sempre desacompanhados do elemento senhoril, à semelhança do que era usual e comum na época, a mulher casada ficava na terra natal, não acompanhava o marido. As moças solteiras e as mulheres viúvas, também muito raramente abandonavam o torrão de origem.

O afluxo de imigrantes a Vila do Conde foi, ainda assim, de uma certa importância. Dos conhecidos através dos bilhetes de residência e dos que nos são inculcados pelos passaportes, chega-se ao elucidativo quantitativo de 543 imigrantes, embora nos pareça bem plausível e possível, que o seu número real fosse bem mais avultado. É notório nos períodos de convulsão política, social e militar ou de acordos diplomáticos, um mais eficiente controlo no registo dos estrangeiros, que se traduzem nos cumes dos gráficos que apresentamos. Importa repetir que a grande apetência pelas terras nortenhas era a cidade do Porto. Para ali confluíam na miragem de trabalho assegurado, diversificado, compensatório e na esperança de uma ascensão profissional e social. Dos galegos que vieram para Vila do Conde, não encontramos quaisquer referências ao seu grau de instrução. Atendendo porém às profissões que exerciam, não será estulto prever que na sua grande maioria seriam analfabetos.

O galego tinha fama de brigão, conflituoso, bruto, estúpido e avaro. Na imprensa do século passado podem ler-se muitas notícias e artigos que zurzem feramente a figura do galego: «O galego passa como homem, é mais forte e vigoroso que um burro, e está isento do recrutamento! O galego vive da sua indústria, e não paga décima! ... Se o leitor quer aproveitar-se do seu préstimo, ele ali está encostado àquela esquina. Chame-o, mas prepare a bolsa, porque não dá ponto sem nó... O galego em nada se parece com a gente, mas há muita gente que se parece com o galego...³¹» O feroz e atrabiliário crítico tinha um ódio visceral aos galegos, neles nada via de bom, de positivo, pela leitura de todo o artigo nem mesmo de humano lhes achava. Uma pérfida injúria, uma blasfémia. Foram os galegos que supriram, em muitos casos, a falta de braços que se fazia sentir em Portugal, com a desusada sangria para terras do Brasil. No caso concreto de Vila do Conde e na documentação consultada não encontramos nada que possa desabonar o galego, antes pelo contrário, a ocupação das modestas e servis, fazem-nos vê-lo como uma pessoa humilde e trabalhadora, condições importantes na virtude do homem. Não conseguimos encontrar qualquer referência ao valor do salário auferido pelos que trabalhavam na lavoura, como criados de servir ou jornaleiros. Todavia, não será descabido pensar que o soldo deveria andar muito equivalente ao de um trabalhador não diferenciado, de outros mesteres, como trolha, pedreiro ou carpinteiro. Estes ganhavam, por dia, entre 80 a 100 réis, o que nos leva a admitir como semelhante para o jornaleiro, com uma pequena variação para menos. É que este vivia em casa do amo, ali comia e dormia em aposentos desprovidos do mínimo de conforto, quantas vezes na casa da eira, e, por isso, com cama e mesa, a jorna seria mais pequena.

Felizmente, não encontramos registos de delinquência dos galegos na nossa terra, talvez porque se tratava de um meio pequeno e pacato, de gente afável e generosa, embora saibamos, que nas grandes cidades de Lisboa e Porto, a situação era por vezes muito problemática e conflituosa, vivendo muitos na marginalidade.

Da leitura das fontes relativas à presença e permanência dos Galegos em terra vilacondense, ficamos com a grata impressão, de que no nosso concelho nunca foram exacerbados sopitados rancores, se é que existiam, eles nada tinham a ver com o sofredor povo da Galiza, de fadário mui semelhante ao nosso, que na sua operosa freima sempre foi bem acolhido pelos naturais desta cidade, para orgulho e a concludência do dito de que Vila do Conde é uma cidade linda e hospitaleira.

NOTAS

- ¹ Cf. GONZALEZ-ROTHVOSS, Mariano – *Las relaciones luso-españolas en el siglo XIX sobre migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962, p. 4.
- ² O estudo mais completo sobre este assunto, continua a ser o de A. Meijide PARDO – «La Emigración Gallega Intrapeninsular» – *Estudios de Historia Social de España*, Tomo IV, 2.º, Madrid, 1960. Veja-se também Jordi NADAL – *La Población Española*, Barcelona, Ariel, 1984. Para análises demográficas locais, cf. Baudilio BARRER – *La Jurisdiccion de Xallas en el siglo XVIII – Población, Sociedad y Economía*, Santiago de Compostel, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2.ª ed. 1977. E ainda Jose Manuel Perez GARCIA – *Um modelo de sociedade rural de Antigo Régimen en la Galicia Costera*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979. Cf. ainda Mariano GONZALEZ-ROTHVOSS – *Las Relaciones Luso-Españolas en el siglo XIX sobre Migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962. Maria Fernão Couceiro da Costa Couto LOPES – «Estrangeiros no Porto» – *Revista do Centro de Estudos Demográficos* n.º 6, Lisboa, 1949.
- ³ Livro de Actas (1562-1569), A.H.M.V.C. – 20, fl. 546v.
- ⁴ CORTIZO, Camilo Fernandez – *La poblacion de Galicia en los siglos XVI- XVIII*, História da Galicia, Faro de Vigo, fasc. n.º 29, 1991.
- ⁵ PARDO, A. Meijide – *La Emigración Gallega Intrapeninsular*, Estudios de História Social de Espanã, Tomo IV, 2.º, Madrid, 1960, pp. 463-690
- ⁶ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2810, fl. 93v.
- ⁷ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2806, fl. 36v.
- ⁸ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2806, fl. 9v.
- ⁹ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2808, fl. 64 e v.
- ¹⁰ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2811, fl. 56.
- ¹¹ PILOTO, Adelina – *Maria da Fonte a Sedição Popular em Terra de Marinheiros Poetas e Rendilheiras*, Vila do Conde, 1998.
- ¹² A freguesia de Pitões das Júnias foi abadia apresentada pelo convento de Osseira na Galiza. Eram estes monges que trienalmente mandavam paroquiar esta freguesia. Com a supressão deste convento, Pitões das Júnias não mais voltou a ter pároco galego, o último foi Frei Benito Gonçalves que a paroquiou até 1850.

- ¹³ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2811, fls. 24, 30 e 38v.
- ¹⁴ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2809, fl. 138.
- ¹⁵ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2807, fl. 45v.
- ¹⁶ SOUSA, Fernando de – *Mobilidade Geográfica na Sociedade Portuguesa de Fins do Antigo Regime (1767-1836)*, Porto, 1982, p. 20.
- ¹⁷ Decreto de 13 de Agosto de 1841, art.º 2.º, parágrafo 1.º - D.G. 221.
- ¹⁸ ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M.ª Fernanda V. & MONTEIRO, M.ª do Rosário – *Imigração Galega na cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)*, Revista da Faculdade de Letras, 2.ª Série, Vol. IX, Porto, 1992, p. 221.
- ¹⁹ Dec. 13 de Agosto de 1841, art. 2.º, parágrafo 2.º – D. G. 221.
- ²⁰ Código Administrativo de 18 de Março de 1842 e Regulamento de 7 de Abril de 1863, D. L. 77, art. 3.º, parágrafo 2.º.
- ²¹ Código Administrativo de 18/03/1842, art.ºs 249 e 342.
- ²² Decreto de 13 de Agosto de 1841, art.º 2.º, parágrafo 3.º.
- ²³ ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M.ª Fernanda V. MONTEIRO, M.ª do Rosário – *Imigração Galega na cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)*, Revista da Faculdade de Letras II Série, Vol. IX, Porto, 1992.
- ²⁴ A.C. – Correspondência Expedida para o Governo Civil do Porto, A.H.M.V.C. – 2932 (1858-1863).
- ²⁵ LOPEZ, Jesus de Juana, RODRIGUEZ, Manuel Angel Fernandez – *Historia de Galicia*, Faro de Vigo, fasc. n.º 39, p. 728.
- ²⁶ ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 93.
- ²⁷ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2812, fl. 11v.
- ²⁸ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2808, fl. 89v.
- ²⁹ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2809, fl. 71.
- ³⁰ Registos de Passaporte, A.H.M.V.C. – 2810, fl. 17.
- ³¹ Archivo Pittoresco, vol II, pp. 247 e 248 (1858-59).

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)

UMA ANÁLISE REGIONAL

Maria da Graça Lopes Fernandes Martins
Mestre em História Contemporânea - ISLA – Bragança

ABSTRACT

This particular work focuses on a regional and quantitative analysis of the phenomenon called emigration between 1901 and 1920, by comparing the reality of Continental Portugal.

In its structure we face some questions related to the vast universe of emigration and the methodological complexity of this subject.

The presentation of the district of Bragança showed itself important in view of the necessity in establishing a brief characterization of the population contingent and the social and economical contexts, regarding the geographical area we are working on as well as the reasons why we chose this chronological period.

The quantitative analysis it consubstantiates in nine variables which allow us to the materialization of this work.

1 – How many have emigrated / 2 – Place of birth / 3 – Distribution according to sexes / 4 – Marital status / 5 – Groups of ages / 6 – Background jobs / 7 – Levels of education / 8 – Destinations / 9 – Causes and consequences of the emigration.

To do the diagnostic of the district of Bragança in the beginning of the 20th century is to understand some of causes of the migrant dynamics. The emigration reflects the pulse of the region, it also constitutes the mirror of its own socio-economical debility hasn't been always a passport in order to achieve success.

«O interesse que o fenómeno emigratório português tem assumido nas últimas décadas, devido ao intenso movimento de saídas e aos seus múltiplos reflexos sobre a economia e a sociedade portuguesa, justificam a nossa atenção por este movimento e a sua abordagem, não só numa perspectiva evolutiva, mas da distribuição espacial».

JORGE CARVALHO ARROTEIA

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objecto proceder a uma análise regional do fenómeno da emigração do Distrito de Bragança, no período compreendido entre 1901-1920, tema que serviu de base à dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

Sem pretender ser exaustivos, com as descrições particulares das fontes e dos procedimentos metodológicos, pensamos, no entanto, relevante mencionar algumas das razões que justificaram a escolha deste universo temático, bem como da sua delimitação espaço-temporal.

O Distrito de Bragança identifica-se, profundamente com a emigração e nunca serão demais os estudos que contribuam para revelar novas informações regionais, valorizando o conhecimento de uma zona geográfica específica, do seu agrupamento populacional e do comportamento deste perante as estruturas e conjunturas envolventes, onde a emigração se apresenta ora como causa, ora como efeito: «*No campo da história regional e local, quase tudo está por fazer. Não é difícil escolher uma cidade, uma vila, uma aldeia ou uma zona do País – por exemplo, aquela que conheçamos bem por nela trabalharmos ou dela sermos naturais – e estudá-la nos seus múltiplos aspectos, nas suas estruturas e nos seus eventos*»¹.

Pensámos, com este estudo, levantar hipóteses de trabalho futuro sobre um período cronológico em que este tema ainda foi pouco debatido, mas que encerra o primeiro grande fluxo emigratório do século XX, protagonizado pelo ano de 1912 e também porque integra a transição da Monarquia para a República, bem como a 1.^a Grande Guerra Mundial.

Joel Serrão afirma que entre 1904 e 1914 «*situa-se a primeira grande exasperação emigratória da nossa história contemporânea, só comparável pela sua amplitude com aquela com que nos defrontamos hoje, principiada em 1957. Com efeito, os números saltam, abruptamente (...)*»².

Neste trabalho elaboraram-se também tabelas e gráficos, fruto do agrupamento de dados numéricos apurados, onde foi possível reunir, seleccionar e apresentar valores que permitam uma leitura mais completa dos contingentes emigratórios da região, neste período, que apresentam lacunas derivadas do vasto universo da quantificação das fontes, do tema e da fragilidade de quem navega nas águas turbulentas da metodologia histórica mas que investigações posteriores poderão solidificar. Necessário se torna visitar as fontes e desenvolver mecanismos mais sólidos de validação para este apuramento numérico, concedendo à análise demográfica um maior suporte científico.

Para a concretização deste pequeno trabalho optou-se por analisar fontes, que abarcam o período cronológico em causa:

1 – *Fontes manuscritas* – Livros de Registos de Passaportes do Governo Civil de Bragança.

2 – *Fontes Impressas* – Onde se salientam as estatísticas demográficas oficiais: «Emigração Portuguesa» e «Movimento da População», Censos da População de 1900, 1911, 1920.

Este elenco de fontes permitiu estabelecer o percurso do trabalho em causa e desenvolver raciocínios em torno do apuramento numérico dos emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1901-1920, criando pontos de referência no cenário quantitativo que o fenómeno emigratório desencadeou. A articulação destas fontes pareceu-nos crucial para estabelecer a complementaridade de raciocínios em torno da questão.

A escala de interrogações prioritárias que nortearam a pesquisa e a análise, relativamente aos emigrantes, consubstancia-se em nove variáveis que permitiram a corporização do trabalho: quantos emigraram, origem geográfica (concelhia), distribuição por sexos, estados civis, grupos de idades, profissões, alfabetização, destinos, principais causas e reflexos.

Estabelecemos comparações pontuais com os quantitativos de Portugal Continental da mesma época. Este plano comparativo enriqueceu, sem dúvida, o quadro de referências em análise.

Para além deste contexto quantitativo, procurámos também recensear quais os contextos propiciadores da apetência para emigrar e das razões do avolumar crescente deste fenómeno no Distrito, atendendo às duas vertentes em que se movimentou – «origem» e «destino».

2 – O UNIVERSO DA EMIGRAÇÃO

Sem dúvida, a emigração pode ser sinónimo de muitos outros sinónimos; daí a dificuldade da sua abordagem.

Fenómeno múltiplo, pluridimensional, subtil, contraditório, a sua profundidade permite as mais variadas abordagens, girando em seu torno uma complexa envolveria. Por tal, cada estudo multiplica os ângulos de análise e as posturas metodológicas. Sacuntala de Miranda transmite-nos uma imagem sugestiva, relativamente à postura metodológica: *«laboriosamente juntar pedras a um edifício cuja construção continua longe do acabamento final»* ³.

Fenómeno estrutural, acto de liberdade individual transformado em atitude colectiva, profundamente enraizado na sociedade portuguesa, tornou-se o recurso possível para «grupos populacionais numerosos» e uma componente das actividades sócio-económicas regionais e nacionais. Reflexo de perturbações sociais denuncia a necessidade de mudanças estruturais atempadas. *«Como fenómeno estrutural e endémico em Portugal, a emigração tem constituído um autêntico “espaço laboral” de estudo e investigação interdisciplinares, em múltiplas abordagens de interpretações, sobretudo e tradicionalmente de génese macroscópica sob o ponto de vista de enquadramentos explicativos, de movimentações de pessoas e capitais, na resolução de problemas económicos em pólos de atracção e repulsão»* ⁴.

A emigração, enquanto fenómeno populacional com cariz social, apela também para as forças económicas e políticas e torna o emigrante, simultaneamente, seu protagonista activo, cúmplice e vítima. Emigrar nem sempre foi um passaporte para o sucesso.

3 – O DISTRITO DE BRAGANÇA NA PRIMEIRA VINTENA DO SÉCULO

Inevitável se tornou também a apresentação do Distrito de Bragança – protagonista geográfico deste trabalho. Aqui se procuraram apresentar os quadros populacionais dos 12 concelhos componentes do distrito (apurados a partir dos censos de 1900, 1911 e 1920).

Desta forma, proporcionou-se uma melhor identificação da origem dos quantitativos de emigrantes, distribuição por sexos, grupos etários, estados civis, profissões, níveis de alfabetização, entre outros, bem como dar a conhecer algumas características da realidade sócio-económica.



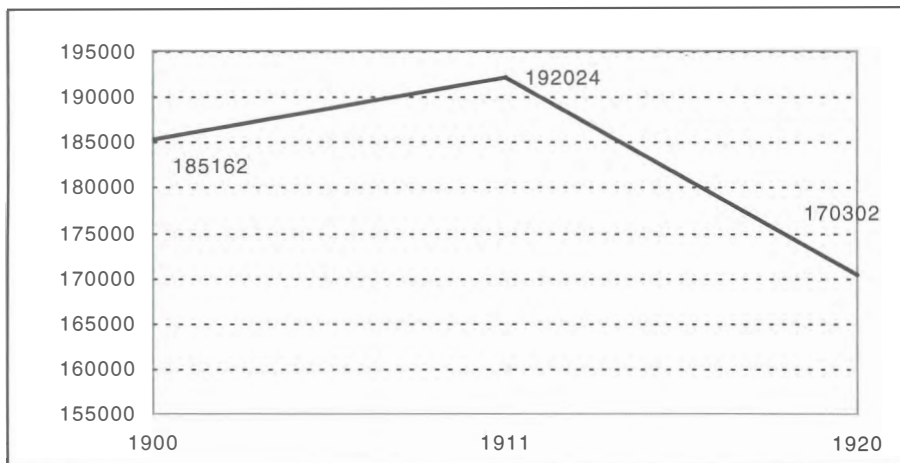
Os contingentes populacionais são considerados, nos relatórios dos censos, como deficitários, dado que foram assolados pelas baixas que a pneumónica e outras doenças infecto-contagiosas provocaram, associadas à 1.ª Guerra Mundial, à ausência ou vazio que a emigração protagonizou e que nem sempre permitiu as combinações harmoniosas e desejáveis neste universo populacional (Quadro I e Gráficos 1 e 2).

QUADRO I – POPULAÇÃO DE FACTO DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1900-1920)

CONCELHOS	ANOS		
	1900	1911	1920
Alfândega da Fé	8 916	9 316	7 998
Bragança	30 788	31 307	28 475
Carrazeda de Ansiães	13 864	13 654	12 154
Freixo de Espada à Cinta	6 853	6 934	6 294
Macedo de Cavaleiros	19 284	20 991	18 387
Miranda do Douro	10 638	11 210	10 723
Mirandela	20 855	22 109	18 022
Mogadouro	17 553	17 063	15 734
Torre de Moncorvo	15 669	16 512	14 537
Vila Flor	9 866	10 352	9 132
Vimioso	10 948	11 882	10 390
Vinhais	19 928	20 694	18 456
Totais	185 162	192 024	170 302

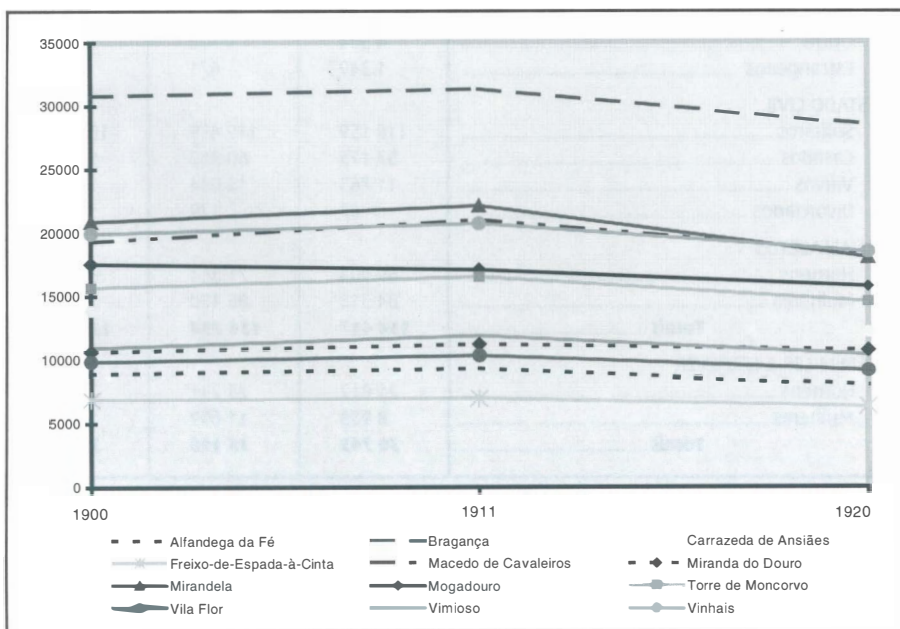
FONTE: Casos da População.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1900-1920)



FONTE: Censos da População.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1900-1920)



FONTE: Censos da População.

A população de facto para os períodos 1900, 1911 e 1920 aponta, respectivamente para 185 162, 192 024 e 170 302 habitantes.

O Distrito de Bragança ocupava uma área de 6510,10 Km², composto por 12 concelhos onde se integravam perto de três centenas de freguesias, e era marcado por um forte isolamento geográfico, como o Quadro II nos comprova.

No entanto, apresentou fracas taxas de ocupação populacional que não chegaram aos 30 habitantes por Km².

Quase todos os concelhos revelam percentagens de mulheres superiores às dos homens (50 % ou mais).

QUADRO II – POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉC. XX

DESIGNAÇÃO	CENSOS		
	1900	1911	1920
SUPERFÍCIE EM KM ²	6510,10	6510,10	6510,10
NÚMERO DE CONCELHOS	12	12	12
NÚMERO DE FREGUESIAS	301	289	289
NÚMERO DE FOGOS	45 931	47 386	42 703
NÚMERO DE HABITANTES	28,44	29,50	26,16
POPULAÇÃO DE FACTO			
Homens	91 716	94 655	83 009
Mulheres	93 446	97 369	87 293
Totais	185 162	192 024	170 302
NATURALIDADE			
Concelho de residência	170 281	176 495	158 292
Outro Concelho do Distrito	9 148	10 158	7 548
Outra	4 384	4 700	4 208
Estrangeiros	1 349	671	254
ESTADO CIVIL			
Solteiros	116 159	119 489	105 744
Casados	57 173	60 362	53 030
Viúvos	11 763	12 044	11 354
Divorciados	67	* 129	* 174
ANALFABETOS			
Homens	69 904	71 364	60 183
Mulheres	84 513	85 470	73 597
Totais	154 417	156 834	133 780
SABEM LER E ESCRIVER			
Homens	21 812	23 291	22 826
Mulheres	8 933	11 899	13 696
Totais	30 745	35 190	36 522

* Separados judicialmente.

FONTE: Censos da População.

Os naturais do distrito destacam-se no agrupamento populacional, com percentagens que rondam os 90 %.

Os solteiros protagonizam os estados civis, com percentagens superiores a 60 %, os casados rondam os 30 %.

O analfabetismo impera no distrito. Os censos apontam valores que podem ultrapassar 80 % de indivíduos «sem instrução»: Relativamente à necessidade de instruir, podemos ler no Censo da População de 1920 que: «*uma democracia será tanto mais perfeita quanto mais desenvolvida for a instrução e a cultura geral do povo. O analfabetismo em Portugal é ainda o inimigo mais terrível de uma democracia*».

encontra o qual é urgentíssimo que a República faça o mais decidido e enérgico esforço, (...) modificar a desgraçada e vergonhosa situação legada pelo antigo regime (...) que nos deixou entre os países mais atrasados da Europa (...)»⁵.

As mulheres representam mais de 40 % destes analfabetos.

Em 1900, 1911, 1920 apenas 16 %, 18 % e 21 % (aprox.) da população, se poderia considerar alfabetizada, com todas as ambiguidades inerentes ao conceito.

O registo de idades fez prevalecer os maiores de 14 anos, com valores superiores a 60 % da população.

A economia distrital girava, essencialmente, em torno da terra, o património mais cobiçado, e que concentrava grande parte dos investimentos da época, fazendo aumentar o número de pequenos proprietários.

O relevo, o clima, o solo e as culturas determinavam a vivência dos habitantes, que praticamente se lhes rendiam, girando em torno de uma agricultura rotineira, pouco competitiva e pouco voltada para uma produção tendente à comercialização, onde a pequena propriedade rústica, fragmentada e a força braçal de todo o agregado familiar eram determinantes mas conduziam a uma produção rarefeita e irregular: «Planaltos isolados de solo pouco fértil, sem indústria, com uma agricultura rotineira e uma circulação lenta, a população tinha de ser naturalmente pouco densa (...)»⁶. «Terras mais altas, desdobram-se em montanhas e planaltos monstruosos, um clima rigoroso de Inverno frios e Verões quentes (...) um solo granítico e arcaico, magro e descarnado nas partes altas, de maiores aptidões agrícolas nos vales (...); a economia agrícola e pastoral equilibrando-se no conjunto, para onde concorre a grande extensão de prados naturais; um clima agrícola definido pelas culturas predominantes do centeio e da batata; uma circulação lenta e difícil; uma população pouco densa, de médios e pequenos proprietários, quase fechada às influências exteriores: tais são os aspectos gerais da região Trasmontana do norte»⁸.

As actividades económicas nordestinas giravam ainda em torno da pequena manufactura, que facilmente se confunde com tarefas agrícolas. Destacamos a indústria da seda, tecelagem de lã e linho, peles, fabrico de telha e algumas explorações de minério. Atendendo ao isolamento da região, a família camponesa é também a família dos artesãos: «o camponês teve de fabricar para o consumo da família o que dificilmente lhe poderia vir de fora. Assim se espalharam pelo campo os pequenos misteres e cada casa foi uma pequena manufactura (...)».

O quadro da actividade industrial trasmontana tem quase só um interesse retrospectivo, demonstrativo do processo de decadência da manufactura doméstica em face da concorrência da grande indústria (...).

Não há nesta região montanhosa, longe do mar e dos grandes centros, pouco povoada, onde as cidades não passam de mercados rurais, indústria que merece menção especial (...)»⁸.

As feiras, especialmente de gado e produtos da terra, eram os agentes de alguma vitalidade económica, apesar das rudimentares vias de comunicação e meios de transporte: «Em Trás-os-Montes a densidade de estradas é relativamente baixa. Porque o sistema de caminhos vicinais é deficiente, o trânsito diminui rapidamente longe dos pontos privilegiados por onde passam as estradas. Aí a circulação mantém-se no último degrau da hierarquia, no caminho rural difuso e pedregoso que só conhece a penosa tracção do carro de bois e no atalho que não comporta transporte diferente do que se faz a dorso da besta (...)»⁹.

Registamos uma grande sintonia entre as características do núcleo populacional do distrito e as que apresenta o grupo de emigrantes oriundos da zona de Bragança, que

ultrapassam a aproximação entre valores percentuais. Concluímos que há uma grande identidade entre o tipo de perfil do habitante e do emigrante do Nordeste Trasmontano e entre o contexto sócio-económico em que se movimentam, bem como o leque de factores que incentivou a emigração.

4 – ANÁLISE QUANTITATIVA DA EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)

Da análise e interpretação dos dados, permitam-nos destacar apenas os que se consideraram essenciais e (ou) mais pertinentes, a nível do apuramento quantitativo, já que percorrer os «quantos», «quando», «onde», «para onde», «como» e «porquê» são pistas de um verdadeiro labirinto.

Das nove coordenadas numéricas exploradas, que constituíram o núcleo de investigação e da formulação do questionário inicial, apurámos:

A) **Quantos emigraram** – De um total de 605 034 emigrantes de Portugal Continental, 48 160 saíram do Distrito de Bragança, entre 1901 e 1920. Cerca de 8 % dos emigrantes de Portugal Continental distribuíram-se pelas trajectórias geográficas como naturais do Nordeste Trasmontano (Quadro III e Gráfico 3).

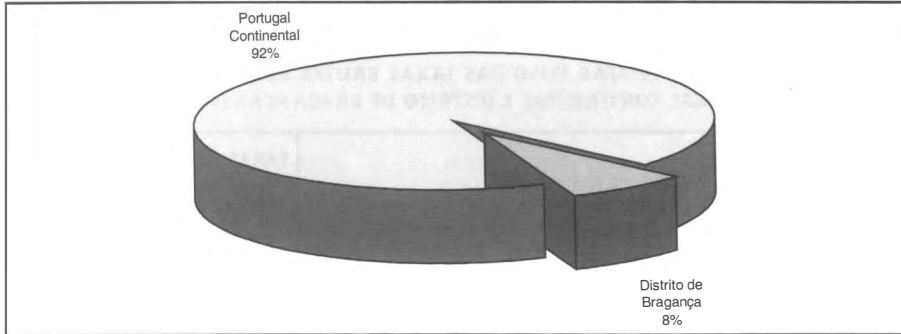
QUADRO III – PESO RELATIVO DA EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA NA EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL CONTINENTAL (1901-1920)

A N O S	NÚMERO DE EMIGRANTES		PERCENTAGEM
	PORTUGAL CONTINENTAL	DISTRITO DE BRAGANÇA	
1901	15 264	764	5,01
1902	15 012	550	3,66
1903	15 634	394	2,52
1904	22 234	1 767	7,95
1905	25 193	1 252	4,97
1906	26 989	980	3,63
1907	31 206	1 407	4,54
1908	35 689	3 202	8,97
1909	30 286	1 675	5,53
1910	31 799	1 633	5,14
1911	49 560	6 476	13,07
1912	77 745	11 532	14,83
1913	67 821	8 619	12,71
1914	20 918	1 411	6,75
1915	14 089	953	6,76
1916	17 362	1 211	6,98
1917	13 062	851	6,52
1918	11 321	766	6,77
1919	33 709	1 355	4,02
1920	50 141	1 352	2,70
Totais	605 034	48 160	7,96
Médias	30 251,7	2 408	—

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 3 – EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL CONTINENTAL / DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
 «Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

A 2.^a década do século concentrou a maior percentagem de emigrantes, na qual o ano de 1912 «recolheu os louros» (11 532 emigrantes, 14,83 % do total de emigrantes nacionais e perto de 24 % do total de emigrantes do distrito de Bragança) (Gráficos 4 e 5).

GRÁFICO 4 – EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL CONTINENTAL (1901-1920)

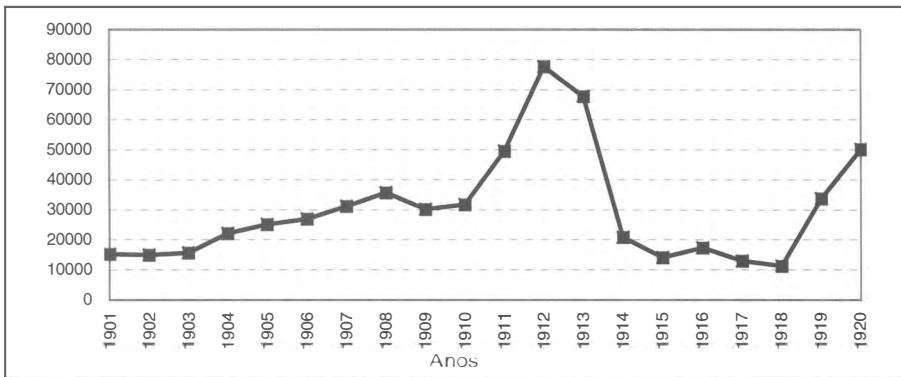
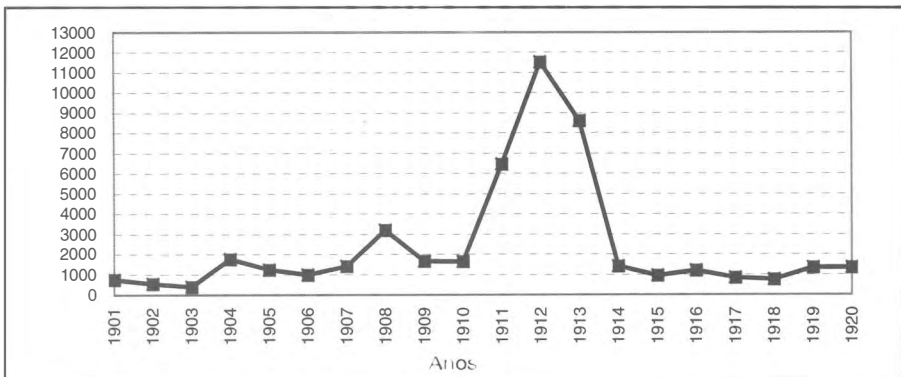


GRÁFICO 5 – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
 «Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Estes valores permitem obter uma *Taxa Bruta* de emigração superior à do continente. Em 1920 era de 17,20 ‰, perante 6,09 ‰ (Quadro IV e Gráfico 6).

QUADRO IV – QUADRO COMPARATIVO DAS TAXAS BRUTAS DE EMIGRAÇÃO – TBE (‰) PORTUGAL CONTINENTAL E DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)

DESIGNAÇÃO	TAXAS BRUTAS DE EMIGRAÇÃO	
	CONTINENTE	BRAGANÇA
Número de Emigração 1901/1911	298 866	20 110
População em 1900	5 016 267	185 162
População em 1911	5 547 708	192 024
TBE (‰)	5,14	9,69
Número de Emigração 1912/1920	306 168	28 050
População em 1911 *	5 547 708	192 024
População em 1920 *	5 621 977	170 302
TBE (‰)	6,09	17,20

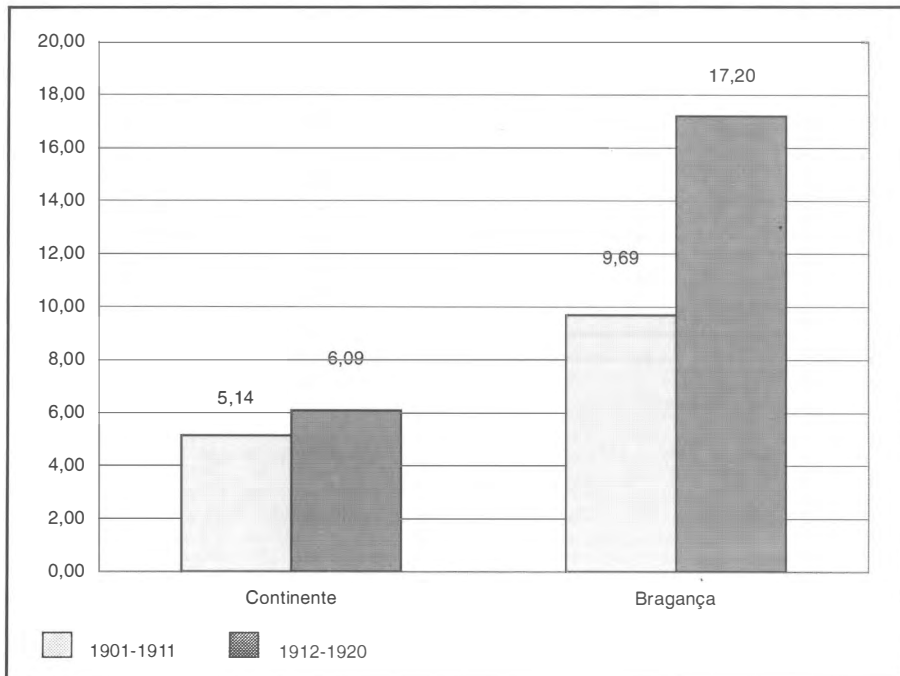
* Dados da População de facto, registada nos censos.

FONTES: «Censos da População (1900, 1911, 1920).

«Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921)

GRÁFICO 6 – TBE (‰) PORTUGAL CONTINENTAL E DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Censos da População (1900, 1911, 1920).

«Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

As expectativas que a 1.^a República alimentara traduziram-se, inversamente, num volume considerável de emigrantes que alheios a pressões políticas, porque «massa anónima», abandonaram a terra natal.

Apenas a insegurança do período bélico de 1914-1918 (1.^a Grande Guerra Mundial) contrariou, temporariamente, este fluxo já que, logo a seguir, se transformou num verdadeiro factor de angariação de emigrantes. A tendência global da emigração é para o crescimento contínuo e durante este período só a «Primeira Guerra Mundial veio pôr termo, temporariamente, a uma rápida progressão ascendente dos números da emigração legal»¹⁰.

Com base nos Livros de Registos de Passaportes conseguimos apurar, aproximadamente 7 208 grupos de emigrantes: 35 % dos passaportes eram em grupo mas, correspondendo a 27 726 indivíduos; 65 % dos passaportes eram individuais mas corresponderam apenas a 13 356 emigrantes (Quadro V).

QUADRO V – QUADRO COMPARATIVO DOS PASSAPORTES REGISTADOS EM NOME INDIVIDUAL E EM GRUPO DO DISTRITO DE BRAGANÇA
(Valores absolutos e percentuais)

A N O S	NÚMERO DE PASSAPORTES INDIVIDUAIS	%	NÚMERO DE PASSAPORTES EM GRUPO	%	TOTAL DE REGISTOS
1901	—	—	—	—	—
1902	238	84,70	43	15,30	281
1903	179	82,49	38	17,51	217
1904	—	—	—	—	—
1905	—	—	—	—	—
1906	470	83,48	93	16,52	563
1907	601	74,29	208	25,71	809
1908	1 230	71,55	489	28,45	1 719
1909	888	82,53	188	17,47	1 076
1910	618	75,37	202	24,63	820
1911	1 462	56,56	1 123	43,44	2 585
1912	2 504	54,23	2 113	45,77	4 617
1913	1 817	52,62	1 636	47,38	3 453
1914	527	71,02	215	28,98	742
1915	347	68,44	160	31,56	507
1916	472	71,41	189	28,59	661
1917	350	72,31	134	27,69	484
1918	336	78,32	93	21,68	429
1919	689	81,06	161	18,94	850
1920	628	83,62	123	16,38	751
Totais	13 356	64,95	7 208	35,05	20 564

FONTE: Livros de registos de passaportes do Governo Civil de Bragança.

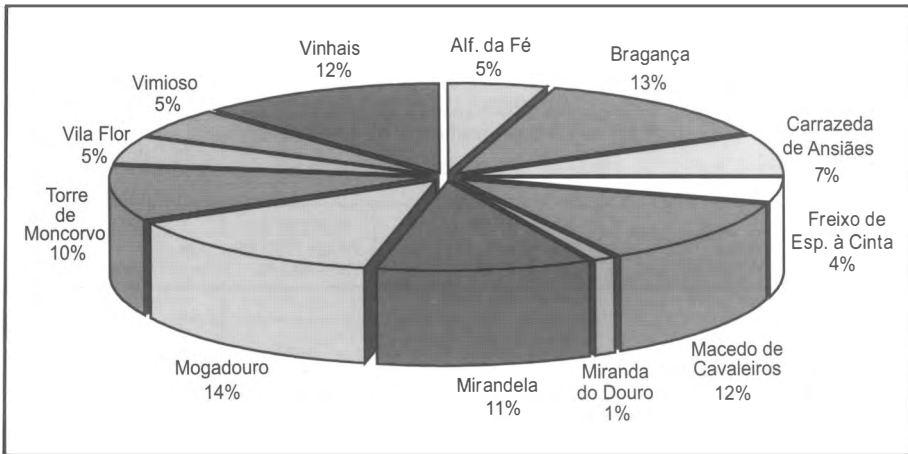
Não foi possível registar dados para os anos de 1901, 1904 e 1905 por extravio dos livros de registos de passaportes n.ºs 14, 16, 17 e 18. Estão também incompletos alguns registos pertencentes aos anos de 1902 e 1906, inseridos nos livros atrás enunciados.

Os 20 564 registos de passaportes verificados equivaliam, aproximadamente a 41 082 emigrantes.

Estes valores funcionaram como indicadores, atendendo ao extravio de alguns livros, exigindo uma análise mais aturada da fonte.

B) A **origem concelhia** destes contingentes focaliza, por ordem decrescente, Mogadouro, Bragança e Vinhais que imperavam no capítulo da naturalidade dos emigrantes (Gráfico 7) respectivamente 6 720 (13,95 %), 6 157 (12,78 %), 5 947 (12,35 %).

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO CONCELHIA DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

O período 1911-1913 destaca-se nos vários concelhos e especialmente nos que registam maior área em Km² e menor densidade populacional, situados em zonas montanhosas, de fronteira ou com dinâmicas económicas comprometidas: «O fenómeno emigração agrava-se nas áreas economicamente mais debilitadas, onde se registam os menores níveis de desenvolvimento»¹¹.

Quantificar emigrantes não pode excluir o volume de clandestinos que protagonizaram e inflacionam também o elenco emigratório deste período, dos quais os engajadores são os promotores por excelência. A repressão do fenómeno sempre se procurou contornar pelos emigrantes e engajadores, conduzindo assim aos efeitos menos desejados: avolumar a ilegalidade.

«A política de emigração portuguesa foi quase sempre ambígua e aparentemente contraditória. A persistente tradição repressiva da corrente emigratória foi acompanhada dum tolerância real de que a emigração clandestina é um índice»¹².

Muitos países encaminham, em seu favor, estas ondas de emigrantes ilegais e as oscilações das economias determinaram também o avolumar ou não deste tipo de mão-de-obra indocumentada: «De resto, para os críticos da emigração a própria riqueza dos brasileiros era uma ilusão a colaborar com os engajadores, porque cada fortuna exibida em Portugal escondia muitas histórias de miséria e morte no Brasil»¹³.

A falta de uma verdadeira política de emigração, incisiva, determinada, orientada, que regulamentasse com legislação, que policiasse protegendo e pedagogicamente informasse, no sentido da prevenção, foi talvez uma grande lacuna estrutural no conjunto de esforços que o país teria de desencadear, em sintonia, com o fim de evitar uma massificação descontrolada do fenómeno. No entanto, legislar sobre emigração sempre implicou trabalhar um universo abrangente, multifacetado e profundamente «fugidio».

«A liberdade de emigração consignada na matriz constitucional permaneceu imutável desde as revoluções liberais, em contraste com o forte condicionamento anterior. Preservar este princípio básico, que de modo algum se pretende violar, constitui precaução constante. Todavia conciliar a liberdade de mobilidade da população portuguesa com os objectivos sociais, financeiros e políticos do Estado português e com os interesses divergentes dos grupos sociais envolvidos não foi propósito fácil»¹⁴.

C) Emigram **homens e mulheres**: 25 880 homens (53,74 % dos emigrantes), 22 280 mulheres (46,26 % dos emigrantes) (Quadro VI).

QUADRO VI – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920) – DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS
Quadro comparativo dos valores de Portugal Continental e do Distrito de Bragança

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL				TOTAL	DISTRITO DE BRAGANÇA				TOTAL
	Homens	%	Mulheres	%		Homens	%	Mulheres	%	
1901	12 185	79,83	3 079	20,17	15 264	486	63,61	278	36,39	764
1902	12 009	80,00	3 003	20,00	15 012	362	65,82	188	34,18	550
1903	12 678	81,09	2 956	18,91	15 634	269	68,27	125	31,73	394
1904	17 551	78,94	4 683	21,06	22 234	1 024	57,95	743	42,05	1 767
1905	20 809	82,60	4 384	17,40	25 193	797	63,66	455	36,34	1 252
1906	22 507	83,39	4 482	16,61	26 989	667	68,06	313	31,94	980
1907	26 057	83,50	5 149	16,50	31 206	916	64,64	501	35,36	1 417
1908	28 857	80,86	6 832	19,14	35 689	1 923	60,06	1 279	39,94	3 202
1909	25 037	82,67	5 249	17,33	30 286	1 092	65,19	583	94,81	1 675
1910	26 169	82,30	5 630	17,70	31 799	966	59,15	667	40,85	1 633
1911	37 349	75,36	12 211	24,64	49 560	3 551	44,83	2 925	45,17	6 476
1912	56 121	72,19	21 624	27,81	77 745	5 919	51,33	5 613	48,67	11 532
1913	47 467	69,99	20 354	30,01	67 821	4 441	51,53	4 178	48,47	8 619
1914	12 990	62,10	7 928	37,90	20 918	654	46,35	757	53,65	1 411
1915	8 844	62,77	5 245	37,23	14 089	457	47,95	496	52,05	953
1916	9 173	52,83	8 189	47,17	17 362	505	41,70	706	58,30	1 211
1917	7 359	56,34	5 703	43,66	13 062	303	35,61	548	64,39	851
1918	7 041	62,19	4 280	37,81	11 321	269	35,12	497	64,88	766
1919	23 960	71,08	9 749	28,92	33 709	597	44,06	758	55,94	1 355
1920	39 284	78,35	10 857	21,65	50 141	682	50,44	670	49,56	1 352
Totais	453 447	74,95	151 587	25,05	605 034	25 880	53,74	22 280	46,26	48 160

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Os valores para um e outro sexo aproximam-se, visivelmente, e entre 1914 e 1919 as percentagens femininas ultrapassam os 50 %. O século XX é marcado pelo destaque da participação do grupo feminino na emigração, contrariando, paulatinamente, a «masculinidade» do fenómeno.

Ao longo do período estudado a percentagem de mulheres emigrantes do distrito é superior à de Portugal Continental, situada apenas em 25,05 %.

As saídas operaram-se, preferencialmente, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, de acordo com a lógica da sazonalidade do calendário agrícola, meses onde o trabalho permanente e remunerado escasseia e a previsão das colheitas é pouco auspiciosa. A tradução dos valores mensais em números proporcionais comprovam-nos esta realidade, (Quadro VII e Gráfico 8) extensiva às variáveis analisadas: «A dependência da agricultura revela-se de resto, em qualquer quadro da emigração por meses. A emigração é sempre consideravelmente maior depois de recolhidos os ganhos das colheitas e durante o inverno, isto é, quando o trabalho vae escassear ou escasseia, e o trabalhador se encontra de posse dos magros recursos armazenados que lhe permitem tomar o caminho do exílio»¹⁵.

A grande problemática inerente a esta questão prende-se com uma emigração individual ou de tipo familiar. A verdade é que a maior percentagem de pessoas que saíram do Distrito estavam ligadas por relações de parentesco directos: pai, mãe e filhos. No entanto, ninguém duvida das perdas de potenciais e preciosas energias de que o país fica desprovido, quando os agrupamentos familiares se desintegram na sua unidade ou se dispersam, geográficamente, bem como os efeitos negativos da sua deslocação em bloco.

*«O emigrante, repetimo-lo, é um valor importantíssimo que sai de Portugal. O País perde com ele a sua acção como homem e como chefe de família. Se o emigrante vai junto com a mulher, leva, além do seu, mais o valor da sua companheira, não mencionando os descendentes que ambos irão criar no estrangeiro e que por êsse facto deixarão de pertencer também á riqueza portuguesa. Se o casal vai com os filhos nascidos cá e com os pais, então o quadro escurece-se com as côres plúmbeas da catástrofe: todos êsses indivíduos deixarão de interessar à Nação, porque a privam do seu trabalho e da ajuda financeira que lhe mandariam se algum dêles permanecesse em Portugal»*¹⁶.

Outra questão que se alia ao estudo de contingentes femininos tem a ver com a posição que a mulher emigrante ocupava neste quadro. Associada, primordialmente, a comportamentos de marginalidade, esteve desprotegida, aliciada e enganada, sem estar rodeada de condições materiais e morais de existência. Se é esta a imagem da mulher jovem, solteira, menor, a mulher casada orienta a sua vivência no núcleo familiar, estando menos exposta às redes dos empregadores. Grande parte das vezes vêmo-la partir, só ou com os filhos, para se reunir ao marido no país de destino. Aqui desenvolverá um trabalho válido, nas ocupações domésticas, no «companheirismo» e na realização de outras tarefas contributivas para o aumento do rendimento familiar. Países como o Brasil e os E.U.A. incentivaram e acolheram «famílias emigrantes»: «A prática dos passaportes familiares ou colectivos oculta de certo modo a componente feminina integrada e, por contraste, dá relevo às situações em que as mulheres partiam autónomamente e desprotegidas, mas titulares de passaporte. Assim, uma grande parte do sexo feminino partia adstrita à documentação do familiar mais responsável ou mais velho (o marido, o pai, o tio, o irmão). Este pormenor burocrático alargava-se também a outras situações, como a de crianças ou de ascendentes idosos. Com o correr do tempo, a facilidade de transportes, os incentivos à imigração familiar por parte do Brasil, a baixa de câmbio brasileiro que produzia erosão sobre as remessas para a família, a emigração familiar vai aumentando. A crescente participação feminina que se vai verificar tem a ver com a ampliação deste tipo de emigração»¹⁷.

QUADRO VII – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)
DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR SEXOS

Tradução dos valores mensais em números proporcionais (%)

M E S E S											
JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
20,55	22,34	21,88	1,731	1,201	769	619	1,734	3,840	4,090	3,348	2,071
66,29	79,08	70,58	57,70	38,74	25,63	19,97	55,94	128,00	131,94	111,60	66,81
93,34	111,34	99,38	81,24	54,55	36,09	28,11	78,76	180,22	185,77	157,13	94,06
1,529	1,862	1,829	1,588	1,041	676	519	1,598	4,596	3,733	2,693	1,627
49,32	65,56	59,00	52,93	33,58	22,53	16,74	51,55	119,83	120,42	89,77	52,48
80,67	107,22	96,49	86,57	54,92	36,85	27,38	84,31	195,99	192,95	146,81	85,84.

Homens = 852,27

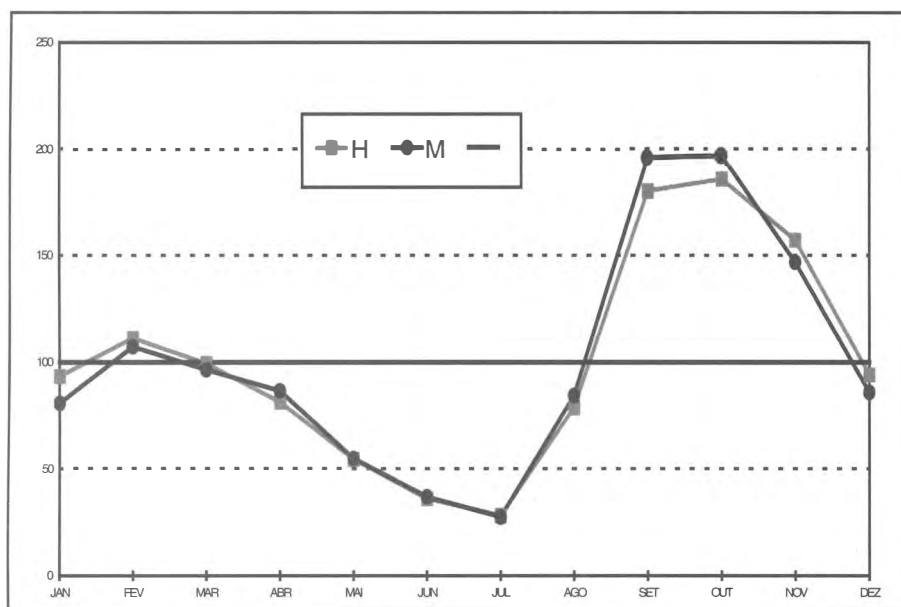
Mulheres = 734

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 8 – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA POR DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR SEXOS

Tradução dos valores mensais em números proporcionais (%)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

D) No tocante ao **estado civil** a emigração nordestina, do início do século, privilegiou os solteiros (29 360) tanto no grupo dos homens como no das mulheres, ultrapassando os 60 % do total de emigrantes. (Quadro VIII) Os emigrantes casados, também revelaram valores consideráveis (17 800-36,96 %). As percentagens de emigrantes solteiros do distrito (60,96 %) superam os valores do continente (52,83 %).

QUADRO VIII – QUADRO COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL PORTUGAL CONTINENTAL (1901-1920) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR SEXOS

Percentagem relativamente ao total de emigrantes

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL								TOTAL DE EMIGRANTES
	Solteiros	%	Casados	%	Viúvos	%	Divorciados	%	
1901.....	7 835	51,33	7 008	45,91	421	2,76	—	—	15 264
1902.....	7 791	51,90	6 749	44,96	472	3,14	—	—	15 012
1903.....	7 944	50,81	6 985	44,68	705	4,51	—	—	15 634
1904.....	11 002	49,48	10 342	46,51	890	4,00	—	—	22 234
1905.....	12 571	49,90	11 710	46,48	912	3,62	—	—	25 193
1906.....	13 350	49,46	12 679	46,98	960	3,56	—	—	26 989
1907.....	15 681	50,25	14 545	46,61	980	3,14	—	—	31 206
1908.....	17 645	49,44	17 016	47,68	1 028	2,88	—	—	35 689
1909.....	15 184	50,14	14 228	46,98	874	2,89	—	—	30 286
1910.....	16 368	51,47	14 631	46,01	800	2,52	—	—	31 799
1911.....	26 052	52,57	22 431	45,26	1 077	2,17	—	—	49 560
1912.....	42 938	55,23	33 368	42,92	1 439	1,85	—	—	77 745
1913.....	37 268	54,95	29 298	43,20	1 255	1,85	—	—	67 821
1914.....	12 016	57,44	8 339	39,87	536	2,56	27	0,13	20 918
1915.....	8 170	57,99	5 569	39,53	313	2,22	37	0,26	14 089
1916.....	10 136	58,38	6 646	38,28	519	2,99	61	0,35	17 362
1917.....	6 932	53,07	5 623	43,05	448	3,43	59	0,45	13 062
1918.....	6 089	53,79	4 827	42,64	346	3,06	59	0,52	11 321
1919.....	16 911	50,17	15 490	45,95	1 175	3,49	133	0,39	33 709
1920.....	27 731	55,31	21 088	42,06	1 185	2,36	137	0,27	50 141
Totais.....	319 614	52,83	268 572	44,39	16 335	2,70	513	0,08	605 034

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

QUADRO COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL DISTRITO DE BRAGAÇA (1901-1920) – DISTRIBUIÇÃO MENSAL POR SEXOS

Percentagem relativamente ao total de emigrantes

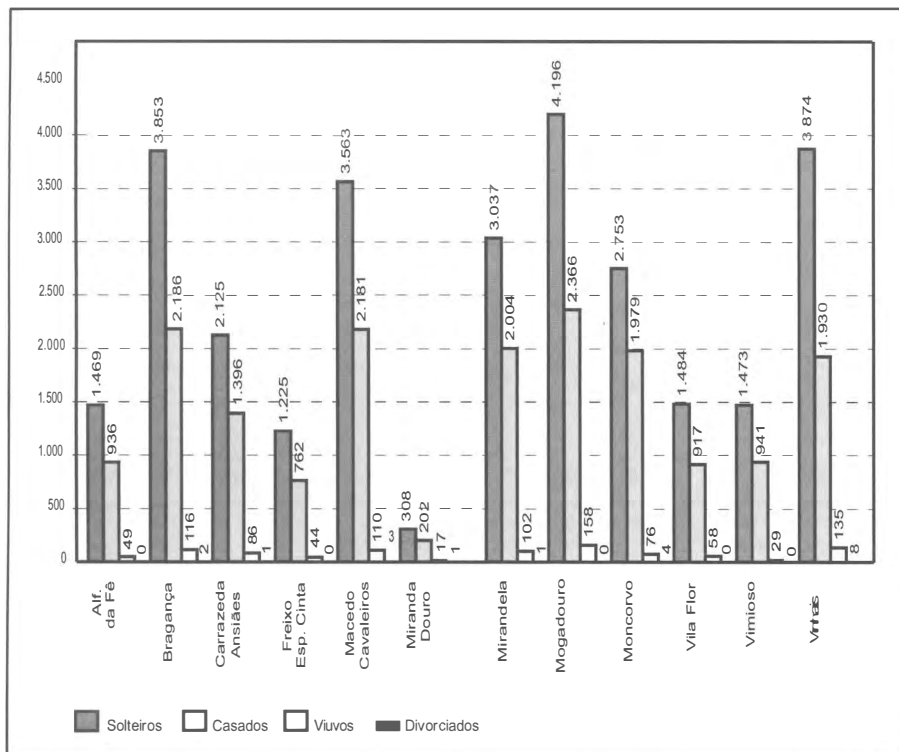
ANOS	DISTRITO DE BRAGAÇA								TOTAL DE EMIGRANTES
	Solteiros	%	Casados	%	Viúvos	%	Divorciados	%	
1901.....	402	52,62	339	44,37	23	3,01	—	—	15 264
1902.....	321	58,36	219	39,82	10	1,82	—	—	15 012
1903.....	244	61,93	128	32,49	22	5,58	—	—	15 634
1904.....	985	55,74	747	42,28	35	1,98	—	—	22 234
1905.....	735	58,71	494	39,46	23	1,84	—	—	25 193
1906.....	594	60,61	359	36,63	27	2,76	—	—	26 989
1907.....	858	60,55	531	37,47	28	1,98	—	—	31 206
1908.....	1 910	59,65	1 227	38,32	65	2,03	—	—	35 689
1909.....	973	58,09	673	40,18	29	1,73	—	—	30 286
1910.....	958	58,67	635	38,89	40	2,45	—	—	31 799
1911.....	3 802	58,71	2 571	39,70	103	1,59	—	—	49 560
1912.....	7 167	62,15	4 169	36,15	196	1,70	—	—	77 745
1913.....	5 181	60,11	3 295	38,23	143	1,66	—	—	67 821
1914.....	928	65,77	452	32,03	31	2,20	—	—	20 918
1915.....	590	61,91	344	36,10	5	0,52	14	1,47	14 089
1916.....	772	63,75	410	33,86	28	2,31	1	0,08	17 362
1917.....	613	72,03	209	24,56	29	3,14	—	—	13 062
1918.....	546	71,28	193	25,20	25	3,26	2	0,26	11 321
1919.....	910	67,16	386	28,49	56	4,13	3	0,22	33 709
1920.....	871	64,42	419	30,99	62	4,59	—	—	50 141
Totais.....	29,360	60,96	17 800	36,96	980	2,03	20	0,04	605 034

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Maior incidência no mês de Outubro e para o concelho de Mogadouro (4 196 emigrantes – 8,71 %) (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO CONCELHIA DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA POR ESTADO CIVIL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
 «Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Curiosamente, emigraram mais mulheres viúvas e divorciadas do que homens, respectivamente: 1,10 % - 0,94 %; 0,03 % - 0,01 % (Quadro IX).

O Distrito de Bragança revelou percentagens superiores às de Portugal Continental no que diz respeito às mulheres solteiras, casadas e viúvas (Gráficos 10 e 11).

O estado civil do emigrante prende-se também com a emigração de tipo familiar. Atendendo ao número de solteiros que compõem a população do Distrito de Bragança, no início do Séc. XX, e à grande percentagem que emigrou, importa reflectir sobre as potenciais consequências deste facto. Poderão ser indivíduos excluídos de pequenas heranças familiares, atendendo às dificuldades de transmissão da pequena propriedade e fuga às pesadas leis do recrutamento militar.

As influências na nupcialidade e natalidade são também dados a ter em conta, bem como o desfalque populacional que lhe está inerente. Os solteiros, ao emigrar, potenciam o casamento no estrangeiro: «A emigração de solteiros do sexo masculino, ao nível demográfico, desequilibra a relação entre os sexos, distorce o mercado matrimonial e provoca a elevação do celibato feminino. A um nível económico, o envio das “mesadas” ou

QUADRO IX – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)
HOMENS E ESTADO CIVIL

Percentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	NÚMERO DE EMIGRANTES	H O M E N S								TOTAL
		Solteiros	%	Casados	%	Viúvos	%	Divorciados	%	
1901	764	266	34,82	204	26,70	16	2,09	—	—	486
1902	550	214	38,91	140	25,45	8	1,45	—	—	362
1903	394	158	40,10	95	24,11	16	4,06	—	—	269
1904	1 767	565	31,98	438	24,79	21	1,19	—	—	1 024
1905	1 252	472	37,78	312	24,92	12	0,96	—	—	797
1906	980	398	40,61	255	26,02	14	1,43	—	—	667
1907	1 417	553	39,03	348	24,56	15	1,06	—	—	916
1908	3 202	1 082	33,79	805	25,14	36	1,12	—	—	1 923
1909	1 675	594	35,46	482	28,78	16	0,96	—	—	1 092
1910	1 633	539	33,01	397	24,31	30	1,84	—	—	966
1911	6 476	2 021	31,21	1 483	22,90	47	0,73	—	—	3 551
1912	11 532	3 552	30,80	2 295	19,90	72	0,62	—	—	5 919
1913	8 619	2 592	30,07	1 780	20,65	69	0,80	—	—	4 441
1914	1 411	394	27,92	248	17,58	12	0,85	—	—	654
1915	953	264	27,70	189	19,83	4	0,42	—	—	457
1916	1 211	285	23,53	207	17,09	13	1,07	—	—	505
1917	851	201	23,62	94	11,05	8	0,94	—	—	303
1918	766	174	22,72	89	11,62	5	0,65	1	0,13	269
1919	1 355	362	26,72	214	15,79	18	1,33	3	0,22	597
1920	1 352	418	30,92	245	18,12	19	1,41	—	—	682
Totais	48 160	15 105	31,36	10 320	21,43	451	0,94	4	0,01	25 880

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)
MULHERES E ESTADO CIVIL

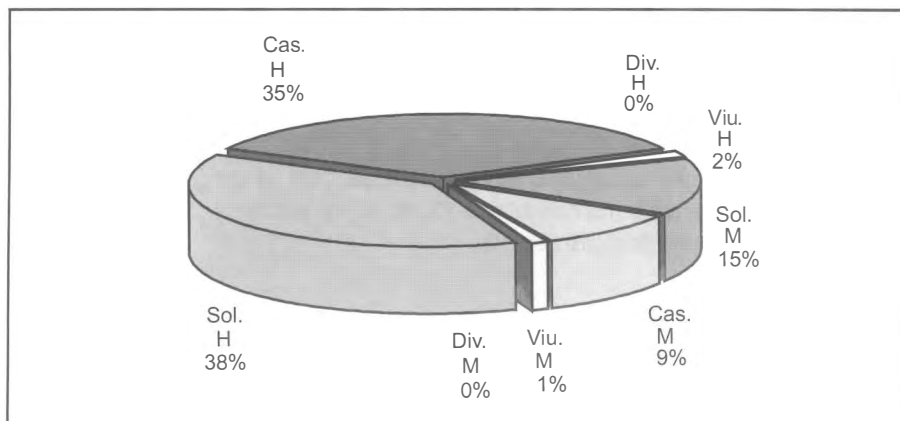
Percentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	NÚMERO DE EMIGRANTES	M U L H E R E S								TOTAL
		Solteiros	%	Casados	%	Viúvos	%	Divorciados	%	
1901	764	136	17,80	135	17,67	7	0,92	—	—	278
1902	550	107	19,45	79	14,36	2	0,36	—	—	188
1903	394	86	21,83	33	8,38	6	1,52	—	—	125
1904	1 767	420	23,77	309	17,49	14	0,79	—	—	743
1905	1 252	262	20,93	182	14,54	11	0,88	—	—	455
1906	980	196	20,00	104	10,61	13	1,33	—	—	313
1907	1 417	305	21,52	183	12,91	13	0,92	—	—	501
1908	3 202	828	25,86	422	13,18	29	0,91	—	—	1 279
1909	1 675	379	22,63	191	11,40	13	0,78	—	—	583
1910	1 633	419	25,66	238	14,57	10	0,61	—	—	667
1911	6 476	1 781	27,50	1 088	16,80	56	0,86	—	—	2 925
1912	11 532	3 615	31,35	1 874	16,25	124	1,08	—	—	5 613
1913	8 619	2 589	30,04	1 515	17,58	74	0,86	—	—	4 178
1914	1 411	534	37,85	204	14,46	19	1,35	—	—	757
1915	953	326	34,21	155	16,26	1	0,10	14	1,47	496
1916	1 211	487	40,21	203	16,76	15	1,24	1	0,08	706
1917	851	412	48,41	115	13,51	21	2,47	—	—	548
1918	766	372	48,56	104	13,58	20	2,61	1	0,13	497
1919	1 355	548	40,44	172	12,69	38	2,80	—	—	758
1920	1 352	453	33,51	174	12,87	43	3,18	—	—	670
Totais	48 160	14 255	29,60	7 480	15,53	529	1,10	4	0,03	22 280

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

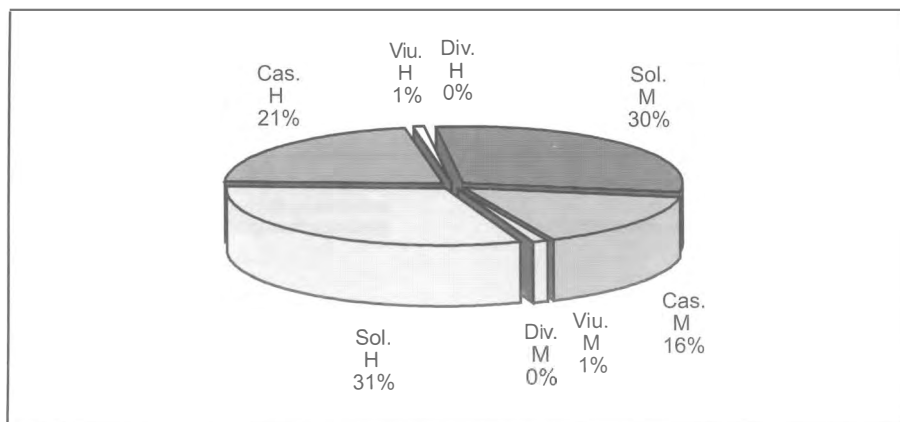
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921)

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL POR SEXOS E ESTADO CIVIL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA POR SEXOS E ESTADO CIVIL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

remessas torna-se aleatório, pois as obrigações filiais não assumem o carácter impositivo das conjugais e paternas e tendem a decrescer brutalmente com o eventual casamento que o jovem quase sempre acaba por realizar no país de adopção»¹⁸.

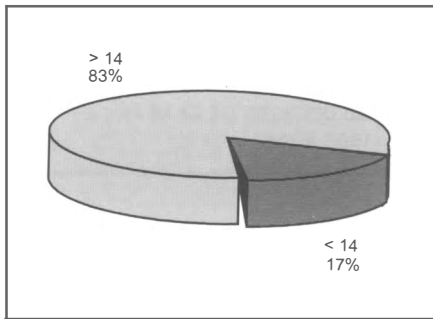
Os casados, que emigram sem família, promovem o envio das remessas e o retorno. Os casados, que emigram com a família projectam, mais facilmente, a sua fixação no país de destino: «A emigração de casados, na hipótese de não reagrupamento familiar e ao provocar a dispersão do nó conjugal por dois espaços, encerra, desde logo, consequências negativas para a natalidade, embora seja favorável sob o ponto de vista do envio de remessas, que se tornam regulares e tendem a absorver uma grande parte das

poupanças efectuadas, favorecendo ainda o retorno posterior. Se, porém, à partida de casados corresponder o reagrupamento familiar no país de acolhimento, então a emigração evolui, quase sempre, para definitiva, cortando-se a ligação directa com a terra de naturalidade, ainda que possam sobrar ligações afectivas e/ou comerciais»¹⁹.

O viúvo pretende, essencialmente, protecção junto dos descendentes na fase final da vida.

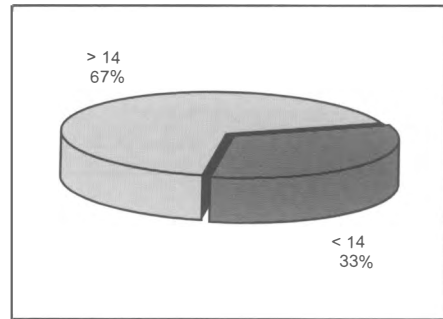
E) Relativamente aos **grupos etários**, destaque para os emigrantes maiores de 14 anos, tanto femininos como masculinos: 32 340 (67 %), perante os 15 820 (33 %) com idade inferior a 14 anos (Gráficos 12 a 15).

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL POR GRUPOS DE IDADES (1901-1920)



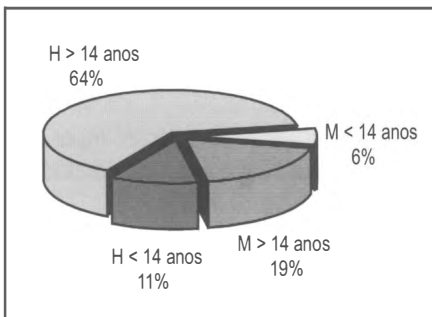
FONTE: «Emigração Portuguesa» (1901-1912)
«Movimento da População
Estatística Demográfica» (1909-1921)

GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA POR GRUPOS DE IDADES (1901-1920)



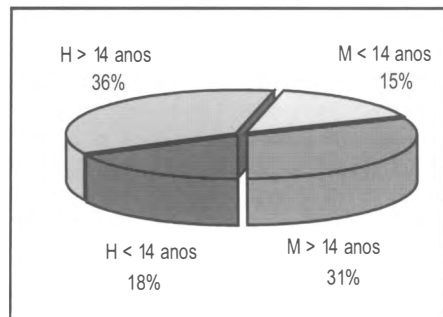
FONTE: «Emigração Portuguesa» (1901-1912)
«Movimento da População
Estatística Demográfica» (1909-1921)

GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL POR SEXOS E GRUPOS DE IDADES (1901-1920)



FONTE: «Emigração Portuguesa» (1901-1912)
«Movimento da População
Estatística Demográfica» (1909-1921)

GRÁFICO 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA POR SEXOS E GRUPOS DE IDADES (1901-1920)



FONTE: «Emigração Portuguesa» (1901-1912)
«Movimento da População
Estatística Demográfica» (1909-1921)

Os indivíduos com menos de 14 anos revelam valores percentuais superiores para o Distrito de Bragança (32,85 % perante os 17,37 % do Continente).

Os contingentes femininos do Distrito de Bragança menores de 14 anos revelam também valores superiores: (15,25 % perante 6,28 %) (Quadro X).

QUADRO X – QUADRO COMPARATIVO DOS EMIGRANTES DO SEXO FEMININO POR GRUPOS DE IDADES DE PORTUGAL CONTINENTAL E DO DISTRITO DE BRAGANÇA

Percentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	PORTUGAL CONTINENTAL				TOTAL	DISTRITO DE BRAGANÇA				TOTAL
	Mulheres					Mulheres				
	< 14 anos	%	> 14 anos	%		< 14 anos	%	> 14 anos	%	
1901	831	5,44	2 248	14,73	15 264	91	11,91	187	24,48	764
1902	849	5,66	2 154	14,35	15 012	58	10,55	130	23,64	550
1903	811	5,19	2 145	13,72	15 634	45	11,42	80	20,30	394
1904	1 281	5,76	3 402	15,30	22 234	297	16,81	446	25,24	1 767
1905	1 181	4,69	3 203	12,71	25 193	153	12,22	302	24,12	1 252
1906	1 056	3,91	3 426	12,69	26 989	87	8,88	226	23,06	980
1907	1 215	3,89	3 934	12,61	31 206	136	9,60	365	25,76	1 417
1908	1 798	5,04	5 034	14,11	35 689	459	14,33	820	25,61	3 202
1909	1 228	4,05	4 021	13,28	30 286	183	10,93	400	23,88	1 675
1910	1 367	4,30	4 263	13,41	31 799	191	11,70	476	29,15	1 633
1911	3 654	7,37	8 557	17,27	49 560	1 065	16,45	1 860	28,72	6 476
1912	6 609	8,50	15 015	19,31	77 745	2 120	18,38	3 493	30,29	11 532
1913	6 106	9,00	14 248	21,01	67 821	1 443	16,74	2 735	31,73	8 619
1914	2 044	9,77	5 884	28,13	20 918	209	14,81	548	38,84	1 411
1915	1 304	9,26	3 941	27,97	14 089	130	13,64	366	38,41	953
1916	1 712	9,86	6 477	37,31	17 362	155	12,80	551	45,50	1 211
1917	1 152	8,82	4 551	34,84	13 062	123	14,45	425	49,94	851
1918	948	8,37	3 332	29,43	11 321	100	13,05	397	51,83	766
1919	1 580	4,69	8 169	24,23	33 709	166	12,25	592	43,69	1 355
1920	1 285	2,56	9 572	19,09	50 141	133	9,84	537	39,72	1 352
Totais	38 011	6,28	113 576	18,77	605 034	7 344	15,25	14 936	31,01	48 160

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Setembro e Outubro são também os meses onde se evidenciam as saídas de Mogadouro o concelho com os valores mais elevados de emigrantes < e > de 14 anos, respectivamente 4,99 % e 8,96 %.

A emigração não escolhe idades e arrastava, na sua maré, muitos acompanhantes passivos, sem opinião ou possibilidade de opção. Ex: em Setembro de 1914 emigraram mais indivíduos menores de 14 anos.

Preocupante também a aceitação destes elementos no mercado de trabalho estrangeiro, atendendo à marginalidade, ao filho tornado «fonte de receitas», símbolo de um futuro amparo. Fazer emigrar um filho era «descartar-se de um encargo que as condições quase inalteráveis do trabalho regional lhes tornam difícil (...) é fazer do filho uma fonte de receita, ou pelo menos um arrimo carinhoso quando venham a velhice e a invalidez.

É a sua caixa económica, o seu seguro de vida, o seu capital de reserva – a pobre criança que eles exportavam para os Brasis» ²⁰.

Analisar os quantitativos emigrantes por sexos e idades, indica também a quebra verificada na mão-de-obra, que se transferiu para o estrangeiro, acrescida da fuga ao serviço militar, traduzida em grupos etários produtivos e no empobrecimento da massa populacional do país de origem: «Na emigração a idade é um factor decisivo, que conjugada com outras variáveis, tais como o ensino e/ou a aprendizagem profissional, pode determinar os níveis de sucesso, ser preponderante no mercado de trabalho e na inserção social do país de acolhimento. Os trajectos migratórios a desenvolver, as expectativas a perseguir, estão muito condicionados pela idade, sendo muito diferente a emigração de um jovem solteiro da de um adulto casado, aquele mais decidido a correr riscos, a suportar aprendizagens, este, em geral, mais cauteloso, porque cheio de obrigações, com família a sustentar e necessidade premente de ganhar dinheiro» ²¹.

F) Não é fácil destriçar a composição social e a repartição profissional dos emigrantes do Nordeste Trasmontano do início deste século. Para orientar a análise, procedeu-se à distribuição anual das profissões de origem, apresentadas nas estatísticas oficiais, por três grandes **sectores de actividade económica**: extractivo, transformador, serviços, onde se incluem as seguintes profissões.

QUADRO XI – DISTRIBUIÇÃO POR PROFISSÕES DE ORIGEM

SECTOR EXTRACTIVO	SECTOR TRANSFORMADOR	SERVIÇOS	SEM PROFISSÃO ESPECÍFICA	SEM PROFISSÃO
Proprietários	Industriais	Comerciantes		
Agricultores	Industrias Caseiras	Profissões Liberais		
Jornaleiros	Operários Fabris	Empregados do Comércio		
Operários Agrícolas	«Artista»	Empregados Públicos		
Pescadores	Carpinteiros	Transportes (Terrestres e Marítimos)		
Ocupações Domésticas	Pedreiros	Barbeiros		
	Sapateiros			
	Ferreiros			
	Caiadores			
	Oleiros			
	Outros Artífices			

Os polos agrícola, artesanal, industrial, comércio e serviço estão representados, num total de 25 designações profissionais, muitas delas de difícil distinção.

Esta distribuição pareceu lógica, atendendo ao tipo de profissões que as fontes nos sugeriram e que condicionaram também as «grelhas de análise». Diferentes tipos de fontes equivalem a diferentes tipos de distribuições ou categorias profissionais.

Muito difícil se torna saber, no concreto, o que significavam determinadas designações como: «Proprietários», «Artistas». Agricultor e artesão, num universo isolado e carenciado complementavam-se, como forma de suplantar algumas incapacidades de sobrevivência da população. As grandes dificuldades deste capítulo passam pela obtenção de tipos de classificações sempre discutíveis, pelas designações e terminologias associadas às profissões, pela relatividade dos dados, entre outros.

As classificações sócio-profissionais nunca se revelam pois completas ou capazes de uma adaptação «standard»: *«Partir das fontes históricas para a construção das grelhas é um dos caminhos mais seguros para uma validade das mesmas. Não podemos, pois, evitar uma menção às mesmas e mostrar como elas e as suas circunstâncias (cronológicas, espaciais, objectivos que pretendiam atingir, etc.) condicionam a construção dos modelos. Daqui resulta que, para cada estudo, e para cada caso similar, existe uma dada grelha»*²².

Como é de prever, nem sempre a profissão de origem do emigrante é exercida no país de destino mas, permite-nos analisar quais as áreas com mais carências de trabalho e de onde surgem os indivíduos que abandonaram o distrito, ao longo das duas primeiras décadas do séc. XX. Obtemos alguns indicadores da provável posição ou identidade social dos emigrantes, fornecendo-nos informações sobre espaços e círculos sócio-económicos.

Importante não esquecer que os emigrantes menores de 14 anos não tinham profissão ou é ignorada. Normalmente, são jovens que abandonam o lar, sem uma orientação profissional, dispostos a começar qualquer tipo de experiência de trabalho, sem recomendações ou contactos no destino.

Difícil também apurar as designações profissionais distinguindo os sexos, já que o grupo feminino está amputado no registo estatístico desta temática.

Numa região onde a economia agrária tinha peso determinante, o sector extractivo é aquele de onde é originária grande parte dos emigrantes: *«Nos distritos de actividades agrícolas primordiais são os trabalhadores deste sector que emigram»*²³.

Tal como Joel Serrão, também Emygdio da Silva defende que a emigração afecta, sem dúvida, a população rural: *«a emigração afasta numa larga escala os valores agrícolas. Sendo Portugal, como é sabido, um país predominantemente agrícola com uma população rural entregue a trabalhos agrícolas e ainda com as suas exportações de natureza essencialmente agrícola, o desfalque produzido pela emigração é dos mais sensíveis»*²⁴.

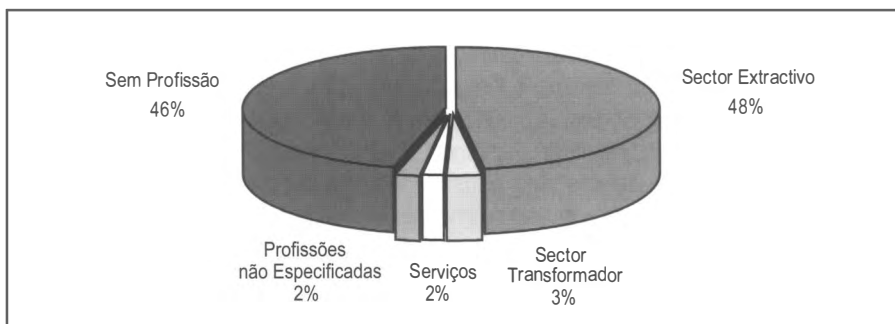
O olhar lançado sobre o tipo de profissões de origem dos emigrantes permite perceber um cenário onde o sector extractivo se destaca, ocupando mais de 47 % do grupo emigrante, logo seguido dos «sem profissão» com mais de 45 %. A origem rural de grande parte dos que não exerciam qualquer tipo de ocupação pode também ser constatável (Gráficos 16 e 17).

A escassez de trabalho remunerado e permanente ao longo do ano é o grande factor que impele os indivíduos válidos e activos a emigrar.

Também os «sem profissão» são reveladores da crise de trabalho e das reduzidas qualificações que os penaliza no mercado de trabalho mais hostil, onde se verifica uma rápida perda da identidade profissional. O emprego flutuante, irregular, improvisado, de baixa remuneração, vigorou mesmo nas economias mais promissoras: *«Muitas vezes,*

nem sequer havia recomendação de qualquer espécie, como no período «negro» do engajamento, o qual se tornou responsável pela transposição de jovens de baixa condição social, desprotegidos, à mercê do locador de serviços e logo drenados para as fazendas do interior»²⁵.

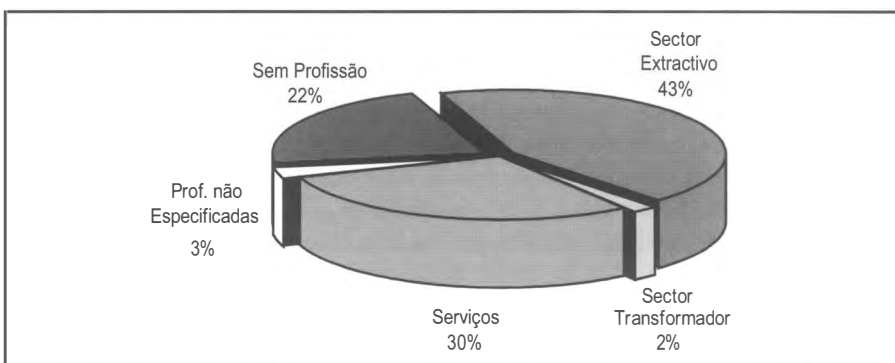
GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA POR SECTORES DE ACTIVIDADES (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DDE PORTUGAL CONTINENTAL POR SECTORES DE ACTIVIDADES (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Curiosamente, na 2.^a década do século, especialmente a partir de 1914, o grupo das «ocupações domésticas» destaca-se, acompanhado da viragem nas trajectórias geográficas dos emigrantes, agora também vocacionados para a Europa do pós-guerra.

G) A **instrução** dos emigrantes foi outro dos aspectos recensados neste estudo.

Os valores absolutos e percentuais são verdadeiramente chocantes, atendendo ao grande número de emigrantes que não sabiam «ler ou escrever»: 38 330, que ultrapassavam os 80 % e por tal se encontravam privados de mais esta arma do progresso.

Apenas 14 % se poderiam considerar fora das trevas do «iletrismo». Os valores do distrito relativamente aos emigrantes analfabetos superam os do Continente que rondam apenas os 50 % (Quadro 12).

QUADRO XII – QUADRO COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA EMIGRAÇÃO POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO. PORTUGAL CONTINENTAL E DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)

Percentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	NÚMERO DE EMIGRANTES CONTINENTE *	PORTUGAL CONTINENTAL				NÚMERO DE EMIGRANTES DISTRITO *	DISTRITO DE BRAGANÇA			
		Sabem Ler e escrever		Analfabetos			Sabem Ler e escrever		Analfabetos	
		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%
1901	15 311	7 957	51,97	7 354	48,03	720	202	28,06	518	71,94
1902	15 341	7 455	48,60	7 886	51,40	** 505	136	26,93	369	73,07
1903	15 934	8 059	50,58	7 875	49,42	350	111	31,71	239	68,29
1904	22 584	10 828	47,95	11 756	52,05	1 673	249	14,88	1 424	85 12
1905	25 594	12 979	50,71	12 615	49,29	1 175	221	18,81	954	81,19
1906	27 332	14 213	52,00	13 119	48,00	835	286	34,25	549	65,75
1907	31 312	15 323	48,94	15 989	51,06	1 294	259	20,02	1 035	79,98
1908	35 731	14 987	41,94	20 744	58,06	3 048	401	13,16	2 647	86,84
1909	30 326	13 626	44,93	16 700	55,07	1 529	251	16,42	1 278	83,58
1910	31 836	14 379	45,17	17 457	54,83	1 292	290	22,45	1 002	77,55
1911	49 585	19 286	38,89	30 299	61,11	5 996	704	11,74	5 292	88,26
1912	77 808	26 481	34,03	51 327	65,97	11 243	953	8,48	10 290	91,52
1913	67 875	23 605	34,78	44 270	65,22	8 378	795	9,49	7 583	90,51
1914	20 907	8 066	38,58	12 841	61,42	1 286	233	18,12	1 053	81,88
1915	14 244	6 237	43,79	8 007	56,21	878	148	16,86	730	83,14
1916	17 936	8 016	44,69	9 920	55,31	1 073	164	15,28	909	84,72
1917	13 502	7 397	54,78	6 105	45,22	711	125	17,58	586	82,42
1918	11 773	7 031	59,72	4 742	40,28	596	135	22,65	461	77,35
1919	34 450	21 304	61,84	13 146	38,16	1 052	254	24,14	798	75,86
1920	50 627	32 960	65,10	17 667	34,90	847	234	27,63	613	72,37
Totais	610 008	280 189	45,93	329 819	54,07	44 481	6 151	13,83	38 330	86,17

* Número de emigrantes do distrito onde foram tirados os passaportes.

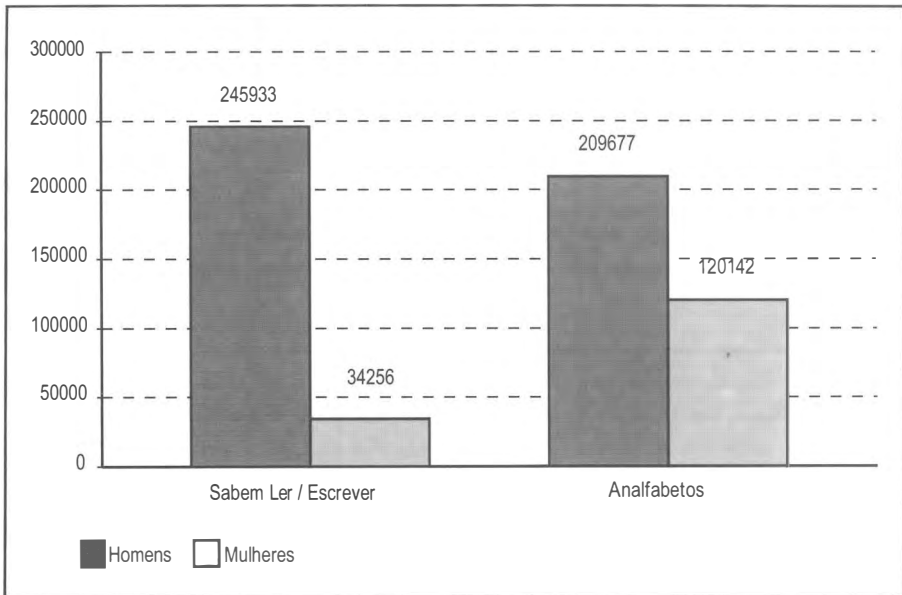
** As estatísticas registam mais um emigrante no ano de 1902.

FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921)

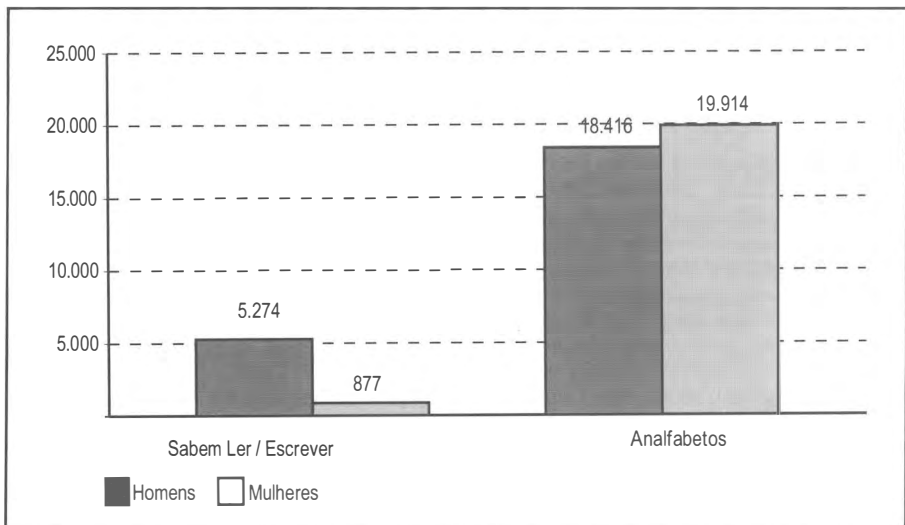
Neste grupo, as mulheres analfabetas ocupavam perto de 45 % dos emigrantes (19 914 mulheres) e 96 % das mulheres emigrantes (Gráficos 18 e 19): «*Também é notória a diferença de níveis de alfabetização inter-sexos, o que não admira, uma vez que a sociedade tradicional produzia uma importante segregação no acesso à escolarização, penalizando o sexo feminino, que procurava orientar para os trabalhos caseiros, exigindo inclusivamente, de forma intensiva, a força de trabalho destas crianças para as lides domésticas e ajuda na criação dos filhos mais novos*»²⁶.

GRÁFICO 18 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DOS EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL
DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 19 – NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA
DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

População analfabeta é pois geradora de grupos de emigrantes com percentagens chocantes, neste capítulo, comprometedoras de sucessos rápidos no país de origem e também no país de destino. Exportam-se analfabetos e incapazes que «com olhos abertos tropeçam constantemente em sua sequeira de nascença: a ignorância completa! Se lhes dão remos, não os empregam por os desconhecerem.

*A emigração analfabeta é, assim, a mais desgraçada e abandonada, a que tem de aceitar os mais duros e violentos afazeres, sem se quer lhe garantirem o necessário para a boca; a que tem, a breve trecho, onde quere que se encontra, o espantallo da fome e os baldões de pedir uma repatriação!»*²⁷.

A barreira da leitura e da escrita da língua materna, nem o Brasil conseguiu colmatar, apesar da identidade cultural de longa data. Não emigraram somente os analfabetos, os menos capacitados; emigraram elementos de um contingente populacional, profundamente comprometido e penalizado, porque desprovido de uma importante arma de desenvolvimento: a instrução. Não esqueçamos que a escola era um luxo dispensável.

A maior parte dos emigrantes estava limitada, na promoção pessoal e profissional. Isabel Mendes e José Correia citam Bento Carqueja a propósito desta questão: «Regra geral, o grau de instrução dos emigrantes portugueses era muito baixo. Os que saíam iletrados não encontravam possibilidades de se promoverem culturalmente nas terras para onde se dirigiam. Este facto condicionou o tipo de ocupações e cargos que desempenharam. Enquanto a emigração britânica, germânica e escandinava compreendia pessoas das classes culta e média, que se dirigiam para a América onde implantavam indústrias, bancos e construíam caminhos-de-ferro; os portugueses, por norma, dedicavam-se a ocupações modestas: estivadores, carregadores, barqueiros, carroceiros, moços de armazém, taberneiros, jornaleiros, caixeiros, enquanto outros não tinham profissão determinada»²⁸.

O emigrante era pois, por esta impotência, um trabalhador dócil, resignado, que se orientava apenas pela força braçal; muitas vezes rejeitado pelas políticas repressivas ou selectivas das economias de destino, onde as mulheres eram altamente penalizadas: «Se era, em regra, bem visto, honrado, sóbrio, trabalhador, ordeiro, tolerante e criativo, também é um facto que não tinha possibilidades de concorrer vantajosamente com outros menos iletrados»²⁹.

H) O estudo dos principais **pólos de atracção geográfica** dos emigrantes deixa transparecer uma preferência indiscutível pelos destinos intercontinentais, mais concretamente os transoceânicos.

A América é o continente que concentra 47 133 indivíduos, mais de 97 % dos emigrantes do Nordeste Trasmontano (Quadro XIII). Seguem-se África, Europa, Oceânia e Ásia, com valores que não atingiram os 2 % (Gráficos 20 e 21).

Os E.U.A. apresentam-se como um país atractivo, junto da população emigrante, especialmente pelas ofertas de trabalho remunerado. No entanto, as políticas de recepção de emigrantes pautaram-se por restrições quantitativas e qualitativas. Ioannis Baganha afirma mesmo que as leis americanas influenciaram, violenta e drásticamente, as aptências de emigrar para esta zona:

«A lei de naturalização de 1906 que torna o domínio da língua inglesa como um dos pré-requisitos para a obtenção da nacionalidade americana e a lei de 1917 que torna

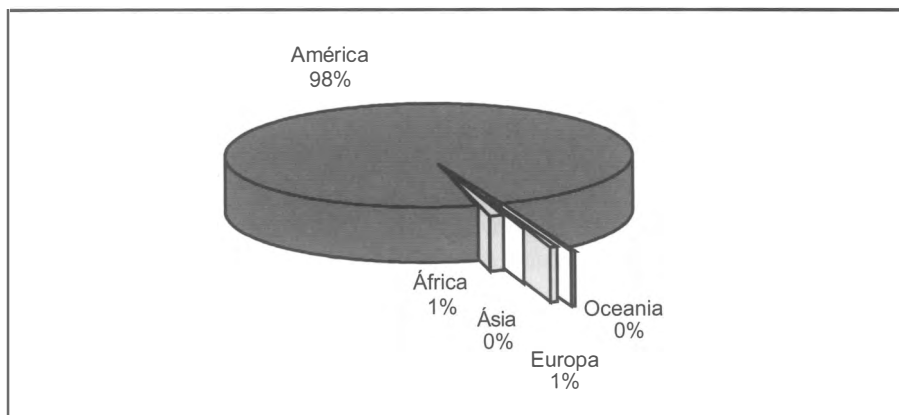
QUADRO XIII – EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920) DISTRIBUIÇÃO POR DESTINOS
 Percentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	NÚMERO DE EMIGRANTES	EUROPA	%	Á S T A	%	Á F R I C A		O U T R O S PA Í S E S	T O T A L		A M É R I C A D O S U L		A M É R I C A D O N O R T E	T O T A L		O C E A N I A	%
						Ocidental Portuguesa	Oriental Portuguesa		Emigrantes	%	Brasil	Outros Países		Emigrantes	%		
1901	764	—	—	—	—	55	7	—	62	8,12	702	—	—	702	91,88	—	—
1902	550	2	0,36	—	—	43	2	—	45	8,18	502	1	—	503	91,45	—	—
1903	394	—	—	2	0,51	43	9	—	52	13,20	339	—	1	340	86,29	—	—
1904	1767	7	0,40	2	0,11	40	2	—	42	2,38	1710	1	5	1716	97,11	—	—
1905	1252	1	0,08	1	0,08	78	5	—	83	6,63	1166	—	1	1167	93,21	—	—
1906	980	5	0,51	—	—	79	8	1	88	8,98	879	7	1	887	90,51	—	—
1907	1417	1	0,07	9	0,64	29	2	—	31	2,19	1369	4	2	1375	97,04	—	—
1908	3202	1	0,03	—	—	—	—	—	—	—	3159	33	9	3201	99,97	—	—
1909	1675	—	—	1	0,06	—	—	—	—	—	1514	152	8	1674	99,94	—	—
1910	1633	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1502	71	22	1595	97,67	38	2,33
1911	6476	1	0,02	—	—	—	—	—	—	—	5951	12	446	6409	98,97	66	1,02
1912	11532	6	0,05	—	—	—	—	—	—	—	11151	62	289	11502	99,74	24	0,21
1913	8619	1	0,01	—	—	—	—	—	—	—	8423	46	120	8589	99,65	29	0,34
1914	1411	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1380	11	20	1411	100,00	—	—
1915	953	1	0,10	—	—	—	—	—	1	0,10	868	14	69	951	99,79	—	—
1916	1211	25	2,06	—	—	—	—	—	18	1,49	939	7	221	1167	96,37	1	0,08
1917	851	35	4,11	1	0,12	—	—	—	14	1,65	676	21	104	801	94,12	—	—
1918	766	41	5,35	1	0,13	—	—	—	39	5,09	600	22	63	685	89,43	—	—
1919	1355	100	7,38	—	—	—	—	—	60	4,43	1103	23	69	1195	88,19	—	—
1920	1352	60	4,44	—	—	—	—	—	29	2,14	1138	6	119	1263	93,42	—	—
Totais	48 160	287	0,60	17	0,04	367	35	1	564	1,17	45 071	493	1 569	47 133	97,871	159	0,33

A partir do ano de 1908 o Continente Africano não se encontra subdividido. A partir do ano de 1914 surge a designação «Outros Países». Da África do Sul e Argentina. FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

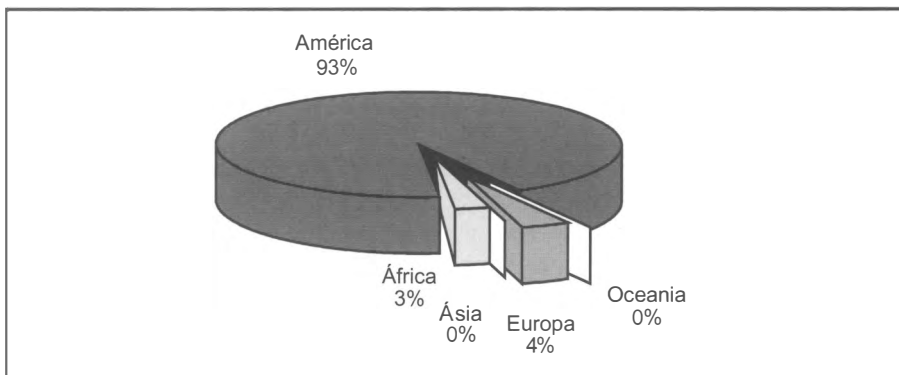
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 20 – DESTINO DOS EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 21 – DESTINO DOS EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

a permissão de entrada dependente de saber ler, constituem a primeira tentativa para impedir a contaminação do “stock original americano” pelo influxo maciço das “raças inferiores”»³⁰.

Também no Boletim de Emigração de 1920 podemos ler: «Com efeito a emigração engrossou há longos anos para a nossa melhor colónia... depois deixou de ser colónia nossa, em consequência dos bons efeitos que originaram no vulgo chamar-se brasileiro ao homem rico, palavra que o povo gravou no seu espírito por milhares de factos evidentes de homens que, saindo de Portugal novos, mais ou menos pobres, voltavam mais ou menos ricos.

A mesma causa teve por efeito derivar depois a emigração para a América do Norte, desde que as têtas do Brasil começaram de ser menos úberes. Ainda há pouco assistimos a um verdadeiro êxodo de portugueses – a flôr dos nossos homens de trabalho – para aquele país, êxodo que chegou a parecer era facilitado pelo próprio

*Governo Português, pois se deram oficialmente todas as facilidades aos emigrantes; e essa extraordinária afluência teve lugar unicamente porque correu célere e forte a fama dos dólares, que ao dia ali se ganhava, não importava em que trabalho»*³¹.

A Argentina associava-se a um país jovem, com capacidade de absorção da população, com recursos naturais e mercado de trabalho propício, principalmente no sector agrícola, mas onde se efectuava o controle dos clandestinos: *«É claro que um país, qual a República Argentina, possuidor de admiráveis recursos naturais, em que é incluído o clima, dotado do genuíno querer de avançar, não vê desertar os seus filhos dos lares pátrios para se lançarem nas correntes de emigração»*³².

O continente africano, mais concretamente as zonas sobre as quais incidia a colonização portuguesa, revelou-se um destino competitivo, frutífero, propagandeado, mas ignorado pela massa populacional emigrante, já que África simbolizava aventura e a necessidade de construir e dinamizar a partir do «nada», às quais se associavam políticas e projectos de fomento colonial pouco atractivos, um clima rigoroso e um estatuto de «colono», que não agradava a quem via na emigração um sinal de rápida prosperidade económica. A emigração «colonial» e «orientada» era arbitrária relativamente às categorias de emigrante e/ou colono, atendendo aos períodos de maior ou menor fluxo emigratório: *«Umás vezes seguiam a par a política colonizadora do Estado e as condições individuais que impeliam à saída; outras vezes, em períodos de rush emigratório, que, naturalmente, os poderes públicos procuraram constranger ou fiscalizar, esse mesmo Estado promovia, simultaneamente, por razões de ordem política ou estratégica, a colonização»*³³.

O Boletim de Emigração testemunha-nos também este quadro: *«A emigração para os domínios ultramarinos é, em geral, de grande conveniência para a metrópole quando há excesso de população, não só porque com ela aproveitam os emigrantes, sendo bem dirigida e fiscalizada, mas também porque dela resultam grandes vantagens para o país de origem pelo povoamento e exploração de regiões desabitadas e incultas e consequentemente reciprocidade de interesses provenientes do intercâmbio comercial»*³⁴.

Para aqui não convergiram as ambições que os governos pretendiam reflectir nos emigrantes. Os erros políticos e administrativos tiveram os seus reflexos: *«A acção directa do Estado fracassou, em primeiro lugar, por deficiências na concepção. Em vez de se empenhar na criação dum meio capaz de atrair espontaneamente os eventuais emigrantes nacionais ou estrangeiros (a chamada «acção indirecta»), as autoridades portuguesas acharam mais fácil impulsionar artificialmente os nacionais por meios de promessas e de facilidades»*³⁵.

A Europa redescobriu-se a partir de 1916 e marcou posição após o confronto bélico de 1914-1918. A inversão do quadro geográfico revelou a faceta intercontinental do fenómeno emigratório regional, atendendo à urgência da reconstrução das economias, do reerguer dos espaços urbanos e redinamização das explorações mineiras e agrícolas. O país de maior incidência emigratória, neste período, foi França, que se destacou no movimento emigratório «intra-europeu».

Joel Serrão afirma mesmo que *«o primeiro salto transpirenaico verifica-se após o termo da guerra de 1914-1918 (...). A França sangrada pelo conflito armado, precisa com urgência de mão-de-obra, especialmente na agricultura e na construção civil»*³⁶.

A 1.^a Grande Guerra travou, pela insegurança que transmitia, a saída de contingentes emigrantes para a América, mas, dinamizou, imediatamente, a mobilidade destes indivíduos para o novo polo geográfico, focalizando na Europa, as suas atenções. Neste cenário, as possibilidades de trabalho remunerado estavam bem mais perto e ao alcance de um maior número de braços, disponibilizados pela crise brasileira e pelo apertado filtro dos EUA: «Para os nossos, que o dever conduziu aos campos de batalha e travaram conhecimento com a terra de França, ficou-lhes na mente a expressão de localidades, quando volveram ao país natal, e ao constar-lhes, a breve trecho, que para lá dos Pirinéus se pretendia refazer o destruído, tanto na propriedade urbana como na rústica, ei-los a encaminhar-se para semelhante destino, que lhes sorria de mais perto da porta e evitaria as travessias do Atlântico, na miragem do Brasil.

Começou, portanto, a estabelecer-se entre nós uma corrente emigratória de operários e jornaleiros para a França, que adquiriu volume e vulto considerável»³⁷.

O Brasil foi o país soberano do grande continente americano: concentrou entre 1901-1920 cerca de 45 071 emigrantes, perto de 94 % do total de emigrantes do Nordeste Trasmontano (Quadro XIV, Gráficos 22 e 23).

QUADRO XIV – QUADRO COMPARATIVO DA EMIGRAÇÃO COM DESTINO AO BRASIL
PORTUGAL CONTINENTAL E DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)
Porcentagem relativamente ao total de emigrantes

A N O S	PORTUGAL CONTINENTAL			DISTRITO DE BRAGANÇA			PC/DB PESO RELATIVO
	Total Emigrantes	Emigrantes para o Brasil	%	Total Emigrantes	Emigrantes para o Brasil	%	
1901	15 264	13 245	86,77	764	702	91,88	5,30
1902	15 012	13 232	88,14	550	502	91,27	3,79
1903	15 634	13 783	88,16	394	339	86,04	2,46
1904	22 234	20 161	90,68	1 767	1 710	96,77	8,48
1905	25 193	22 943	91,07	1 252	1 166	93,13	5,08
1906	26 989	24 416	90,47	980	879	89,69	3,60
1907	31 206	29 919	95,88	1 417	1 369	96,61	4,58
1908	35 689	34 820	97,57	3 202	3 159	98,66	9,07
1909	30 286	29 145	96,23	1 675	1 514	90,39	5,19
1910	31 799	29 760	93,59	1 633	1 502	91,98	5,05
1911	49 560	45 762	92,34	6,47	5 951	91,89	13,00
1912	77 745	72 245	92,93	11 532	11 151	96,70	15,43
1913	67 821	62 459	92,09	8 619	8 423	97,73	13,49
1914	20 918	18 886	90,29	1 411	1 380	97,80	7,31
1915	14 089	11 289	80,13	953	868	91,08	7,69
1916	17 362	9 883	56,92	1 211	939	77,54	9,50
1917	13 062	6 899	52,82	851	676	79,44	9,80
1918	11 321	6 077	53,68	766	600	78,33	9,87
1919	33 709	20 425	60,59	1 355	1 103	81,40	5,40
1920	50 141	30 640	61,11	1 352	1 138	84,17	3,71
Totais	605 034	515 989	85,28	48 160	45 071	93,59	8,73

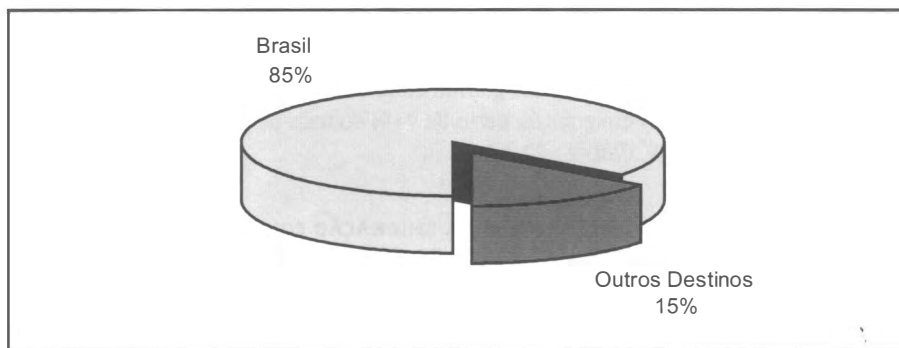
FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).

«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

Na comunidade emigrante portuguesa do Brasil, entre 1901-1920, estimada em 515 989 indivíduos, os emigrantes do Distrito de Bragança atingiram 9 %, distribuídos, primordialmente, por São Paulo e Rio de Janeiro.

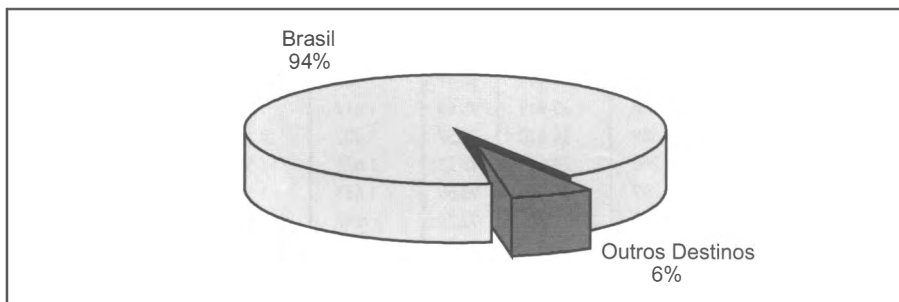
A propósito da emigração para o Brasil, José Mattoso afirma: «*embora os brasileiros não quisessem ser «portugueses», havia de qualquer maneira um Portugal no Brasil, formado pelos emigrantes (...). Navegava-se para o Brasil no fito do enriquecimento, na ânsia de negócios chorudos e rápidos, impossíveis nos acanhados horizontes económicos da metrópole*»³⁸.

GRÁFICO 22 – PERCENTAGEM DE EMIGRANTES DE PORTUGAL CONTINENTAL COM DESTINO AO BRASIL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

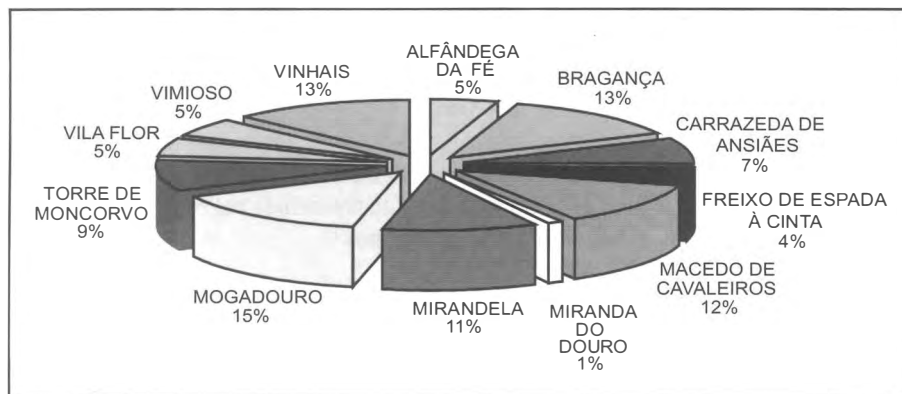
GRÁFICO 23 – PERCENTAGEM DE EMIGRANTES DO DISTRITO DE BRAGANÇA COM DESTINO AO BRASIL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

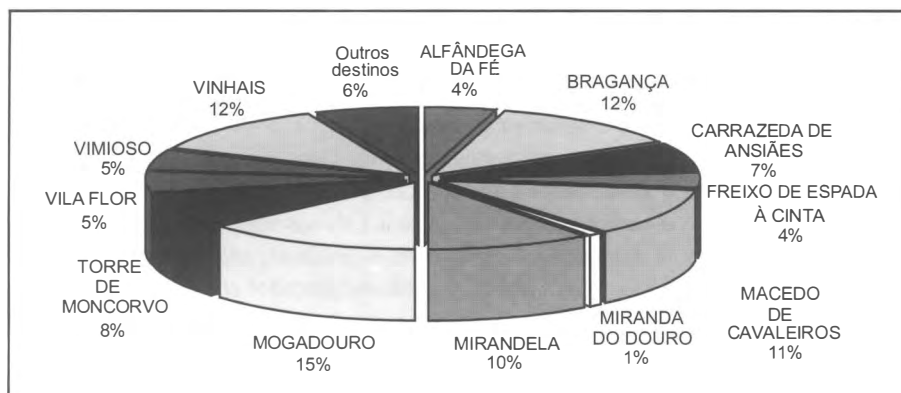
O Brasil simbolizou, sem dúvida, o destino da «contradição», da «miragem», onde se concentraram mais de 59 % das mulheres emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1914-1920. Anos houve em que conseguiu atrair 100 % dos emigrantes de alguns concelhos. Mogadouro, Bragança e Vinhais destacam-se no volume de emigrantes que rumaram para o Brasil (Gráficos 24 e 25).

GRÁFICO 24 – DISTRIBUIÇÃO CONCELHIA DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL (1901-1920)
 Percentagem relativamente ao total de Emigrantes do Distrito de Bragança



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
 «Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 25 – DISTRIBUIÇÃO CONCELHIA DOS EMIGRANTES COM DESTINO AO BRASIL (1901-1920)
 Percentagem relativamente ao total de Emigrantes para o Brasil



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
 «Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

O Brasil atraiu, essencialmente, os emigrantes do Nordeste Trasmontano, pela conjugação de conjunturas desfavoráveis que a região reflectia no início do século, pelo suavizar dos processos administrativos no recrutamento de emigrantes e pelas necessidades de mão-de-obra de que carecia o grande território brasileiro, para revitalizar a economia. A produção cafeeira, entre outras explorações agrícolas (ex: borracha, algodão), dificilmente sobreviveriam sem o braço escravo, abolido em finais do século XIX. Rápidamente, as autoridades brasileiras promoveram, subtilmente, a captação de braços alternativos com aliciantes salariais: «As condições de perfeita loteria em que se realiza a nossa emigração em que além de tudo o mais, do cavador se faz marçano e do agricultor se faz caixeiro, como no conhecido monólogo da corda e do simeo, no desvio da profissão de que se foge como da pátria que se abandona...»³⁹.

Os trabalhadores emigrantes, pouco qualificados, albergados sem condições, ficavam expostos às maiores vicissitudes contratuais, tanto nas explorações agrícola, como mineira, passando pelas actividades comerciais, portuárias ou na construção de vias de comunicação: «*Em plena fase de expansão económica, assente quer na cultura do café quer mesmo na do algodão, e perante as restrições impostas pela Alemanha (em 1859) à emigração de cidadãos seus para este país da América do Sul (devido ao tratamento de escravos a que eram sujeitos), o Brasil, que havia abolido a escravatura em 1888, mais do que nunca vai precisar de mão-de-obra estrangeira. Deste modo, a lacuna deixada pelos escravos, será em larga medida preenchida pelos portugueses, que entretanto continuavam a emigrar em grande número*»⁴⁰.

Também a tradição histórica e as grandes afinidades culturais e linguísticas constituíram fortes aliciantes: «*Os portugueses continuaram a mostrar preferência acen-tuada pelo Brasil onde, apesar da completa alteração do estatuto social do português, a lingua comum e a ilusão de uma civilização idêntica apareciam facilitando a integração*»⁴¹.

Mas, o filtro brasileiro revelaria, mais tarde, a sua incapacidade de absorção da mão-de-obra emigrante, atendendo às crises de trabalho interno e à concorrência dos mercados estrangeiros: «*Os últimos emigrantes que aqui têm chegado estão arrependidos de haver partido; a cidade está repleta de trabalhadores e não há trabalho para todos. O melhor serviço que o Governo lhes poderia fazer era não os deixar embarcar para cá*»⁴².

O apelativo Brasil não conseguia esconder a sua versão de desencanto.

l) **Causas e fins** da emigração, bem como respectivos reflexos, interpenetram-se e complementam-se, quanto à natureza do fenómeno.

Emigrava-se por causas estruturais, pelo abandono a que são votadas as actividades produtivas, ao fraco rendimento dos camponeses.

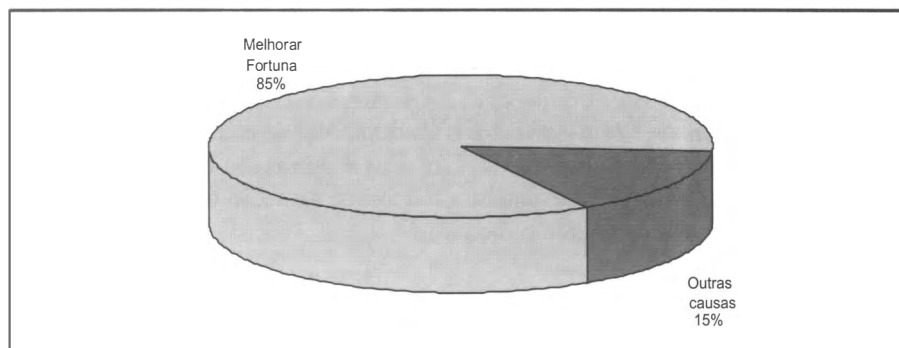
Os emigrantes partiam à procura de trabalho e do sustento da família que ficava ou que com eles partia: «*A outra classe de emigrantes é constituída pelos que abandonam a sua terra obrigados pela miséria em que vivem; são desgraçados cheios de privações, o individuo não tem dela a responsabilidade, segue sem norte, ao acaso e na maioria sem esperança; não passa duma secreção resultante de defeitos ou de perturbações nos órgãos da sociedade. A sorte desta classe de emigrantes é duvidosa*»⁴³.

Segundo as estatísticas oficiais, mais de 80 % dos emigrantes pretendiam «melhorar fortuna» (Gráficos 26 e 27). Esta era apontada como uma das causas motoras. Cerca de 57 % emigraram com o fim de exercer a profissão ou conseguir outros trabalhos remunerados; 28 % dos emigrantes pretendiam «viver com a família».

Torna-se complexo discernir, neste processo, a prioridade das situações moti-vadoras quando elas se combinam, harmoniosamente e se determinam mutuamente: «*Não é fácil efectuar nem uma classificação com pretensões a completa das causas da emigração nem em relação a cada corrente migratória delimitar os casos de influência exclusiva de uma causa ou as condições exactas das proporções em que se combinam as diversas causas actuantes.*

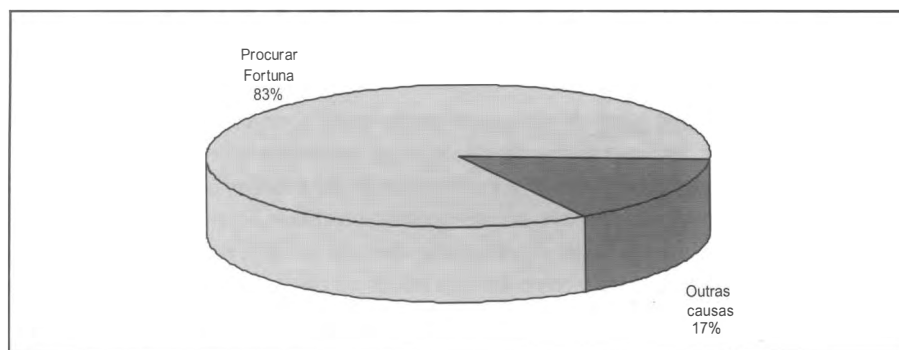
Como fenómeno social, a emigração sofre a influência de múltiplos factores e estes na sua combinação actuam multiformemente, sofrendo por demais as reacções recíprocas uns dos outros que não pouco contribuem para nos fazer ainda vêr menos claro»⁴⁴

GRÁFICO 26 – CAUSAS DA EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL CONTINENTAL (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921).

GRÁFICO 27 – CAUSAS DA EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920)



FONTES: «Emigração Portuguesa» (1901-1912).
«Movimento da População – Estatística Demográfica» (1909-1921)

A teia gerada em torno das causas que prevalecem no desencadear do «acto emigratório» é de tal forma subtil que, rapidamente, a emigração passa de «reflexo» a «causa» tornando-se, ela própria, autodeterminante e influenciadora da(s) crise(s) vivida(s) na região: «É no exame, porém, da forma por que a emigração afecta as diversas zonas do país e as diferentes classes da sua população, em combinação estreita com as respectivas condições económicas, que o problema se esclarece satisfatoriamente. (...) Dada a multiplicidade inextricável das causas e efeitos, dos quais estes reagem sobre aquelas (...) difícil se torna apurar em umas e outras as que maior influência exercem sobre a emigração ou dela sofrem»⁴⁵.

Estruturas debilitadas, sem capacidade de resposta tanto a nível económico, como social e até cultural, aliadas ao insucesso de políticas governamentais e critérios pouco ajustados da nossa economia, geradores de heterogeneidades, marca o tipo de razões que conduz grande parte da população do Distrito de Bragança a emigrar. A tónica acenta nas preocupações de índole económico-social, determinantes na tentativa de

compreender e justificar, não apenas o acto individual de emigrar mas, também, a massificação com que o fenómeno se revelou. Os movimentos emigratórios são pois «justificados em parte pela fome, pela miséria, pelas condições de trabalho e insuportáveis condições de vida (...) e consequência dos desequilíbrios «intersectoriais» e «regionais» que caracterizam a sociedade portuguesa (...) favorecendo a fuga das populações para locais dotados de melhores infra-estruturas e oportunidades de emprego»⁴⁶.

Miriam Halpern Pereira trabalhou esta área e recenseou dois tipos de mito: o da fortuna e o do retorno, que abalizam o universo da acção de um emigrante e condicionam o seu comportamento como tal:

«O mito do retorno articula-se com o mito da fortuna brasileira ou do enriquecimento rápido. São ambos resultantes duma sociedade extremamente hierarquizada, caracterizada por uma reduzida mobilidade social, na qual a expatriação surge como instrumento de promoção social. Esta saída do país é encarada inicialmente como temporária e possibilitando uma acumulação de capital que permitira a alteração do anterior estatuto social do emigrante (...).

O mito da fortuna rapidamente amealhada, que tinha raízes distantes no passado colonial, nas fortunas dos «mineiros», das plantações do açúcar e de outros produtos coloniais, era preservado cuidadosamente pelo emigrante. O português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade, e não a uma modificação do estatuto social do português no Brasil. Assim o emigrante encobria a sua ausência de fortuna (...) Dado todavia a psicologia do emigrado que não conseguiu benefício algum no Brasil e conhecido como é o seu hábito de descrever melhorias de fortuna que não alcançou, recursos não possuídos e importância social que está longe de ter conseguido, conclui-se que só a vaidade, o amor próprio ou o receio de que dele se faça opinião menos lisonjeira para os seus créditos de trabalhador, pela ideia falsa, mas fortemente arraigada em Portugal de que só o mandrião não faz fortuna no Brasil, o leva a esconder com cuidado extremo, dos seus parentes e conterrâneos, todo o estendal das suas privações e amarguras»⁴⁷.

A crise agrícola do Nordeste Trasmontano no início do séc. XX, associa-se pois à fuga desmedida de habitantes: propriedade muito fragmentada, pouco produtiva e rentável, transmitida por herança, inviabilizou a venda e a troca, a que não ficou alheia a falta de informação e formação dos «homens da terra»: «A emigração é um fenómeno da fisiologia social. Não se emigra porque se quer emigrar; emigra-se porque a isso se é forçado pelas circunstâncias determinantes. Portugal é um país de emigração; o Brasil não o é. E a população portuguesa chegaria a nem emigrar, apesar do seu génio determinante aventureiro, se em Portugal a organização de trabalho, o sistema de propriedade, o regime da distribuição e do consumo da riqueza desse a todos trabalho fácil e lucrativo»⁴⁸.

Os processos tradicionais de cultivo, de adubação, tratamento dos solos, selecção de sementes, caminhavam lado a lado com escassez de maquinaria, vias de comunicação e meios de transporte, comprometedores da circulação, distribuição e comercialização

de produtos de origem agro-pecuária. A inoperância do sector agrícola impediu a reacção concertada a outras crises conjunturais que fustigaram o Distrito. Recordemos os maus anos agrícolas, as arbitrariedades do clima, a filoxera, a doença do sirgo, a iceria, a crise cerealífera e a consequente subida de preços que conduziram à necessidade de importações de géneros alimentares e a verdadeiras situações de penúria nas famílias do Nordeste Trasmontano: «A filoxera devastara completamente as vinhas e se a ruína da viticultura bastava já por si só para comprometer o equilíbrio económico da região, ela segue-se a outra grave crise, a ruína da sericultura.

Duramente atingido, o camponês resolve-se a deixar o horizonte da sua aldeia, a refazer a sua vida no Brasil, na Argentina, nos países novos da América (...)»⁴⁹.

Joaquim Veríssimo Serrão refere também algumas das situações da esfera agrícola: «Para que se compreenda a extensão da crise económica que o País atingira desde o início da guerra, bastava mencionar que a importação de cereais tinha custado, em valores médios, no ano de 1914, o correspondente a 6823 contos. Tal o encargo que pesava sobre o Tesouro, que o economista Ezequiel de Campos atribuía ao facto de não se haverem tomado medidas urgentes para a valorização do solo nacional. Era um problema endémico na vida portuguesa e que haveria de continuar pelos tempos fora. (...) As sementeiras decaíam de modo a trazer aflitos os proprietários rurais e a população em geral. O recurso à importação era a única saída para solucionar as crises anuais que afectavam a vida económica e local. Mas essas operações obrigavam o Estado à compra de ouro sujeito a onerosas cambiais, que impediam o equilíbrio das finanças públicas. O citado economista expressava o seu juízo: Chegamos assim ao caso mais monstruoso da economia nacional. Se a nossa lavoura produzisse mais 300.000 contos de cereais e de outros alimentos e de matérias-primas fundamentais tudo seria comprado cá dentro, sem receio de superabundância. O mercado estava e está garantido, com a circunstância de que tudo o mais se animaria. No entretanto, nem o Estado, nem a agricultura, nem as restantes classes capitalistas querem fazer essa justa, necessária e segura exploração da terra!»⁵⁰.

A mão-de-obra disponível no mundo rural, com pouca oferta de trabalho permanente e remunerado, foi também pouco bafejada pelo crédito bancário, exposta à usura e à incapacidade de subsistir com os parcos rendimentos auferidos. Mão-de-obra abundante alia-se à escassez de trabalho. Os braços válidos partem na corrente emigra-tória gerando, internamente, escassez de mão-de-obra necessária, para explorar as parcelas produtivas da região.

As carências económicas são pois as alavancas impulsionadoras da emigração, mais do que condicionalismos de ordem política, religiosa ou cultural. As soluções pontuais, de transição, aparentemente proteccionistas, agravaram ainda mais a saída das gentes do Distrito: «O principal motivo que levou milhares de naturais do Nordeste Interior Português a procurarem outras terras para angariar meios de subsistência teve a ver, quase exclusivamente, com razões económicas. Incapazes de conseguirem uma vida digna na Região, partiram em busca de uma sorte melhor para as suas famílias, tendo sempre no horizonte das suas vidas o momento do regresso ao local de origem. Foi a fome, a miséria, a falta de trabalho e os reduzidos salários que contribuíram para a enorme debandada da população activa do Nordeste Interior.

*A emigração portuguesa no seu todo, tal como a emigração originária do Nordeste Interior, teve a ver, fundamentalmente, com os problemas estruturais da economia»*⁵¹.

Importante não esquecer também que a «repulsão regional», exercida sobre a população, é fortalecida pela atracção que outros países fazem incidir sobre o grupo emigrante. Outros agentes mobilizaram a população para a corrente emigratória. Estes passam não só pelos engajadores, pelos próprios emigrantes, com discurso de aliciamento, como pelo caminho de ferro e navegação a vapor que permitiram uma maior e mais rápida circulação de pessoas dentro e fora das fronteiras nacionais. Apetece concluir como fez Jorge Alves no seu estudo sobre emigração: «O campo da emigração é, como se vê, uma realidade complexa e tentacular, envolvendo múltiplos interesses, com o emigrante a ser cada vez mais peão de uma lógica que não controla, de espaços que não domina. Daí que as leis "repressivas" representem quase sempre fracassos e só possam a virtualidade de colocar o fenómeno da emigração em evidência, revelando a natureza perversa do sistema económico e social da origem e, frequentemente, do de recepção. Expressão, com alguma frequência, de êxito individual fora de portas, evidência do insucesso interno no processo colectivo, a emigração é um osso duro de roer para o poder político, que se vê obrigado a balançar entre o discurso repressivo/dissuasor e a situação de real dependência dos refluxos económicos desse movimento que pretende deter»⁵²

Sem dúvida, fazer o diagnóstico do distrito de Bragança é perceber algumas das causas da dinâmica emigratória. A emigração reflecte o pulsar da região e constitui também o espelho da sua debilidade sócio-económica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Livros de Registos de Passaportes do Governo Civil de Bragança
[Arquivo Distrital de Bragança (ADB) e Governo Civil de Bragança (GCB)]

ANOS / NÚMERO DE REGISTOS / DATA	NÚMERO DO LIVRO DE REGISTO DE PASSAPORTES
1902 – N.ºs 106 a 281 01/03 a 31/11 de 1902	15
1903 – N.ºs 1 a 217 02/01 a 30/11 de 1903	15
1906 – N.ºs 122 a 563 15/03 a 31/12 de 1906	19
1907 – N.ºs 1 a 809 02/01 a 21/12	19/20/21
1908 – N.ºs 1 a 1 719 02/01 a 31/12	21/22

ANOS / NÚMERO DE REGISTOS / DATA	NÚMERO DO LIVRO DE REGISTO DE PASSAPORTES
1909 – N.ºs 1 a 1 076 02/01 a 31/12	22/23
1910 – N.ºs 19 a 820 03/01 a 31/12	23/24
1911 – N.ºs 1 a 2 585 03/01 a 30/12	24/25
1912 – N.ºs 1 a 4 617 02/01 a 21/12	19/20/21
1913 – N.ºs 1 a 3 453 02/01 a 31/12	27/28
1914 – N.ºs 1 a 742 02/01 a 26/12	28/29
1915 – N.ºs 1 a 507 02/01 a 31/12	29
1916 – N.ºs 1 a 661 03/01 a 27/12	29
1917 – N.ºs 1 a 484 02/01 a 31/12	29
1918 – N.ºs 1 a 429 09/01 a 28/12	29/30
1919 – N.ºs 1 a 850 03/01 a 31/12	30
1920 – N.ºs 1 a 751 02/01 a 31/12	30
Total de Anos 17	
Total de Registos 20 564	Total de Livros 13

Não foi possível registar dados para os anos de 1901, 1904 e 1905 por extraviado dos livros: n.ºs 14, 16, 17 e 18, estando também incompletos alguns registos pertencentes aos anos de 1902 e 1906.

Fontes Impressas

POPULAÇÃO E EMIGRAÇÃO

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA 1901-1912
12 volumes
Ministério dos Negócios da Fazenda
Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais
Lisboa Imprensa Nacional
Edições de 1904 a 1913

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

9 volumes

Anos de: 1909-1913; 1910-1914; 1911-1915; 1912-1916; 1913-1917; 1914-1918; 1915-1919;
1916-1920; 1917-1921

Ministério das Finanças

Direcção Geral da Estatística – 4.ª Repartição

Lisboa, Imprensa Nacional

Edições de 1915 a 1922

CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1900

4.º Recenseamento Geral da População – I, II, III, IV volumes

Ministério dos Negócios da Fazenda

Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais

Lisboa, Imprensa Nacional – 1905

CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DEZEMBRO DE 1911

5.º Recenseamento Geral da População – I, II, III, IV, V, VI volumes

Ministério das Finanças

Direcção Geral da Estatística - 4.ª Repartição, Estatística Demográfica

Lisboa, Imprensa Nacional – 1913

CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1920

6.º Recenseamento Geral da População – I e II volumes

Ministério das Finanças

Direcção Geral de Estatísticas

Lisboa, Imprensa Nacional – 1923

BOLETIM DE EMIGRAÇÃO (1919-1933)

Lisboa, Ministério Interior / Commissariado Geral Serviços Emigração, Imprensa Nacional

Ano I, n.º 1 (Outubro / Dezembro 1919)

n.ºs 2 e 3 (Janeiro / Junho 1920)

n.º 5 (Outubro / Dezembro 1920)

Ano II, n.º 1 (Jan. / Jun. 1922)

n.ºs 2, 3 e 4 (Abril / Dezembro 1921)

Ano III, n.ºs 1 e 2 (Jan. / Jun. 1922)

n.ºs 3 e 4 (Julho / Dezembro 1922)

Ano IV, n.ºs 1, 2, 3, 4 (Janeiro / Dezembro 1922)

Ano V, n.ºs 1, 2, 3 (Janeiro / Setembro 1924)

n.ºs 4 (Outubro / Dezembro 1924)

Ano VI, n.ºs 1 a 4 (Janeiro / Dezembro 1925)

B I B L I O G R A F I A

- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, Antônio – *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora, 1964 (Coleção Cadernos de Hoje n.º 10).
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros / Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, Lda., 1994.
- *Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, n.º 12), pp. 78-97.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Atlas da Emigração Portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado de Emigração, 1985 (Série Migrações).
- *Ensaio Tipológico sobre os Movimentos Emigratórios Portugueses*. Aveiro, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986 (Série Migrações/Sociologia).
- *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, 1.ª Edição, 1983 (Biblioteca Breve, vol. 79, Série História).
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis – *A Emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo* in «Revista de História Económica e Social» n.º 3, Janeiro a Junho de 1979, pp. 85-100.
- *Interesses Colectivos versus Interesses Individuais: A Política Americana de Emigração, 1776-1927* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos n.º 12), pp. 28-41.
- CALADO, Morais – *O Nordeste Transmontano nas duas Primeiras Décadas do Século XX*, in «Amigos de Bragança», Ano XV, n.º 14, Agosto 1970, pp. 5-24.
- CANAVEZ, Nuno – *Subsídios para uma Bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*, Porto, Livraria Académica, 1994.
- CÂNDIDO, L. Morgado – *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1969.
- CARQUEJA, Bento – *O Povo Português*, Porto, Livraria Chardron, 1916.
- CARVALHO, Alberto – *Causas e Compensações da Emigração Portuguesa para o Brasil*, Lisboa, 1912.
- CASTRO, Armando – *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70, 3.ª edição, 1979 (Biblioteca 70 – Série Economia).
- CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Dissertação para efeito de obtenção do grau de Doutor em Economia – Gestão Agrária, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1988.
- *Economia Agrária Portuguesa no 1.º Quartel do Séc. XX* in «Brigantia-Re-Visita de Cultura» Vol. IV, n.º 4, Outubro-Dezembro, 1984, pp. 551-568.
- *Nordeste Interior Português e a Emigração* in «Brigantia – Revista de Cultura» Vol. XIII, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho, 1993.
- *Regresso dos Emigrantes ao Nordeste Interior Português e o seu Contributo para o Desenvolvimento da Região* in «Brigantia-Revista de Cultura» Vol. XI, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho 1991.
- COSTA, António Luís Pinto da – *A Emigração Portuguesa (1871-1930) / Emigração Geral e Emigração Colonial* in «História», Ano XIII n.º 138, Março 1991, pp. 56-75.
- CRUZ, Maria Antonieta – *Do Porto para o Brasil: A Outra Face da Emigração Oitocentista à Luz da Imprensa Portuense* in «Revista de História» n.º 11, pp. 185-192.
- Eco, Umberto – *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1980 (Biblioteca de Textos Universitários, n.º 41).

- FERNANDES, Altina – *A Imigração em França / Alguns Aspectos* in «Brigantia – Revista de Cultura» Vol. X, n.º 3, Julho-Setembro, 1990, pp. 137-142.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho – *A Classificação Sócio-Profissional: Uma Questão em Aberto* in «Revista População e Sociedade» n.º 1, 1995, pp. 177-208.
- FLOUD, Roderick – *Métodos Cuantitativos para Historiadores*, Madrid, Alianza Editorial, 3.ª Edição, 1983.
- HENRY, LOUIS – *Manual de Demografia Histórica / Técnicas de Análisis*, Barcelona, Editorial Crítica, 1983 (Crítica/História n.º 26).
- *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1.ª Edição, 1988.
- JUSTINO, David – *Preços e Salários em Portugal (1850-1912)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1989.
- LARANJO, José Frederico – *Theoria Geral da Emigração e sua Aplicação a Portugal*, Tomo I, Coimbra, Imprensa Litterária, 1878.
- LEITE, Joaquim da Costa – *Informação ou Propaganda? Parentes, Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, n.º 12), pp. 98-107.
- LOPES, Maria Teresa Braga Soares – *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea Apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- *Correntes de Opinião Pública e Emigração Legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)* in «Revista População e Sociedade», n.º 1, 1995, pp. 209-231.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira – *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 3.ª Edição, 1980 (Coleção Horizonte, n.º 13).
- *História de Portugal Vol. III (Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias)*, Lisboa, Palas Editora, 3.ª Edição, 1986.
- *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981 (Imprensa Universitária, n.º 21).
- *Nova História de Portugal, Vol. XI, Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1.ª Edição, 1991.
- *Estudos sobre Portugal no Século XX*, in Separata «O Tempo e o Modo», n.ºs 62-63, Julho/Agosto, 1968
- MATOS, Maria Izilda Santos de – *Estratégias de Sobrevivência. A Imigração Portuguesa e o Mundo do Trabalho. São Paulo 1890-1930* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, n.º 12), pp. 218-237.
- MATTOSO, José – *História de Portugal, vol. 6 – A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa, s/d.
- MENDES, Isabel Maria Ribeiro e CORREIA, José Manuel – *Estratos Sociais e Níveis Culturais / Os Emigrantes Portugueses no Século XIX* in «História», Ano 13, n.º 134, Novembro 1990, pp. 37-41.
- *Filantropismo Emigrante durante o Século XIX* in «História», Ano XIII, n.º 137, Fevereiro 1991, pp. 75-82.
- MIRANDA, Sacuntala de – *A População Portuguesa no Século XX: Ensaio de Demografia Histórica* in «Ler História» n.º 18, 1990, pp. 51-81.
- *Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, n.º 12), pp. 47, 62.

- NAZARETH, Joaquim Manuel – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1.ª Edição, 1988 (Coleção Métodos n.º 27).
- *O Efeito da Emigração na Estrutura de Idades da População Portuguesa*, in «Análise Social» XII, n.º 46, 1976, pp. 315-362.
- *A Demografia Portuguesa no Século XX: Linhas de Evolução e Transformação*, in «Análise Social», vol. XII, n.º 87-89, 1985, pp. 963-980.
- NETO, Felix – *A Migração Portuguesa Vivida e Representada, Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986 (Série Migrações/ /Psicologia).
- PARIS, Manuel da Rocha – *Emigração Portuguesa (Aspectos)*, Porto, Livraria Portugalá, 1944.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981 (Biblioteca de História, n.º 10).
- *Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)* in «Emigração/Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)», Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993 (Coleção Estudos, n.º 12), pp. 9-16.
- *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1.ª Edição 1992 (Coleção Trajectos, n.º 17).
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1984 (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, n.º 6).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, Vol. XI, A Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.
- *História de Portugal, Vol. XII, A Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1990.
- *Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa*, in «Análise Social», 8, n.º 32, 1970, pp. 597-617.
- SERRÃO, Joel – *Emigração* in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 363-373.
- *A Emigração Portuguesa – Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, 4.ª Edição, 1982 (Coleção Horizonte, n.º 12).
- *Testemunhos Sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- SILVA, Fernando Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio Livreiros Editores, 1917.
- TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes / Estudo Geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª Edição, 1987 (Coleção Espaço e Sociedade, n.º 6).

NOTAS

¹ MARQUES, Oliveira – *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, p. 569.

² SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, p. 34.

³ MIRANDA, Sacuntala de – *Emigração e Fluxo de Capital (1870-1914)* in «Emigração/Imigração em Portugal», p. 47.

- ⁴ LOPES, Maria Teresa Braga Soares – Correntes de Opinião Pública e Emigração Legal no Distrito de Aveiro in «População e Sociedade», n.º 1 - 1995, p. 209.
- ⁵ *Censo da População de Portugal 1920*, p. XII.
- ⁶ TABORDA, Vergílio – Alto Trás-os-Montes, p. 132.
- ⁷ *Idem* – Alto Trás-os-Montes, pp. 20, 21.
- ⁸ *Idem, Ibidem*, p. 112.
- ⁹ *Idem, Ibidem*, p. 120.
- ¹⁰ Miranda, Sacuntala de – *Emigração e Fluxos de Capital (1870-1914)* in «Emigração/Imigração em Portugal», p. 50.
- ¹¹ ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Destinos*, p. 133.
- ¹² PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 8.
- ¹³ LEITE, Joaquim da Costa – *Informação ou Propaganda? Parentes, Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista* in «Emigração/Imigração em Portugal», p. 101.
- ¹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern – *Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)* in «Emigração/ Imigração em Portugal», pp. 10, 11
- ¹⁵ SILVA, Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, p. 161.
- ¹⁶ PARIS, Manuel da Rocha – *A Emigração Portuguesa (Aspectos)*, p. 7.
- ¹⁷ ALVES, Jorge – *Os Brasileiros*, p. 179.
- ¹⁸ *Idem, Ibidem* – *Os Brasileiros*, p. 185.
- ¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 185.
- ²⁰ PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 28.
- ²¹ ALVES, Jorge – *Os Brasileiros*, pp. 188, 189.
- ²² FERNANDES, Paula Guilhermina – *A Classificação Sócio-Profissional: Uma Questão em Aberto* in «População e Sociedade», n.º 1 de 1995, p. 183.
- ²³ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, p. 145.
- ²⁴ SILVA, Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, p. 159.
- ²⁵ ALVES, Jorge – *Os Brasileiros*, p. 197.
- ²⁶ *Idem, Ibidem* – *Os Brasileiros*, p. 213.
- ²⁷ *Boletim de Emigração* – n.ºs 3 e 4 Julho a Dezembro 1922, p. 69.
- ²⁸ MENDES, Isabel Maria; CORREIA, José Manuel – *Os emigrantes portugueses do século XIX* in «História», n.º 134 – Novembro de 1990, p. 37.
- ²⁹ *Idem, Ibidem* – p. 37.
- ³⁰ BAGANHA, Ioannis – *Interesses Colectivos Versus Interesses Individuais: A Política Americana de Imigração, 1776-1927* in «Emigração/Imigração em Portugal», p. 34.
- ³¹ *Boletim de Emigração* – n.ºs 2 e 3 Janeiro-Junho 1920, p. 40.
- ³² *Boletim de Emigração* – n.ºs 3 e 4 Julho-Dezembro 1922, p. 79.
- ³³ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, p. 87.
- ³⁴ *Boletim de Emigração* – n.ºs 2 e 3 Janeiro-Junho 1920, p. 36.
- ³⁵ COSTA, António Luís Pinto – *Emigração Geral e Emigração Colonial* in «História», Ano XIII, n.º 138, Março 1991, p. 73.

- ³⁶ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, pp. 56, 57.
- ³⁷ *Boletim de Emigração* – n.os 1, 2, 3, Janeiro-Setembro 1924, p. 4.
- ³⁸ MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. 6, p. 588.
- ³⁹ SILVA, Emygdio da – *A Emigração Portuguesa*, p. 271.
- ⁴⁰ ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, p. 18.
- ⁴¹ PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 15.
- ⁴² *Boletim de Emigração* – n.º 1 Outubro a Dezembro 1919, p. 10.
- ⁴³ *Boletim de Emigração* – n.ºs 2 e 3 Janeiro a Junho 1920, pp. 41, 42.
- ⁴⁴ SILVA, Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, p. 11.
- ⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 132.
- ⁴⁶ ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, p. 73.
- ⁴⁷ PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 29.
- ⁴⁸ *Boletim de Emigração* – n.ºs 1 e 2 Janeiro a Junho 1922, p. 3.
- ⁴⁹ TABORDA, Vergilio – *Alto Trás-os-Montes*, p. 134.
- ⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. XII, p. 250.
- ⁵¹ CEPEDA, Francisco – *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, p. 427.
- ⁵² ALVES, Jorge – *Os Brasileiros*, p. 123.

ÊXODO RURAL E DESERTIFICAÇÃO HUMANA

O CASO DE UMA FREGUESIA DO ALENTEJO CENTRAL

Esmeralda Pinto Correia

ABSTRACT

The study of rural depopulation has changed considerably in recent years. In remote isolated areas, like São Bento de Ana Loura, most communities have experienced a loss of population by outward migration during the present century. The countryside cannot be preserved as some sort of monument to the past, but the scale of recent changes means that the conflicting demands now being placed upon it will require very careful planning and integrated management schemes in order to achieve the fullest benefits for the greatest number of people.

This way, the purpose this article while first analytic exercise of the approachment of rural depopulation and human desertification in a rural community of the Alentejo Central is to make known the demography, economic, social and cultural changes, provided of that natural decrease is not compensated for by a positive net migration balance and a reduction in the number of rural residents. In others words, the main cause of rural depopulation in São Bento de Ana Loura is the outward migration of large numbers of the rural residents, that has engrave in a table where in a table where the very problems bring face to face that is urgent solve.

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se num projecto mais vasto que conduziu à elaboração de um estudo de natureza académica¹. Não pretendemos fazer uma apresentação resumida de todas as partes que constituem o trabalho mas apenas organizar algumas das temáticas apresentadas de modo a dar ao presente artigo uma unidade própria.

A problemática do êxodo rural e da desertificação humana tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir uma relevância cada vez maior no contexto das grandes questões que actualmente preocupam a comunidade científica, os políticos e a sociedade em geral. Só que, as implicações sociais dramáticas desse processo na gestão e no planeamento de determinadas áreas do interior do nosso país, não são tidas em conta.

Na realidade, os últimos decênios vieram acentuar de forma desigual, o processo de abandono dos espaços rurais portugueses. Recorrendo às palavras de Carminda Cavaco, diríamos que, «o progressivo despovoamento do mundo rural levou a cair no abandono lugares onde antes fermentou vida, conduziu ao desaparecer de parte essencial da memória constitutiva da identidade portuguesa. Os nossos dias viram morrer povoados que perduravam há séculos, assistiram ao arrastar de populações para a periferia suburbana, onde o sentimento de vizinhança e as suas solidariedades próprias se diluem, olharam, quase indiferentes, o vazio do anonimato e do ermamento. (...) O caminho do desen-

volvimento que revivifique essa parcela dormente do nosso país é um itinerário longo, que partindo do conhecimento das causas e circunstâncias, desenvolva a estrutura microempresarial, active os serviços de proximidade, cuide dos patrimónios construídos e ambientais»².

Na impossibilidade física e material de alargar o estudo a toda uma região, e admitindo como hipótese de trabalho que a estrutura fundiária constitui uma das principais causas do fenómeno do êxodo rural, por impedir o apego à terra a um campesinato que se sente desenraizado na sua própria casa, elegemos como campo de investigação uma freguesia rural alentejana pertencente ao concelho de Estremoz – a freguesia de São Bento de Ana Loura. O estudo que nos propomos realizar sobre São Bento de Ana Loura, onde a desertificação humana e o envelhecimento da população são evidentes, derivou de um contacto frequente com esta realidade e da constatação empírica de que as consequências futuras da situação demográfica em que se encontra a freguesia são tendencialmente previsíveis: tratar-se-á, a curto prazo, da sua extinção como freguesia. No presente, essas consequências são também imagináveis; a comunidade está a perder as suas referências culturais por já pouco restar dela, os mais idosos, que conservam na memória a riqueza de um passado vivido em comum, estão isolados e dependentes.

A opção feita pelo estudo desta freguesia teve ainda em consideração três grupos fundamentais de razões: o declínio demográfico, devido à volumosa perda de população durante as últimas décadas, escassa ou nula capacidade de renovação de gerações e baixa densidade demográfica provocada pelo êxodo rural; a inexistência de actividades económicas complementares, que garantindo rendibilidade aos possíveis investimentos, incorporariam ao mesmo tempo maior diversificação e especialização com força e solidez suficientes para iniciar um processo de desenvolvimento endógeno e; a de permitir o estudo das atribuições e competências da Junta de Freguesia face à problemática do desenvolvimento local, das iniciativas que têm vindo a ser tomadas, quando explícita e intencionalmente se orientam para a promoção do desenvolvimento local, nomeadamente quando orientadas para a procura de respostas para a especificidade dos problemas que afectam a freguesia e a vida dos seus habitantes.

Antes de prosseguirmos cumpre, ainda, por razões de rigor científico, dedicar alguma atenção à metodologia seguida na elaboração deste trabalho. Na fase inicial procedeu-se, em primeiro lugar, ao levantamento bibliográfico existente, quer da informação relativa às questões teóricas, que nos permitiu adquirir os conhecimentos básicos não só sobre o problema a investigar, como também sobre as técnicas a utilizar, quer relativamente às questões práticas que conduziram a uma maior aproximação ao tema. A nível das fontes, consultámos os Recenseamentos Gerais da População (Censos 81 e 91) e os Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1968, 1979 e 1989, tendo em vista obter elementos estatísticos de ordem demográfica e agrícola.

Se por um lado, a comparação de dados provenientes de diferentes fontes levou em conta as respectivas diferenças metodológicas relativas a conceitos e métodos de observação, por outro lado, face à morosidade que acarretava e à existência de incompatibilidades várias, ao nível da forma como os dados foram recolhidos ao longo dos vários recenseamentos, evitou-se sempre que possível o recurso a conversões da escala de interpretação quando esta visasse apenas descrições sumárias ou a análise de grandes tendências. O processo de reagrupamento da informação estatística somente foi executado para elaboração de quadros síntese ou no que estritamente se relacionasse

com a freguesia de estudo e o seu contexto concelhio, já que estes careciam de uma observação mais atenta, exacta e discriminada.

Para além das insuficiências na recolha da informação, imperfeições e incorrecções nos levantamentos censitários, importa ainda mencionar a ausência de informação e a indisponibilidade de boa parte dos resultados dos Recenseamentos Gerais da População e das Estatísticas Agrícolas, dos quais por vezes apenas foi possível obter alguma informação desagregada até ao nível concelhio e salvo raras excepções ao nível da freguesia, com o acesso aos dados não publicados. Assim sendo, ficaram por analisar dados referentes à estrutura etária dos habitantes da freguesia (elementos demográficos mais detalhados como a repartição da população por grupos quinquenais e mesmo alguns indicadores importantes de caracterização geral, como os valores das migrações, interna e externa) ficando igualmente por conhecer elementos fundamentais sobre as explorações agrícolas (mão-de-obra agrícola, principais culturas agrícolas e técnicas culturais).

Na segunda fase deu-se início ao método de pesquisa que viria a estar presente ao longo de toda a investigação – o método da observação participante. A estadia na freguesia de São Bento de Ana Loura decorreu entre 1995 e 1997 por períodos de curta duração, tendo-se actuado segundo vários procedimentos:

- a) *Observação participante* orientada numa perspectiva tanto extensiva como intensiva;
- b) *Entrevistas qualitativas, informais, focalizadas e parcialmente estruturadas*, onde o informante dispôs de liberdade para expor as suas ideias, o que foi extremamente útil para se chegar ao «fundo» de complexos acontecimentos e situações sociais em São Bento de Ana Loura;
- c) Aplicação de um conjunto de questões que, sob a forma de *inquérito*, teve por finalidade para além do correcto e pormenorizado conhecimento das características fundamentais dos elementos humanos que constituem a comunidade local, proceder a uma análise de interesses, sentimentos, atitudes e comportamentos da população, de modo a permitir completar a informação obtida pela observação participante;
- d) Finalmente foram ainda elaboradas *entrevistas, realizadas oralmente*, sobre as intervenções implementadas ou a implementar para a promoção do desenvolvimento local e fixação das populações, as quais foram aplicadas aos responsáveis pelos órgãos de poder local.

2 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE UM ESPAÇO RURAL: São Bento de Ana Loura

2.1 – Introdução

Características como os aspectos físicos, demográficos e sócio-económicos constituem elementos preciosos de informação para o entendimento de determinados acontecimentos, numa dada comunidade. Porque interdependentes, estes aspectos funcionam, de uma maneira geral, como sujeito e objecto, sendo simultaneamente causa e consequência dos fenómenos de êxodo rural e desertificação humana, que ocorrem na freguesia de São Bento de Ana Loura. Esta regista, com todo o Alentejo, um

acentuado fluxo migratório para o exterior de população em idade activa, o que implica o agravamento da desertificação humana e o envelhecimento estrutural da população residente, resultando esta situação em crescimentos naturais negativos e na incapacidade de reposição da sua base populacional.

Trata-se, portanto, da necessidade de apreender a realidade como um todo e desse modo a entender e analisar. Neste sentido, aludir sempre que possível ou se ache necessário a alguns dos aspectos físicos, à evolução demográfica e sócio-económica concelhia e regional e recorrer a incursões teóricas e históricas ajudará, é de crer, a melhor situar o estudo predominantemente sincrónico da freguesia de São Bento de Ana Loura.

São Bento de Ana Loura, uma das 13 freguesias que hoje integram o concelho de Estremoz, confina com quatro freguesias do seu próprio concelho (Veiros, São Bento do Cortiço, São Lourenço de Mamporcão e São Domingos de Ana Loura) e com o vizinho concelho de Borba. Os primeiros elementos demográficos que possuímos sobre São Bento de Ana Loura reportam-se à segunda metade do século XVIII, são eles o testemunho do seu pároco, João José de Oliveira, que nas Memórias Paroquiais de 1758 informa:

«Tem esta freguezia sincoenta fogos que comprehendem duzentas e vinte seis pessoas de sacramento».

Mais adiante escreve que:

«Tem esta freguezia duas ribeiras, a saber huã chamada de Anna Loura e outra chamada de Alcaraviça. Destas duas ribeiras, huã, chamada a de Anna Loura, corre todo o anno e he de seu nascimento caudeloza; e a outra, chamada de Alcaraviça, de ordinario secca os mais dos annos no tempo de verão. (...) São as margens destas duas ribeiras bastante cultivadas e ha nellas varios pomares de frutos. (...) Tem a ribeira chamada de Anna Loura, no dstricto desta freguezia, onze azenhas e hum pizão»³.

Já na segunda metade deste século, em 1956, Joaquim Vermelho refere, «em toda a freguesia, mais de cento e vinte famílias. É das menos populosas do concelho, mas não será das menos ricas, sendo até das que poderão vir a ter enormes possibilidades de regadio, dada a existência de esplêndidos caudais de água que um dia venham a ser aproveitados totalmente, e que, ainda assim, no seu percurso de mais de 4 Km da nascente até aos termos da freguesia, vem pródiga e benéfica espalhando trabalho, alegria e pão – quer semeando e alentando hortas, quer movendo azenhas, algumas velhas de séculos»⁴.

O *habitat* na freguesia tem as características gerais do Alentejo: disperso por vários «montes», sendo alguns constituídos por seis ou mais habitações, enquanto outros se encontram completamente isolados, isto é, sem vizinhos próximos. Em São Bento de Ana Loura é possível observar pequenos aglomerados aqui e ali, bem como enormes manchas de herdades que assinalam a presença em tempos remotos de importantes casas de lavoura, das maiores do concelho de Estremoz. Em torno dos núcleos habitacionais é possível observar a existência de grandes extensões de terrenos de cultivo polvilhadas pelo característico monte alentejano e de um conjunto de edificações de apoio à actividade agrícola: grande número de telheiros, palheiros, currais, galinheiros e

armazéns, bem como de diversos utensílios agrícolas (tratores, alfaias agrícolas, etc.) que conferem uma ilusória dimensão da actividade agrícola na freguesia.

As construções são de pedra extraída na própria freguesia, encontrando-se aqui importantes sinais da presença árabe. Em termos de arquitectura, são características as pequenas casas, de um só piso que se destinam exclusivamente à habitação, caiadas de branco, sendo as portas e janelas envolvidas por barras de cores várias. Os tectos são fabricados com ripado de madeira e os telhados invariavelmente cobertos de telha. O chão é revestido com lajes ou mais raramente com tijoleira artesanal. As aberturas das casas para o exterior são escassas, resumindo-se em geral à porta de entrada e uma janela que ilumina uma sala de jantar, encontrando-se aí a lareira.

Dentro do tipo de povoamento em aldeias e montes, São Bento de Ana Loura compartilha plenamente da especificidade do povoamento do Alentejo, traduzindo-se na presença da aldeia de Regis, que actualmente se encontra desabitada, e de diversos montes. Recorrendo às palavras de Orlando Ribeiro sobre a morfologia das aldeias e montes alentejanos, que ilustram perfeitamente a realidade em estudo, diríamos que:

«O monte é um todo, uma unidade, pelos edifícios que se apinham à roda de um pátio interior, (...); pelas acomodações de gados, alfaias campestres, palhas e grãos; pelos animais de criação e de trabalho que asseguram a lavoura e dão o estrume; pelo pessoal permanente que exerce os mais variados mesteres – guarda de herdades, carpinteiro, abegão, sota, boieiros, cozinheiro, amassador, carreiros e ganhões, hortelão, tratador de cavalos, paquete, maioral de ovelhas, porqueiros, vaqueiros, eguariço e cabreiro; pessoal reforçado na época das principais fainas agrícolas com os camaradas de ceifeiros-ratinhos, tosquiadores, mulheres para a monda, a apanha da azeitona e da bolota e ainda outros assalariados, que fazem andar a complicada máquina de uma lavoura importante. Nalguns casos há capela particular, expressão de independência, no campo espiritual como no material, destes agrupamentos humanos»⁵.

Em «Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico» esclarece-se ainda que, «a designação de monte cobre, no Alentejo, desde as casas isoladas de foros ou courelas, correspondentes afinal aos casais da região atlântica, até aos mais complexos assentos de lavoura, com moradas de ganhões e trabalhadores permanentes, abrigos de carros ou tratores, queijaria, residência do lavrador ou feitor, às vezes de andar, e até capela, (...) expressão (...) de uma independência que a lavoura sustentou»⁶.

Para Silva Picão, os montes seriam «as casas de residência nas herdades, que simultaneamente e por via de regra se aplicam também às sedes de lavouras que se exploram nas mesmas herdades»⁷. Tal como Orlando Ribeiro, Silva Picão, reconhece outros tipos de montes, que não os centros de complexas lavouras, de «proporções modestíssimas» e, hoje em dia em ruínas ou habitados por guardas, criados ou ganadeiros. Isto é, restos dos tempos remotos em que, «cada lavrador rendeiro vivia só numa herdade em que semeava pouco e mal» e, em que, todas as herdades «tinham um monte próprio, embora deficientíssimo»⁸.

Nos diversos montes da freguesia, as condições de vida e de conforto contemporâneas parecem não ser as mais adequadas para fixar as populações. Todos os montes da freguesia possuem luz eléctrica desde 1974, data a partir da qual diversas alterações se registaram na vivência dos agregados familiares. As primeiras aquisições de electrodomésticos privilegiaram frigoríficos e arcas frigoríficas em paralelo com aparelhagens, aparelhos de rádio e televisores.

No que respeita à água para consumo doméstico e rega de pequenas hortas anexas às habitações, só o Monte dito das Janelas viu o progresso chegar. Mas, ainda assim, a única inovação foi a de abrir um furo e comprar uma bomba para elevação de água. Esta beneficiação ficou a dever-se à Junta de Freguesia. Depois, distribuíram-se algumas torneiras de saída de água pelo Monte às quais, para efeito de rega, se ligam mangueiras. Anteriormente a população abastecia-se num dos poços pertencentes ao proprietário das terras.

Esta inovação não envolveu a instalação de canalizações para as habitações nem se procedeu à abertura de esgotos. Em consequência, as casas não dispõem de água corrente nem de instalações sanitárias. Únicas excepções são as duas famílias de Lisboa com casa permanente e um jovem casal que aí comprou casa secundária, que do furo existente, fizeram canalização de água, abriram fossas sépticas e construíram casas de banho. Os montes isolados e trazidos à renda, sempre por famílias nucleares, hoje compreendendo apenas o casal, tendo os filhos partido para a cidade ou abandonado a lavoura, possuem em geral furos próprios, embora não disponham de canalizações ou esgotos.

A freguesia de São Bento de Ana Loura encontra-se situada a cerca de 15 Km de distância da sede do concelho, alcançando-se por estrada vicinal através da aldeia de São Lourenço de Mamporcão. Os 15 quilómetros que separam a freguesia da sede do concelho não são percorridos por qualquer meio de transporte público. O único transporte que os liga à cidade de Estremoz é a camioneta que pára a 6 quilómetros de distância na vizinha freguesia de São Lourenço de Mamporcão.

As dificuldades de comunicação com o exterior, dada a inexistência de carreiras de transporte público em São Bento de Ana Loura, constituíram e constituem ainda hoje outro factor de repulsa das populações, dado que são um impedimento efectivo às deslocações dos seus habitantes e aos contactos regulares mantidos com o exterior da comunidade, contribuindo para o seu isolamento. Paraphraseando a Presidente da Junta de Freguesia, diríamos que: «Felizmente o isolamento preservou algum dos traços culturais desta comunidade, que importa potenciar no quadro de um desenvolvimento sustentável».

2.2 – Volumes, ritmos de crescimento e ocupação do espaço

Em complemento com a análise dos aspectos físicos, povoamento e das condições de habitabilidade, conforto e isolamento em São Bento de Ana Loura, na qual emergiu um primeiro recorte do processo de desertificação na freguesia, é altura de focar a nossa atenção no estudo da dinâmica demográfica da freguesia, com o objectivo de nos apercebermos dos seus aspectos globais, da sua estrutura interna e dos factos que lhe estão subjacentes, e que, de alguma maneira funcionaram como «motores» dessa dinâmica.

Assim, primeiro iremos debruçar-nos sobre os aspectos globais da população, pelo o que serão analisados os seus volumes e ritmos de crescimento, para passarmos em seguida a analisar a distribuição espacial desta população, quer em termos da sua densidade populacional, quer ainda em relação à forma como ela ocupou o espaço, relativo à freguesia, e finalmente analisaremos, ainda, as transformações operadas na estrutura etária dessa população.

Neste ponto procurar-se-á, por um lado, estabelecer os principais vectores, passados, presentes e futuros de evolução e caracterização da população e, por outro

lado, reunir elementos que contribuam para aprofundar o conhecimento do processo de êxodo rural e desertificação humana na realidade em estudo, pois através de uma visão esclarecida dos aspectos essenciais que caracterizam a população local torna-se mais fácil entender as implicações que esses mesmos processos produzem nos domínios do económico, do social e do político. A exposição que aqui se inicia reveste-se, assim, de alguma importância para a compreensão da evolução da população e dos seus principais indicadores demográficos, sempre que possível adequadamente contextualizados a nível concelhio e regional.

A freguesia de São Bento de Ana Loura insere-se numa região com características de regressão demográfica. Com efeito, à escala regional, a leitura do Quadro I mostra-nos que, o Alentejo Central apresentou, entre 1981 e 1991, tendência para a regressão demográfica, traduzida no decréscimo absoluto de 7 264 habitantes, correspondente à taxa de variação percentual de - 4,0 %. Esta evolução negativa constitui, quanto a nós, um sinal claro dos problemas que afectam a estrutura económica regional.

Num território com crescente desemprego, fruto da racionalização produtiva das grandes explorações e do insuficiente tecido transformador, a migração surge como possível via para resolver carências mais ou menos graves ao nível dos rendimentos familiares. Neste contexto é de assinalar o facto de apenas os Concelhos de Évora e Vila Viçosa terem registado taxas de variação percentual positivas (+ 4,2 % e + 6,1 %, respectivamente).

QUADRO I – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS DO ALENTEJO CENTRAL, 1981-1991

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIÇÃO PERCENTUAL 1981-1991	PESO PERCENTUAL	
	1981	1991		1981	1991
Alandroal	8 124	7 347	- 9,6	4,5	4,2
Arraiolos	8 883	8 207	- 7,6	4,9	4,8
Borba	8 813	8 254	- 6,3	4,9	4,8
Estremoz	18 073	15 461	- 14,5	10,0	8,9
Évora	51 572	53 754	+ 4,2	28,6	31,0
Montemor-o-Novo	20 210	18 632	- 7,8	11,2	10,8
Mourão	3 487	3 273	- 6,1	1,9	1,9
Portel	8 306	7 525	- 9,4	4,6	4,3
Redondo	8 444	7 948	- 5,9	4,7	4,6
Reguengos de Monsaraz	11 642	11 401	- 2,1	6,5	6,6
Sousel	7 259	6 150	- 15,3	4,0	3,6
Vendas Novas	10 933	10 476	- 4,2	6,1	6,0
Viana do Alentejo	6 188	5 720	- 7,6	3,4	3,3
Vila Viçosa	8 546	9 068	+ 6,1	4,7	5,2
Alentejo Central	180 480	173 216	- 4,0	100,0	100,0

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981 e 1991.

O Concelho de Estremoz, aparentemente dotado duma estrutura económica mais sólida, pela presença de um sector extractivo em grande desenvolvimento, registou perdas significativas de população (- 14,5 %). A causa da evolução negativa do concelho de Estremoz poderá radicar, na nossa opinião, na incapacidade do sistema produtivo em oferecer níveis de emprego em quantidade e qualidade suficientes para fixar os contingentes populacionais jovens⁹. Ao nível da estrutura populacional regional, o concelho de Évora assume um peso particularmente relevante dado que em 1991 mais de 30 % dos efectivos do Alentejo Central residiam naquele município, desenhando-se, portanto, um padrão desequilibrado de distribuição populacional.

O concelho de Estremoz que, em 1900, apresentava um total populacional de 16 235 habitantes, atinge em 1981 os 18 073 habitantes. De acordo com os resultados definitivos do XII Recenseamento Geral da População, o quantitativo populacional é em 1991 de 15 461 habitantes¹⁰.

QUADRO II – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ESTREMOZ, 1900-1991

FREGUESIAS	ANOS									
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Arcos	981	1 830	1 974	2 171	1 746	1 837	1 751	1 386	1 559	1 488
Santa Maria	2 108	2 760	2 908	3 179	3 856	4 477	4 565	4 280	5 094	4 744
Santo André	5 402	5 512	5 683	5 985	6 159	6 291	5 557	5 133	4 281	3 293
Évoramonte	1 196	1 320	1 466	1 560	1 864	1 913	1 819	1 170	984	732
Glória	1 035	1 811	2 014	2 137	1 423	1 546	1 527	1 092	891	769
Santa Vitória do Ameixial	581	711	661	594	844	882	930	736	654	510
Santo Estêvão	411	—	—	—	553	496	485	293	200	148
S. Bento do Ameixial	665	—	—	—	971	1 027	893	685	599	545
S. Bento de Ana Loura	394	480	505	464	570	502	420	266	117	61
S. Bento do Cortiço	588	1 166	1 176	1 440	1 064	1 079	1 127	865	847	751
S. Domingos de Ana Loura	648	—	—	—	820	771	755	608	535	463
S. Lourenço de Mamporcão	723	720	892	846	1 056	1 090	973	742	676	638
Veiros	1 503	1 832	1 911	2 174	2 446	2 577	2 399	1 966	1 636	1 319
Total do concelho	16 235	18 142	19 190	20 550	23 372	24 488	23 201	19 222	18 073	15 461

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

Numa primeira análise dos valores apresentados no Quadro II verifica-se que a população do Concelho é hoje inferior à que existia em 1900 (menos 774 habitantes). A evolução demográfica do Concelho conhece, entre 1900 e 1991, ritmos de crescimento bem diferentes, sendo possível estabelecer duas fases fundamentais na evolução da população concelhia, embora com alguma diferenciação no interior de cada uma delas:

- A primeira fase, que decorre de 1900 a 1950 (altura em que o concelho atinge o seu máximo populacional: 24 488 habitantes), caracterizou-se por um crescimento contínuo da população (50,8 %). Dentro desta primeira fase, o aumento mais significativo registou-se na década de 30 (13,73 %).

- Na segunda fase, entre 1950 e 1991, o concelho perde sempre população por saída de gente para outras regiões do país, com destaque para a área Metropolitana de Lisboa e para o estrangeiro) havendo uma quebra de cerca de 9 000 habitantes (correspondente a um decréscimo de – 36,9 %). Este decréscimo foi sobretudo acentuado na década de 60 (com – 17,15 %), mas continuou, embora com taxas de diminuição mais moderadas, na década seguinte (– 5,98 %), voltando a uma tendência decrescente, próxima da dos anos 60, na última década (– 14,45 %), o que não evidencia uma tendência para a estabilização, fazendo antever, pelo contrário, a continuidade do processo de abandono – resultado de saldos fisiológicos negativos e da contínua saída de gente.

Descendo a análise à escala da freguesia ¹¹, verifica-se que a quase totalidade das freguesias apresenta um comportamento demográfico semelhante ao descrito para o total do concelho, verificam-se no entanto algumas excepções:

- A freguesia de Santa Maria, que registou sempre aumentos populacionais (com excepção das décadas de 60 e 80) teve um acréscimo apreciável na década de 70;
- E o comportamento da freguesia de Arcos pode também ser considerado diferente do das restantes freguesias do concelho, dado que apesar do pouco volume populacional, tem havido uma certa estabilização, assim como em São Lourenço de Mamporcão, mas em menor grau.

Os elementos estatísticos, obtidos através dos Recenseamentos Gerais da População e indicados no quadro II, julgamos serem bem esclarecedores do processo acelerado de desertificação humana no concelho de Estremoz em geral e na freguesia de São Bento de Ana Loura em particular, corroborados pelo último Recenseamento Geral da População (Resultados Definitivos – Censos 91) cuja variação absoluta e percentual é apresentada em esquema nos quadros III e IV. Apresentam-se ainda os Gráficos 1 e 2, que comparam a evolução da população residente no concelho e na freguesia, de 1900 a 1991.

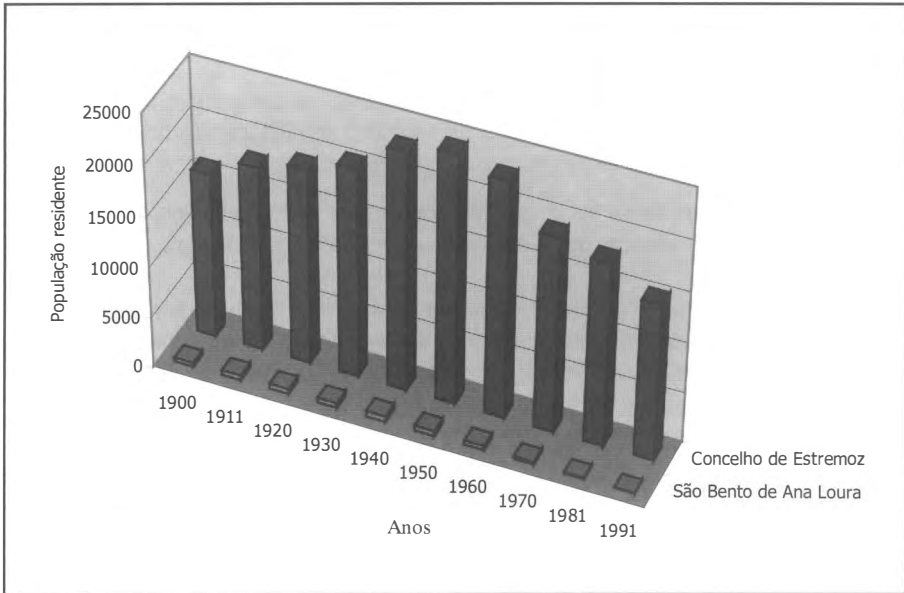
Tendo por referência as percentagens de acréscimo e de decréscimo populacional, nos períodos considerados, constata-se algumas diferenciações quanto à dinâmica demográfica em cada uma das freguesias. Entre 1940 e 1950, todas as freguesias registaram acréscimos populacionais, com excepção de Santo Estevão, São Bento de Ana Loura e São Domingos de Ana Loura. Na década de 50-60, apenas registaram aumento três freguesias: Santa Maria, Santa Vitória do Ameixial e São Bento do Cortiço. Em 60-70, período de maior fluxo emigratório, registou-se um decréscimo populacional em todas as freguesias, incluindo as urbanas (Santa Maria e Santo André).

Na década de 70, só as freguesias de Arcos e de Santa Maria apresentaram acréscimos populacionais. E finalmente, na última década, de novo, todas as freguesias registaram um decréscimo demográfico. Importa no entanto salientar que, se a diminuição do número de efectivos, no período de 1981 a 1991, atingiu todas as freguesias do concelho, foi a freguesia de São Bento de Ana Loura que viu, de uma forma mais intensa, diminuir o seu número de efectivos e, em 1991 só tem cerca de 52,1 % dos que tinha em 1981.

Retomando a nossa análise dos dados apresentados no quadro II, a nível da freguesia constata-se que as «hemorragias» demográficas, observadas em São Bento de Ana Loura, começaram a fazer-se sentir com maior premência no decorrer da

década de 50-60 (502 indivíduos em 1950 e 420 em 1960). Importa salientar que, foi precisamente nesse período, que se iniciou a mecanização da agricultura com a introdução das primeiras ceifeiras-debulhadoras na região. A falta de empregos locais alternativos à agricultura e a ausência de um ambiente propício à fixação da população mais jovem estimularam o êxodo rural.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ESTREMOZ E NA FREGUESIA DE SÃO BENTO DE ANA LOURA, DE 1900 A 1991



O surto demográfico verificado nos anos 30-40 (de 464 indivíduos em 1930 para 570 indivíduos em 1940) agravou a situação de instabilidade de trabalho e a pobreza acentuou-se. Supomos que esta poderá ser mais uma das explicações para o surto migratório, que fez baixar drasticamente o número de habitantes a partir da década de 60. De 1960 até à actualidade, a diminuição da população dá-se numa forma vertiginosa, visto que de 420 indivíduos, residentes em 1960, restam 61 habitantes em 1991 e apenas 46 em 1997.

Pelos valores dos quadros III e IV verificamos que, de 1981 a 1991 a variação da população em São Bento de Ana Loura é de $-47,86\%$ (-56 habitantes). A freguesia mais próxima de São Bento de Ana Loura, e que apresenta uma taxa de variação de população mais baixa, é a freguesia de São Lourenço de Mamporcão ($-5,62\%$). Esta apresenta-se «relativamente» florescente (relativamente porque todas as freguesias do concelho sofreram quebras de efectivos de acordo com o Censos 91, incluindo São Lourenço de Mamporcão com -38 habitantes), tendo uma elevada percentagem de população jovem residente, a grande maioria com empregos no sector terciário das vilas e cidades vizinhas e, com uma profusão do pequeno comércio local. Perante tudo isto, não se registam, pelo menos em termos drásticos, tendências migratórias capazes de produzir verdadeiras «hemorragias» demográficas, à semelhança do que acontece em São Bento de Ana Loura.

QUADRO III – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS (Valores absolutos)

FREGUESIAS	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO								
	00-11 Anos	11-20 Anos	20-30 Anos	30-40 Anos	40-50 Anos	50-60 Anos	60-70 Anos	70-81 Anos	81-91 Anos
Arcos	849	144	197	- 425	91	- 86	- 365	173	- 71
Santa Maria	652	148	271	677	621	88	- 285	814	- 350
Santo André	110	171	302	174	132	- 734	- 424	- 852	- 988
Évoramonte	124	146	94	304	49	- 94	- 649	- 186	- 252
Glória	776	203	123	- 714	123	- 19	- 435	- 201	- 122
Santa Vitória do Ameixial	130	- 50	- 67	250	38	48	- 194	- 82	- 144
Santo Estêvão	(a)	(a)	(a)	(a)	- 57	- 11	- 192	- 93	- 52
S. Bento do Ameixial	(b)	(b)	(b)	(b)	56	- 134	- 208	- 86	- 54
S. Bento de Ana Loura	86	25	- 41	106	- 68	- 82	- 154	- 149	- 56
S. Bento do Cortiço	578	10	264	- 376	15	48	- 262	- 18	- 96
S. Domingos de Ana Loura	(c)	(c)	(c)	(c)	- 49	- 16	- 147	- 73	- 72
S. Lourenço de Mamporcão	- 3	172	- 46	210	34	- 117	- 231	- 66	- 38
Veiros	329	79	263	272	131	- 178	- 433	- 330	- 317
Total do concelho	1 907	1 048	1 360	2 822	1 116	- 1 287	- 3 979	- 1 149	- 2 612

(a) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de S. Bento do Cortiço. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

(b) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia da Glória. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

(c) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de Arcos. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

QUADRO IV – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS (Valores percentuais)

FREGUESIAS	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO								
	00-11 Anos	11-20 Anos	20-30 Anos	30-40 Anos	40-50 Anos	50-60 Anos	60-70 Anos	70-81 Anos	81-91 Anos
Arcos	86,54	7,87	9,98	- 19,58	5,21	- 4,68	- 20,85	12,48	- 4,55
Santa Maria	30,93	5,36	9,32	21,30	16,10	1,97	- 6,24	19,02	- 6,87
Santo André	2,04	3,10	5,31	2,91	2,14	- 11,67	- 7,63	- 16,60	- 23,08
Évoramonte	10,37	11,06	6,41	19,49	2,63	- 4,91	- 35,68	- 15,90	- 25,61
Glória	74,98	11,21	6,11	- 33,41	8,64	- 1,23	- 28,49	- 18,41	- 13,69
Santa Vitória do Ameixial	22,38	- 7,03	- 10,14	42,09	4,50	5,44	- 20,86	- 11,14	- 22,02
Santo Estêvão	(a)	(a)	(a)	(a)	- 10,31	- 2,22	- 39,59	- 31,74	- 26,00
S. Bento do Ameixial	(b)	(b)	(b)	(b)	5,77	- 13,05	- 23,29	- 12,55	- 9,02
S. Bento de Ana Loura	21,38	5,21	- 8,12	22,84	- 11,93	- 16,33	- 36,67	- 56,02	- 47,86
S. Bento do Cortiço	98,30	0,86	22,45	- 26,11	1,41	4,45	- 23,25	- 2,08	- 11,33
S. Domingos de Ana Loura	(c)	(c)	(c)	(c)	- 5,98	- 2,08	- 19,47	- 12,01	- 13,46
S. Lourenço de Mamporcão	- 0,41	23,89	- 5,16	24,82	3,22	- 10,73	- 23,74	- 8,89	- 5,62
Veiros	21,89	4,31	13,76	12,51	5,36	- 6,91	- 18,05	- 16,79	- 19,38
Total do concelho	11,75	5,78	7,09	13,73	4,77	- 5,26	- 17,15	- 5,98	- 14,45

(a) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de S. Bento do Cortiço. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

(b) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia da Glória. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

(c) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de Arcos. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

A estrutura fundiária em São Lourenço de Mamporcão nunca foi a de grande propriedade. Parte considerável dos seus habitantes possuem olivais e hortas relativamente extensos nos arredores da vila principal, permitindo-lhes, pela prática de uma agricultura a tempo parcial, acumular proventos com empregos noutros sectores. A realidade (passada e presente) da referida freguesia, pressupõe a ausência de laços de dependência e submissão em relação a uma estrutura agrária fechada, situação que contrasta com o que aconteceu em São Bento de Ana Loura. Tal facto parece demonstrar que, sempre que a estrutura fundiária o permite, o homem liga-se à terra, cujo elo poderá actuar como travão aos grandes surtos migratórios. Neste sentido, será lícito dizer que, as diferentes estruturas fundiárias em que assentam estes dois grupos vizinhos, parecem bem esclarecedoras de percursos de desenvolvimento tão diversos.

QUADRO V – VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA ANUAL POR FREGUESIA (%)

FREGUESIAS	VARIAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO								
	00-11 Anos	11-20 Anos	20-30 Anos	30-40 Anos	40-50 Anos	50-60 Anos	60-70 Anos	70-81 Anos	81-91 Anos
Arcos	5,83	0,85	0,96	- 2,16	0,51	- 0,48	- 2,31	1,08	- 0,47
Santa Maria	2,48	0,58	0,89	1,95	1,50	0,19	- 0,64	1,60	- 0,71
Santo André	0,18	0,34	0,52	0,29	0,21	- 1,23	- 0,79	- 1,64	- 2,59
Évoramonte	0,90	1,17	0,62	1,80	0,26	- 0,50	- 4,32	- 1,56	- 2,92
Glória	5,22	1,19	0,59	- 3,98	0,83	- 0,12	- 3,30	- 1,83	- 1,46
Santa Vitória do Ameixial	1,85	- 0,81	- 1,06	3,58	0,44	0,53	- 2,31	- 1,07	- 2,46
Santo Estêvão	(a)	(a)	(a)	(a)	- 1,08	- 0,22	- 4,91	- 3,41	- 2,97
S. Bento do Ameixial	(b)	(b)	(b)	(b)	0,56	- 1,39	- 2,62	- 1,21	- 0,94
S. Bento de Ana Loura	1,81	0,57	- 0,84	2,08	- 1,26	- 1,77	- 4,46	- 7,19	- 6,31
S. Bento do Cortiço	6,42	0,09	2,05	- 2,98	0,14	0,44	- 2,26	- 0,19	- 1,20
S. Domingos de Ana Loura	(c)	(c)	(c)	(c)	- 0,61	- 0,21	- 2,14	- 1,16	- 1,44
S. Lourenço de Mamporcão	- 0,04	2,41	- 0,53	2,24	0,32	- 1,13	- 2,67	- 0,84	- 0,58
Veiros	1,82	0,47	1,30	1,19	0,52	- 0,71	- 1,97	- 1,66	- 2,13
Total do concelho	1,01	0,63	0,69	1,30	0,47	- 0,54	- 1,86	- 0,56	- 1,55

(a) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de S. Bento do Cortiço. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

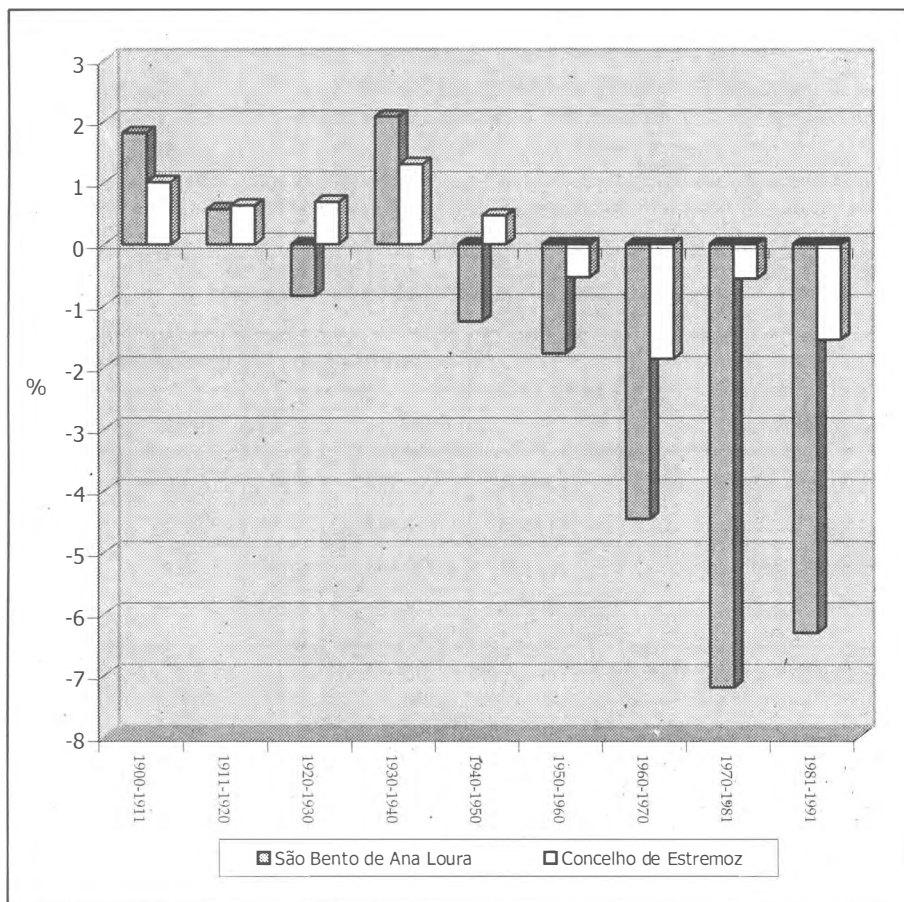
(b) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia da Glória. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

(c) De 1911 a 1930 esteve anexada à freguesia de Arcos. A partir de 1936 passaram a ser freguesias autónomas.

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

Como seria de esperar, também ao nível da evolução do crescimento anual médio, se detectam algumas diferenças entre as várias freguesias do concelho. De 1970 para 1981 a freguesia de São Bento de Ana Loura apresenta o crescimento negativo mais alto (- 7,19 %), e, no período seguinte assiste-se à confirmação dessa tendência, de forma bastante significativa, apesar de todas as freguesias apresentarem, para este período, crescimentos médios negativos. No caso concreto da freguesia em estudo, os valores apresentados no Quadro V permitem-nos afirmar que esta, pura e simplesmente, já não pode perder mais população, sem correr o risco de se «esvaziar» quase completamente.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO NO CONCELHO DE ESTREMOZ E NA FREGUESIA DE SÃO BENTO DE ANA LOURA, DE 1900 A 1991



Ao falarmos de «esvaziamento» é imprescindível observar a evolução da densidade populacional e a forma como a população ocupou o espaço, constituindo vários agregados populacionais de dimensões diversas que, conjuntamente com a evolução da população, possibilitam visualizar a situação que temos vindo a descrever.

Com base nos dados recolhidos relativos à população da freguesia, concelho, Alentejo Central e Continente, bem como das respectivas áreas, foi elaborado o Quadro VI referente à evolução da densidade populacional, no período de 1981 a 1991. Da leitura desse quadro constata-se que, face ao todo nacional, a região do Alentejo Central aparece-nos como um território de reduzida intensidade de ocupação humana. Com efeito, a região do Alentejo Central apresentava em 1981 e 1991 uma densidade populacional pouco elevada, sobretudo quando posta em confronto com os valores globais do continente.

Em 1981 a densidade populacional do Concelho de Estremoz era de 35,2 Hab/Km² e dez anos mais tarde, o valor é de 30,1 Hab/Km². Para este valor concorre sobretudo, a presença de um núcleo urbano importante (a cidade de Estremoz) e de algum dinamismo

económico fundamentalmente ligado à actividade extractiva (mármore). Por seu turno, na década de 80 assistiu-se ao progressivo «esvaziamento» dos pequenos lugarejos e dos montes de grande, média e pequena dimensão, isto é, de áreas afastadas dos aglomerados urbanos e não abrangidas significativamente por migrações pendulares diárias. A população do concelho de Estremoz concentra-se, assim, numa pequena parcela do território (na cidade de Estremoz e em algumas sedes de freguesia) o que indica a existência de uma oposição entre áreas de fraca ocupação humana (a peneplanície que cobre quase todo o território) e espaços de características mais «urbanas», onde os valores da densidade populacional sobem significativamente.

QUADRO VI – DENSIDADE POPULACIONAL, 1981-1991

ÂMBITO GEOGRÁFICO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO		DENSIDADE (HAB/KM ²)	
		1981	1991	1981	1991
Freguesia	26 528	117	61	4,4	2,3
Concelho	513 823	18 073	15 461	35,2	30,1
Alentejo Central	7 228 877	180 480	173 216	25,0	24,0
Continente	88 797 365	9 336 760	9 363 268	105,2	105,5

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981 e 1991.

De entre as 13 freguesias do concelho de Estremoz, São Bento de Ana Loura é aquela que apresenta um menor número de habitantes por unidade territorial. Ocupando uma área com cerca de 26,528 Km², a freguesia em 1991 contava com um total de 61 habitantes, valor bastante inferior ao calculado para princípios do século (394 habitantes), o que demonstra um percurso onde a perda de importância e de vitalidade demográfica foi a pedra de toque. A densidade populacional da freguesia é em 1991 de 2,3 habitantes por Km², o que contrasta com os 30,1 Hab/Km² do concelho. A fim de se obter uma visão retrospectiva sobre a distribuição espacial da população residente na freguesia foi elaborado o Quadro VII que se refere a essa distribuição em 7 momentos distintos (1911, 1940, 1960, 1970, 1981, 1991, 1997).

No caso concreto da freguesia de São Bento de Ana Loura todo o processo de abandono, (até nos apetece dizer de fuga da população) veio contribuir, quase que exclusivamente, para o aumento do número de habitantes/Km² das zonas industriais de Lisboa e Setúbal, com alguns casos de transferência para vilas e cidades próximas da freguesia. É um facto que a freguesia de São Bento de Ana Loura viu perder, de uma forma significativa, os seus efectivos populacionais. No entanto, a diminuição do quantitativo de população residente na área de estudo não é o único indicador a indicar o carácter estruturalmente recessivo da evolução demográfica ocorrida ao longo deste século. As alterações verificadas na composição etária e por sexos dessa mesma população contribuem, ainda que de forma menos objectiva, para acentuar a sua desvitalização, na medida em que lhe vão cerceando a capacidade de se auto-regenerar.

QUADRO VII – POPULAÇÃO POR LUGARES EM SÃO BENTO DE ANA LOURA, 1911-1997

LUGARES	ANOS						
	1911	1940	1960	1970	1981	1991 *	1997
Monte dos Arrabis	**	**	6	**	**	**	**
Monte das Sesmarias	18	**	19	**	**	**	**
Monte Papa Toucinho	**	**	27	16	**	**	**
Azenha do Freixial	**	**	**	**	**	**	2
Freixial	**	**	**	12	**	**	**
Monte das Janelas	40	49	33	46	24	28	13
Monte do Outeiro	25	34	16	10	**	**	2
Monte da Hortinha	**	**	**	**	**	**	2
Monte da Defesa	**	**	**	**	**	**	2
Monte da Caiadinha	**	**	**	**	**	**	10
Monte Pisão dos Panos	**	57	40	34	20	**	5
Monte Novo	**	**	**	**	**	**	5
Monte da Amoreira	**	**	42	14	**	**	3
Aldeia de Regis	**	**	**	12	**	**	**
Outros lugares/isolados	372	433	237	122	73	28	2
Total da Freguesia	455	573	420	266	117	56	46

* Para 1991 apresentam-se os resultados provisórios a nível de lugar, já que os definitivos não apresentam a população com esse nível de desagregação.

** Resultado desconhecido, nulo ou não apurado.

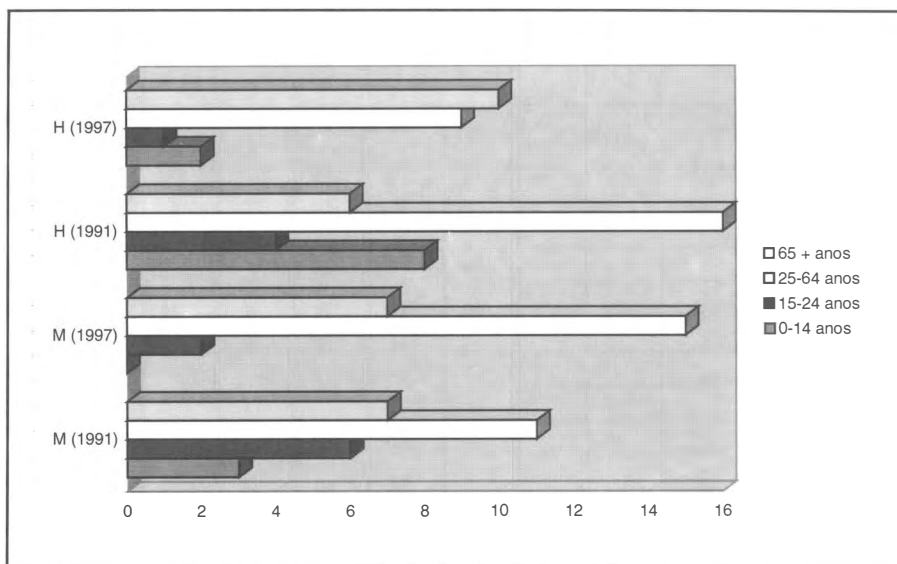
FONTES: CME – «Relatório 2 – Estudos Demográficos», in Plano Director Municipal, CME, Estremoz, 1995; Inquérito à População, 1997.

2.3 – As estruturas demográficas

Como neste estudo importa verificar não tanto o comportamento numérico da população de São Bento de Ana Loura mas e sobretudo, encontrar as causas para esse mesmo comportamento torna-se, assim, indispensável que nos detenhamos na análise da população segundo os prismas da idade e do sexo, dando, agora, protagonismo àqueles que habitam o território, tendo nele a sua residência habitual.

Começando pelo que diz respeito à variável idade, vejamos como se distribuem os efectivos populacionais, separados por sexos, não ao longo da escala etária quinquenal a que é uso para o efeito recorrer, mas sim por grupos de idades. Pela transcrição gráfica dos valores extraídos do Inquérito à População, a imagem que se obtém afasta-se de modo flagrante do clássico formato piramidal, aspecto que, na nossa opinião, é anunciador de vultoso movimento de decréscimo populacional. A incidência deste fenómeno, que atingiu pesadamente a sociedade rural nas últimas décadas e assumiu particular gravidade nos campos do Sul, deixou marcas profundas na população de São Bento de Ana Loura, que podem ser lidas com facilidade na pirâmide de idades. Traduzem-se estas, como seria de esperar, em vincado envelhecimento do grupo local ¹².

GRÁFICO 3 – GRANDES GRUPOS DE IDADES DA POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DE ANA LOURA, EM 1991-1997



FONTE: INE – XIII Recenseamento Geral da População, Censos 91; Inquérito à População, 1997.

Para melhor aquilatar a dimensão do fenómeno de envelhecimento torna-se pertinente comparar a estrutura etária da população da freguesia com a do concelho, da região e a do continente, no período de 1981 a 1991. Os grupos de idade considerados para a elaboração dos «grupos funcionais» são os seguintes: 0-14 anos; 15-64 anos e 65 e mais anos. Esta divisão pareceu-nos a mais indicada para a população em análise, porque, sendo rural, os indivíduos começam a trabalhar mais cedo.

Os valores apresentados no Quadro VIII para São Bento de Ana Loura, aproximam-se dos do concelho e dos do Alentejo Central, afastando-se largamente dos do Continente, seja no que concerne à população idosa (65 e mais anos) seja no respeitante à de jovens (0-14 anos). Na realidade, o que se observa na freguesia, insere-se num quadro mais vasto de envelhecimento da população.

QUADRO VIII – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO, DE 1981 A 1991 (EM %)

ÂMBITO GEOGRÁFICO	ANO 1981			ANO 1991		
	0-14 anos	15-64 anos	≥ 65 anos	0-14 anos	15-64 anos	≥ 65 anos
Freguesia	23,1	59,8	17,1	18,0	60,7	21,3
Concelho	19,0	63,9	17,1	15,1	64,1	20,8
Alentejo Central	20,8	64,2	15,0	17,5	64,1	18,4
Continente	25,5	63,0	11,5	20,0	66,4	13,6

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981 e 1991.

Como se pode observar, nas datas consideradas e ao nível concelhio, a tendência para o duplo envelhecimento da população continua, com a diminuição dos grupos etários «dos 0 aos 14 anos» e o aumento na faixa etária «dos 65 e mais anos», de 19,0 % passou para 15,1 % e de 17,1 % para 20,8 %, respectivamente. Deste modo, bastará acrescentar, para que se fique com uma ideia precisa do grau de envelhecimento da freguesia, que as proporções atingidas por estes dois grupos etários no concelho de Estremoz justificam considerá-lo como um dos concelhos de população «duplamente envelhecida», isto é com alta percentagem de velhos (envelhecimento no topo) e reduzida percentagem de jovens (envelhecimento na base).

Numa análise diacrónica tem-se assistido a um duplo envelhecimento, cuja principal característica é estabelecer um paralelo entre a diminuição do número de jovens e o aumento da percentagem de idosos. Retrato elucidativo desse processo ressalta com nitidez nas pirâmides etárias de 1950, 1960, 1970 e 1981, nas quais se poderá constatar que o envelhecimento da população concelhia é um fenómeno que se faz essencialmente à custa do aumento da proporção de idosos e uma certa diminuição na base, se bem que menos evidente. Se em 1950 a população do concelho é essencialmente jovem e a pirâmide relativamente equilibrada; em 1970, sobretudo devido à emigração, o desequilíbrio é patente. Na pirâmide de 1981 os efeitos da emigração continuam a verificar-se ¹³.

QUADRO IX – VARIAÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO NA FREGUESIA E NO CONCELHO (EM %)

A N O S	0-14 ANOS				15-64 ANOS				65 E + ANOS			
	Freguesia		Concelho		Freguesia		Concelho		Freguesia		Concelho	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1950	**	**	12,9	12,7	**	**	33,3	33,6	**	**	3,0	3,9
1960	**	**	11,1	10,9	**	**	33,9	35,6	**	**	3,9	4,6
1970	**	**	11,3	10,6	**	**	31,1	34,9	**	**	5,3	6,9
1981	13,7	9,4	9,4	9,6	27,3	32,5	30,7	33,5	7,7	9,4	7,6	9,6
1991	13,1	4,9	7,7	7,4	32,8	27,9	31,0	33,1	9,8	11,5	9,3	11,5

** Não nos foi possível calcular estes valores por falta de dados.

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

QUADRO X – ÍNDICES - RESUMO DE ESTRUTURA – FREGUESIA E CONCELHO (EM %)

ÍNDICES RESUMO	A N O S									
	1950		1960		1970		1981		1991	
	Freg.	Conc.	Freg.	Conc.	Freg.	Conc.	Freg.	Conc.	Freg.	Conc.
I.E.	**	29,1	**	42,2	**	64,1	88,9	90,8	114,3	132,4
R.S.	**	1,7	**	1,4	**	0,96	0,38	0,76	0,89	0,75
I.D.J.	**	38,3	**	31,7	**	33,1	38,6	29,8	29,7	23,5
I.D.I.	**	10,5	**	12,2	**	18,6	28,6	26,9	35,1	32,4
I.D.T.	**	48,8	**	43,9	**	51,6	67,1	56,6	64,9	55,9

** Não nos foi possível calcular os índices-resumo de estrutura para a freguesia de 1950 a 1970 por falta de dados.

FONTE: INE – Recenseamentos Gerais da População.

Neste contexto é lícito citar um documento do CCRA onde se afirma que «a degradação do potencial humano em virtude da repulsão demográfica dos últimos anos e estado de duplo envelhecimento da população constituem estrangulamentos ao processo de desenvolvimento», tornando-se assim necessário «combater os baixos índices de natalidade e estagnar o fluxo migratório de jovens activos (...) pelo que o objectivo central da estratégia é fixar a população e atingir, se possível, um acréscimo populacional no próximo quinquénio e aumentar a capacidade de empreender na zona»¹⁴.

Da análise dos Quadros IX e X pode concluir-se que o Concelho de Estremoz sofreu, de 1950 até aos nossos dias uma variação significativa em relação às características da estrutura etária da sua população:

- A população idosa (com idade superior a 65 anos) mais do que duplicou nestes últimos quarenta anos. Se em 1950 representava cerca de 7 % do total, em 1981 e 1991 representava 17,2 % e 20,8 %, respectivamente, o que constitui reflexo de um envelhecimento no topo. O envelhecimento no topo é confirmado pelos índices-resumo¹⁵ de estrutura calculados, visto que, em 1950, o índice de envelhecimento era de 29,1 %, em 1981 atinge os 90,8 % e finalmente em 1991 é de 132,4 %, valor este que é extremamente elevado.
- Paralelamente verifica-se que o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir constituindo assim um duplo envelhecimento da população. A substituição de gerações que estava plenamente assegurada em 1950, corre o risco de não se realizar em 1991.
- Em termos de relação activos/não activos o Concelho apresenta um índice de Dependência Total de 55,9 % em 1991 contra 48,8 % em 1950.

Também ao nível da freguesia, a tendência para o duplo envelhecimento da população continua, com a diminuição dos grupos etários «dos 0 aos 14 anos» e o aumento na faixa etária «dos 65 e mais anos». Os índices de Dependência vêm confirmar a situação descrita: enquanto os rácios de dependência dos jovens «diminuem» os dos «velhos» aumentam. Isto é, há cada vez mais pessoas idosas, que vão depender dos «activos», e menos jovens dependentes, nas datas consideradas, tanto na freguesia de São Bento de Ana Loura, como no concelho de Estremoz.

Através da construção de grupos funcionais assim como dos índices resumo de estrutura, que completam a análise feita nas pirâmides de idades verifica-se que, na realidade, o que se observa na freguesia em estudo, insere-se num quadro muito mais vasto de envelhecimento da população e de diminuição do número de efectivos populacionais que assolam, principalmente as zonas do interior do nosso país. A natureza envelhecida do grupo local não surpreende em si mesma, já que se trata de atributo geral dos meios rurais em sociedades de dominância urbano-industrial. O que poderá surpreender, isso sim, é a enorme dimensão que o fenómeno atinge nesta comunidade rural.

Em ordem a fornecer não só uma panorâmica do comportamento demográfico futuro da população de São Bento de Ana Loura, como também na tentativa de clarificar os contornos desse espaço social, importa desenvolver a análise em torno das perspectivas demográficas, no intuito de se planear no futuro as acções possíveis e viáveis de inversão dessas tendências. Para tal e face à escassez de estudos demográficos prospectivos de âmbito concelhio e à ausência total de quaisquer elementos específicos

para a área em análise, torna-se necessário recorrer a métodos indirectos ¹⁶ que de algum modo possam fornecer informações sobre qual poderá vir a ser a evolução futura de São Bento de Ana Loura. Neste sentido, considera-se aprioristicamente que a evolução demográfica na freguesia para os próximos anos, ou mesmo décadas, venha a estabelecer uma continuidade com o passado, pelo que se torna importante assimilar as mutações ocorridas recentemente.

Assim, partindo do pressuposto de que os principais indicadores demográficos seguirão as tendências delineadas pelo seu percurso histórico, iremos assistir a uma redução do número de efectivos populacionais. A quebra na fecundidade continuará a absorver o aumento da esperança de vida e assim, o crescimento natural manterá a sua trajectória descendente. O saldo migratório cada vez mais negativo irá acelerar o rumo dos acontecimentos demográficos, como seja o caso de um aumento ainda mais significativo da mortalidade originado pelo envelhecimento da estrutura etária. Esta continuará a observar uma progressão no sentido do duplo envelhecimento e nada se perspectiva, num horizonte de curto prazo, que seja capaz de o fazer retroceder.

Um segundo aspecto a salientar consiste no facto de que, as principais tendências demográficas da freguesia de São Bento de Ana Loura encontram correspondência nos valores apresentados, não só ao nível do concelho como de um modo geral, ao nível de toda a região em que se insere. Esta última já prospectivada por Manuel Nazareth, em «Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX», da seguinte maneira:

«O Alentejo, em termos de evolução natural, é uma região muito semelhante ao Algarve. Com uma população que em 1980 era de 585 000 habitantes, o acentuado declínio da sua fecundidade tenderá a diminuir a sua população. Até ao ano 2000, se não houver movimentos migratórios, o Alentejo irá perder 25 000 habitantes (5 % do total da população), e atingir, no último período, a taxa de crescimento mais negativa do país. Se na região algarvia, esta tendência natural para o declínio era mais do que compensada com a atracção migratória, o mesmo não acontece com esta vasta região de Portugal. Nos períodos em que a emigração se generalizou praticamente a todo o espaço português, o Alentejo manteve sempre valores muito pouco significativos, apesar de ter as taxas de crescimento migratório mais negativas. Tal significa que, não havendo emigração, é difícil esperar um retorno significativo. Mais ainda, o hábito desenvolvido durante anos, de não emigrar mas de partir para Lisboa ou Setúbal, pode perder intensidade mas não desaparecerá por completo. Nestes termos, prevemos que, em termos reais, o Alentejo irá perder população em quantitativos que variarão entre os 25 000 e os 67 000 habitantes. Este êxodo fará com que a população alentejana no ano 2000 tenha valores que oscilarão entre os 518 000 e os 560 000 habitantes» ¹⁷.

Em função das dinâmicas de desenvolvimento criadas pelas novas tendências locativas em meio rural, privilegiando os aglomerados de pequena e média dimensão, parece inevitável a concentração do povoamento e a desertificação humana de largas extensões do espaço rural. Tudo se conjuga para uma simplificação da hierarquia urbana regional, em que a maior parte da população ficará sediada nas cidades e sedes de

concelho, despojando todos os espaços intersticiais dos poucos indivíduos que ainda aí permanecem. Por tudo isto, as principais linhas de orientação, em São Bento de Ana Loura, não se deverão distanciar sensivelmente do que se venha a verificar para todo o interior rural de Portugal.

3 – ÊXODO RURAL E DESERTIFICAÇÃO HUMANA

Os efeitos do abandono são bem visíveis em muitos locais, sendo a ruína das construções humanas talvez o efeito mais directo na diminuição drástica do grupo rural. Com efeito, há um limiar mínimo de povoamento, abaixo do qual os habitantes sofrem inevitavelmente com a diminuição do seu número, porque os serviços básicos que lhes são necessários deterioram-se, não são criados novos e extinguem-se os poucos que existiam, como já vem a acontecer com o encerramento do posto de enfermagem, do pequeno comércio existente até há dois anos; da escola primária que já não funciona e da igreja que também fechou ao culto, bem característicos da situação. Façamos, pois, um pouco, sobre as consequências do êxodo nas instituições locais.

A unidade básica da organização social sempre foi e é, muito particularmente nos campos, a família. No passado, e especificamente na região sobre a qual nos debruçámos, devido aos laços de grande dependência e subordinação existentes entre trabalhadores sem terra e o proprietário e à dispersão do «povoamento», estas unidades básicas viviam longos dias separados dos seus chefes de família, por estes pernoitarem no monte do patrão, onde existiam instalações próprias para o seu alojamento.

Era esse, frequentemente, o caso dos «ganhões», que pernoitavam no monte onde residia o proprietário. Eram alojados em casa ampla, a que vulgarmente designavam pela «casinha dos ganhões», com enorme lareira e tarimbas dispostas em redor das paredes. O mesmo sucedia com outros trabalhadores, cujas habitações familiares se encontravam distantes do local de trabalho e tendo em conta que a sua actividade se exercia de sol a sol, como os mais idosos gostam de frisar, e que ninguém possuía meio de transporte próprio, facilmente se compreende a necessidade de aí permanecerem. Assim, a vida familiar era sacrificada pela premência de arranjar o soldo indispensável ao sustento do agregado.

A situação hoje é bastante diversa, mas a separação dos seus membros continua a processar-se por motivos diferentes. Assiste-se, presentemente, à diminuição drástica do número de elementos que coabitam em cada agregado familiar, podendo referir-se que as estruturas de extensas famílias, constituídas por casal, filhos, ascendentes do casal, parentes colaterais e seus descendentes, que no passado eram limitadas à rede dos grupos de vizinhança, deu lugar à família restrita constituída apenas pelo casal de velhotes. É raro, hoje, um habitante de São Bento de Ana Loura não tenha alguns dos parentes próximos a trabalhar fora da freguesia.

Acresce que, a inexistência de equipamento social básico, como uma rede de esgotos, electricidade, abastecimento de água ao domicílio, uma rede de transportes rodoviários que sirvam a localidade e a falta de locais de lazer e convívio, são alguns dos factores que inviabilizam, por parte do grupo etário mais jovem, a perspectivação de um futuro vivido na freguesia. Assim, tudo o que se possa dizer sobre a riqueza vivencial do universo social de São Bento de Ana Loura, terá que se reportar ao passado, não muito remoto. A exuberância da vida comunal, garantida pelo convívio de poucos vizinhos mas

com aglomerados numerosos, contrasta agora com a solidão de alguns casais de idosos que, por circunstâncias várias, pouco convivem. Apenas em certas ocasiões especiais, como sejam as datas de calendário litúrgico, tradicionalmente dedicadas à família, ou as férias anuais, se vêem os montes alegrarem com a presença dos que já só para esse efeito lá vão.

Depois tudo regressa ao silêncio, as casas fechadas lembram «fantasmas», as hortas abandonadas são invadidas por gigantescos tufos de ervas daninhas. É frequente a expressão: «Qualquer dia só cá vêm os estrangeiros». Estrangeiros é o termo local para designar os novos vizinhos que, vivendo em Lisboa, aí compraram habitações secundárias, que restauraram e servem de «jardim secreto» aos cidadãos em fins de semana e períodos de férias. A erosão provocada na instituição familiar, pelo êxodo massivo de todos ou de parte dos seus elementos mais férteis, trouxe consequências inevitáveis, nomeadamente a quebra da taxa da natalidade, que levou ao encerramento da escola primária, tendo a professora partido para Estremoz. As crianças em idade escolar (apenas duas em 1997) frequentam a escola na freguesia vizinha de São Domingos de Ana Loura, a 7 Km de distância, onde são levadas em táxi posto à sua disposição pela Autarquia: as portas da escola primária só abrem doravante em dias de eleições.

Outra perda dificilmente aceite, e muito lamentada, é a assistência médica e de cuidados de enfermagem, que sempre foi assegurada, após 1974, diariamente por uma enfermeira e por visitas de um clínico geral, três vezes por semana, passando estas a ser cada vez mais espaçadas. Hoje, o posto de enfermagem está encerrado e o médico já lá não vai. Sem a presença de um enfermeiro ou de um médico, a situação de uma população extremamente envelhecida passou a ser quase dramática. Quando necessitam, os habitantes, têm de se deslocar à cidade mais próxima, que é Estremoz ou aos centros de saúde das freguesias limitrofes, para consultas.

Tal como sucedeu com a instituição familiar, a escola e o posto médico, também a Igreja foi atingida pelo processo de desertificação humana e acabou por fechar as portas ao culto há 10 anos atrás. O pároco, que se deslocava de Veiros todos os domingos para celebrar missa, passou a fazê-lo de duas em duas semanas e, finalmente, transferiu o local de culto para a Capela do Montinho de Deus contíguo ao Monte das Janelas¹⁸, onde se encontra a sede de freguesia, na expectativa de aí encontrar mais devotos. A desilusão foi, contudo, grande, porque a assistência ao ofício religioso não ultrapassava mais de duas ou três almas.

Até nesse aspecto, o êxodo verificado foi marcante na freguesia. A Ermida de Santo Antão Abade, que era centro de romarias importantes e procissões dedicadas ao santo protector dos animais de montanha (culminadas com as oferendas da lavoura, expostas nas ramagens de uma secular figueira do terreiro do templo) é hoje um monumento religioso solitário, entre montes despovoados, como um símbolo que teima em ficar de pé numa terra em que ninguém já lhe presta culto.

Por outro lado, assiste-se ao abandono progressivo das técnicas tradicionais de cultura, sem contar com todos os utensílios manuais empregues na lavoura, que careciam de mão-de-obra especializada para a sua manutenção e fabrico e, por isso mesmo, exigiam o trabalho permanente de carpinteiros, bem como de todos os trabalhadores especializados nas várias tarefas que envolvem a actividade agrícola. Se tivermos em conta a situação de autarcia em que viviam estes montes alentejanos, pelo menos até ao final da década de 50, mais facilmente compreenderemos a necessidade de manter, dentro de paredes, uma quantidade razoável destes profissionais competentes para

transmitirem os seus conhecimentos, mais que não seja para estudo histórico, artístico e preservação de costumes. Hoje o artesão da freguesia foi substituído pelo comerciante urbano, e a cidade toma o lugar do campo no que diz respeito ao fornecimento e manutenção do material utilizado na agricultura, o que obrigou a um movimento de partida de todas as pessoas que trabalhavam em actividades anexas à actividade agrícola, como foi o caso dos artesãos rurais.

O sector feminino da população vê-se envolvido em dois processos complementares: o da «especialização» doméstica e o da sua acumulação com períodos mortos. As oportunidades oferecidas às mulheres circunscrevem-se, na prática, aos empregos assalariados em épocas de ponta (culturas de regadio, caiaças, apanha da azeitona, limpezas gerais em algumas casas mais abastadas). Estes trabalhos pendulares são exercidos não só na freguesia, mas também nas freguesias limítrofes (a escassez de oferta de trabalho perto de casa obriga-as a procurá-lo em lugares cada vez mais distantes). Quando o trabalho fica longe, geralmente a entidade empregadora assegura o transporte, o que denota claramente a rarefacção de mão-de-obra nestas áreas do interior. Este trabalho feminino extra é de grande peso para o orçamento dos agregados familiares, pois dá às mulheres, que atinjam uma cota estabelecida de dias de trabalho por ano, a possibilidade de beneficiarem do subsídio de fundo de desemprego, o que lhe permite uma garantia mínima de subsistência.

É de ter também em conta que, a alternância de trabalho na cidade e no campo está a constituir um factor decisivo de mudança, por contribuir poderosamente para a importação e difusão local de novos modelos culturais de origem urbana, que põem, progressivamente, em causa, a antiga padronização de comportamentos e de estratégias. Tanto assim que, em São Bento de Ana Loura ocorreu, entre outras, uma mudança no estilo de vida da própria população. Actualmente, a maior parte da população embora ainda pobre, tem um padrão de vida um pouco mais elevado que o do antigo camponês. O seu rendimento é geralmente suficiente para, pelo menos, comprar roupas novas, electrodomésticos, e outras vezes passear, e geralmente pode ser o bastante para possibilitar a fixação de residência nos centros urbanos. Levanta-se uma questão: Poder-se-á dizer então que a razão básica da elevação do padrão de vida, nesta freguesia rural, tenha sido a oportunidade dos êxodos?

No que concerne às mudanças verificadas nas estratégias matrimoniais, se é verdade que os mais idosos casavam todos no lugar, porque não conheciam ninguém, constituindo a freguesia uma unidade endogâmica, o mesmo não acontece na actualidade, em que a endogamia geográfica é cada vez menos representativa. De qualquer modo, ainda hoje, é raro encontrar alguém que não tenha laços de parentesco com outros habitantes, o que certamente reforça a solidariedade entre os habitantes, dando à freguesia uma coesão bastante estreita.

De acordo com a análise do local de nascimento dos respectivos cônjuges, verifica-se que apenas em 28,6 % dos casais ambos os cônjuges nasceram em São Bento de Ana Loura, contra 42,8 % em que um dos cônjuges é natural da freguesia e o outro de fora, tendo estes últimos por proveniência tanto as freguesias do mesmo concelho como, embora em menor escala, as freguesias de outros concelhos alentejanos. Como confirmam estes dados, a restrição do leque de escolhas possíveis no mercado matrimonial interno, face à diminuição dos efectivos populacionais e ao envelhecimento da população, que acarreta a rarefacção do grupo etário mais jovem, leva à necessidade de ir procurar o parceiro conjugal nas freguesias vizinhas. Dada a mobilidade dos jovens, produzida pela

dispersão dos locais de trabalho sazonal, a tendência é de prosseguir a abertura da comunidade nas escolhas exogâmicas.

Paradoxalmente, ao falar sobre as incidências do êxodo rural na freguesia, a Presidente da Junta afirma que a par da saída definitiva de muitos dos seus habitantes, sobretudo dos mais jovens, algumas são as pessoas que nela fixaram residência. Serão estes casos apontados pela autarca suficientes, sobretudo quando comparados com o número de naturais da freguesia que fixaram residência noutra local, para nos permitir falar de atractividade em termos populacionais, ou pelo contrário constituem um contributo na defesa da tese de que São Bento de Ana Loura tem vindo a tornar-se numa freguesia repulsiva, com tendência para a diminuição dos seus residentes?

Estes casos chegam, pelo menos, para atestar a importância da função residencial no espaço rural. Sendo um fenómeno recente, a dissociação entre o espaço no qual se situa a residência e o espaço no qual se situa o posto de trabalho, é importante para o espaço rural, porque «a evolução económica teve como consequência que a população requerida para porvir às necessidades dos produtos saídos da agricultura diminuiu, primeiro em importância relativa, e depois em valor absoluto. Os empregos criados eram essencialmente empregos localizados nas cidades e daí resultava inevitavelmente, uma redução da população situada no espaço rural. A dissociação lugar de trabalho – lugar de residência permite atenuar em certas zonas rurais, em matéria de localização, os efeitos associados às transformações das estruturas sócio-profissionais. Doravante, há compatibilidade, pelo menos numa certa medida, entre criações de empregos do tipo urbano e conservação dum certo volume de população nas zonas rurais»¹⁹.

Com efeito, dada a mudança de mentalidades, se no passado explicávamos o êxodo rural, pelo menos em parte, pela atracção que exercia a vida urbana e cidadina sobre um certo número de rurais, actualmente este sentimento esbateu-se, pois, o agrado pelo modo de vida urbana foi atenuado por um certo número de fenómenos, tais como o congestionamento do tráfego, a poluição, o stress e a falta de espaços verdes. O quadro de vida rural acabou, assim, por ser considerado tão atractivo, ou mais do que o quadro de vida de tipo urbano. Por outro lado, o sistema de associar a residência rural e a actividade profissional urbana permite participar nos dois modos de vida, e dosear segundo o seu gosto, esta dupla participação. Todas estas razões conduzem a concluir que a atracção ou repulsa têm assim a ver com os valores e objectivos que cada um defende.

Em São Bento de Ana Loura, embora em número limitado, há no entanto quem considere este espaço atractivo, pela «calma e vida saudável» que proporciona, como tem vindo a acontecer com alguns cidadãos. No entanto, a presença descontínua destes, no tempo e no espaço, não basta para viabilizar infra-estruturas, equipamentos e serviços locais, obrigando-os a dispôr de mobilidade própria e a recorrer a abastecimentos banais noutras áreas.

Poder-se-á dizer que, o que aconteceu foi um fenómeno sócio-económico de acomodação: os jovens têm cada dia maiores dificuldades em encontrar trabalho permanente. Pouco a pouco, os montes e lugares da freguesia têm vindo a despovoar-se, havendo locais já desertos e noutros apenas permanecem aqueles indivíduos para os quais, a idade ou as condições económicas, não permitem a ida para os centros urbanos, ou então, aqueles mais sentimentais, que elegeram para morrer, o mesmo lugar onde nasceram e cresceram.

Produziu-se, assim, uma contraposição entre velhos e jovens, entre os que optaram pela fidelidade à terra, com todos os sacrifícios inerentes a esta atitude e os que optaram

pela vida idílica nas cidades. É em nosso entender um confronto, de certa forma, entre qualidade e quantidade, o que nos obriga a metodológica e conceptualmente considerar as migrações não como uma simples deslocação no espaço mas como um processo complexo e em permanente transformação.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em São Bento de Ana Loura as hemorragias demográficas começaram a fazer-se sentir com maior premência no decorrer da década de 50-60, sendo precisamente neste período que se iniciou a mecanização da agricultura com a introdução das primeiras ceifeiras-debulhadoras na freguesia. Contudo, se a estes números acrescentarmos a informação de que «estas máquinas tinham que ser guardadas, em especial à noite, porque eram mal vistas por tirarem o trabalho aos homens», talvez se possa concluir que a mecanização foi anterior à quebra demográfica.

A desilusão produzida por um esforço socialmente desprezado e mesquinamente retribuído, o apagado de uma vida lânguida, sem aliciantes, em contraste com o ritmo aparentemente alegre, frívolo e desafogado do meio urbano e o atractivo dos salários fixos, não dependentes do clima, iludiu a juventude camponesa, na década de 60, provocando um êxodo repentino para a cidade, não preparada para receber esta avalanche. Como resultado, por um lado, o desamparo da agricultura e, por outro, o aparecimento das cinturas industriais das cidades. Este processo, ainda que gradual, foi demasiado rápido, provocando os defeitos que derivam de toda a improvisação. De ordinário e, pelo que se refere a São Bento de Ana Loura, o primeiro passo foi sair da freguesia para outro local do distrito de Évora, do distrito de Évora para outros concelhos da região e do Alentejo para a área urbana de Lisboa-Setúbal e em menor escala para o estrangeiro.

Em qualquer dos casos, muitos campos permaneceram ermos, outros desatendidos, as famílias partidas, os lugares despovoados e a cultura camponesa em riscos de desaparecer. O erro de tudo isto não radicou no «desbaste» da população que, por vezes, é conveniente, mas sim na forma fulminante e indiscriminada como se produziu. Desta forma, o campo permaneceu nas mãos dos velhos, cuja vida não se pode prolongar demasiado tempo, e nas de alguns jovens, muito deles já espiritualmente ausentes, prestes a sair quando a oportunidade surgir. Em São Bento de Ana Loura as novas gerações renunciavam, assim, à vida dura do campo e fogem para onde suspeitam encontrar uma vida mais confortável, mais de acordo com o que as imagens da televisão lhes sugerem diariamente.

As informações recolhidas quanto aos indivíduos que nunca saíram da freguesia para ir trabalhar, de forma definitiva ou temporária, permitem, aliás, confirmar este retrato: são as mulheres que, de modo geral, permanecem na freguesia, verificando-se também que é no grupo de indivíduos que têm actualmente 60 e mais anos que se encontra a maior percentagem. A informação mais reveladora será, contudo, a relacionada com as razões apresentadas por este grupo de indivíduos para nunca ter saído da freguesia. A generalidade dos entrevistados – na maioria, aliás, mulheres – refere quase exclusivamente questões de ordem afectiva ou de ordem familiar, uma vez que são dominadas pelo facto de «gostar da terra onde vivem» e «por causa da família». Os homens acentuam razões de ordem económica, como «já ter um emprego» ou «não compensar arranjar trabalho longe de casa».

No que concerne aos indivíduos que já saíram da freguesia para ir trabalhar fora e depois regressaram, os grupos etários em que saíram mais indivíduos correspondem aos mais jovens, pertencentes às idades dos 18 aos 29 anos e dos 30 aos 44 anos, com especial destaque para o primeiro e em particular para o sexo masculino. Se a maioria dos que saíram tinham na altura da primeira saída idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, regressaram também muito jovens dado o carácter sazonal e a curta duração dos trabalhos que conseguem arranjar. A formação escolar e profissional constitui uma questão crucial em qualquer dinâmica de desenvolvimento sustentado. E São Bento de Ana Loura não indica, ainda, alterações em curso neste panorama, pois tanto no que diz respeito aos habitantes que nunca saíram como àqueles que já saíram, os níveis de qualificação profissional e de instrução são bastante baixos.

Ao contrário dos indivíduos que nunca saíram da freguesia, para os indivíduos que saíram o sector de actividade profissional com maior número de efectivos é o da agricultura. Acresce que dos que trabalhavam na agricultura, se mudaram de profissão, quando regressaram, muitos voltaram a trabalhar no mesmo sector, havendo portanto um retorno mais ou menos generalizado à actividade profissional anterior à saída. A situação profissional também não se alterou com a última saída, pelo que parece não haver uma tendência para a ascensão na situação profissional dos indivíduos que saíram, talvez porque os que saíram e mudaram de profissão não regressaram a São Bento de Ana Loura.

As principais causas da saída são de ordem económica e social. A impossibilidade dos habitantes possuírem um pedaço de terra, a disparidade entre os níveis salariais da agricultura e os outros sectores de actividade económica, a evolução tecnológica e a mecanização da agricultura, o não desenvolvimento industrial e a não implantação de actividades do sector terciário locais são, entre outros, alguns dos factores que promovem o êxodo dos assalariados agrícolas que não são retidos pelo factor sentimental como provavelmente o seriam caso tivessem direito a um quinhão de terra sua. Assim, a saída não tem como objectivo primordial a criação de oportunidades para a ascensão sócio-económica, mas sim evitar a deterioração das condições de vida e o provável processo de mobilidade social descendente, que estão associados à opção de não abandonar definitivamente um espaço rural demasiado sacrificado, apenas com muito passado e pouco futuro.

O regresso prende-se com o facto de terem arranjado um trabalho (mesmo que temporário) no local de residência habitual ou numa freguesia próxima deste, por terem atingido a idade da reforma e ainda por terem chegado ao fim as fainas agrícolas para as quais tinham sido contratados. Curiosamente, saudades da família e já ter ganho o suficiente não são razões que justifiquem o regresso a São Bento de Ana Loura.

O fenómeno emigratório envolve, ao longo do tempo, relações mais ou menos estreitas e frequentes com os locais de partida, bem como a hipótese, sempre presente no espírito dos emigrantes, de retorno logo que as condições se afigurem favoráveis. Tal não pode ser observado em São Bento de Ana Loura, devido principalmente, à falta de apego à terra que não possuem e, desde logo, a improbabilidade de um regresso à terra do antigo patrão. Normalmente o adeus é para sempre, salvo quando aí deixam parentes idosos que visitam algumas vezes por ano, mantendo-se as relações com a terra apenas em vida dos mesmos. Após a sua morte, todos os elos com a freguesia foram cortados, pois em nenhum caso se encontrou um desejo de aí investir numa pequena casa para férias. As poucas casas à venda foram adquiridas por cidadãos, que delas fizeram habitações secundárias.

Ora, sabendo nós que o êxodo rural e consequente desertificação humana introduz alterações significativas (demográficas, económicas, sociais e culturais) onde se manifesta, porque a saída da população em idade activa e o aumento da quantidade e proporção de idosos vai sem dúvida provocar uma certa adaptação do local e dos seus habitantes ao ritmo e ao estilo de vida que os caracteriza, torna-se necessário empreender desde logo, nesses locais, medidas que prevejam essa tendência, ora obstando às suas repercussões negativas, ora potenciando os aspectos mais vantajosos que esse processo possa introduzir numa determinada área.

Embora com causas e consequências muito diversas, as transformações verificadas ou que se venham a verificar nestas áreas sucedem pela ocorrência do mesmo fenómeno – a saída dos seus habitantes. Importa é que em cada um dos diferentes casos se proceda a uma análise criteriosa do ou dos problemas existentes, ou que presumivelmente venham a surgir, de modo a utilizar os recursos apropriados na prossecução das políticas delineadas. Em síntese, terminaríamos o presente artigo dizendo que em questões complexas como são os movimentos migratórios, para além da problemática das fontes, da medição, das tipologias, existe um sistema complexo de relações de natureza interdisciplinar que é urgente aprofundar com rigor e clareza.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJO – Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – *Operação Integrada de Desenvolvimento Regional da Região do Alentejo*. Évora : CCRA, 1989.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Portugal. Perfil Geográfico e Social*. Lisboa : Livros Horizonte, 1985.
- BADOUIN, Robert – *Sócio-Economia do Ordenamento Rural*. Porto : Rês-Editora, 1982.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Coimbra: Fora do Texto, Cooperativa Editorial de Coimbra, 1993. (Temas/Economia; 11).
- CARRILHO, Maria José et al. – *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991*. Lisboa: INE. Gabinete de Estudos Demográficos, 1993.
- CAVACO, Carminda (dir.) – *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Porto : Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional. Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, 1994.
- CORREIA, Esmeralda Pinto – *Êxodo Rural e Desertificação Humana. A Morte de uma Freguesia do Alentejo Central : São Bento de Ana Loura*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997. Tese de Mestrado.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Estremoz e o seu Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758*. Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra : Editorial Coimbra (1961).
- CUTILEIRO, José – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*. Lisboa : Sá da Costa, 1977. (Colecção Descobrir Portugal).
- ESTREMOZ – Câmara Municipal – *Relatório 1: Enquadramento Regional*. In *Plano Director Municipal*. Estremoz : Câmara Municipal de Estremoz, 1995. pp. 1-18.
- *Relatório 2: Estudos Demográficos*. In *Plano Director Municipal*. Estremoz : Câmara Municipal de Estremoz, 1995. pp. 1-23.

- GASPAR, Jorge – *Portugal. Os Próximos 20 Anos. Ocupação e Organização do Espaço. Uma Prospectiva*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. Vol. VI (Coleção Portugal os Próximos 20 Anos. Temas Actuais).
- HARE, F. Kenneth et al. – *Desertificação: Causas e Consequências*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação, 1996.
- NAZARETH, J. Manue – *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. Vol. III (Coleção Portugal os Próximos 20 Anos. Temas Actuais).
- *Introdução à Demografia. Teoria e Prática*. Lisboa : Editorial Presença, 1996 (Coleção Fundamentos; 8).
- PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1983.
- RAMALHO, José – *Desertificação no Alentejo : condições naturais e actividades humanas. Alentejo. Análise Regional*. Évora. n.º 18 (Junho 1993); pp. 1-15.
- RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. Vol. IV.
- *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico : esboço de relações geográficas*. 6.ª ed. Lisboa : Edições Sâ da Costa, 1991 (Coleção Nova Universidade).
- SILVA, Alberto Alarcão e – *Êxodo Rural, Migrações e Desenvolvimento Regional*. Lisboa : s.n., 1963.

NOTAS

- ¹ *Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional – Gestão do Território, na FCSH da UNL*.
- ² CAVACO, Carminda (dir.) – *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Porto, 1994, p. 7.
- ³ COSTA, Mário Alberto Nunes – «Estremoz e o seu Concelho nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Separata do Boletim da Universidade de Coimbra*. Editorial Coimbra, Coimbra, 1961, pp. 106-107.
- ⁴ VERMELHO, Joaquim – «Roteiro das Freguesias: São Bento de Ana Loura», in *Jornal Brados do Alentejo*. Estremoz, 28.01.1956, p. 2.
- ⁵ RIBEIRO, Orlando – *Opúsculos Geográficos: O Mundo Rural*. Vol. IV, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, pp. 311-312.
- ⁶ *Idem* – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4.ª Edição Revista e Ampliada, Sâ da Costa, Lisboa, 1986, pp. 94-95.
- ⁷ PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983, p. 25.
- ⁸ *Idem* – *op. cit.*, p. 26.
- ⁹ Note-se que, e de acordo com os dados referentes ao início da década de 80, o concelho de Estremoz apresentava uma taxa de desemprego superior às médias subregional e regional: Estremoz – 14,77 %; Alentejo Central – 9,42 %; Região do Alentejo – 10,72 %. CME – «Relatório 1: Enquadramento Regional», in *Plano Director Municipal*, CME, Estremoz, 1995, p. 5.

- ¹⁰ Este valor (15 461 habitantes), que representa uma diminuição de 14,5% em relação ao último decénio, parece-nos pecar por defeito, nomeadamente na cidade de Estremoz, caso em que se tivermos em consideração outros indicadores, como o número de eleitores inscritos, não teria havido uma quebra populacional tão acentuada. Se bem que os dados dos Recenseamentos Eleitorais possam, também eles, apresentar uma certa margem de erro (por excesso, neste caso, na medida em que poderão não ter sido declaradas algumas mudanças de residência, não terem sido abatidos os falecimentos que entretanto ocorreram ou os jovens que atingiram a maioridade não se terem inscrito) deveriam ser tidos em consideração para se estabelecer uma média ponderada que se aproximasse o mais possível da realidade.
- ¹¹ Uma análise pormenorizada a nível de freguesia só é possível a partir de 1940, ano em que ficou constituído o quadro administrativo actual.
- ¹² Existem dois tipos de envelhecimento, segundo Manuel Nazareth, o envelhecimento na base «ocorre quando a percentagem de jovens começa a diminuir de tal forma que a base da pirâmide de idades fica bastante reduzida» e o envelhecimento no topo «ocorre quando a percentagem de idosos aumenta, fazendo assim com que parte superior da pirâmide de idades comece a alargar, em vez de se alongar, como acontece nas sociedades típicas do Antigo Regime ou dos países em desenvolvimento». Para o autor, «estes dois tipos de envelhecimento estão ligados entre si: a diminuição percentual do grupo dos jovens implica um aumento proporcional nos outros dois grupos de idades, em particular no grupo dos idosos». NAZARETH, J. Manuel – *Introdução à Demografia: Teoria e Prática* n.º 8, Coleção Fundamentos, Editorial Presença, Lisboa, 1996, p. 95.
- ¹³ Para 1991 não estão publicados os dados desagregados por grupos quinquenais que possam ser comparáveis com os dos censos anteriores, no entanto, de acordo com os agrupamentos publicados, podemos fazer uma comparação entre 1981 e 1991, através da leitura do Quadro IX.
- ¹⁴ CCRA – *Operação Integrada de Desenvolvimento Regional da Região do Alentejo*, Évora, 1989.
- ¹⁵ Índice de Envelhecimento = $(\text{População com 65 e mais anos} / \text{População com 15-64 anos}) \times 100$.
Índice de Substituição de Gerações = $\text{População com 15-34 anos} / \text{População com 40-64 anos}$.
Índice de Dependência dos Jovens = $(\text{População com 0-14 anos} / \text{População com 15-64 anos}) \times 100$.
Índice de Dependência dos Idosos = $(\text{População com 65 e mais anos} / \text{População 15-64 anos}) \times 100$.
Índice de Dependência Total = $(\text{População com 0-14 anos e 65 e mais anos} / \text{População com 15-64 anos}) \times 100$. Sobre o assunto ver NAZARETH, J. Manuel – *op. cit.*, pp. 93-94.
- ¹⁶ Saliente-se o facto de que, a metodologia adoptada levanta algumas restrições, na medida em que, esta será sempre insuficiente na sua tentativa de descortinar algo que apenas lhe é colateral, será por natureza ou muito generalista ou um simples modelo de referência, em relação ao qual é fundamental manter uma certa atitude crítica.
- ¹⁷ NAZARETH, J. Manuel – *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*. Vol. III, Coleção Portugal os Próximos 20 Anos, Temas Actuais, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988, p. 78.
- ¹⁸ Capela particular do antigo proprietário das terras já falecido.
- ¹⁹ BADOUIN, Robert – *Sócio-Economia do Ordenamento Rural*. Rés-Editora, Porto, 1982, p. 59.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM ÁREAS DE MONTANHA

A SERRA DO MARÃO

Fantina Tedim Pedrosa

1 – INTRODUÇÃO

Num contexto de economia de escala, de fortes níveis de produtividade, de internacionalização da economia, de competitividade dos mercados, as áreas montanhosas de perfil fundamentalmente agrícola apresentam-se à partida fortemente desfavorecidas. Aos constrangimentos de natureza física sobrepõem-se a sua desvalorização económica e a perda de vitalidade em recursos humanos. É comum dizer-se que o mundo rural está em crise. Mas se as áreas montanhosas não terão necessariamente de «morrer», também não poderão apenas sobreviver de apoios exógenos de fraca vitalidade e de reduzida «esperança de vida». Conscientes da amplitude alcançada pelos complexos processos de abandono dos campos, em particular das regiões do interior do continente, com os seus múltiplos problemas de degradação ambiental e paisagística, abandono do património construído, perda de recursos endógenos, empobrecimento e risco de sectores produtivos, morte da vida local e com ela desaparecimento de culturas e identidades, procuram-se respostas para contrariar êxodos e reanimar e vivificar lugares e aldeias já totalmente abandonadas ou em vias de o serem a curto e a médio prazo (C. Cavaco, 1994).

Neste cenário sombrio e limitado, o renascimento rural é uma visão multifacetada que não é fácil perseguir sem conhecer as condições físicas e humanas dos territórios. É neste contexto que pretendemos intervir, dimensionando a questão demográfica como elemento fundamental da sustentabilidade das áreas montanhosas. Tomando como exemplo a Serra do Marão (Fig. 1), pretendemos definir o comportamento das variáveis demográficas, numa abordagem ao nível da freguesia.

FIG. 1 – SERRA DO MARÃO: Divisão Administrativa



FONTE: Carta Administrativa de Portugal

2 – DA EXPANSÃO POPULACIONAL AO INÍCIO DA «CRISE»

Na segunda metade do século XIX, mais concretamente em 1864, residiam na Serra do Marão 76 775 pessoas. Mas os anos que se seguem são de expansão populacional, que embora, momentaneamente, interrompida entre 1911 e 1920, por factores conjunturais, atinge o seu máximo em 1950, altura em que contaria com 114 739 habitantes. O período com taxa de crescimento mais elevada foram os anos trinta (taxa de crescimento anual médio de 1,1 %). Desde então, a tendência inverte-se e assiste-se a um decréscimo populacional. O próprio acréscimo de 1,1 % entre 1970 e 1981 é apenas pontual e incapaz de significar inversão da tendência que se começou a delinear nos anos 50. Poderá relacionar-se com o abrandamento da saída de residentes, o regresso de emigrantes e o retorno de pessoas das ex-colónias, não sendo, no entanto, possível avaliar-se o peso relativo de cada uma dessas componentes. Estes movimentos não contrariam, todavia, de forma durável, as tendências dominantes de fuga populacional do interior (C. CAVACO, 1994), como comprova o decréscimo de 5,4 % entre 1981 e 1991. Nas últimas quatro décadas, a Serra do Marão perdeu 14,3 % dos seus habitantes.

Uma questão se coloca desde já: será que a Serra do Marão está perto de estabilizar o seu quantitativo populacional ou será que outros cenários se vislumbram?

Clarificar esta problemática implica que se conheça os contrastes em termos de dinâmica populacional que a Serra do Marão encerra e que é fundamental equacionar à micro-escala, para assim nos aproximarmos da realidade territorial, pois, de facto, não estamos perante um espaço populacional homogéneo. Por outro lado, não podemos deixar de referir o papel fundamental que em nossa opinião têm tido o aumento das acessibilidades e o reforço das competências dos centros urbanos. Estes, pela maior diversificação do mercado de trabalho, pelo crescimento económico que registam e pelos serviços que oferecem, têm visto aumentar a sua capacidade de fixação populacional. Na área em análise, está integrada a cidade de Amarante e do Peso da Régua. Existem ainda pequenos núcleos urbanos que coincidem com as sedes de concelho, mas cujo limiar populacional restringe a sua influência territorial. A cidade de Vila Real, embora periférica à área de estudo, influencia, em nossa opinião, a sua dinâmica. Mas será que estes núcleos urbanos são capazes de funcionar como um *dique* ao esvaziamento populacional das áreas rurais ou apenas funcionam como *filtro*?

Em 1864, das setenta e nove freguesias existentes¹, quarenta e nove tinham menos de 1000 habitantes e aí residia 36,2 % da população da Serra do Marão (Quadro I, em anexo). Nas vinte e quatro freguesias com 1000 a 2000 habitantes, concentrava-se 44,3 % da população. Nas seis freguesias com maior dimensão (superior a 2000 habitantes), residia 19,5 % dos efectivos populacionais da Serra do Marão. As freguesias mais populosas eram Ancede (3091 pessoas residentes), Peso da Régua (2818 pessoas) e Sedielos (2730 pessoas). Em 1950 a situação era significativamente diferente. Assim, não só se assistiu à redução do número de freguesias com menos de 1000 habitantes que passaram a ser trinta e seis, mas também as que tinham mais de 2000 habitantes ascendiam a dezanove e aí habitava 47,5 % da população da Serra do Marão. Peso da Régua era a única freguesia onde residiam mais de 5000 pessoas. Podemos assim concluir que o período em análise é de expansão.

De facto, no período considerado, se exceptuarmos Barqueiros (- 20,3 %) e Cidadelhe (- 0,5 %) que perderam população, todas as restantes freguesias assistiram ao aumento do número dos seus habitantes. Se em Oliveira, Quintã e Fornelos os acréscimos foram reduzidos (inferiores a 10%), em Fridão, Peso da Régua e Madalena a população mais do que duplicou. O exemplo destas três freguesias comprovam que as taxas de crescimento mais fortes ocorreram não apenas em áreas que poderemos considerar como urbanas mas também em freguesias rurais. Um outro exemplo pode ser dado por S. Nicolau e Teixeira com 39 % e 40 %, respectivamente, ou ainda, S. Gonçalo e Candemil, ambas com uma variação de 64%. Outras freguesias como Rebordelo, com características rurais, mas onde a actividade mineira foi importante, registaram, entre 1864 e 1950, uma variação de 90,4 %, isto é superior à de algumas freguesias urbanas já referidas.

Note-se, contudo, que as variações da população não podem ser interpretadas correctamente, na ausência de conhecimento do peso relativo das componentes natural e migratória que não dispomos para o período em análise². No intuito de ultrapassarmos esta contingência, optamos por utilizar um método indirecto de análise deste fenómeno – método do movimento natural – que, todavia, apenas aplicaremos à escala concelhia para o período anterior a 1950³. Se bem que limitando a amplitude das conclusões que se poderiam obter, esta opção possibilita-nos, no entanto, evidenciar uma aproximação, ainda que grosseira, à importância de cada uma das componentes referidas na evolução

da população. Nos municípios de Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Vila Real o crescimento populacional registado nos anos trinta não se deve apenas ao elevado crescimento natural, mas também aos saldos migratórios positivos. No entanto, na década seguinte, a situação alterou-se pois o balanço migratório foi francamente negativo. Nos restantes concelhos, nas duas décadas em análise, os saldos migratórios foram sempre negativos havendo mesmo, nos anos trinta, uma intensificação dos fluxos migratórios em toda a área. O peso da componente natural não sofreu alterações significativas. Se em Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião sofreu um ligeiro decréscimo, nos restantes municípios passou-se precisamente o contrário.

3 – A SERRA DO MARÃO: Entre o Despovoamento e a Urbanização

Se até meados deste século o cenário demográfico da Serra do Marão foi de expansão populacional, após 1950, nova tendência se desenha. Como já referimos anteriormente, assistiu-se a um decréscimo populacional que todavia não foi generalizado a toda a Serra. De facto, à escala da freguesia, novas heterogeneidades se definem e poderemos apreender de uma forma mais objectiva os factores definidores dos contrastes espaciais.

Entre 1950 e 1991, assiste-se a um aumento do número de freguesias com menos de 500 habitantes (que passaram de cinco para quinze), um reforço das que têm mais de 5000 habitantes (que são agora três, enquanto que, em 1950, apenas Peso da Régua ultrapassava esse limiar) e um decréscimo daquelas em que residem 2000 a 5000 pessoas. As freguesias que apresentam em 1991 maior quantitativo populacional são Godim, Peso da Régua e S. Gonçalo com mais de 5000 habitantes. Em Ancede, Campelo, Santa Marinha do Zêzere, Mondim de Basto, Várzea de Ovelha e Aliviada e Soalhães, residem entre 2000 a 5000 pessoas, enquanto que, com 500 a 1000 habitantes, existem cinquenta e oito freguesias. As restantes quinze têm menos de 500 habitantes, sendo Pardelhas (207 habitantes) e Quintã (190 habitantes) as que apresentam menor número de residentes.

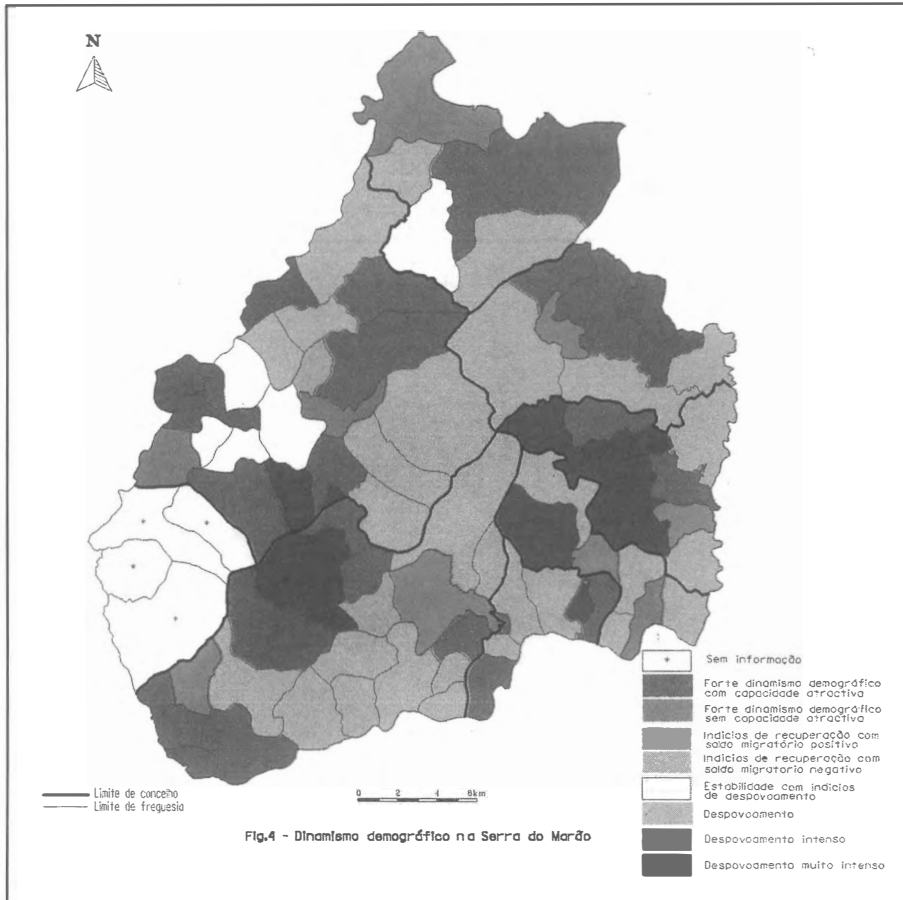
Em 1950, 2 % da população da Serra do Marão vivia em freguesias com menos de 500 habitantes, enquanto que esse valor ascende a 5,3 % em 1991. Se nas freguesias de maior dimensão populacional (> 5000 habitantes) residia apenas 5 % da população, esse valor atinge 16,2 %, em 1991. Mas o que se torna mais curioso é que esta «explosão» é um processo recente. Em face do que foi dito, pode concluir-se que a evolução demográfica da Serra do Marão, se traduziu por um acentuar das diferenças entre uma área cada vez mais extensa, sujeita a um processo mais ou menos intenso de despovoamento e, uma outra, em que o fenómeno urbano gerou mecanismos de «atração» ou, pelo menos, de «retenção» populacional.

Obviamente, não existe uma relação directa entre o comportamento demográfico e a dimensão populacional das freguesias, pois o coeficiente de correlação assume valores muito baixos. Com efeito os maiores decréscimos populacionais, entre 1950 e 1991, superiores a 50 %, ocorreram tanto em Sedielos⁴ (que em 1950 tinha 3330 habitantes), como em Canadelo e Carvalho de Rei (ambas com valores ligeiramente superiores a 500 pessoas). Pelo contrário, os maiores acréscimos (superiores a 50 %) ocorreram tanto em Godim e S. Gonçalo, que tinham em 1950 um pouco mais de 3000 habitantes, como também em Madalena, onde em 1950 residiam 792 pessoas. Pode dizer-se que das freguesias com menos de 1000 habitantes apenas 25 % viram aumentar a sua população

entre 1950 e 1991, enquanto que essa proporção ascende a mais de 46 % nas freguesias com mais de 2000 habitantes.

Apenas onze freguesias registaram em 1991 o seu máximo de população (Fig. 2). Sete delas integram o núcleo urbano de Amarante e algumas freguesias envolventes. Campelo, Mondim de Basto e Godim, onde se localizam as sedes dos municípios a que pertencem ou pelo menos parte delas, também atingiram o seu máximo populacional em 1991. Nestas mesmas circunstâncias, há ainda a considerar Mondrões, na periferia da cidade de Vila Real.

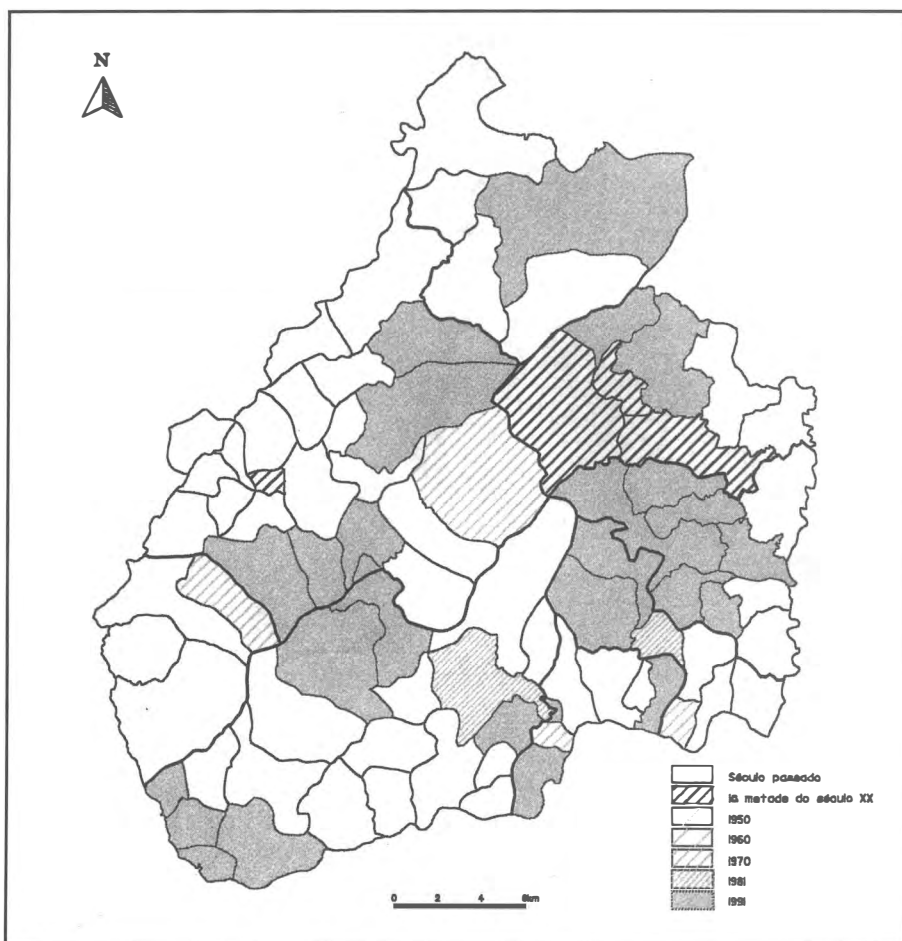
FIG. 2 – DATA DO MÁXIMO DE POPULAÇÃO



Os anos de 1950 e 1960 são um marco importante na análise demográfica da Serra do Marão pois para trinta e seis freguesias o máximo populacional foi então atingido, enquanto que para dez ele ocorreu em 1981 ou em 1970. Contudo, em relação a este aspecto, a Serra do Marão é um espaço de contrastes. Com efeito, se para cinquenta e sete das freguesias é na segunda metade do século XX que ocorre o máximo de população, para outras vinte ele tem lugar na primeira metade deste século. Em Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira, S. Nicolau e Vila Jusã, o número de habitantes existente no século XIX nunca mais foi superado.

Em relação ao período em que foi atingido o mínimo de população, pode dizer-se que, para quarenta e cinco das freguesias da Serra do Marão, ele ocorreu no século passado, enquanto que, em Padronelo, Campeã, Quintã e Torgueda, foi na primeira metade do século XX que tal se verificou (Fig. 3). Nas restantes freguesias, o número mínimo de habitantes ocorreu em 1950 ou nas décadas seguintes. É, no entanto, de destacar que, para vinte e seis freguesias, 1991 representa o ano em que se atingiu o menor número de habitantes durante o período censitário (desde 1864 a 1991). Estas distribuem-se por três áreas preferenciais. Na localizada a oriente do eixo de maiores altitudes da Serra do Marão, é de considerar Fontes, Fornelos, Louredo, Medrões, Sanhoane, Sever, Sedielos, Pena, Vila Cova, Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira e S. Nicolau. A Oeste, é de considerar sete freguesias do município de Baião (Ancede, Loivos do Monte, Mesquinhata, Ribadouro, Ovil, Sta Leocádia e Tresouras) e, ainda, Aboadela, Bustelo, Canadelo, Carvalho de Rei, S. Simão de Gouveia e Ermelo. A maior parte destas freguesias desde 1950 que têm registado contínuos decréscimos ou só tiveram um período de aumento. Estamos, assim, perante a área com maior despovoamento da Serra do Marão.

FIG. 3 – DATA DO MÍNIMO DE POPULAÇÃO



Em Canadelo, Carvalho de Rei, Sedielos e Sanhoane a taxa de crescimento da população, entre 1950 e 1991, foi inferior a – 50 %.

Mais uma vez se comprova o reforço da área urbana de Peso da Régua e, sobretudo, da de Amarante (S. Gonçalo, Madalena e Cepelos) e também o aumento da extensão territorial de menor peso demográfico, que é muito nítido.

Mas definir com precisão a área de maior despovoamento e, aquela que beneficia de um processo de atracção populacional, passa por conhecer a intensidade e o comportamento das componentes naturais e migratórias.

4 – PERDA DE VITALIDADE DEMOGRÁFICA: Entre a Tendência e os Contrastos Espaciais

Nos anos cinquenta, na Serra do Marão, nasceram anualmente, em média, 3009 indivíduos. O valor máximo nos quarenta e cinco anos em análise ocorreu em 1959 com 3200 nados-vivos. A partir de então, começa a delinear-se uma tendência decrescente, sendo de referir a quebra particularmente vincada entre 1980 e 1981 onde os nados-vivos diminuíram 320 efectivos e o quantitativo de 1981 nunca mais voltou a ser atingido. Nos anos noventa, em média, surgem, em cada ano, 1119 nados-vivos, o que representa uma redução de 63 % em relação à situação vivida nos anos cinquenta. Nessa altura, fruto da componente natural, acrescentava-se, em média, cerca de 1671 indivíduos por ano. Este valor tem vindo a diminuir com particular intensidade nos anos oitenta e noventa. Na presente década, o crescimento natural é, em média, de 166 indivíduos por ano.

A nível de freguesias, podemos definir com maior precisão as áreas onde já se registam crescimentos naturais negativos (Quadro II, em anexo) pelo que o aumento populacional só será possível pela inversão da tendência decrescente da fecundidade ou então pela componente migratória. Vejamos a diversidade de situações que ocorrem.

Em todas as freguesias verifica-se uma diminuição do número de nados-vivos que, todavia, não assumiu a mesma intensidade em todas elas. Se em Fontes, Pardelhas e Vila Cova o decréscimo foi superior a 85 %, em Madalena e S. Gonçalo, ele foi inferior a 25%. No entanto, pode dizer-se que na maior parte das freguesias (em número de 63) os decréscimos foram superiores a 50%.

As situações mais problemáticas em termos de sustentabilidade demográfica ocorrem nas freguesias em que começa a notar-se uma certa persistência de saldos fisiológicos negativos. Nesta situação temos Cidadelhe, Carvalho de Rei, S. João de Ovil, Sedielos, Medrões, Fontes, Fornelos e Sanhoane, onde desde os anos oitenta surgem valores negativos. Este facto faz com que o balanço intercensitário apresentasse um crescimento natural nulo ou negativo entre 1981 e 1991.

Nas restantes freguesias, nos períodos intercensitários, verificou-se sempre um crescimento natural positivo. Mas, se observarmos o que se passou nos últimos anos da década de oitenta e entre 1990/1994, constatamos que nos surgem outras dezoito freguesias em que no referido quinquénio o crescimento natural se apresenta nulo ou negativo. Estão nesta situação Barqueiros, Oliveira, S. Nicolau, Ansiães, Bustelo, Canadelo, Frende, Gestaçõ, Ribadouro, Viariz, Pardelhas, Campeã, Torgueda, Pena, Vila Cova, Cumieira, Louredo e Sever. Este facto poderá indicar que o próximo balanço intercensitário poderá já revelar crescimentos naturais negativos. Há outras doze freguesias em que o crescimento

natural continua positivo, mas em 1990/94 era já muito pequeno (inferior ou igual a 5) pelo que poderá tornar-se negativo a breve prazo já que, pelo menos no quinquénio referido, houve um ou mais valores anuais negativos. Nesta situação, estão Jazente, Olo, Rebordelo, Várzea, Mesquinhata, Santa Leocádia, Teixeira, Ermelo, Fontelas, Moura Morta, Quintã e S. Miguel de Lobrigos.

FIG. 4 – DINAMISMO DEMOGRÁFICO DA SERRA DO MARÃO



Nas restantes freguesias, o crescimento natural continua a ser francamente positivo e deverá manter-se assim pelo menos até ao fim do século.

Em relação à importância da componente migratória⁵ na dinâmica demográfica da Serra do Marão, verifica-se que, nos anos cinquenta, ela assumiu valores negativos em todas as freguesias com excepção de Vila Cova. Nesta freguesia, o saldo migratório positivo resultou da importância que teve, nessa época, o trabalho nas minas. Na década seguinte, apenas em S. Gonçalo, Cepelos e Lufrei se encontram saldos migratórios positivos, o que está relacionado com o desenvolvimento do centro urbano de Amarante. No período de 1970/81, o acréscimo de 1,1 % da população na Serra do Marão deve-se ao crescimento natural positivo, já que o saldo migratório, embora menor que no período

anterior, continuou negativo. Mas há catorze freguesias que registaram um saldo migratório positivo ou, pelo menos, nulo, como aconteceu em Paradaña. Todas estas freguesias no período 1981/91 vão voltar a ter saldos migratórios negativos com excepção de Madalena que reforça o seu papel atractivo. Para além desta freguesia, vão também apresentar saldos migratórios positivos S. Gonçalo, Cepelos, Fridão, Padronelo, Gestaço, Grilo, Campelo, S. Miguel de Lobrigos, Mondrões, Quintã e Moura Morta. Estas freguesias absorvem não só o seu crescimento natural, como também são atractivas. No entanto, esta atracção, particularmente nítida no caso do centro urbano de Amarante e de algumas freguesias que o envolvem, é incapaz de impedir a perda de população na Serra do Marão, pelo que não funciona como um *dique*, mas apenas como um *filtro* ao esvaziamento populacional das áreas rurais.

A figura 4 sintetiza a dinâmica demográfica da Serra do Marão. Como áreas de maior dinamismo populacional que têm demonstrado capacidade de fixação e de atracção da população, temos Madalena, S. Gonçalo, Cepelos, Campelo, Fridão, Padronelo e Mondrões. Em todas estas freguesias, o ano de 1991 é o que apresenta o máximo de população de todo o período censitário. O crescimento natural é francamente positivo. O saldo migratório revela-se positivo em 1981/91, mas nas freguesias que integram o núcleo urbano de Amarante registaram-se dois períodos com saldo migratório positivo. Nestas três freguesias, entre 1950 e 1991, o crescimento populacional foi superior a 40 %. Nas restantes, este quantitativo foi menor.

Mondim de Basto, Godim, Várzea e Salvador do Monte também atingem em 1991 o valor máximo da população. Apresentam forte dinamismo demográfico já que entre 1950 e 1991 viram aumentar o seu efectivo populacional. O seu saldo fisiológico é positivo mas não têm capacidade atractiva pois o saldo migratório é negativo em 1981/91, embora, em Mondim de Basto, Godim e Várzea, tenha sido positivo entre 1970/81.

Em Grilo, Moura Morta, Gestaço, Quintã e S. Miguel de Lobrigos, a população em 1991 era inferior à existente em 1950, embora se possa dizer que os anos oitenta reflectem uma recuperação demográfica que não resulta apenas do crescimento natural, mas também de um saldo migratório positivo. Este conjunto de freguesias apresenta assim indícios de recuperação demográfica.

Já em Viariz e Sanche, não obstante terem perdido mais de 6 % da sua população entre 1950 e 1991, os anos setenta e oitenta são de crescimento populacional. A observação dos saldos fisiológicos após 1991 aponta para uma certa estabilidade em Sanche. No caso de Viariz, embora o crescimento natural, entre 1990/1994, seja nulo, o ano de 1995 apresenta-nos um valor positivo. Estamos, assim, perante duas freguesias que nos apresentam indícios de recuperação demográfica, se bem que o saldo migratório continue a ser negativo.

Existe um outro grupo de cinco freguesias onde o número de habitantes aumentou entre 1950 e 1991. No entanto, se o saldo fisiológico continua positivo, o balanço migratório tem-lhes sido sempre desfavorável. Em Lufrei, o acréscimo populacional no período considerado foi de 40 % e, nos anos oitenta, a população aumentou. Em Gondar, Jazente, Campanhó e Lomba, os acréscimos foram menos significativos, sendo de referir que os seus efectivos diminuíram entre 1981 e 1991. A heterogeneidade deste agrupamento poderá ainda, em nossa opinião, vir a acentuar-se no futuro. De facto, se observarmos o crescimento natural após 1991, verificamos que este continua francamente positivo em Lufrei, o que leva a pensar que o crescimento populacional nesta freguesia se irá continuar a processar. Nas outras quatro freguesias, surge já um

ano em que o crescimento natural é negativo e noutras, embora positivo, é muito reduzido. Podemos caracterizar a situação demográfica destas freguesias como de alguma «estabilidade», mas com indícios de despovoamento.

Nas restantes freguesias, entre 1950 e 1991, assiste-se a um decréscimo populacional cuja intensidade é muito diversa. Podemos falar em despovoamento muito intenso em Sedielos, Sanhoane, Fornelos, S. João de Ovil, Fontes, Carvalho de Rei, Medrões e Cidadelhe. Em todas elas, houve uma redução superior a 40 % no número dos seus habitantes. O saldo migratório é sempre negativo e, em 1981/91, o crescimento natural é já negativo. Se nas quatro primeiras freguesias o decréscimo foi contínuo em todo o período, nas outras quatro, o facto de terem visto a sua população aumentar entre 1960 e 1970, resultante de uma diminuição do saldo migratório, não alterou de forma alguma a tendência de despovoamento que acabou por se confirmar. Em todas elas o ano de 1991 representa o valor mínimo de população desde 1864.

Noutras dezoito freguesias, o despovoamento é também intenso e as características gerais apresentadas para o conjunto anterior também aqui podem ser encontradas. No entanto, há que salientar duas importantes diferenças. A primeira é que nestas freguesias, em 1981/91, o crescimento natural foi ainda positivo, embora em todas elas, com excepção de S. Simão de Gouveia e Loivos do Monte, já surjam, nos finais dos anos oitenta ou pelo menos nos anos noventa, valores negativos ou nulos de saldo fisiológico, se bem que numas com maior incidência do que noutras, como já foi analisado anteriormente. A segunda diferença prende-se com a intensidade de decréscimo da população. Assim, se em Canadelo o decréscimo foi de 53 % e em Ribadouro, Ermelo e S. Nicolau foi superior a 40 %, nas restantes freguesias, os valores são menores apesar de sempre superiores a 20 %.

Nas outras vinte e nove freguesias, o despovoamento tem-se feito sentir, embora não de uma forma tão acentuada. O crescimento natural tem sido sempre positivo e o balanço migratório sempre negativo. Entre 1950 e 1991 registou-se um decréscimo da população, mas o ano de 1991 não representa o mínimo de população de todo o período censitário. No entanto, na última década, a população decresceu. Se em Parada de Cunhos este foi o único período de decréscimo, já em Valadares ou Teixeira o decréscimo entre 1950 e 1991 foi contínuo. Todavia em nossa opinião, mais importante do que valorizar este aspecto será ter em consideração a intensidade que o decréscimo populacional apresentou. Assim, em Vila Chão do Marão, Peso da Régua, Frende, Teixeiró e Vila Jusã, esse é superior a - 15 %. A inclusão de Peso da Régua neste agrupamento poderá explicar-se pelo crescimento dos serviços inerentes à sua função urbana, sendo a função habitacional deslocada, fundamentalmente, para Godim, em função de uma maior disponibilidade de terrenos a custos mais favoráveis. A título de curiosidade, podemos referir que, em Peso da Régua, de 1991 a 1995, só o ano de 1993 não apresenta crescimento natural negativo. Noutras doze freguesias, o decréscimo do número de habitantes situou-se entre 15 e 25 %. Nas restantes doze, o decréscimo foi inferior a 25 %, surgindo valores superiores a 35 % em Olo, Santa Cristina e em S. Tomé de Covelas.

Parece evidenciado o papel que os centros urbanos têm no dinamismo demográfico e que é grandemente influenciado pela sua dimensão populacional que está ainda muito relacionado com o nível funcional. O núcleo urbano de Amarante funciona como a mais importante área de crescimento populacional interno da Serra do Marão, mas também cria mecanismos de fixação de população nas áreas envolventes. Como é óbvio esta capacidade depende do próprio dinamismo económico e social de cada um dos centros

urbanos. Com efeito, os restantes núcleos urbanos integrados na área têm um menor dinamismo. Mas, sendo Vila Real um aglomerado urbano hierarquicamente superior aos existentes no perímetro da Serra do Marão, qual o seu impacto na dinâmica demográfica da mesma? O único aspecto que poderá ser utilizado como resposta poderá ser o facto de Mondrões ser uma freguesia com forte dinamismo demográfico a que a proximidade a Vila Real não é de modo algum estranha.

Paralelamente, verifica-se que aumenta a área de menor densidade populacional onde não surgem sinais de inversão do processo de despovoamento. Este facto coloca indiscutivelmente problemas na qualificação desses espaços e de qualidade de vida à população que aí vive, pois, vê diminuir o seu nível de equipamentos por não apresentar os limiares populacionais mínimos necessários há viabilidade dos mesmos. No entanto, estes contrastes deverão, ainda, ser definidos à escala de lugar, para assim delimitar com maior precisão sobretudo as áreas de despovoamento mais intenso que poderão também ter alguns exemplos em freguesias que apresentam forte dinamismo demográfico. De facto, a freguesia encerra em si mesma grandes contrastes principalmente se apresenta uma grande superfície. A título exemplificativo, podemos referir Campelo, sede do concelho de Baião. A expansão urbanística da vila é reflexo desse dinamismo demográfico, no entanto, também encontramos nesta freguesia núcleos populacionais que se esvaziaram por completo como Vale Abrigoso (nos anos sessenta) ou Currais (nos anos oitenta) ou , ainda, Almofrela que tem visto reduzir-se o quantitativo dos seus habitantes. Assim, poderemos dizer que os limites que estabelecemos são ainda demasiado grosseiros para delimitar as áreas com maiores problemas de despovoamento.

5 – O ENVELHECIMENTO: Um Processo Irreversível?

Um outro aspecto fundamental em termos de sustentabilidade demográfica das áreas de montanha é a sua estrutura etária. A idade, ao determinar o processo de reprodução e de envelhecimento do ser humano, intervém de uma forma marcada na dinâmica da população (R. PRESSAT, 1971). A repartição de uma população num dado momento, segundo o sexo e a idade dos seus elementos, é uma característica muito importante pelas implicações sócio-económicas que induz. Com efeito, as características e as aptidões dos indivíduos modificam-se com a idade e suscitam por parte do Estado e dos organismos económicos, sociais e culturais equipamentos e funções diferentes. Mas, para além do efeito da idade, não devemos menosprezar o efeito da geração que traz a marca de toda uma série de factores demográficos, económicos, sociais e mesmo culturais.

Face às implicações do envelhecimento sobre o futuro ordenamento da Serra do Marão em termos de rentabilização dos equipamentos e de infra-estruturas, importa pormenorizar a estrutura etária da população, as assimetrias espaciais e as principais tendências evolutivas que se desenham. Para a sua concretização, optou-se por uma análise espacialmente integrada em que se procura estabelecer a intensidade de envelhecimento da Serra do Marão, definir a sua diversidade interna e posicioná-la no contexto nacional de modo a relativizar os níveis do fenómeno.

Em 1981, cerca de 40,7 % da população residente na Serra do Marão tinha menos de 20 anos. Os adultos representavam 47,8 % e a percentagem de idosos situava-se na ordem dos 11,5 %. Ao comparar-se esta situação com a existente em 1991, constata-se que o número absoluto de jovens sofreu um decréscimo, representando agora

apenas 33 % da população residente. Este valor é, todavia, ainda superior à média nacional (28,2 %).

A proporção de adultos e idosos, se bem que tenha aumentado na última década, particularmente no caso dos idosos (13,3 %), é, ainda, inferior à média nacional. Daqui se conclui que a Serra do Marão se apresenta menos envelhecida que o território nacional tanto pelo topo como pela base. Mas ao nível da freguesia será que esta uniformidade de comportamento se manifesta?

De facto, a esta escala territorial, muitos contrastes se evidenciam na estrutura etária e a intensidade do envelhecimento assume variantes que é preciso conhecer para poder responder-se a duas questões fundamentais: qual a dimensão do envelhecimento neste território? Será o envelhecimento um fenómeno irreversível? Se, a nível global, o envelhecimento é um processo de que não se vislumbra o fim, a nível local importa encará-lo na sua real dimensão pelas implicações de índole social e económica que lhe estão inerentes.

À escala de freguesia existem, efectivamente, fortes contrastes (Quadro III, em anexo). Em 1991, a proporção de jovens oscilava entre 22,9 %, em Vila Cova e 45,9 % em Pardelhas. Na última década, a proporção de residentes com menos de 20 anos sofreu uma redução em todas as freguesias com excepção de Grilo.

Em 62 freguesias, os adultos representam mais de metade da população residente. O valor máximo ocorre em Quintã (62,1 %) e o menor em Canadelo (40,6 %). Em Carvalho de Rei, Oliveira e Canadelo, a proporção de adultos sofreu um decréscimo, mas, nas restantes freguesias, passou-se precisamente o contrário.

No que respeita aos idosos, a sua representatividade é muito contrastada. Se em Vila Jusã (7,8 %), Madalena (9,2 %), Sanche (9,2 %) e Godim (9,9 %) representam menos de 10 % dos habitantes de cada freguesia, em Carvalho de Rei atinge já 28,6 % e em Fontes (20,2 %), Louredo (20,6 %), S. João Ovil (23,8 %), Vila Cova (21,1 %), Canadelo (24,4 %) e Fornelos (25,2 %) também é superior a 20 %. Em Paradaça, a percentagem de idosos manteve-se. Noutras treze freguesias, a proporção de pessoas com 65 e mais anos diminuiu, contudo se atentarmos nos valores do índice de envelhecimento, apenas em seis delas poderemos falar em rejuvenescimento.

De facto, se nos basearmos na comparação dos valores do índice de envelhecimento em 1981 e em 1991, verifica-se que somente em Grilo, Vila Jusã, Santa Cristina, Rebordelo, Viariz e S. Nicolau se pode falar em rejuvenescimento. Na primeira freguesia referida, assistiu-se a um aumento dos jovens e a um decréscimo dos idosos pelo que se pode falar de rejuvenescimento pela base e pelo topo. Nas restantes, assiste-se a um rejuvenescimento pelo topo, pois a proporção de idosos diminuiu e há um certo envelhecimento pela base, em consequência de um decréscimo das pessoas com menos de 20 anos. É interessante referir que este rejuvenescimento ocorreu em freguesias com valores do índice de envelhecimento muito diferentes, oscilando entre os 57,9 % de S. Nicolau e os 20,3 % de Vila Jusã.

Nas restantes freguesias, o índice de envelhecimento sofreu um aumento mais ou menos intenso entre 1981 e 1991 surgindo, no entanto, diversas variantes. Em sete freguesias (Sanche, Várzea, Valadares, Folhada, Cidadelhe, Medrões e Quintã), assistiu-se efectivamente a um envelhecimento, contudo houve um certo rejuvenescimento pelo topo, já que a proporção de residentes com 65 e mais anos diminuiu.

Como já foi referido, em Paradaça, constatou-se um envelhecimento pois, embora a proporção de população idosa não tenha sofrido alteração, os jovens registaram um

decréscimo. Em todas as outras freguesias, houve um aumento da proporção de idosos, uma redução dos jovens, mas os adultos apresentaram um comportamento divergente. Em Carvalho de Rei, Canadelo e Oliveira, a percentagem de pessoas com 20 a 64 anos diminuiu e, nas restantes, passou-se precisamente o contrário. Esta dualidade de comportamento não é, neste momento, sinónimo de diferentes intensidades do processo de envelhecimento. De facto, em Carvalho de Rei, os jovens são menos numerosos que os idosos (índice de envelhecimento de 121,7 %) e os adultos decresceram. Já em Oliveira, embora tenha havido uma evolução semelhante, o índice de envelhecimento assume valores muito menores (36,5 % com uma percentagem de idosos de 13,5 %). Um outro exemplo é dado por Fornelos com um índice de envelhecimento de 107,2 % e onde os adultos sofreram um acréscimo.

Ao relacionarmos a variação do índice de envelhecimento com a variação da população residente, verifica-se que, nas vinte e uma freguesias em que a população aumentou, apenas em Viariz e Grilo o índice de envelhecimento não aumentou. Em Rebordelo, Santa Cristina, Vila Jusã e S. Nicolau, o rejuvenescimento da população processou-se, embora tenham diminuído os residentes. Nas restantes unidades territoriais, comprova-se que, apesar do decréscimo populacional ter sido acompanhado por um aumento do envelhecimento, não é possível estabelecer qualquer relação quantitativa entre os fenómenos. Do que foi dito, conclui-se que, mantendo-se a tendência decrescente da fecundidade, os movimentos migratórios vão ser importantes na justificação das diferentes facetas do processo de envelhecimento na Serra do Marão.

O envelhecimento da população é, sem dúvida, um fenómeno que modifica de maneira mais ou menos lenta, mas irreversível, o suporte demográfico das sociedades, rompe certos equilíbrios sócio-económicos e impõe uma nova maneira de os encarar num contexto de desenvolvimento futuro. Como se pode demonstrar, o envelhecimento não deve ser encarado de um modo estável comportando-se de uma forma sempre uniforme e tendente a um aumento (P-J. THUMERELLE, J-F. GHÉKIÈRE, 1992). Foram vários os exemplos apresentados que indiciam neste sentido.

Falou-se no processo de envelhecimento e procurou-se conhecer a sua dimensão, mas será que poderemos definir limites quantitativos para individualizar freguesias envelhecidas daquelas em que esse processo não é tão forte? Para WEEKS (1981), uma população é jovem se os indivíduos com menos de 15 anos representarem pelo menos 35 % do total e é designada por velha se 10 % dos habitantes tiver 65 ou mais anos. Mais de acordo com a situação actual, Paillat e Parant (1987) consideram jovem toda a unidade territorial em que a percentagem de velhos não ultrapassa 15 %. Aplicando esta classificação à área em estudo, verifica-se que, das 82 freguesias, 56 podem ser consideradas como jovens. Neste contexto, a Serra do Marão, se bem que tenha áreas bastante envelhecidas (Carvalho de Rei, Canadelo e Fornelos), apresenta-se maioritariamente com uma estrutura etária ainda jovem.

6 – CONCLUSÃO

A sustentabilidade das áreas rurais tem na componente demográfica uma base fundamental.

As áreas de montanha assumidas como genericamente remotas, periféricas, desfavorecidas, em termos de condições naturais e de acessibilidade, apresentam, sem

dúvida, uma grande heterogeneidade que deve ser evidenciada à micro-escala. Mas, a este nível, defrontamo-nos com um problema fundamental: será que as diferenças entre os valores dos indicadores demográficos calculados para duas populações reflectem comportamentos distintos ou serão resultado de um processo estocástico ligado à reduzida dimensão das populações submetidas ao risco e às fracas taxas de ocorrência dos acontecimentos demográficos? (M., POULAIN, 1996).

A Serra do Marão continua a perder população, contudo, internamente duas tendências contrárias evidenciam-se. Se parte deste território continua a desvitalizar-se em termos demográficos, os centros urbanos reforçam a sua posição e influenciam a dinâmica populacional das áreas envolventes. Nas áreas de maior despovoamento, mais do que contar com o retorno dos que migraram para as áreas urbanas da região ou do litoral ou dos que eventualmente ainda poderão voltar do estrangeiro, importa criar condições para que a migração dos jovens activos não se continue a fazer. Este aspecto é fundamental para muitos núcleos de povoamento que ainda não atingiram níveis fortes de despovoamento porque, para muitos outros, já só o retorno poderá restituir a sua vitalidade. É preciso qualificar a vida das populações rurais, permitir-lhes ter acesso às mesmas oportunidades em termos de educação, formação profissional e cultura. A qualificação dos recursos humanos é fundamental no posicionamento das áreas rurais no espaço sócio-económico nacional. De facto, o espaço rural, mais do que controlar ou simplesmente adaptar-se à mudança, deverá adoptar uma estratégia de inovação que seja capaz de antecipar a própria mudança (C., COURLET, 1995). Não nos esqueçamos que o espaço rural não renasce por decreto. O desenvolvimento local é primeiramente feito pela consciência e a vontade colectivas. Neste domínio, não há experiências tipo. Cada lugar «inventa» o seu próprio modelo (P. HOUÉE, 1992).

B I B L I O G R A F I A

- BERGER, A.; ROUZIER, J. – *L'espace rural, élargissement conceptuel et orientation méthodologique* – ÉCONOMIE RURALE, SFER – Paris n.º 229, 1995, pp. 3-9.
- BODIGUEL M. – *Le rural em question*. L'Harmattan, Paris, 1986.
- CAVACO, C. – *Do despovoamento ao desenvolvimento local*. Programa das artes e Ofícios tradicionais – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 1994.
- DECROLY J., GRIMMEAU J. – *La démographie à l'échelle locale. Une géographie de la population de la Belgique dans les années 80* – COURRIER HEBDOMADAIRE DU CRISP n.º 1308-1309, 1991.
- POULAIN, M. et al – *De la variabilité des paramètres démographiques pour les petites populations* – ESPACE, POPULATIONS, SOCIÉTÉS n.º 1, Lille, pp. 93-102, 1996.

NOTAS

- ¹ A área por nós definida como Serra do Marão integra actualmente 82 freguesias pertencentes aos municípios de Amarante, Baião, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Em 1864 existiam apenas 79 freguesias. As alterações na divisão administrativa que se verificaram na área de estudo, são de dois tipos diferentes. Por um lado, a criação de novas freguesias e, por outro, tentativas de anexação de freguesias. Em relação ao primeiro caso, vamos enumerar as situações que ocorreram: Vinhós foi criada pelo decreto-lei n.º 23331, de 11/12/1933 com lugares da freguesia de Sedielos; pelo decreto-lei n.º 26462 de 25/02/1939 foi criada a freguesia de Ribadouro a partir de lugares das freguesias de Ancede e Santa Leocádia; Olo foi criada pelo decreto-lei n.º 23501, de 25/01/1934, a partir de lugares da freguesia de Sanche. Em relação à segunda forma podemos referir que, nos Censos de 1911 a 1930, Mondim de Basto e Paradança aparecem juntos, o mesmo acontecendo com Pardelhas e Campanhó. Nos Censos de 1911 a 1930, Aboadela tinha anexada a freguesia de Várzea, que pelo decreto-lei n.º 23544 de 3/02/1934 passaram a constituir freguesias autónomas. Nos censos de 1864 a 1900 Várzea de Ovelha e Aliviada eram freguesias distintas aparecendo anexadas nos censos seguintes.
- ² O ano de 1929 representa o início da publicação dos Anuários Demográficos, que a partir de 1967 o Instituto Nacional de Estatística passou a designar por Estatísticas Demográficas. A informação aí existente permite-nos, através do método do movimento natural, calcular os saldos migratórios, mas tendo o concelho como máximo de desagregação territorial. Só a partir de 1991 o INE disponibiliza esse tipo de informação ao nível de freguesia. Para o período anterior a 1991, realizar este tipo de abordagem a este nível territorial só é possível, fazendo recolha directa dos nascimentos e óbitos nas Conservatórias de Registo Civil, o que fizemos para o período de 1950 a 1991.
- ³ Uma outra limitação prende-se com o facto de apenas os concelhos de Baião e Mesão Frio estarem integralmente inseridos na área de estudo.
- ⁴ Quando foi criada a freguesia de Vinhós, um dos lugares que nela estava integrado era Ferraria. Todavia, em 1976, pelo decreto-lei n.º 734/76 de 15 de Outubro, a povoação mencionada volta a fazer parte da freguesia de Sedielos, onde ainda hoje se mantém. A razão desta alteração foi a vontade expressa pela maioria da população do referido lugar. O Recenseamento da População de 1991 contabiliza os residentes em Ferraria como pertencentes à freguesia de Vinhós, o que não é correcto pelo facto de o decreto-lei referido se encontrar em vigor. Assim, em 1991, a população de Vinhós seria de 725 pessoas em vez dos 866 habitantes. A de Sedielos seria de 1605 pessoas em vez das 1464 que constam da publicação do INE.
- ⁵ Os saldos migratórios foram avaliados utilizando o método do movimento natural. O valor do saldo migratório obtido como residuo integra os efeitos de eventuais erros introduzidos nas componentes da Equação Geral da População. Por isso, os valores apresentados devem ser utilizados como uma mera aproximação.

DOCUMENTOS

UMA DESCRIÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES EM FINAIS DO SÉCULO XVIII

Fernando de Sousa

ABSTRACT

This work introduces a description of the Trás-os-Montes region during the late 18th century. In several aspects it completes José António de Sá's description of the province which has already been published by us. Concerned by the fact that this region's agriculture was facing several obstacles, responsible for its decline, the author of that political and economic memoir presents a set of measures, within the social and economic framework of that period, to support the development of the region. It represents a valuable source for a better understanding of the country during the late period of the Portuguese Ancien Régime.

1 – INTRODUÇÃO

Há mais de 25 anos que dedico boa parte da minha investigação a Trás-os-Montes¹, para já não falar dos estudos que, directa e indirectamente, sugeri ou orientei a muitos dos nossos colegas e discípulos.

Não tem sido uma investigação continuada, visando um trabalho académico, obrigatoriamente limitado no espaço e no tempo, uma vez que, por um lado, tenho recebido propostas de trabalho aliciantes, irrecusáveis até sob o ponto de vista económico, e por outro lado, tenho desempenhado funções cívicas e políticas que me absorvem de um modo quase exclusivo.

Mas Trás-os-Montes sempre continua presente, afectiva e intelectualmente, nas minhas preocupações, nos meus interesses, nos meus horizontes, bem expressos pelas minhas publicações, as quais, devem ser entendidas, tão só, com a ponta do icebergue das múltiplas fontes e estudos que tenho comigo, a aguardar, apenas, uma melhor oportunidade de tempo e de labor.

Só as fontes que tenho recolhidas sobre Trás-os-Montes, como bem sabem alguns colegas meus, dariam para eu trabalhar, a tempo inteiro, durante mais de vinte anos!...

Até ao momento, não tem sido possível. Mas sempre que tenho uma oportunidade, ou que a tal sou obrigado (como é agora o caso), lá vou colocando mais uma pedra na construção que, pela sua natureza e pela condição humana, sempre permanecerá inacabada, e que é a de Trás-os-Montes em finais do Antigo Regime.

Tudo isto vem a propósito da fonte que agora publico. Recentemente, dei à estampa uma descrição de José António de Sá sobre Trás-os-Montes, trabalho que muito prazer me deu por tanto a ter procurado desde 1970. E como tinha pronta uma outra memória relativa a Trás-os-Montes, para a mesma época, decidi agora dar-lhe publicidade. Trata-se de uma *Memória Económica-Histórica... de Trás-os-Montes*² que

ajuda a melhor conhecer aquela província nos finais do Antigo Regime e a detectar mais claramente os bloqueios de natureza estrutural e conjuntural que impediam o desenvolvimento de uma região... alguns dos quais, teimosamente, persistiram até ao nosso tempo, fazendo de Trás-os-Montes um dos casos mais dramáticos do nosso País, só parcialmente resolvido nas últimas duas décadas.

2 – A MEMÓRIA ECONÓMICA-HISTÓRICA RELATIVA A TRÁS-OS-MONTES – O HOMEM E O TEMPO

A fonte que agora damos ao prelo é anónima, isto é, não indica, o nome do seu autor, assim como também não refere o ano da sua redacção.

Contudo, a sua análise interna permite-nos, com segurança, responder a estas duas questões.

Vejamos a primeira, isto é, a da autoria. O manuscrito regista que o autor escreveu um plano «que corre por diferentes vias», sobre cânhamos. Efectivamente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, existe, de Luís António de Medeiros Velho o *Plano dos vantajosos interesses que resultam à nação portuguesa pelo estabelecimento da esquecida agricultura do cânhamo*³, o qual data de 1797.

Por outro lado, na parte final da memória que agora publicamos, diz o seu autor que foi juiz de fora em Chaves, durante quase cinco anos, criando a roda dos expostos e promovendo uma fábrica de chapéus grossos, a única da província trasmontana.

Ora, nós sabemos que esta fábrica, por ordem de Pina Manique, foi estabelecida, em 1785, pelo juiz de fora de Chaves, Luís António de Medeiros Velho, o qual serviu, efectivamente, em tais funções, entre 1781 e 1786, correspondendo, assim aos cinco anos referidos⁴.

Tais dados ajudam-nos, assim, a datar esta fonte com segurança. Com efeito, o seu texto refere-se a tal período, 1781-1786, e a última data registada na fonte é de 18 de Agosto de 1788.

Contudo, a referência ao plano sobre a agricultura do cânhamo, de 1798, leva-nos a concluir que a *memória económica-política* é seguramente, de 1799, nunca depois de 1800, uma vez que Medeiros Velho menciona o facto de Portugal viver à quase um século em paz – não contando, neste seu juízo, com a Campanha do Rossilhão, de 1793-1794. Tal não invalida, porém, que a realidade trasmontana apresentada seja, efectivamente, a dos anos de 1781-1786, como veremos mais tarde.

3 – TRÁS-OS-MONTES SEGUNDO MEDEIROS VELHO

Os cinco anos que Medeiros Velho serviu como juiz de fora de Chaves permitiram-lhe ter um conhecimento profundo de Trás-os-Montes, sobretudo das causas de natureza geral que entravavam o seu crescimento económico.

O autor, profundamente influenciado pelas doutrinas fisiocráticas, considera a agricultura como o sector económico determinante, uma vez que, sem uma agricultura «perfeita», não há comércio, nem indústria, nem aumento da população, e portanto, nenhum país com uma agricultura deficiente pode sustentar as forças armadas necessárias para a sua conveniente defesa.

É, portanto, à luz deste postulado que vai descrever Trás-os-Montes.

3.1 – Da Organização Administrativa

Começa por apresentar a divisão administrativa da província, região composta por quatro comarcas, além de contar, ainda, com municípios das comarcas de Lamego e de Guimarães.

Ora, os concelhos trasmontanos que pertenciam à comarca de Guimarães, por força do alvará de 7 de Janeiro de 1792, passaram a fazer parte da comarca de Vila Real, o que nos leva a pensar que o seu estudo, no que diz respeito à descrição de Trás-os-Montes, reporta-se, efectivamente, a 1781-1786, ainda que a redacção final seja mais tardia.

Não refere a organização eclesiástica, que desconhece, e fala-nos de 400 freguesias em Trás-os-Montes, número muito inferior às 700 freguesias que a província então contava.

3.2 – Causas do Atraso da Agricultura Trasmontana

Descreve com algum rigor as produções agrícola e animal de cada comarca. Mas ignora a batata, a qual já se encontrava generalizada por toda a província – nomeadamente, no concelho de Chaves, onde exercera funções como magistrado de vara branca –, e no domínio da indústria, não refere minimamente a indústria das sedas, o que seria totalmente incompreensível se Medeiros Velho não procurasse situar-se apenas no domínio da agricultura, e desenvolver o seu estudo numa perspectiva de exercício justificativo da criação de um intendente provincial de agricultura. Em seguida, apresenta as causas «indutivas e eficientes» que impediam os «progressos» da agricultura trasmontana, para depois apresentar as soluções que preconiza, a fim de justificar a criação do lugar de um ministro da agricultura para a província.

Segundo ele, as causas que impediam o crescimento da agricultura trasmontana eram as seguintes:

- 3.2.1 – Os maus métodos e a ignorância exibidos pelos agricultores no aproveitamento das terras.
- 3.2.2 – A falta de braços, o que originava terras incultas ou mal aproveitadas e salários excessivos de jornaleiros e trabalhadores.
- 3.2.3 – A falta de águas.
- 3.2.4 – A falta de boas estradas para o comércio dos produtos agrícolas, o que onerava estes fortemente com as despesas de transporte.
- 3.2.5 – A falta de população.
- 3.2.6 – O grande número de privilegiados e isentos das obrigações públicas.
- 3.2.7 – O grande número de vadios, que viajavam como mendigos, e aqueles que se expatriavam para a capital, onde viviam na ociosidade.
- 3.2.8 – A designação dada aos lavradores de «mecânicos», o que os fazia serem considerados de inferior condição; qualquer mestre de gramática ou retórica, qualquer músico, escrivão serventuário, mercador, meirinho, rendeiro ou ourives tinha melhor acolhimento público do que os lavradores, os quais eram olhados com «sumo desprezo».
- 3.2.9 – As imensas e demoradas demandas e as formalidades requeridas pela lei, as réplicas, tréplicas e prazos, adiamentos, reformas e custos de inquirição, que levavam os lavradores a deixarem a lavoura pelo foro, perdendo muitos dias e gastando o dinheiro necessário ao amanho das suas terras.

- 3.2.10 – As prisões efectuadas sem peso nem medida, levando a que as cadeias estivessem cheias de «imensos inocentes», «vítimas desgraçadas» da prepotência dos magistrados e de pretextos ridículos e insignificantes, sem haver prova plena na pronúncia.
- 3.2.11 – Os elevados tributos com que eram onerados os vinhos, como o cabeção da sisa e a décima que os lavradores pagavam em função da produção, o real de água que incidia sobre os vinhos que vendiam, o subsídio literário, que recaía sobre tudo o que colhiam, sem ter em consideração eventuais perdas, e ainda, o monopólio da produção de aguardentes da Companhia do Alto Douro.

3.3 – Medidas para Desenvolver a Agricultura da Província

Depois de apresentar as onze causas que travavam o crescimento da agricultura trasmontana, Medeiros Velho expõe as «providências» que considera essenciais para ultrapassar a situação em que aquela se encontrava:

- 3.3.1 – Nomear um ministro da agricultura que tomasse o encargo de:
- Mandar comprar, pelos bens dos concelhos, arados e os outros instrumentos de agricultura, de acordo com os modelos de Duhamel, os quais se conservariam nas câmaras, como os pesos e medidas, para servirem de modelo aos lavradores e trabalhadores;
 - Convidar os lavradores mais ricos a mandarem fazer os instrumentos agrícolas pelos ditos modelos;
 - Fazer conhecer aos lavradores os estrumes e esterco adequados às suas propriedades, de forma a corrigir a terra;
 - Suscitar nas vilas e cidades mais importantes sociedades económicas;
 - Obrigar os juizes de vintena a possuírem o tratado de Bertrand, traduzido em português; tal obra, que custava 240 réis, deveria ser lida, aos lavradores, por capítulos, nas audiências e autos do povo.
- 3.3.2 – Conceder ao ministro da agricultura jurisdição privativa sobre as águas para rega, sem apelo nem agravo, só se admitindo recurso para a Junta da Agricultura, desde que o valor do bem que estivesse em causa excedesse os 20 000 réis; o ministro devia mandar construir diques e canais para as águas de rega, onde necessário, e instalar máquinas hidráulicas ou «rodas de tubos», que se moviam por si, fazendo elevar as águas.
- 3.3.3 – Compelir ao trabalho os jornaleiros, os quais deviam constar de uma lista dos juizes de vintena, sendo o preço dos jornais regulado pelas câmaras.
- 3.3.4 – Melhorar as estradas públicas e vicinais, utilizando para tal os rendimentos da terça que os vereadores levavam das condenações e coimas (pois não se compreendia que estes tivessem interesse nas condenações que proferiam), das sisas correntes, do real de água, das penas aplicadas aos culpados e a contrabandistas, e de certas fintas; e utilizar os soldados nos trabalhos de melhoria e construção de estradas.

- 3.3.5 – Fomentar os casamentos, limitar o número de eclesiásticos e estabelecer fábricas na província, onde os recém-casados e seus filhos pudessem trabalhar e viver.
- 3.3.6 – Abolir a maior parte dos privilégios que isentavam boa parte da população activa de trabalhar no serviço público.
- 3.3.7 – Reduzir o número de vadios e mendigos, os quais só deviam circular com passaportes.
- 3.3.8 – Extinguir a designação de «mecânicos» aos lavradores, os quais deviam ser louvados e gozarem da qualidade de nobre quando fossem grandes proprietários (na província de Trás-os-Montes, os que colhessem mil alqueires de pão, mil almudes de vinho ou trezentos almudes de azeite), e dar-lhes os cargos dos concelhos, como juizes, vereadores e almotacés.
- 3.3.9 – Levantar as causas sumárias de acordo com o princípio do contraditório; as sentenças deviam ser simples, sem os extensos preâmbulos, e os pedidos de agravo reduzidos, de forma a permitir maior celeridade na decisão dos processos.
- 3.3.10 – Abolir todos os despachos de pronúncias de prisão, a não ser no caso dos delitos que mereciam pena capital, açoutes e degredo, e com prova plena, com excepção dos delitos de alta traição, salteador de estradas ou assassino, em que se justificava a prisão, ainda que as provas não sejam concludentes.
- 3.3.11 – Retirar à Companhia do Alto Douro o monopólio da compra de vinhos para destilação.

3.4 – O Ministro da Agricultura Provincial

Finalmente, Medeiros Velho dedica a última parte da sua memória ao ministro da agricultura provincial, à necessidade de se criar tal cargo, de se definirem as suas funções, qualidades e honorários.

O ministro da agricultura devia exercer essas funções em exclusivo, caso contrário, aconteceria o que se verificava com os corregedores e juizes de fora, os quais, embora tivessem a obrigação de zelar pelo desenvolvimento da agricultura, pelas suas múltiplas funções, acabavam por esquecer esta.

Para não se nomear outro ministro, deveria exercer tal cargo o superintendente dos tabacos, uma vez que tinha jurisdição provincial e limitava-se a efectuar sindicâncias nas cidades e vilas principais.

O ministro da agricultura devia fazer anualmente correição a todas as cidades e vilas da província, conhecer dos acordãos e posturas municipais relativas à agricultura, assim como da sua observação, examinar os caminhos, fontes e pontes, providenciar os diques, presas e açudes, minas e canais necessários, incrementar a plantação de amoreiras, oliveiras, castanheiros, pinheiros, sobreiros e carvalhos, uma vez que havia falta de lenhas na província, emprazar os bens dos concelhos incultos ou desnecessários aos povos (libertando-se os cinco anos iniciais do pagamento do foro), inspecionar as fábricas e caudelarias, dar conta anual à Junta de Agricultura e enviar, também, anualmente, à Secretaria de Estado do Reino e à Intendência da Polícia, os mapas estatísticos, quer da produção agrícola de cada comarca, quer da população, quantificando homens e

mulheres, os nascimentos, casamentos e óbitos, os meninos até à idade de 14 anos, os velhos decrépitos, os cegos, dementes e incapazes, os eclesiásticos, os lavradores que trabalhavam as suas propriedades, os jornalheiros e os artistas de toda a qualidade, para se conhecer «o estado e o número da população provincial».

Para se elaborarem com exactidão tais mapas, deveria o ministro da agricultura compelir os rendeiros e «colhedores» da produção agrícola que pagavam dízima a apresentarem os róis autênticos de cobrança, confrontando-os com as relações dos juizes de vintena.

Tal ministro, segundo o autor da *memória económico-política*, deveria ainda reunir certas qualidades morais – ser incorruptível, imparcial, etc. – físicas – para suportar a dureza e as contingências das suas funções – conhecimento profundo da província e das gentes de Trás-os-Montes, e ter «boas luzes» do direito político e económico. A sua nomeação deveria ainda efectuar-se por nove anos, a fim de poder, na realidade, verificar os progressos da agricultura trasmontana.

No exercício de tais funções, o ministro da agricultura de Trás-os-Montes deveria ganhar os 333.333 réis que lhe estavam consignados enquanto superintendente dos tabacos, mais 300 000 réis pagos pelos cabeções das sisas das comarcas de Bragança, Moncorvo e Miranda, para cobrir as despesas de estalagens, aposentadorias e cavalgadas. O escrivão, que também seria o da superintendência dos tabacos, receberia 110 000 réis pagos pelo rendimento da sisa da comarca de Vila Real e o meirinho, 60 000 réis pagos pelos concelhos pertencentes às comarcas de Lamego e Guimarães.

4 – ORIGINALIDADE DA MEMÓRIA ECONÓMICO-POLÍTICA SOBRE TRÁS-OS-MONTES

Uma vez apresentada a síntese do trabalho de Medeiros Velho, importa tentar apreender a sua originalidade, isto é, chamar a atenção para aspectos que aquele refere e que, eventualmente, ainda não tinham sido tratados por outros estudiosos de Trás-os-Montes, antes dele.

Escrevendo nos últimos anos do século XIX, Medeiros Velho conhece tudo o que foi publicado, até então, quer relativamente às várias regiões do País, quer, especificamente, quanto ao que diz respeito a Trás-os-Montes, nomeadamente:

- O *Compêndio de observações*, de José António de Sá (1783).
- Os dois volumes de *Os Estrangeiros no Lima* (1785-1791), o que lhe permite ter conhecimento, pelo menos, da existência da Sociedade Económica de Ponte de Lima, fundada em 1779.
- E os três primeiros volumes das *Memórias económicas da Academia* (1789-1791), onde se encontram as descrições de José Inácio da Costa sobre Chaves, de José António de Sá sobre Torre de Moncorvo e três memórias sobre o Alto Douro.

Conheceria ele, por outro lado, a *Descrição da província de Trás-os-Montes (1781-1782)*, de José António de Sá, assim como os numerosos trabalhos manuscritos deste autor, tendo como pano de fundo aquela província^{5?}

Mais ainda. Saberia Medeiros Velho do estudo de Guimarães Moreira, corregedor da comarca de Leiria a partir de 1778, que escreveu, em 1781, *O Espírito da economia política naturalizada em Portugal...*^{6?}

Acaso colhera notícia do *Despertador da agricultura de Portugal* (1782), de Ferrari Mordau, intendente-geral da agricultura do Alentejo, ou da memória de Gervásio Pais, de 1788, sobre esta província?

Teria ele acesso aos relatórios dos juizes demarcantes das províncias do Reino, concluídos por 1795, nomeadamente o da Estremadura, de Bacelar Chichorro⁸.

Não podemos, por agora, responder a tais questões, as quais exigem, da nossa parte, tempo de que não dispomos ao presente.

Mas podemos assinalar, para já, a convergência das análises efectuadas por Sá (1781-1782), Guimarães Moreira (1781), Ferrari Mordau (1782), Bacelar Chichorro (1795) e Medeiros Velho (1798) quanto aos bloqueios estruturais e conjunturais da agricultura portuguesa e sobretudo, quanto às «providências» que deviam ser tomadas para ultrapassar aquelas – mesmo se cada um chega a idênticas conclusões a partir de experiências distintas, o primeiro e o último a partir de Trás-os-Montes, o segundo e o quarto a partir da Estremadura e o terceiro a partir do Alentejo.

Com efeito, na análise que Medeiros Velho faz das causas impeditivas do crescimento da agricultura trasmontana, podemos chegar à mesma conclusão a que Sá já chegara quando tratara do mesmo assunto, isto é, que tais factores limitativos podiam ser extensivos a todo o Reino. E o mesmo poderemos dizer, de modo geral, quanto às providências apresentadas.

Os aspectos da *memória económico-política* mais originais dizem respeito, à *população, ao grande número de privilegiados e ao monopólio da produção de aguardente por parte da Companhia do Alto Douro*.

No que diz respeito à população, Medeiros Velho, após chamar a atenção para as largas distâncias existentes entre as povoações trasmontanas, realidade que tinha a ver como a geografia física da região e a forma de povoamento da província, aponta as razões da escassez da sua população:

- Os numerosos celibatos, havendo lugares em que 6/10 (?) das pessoas não chegavam a casar-se, devido aos reduzidos meios de que dispunham para contrair matrimónio.
- Elevado número de eclesiásticos, até 20 em certas freguesias; ora, estes eram oriundos, regra geral, de casas com património, estando, assim, em condições de estabelecerem uma família, caso não optassem pelo sacerdócio.
- A escassez da produção agrícola.
- A falta de fábricas.
- As dificuldades levantadas para o enfiamento de terrenos públicos incultos, o que gerava a penúria de casas.

O não crescimento da população portuguesa era, para Medeiros Velho, tanto mais inexplicável quanto Portugal não sofria os efeitos nocivos, quer da peste, quer da guerra, há quase um século.

De que forma é que o nosso autor se propõe ultrapassar esta situação? Através das seguintes providências:

- Fomentar os casamentos, isentando os recém-casados, nesse ano, dos cargos e encargos públicos, com excepção de contribuirem para as fontes, pontes e calçadas.

- Limitar o número de eclesiásticos regulares e seculares.
- Estabelecer fábricas na província, nomeadamente, de cobertores de polpa, de que carecia Trás-os-Montes e o Reino, o que levava a que os castelhanos exportassem, para Portugal, cobertores fabricados em Palência; de sola e cortumes, dada a abundância de couros e terras com aptidão para produzirem o sumagre; de saragoças, para se dar consumo às lãs; de ferro, para aproveitar o minério de Carviçais.
- Conceder aos recém-casados um pequeno terreno nos baldios e incultos para contribuirem a sua casa e disporem de uma pequena horta.

Quanto ao grande número de privilegiados e isentos dos trabalhos agrícolas e mesmo de todas as obrigações públicas, Medeiros Velho procura apresentar uma interessante estatística do seu número em Trás-os-Montes. Segundo ele, gozavam do estatuto de privilegiados ou isentos:

- Os soldados e famílias dos cinco regimentos de cavalaria e infantaria existentes (3 000).
- Os lavradores que integravam os cinco terços de auxiliares (5 000).
- Os funcionários dos tabacos.
- Os estanqueiros e buletários existentes em cada freguesia (mais de 4 000 mil); os quatro privilegiados existentes em cada freguesia, da segunda ordem, os mamosteiros de Santo António, Nossa Senhora do Amparo, Trindade e Meninos Orfãos (mais de 1 600, segundo o autor, porque regista 400 freguesias, quando, se se tivessem em atenção as 700 freguesias da província, seriam 2 800);
- Os párocos de todas as freguesias.
- Os juizes, vereadores e oficiais de justiça.
- Os formados pela Universidade de Coimbra.
- Em cada concelho, o capitão-mor, e o sargento-mor, «uns régulos», e os capitães, alferes, e sargentos das ordenanças, que gozavam dos privilégios de cavaleiros.
- Os cavaleiros de Cristo.
- Os familiares de número da Inquisição, que eram em grande número.
- Os caseiros dos desembargadores.

Este excessivo número de privilegiados impedia que, com excepção dos pobres, todos se eximissem às funções públicas. Não havia quem servisse como juiz de vintena a não ser um ou outro jornaleiro, que não dispunha de quaisquer condições para administrar a justiça, convocar os povos para os trabalhos públicos e condenar os prevaricadores, uma vez que, não sabendo ler e encontrando-se dependente dos lavradores mais poderosos, não sabia das obrigações do seu regimento, nem o podia fazer cumprir.

Finalmente, quanto ao privilégio da Companhia do Alto Douro de estabelecer fábricas de aguardente onde quisesse e de comprar os vinhos para tal fim em regime praticamente de monopólio, o ex-juiz de fora de Chaves levanta a questão deste «procedimento intolerável» para com os lavradores, o qual determinava o reduzido consumo dos vinhos, o seu baixo preço, e chorudos lucros para a Companhia, da ordem dos 60 %, o que o autor considerava excessivo.

A Companhia, que dispunha de fábricas de aguardentes nos concelhos de Murça, Alijó, Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vinhais e Bragança, detinha o privilégio exclusivo de

vender aos lavradores do Douro a aguardente necessária para a preparação dos vinhos de feitoria, e por tal, controlava totalmente o preço da produção excedentária dos vinhos destinados a serem destilados. É certo que os lavradores podiam destilar os vinhos da sua colheita, mas era em pequeno número os que dispunham de alambiques para tal.

Daí que Medeiros Velho preconizasse a abolição de tal privilégio, de forma a, livremente, os lavradores poderem mandar destilar os seus vinhos a quem quisessem, e assim funcionar o livre jogo da concorrência.

Há ainda dois aspectos pretensamente originais, que têm a ver com a criação de sociedades económicas, que segundo Medeiros Velho deveriam ser criadas nas «povoações maiores» e do cargo de *ministro da agricultura provincial*, sobre cujas funções e qualidades disserta largamente, como já tivemos oportunidade de ver.

As sociedades económicas, já preconizadas por José António de Sá na sua descrição de Trás-os-Montes, em 1780-1781 e designadas então por «academias de agricultura», vão ser sucessivamente referidas, entre outros, por Guimarães Moreira (1781), Ferrari Mordau (1782), que usa a mesma designação de «academias e sociedades de agricultura» utilizada por Sá, e Bacelar Chichorro, que recupera novamente as «academias ou sociedades económicas» de Guimarães Moreira – para já não falarmos na Sociedade Económica de Ponte de Lima, fundada em 1779, e que seria do conhecimento de todos estes autores.

Finalmente, e a respeito do ministro da agricultura provincial, cremos que Medeiros Velho se limitou a defender e a adaptar para Trás-os-Montes aquilo que Bacelar Chichorro – na esteira, aliás, de Guimarães Moreira, como José Luís Cardoso argutamente notou⁹ –, preconizava para todo o Reino, isto é, a institucionalização de um ministro ou intendente provincial de polícia e política económica. E conforme Bacelar Chichorro se situa muito próximo do pensamento de Guimarães Moreira, expresso em *O Espírito da economia política naturalizado em Portugal, e principalmente em Leiria*, também Medeiros Velho segue, de muito perto, Bacelar Chichorro.

Como explicar esta proximidade que, no caso de Medeiros Velho, até o leva a propor, para os nossos lavradores, como modelo, o Tratado de Agricultura de Bertrand, membro da Sociedade Económica de Berna, exactamente como fizera Bacelar Chichorro?

Conhecimento directo do que cada antecessor pensava e escrevera sobre a economia portuguesa? Ou inspiração comum?

Não menosprezemos a circulação dos textos manuscritos no Portugal de finais de Setecentos. Cópias de textos originais, de memórias, descrições e observações da mais diversa natureza, sobre os mais variados temas e regiões, em versão integral ou parcial, são enviadas a numerosas personalidades e entidades, à Academia das Ciências, à Secretaria de Estado do Reino e a outras repartições do Estado, onde qualquer magistrado como Bacelar Chichorro ou Medeiros Velho as podia facilmente consultar. Esta multiplicidade de exemplares não impressos por razões da mais variada natureza, permitem uma ampla difusão de ideias e saberes no seio da elite nacional, que acabam por gerar um conhecimento partilhado e comum do país, da sua economia e dos projectos de desenvolvimento em questão, o que nem sempre permite, com rigor, dar o seu a seu dono. Refira-se, e só a título de exemplo, a *Descrição da província de Trás-os-Montes*, escrita por Columbano, de que, só em arquivos públicos, se conhecem cinco exemplares. Ou a *Descrição da Estremadura*, de Bacelar Chichorro, de que restam, pelo menos, outros cinco exemplares. E registe-se mesmo, no caso de Medeiros Velho, a informação de que

o seu *Plano da agricultura do cânhamo*, corria por diferentes vias... para já não falarmos nas cartas e memórias de carácter polémico, como as do bispo de Bragança e seus familiares, que correram, às dezenas, por todo o País, até 1830-1840! Só a partir de meados do século XIX é que a impressão se imporá, com carácter definitivo, à redacção manuscrita.

Contudo, mais até no plano das reformas que no diagnóstico das situações levantadas, é possível detectar um conjunto de soluções muito idênticas, que têm a ver com a formação teórica dos nossos iluministas de finais do século XVIII, muito especialmente, com o exemplo da Espanha, e os projectos de renovação económica do país vizinho, na segunda metade do século XVIII.

As tentativas de criação das sociedades económicas e dos intendentos provinciais não são de inspiração espanhola, mesmo sabendo que, originariamente, tanto aquelas como estas tinham surgido em França e noutros países? Lamentavelmente, não há, ainda, um estudo comparativo entre a ilustração portuguesa e a ilustração espanhola. No dia em que tal trabalho for elaborado, suspeito que viremos a ter algumas surpresas e a descobrir, quiçá, que o paralelismo existente entre os dois países, tão evidente e evidenciado para o século XIX, aos mais diversos níveis, constitui uma realidade anterior, que poderemos remontar à segunda metade do século XVIII.

Seja como for, este propósito bem evidente, expresso por numerosos estudiosos e magistrados, a partir de 1780, de apreenderem a administração, economia e sociedade de Portugal à luz da realidade provincial, vai acabar por ter uma profunda influência na própria acção do Estado, o qual, na última década do século XVIII, para proceder à reforma político-administrativa e económica do país, vai optar decididamente pelo modelo das províncias, como se comprova pelas leis de 1790 e 1792.

É à luz dessa doutrina que Medeiros Velho sugere a criação de um intendente para Trás-os-Montes, como outros tinham defendido antes dele. Infelizmente, por razões que agora não importa analisar, tais reformas acabaram por não se realizar.

5 – CONCLUSÃO

Medeiros Velho, em finais do século XVIII, à luz do conhecimento directo que as funções de juiz de fora, em Chaves, lhe proporcionaram, durante cinco anos, quanto à agricultura de Trás-os-Montes, legou-nos uma descrição interessante sobre aquela província, denunciando muitos dos constrangimentos que impediam o desenvolvimento daquela, extensíveis, de certo modo, a todo o território continental, mas revelando, num ou noutro aspecto, uma certa originalidade que tinha a ver com as condições sócio-económicas da região.

Não nos fornece uma descrição económica de Trás-os-Montes, rigorosa e minuciosa como aquela que José Antônio de Sá fizera, em 1780-1781, da mesma província. E muito menos desenvolve um estudo aprofundado de um concelho, como Sá efectuou para Torre de Moncorvo, em 1786, ou Inácio da Costa elaborou para Chaves, em 1788.

Considerando tais trabalhos como adquiridos, Medeiros Velho procura, sobretudo, numa perspectiva teórico-política, enunciar os obstáculos que impedem o desenvolvimento da agricultura trasmontana, e as providências necessárias para ultrapassar aqueles, entre os quais menciona, com particular relevo, a nomeação de um ministro da agricultura.

Nesta perspectiva, o estudo de Medeiros Velho completa as memórias apresentadas, anteriormente, por Sá, Inácio da Costa, e mesmo por Rebelo da Fonseca para o Alto Douro.

José António de Sá termina a sua *Memória Académica de Trás-os-Montes* (1780-1781) enunciando o propósito de, num «projecto de reforma», desenvolver as causas físicas e morais que impediam o progresso da agricultura trasmontana – que chega a enumerar – e representar os «caminhos» necessários para ultrapassar aquela situação. Não o chegou a fazer.

Ora, Medeiros Velho, com a sua memória económico-política, de 1799-1800, numa altura em que, por razões de natureza profissional regressa a Trás-os-Montes, agora como corregedor da comarca de Bragança, funções que passa a desempenhar a partir deste último ano, vai justamente preocupar-se com tais bloqueios e reformas.

Nesta perspectiva, à distância de mais de quinze anos, Medeiros Velho responde a José António de Sá, começando o seu trabalho onde aquele terminara.

NOTAS

- ¹ *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua história em fins do século XVIII, princípios do século XIX*, 2 volumes – Porto, 1973 (tese de licenciatura).
- ² ANTT – Ministério do Reino, maço 356, nº 8.
- ³ ANTT – Ministério do Reino, maço 356, nº 18.
- ⁴ Francisco Manuel Alves – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança* – t. XI, Porto, 1947, documento n.º 13, p. 243, já referenciado por nós na nossa tese de licenciatura, vol. I, p. 515, ao tratarmos da indústria em Trás-os-Montes nos finais do Antigo Regime.
- ⁵ Ver, de Fernando de Sousa – *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, «População e Sociedade», do CEPFAM, n.º 3, Porto, 1997, e todos os estudos aí citados.
- ⁶ Ver, de José Luís Cardoso – *Memórias económicas inéditas (1780-1808)* – Lisboa, 1987, e todos os trabalhos aí citados.
- ⁷ Ver, de Moses Bensabat Amzalak – *O «Despertador da agricultura de Portugal» e o seu autor o intendente D. Luiz Ferrari Mordau* – Lisboa, 1951.
- ⁸ Ver, de José de Abreu Bacelar Chichorro – *A Memória económico-política da Província da Estremadura* – publicada por Moses Bensabat Amzalak – Lisboa, 1943. Consultar, ainda, de Fernando de Sousa, *a História da Estatística em Portugal* – Lisboa, 1995.
- ⁹ Ob. Cit., nota 12 à p. 412.

NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO DA MEMÓRIA ECONÓMICO-POLÍTICA

- 1 – Manteve-se a ortografia original. Apenas se eliminaram as maiúsculas em desuso.
- 2 – Desligaram-se as palavras de acordo com as suas formas normais.
- 3 – Quanto à pontuação, apenas se acrescentou uma ou outra vírgula, e substituíram-se os dois pontos por ponto final ou ponto e vírgula, quando tal se revelou absolutamente necessário para a melhor compreensão do texto.
- 4 – Desdobraram-se as abreviaturas.
- 5 – As notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre [].
- 6 – As referências bibliográficas feitas pelo autor são mantidas na forma de apresentação original.

MEMÓRIA ECONÓMICO-POLÍTICA

Em que primô se faz ver que o fomento da agricultura em geral deve occupar as primeiras vistas do Ministerio. Secundô se descreve o forte da mesma agricultura relativamente á Provincia de Tras-os-Montes, e para que são mais analogos e proporcionados os differentes terrenos da mesma Provincia. Tertio quaes são as causas inductivas e efficientes porque a mesma Agricultura não faz progressos, e está, enquanto a alguns frutos, quasi na sua infancia. Quarto, quaes são as providencias para evitar a sua decadencia. Quinto quem ha-de ser o ministro que se deve incumbir da execução de semelhante interessantissimo projecto. Quaes devem ser os seus officios, e as qualidades de que deve ser dotado.

Sem rocorrer a outras razoens mais que á larga, e antiquissima experiencia, que he coeva á existencia da raça humana, se deixa ver, que em todos os tempos, e em todas as idades a promoção da Agricultura deveo os primeiros, e mais vigilantes cuidados a todo o corpo da sociedade; e ainda mesmo quando não erão conhecidos os reynos e republicas, e naquelles tempos mesmo em que erão os homens arbitros de toda a sua liberdade, ja a agricultura estava em vigor. Nos codigos sagrados vimos ao primeiro homem, logo que foi expulso do jardim de Edem, ser precisado, a efeitos da sentença de seu fatal exterminio, cuidar na agricultura para poder passar o restante de seus largos dias: seus filhos – Abel cuidava nos gados, e o fratrecida Cain lavrava, e cultivava os campos: esta pura e indispensavel necessidade foi acompanhando a proseguida marcha da natureza humana. Nos primeiros seculos, cujos factos ficarão sepultados na noite dos tempos, he bem natural que a agricultura não faria grandes avançamentos; pois estando a terra em todo o vigor de nutrição, e sem estar recicada, e esterelizada pelas exhalações, e continua producção, havia a menos trabalho dar muitos fructos: os homens erão poucos, e as terras de sobejo: elles vivião frugalmente das primeiras e simples producções: o luxo e a vaidade no comer, e vestir erão desconhecidos, e só o que era necessario fazia impressão aos mesmos homens e a medida que eles se forão augmentando, e formando sociedades civis sobre a face da terra se forão polindo. Nasceo o vaidoso luxo; ex ali se augmentarão as necessidades, e estas descubrirão as fabricas, alimentarão os primeiros artistas, e obrigarão a augmentar o cuidado na cultura dos frutos que de novo devião entrar nos pomposos banquettes.

Já em seculos bem afastados nos faz ver em termos muito energicos o sancto legislador israelita hum quadro assaz agradável do cuidado com que os antigos egipcios se desvelavão na promoção da agricultura, e o quanto providenciavão sobre a colheita, e goarda dos grãos, e o apreço que fazião dos que tinham intendencia nesta importante materia. O mais amado dos filhos de Jacob de pobre pastor, e escravo se vio exaltado a segunda dignidade do florecente reino do Egypto; o mesmo foi elle promover os meyo de conservar a abundancia dos fructos, que da escravidão e carcere subir ao mayor emprego, e confiar-se-lhe a intendencia de celeiros reaes. Os canaes com que o Nillo foi sagrado; a dispendiosa estrutura do lago de Meris para conservar as aguas, quando da Abissinia vinhão poucas, e faltavão as necessarias para fertilizarem os fructos, mostrão o quanto se desvelavão os egypcios no augmento da agricultura.

Os romanos na infancia do seu imperio, e no estado mais florente da sua republica cuidarão igualmente nas armas, que na agricultura. São provas as sabias leys agrarias, e as revoluções guerreiras, que houve para as sustentar. Enfim nestes ultimos seculos todas as Naçoens polidas se desvellão, a força da mayor despesa e trabalho de promover e chegar a estado de perfeição a mesma agricultura, já formando caminhos, ja dispendiosos canaes; ja abrindo e procurando minas de agoa, ja sangrando os rios por diques ou prezas, já inventando e usando machinas de hydraulica, já finalmente creando instrumentos mais commodos e mais proporcionados para agricultura. A França, a Inglaterra, os cantoens dos suiços, e recentemente a Castella provão esta verdade, e o quanto fazem as suas delicias em tudo o que concorre para o auge deste mais nervoso e interessante ramo; e com razão, que sem elle não ha população, nem commercio; faltão as primeiras materias e inutilmente se estabelecem as fabricas, modico deve ser o exercito, debil a marinha, e deminuta a navegação; e havendo luxo corre o Estado com passos agigantados para a sua decadencia. Ex aqui porque a agricultura em geral, dice eu, devia occupar humas das primeiras vistas do Ministerio.

SEGUNDO PONTO

A provincia de Tras-os-Montes que está em huma das partes mais septentrionaes do Reyno se compoem de quatro comarcas: a primeira he a de Miranda, a segunda he a de Moncorvo, a terceira de Bragança, e a quarta de Villa Real, alem de alguns conselhos pertencentes ás comarcas de Lamego, e Guimaraens.

A comarca de Miranda he regularmente pouco povoada; tem immensas terras, e alguns montes, e todas proporcionadas para darem trigos, senteios, e cevadas, e poderião dar algum milho grosso e painço, se o cultivassem. Em poucos sitios produz vinhos, e os que se colhem nos concelhos de Lomba, e Vinhaes são generosos, e muito balsamicos, e ainda sem beneficio se conservão muito tempo, e destilados dão bom rendimento em agua ardente: o seu consumo he na propria terra, e algum vay para Galiza e Castella. Nas ladeiras, ou ribadas do Douro se colhem também alguns vinhos, que tinham saída para Espanha; hoje porem he menor a exportação desque o Ministerio daquelle reyno cuidou em mandar plantar vinhas, e impoz cento e sessenta reis em cada almude de vinho de Portugal de direitos de entrada: porem apezar de todo este disvello, os povos de Galiza se não podem dispensar do mesmo vinho, por ser o frio daquelle paiz contrario á ditta producção, e o mesmo acontece ás terras de Saago, e Campos de Castella Velha, e assim pouco sufficientes aquellas providencias para deixarem de se aproveitar dos vinhos de Portugal, que são melhores, e ficão proximos, e a melhor commodo.

Seria justo animar na referida comarca a plantação e verdadeiro cultivo das vinhas; a plantação de castanheiros, para o que he propria a terra, e ha poucos á proporção dos dilatados terrenos, e estas arvores ao mesmo passo que dão hum proveitoso fructo, produzem bellas madeiras, e o resto serve de lenhas para os fogos. As oliveiras são quazi desconhecidas em toda a comarca, e posto que alguns poucos terrenos podessem produzillas á força de arte, não he necessario forçar a natureza do paiz, he melhor seguilla com a cultivação daquelles fructos, que lhe são mais analogos. Os gados ovelhuns se dão admiravelmente: os carneiros e ovelhas são grandes, a lan boa, porem desgraçadamente está em summa negligencia semelhante creação, que ao mesmo passo que utiliza com as lans, e admiraveis estrumes dá carnes para o necessario sustento. Na mesma comarca há huma caudalaria donde sahem os melhores cavallos do Reyno e as mulas são formosas de admiravel grandeza mas faz poucos progressos a mesma caudalaria, porque a mayor parte dos cavalos, que servem de pays são pequenos, rixosos outros, ja com algumas aleijoens, e cheyos de reçabios, tudo por falta das necessarias providencias, e se acharem muito adulteradas as do regimento das caudelarias do senhor D. Pedro segundo, e ainda estas deminutas para evadirem as referidas malicias dos caudeis e lavradores.

A comarca de Moncorvo he situada em paiz mais temperado e quente: produz muito azeite em quasi todos os conselhos e he o melhor do Reyno, e em toda ella tem amoreiras para a creação do bixo da seda; porem não são as necessarias á proporção das que pode produzir: dá trigos, centeyos, cevadas, legumes, e alguns milhos; e pode produzir nos conselhos de Mirandella, Villariça, Anciaens e outros; muitos e nervosos canamos naquelles predios, que ainda hoje conservão o nome de canameiras, segundo

com mayor individuação fiz em ver hum plano que corre por diferentes vias. As hortaliças são das melhores, produz regularmente poucos vinhos, mas pode produzir muitos mais; porem o solto da terra, a mã escolha das uvas, o fraco grangeo das vinhas, e feitoria dos vinhos faz que posto que sejam maduros prometão pouca duração, excepto os vinhos de Santa Valha, que são dos melhores da provincia para o quotidiano uso. Não produz castanheiros senão no conselho de Monforte, pelo calido do paiz. São os carneiros e ovelhas e lans admiraveis e finas; porem em tudo ha suma indolencia e crassa ignorancia. Nos conselhos da Torre de Moncorvo e Freixo-de-Espada-Cinta se colhem algumas amendoas, mas poucas em attenção as que se podião colher: os meloens e queijos de ovelha, são bellos, produz alguma fructa de caroço, e em toda a comarca a população he deminuta, e no lugar de Carvoiaes ha abundantes minas de ferro, que sendo tão interessantes como necessarias jazem no summo desprezo.

A comarca de Bragança, no termo da cidade, e villa do Oiteiro, he regularmente fria, e alevantada como a de Miranda lemitofica; produz centeyos, trigos, alguma cevada, poucos milhos, castanha, para o que he muito natural: mas a plantação he relativamente muito deminuta, e em alguns sitios produz bellos e generosos vinhos; como são os de Izeda, Moraes, Arcas e Nuzellos que com a simples feitoria durão annos pelo balsamico, e espirituoso. Ha nos dois dittos conselhos huma caudalaria, muitos prados, prados particulares, e publicos, para o pasto, e sustento dos potros; mas falta-lhe muito para chegar a estado da perfeição, a que podia subir: produzem alguns linhos de teya, mas poucos, e mal cultivados: o conselho de Chaves he mais bem temperado produz trigos, centeyos, cevadas, e milhos, linhos de teya, muitos vinhos e generosos, munta castanha, algum azeite, toda a qualidade de legumes, bellas fructas de caroço, gostosissimas hortaliças, boas lans, e alguns sitios muita cabra. Podia produzir muito canamo, e ter muito gado vacum, de que há geral falta neste Reyno. Se o rio Tamega que borda os largos campos, ou veiga da mesma villa fosse sangrado no simo da mesma veiga, cuja obra não sendo de mayor despeza faria regar legoa, e mea de longitude, e mea de latitude, que tem os mesmos campos, seria a colheita dos trigos melhor, e dos linhos treplicada; e nos prados artificiaes se podião crear milhares de vitellas e bezerros, de que ha huma grande falta.

Os dois conselhos de Montealegre, e Ruivaes pelo montanhoso só são proprios para senteyos, e alguns milhos, poucos vinhos e verdes, alguma castanha e linhos; porem são admiraveis para a criação de gados vacuns pelos prados e pastos, que lhes fornecem os dilatados montes; e já os povos tem algum cuidado neste utilissimo e necessario ramo, mas ainda lhe resta muito para chegar ao desejado grão de perfeição.

Os conselhos que pertencem á comarca de Lamego estão na costa septentrional do Alto Doiro produzem pouco pão, algum azeite, pouca castanha e muitos, e generosos vinhos: a cultura destes pouco tem a emendar, e os caminhos daquelle terreno assim publicos, como vicinaes e muito pelo ingreme, e ladeiroso do paiz, mas quiz a Providencia que com summo prazer de todos sahisse ley para dar principio á reedificação de semelhantes caminhos, tudo devido ás solicitaçoens officiosas de hum excelentissimo genio patriotico, que os seus mercimentos o aproximarão ao throno para hum dia encher a nação daquellas felicidades, que os seus vastos projectos tem premeditado.

Os conselhos da mesma provincia pertencentes á comarca de Guimaraens produzem muitos milhos, senteyos, legumes, linhos, castanhas, painços; e os gados são regularmente cabras, e os vinhos verdes tendo muita semelhança com os da provincia do Minho aonde a agricultura está em mayor auge.

TERCEIRO PONTO

As causas inductivas, e efficientes porque a agricultura não faz progressos na provincia de Tras-os-Montes são: 1.^o o máo methodo, e ignorancia que há do verdadeiro modo de cultivar as terras, para a producção dos fructos que se lhes semeão. Os lavradores, sem outras luzes mais, que de huma cega rotina, lanção as sementes em os seus predios, sem respeitarem mais que a grosseira tradição de seus mayores: elles nem olhão a qualidade das terras, nem ao modo das lavoiras, nem a escolha das sementes, nem sabem procurar os necessarios estrumes, nem distinguir os que são mais annalogos a cada hum dos predios; nem cuidão em procurar aquellos esterços que se achão nas entranhas da terra, como cal, marnes, gesso, marga, e outros com que se augmenta o suco nutritivo, e se desenvolve a terra elemental, e se corrigem os vicios de alguns predios. Elles não tem os perfeitos instrumentos de agricultura, e lavrando regularmente a terra pela superficie, não desenvolvem, e desfazem huma terra nova, que possa succeder à esterilizada pelas continuas produçoens, e dar lugar a estenção do germe.

Segunda causa he a falta de braços trabalhadores, de que resulta em primeiro lugar darem os lavradores huma apresada e incompleta lavoira para poderem abranger as terras, que lhe restão a cultivar: em segundo lugar ficarem alguns predios sem cultura, e outos a terem intempestiva; e em terceiro lugar serem os selarios dos jornaleiros, ou trabalhadores excessivos, e não poderem os proprietarios, ou seus colonos suprir á esta tão avultada despeza; de que nascem duas fataes consequencias: a primeira de precisamente serem obrigados a vender os fructos a mayor preço; e a segunda de olharem com desplacer para a agricultura, respeitando ao pouco lucro, que percebem, descontando a excessiva despeza, e trabalho.

Terceira causa he a falta de aguas, que há para a fertilização dos predios. Aquelle payz he regularmente arido, e seco, e o sol na profundidade dos vales he intenso no estio, e faltando aos fructos o grande principio de vegetação, a humidade, perdem toda a sustancia, e se desecão em forma que hum predio podendo com agua produzir cem alqueires apenas dá dez, o que concorre para desanimar a agricultura, e faz que os poucos fructos corraõ a mayor preço.

A quarta causa he a falta de boas estradas, para a importação e exportação dos fructos de huns para outros lugares, e de caminhos capazes para os predios; pois o máo estado em que humas e outros se achão motivão que pelas más estradas cresção os productos do valor das conduçoens, que fazem subir os preços dos fructos conduzidos, e pelos incapazes caminhos prediaes resulta huma grande e mayor despeza na agricultura, pois por hum bom e plano caminho podia [o] lavrador levar no dia por exemplo vinte carros de estrumes, ou esterços ao seu predio, e cada carro transportar o pezo de 50 arrobas, e no estado em que se achão quazi todos os caminhos escabrosos, e desiguaes apenas poderá conduzir 10 carros, e cada hum de 25 arrobas; isto mesmo a respeito dos fructos que se tirão dos predios e assim vem nesta parte a fazer á agricultura duas a mayores de despesas. Ex aqui porque os proprietários dos campos naquella provincia apenas achão quem lhes dê a metade do rendimento dos seus predios por ser necessaria a outra a metade para as despesas ruraes dos colonos, e lhes ficão os fructos dos grãos muito caros, quando por si os mandão cultivar.

A quinta causa he a falta de população; pois sendo aquella provincia de sua natureza fructifera, e tendo muitas bellas terras para se cultivarem, ha na mesma piquenas povoaçoens, e estas a muita distancia humas das outras, podendo ao menos havellas

duplicadas: os motivos desta falta de população procedem dos demaziados celibatos; pois ha lugares em que seis partes das pessoas se não chegam a casar, e assim não se reproduzindo he bem certo que a morte que em todo o tempo em todas as idades dá os seus inevitaveis golpes, ha-de fazer que a população deminua, ou ao menos se não augmente. Esta falta de casamentos traz primo, a sua origem dos poucos meyo em que se achão para se poderem sustentar, e isto mais de quatro partes da provincia, pois vendo que não tem bens para se manterem, e que assim lhes fica quasi insoportavel o enorme pezo dos onus matrimoniaes suffocão as paxoens da natureza, e involuntarios não procurão a preciosa sociedade conjugal. Os ternos gemidos da indigente consorte, e os desconsolantes choros dos nus e famintos filhos do [s] seu [s] pobres vizinhos he hum quadro bem mortificante, que voltejando todos os instantes ao redor da sua concideração os assusta, e conserva em hum estado, que não desejão.

Secundo procede do sem numero de ecclesiasticos, de que abunda a mesma provincia, pois ha freguezias que tem dez ate vinte clerigos, estes são commumente de casas que tem patrimonios, com que os ordemão, e com os dittos patrimonios, e com os dotes das mulheres, se seguissem o estado de casados, podião formar sofriveis casas de familias, cultivarem bem seus predios, e reproduzirem grande numero de braços trabalhadores. Eu já não lembro aqui o terrivel golpe politico damortização de semelhantes membros, e só proponho a fazer ver o que causão à população. A honra, o esplendor da caza do Senhor a ninguem faz mais viva e respeitosa impressão; sei que deve haver ministros sagrados que a zelem; e conduzão os insensarios, fação os sacrificios, e enchão os deveres de sacerdotes do Altissimo; mas ao mesmo passo tambem vejo, que já não ha arca sancta a conduzir, nem victimas da expiação para o que se precisavão immensos levitas alem das 24 linhas dos sacerdotes. A hostia he incruenta e immaculada, hum só sacerdote faz o sacrificio, e assim he justo que haja limites, e que se evite a prejudicial profusão de ecclesiasticos, que sem vocação, sem estudos, e sem necessidade se fazem pesados ao Estado e até indecorosos à mesma ordem.

Tertio, nasce da carestia dos fructos e falta de fabricas naquella provincia e da defficultdade com que se emprazão os innuteis terrenos publicos, nos quaes os novos casantes podião edificar casas com huma piquena horta, que lhes servisse de acolhimento: a penuria das cazas desamina muito aos que pretendem casar, pois tendo habitação sua propria já se sacrificão pelos seos jornaes, ou selarios diarios a ganhar com que sustentar a sua pobre familia. Quando me vem à lembrança a transmigração de Jacob com seus filhos para o Egipto e estabelecido na terra de Jessin, vejo que passados poucos seculos, seus descendentes voltão à Palestina em hum tão prodigioso numero que seis centos e trez mil quinhentos e cinquenta erão os capazes de pegar em armas, não se contanto os da tribu de Levi, mulheres, e decrepitos, admiro com razão a politica deste grosseiro e pastoril povo, e o quanto estavão presuadidos, que as forças reaes do Estado consistem em huma bem applicada população: a maxima fina de induzir infamia à esterilidade, sendo deffeito da natureza, prova o quanto sabião estimar a população. Os romanos tinhão o mesmo cuidado, trez mil homens se unirão ao seu primeiro rey, naquella que foy metropoli do universo; no sexto reynado, tendo mediado pouco mais de hum seculo, ja Servio Tullio contava oitenta mil combatentes romanos. Ora Portugal ha quasi hum seculo, que desconhece os golpes terriveis da guerra; o contagio da peste se não experimenta; o paiz não he ingrato à população. Os portuguezes já se contavão por milhoens, mas o certo he que não so não ha grande augmento, mas antes a população deminuta a não ser na capital, e cidade do Porto.

A sexta causa porque a agricultura não faz progressos he o sem numero de privilégios, e com excepções tão exuberantes que os exime até das obrigações mais publicas e mais necessarias á existencia do Estado. Aquella provincia conta trez regimentos de cavallaria, e dois de infantaria, que estando completos são trez mil privilégios, e suas familias, e com razão, porque as suas diarias obrigações no tempo de paz, e as mesmas, e mais perigosas no da guerra os faz credores a proporcionadas excepções; ha cinco terços de auxiliares, que formão cinco mil homens dos lavradores mais ricos, e capazes para os deveres publicos, que por diferentes resoluções, e pelo decreto de 2 de Março de 1751 gozão dos privilegios de soldados pagos como se andassem em viva guerra, e dos tabacos, sendo assim exemptos de todos os cargos, e encargos, até de concorrerem para as fontes, pontes e calçadas de que continuamente se estão servindo, privilegio que por excessivo a Ordenação lib. 1 tt^o 66 § 43 não quiz fosse comprehendido na geral excepção, sem expressa e individual declaração.

Alem dos oito mil privilégios das tropas pagas, e auxiliares ha em cada freguezia ao menos dois lavradores, que gozão dos mesmos excessivos privilegios, que são o estanqueiro, e buletário, que pelas freguezias da provincia, em que ha algumas de dois e trez Estancos e fazem mais de mil privilégios, e ao todo nove mil sem lemites. Tem mais cada freguezia 4 privilégios da segunda ordem, mamposteiro de Santo António, de Nossa Senhora do Amparo, Trindade, e Mininos Orfaons, que nas quatro centas freguezias, pouco mais ou menos, fazem mil e seis centos privilégios. Ha quatro centos parochos: ha juizes, vereadores, e officiaes de justiça, que alem de terem grandes privilegios, elles se sabem exemtar de tudo. Ha hum grande numero de formados na Universidade de Coimbra privilegiados pela Ordenação lib. 1 tt^o 66 § 42. Ha em cada conselho hum capitam mor, e sargento mor, que pela mayor parte são huns regulos, que tem privilegios até onde se estende a sua fantezia, alem dos capitaens, alferes, e sargentos de ordenanças, que gozão dos privilegios de cavalleiros § 41 do regimento das companhias.

Finalmente ha cavalleiros de Christo, muitos familiares do numero da Inquisição, que gozão de exuberantes privilegios; ha caseiros de desembargadores, de cujo numero excessivo de privilegiados resulta não haver quem faça as funções publicas dos povos, e que o pouco resto dos que não são privilégios, pobres, e minimos secumba nas suas obrigações. Exaqui porque não ha fontes, caminhos vicinaes, nem pontes nas ribeiras, e se não vão procurar as aguas commuas para fertilizarem os predios. Não se observão os relegos, e leys municipaes de cada povo para o regimen politico, e economico, chegando á desgraça de haver muitos lugares aonde se não pode encarregar hum juiz da vintena, que na forma do seu regimento vegie pella ditta economia, pois apenas ha dois ou trez jornaleiros sem privilegio, e sendo só estes capazes de ser jurados na forma da Ordenação lib. 1 tt^o 66 § 6 elles servem por necessidade de juizes. E como poderão sendo dependentes dos mais lavradores, administrar justiça? Como poderão convocar os povos para a factura dos caminhos, e como farão observar o seu regimento que não sabem ler nem tem forças para o executarem? Como condemnarão aos que com seus gados estragão as searas, se elles são ricos, que os atropellão, elles podem faltar com o sustento, que dos mesmos percebem? E demais, que importará a hum pobre juiz o estrago dos fructos, se os não tem de seu, e vay crear poderosos inimigos na execução dos seus deveres?

A septima causa he os muitos vadios que viajam em tom de mendigos, e outros indolentes, que pouco ou nada trabalham, sendo só pesados ao Estado, e outros que

voluntariamente se expatrião, vindo manter a sua ociozidade na capital, servindo nas immensas, e desnecessarias loges de bibidas, jogos de bilhar, e outros em ar de segundos, e terceiros caxeiros das inumeraveis loges de toda a qualidade, e outros finalmente servindo de creados de fastoso luxo que adquirindo huma vida mole, jamais podem voltar á nervoza agricultura.

Eu já não falo da enorme praga de cabeleireiros, seus officiaes, e aprendizes, que se os desnecessarios com azas voassem pelos ares a trabalhar nos campos, neste lance se perturbaria a luz do dia, e como estes exercicios de hum mal entendido luxo não são pesados, fazem que as provincias se despovoem, os campos fiquem mal cultivados, e haja excessiva abundancia na Corte, muitos roubos, mortes, e desordens, e se experimente deminuição na agricultura, que por falta de tantos braços trabalhadores não faz progressos.

A oitava causa he o chamado mechanismo, que se imputa a arte da lavoira; he bem verdade, que filosoficamente falando, toda a arte que depende do braço he mechanica, por cooperar a força do mechanismo, mas na accepção commua mechanico suppoem huma qualidade inferior, e contraria á pomposa nobreza, e induz não sei que chocante á vaidosa aura popular, que faz tantos estimulos ainda naqueles que se jactão de desabusados pelas luzes da filosofia: ora os lavradores, vendo-se tratados como mechanicos, e pioens, necessitando de despensa de mechanismo, se as forças dos seus cabedaes os chegão hum dia a estado de se poderem nobilitar, e que o trabalho campestre os faz conciderar de huma inferior condição no tratamento, e agazalho do Estado, considerando por outra parte, que hum mestre de grammatica rhetorica, e hum muzico, não exercitão huma arte mechanica; e que hum escrivão serventuario, hum mercador, hum meirinho, hum rendeiro, e hum oirives, e outro qualquer artista tem melhor trato, e acolhimento publico, quando elle curvado com o arado, ainda com penivel trabalho procurando a todos o necessario sustento, e as primeiras materias que entrão em todas as fabricas, que ha-de fazer senão olhar com despligencia, e abandonar huma tal arte.

Com quanto pezar tenho visto o máo acolhimento dos lavradores, e o summo desprezo com que são olhados aquelles, que por falta de bens propios, alugão seus honestos trabalhos, e ainda aquelles que nos seus bens praticão todos os exercicios da lavoira. E quão diferente transporte de alegria me arrebatava, quando nos mais bellos dias de Roma, vejo sahir do meyo da agricultura aquelles imortaes heroes, que occupando a suprema dignidade de dictadores, e a regia de consules, sabião unir ao conhecimento da grande arte de governar os homens as brilhantes qualidades de guerreiros, merecendo como victoriosos generaes os pomposos triumphos de grandes militares, e que cheyos de tanta gloria voltavão outras vezes á mayor de se tornarem a empregar na agricultura sendo o arado o desejado sceptro a que aspiravão! Que effusão de gosto se não derrama em o meu coração, quando concidero o grande imperador da China tomar por permissas do seu governo o uso da lavoura! Que penetrantes estimulos não produzirá semelhante acção! Os vassallos vendo o apreço que o seu soberano faz da agricultura como a não estimarão, se a conciderão tão honrada que deve o primeiro exercicio ao seu monarca! Que muito que tu, oh Roma, tendo tão debeis principios te fizesses em tão poucos tempos senhora do universo, se te dirigias por tão fortes maximas! E ainda hoje o estarias, se dellas te não desviasse. Já me não admira que a China seja o mais e mais duravel, e mais florecente dos imperios, se respeita ás realidade e não a seduciosas apparencias.

A nona causa he a das immensas, e demoradas demandas, estes conhecimentos ordinarios, que por formalidade requer a ley, replicas e treplicas, dillaçoens de vinte dias, reformas das mesmas, cartas de inquirição para forma com termo suspensivo, sendo mais de cinquenta dias, e outras escrupolisidades que a tom de conhecimento da verdade se encontrão na ordem de processo, que recebeo á sua mal entendida equidade das decretaes, são os motivos porque muitos lavradores querendo reivindicar seus predios ou prepor outras acçoens, largão o uso da lavoura pelo do foro, perdendo muitos dias nas desnecessarias demoras para averiguação da verdade, gastando nas estalagens, e com as despezas das demandas aquelle dinheiro que lhe podia servir para amanho das suas fazendas: eu já não lembro outras demoras, alem das prescriptas pela ley, que fazem os escriptaens, não continuando quando devem os processos aos letrados; e estes pedindo tempo, ja por affectada doença, que não provão, ja pela mal ditta desculpa de occurrencia de feitos, sendo tão succedidos, que ha juizes que lho concedem, e se o denegão há aggravos, a que desgraçadamente se dá provimento. Que direi eu da demora de mezes, que digo? De annos, de annos que os juizes tem os autos para sentenciar; quantas vezes os pobres lavradores litigantes vem das suas aldeas, ás cidades, e villas para tirarem os processos do poder do escriptão, letrado e juiz e inutilmente? Em os mais dos auditorios não ha procuradores de causas, que felicidade! E precisão as partes de deligenciar a expedição dos feitos. Ex ahi os lavradores perdendo immensos dias, dispendendo muito dinheiro, e melhor lhe fora não usar de seu direito, e acção ainda que fosse pingue, de que allucinados pelo ardor do litigio, se irem insensivelmente depauperando, de que ha tristes exemplos.

A decima causa he das prizoens, que sem pezo nem medida se fazem. As cadeas estão cheas de immensos innocentes, victimas desgraçadas, e muitos trabalhadores inutilizados entre os ferros misturados com os malfeitores, que lhes ensinão seus perversos costumes, e no meyo tempo que dura a prizão, que muitas vezes he de annos, e annos, ex ahi os campos sem trabalhadores, os prezos perdem o que podião adquirir na lavoira, e tomão o facil habito da ociosidade de que se vestem quando sahem da prizão. Ora se olharmos á causa porque forão prezos, muitas vezes he por prepotencia dos magistrados, outras vezes causas rediculas, e insignificantes, e finalmente por huma mal entendida jurisprudencia criminal, que dicta dever-se pronunciar a prizão por provas indiciaes, e semiplenas, ainda que não sejam bastantes para a condemnação, e que semelhante prizão he hum simples arresto, ou segurança da pessoa do reo para se lhe poder impor a pena no caso de ser condemnado no plenario, esta he a frazi com que se explicão os farinacios, os conciolos, os quazinos, os claros, e outros monstros inimigos da humanidade. A prizão sabem todos, que he huma das mayores penas, a não ser a da morte: a privação da liberdade, o ar corrupto, que domina nestas funebres habitaçoens, e os danos que a cada hum resulta dos seus negocios são causas de muita ponderação: ora como se pode ajustar com os sanctos principios da justiça, e equidade, que por huma simples querella de delictos, sem serem capitaes, e provas semiplenas, se prenda hum homem, e esteja soffrendo já huma rigorosa pena sem ser ouvido, nem haver ainda sentença que depois mais vezes he absolutoria.

Eu quero que haja prova plena quando se procede a pronuncia; mas ainda não foy ouvido o reo: elle podia ser innocente, e a culpa formada por testemunhas falsas, e forjada por inimigos, e quantas vezes assim acontece, e os reos são absolvidos afinal; mas para o duro tempo da prizão e para as despezas ja não ha remedio, nem o que perdeo o Estado naquelles braços trabalhadores: os crimes muitas vezes são formados

ex officio sem parte, e quando as ha para a formação o deixão de ser na accusação para não pagar; e quando accusão as mais das vezes não tem com que idemnizar aos reos sequer os damnos, que se contão deminutamente á proporção do dispendido; e sendo estas verdades eternas me enchem de compaxão e o mesmo farão a quem nellas fizer huma seria reflexão.

A undecima causa porque a agricultura não faz progressos naquella provincia no respeitante aos vinhos, que não são da administração da Companhia do Alto Doiro, he em primeiro lugar os grandes tributos com que semelhante genero se acha onerado. Os lavradores no cabeção da cisa pagão á proporção das vinhas, que têm, e o mesmo na decima. Pagão outrosim real da agoa do que vendem, e subsidio literário de todo o que colhem, quer se lhes verta, quer se derrame, e inutilize, o que muitas vezes acontece, vem a perder, não só a despeza inorme do amanho das suas vinhas, e a parte do rendimento pertencente a propriedade, mas demais a pagar tributo de coisa de que se não utilizão. Que desconsolo para quem fabrica, ver perder por hum accidente muito regular o seu vinho, e depois pagar delle subsidio! Este ponto parece, que deve merecer a real contemplação de Sua Magestade. A mesma senhora, por dois effeitos da sua alta justiça ja modificou a exigição deste imposto nos vinhos verdes pelo alvará de 7 de Julho de 1787, tomando por justa causa a grande desproporção que ha nos preços, porem não declarando o mesmo alvará quaes erão esses vinhos verdes. A Real Junta da Comissão Geral sahio com o seu edital de 18 de Agosto de 1788 declarando que erão só vinhos verdes os produzidos em arvores a que vulgarmente chamão de enforcado.

Esta resolução, declarando sem consulta, a qualidade dos vinhos, he diametralmente opposta ao espirito da ley, porque não attende á desproporção dos preços a que a mesma no § 1 tão claramente respeita poiz pode haver, e ha muitos vinhos de enforcado, que tendo menos despeza, que os de vinha, se vendem por mayor preço, e he juntamente contraria á natureza da coisa; porque na provincia de Tras-os-Montes os vinhos colhidos nas vinhas do conselho de Villa Pouca de Aguiar, nas montanhas de Chaves, e outros, são mais verdes que os de Ribeira de Pena, e Basto, colhidos de enforcado. Finalmente a ditta resolução se oppoem não só á letra e espirito do ditto alvará, mas se não pode conciliar ao mayor esforço com o determinado no § 1 ttº 4 do novo regimento da arrecadação do referido imposto; pois determinando-se ali que a Companhia do Doiro o arrecade não só das 40 freguezias do embarque, mas das que produzem vinho de ramo e taverna, pondo nos mapas os titulos de maduros e verdes, he bem certo, que dentro da demarcação não ha vinhos de enforcado a que se possão dar esse nome de verdes. Destes principios decorre a certa consequencia, que o alvará não contemplou só por vinhos verdes os produzidos em enforcado, e sim aquelles que não são finos, e espirituosos, como são os do embarque, respeitando os mais de inferior qualidade por verdes, em razão de se vender a pipa a 10\$500 reis, com huma grande differença a trinta, e trinta e seis mil reis, que valem os finos; isto he ajustar-se mais á equidade, e espirito do mesmo alvará; e assim sendo os vinhos da provincia inferiores em preço e qualidade aos de ramo pagando igual imposto como os de embarque desanima a agricultura.

Em segundo lugar, a falta de consumo, e de hum preço equivalente, he a que desanima este interessante ramo, pois havendo na mesma provincia terras, que só de dois, em dois annos podem dar pan, e muito pouco, são tão naturaes para vinho, que com minimo trabalho se plantão as vinhas, e produzem muito e bello vinho, de sorte que a producção deste género em hum só anno vale mais do tripulo do que rendem nos dois, cultivados de pão, tiradas humas e outras despezas, isto não passando o almude

de vinho de quinhentos reis: ora se o vinho tivesse o consumo, que se lhe pode dar, se deixa ver o quanto os lavradores augmentarião os seus rendimentos se puzessem de vinhas aquelles terrenos, que são pouco naturaes para pão, e os que são mais fructiferos os cultivassem melhor, pois sendo menos podião ter melhor cultura, mais esterco; e produzir tanto mais pão que todos elles mal cultivados, e na avultada colheita dos vinhos se enriquecião os lavradores. A falta de consumo dos vinhos, e o seu deminuto preço nasce do máo modo com que a Companhia do Doiro se comporta na feitoria das agoas ardentes.

Aquella Companhia tem privilegio de estabelecer fabricas de agoardente aonde lhe parece, e assim o praticou no concelho de Murça, onde tem huma fabrica, outra em Alijó, e quatro no concelho de Chaves, huma no de villa Pouca, outra no de Vinhaes, outra no de Bragança. A mesma Companhia que tem privilegio exclusivo de vender aos lavradores do Doiro agoardente para a feitorização dos vinhos, quando principiou a comprar vinhos para destillar, costumava dar hum bom preço; e ao principio parecia que queria animar esta lavoura, mas foi huma refinada maxima, porque os lavradores vendo hum lucro tão vizivel plantarão mais vinhas, e tanto que a companhia vio vinhos de sobejo entrou a prometer preços minimos, e os lavradores vendo que não podem vender toda a colheita para se beber, não tem outro remedio senão o de darem os seus vinhos aos intendentes das fabricas de agoardente, ou por hum preço deminutissimo; ou a arbitrio dos mesmos intendentes, que elles regulão a tom de rendimento, segundo o baxo preço que a companhia arbitra lhe deve ficar a pipa de agoardente naquelle anno, e ainda lhe he necessario empenhos, e oblaçoens para os dittos intendentes.

Bem vejo que a Companhia directamente não faz os preços, e deixa á liberdade do lavrador a venda; mas indirectamente he a que faz os preços, e regula a venda dos vinhos, pois sabendo que os há de sobejo para o consumo, e que só ela tem privilégio para os destillar, manda hum preço muito inferior aos intendentes, taxando-lhes a como deve ficar naquelle anno a pipa de agoardente; e assim estes não só prometem hum preço minimo pelos vinhos, mas athe figurão muitas vezes que tem ordem para fechar as fabricas, do que resulta verem-se os lavradores forçados a vender a todo o preço, e bem longe de semelhante procedimento intoleravel promover a agricultura deste ramo, faz que os lavradores abandonem as vinhas perdendo as despezas da plantação, o que causará consequencias funestas, se não houver huma justa e prompta providencia; pois ainda que os lavradores tenham a faculdade de poderem destillar os vinhos da sua colheita, apenas em cada conselho ha dois ou trez que o possam fazer tendo vinhos proprios sufficientes, e custosos alambiques, e forças para tirarem guias, soffrer empates de dinheiros, e correspondencias para poderem transportar as agoas ardentes produzidas, pelas não poderem vender a outros dentro daquelles destritos da provincia.

QUARTO PONTO

A primeira providencia, que se pode applicar á substancia das causas tão nocivas aos progressos da agricultura he que o ministro a quem for incumbido o vigiar pelo augmento da mesma, faça pelos bens do concelho comprar arados, e mais instrumentos de agricultura, feitos pelos modellos, que traz Duhamel, e estes devem servir de padrão, conservando-se nas casas da camera, como o dos pezos, e medidas, para servirem de modello aos lavradores: em segundo lugar convidará aos mais ricos, que usem dos dittos instrumentos mando-os fazer pelos mesmos modellos, que dissolvendo melhor a

terra, e alevantando a nova pela qualidade de sua melhor estructura, que tem em comparação dos instrumentos máos que actualmente usão os lavradores, elles colherão mais e melhores fructos, e com menos trabalho. Em terceiro lugar, quando for na precisa, e indispensavel correição annual aos concelhos fará conhecer aos lavradores os estrumes, que se encontrão nas entranhas da terra, e o modo de benfeitorizar e aproveitar os esterco, e como se podem corregir os vicios da terra, e equilibrada com outra. Em quarto lugar fará todo o possivel de convidar nas povoaçoens mayores sociedades economicas, regulando o modo de as deregir, e sobscrevendo-se socio em todas ellas. Em quinto lugar fará, que todos os juizes das vintenas tenham o tratado de agricultura de Bertrand, membro da Sociedade de Berne, traduzido no nosso idioma, que he hum epithome bello, que traz o modo de augmentar a lavoira em termos facéis de perceber e praticar hum rustico lavrador.

Este tratado sufficiente para dar luzes a quem não quer tratar a economia como filosofo, custa duzentos e quarenta reis, este dinheiro deve sahir donde sahe o mais das despezas do povo; e para que se me não objecte, que venho augmentar esta mais, sou precisado a mostrar, que se podem evitar outras desnecessarias com que bem se compensa esta tão util. Os juizes da vintena costumão a tirar todos os annos, quando são elleitos, hum regimento para saberem as obrigaçoens de seu officio; mas se todos os annos são as mesmas porque não devem os regimentos passarem de huns para outros juizes, como acontece aos escriptaens? E se ao ditto regimento accrescer algum capitulo de correição porque se não pode pôr por apostilla? E assim evitadas estas despezas sobeja muito para comprar o tal livro, que nas audiencias, ou autos dos povos deve por partes ser lido aos moradores para se irem capacitando do modo com que hão-de fazer as lavoiras, sementeiras, e escolherem as sementes, e a aproveitarem os esterco, de que tudo trata com muita clareza em breves periodos; e he certo que os lavradores mais ricos se hão-de animar a comprallo, e a fazer suas experiencias, e o resto, vendo o novo methodo da agricultura, e o seu lucro, os hão-de imitar.

A segunda providencia he em quanto se não augmenta a população, se aproveitem todos os braços trabalhadores, isto he pondo em exercicio os que por indolencia deixão de trabalhar: o modo deve ser este. Os juizes das vintenas, escolhidos dos melhores do povo em riqueza, e probidade sem attenção a privilegios, hão-de ter huma lista dos jornaleiros, que por sua qualidade trabalhão, ou devem trabalhar por não terem outros meyo, e caso os dittos trabalhadores se não ajustem, ou não queiram ir trabalhar para os donos dos predios, a requerimento vocal destes, os mandarão ir trabalhar com a pena de quinhentos reis, applicados para as despezas publicas das obras dos povos, fazendo executar a ditta pena pelos seus escriptaens, e carregando-a em receita a hum depositário abonado que deve haver em todas as vintenas, e no caso que ao jornaleiro se não encontrem bens, para não ficar fraudada a mesma pena, que nasce de huma especie de delicto, os juizes os farão conduzir a cadeia do termo, aonde deverão estar tão somente oito dias; e desta forma com o medo cuidarão em trabalhar, e as penas servem para a despezas dos caminhos, e outras obras necessarias para a agricultura; não se devendo extrahir de semelhantes condemnaçoens terça alguma, pois estas, na forma da ley, sahem das coimas, e antigas condemnaçoens das cameras.

Para melhor se executar esta providencia he necessario que as cameras, segundo o seu regimento, estabeleção preço dos jornaes em attenção a qualidade do serviço, e tempo em que for feito, regulando hum preço médio, que nem possa ser damnoso aos proprietarios, ou fazendeiros, nem aos jornaleiros: e nesta taxa se deve determinar o

quanto hão-de levar a seco, e quanto, dando-se-lhes de comer, e sempre o modo a escolha dos trabalhadores; isto no caso de ser necessario compellilos, porque no de ajuste poderão os proprietarios convencionar com elles o que lhes parecer; porem como pode haver caso de penuria de trabalhadores, como he quando pela estação irregular do tempo se apressão as ceifas, e outros trabalhos campestres, e nesses termos os que forem mais ricos haverão com vantajosas promessas a mayor parte dos jornaleiros, e estes farão hum quasi monopolio dos seus trabalhos, e consequentemente perecerão os fructos dos mais, que merecerem igual contemplação. Nessa figura os juizes nomearão á proporção dos bens, e trabalhadores, numero correspondente para todos, e para os bens dos juizes os nomeará o homem da governança mais antigo: e para evitar disputas no modo de comer e beber, que devem ter os jornaleiros, quando forem compellidos a trabalhar com essa condição: as cameras, segundo os regulares usos, taxarão o que he natural dar de comer a semelhantes trabalhadores, e declarando a quantidade do vinho sobre que commumente naquella provincia ha disputas entre os fazendeiros e jornaleiros.

Igualmente para que não succeda serem fraudados os jornaleiros nos pagamentos. O escrivão da camera dará gratuitamente acada juiz huma relação das taxas, e selarios com toda a individuação, e o juiz não compellirá aos jornaleiros sem que na mão do depositario do povo fique o selario do dia, ou dias em que principiarem a trabalhar. O juiz, que for omisso, ou parcial na execução destas obrigaçoens será punido com igual pena, e aplição por cada vez, que se provar, do que tirará huma exacta averiguação o ministro da agricultura, quando for em correição áquelle conselho, e fará carregar em receita e arrecadar as dittas penas postas aos juizes, e ouvindo os povos as mandará applicar todas para aquellas obras mais necessarias para felicitar o augmento da agricultura.

Não só os juizes compillirão aos jornaleiros, que costumão, e devem trabalhar, alugando os seus jornaes, mas tambem aos filhos, e filhas daquelles lavradores, que são de qualidade, e costumão trabalhar os seus bens; pois muitas vezes acontece que os pais por condescendencia, ou medo deixão no ocio os filhos, ou filhas mal educados, e intencionados, em quanto elles vão soffrer o penivel trabalho da lavoira. Ora neste caso os juizes obrigarão aos dittos filhos ao trabalho, debaxo de pena de oito dias de prisão se não cultivarem os bens de seus mayores: e quando em caso de penuria repartirem os trabalhadores, já nesse numero contarão o dos filhos, e filhas dos mesmos lavradores, que estiverem em estado de poderem ir aos respectivos trabalhos: esta providencia he justa, e assim como he louvavel a hum bom pay de familias o compellir os seus familiares a que fação os competentes trabalhos, que lhes destina para que a sua casa vá em augmento, e não padeça ruina; igualmente, e com mais razão tem auctoridade, e se faz louvavel o grande pay de familias, quando faz por os seus vassallos em util exercicio para que a casa commua do Estado não vá em precipicio.

A terceira providencia he que o ministro da agricultura tenha jurisdicção privativa com conhecimento summarissimo sobre a materia que dicer rellação a procurar aguas para fertilizar os predios. Aquella provincia tem os rios Tamega, Corgo, Pinhão, Tua, Tinhela, Sabor, e Maçaens, e outros muitos, que vem desagoar nestes, e todos correm pelo centro da mesma provincia, e podem com facilidade ser sangrados por diques, ou prezas em muitos sitios; e em alguns já o são, mas em muitos poucos; porem para o não serem concorrer os presentes obstaculos: o primeiro he a indolencia de alguns povos, que deixão de regar as suas veigas, ou campos por não formarem os diques, que são de pouco custo; o segundo he de não quererem dar passagem ás aguas de huns para outros predios; pois nutridos os lavradores com aquelle principio, que os seus predios

por natureza são livres de dar servidão, e sem reflectir, que os dos seus vizinhos reciprocamente a vem tambem a dar aos mesmos campos não querem dar mutua passagem das agoas, prejudicando-se huns aos outros por caprichos mal entendidos, sem que lhes sirva de estimulos o praticado na provincia do Minho, aonde ha levadas, ou aqueductos de aguas tiradas dos rios, que por mais de mea legua vão por diferentes predios regando mutuamente a huns e outros. O terceiro obstaculo he que devendo-se formar as dittas prezas de huma marge dos rios, a outra, acontece a mais das vezes, que aquelles que as querem formar, e tem commodidades para tirar as agoas, o não podem fazer por serem senhores de huma só das ribanceiras, e assim impedidos pelos donos da outra, e muitas vezes por mera emulação.

Ora para evitar repugnancia, he que o ministro da agricultura pela inspecção da coisa, e pela verdade sabida, sem mais formalidade, deve mandar formar os diques ou prezas necessarias e uteis, ou seja a requerimento particular, ou a causa publica de todos os do povo assim o exija, fazendo dar as congruentes passagens das agoas a menos damno, e louvar estes, caso os haja, para arbitradores para serem indemnizados os donos dos predios, attendendo tambem aos lucros, que lhes sobrevierem; e isto sem appellação, nem aggravado, só admittindo recurso para a Real Junta da Agricultura, no caso que o valor da coisa exceda a vinte mil reis que deve na raiz ter de alçada o mesmo ministro, por não ser justo que as coisas de menor quantia venhão ao Tribunal.

Tambem se podem tirar as agoas dos rios, que tem placidas correntes, por humas machinas de hydraulica, ou rodas de tubos, que pela gravidade do elemento, sem o dispendio, que causão as noras, se movem por si e fazem subir as agoas, quando os predios estão mais superiores aos rios, e não podem ser tiradas pelas prezas em razão de não ficarem os predios ao nivel das mesmas prezas. Igualmente se podem procurar as agoas por minas, tirando-as das serras aonde ha abundancia, ou de outros lugares, aonde se divizão varias nascentes; porem para se fazerem estas minas occorem os mesmos obstaculos, pois muitas vezes he necessario ir com as mesmas por baxo de terras de terceiros a procurar aquellas nascentes, e os senhorios dos predios fundados na exotica imaginação de que são senhores dos mesmos desde o centro da terra te tocar os luminosos astros, embaração as minas, sem terem o minimo damno, porque nem se podem utilizar das agoas, que vão muitas vezes mais de cem pez de profundidade, nem semelhante profundidade de mina lhe pode prejudicar os predios; e assim hum semelhante embaraço he produção de emulação, e contrario áquelle principio de direito – *Quod tibi non nocet, et mihi prodest, teneris facere* –. Entra em semelhante contradição o officio do ministro desembaraçando sem formalidades o impedimento; e no caso que para a fatura das minas seja necessaria alguma obra á face da terra, ha outro remedio de se louvar e pagar o damno; pois desta forma satisfeitos os donos, vem o publico a lograr o concideravel augmento dos fructos.

A quarta providencia he de se cuidar com todo o disvello nos grandes caminhos, que se chamão estradas publicas, e nos vicinaes, que vão de huns para outros lugares, ou mesmo para os predios. As estradas publicas precizão de humas grandes despezas; porem apontarei alguns meynos donde podem sahir; o primeiro he a terça que os vereadores levão das condemnaçoens e coimas, pois não he justo, que elles sejam interessados naquillo mesmo que condemnão; o segundo he das cizas do corrente, pois não sendo estas a favor da real fazenda porque pelo cabeção se completa o regio patrimonio, vem a servir muitas vezes para más applicaçoens; o terceiro he applicar o real d'agoa daquelles conselhos por onde passão as grandes estradas para a reedificação

das mesmas; este indulto tem Sua Magestade concedido para as obras publicas de muitas villas e cidades, e para nenhuma tão interessantes como as estradas se pode applicar; o quarto, que todas penas comminatorias, e todas as postas aos reos culpados, em que não houver parte sejam applicadas para as estradas, e no caso de haver parte, a pena que for alem da satisfação desta tenha a mesma applicação, e da mesma forma sempre quando nas relações se condemnar para as despesas outra igual quantia, seja para a reedificação das estradas, abolidos os degredos para dentro do Reyno, que são as mais das vezes hum castigo illusorio, e nas penas dos contrabandistas sempre huma terça devia ter a mesma applicação.

Outro meyo he de concorrerem os soldados para a factura das estradas a metade do tempo que estão nas Praças, e outro a metade que se lhes concede de licença, pois desta forma não faltando á disciplina militar, nem se lhes tirando o poderem chegar a suas casas, aonde muitas vezes são uteis por cuidarem na cultivação dos bens das suas familias, e proprios, aproveitão juntamente ao publico, e se habilitão na factura das estradas a saberem melhor fazellas no tempo de guerra, quando são necessarias, e alem de se acostumarem a este trabalho, se poem mais habeis para a execução de varias manobras da tactica e architectura militar; o sexto meyo he o das fintas de que fala a Ordenação lib. 1 tt^o 66 § 40 mas seria justo que semelhantes se lançassem, sem as formalidades, que se praticão nem se tirassem terça alguma, e todo o seu producto applicado para as mesmas estradas; porque o contrario consterna muito os povos. Outros são os meyos, que vemos praticar ás naçoens civilizadas, que olhão deveras para tão importantissima materia, que por sabidos os deixo no silencio.

A quinta providencia consiste em fomentar os casamentos concedendo aos casados o não poderem ser obrigados aos cargos, ou encargos publicos dentro do anno do casamento a não ser concorrerem para as fontes, pontes e calçadas, ainda mesmo a serem escusos daquelles que já fossem elleitos com tanto que se casassem dentro de hum mez depois da elleição, este privilegio que por annual não prejudica ao publico animaria muito os casamentos. Seria necessario outrossim por limites ao sem numero de ecclesiasticos regulares, e seculares, que despovoando os povos, e furtando-se aos exercicios publicos, augmentão os celibatos. Seria igualmente util, que se estabelecessem fabricas naquella provincia, para girar o dinheiro, e terem os novos casantes de que poder subsistir. As fabricas de que aquella provincia he susceptivel, são primeiro a de cobertores de popa, que não ha neste Reyno, e nos levão huma grande porção de dinheiro. Na ditta provincia ha muitas e bellas lans, e mais poderião haver se houvesse mayor consumo, pois os lavradores vendo-se animados farão mayores creaçoens de gados, e não passarião tanto com as lans para Castella.

Na mesma provincia ha cardos para puxar as lans nos cobertores ja feitos, e rios muito proporcionados para formar os pizoens, não restando assim mais de que hum zeloso ministro que convocasse huns poucos de homens ricos para ajuntar hum equivalente fundo para formar a ditta fabrica, que promete lucros vantajosos; pois se aos castelhanos lhes faz conta trazer os cobertores da cidade de Palencia com sessenta, e mais legoas de transporte de terra, e pagando direitos, de que as fabricas de lan são exemptas em Portugal, quanto mais não fará aos fabricantes portuguezes, tendo todas as commodidades de Espanha, e de mais a exempção de direitos, e os custos enormes de transportes, modicos de dia e meyo de jornada os mayores, estabelecida a fabrica no centro da provincia, e com a commodidade de com o mesmo tempo de jornada os poderem conduzir ás margens do Doiro para por agoa irem a cidade do Porto, e Lisboa.

A segunda fabrica que se pode estabelecer he de sola, e todo o cortume pois havendo muito coirame, e terras abundantes, e proporcionadas para dar sumagre com facilidade se podia estabelecer a dita fabrica. A terceira de panos çaragoças para se dar consumo ás lans; e a quarta he de extracção de ferro das minas de Carviçaens no termo de Moncorvo; pois fomentando esta extracção, e mandando plantar, e semear arvores infructíferas para os fogos das fabricas nos immensos terrenos innuteis, que ha, se escusava tanto ferro, que vem de Suecia, e Biscaya, e com estas fabricas se poupava a extracção de tanto dinheiro da massa nacional, e tinham os novos casantes, e seus filhos aonde trabalharem para poderem tirar meyo para a sua subsistencia. Seria ultimamente necessario, que aos novos casantes se lhes desse nos terrenos publicos hum proporcionado para fazerem casa, e horta, podendo ser, e esta diligencia devia ser feita pelo ministro de agricultura, ouvido o povo, mas no caso de repugnancia indiscreta deste, deveria o ministro, averiguada a verdade com dois arbitradores, proceder ao devido emprasamento, taxando com estes o foro correspondente, sem ser necessario recorrer ao Dezebargo do Paço, porque as avultadas despezas que dahí resultão, alem dos enganãos dos procuradores, são superiores ás piquenas forças de semelhantes emprasantes; he essa huma das causas, porque havendo naquella provincia huma sexta parte de bens, que em utilidade publica se podião emprazar, se não tem emprasado a centessima parte sem embargo da ley dos emprasamentos ser publicada ha tantos annos.

A sexta providencia he de abolir de hum golpe, em parte o numero de privilegiados, e em parte a estenção dos privilegios. Os soldados, durante o tempo do seu continuo serviço, que nunca devia exceder a dez annos, he justo que sejam livres de todas as obrigaçoens pessoaes; porque são incompativeis com as que tem; os auxiliares, porem não tem incompatibilidade com as obrigaçoens dos seus povos: elles podem muito bem ser juizes, e irem as composiçoens dos caminhos, fontes, pontes, e calçadas, de que se estão continuamente servindo, pois só tem mostra nos dias de S. Miguel, e Pascoa, e alguns piquenos exercicios nos domingos dentro no districto das suas companhias; e assim para o pouco trabalho basta que se lhes conceda o resto dos grandes privilegios com que ainda ficão, e não aquelles que são tão prejudicialissimos á subsistencia do publico, e quando forem chamados para o serviço vivo, assim como só então vencem pão, e soldo só lhe devem conceder os mais privilegios como se faz aos soldados sempre occupados. Os estanqueiros do tabaco, e mamposteiros das bullas seria justo que gozassem dos privilegios facultados, menos de serem juizes das vintenas, e de concorrerem para as fontes, pontes e calçadas dos seus lugares, de que se estão servindo, pois estas ultimas obrigaçoens são huns onus reaes inherentes a coisa de que os privilegios, que são meramente pessoaes os não deviam livrar; porem a determinar-se que semelhantes privilegios, tenham clausulas tão extensivas, se devem por as suas occupaçoens em hum só lavrador rico, e abonado; pois os ha capazes de dar conta do pouco producto que em cada freguezia importão as bullas, e tabaco, e huma familia bem pode dar expedição a tudo unindo também os estancos do sabão, e cartas de jogar. Finalmente he necessario reformar a praga dos privilegios.

A septima providencia, consiste em evitar os vadios, que mendigão, não sendo cegos, totalmente aleijados, ou decrepitos, e ainda estes só devem pedir nas suas comarcas com passaportes, e o resto se deve applicar para os diferentes ministerios para que forem capazes, segundo lhes for ordenado pelos juizes dos povos, procedendo a prizão contra os que não obedecerem, ou fugirem, dando parte das fugidas ao ministro da agricultura, que também servirá da policia provincial, para á face dos seus signaes os fazer prender por cartas circulares, e recolher aos seus respectivos districtos; e o ditto

ministro, quando for em correição perguntará se os mais ministros consentem andar mendigando pessoas capazes de trabalhar, ou as que não são capazes, sendo de fora da comarca, e do que achar por testemunhas dará conta com o sumario destas ao intendente geral da policia para que fazendo-o presente a Sua Magestade os mande castigar, que só desta forma se evitará o summo descuido com que a mayor parte dos ministros se portão neste particular; e se os juizes forem ordinarios, ou estiverem servindo de vereadores pelos de vara branca, os poderá condemnar, achando-os omisso té á quantia de dez mil reis para as despezas das obras publicas daquelle concelho, fazendo arrecadar, e carregar em receita, até cuja quantia terá alçada nas penas, e precisando ser mayores pela incorregibilidade, dará appellação, e aggravo para a rellação do dstricto, podendo igualmente proceder a prizão, que nunca passará de trez diaz.

Em quanto aos que se expatrião para serem vagabundos, se lhes não concederá passaporte, sem averiguação do seu destino, e sahindo sem elle, os juizes darão parte, e dos sinaes para debaxo das cartas circulares, serem presos não estando a negocio preciso, ou justamente applicados, que este sera o unico modo de evitar tanto vadio, que alem de pezados ao Estado, passão a ser ladroens e facinorosos.

A oitava providencia consiste em Sua Magestade tirar todo o nome de mecanismo aos lavradores, ainda que trabalhem em todo o honrado serviço da lavoira, de seus bens, ou aluguem para os dos outros, por não terem bastantes fazendas proprias em que se occuparem toda a parte do anno. Aquelles lavradores porem, que pelas suas lavoiras, se distinguirem, passando de colher naquella provincia ou mil alqueires de pão ou mil almudes de vinho, ou trezentos de azeite, deverão gozar da qualidade de nobres e por taes serem tidos, e tratados com preferencia aos cargos honrados do concelho, como são juizes, vereadores, e almotaceis, cuja nobreza jamais poderá passar a filho mais velho, não continuando no exercicio da lavoira e só poderá gozar se a adquirir de novo; e assim por este modo com hum titulo de fantazia, que não he pezado ao Estado se vera a agricultura fazer progressos, e se evitará a ruina das casas de lavoira; pois o filho de hum lavrador rico, deixando o solido, logo aspira a ser hum gram senhor.

A nona providencia he fazer todas as causas summarias só com contrariedades, pois assim como nas causas que tem esse privilegio, ou pela razão da pessoa, ou causa, se averigua a verdade nos termos summarios, não ha razão de differença para que se não pratique da mesma forma em todas as lides; a dilação para provar deve ser huma só imperrogavel, e de dez dias, e quem quizer carta de inquirição para fora dentro dos mesmos a deve pedir, e tirar, porque não admite incompatibilidade, que a hum mesmo tempo se tirem as testemunhas de fora, e da terra, salvo quando a os artigos se juntar algum chirografo particular, que seja necessario mostrallo a testemunhas; a carta de inquirição, sendo necessario pela distancia assinar-lhe mais de cinquenta dias, jamais deve ser suspensiva, praticando-se o mesmo que a ley determina naquellas que manda correr a causa; pois as providencias, que ella dá a respeito dos que as impetrão, para não padecerem damno na causa, são adoptaveis a todos os casos, que se concedem cartas de inquiriçoens com termos tão dilatados, que eternizão as demandas, sendo quazi sempre pedidas só para demorar, e prolongar a decizão das lides.

As vistas devem ser só de hum termo, e o escrivão que as não continuar logo, ou não cobrar os processos, auctuando com brevidade os libellos, ou requerimentos, pagará por cada huma das faltas mil reis para as obras publicas, cuja condemnação lhe fará o ministro da agricultura, podendo ex officio, ou a requerimento de parte puxar os autos para examinar pelos proprios, ou seus traslados, quando já tenham subido por appellação,

ou agravo, se os escrivaens forão omissos em continuar com brevidade os feitos, e com a mesma cobrallos dos advogados; e a estes jamais se concederão cinco dias de doente, sem apresentarem certidão, e nunca prerrogação de termo; pois se tem muitas causas, ou pouco desembaraço para as despachar não se encarreguem, em prejuizo do publico, de mais do que podem. O ditto ministro procederá da mesma forma com os advogados, que tiverem demorado os processos fazendo igual applicação ás penas, e o mesmo a respeito dos juizes, que tiverem os feitos mais de hum mez para os sentenciar; porem sendo de vara branca, o sindicante não dará residencia prompta, sem que primeiro elles apresentem certidão do ministro da agricultura em como depozitarão tantas quantias de mil reis, quantas forão as sentenças ou despachos, que demorárão mais de hum mez; ou de que não tiverão semelhantes omissoens: e quem não puder largue o officio, pois a obrigação nem he impossivel, nem difficultosa.

As sentenças que se extrahirem dos processos devem ser sem os fastidiosos preambolos, e galimacias de palavras tabellionicas, e só por huma que exprima o factio, e nas mesmas sentenças devem ir logo logo palavras de requizitoria, no caso de que seja necessaria, para se evitar tirar depois a mesma requizitoria, que huma formalidade desnecessaria, que só serve para engrossar os escrivaens, e depauperar as partes. Os agravos jamais devem ser de petição, sendo interpostos para ministros subalternos, posto que estejam dentro das cinco legoas, pois a alarga experiencia mostra que quazi todos esses agravos são para demorar os processos; pois os aggravantes tendo a piquena despeza do mandado compulsorio, fazem subir os autos, ainda que sejam de execução, e com a errada pratica de dizer de direito no juizo do agravo e com os embargos com que o aggravante se oppõe a sentença, e agravo que depois desta interpõe para a relação do dstricto consomem huns poucos de mezes, e a execução, e incidente da causa parados, e as partes soffrendo hum grande damno; e outrosim para evitar a calumnia dos agravos de instrumento seria justo, que os aggravantes não fossem admittidos a agravar, sem primeiro depozitarem mil reis, e não tendo provimento, ou não o mostrando no termo de trez mezes se carregará a ditta quantia ao depozitario para as obras publicas; pois muitas vezes poderia acontecer, que não fizessem decidir os agravos só para evitar a pena.

A decima providencia he abolir de hum golpe todas as pronuncias de prizão nos delictos que não merecem pena capital, ou açoutes, e degredo para galez, ou para fora do Reyno, e nestes só se poderá pronunciar a prizão havendo prova plena, e capaz de sentença condemnatória, a excepção dos delictos de alta trayção lesa magestade de primeira cabeça, salteador de estradas, matador de propozito, assassinato, e propinação de veneno, com o effeito, porque semelhantes delinquentes por facinorosos, he justo que se prendão ainda que as provas não sejam tão concludentes, e antes da culpa formada, havendo perigo na mora, ficando em seu vigor o § 111 da nova reformação das justizas, pois huns taes delinquentes se não são logo capturados, podem causar consequencias muito dolorosas; não he assim a respeito dos outros delictos de inferior qualidade, por isso não he justo, que sem haver receyo, nem sentença com plena averiguação da verdade, estejam soffrendo huma pena tão pezada, as mais das vezes innocentes; pois quazi todos os indicios, e ainda aquelles, que deixão persuadir que concluem por necessidade são mais faliveis; e assim abolida em parte a pronuncia de prizão, invento dos tempos barbaros, em que os homens caprichavão de sacrificarem os seus semelhantes, se evita a perda de tantos braços que do profundo das masmorras clamão piedade; e a corrupção dos costumes, e andarem muitos culpados fugitivos pela perseguição da justiça, passando de uteis vassalos a facinorosos, o que mais das vezes acontece.

A undecima providencia consiste em favorecer Sua Magestade a lavoira das vinhas daquella provincia, tirando a Companhia do Doiro, o privilegio della só poder comprar vinhos para destilar, pois ha muitos de sobejos, e pode comprar os que precisa para as agoas ardentes, que se lanção nos vinhos de seu justo privilegio exclusivo, e tambem he de razão que haja mais quem os destille para fazer conduzir as agoas ardentes á Corte e para fora do Reyno, e assim como isto he ja concedido aos lavradores destillando os seus vinhos, seja igualmente facultado a hum terceiro, que os compre, obrigado da mesma forma que os lavradores a offerecer á ditta Companhia as agoas ardentes, e não as querendo pelo preço que se lhe pedir, seja compelida a dar a guia, tudo na forma praticada com os que destillão os seus vinhos proprios; pois não ha differença a respeito da Companhia, que sempre tem o regresso de destillar os que quizer, porque os ha de sobejo, ficando com a mesma prelação no offerecimento de todas as agoas ardentes e ha muita a respeito dos lavradores, porque tem maior consummo aos seus vinhos, e cresce a emulação no preço por concorrerem mais compradores, e não fica só no campo a mesma a comprar para destillar; e ja os lavradores tem desafogo nas suas vendas, e se augmentá este ramo, e se utiliza o Estado, que pode ter dentro do Reyno para uso da fabrica de polvera, e para mais consumo, melhor aguardente, e mais commoda.

Dentro das demarcaçoens do Doiro tem a ditta Companhia, he bem verdade, o privilegio exclusivo para os vinhos de ramo, mas tambem os lavradores tem bons preços estipulados, que são 19\$200, 15\$000 e 10\$500 a pipa, segundo a sua qualidade, porem aonde ha fabricas de agoardente; tem privilegio exclusivo de lha comprar para esse fim, e os lavradores sem preço estipulado, nem desafogo, sujeitos a soffrer os preços infimos, que ella quer offerecer, quando a colheita he tal, que sempre os ha de sobejo para beber; e se não pode descobrir o motivo, que sendo igualmente huns e outros vassallos, e tendo a natural liberdade de poderem vender os seus fructos a quem quizerem; a huns se lhe tire, compensando-se-lhes com bons preços estipulados, e a outros se lhes prohiba sem alguma contemplação. Com que assim seria justo para augmentar este ramo; ou que houvesse a liberdade dada aos lavradores de venderem os seus vinhos a quem melhor os pague para os destillar, procedendo sempre a oblação das agoas ardentes á Companhia, ou que esta estabelecesse hum preço certo a cada pipa de vinho, nunca podendo ser menos de 12 000 reis dos colhidos ao pe, e circumvezenhanças das fabricas, que a não ser os de Villa Pouca todos os mais são generosos, e cinco pipas dão huma de prova de escada, que nas cinco pipas soma 60\$000 reis, que com as despesas de 1 600 reis para o intendente, 1 200 reis para o dono dos alambiques, 2 400 reis de condução ao Doiro em cada pipa, e outras despesas miudas vem a ficar ao mais cada pipa 68\$000 reis, que para 110\$000 reis, que a Companhia a vende, e pode vender, vem a ganhar a sessenta por cento, e sempre hum lucro excessivo, que he justo se distribua tambem pellos proprietarios das vinhas para animar a agricultura, e se fazer mayor giro, ou ja dos fructos permutados, que são verdadeiras riquezas, ou ja das representativas, fugitivas e precarias.

QUINTO PONTO

O ministro, que deve ser incumbido da agricultura provincial não ha-de ter outra occupação porque a occurrencia de mais precisamente o hão-de desviar deste tão interessante ministerio. O exemplo está nos corregedores, juizes e vereadores todos estes tem incumbencia de olhar em parte, ou em todo, pela agricultura, mas as grandes occupaçoens, que tem os impedem olhar seriamente sobre este ramo. Eu não falo

daquelles que absolutamente o desprezão, e attendem só aos seus interesses de que he mayor o numero, falo daquelles que são zelosos do bem publico: quantas vezes vem frustrados os seus projectos economicos por outras deligencias que exigem prompta execução, e pelos requerimentos das partes, que clamão? Eu, nos quasi cinco annos que tive a honra de servir a Sua Magestade de juiz de fora de Chaves, me presuado que não cedi em vontade aos genios mais patrioticos. Creei huma roda de expostos, e dei causa ás que de novo se estabelecerão: fiz que se erigisse huma fabrica de chapéios grossos, a unica da provincia, algumas pontes, calçadas, e cáes. Mas quantas obras publicas deixei, humas por concluir, e outras só concluidas na imaginação, por me estarem continuamente distrahindo as minhas occupaçoens immensas do meu officio, de que me não podia de alguma forma dispensar.

Estando visto, que o ministro da agricultura não deve ter outras occupaçoens, que o distraião; eu só encontro o superintendente dos tabacos, nestas circunstancias, sem ser necessario crear novo ministro: este que tem jurisdição em toda a provincia, e nada mais a fazer que as sindicancias naquelas villas mais concideraveis, pode sem o minimo embaraço empregar-se todo na promoção da agricultura, e fazer as correiçãoens em todos os concelhos; porem como indispensavelmente, andando sempre em correiçãoens por toda a extensão da provincia, ha-de por força fazer despezas grandes nas estalagens, aposentadorias, e com cavalgaduras, e o ordemnado, sem braçaje de superintendente de 333\$333 Reis não pode suprillas, e juntamente attendendo a que não ha-de levar cousa alguma de todas as deligencias dos que pedirem emprasamentos para edificarem casa, e horta, não a tendo, nem das deligencias, que fizer a bem do publico, e povo, segundo se declarará no capitulo dos seus officios, seria justo que pelo mesmo povo se lhe dessem mais trezentos e vinte mil reis sahindo nos cabeçoens das cizas, a saber, cento e dez da comarca de Bragança, outra igual quantia da Moncorvo, e cem da de Miranda, e com este ordemnado, posto que quasi nada tire de braçage, pode supportar as despezas que lhe acrescem nas continuas viagens ainda que não tire lucros, e interesses, pois só o da honra he o interesse que deve animar a cumprir com os seus deveres.

OFFICIOS, E OBRIGAÇOENS DO MINISTRO

Deve o ministro da agricultura ir todos os annos indispensavelmente em correição a todas as villas da provincia, demorando-se em cada huma dellas, segundo as estençoens de seus dstrictos, de sorte que jamais deixará de andar em correiçãoens, vigiando sobre o augmento da agricultura; e na sua residencia será obrigado a apresentar certoens tiradas dos livros das cameras, em que conste foi ás dittas villas, formando nos mesmos livros hum termo de abertura em que precisamente se ha-de assignar com os vereadores, isto para evitar se passem certoens suppositicias, e no caso de não apresentar as dittas certoens, com outras quatro da cabeça da comarca, em que se declarem os concelhos de cada huma, se lhe não sentenciará a residencia.

Nas correiçãoens, que fizer, averiguará os accordaos das cameras, ou posturas, que são relativas á agricultura e achando nelles alguma cousa a emendar, deminuir, ou augmentar fará convocar á camera homens bons da governança do povo, e fazendo-lhes ver os interesses que resultão do augmento, alteração ou modificação dos mesmos accordãos, ou posturas, lhes determinará procedão a tão necessarias providencias na forma da Ordenação livro 1 tt.^o 66 § 28 e depois de feitos os poderá autorizar segundo he concedido aos corregedores pella Ordenação, livro 1 tt.^o 66 § 29. Averiguará mais se os

dittos acordãos que são outras tantas leys municipaes, são religiosamente observados, procedendo com pena pecuniaria contra os transgressores, cujas penas serão applicadas para as obras publicas necessarias para a agricultura.

Terá em cada correição o summo cuidado de examinar se os caminhos, fontes e pequenas pontes estão feitas, e quaes forão as causas porque se não fizerão, procedendo com pena pecuniaria, igualmente applicada contra os vereadores, como omissos de huma obrigação que lhes poem a Ordenação, ditto lib. 1 tt^a 66 § 24. E o mesmo procederá contra os juizes das vintenas, que nos tempos mais desoccupados dos serviços ruraes, não convocarão, nem compellirão os moradores das suas vintenas a semelhante factura. E como os mesmos caminhos, e fontes, e piquenas pontes tem muito a fazer que são só proprias de pedreiros, e que os lavradores não podem suprir com o seu trabalho; o ministro, do dinheiro applicado para as obras publicas, ouvido o juiz, e povo, mandará dar o que for preciso por mandado gratuito contra o depositário de semelhantes condemnaçoens.

Igualmente estará prompto o ministro para ir gratuitamente decidir todas as duvidas, ou requerimentos, que os povos tiverem ou fizerem para formarem diques, prezas, ou açudes para tirarem agoas dos rios para fertilizarem seus predios, e o mesmo a respeito dos necessarios aqueductos que precisarem passar por campos alheios, fazendo indemnizar as partes de todo o damno, e procedendo de plano pela verdade sabida, sem appelação, nem aggravo, e só recurso á Junta da Agricultura, no caso do valor exceder a vinte mil reis, tê onde terá alçada, praticando o mesmo a respeito das minas, ou ellas vão subterraneas, ou seja necessario fazer alguma obra exterior para melhor se tirarem as agoas. Isto mesmo, que ha-de praticar a requerimento do povo, ou quando a causa publica, o exija, o deve fazer a requerimento de qualquer particular, só com a differença, que este para se evitar a animozidade de requerimentos frivolos deverá pagar a deligencia; mas nunca diarios assim ao ministro, como aos officiaes.

Fará plantar amoreiras, oliveiras, castanheiros nos campos do concelho, segundo para o que forem analogos, fazendo outrosim semear pinheiros, sobreiros, e plantar carvalhos nos montes, pois ha grande falta de lenhas para os fogos na mayor parte da provincia; e quando no tempo da correição chegar a qualquer conselho, se for tempo de plantação e sementeira das referidas arvores, convocará os povos, para que na sua presença debaxo das suas vistas as vão fazer animando-os quanto for possível, e procedendo com penas contra os omissos, e com a cadea por tres dias contra os que não tiverem por onde satisfação as mesmas penas; e nos concelhos aonde não poder chegar a tempo de semelhantes plantaçoens, e sementeiras as terá recommendando ás cameras, e juizes das vintenas procedendo contra elles com as penas pecuniarias no caso de contravenção, indo indispensavelmente examinar os campos do concelho, e montes, pra ver se tudo se executou na forma da ordem.

Procederá nos emprasamentos dos bens do concelho, ouvida a Camera, e povo, mas no caso de indiscreta repugnancia dos mesmos, e das causas da sua fechada contradição serem frivolas, examinará ocularmente os sitios, e qualidades dos terrenos, e tirando hum sumario de trez testemunhas imparciaes e inteligentes com a determinação de trez arbitradores, ou louvados, hum nomeado pela camera, outro pelo que requerer, o emprasamento, e outro escolhido por elle ministro para desempatar no caso de duvida, procederá nos dittos emprasamentos, achando que de justiça se devem fazer ex vi do resultado da refferida averiguação; isto não valendo o terreno mais de cem mil reis, que excedendo serão as partes obrigadas a requerer ao Desembargo do Paço aonde o mesmo ministro deverá remeter todos os autos de deligencia, ou aos tribunaes respectivos

nas terras das casas para nos mesmos se decidir, e mandar proceder nos dittos emprasamentos, sem ser necessario usar de formalidades da ley, e só olhando ao seu espirito, que he de que se emprazem, e cultivem aquelles terrenos publicos, ou que são innuteis no estado inculto em que se achão, ou são desnecessarios aos povos; porem para melhor animar a dispendioza rotação, e cultura dos mesmos terrenos, será justo que os primeiros cinco annos sejam livres de foro.

Será obrigado a vigiar por tudo o que poder augmentar a agricultura na forma das providencias substanciadas, dando conta do que observar à Real Junta da Agricultura para se lhe darem as mais que forem necessarias. Será outro sim da sua inspecção olhar pelas fabricas, examinar os seus serviços, e applicar-lhe as providencias congruentes para os seus progressos, averiguando se ha algumas alteraçoes da parte dos donos das mesmas fabricas, ou seus officiaes, procedendo com penas pecuniarias applicadas para as obras publicas contra os transgressores. Igualmente quando for aos dos destrictos das caudelarias, examinará se nas mesmas ha cavallos velhos, de má raça, e com reçavios fazendo escolher para ellas os que forem de ellegante figura, e da mais bella estructura, e organização, e se tem os lavradores ven[d]ido para fora da caudelaria aquellas egoas fecundas, e grandes; e o mesmo praticará nas paradas dos jumentos, fazendo que semelhante criação augmente em numero, e qualidade, pois as bestas entrão em huma parte das coisas necessarias para a agricultura.

Em cada anno, alem da conta que deve dar à Real Junta da Agricultura do Estado, e progressos da mesma será obrigado a mandar dois mapas à Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno; hum que contenha todos os fructos colhidos em cada comarca com destinação da sua especie, declarando se foy anno de grande, media, ou infima colheita para se vir no conhecimento do augmento da agricultura, e outro em que se declarem com preciza clareza, as pessoas, que nascerão, e morrerão na provincia, os casamentos, o numero dos velhos decrepitos, cegos, dementes, e aleijados, os lavradores que trabalham em seus bens, os jornaleiros, os mininos até a idade de 14 annos o numero dos artistas de toda a qualidade: os eclesiasticos, e numero total dos homens, e mulheres para de hum lance de vista saber o Ministerio o estado, e numero da população provincial, e conhecer os que se empregão na agricultura, e nas diferentes artes; e os que por sua incapacidade, ou qualidade, e indolencia são pesados ao Estado: remeterá outros dois mapas em tudo semelhantes a Intendencia da Policia.

Para se fazerem com exacção os dois refferidos mapas, deverá o dito ministro compellir aos rendeiros, e colhedores dos fructos, que pagão dizimos, a que presentem os seus autenticos roes de cobrança para evitar falsificaçoens deverão ser rubricados pelos juizes do destricto, que juntamente obrigarão aos juizes das vintenas a que fação relaçoens, para ver se se conformão com as dos rendeiros; porem como se podem mancomunar huns com os outros, e serem deffeitas ambas as relaçoens, procederá a outros exames, que a astucia dicta para os apanhar em fraude, e punir com penas pecuniarias, pois são necessarias todas estas cautellas, porque já se mandou às provincias procurar iguaes relaçoens a respeito da colheita do pão; mas lavradores persuadidos erradamente, que era para collectar semelhante primeira, e mais necessaria producção, não manifestarão a quarta parte, e assim ficou fraudada aquella deligencia pelo que seria justo, que debaxo da fé publica se segurassem os lavradores, para ficarem na infalivel certeza, que semelhante deligencia tende só para se verem os progressos da agricultura para Sua Magestade a animar, e jamais para lhes impor tributos; porem como o vinho o tem de todo o que se colhe para o subsidio literario e se admitem denuncias, de que os

lavradores deixão de manifestar, he certo que os mesmos para evitar prova das denuncias tiradas dos manifestos, que fizerem das suas colheitas, os hão-de fazer de quantias modicas, que combinem com as que fazem para o ditto subsidio; e assim para evitar semelhante indispensavel fraude, seria justo que o mesmo subsidio á maneira do real da agoa se pagasse só dos vinhos, que se vendessem e não de todos os que se colhem, sugeitos a mil incidentes, como já fica substanciado: ou que se segurasse aos lavradores, que do vinho declarado no mapa da agricultura; jamais se daria certidão para as denuncias, porem a primeira providencia he a mais adequada e justa.

Será mais o ministro da agricultura obrigado a examinar todos os mãos transitos dos rios, ou ribeiras, para nelles se mandarem fazer as necessarias pontes, já concorrendo com o trabalho dos povos que continuamente delles se hão-de servir, já applicando os dinheiros das multas pecuniarias, e já fazendo ir provizoens para fintas, para o ditto fim, sem que de semelhantes fintas se tirem terça.

E como o escrivão da Superintendencia dos Tabacos que o deve ser da agricultura, naturalmente, sendo proprietario, não terá as qualidades necessarias para encher os novos deveres, e capacidade para riscar os mapas será licito ao Ministerio o escolher hum sugeito idoneo a quem passará primeiro provimento de servintia na forma que ja praticão os superintendentes dos tabacos, sendo pago o mesmo proprietario, havendo-o da sua terça na forma da ley. Outrosim como ao ditto escrivão e meirinho acresce immenso trabalho e mayores despezas, e nem hum, nem outro hão-de levar coisa alguma das deligencias a bem do publico, ou a requerimento dos povos, nem ainda daquellas, que forem tendentes a emprasamentos de terrenos para os jornaleiros poderem fazer a sua casa, e horta, he certo que o deminuto ordemnado lhes não chega para passar a terça parte do anno com os minimos lucros, que podem perceber das poucas deligencias particulares; e assim era justo que ao escrivão se lhe desse cento e dez mil reis pagos annualmente pelas cizas da comarca de Villa Real, e ao meirinho sessenta, a metade pagos por aquelles concelhos da provincia pertencentes á comarca de Lamego, e a metade pelos da comarca de Guimaraens, visto que gratuitamente hão-de fazer as deligencias a favor dos mesmos povos.

E para não ser necessario, que as escripturas dos emprasamentos dos terrenos publicos vão aos tabelliaens; o escrivão da agricultura poderá fazer sinal publico, e ter nota só a respeito dos mesmos emprazamentos; bem á semelhança, que foi concedido aos escripturaens da provedoria fazerem as escripturas das fianças das tutellas por serem privativas do mesmo juizo; assim como devem ser do escrivão da agricultura os dittos emprasamentos; pois como ha-de ser o escrivão que deve fazer os autos de averiguação, he justo que o seja dos emprasamentos, no caso, que se mandem fazer; porem as dittas escripturas serão concebidas nos termos mais precisos, sem a minima redundancia para evitar despezas ás partes.

QUALIDADES DO MINISTRO DA AGRICULTURA

Deve ser em primeiro lugar o ministro da agricultura de boa indole, prudente, e incorruptivel, imparcial e limpo de mãos, para que se não corrompa, ou pela vil cubiça, ou pela demasiada condescendencia, e fraqueza de espirito: a estas qualidades deve unir as de ter conhecimento individual das terras, estado, e costumes da provincia, para não ser necessario que ande gastando annos, a adquirir conhecimentos para entrar a dar as

precisas providencias. Deve ter boas luzes na theoria, e na pratica da jurisprudencia civil, e nacional, e juntamente em direito politico, e economico, e deste, não só luzes especulativas, mas praticas para conhecer os erros da agricultura, e os poder emmendar: deve ser de huma constituição saudavel, e forte, e estar em idade de poder sofrer os peniveis trabalhos de andar correndo toda a provincia, em continuas viagens por caminhos e montes, em todas as estaçoens, e para que não aconteça, que as dispozicoens do mesmo ministro fiquem na sua infancia, sendo-o só trez annos, deverá ser promovido por nove, pois no decurso do refferido tempo pode ver os progressos da agricultura dos graos, e da plantação das arvores, e emmendar, e remedear alguns deffeitos, que tenha havido nos seus projectos; ou já por falta de methodo, ou já procedidos da intemperie do tempo em alguns annos.

Isto não tira se o ministro se comportar com culpa, ou morosidade nos seus deveres seja removido, ou reconduzido por mais tempo, se nelle por averiguaçoens exactas que se devem tirar, se achar que deve ser conservado, pois a larga experiencia mostra que por força de genio de singularidade, jamais os successores adoptão os projectos dos seus antecessores e por isso ficão segundo os deixarão, ainda que aliaz sejam uteis, porque a ambição do homem quer passar pela vaidade de ter nome de creador, e não pelo de imitador: porem como não parece justo que tendo o refferido ministro mais tempo de duração no serviço se atraze no adiantamento que vem a ter os mais que são promovidos, não sei porque razão triannalmente; e nesses termos quando elle faz hum serviço mais vivo, e penivel soffra incommodo, será de rasão, que se lhe regule logo o seu adiantamento pelos triennios que tem de servir, bem a maneira que se pratica com os desembargadores do Rio, e Bahia, que vão fazer os primeiros trez annos correição ordinaria, e os segundos primeiro Banco.

NOTÍCIAS E RECENSÕES

LISTAGEM DE TESES APRESENTADAS À FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA NA ÁREA DOS ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Apresentam-se nas páginas seguintes alguns estudos desenvolvidos na FCSH e que, na sua grande maioria, constituíram provas académicas de mestrado e doutoramento em diferentes áreas do conhecimento. A multiplicidade de perspectivas implícitas na formulação dessas sínteses têm uma clara ligação com as várias formações de base dos indivíduos por elas responsáveis, mas possuem uma característica comum: o facto de se integrarem na área dos estudos de população.

As obras referenciadas espelham também, para além das circunstâncias que levaram à sua formulação, o perfil interdisciplinar que esteve na base da criação da FCSH. Com efeito, as mais antigas remontam a 1987 e surgiram na sua grande maioria como resultado dos mestrados abertos três anos antes por iniciativa de vários professores. Entre esses docentes, que incluem nomes como os dos Professores Doutores Vitorino Magalhães Godinho, Mesquitela Lima, Moisés Espírito Santo, cumpre destacar o papel desempenhado por Joaquim Manuel Nazareth, catedrático em Demografia e responsável pelo Mestrado em Demografia Histórica e Social. A funcionar com continuidade desde 1984, este mestrado deu origem a mais de metade das sínteses referenciadas.

Mas não podemos esquecer a importância que revestem para o conhecimento actual da população portuguesa e dos seus comportamentos toda a variedade de temáticas, espaços e tempos que mereceram o interesse e dedicação de investigadores de formações muito diversas e por razões distintas. Não apenas os que o fizeram por necessidade de progressão na carreira académica ou de investigação científica, como, por maioria de razões, todos os que decidiram comprometer alguns anos da sua existência na procura do homem colectivo perante a vida, o amor, a sexualidade, a morte.

A listagem que a seguir se apresenta não pode ser senão incompleta. Em primeiro lugar porque parte de uma selecção nossa que exclui os títulos onde as questões populacionais surgem de forma indirecta, apenas enquanto necessárias para responder a interrogações que se afastam do que vulgarmente é tido como específico dos estudos de população, no que esta expressão tem de imponderável.

Por outro lado, no momento em que escrevemos estas linhas continuam a realizar-se provas académicas, defesas de teses e publicações onde a população surge como objecto directo de estudo, mas que, por não estarem ainda catalogadas na biblioteca geral da

FCSH, faltam aqui. Como terão oportunidade de verificar, a indicação bibliográfica mais recente data de 1997, pelo que está omissa toda a actividade científica concluída durante o ano de 1998.

Pelas omissões eventuais de que sofra esta listagem e das falhas já referidas aceitem as nossas desculpas.

LISTAGEM DE TESES EFECTUADAS NA ÁREA DOS ESTUDOS DE POPULAÇÃO

ABRAÇOS, Helder Chilra

Os oleiros de barro negro de Molelos: comportamentos demográficos diferenciais na 2.^a metade do século – Lisboa: [s.n.], 1997 – 2 vol. – 30 cm.

Ex. policopiado.

8358/1 CS

8358/2 CS

AFONSO, Ana Isabel

O casamento na reprodução social duma aldeia de Trás-os-Montes – Lisboa: [s.n.], 1987 – 138 p., 15 p.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

5134 CS

ALEXANDRE, João

Luanda e suas comunidades: relações sociais e étnicas: [s.n.], 1996/97 – pág. variada – 30 cm.

Ex. policopiado.

8713 CS

ALMEIDA, Manuel Carlos Ferreira de

Migrações forçadas e dinâmica demográfica: O caso particular de Angola – Lisboa: [s.n.], 1993 – 649 pág. – 30 cm.

Ex. policopiado.

6690 CS

ALVES, Helena Maria Marques Antunes

Formação Social e identidade mineira: O caso da Aldeia Mina de S. Domingo entre 1858 e 1940: [s.n.], 1992 – 245 pág., 15 fls.: ilustrado – 29 cm.

Ex. policopiado.

6690 CS

ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos Bartolomeu de
A morte em Lisboa: Atitudes e representações: 1700-1830 – Coimbra: [s.n.], 1995 – 766 pág.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

7605 CS

BACKSTROM, Bárbara Maria Granés Gonçalves

Contribuições para o estudo da fecundidade diferencial em Moçambique: O caso particular da cidade de Maputo – Lisboa: [s.n.], 1996 – 2 vol. – 30 cm.

Ex. policopiado.

8267/1 CS

8267/2 CS

BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo

As crises de mortalidade em Lisboa no séc. XVIII – Lisboa: [s.n.], 1988 – 2 vol., 133 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.

5303-1-2 CS

BATISTA, Luís António Vicente

A cidade em reinvenção: Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação: Lisboa, século XX – Lisboa: [s.n.], 1996 – 473, [21] f., 17 plantas – 30 cm.

Ex. policopiado.

7902 CS

CACHADINHA, Manuela Benvinda Vieira Gomes

A saúde em Viana do Castelo: Medicina oficial e medicina popular – Lisboa: [s.n.], 1987 – 277 pág. – 30 cm.

Ex. policopiado.

5024 CS

CORDEIRO, Graça Índias

Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no Bairro da; pref. Joan Pujadas – 1.^a ed. – Lisboa: Dom Quixote, 1997 – 414 pág. ilustrado – 24 cm – (Portugal de perto; Biblioteca de etnografia e antropologia).

8559 CS

DELGADO, Pedro Manuel Lourenço
Divórcio e separação em Portugal: Análise social e demográfica no século XX – Lisboa: [s.n.], 1992 – 500 fls.: ilustrado. – 30 cm.

6546 CS

DIAS, João José Alves
Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI – Lisboa: [s.n.], 1992 – 3 vols.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

6490-1-3 CS

Diogo, Helena Isabel Boavida Correia
As crises de mortalidade no concelho do Fundão, Cova da Beira, século XVIII – Lisboa: [s.n.], 1992 – pág. múltipla: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

6377 CS

Diogo, Maria Paula Pires do Santos
População e indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo: Os Concelhos de Almeida, Barreiro, Moita e Seixal – Lisboa: [s.n.], 1989.

Ex. policopiado.

5284 CS

DUARTE, Maria José Guerreiro
O termo de Lisboa «vivido»: Cultos e sociabilidades do Antigo Regime à Modernidade – Lisboa: [s.n.], 1996 – 141, 24 fls. grav.: ilust. – 30 cm.

Ex. policopiado.

8277 CS

ESTEVES, Judite Maria Nunes
Endogamia e exogamia das alianças matrimoniais numa formação social de montanha: A freguesia de Cortes do Meio na Serra da Estrela – Lisboa: [s.n.], 1992 – 170 fls.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

6543 CS

FAEL, Isabel Maria Marques de Almeida Lopes
Êxodo rural e recomposição social numa aldeia da Beira Baixa: O Barco – Lisboa: [s.n.], 1996 – 210 pág.: ilust. – 30 cm.

Ex. policopiado.

8669 CS

FERNANDES, Ana Maria Alexandre
Velhice, envelhecimento demográfico e relações intergeracionais – Lisboa: [s.n.], 1995 – 313 [78] fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.

7638 CS

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão
Guimarães: Duas vilas, um só povo: Estudo de história urbana (1250-1389) – Braga: [s.n.], 1997 – 3 vol.: ilustrado – 29 cm.

Vol. 1: Percursos e protagonismos – 278 fls., 1 desdobrável – Vol. 2: O espaço construído – fls. 279-657 – Vol. 3: Homens, poderes e solidariedades – fls. 658-1226.

Ex. policopiado.

5277-1-3 HTS

FERREIRA, Olegário Alberto Vieira
As crises de mortalidade nas antigas vilas de Alenquer, aldeia galega da Merceana e seus termos nos séculos XVI-XVII – Lisboa: [s.n.], 1989.

Ex. policopiado.

5234 CS

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de
A morte na região de Lisboa de 1900 a 1918 – Lisboa: [s.n.], 1994 – 315 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.

7578 CS

FONSECA, Maria Inês Pinto
O dia em que deixaram de «Comer de boca fechada»: Memórias de um conflito social: Formas de resistência em meio rural – Lisboa: [s.n.], 1997 – 164 pág. [86] fls. 2 desd.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

8361 CS

GODINHO, Paula Cristina Antunes
O Leito e as margens: Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano – Lisboa: [s.n.], 1990 – 643 fls.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.

5899 CS

GOMES, Mário José Afonso
Da vida social em Elvas: As instituições de sociabilidade de finais do século XIX a meados do século XX – Lisboa: [s.n.], 1996 – 286 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.

8268 CS

GOMES, Mário José Afonso

Da vida social em Elvas: As instituições de sociabilidade de finais do século XIX a meados do século XX – Lisboa: [s.n.], 1996 – 286 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.
8268 CS

LOPES, Sandra Cristina Rodrigues Santana

Os contrastes sócio-demográficos da Península de Setúbal e os efeitos da nova ponte sobre o Tejo na dinâmica migratória e no perfil das populações dos concelhos de Montijo e de Alcochete – Lisboa: [s.n.], 1997 – 191 fls., 1 mapa – 30 cm.

Ex. policopiado.
8342 CS

MARTINS, Eduardo Maria Costa Dias

Estratégias matrimoniais numa aldeia da Charneca Ribatejana: Pistas para o seu relacionamento com a diferenciação económica – Lisboa: [s.n.], 1987 – 208 pág.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
5022 CS

MARTINS, Eduardo Maria Costa Dias

Sistema agrário dos mandinga de Contuboeil (Guiné - Bissau: Memória, saber, poder e reprodução social – Lisboa: [s.n.], 1996 – 30 cm.

Ex. policopiado.
7812-1 CS
7812-2 CS

MARÇANO, Isabel Maria A.

Filhos ilegítimos em Santa Rita: Subsídios para o estudo da reprodução celibatária ou no concubinato numa aldeia rural alentejana – Lisboa: [s.n.], [1996?] – XXVI, 290 pág., [35] pág., 1 mapa – 30 cm.

Ex. policopiado.
7909 CS

MENDES, Fernando Ribeiro

Transição demográfica e protecção social: População e economia na modernização – Lisboa: [s.n.], 1987 – 229 pág.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
5152 CS

MENDONÇA, Alice Maria Ferreira

As crises de mortalidade no concelho de Évora na segunda metade do século XIX – Lisboa: [s.n.], 1996 – 2 vol.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
7915-1-2 CS

MORAIS, Maria da Graça Cardoso Luís David de
Mortalidade nas freguesias do termo da cidade de Évora na Segunda metade do séc. XIX – Lisboa: [s.n.], 1988 – 160 fls.: ilustrado. – 30 cm.

Ex. policopiado.
5290 CS

MOREIRA, Maria João da Silva Guardado

As crises de mortalidade no concelho de Idanha-a-Nova (século XVIII) – Lisboa: [s.n.], 1992 – 289 pág.: ilustrado – 29 cm.

Ex. policopiado.
6378 CS

OLIVEIRA, Isabel Maria Brandão Tiago de

Transição demográfica e emigração nas ilhas – Lisboa: [s.n.], 1996 – 183 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.
8269 CS

PEREIRA, Helder O. Cardoso

Análise aprofundada da mortalidade na zona ocidental de Lisboa no início do século – Lisboa: [s.n.], 1990 – 2 vols. (508; [189] fls): ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
5903-1-2 CS

PINTO, Maria Luís Rocha

Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco – Lisboa: [s.n.], 1993 – 2 vols. (503; 168 pág.): ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
6932-1-2 CS

RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho

A importância dos Róis de Confessados na Demografia Histórica: Os Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760 – Lisboa: [s.n.], 1989.

Ex. policopiado.
5134 CS

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes

Dinâmica populacional dos Açores no século XX: Unidade, permanência, diversidade – Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1991 – 380 pág. – 24 cm.

Ex. policopiado.
8022 CS

RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira
As crises de mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII) – Lisboa: [s.n.], 1987 – 339 pág.: ilustrado – 29 cm.

Ex. policopiado.
5025 CS

RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira
Lisboa no século XIX: Dinâmica populacional e crises de mortalidade – Lisboa: [s.n.], 1993 – 2 vols. (444, 17; 117, 80): ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
6689-1-2 CS

ROMÃO, Ana Maria Carapelho
Espaço e contextos do despovoamento alentejano: O do Vimieiro – Lisboa: [s.n.], 1995 – 7, 189 fls. – 30 cm.

Ex. policopiado.
7573 CS

ROSA, Maria João Casanova de Araújo e Sá Valente
O envelhecimento demográfico da população do continente português e a protecção social dos idosos – Lisboa: [s.n.], 1992 – 374 fls.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
6502 CS

RUNKEL, Ana Maria Azinheira
Crises de mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos séculos XVI a XVIII – Lisboa: [s.n.], 1990 – pág. ilustrado – 20 cm.

Ex. policopiado.
5898 CS

SÁ, Maria João Araújo e
Condicionantes demográficos da evolução discente do ensino básico. No Distrito de Aveiro – Lisboa: [s.n.], 1988 – 247 fls.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
5232 CS

SANTOS, Ana Maria Alexandre Fernandes
A demografia de Coruche em finais do século XVIII: Ensaio metodológico – Lisboa: [s.n.], 1987.

Ex. policopiado.
5020 CS

SANTOS, João Marinho dos
Os Açores nos séculos XV e XVI – Coimbra: [s.n.], 1987 – ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
8368 CS

SILVA, José Augusto do Espírito Santo da
Ordem e estratificação social em Cabeço do Pião (Cabeço do Pião – Minas da Panasqueira – 1940/1945 e 1960/1965) – Lisboa: [s.n.], 1996 – 111 fls., 8 desdobr.: ilustrado – 30 cm.

Ex. policopiado.
8283 CS

TOMÁS, Licínio Manuel Vicente
Envelhecimento sócio-populacional e emprego: Situação do arquipélago dos Açores no contexto português entre 1981-1991 – Lisboa: [s.n.], 1996 – 229 pág. – 30 cm.

Ex. policopiado.
8286 CS

TERESA RODRIGUES

LAÇOS DE FAMÍLIA

D E

PORTUGAL AO BRASIL, A ÁFRICA E AO ORIENTE

Na proximidade da viragem do séc. XX/XXI, no contexto da Celebração dos 500 Anos da Expansão Portuguesa e mais particularmente da descoberta do Brasil, estudou-se a História de uma Família, entre os séculos XIX e finais do século XX, que através de várias gerações protagonizadas por «actores» históricos de evidência e de estilos de vida representativos, promoveu a criação de laços históricos entre *Portugal* e o *Brasil*, a *África* e o *Oriente*, facilitando o Encontro e a Complementaridade de raças, culturas, civilizações e correntes políticas diferentes.

Neste imenso domínio, neste património da memória dia-a-dia mais alargado, impossível de captar exaustivamente, procurou-se fazer emergir um conjunto harmonioso de *prosopografias* e de *biografias* desvendando actuações, sugerindo sentimentos, captando olhares, ampliando vozes...

PROSOPOGRAFIAS

Caso, por exemplo, de uma autêntica «*dinastia Belfort*»¹ que no Brasil do séc. XVIII a finais do séc. XIX ocupou postos-chave nas mais diversas áreas de influência: o *General Sebastião Gomes da Silva Belfort*, engenheiro responsável pelo projecto e traçado de milhares de quilómetros de vias de comunicação entre o Norte do Brasil e o Rio de Janeiro; *Felipe Gomes da Silva Belfort* e cunhado *António Gomes Belfort* – militares com actuação decisiva na Guerra dos Balayos; *Visconde de Belfort*, *Tavares Belfort* e *Belfort Duarte*, deputados; *Belfort Vieira* – governador; *Belfort Roxo* – homem da Ciência; *Belforts* na guerra civil de 1832-34, em Portugal.

Outras prosopografias concretizadas: família Senna e família Sena de Vasconcelos.

BIOGRAFIAS

Teresa de Belfort Cerqueira – *uma Senhora da Sociedade Luso-Brasileira* (Nasceu no Rio de Janeiro em 1863; morre em Lisboa em 1929).

Um dos últimos bastiões de uma aristocracia fundiária, de origem irlandesa, quase perpetuada pela «raça» e de que a relação com a toponímia persiste ainda no actual Brasil – ex.: *Município de Belfort Roxo*. Sem ser propriamente uma heroína, foi uma mulher extraordinária a mais de um título mas, sobretudo, pela forma corajosa e sem preconceitos como viveu e transportou em si o «seu tempo»: viveu numa «encruzilhada» de campos sociais, económicos, culturais e espaço-temporais quase divergentes, manifestando uma personalidade feminina muito própria, com um certo desvio da norma vigente, e cuja ressonância atravessou gerações. Em Lisboa, habita desde 1899 um amplo palacete da R. do Salitre, comprado ao Conde Alves Machado e hoje sede da Fundação Oriente. É aí que morre aos 65 anos de idade.

Conselheiro Joaquim José Cerqueira – *um Brasileiro do Minho* (Nasceu em Viana do Castelo em 1847 onde também morre em 1916).

Aos 16 anos emigrou para o Brasil, subindo na firma do irmão de Ramalho Ortigão; membro da *Directoria do Gabinete Português de Leitura*; papel determinante, também, no *Centro de Lavoura e do Comercio*, no *Banco Internacional* e em organizações humanitárias como a *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa*; regressa a Portugal em 1899. Foi em Lisboa deputado, conselheiro de Estado e em 1905 membro da «Dissidência» no Partido Progressista. Em Viana foi «mecenas» e «benemérito».

Capitão José da Silva Sena – *um difícil percurso de coerência* (Nasceu em Elvas, 1870; morre em Lisboa em 1944).

1881/1886 – Colégio Militar. 1890 – Termina o curso na Academia Politécnica do Porto; escreve em «O Rebate» com Antero de Quental e toma parte activa em manifestações da Liga Patriótica do Norte. 1894/95 – Campanha em Angola. 1895/96 – Índia ao serviço do Vice-Rei, Infante D. Afonso. 1896/1910 – Presença na Corte, onde apesar de contrariado, se mantém ao serviço do Infante D. Afonso e onde em 1908 assiste pessoalmente ao Regicídio, dando em 1.^a mão a notícia à Rainha-Mãe D. Maria Pia 1910 – 3 Outubro – Participa no banquete dado pelo Presidente Hermes da Fonseca do Brasil; 4/5 Outubro – acompanha a instauração da República.

Tentou-se, nestas biografias, a aplicação de TIPOLOGIAS nomeadamente o *Brasileiro* que parte garoto e que regressa alguém; da *dama da corte Imperial Brasileira* e da *high society* Lisboaeta; do *Humanista* eclético na mudança de século.

Em jeito de Conclusão – a perspectiva de uma Pedagoga

Porquê, em qualquer das personalidades focadas, a não vinculação a um partido, a uma cidade, a um país, a um continente? Homens e Mulheres mais à escala «universal» que «nacional», que à sua maneira e no contexto da época cumpriram o projecto de cidadão de uma «Aldeia Global».

Inadaptação ao meio mais restrito, adaptação a uma escala maior?

Tal como consta da prosopografia da Família Sena de Vasconcelos, as gerações actuais reflectem este desejo de universalidade e vêm, talvez, confirmar uma forma de estar em que o genético e o adquirido são difíceis de separar. Vários indícios na família próxima, particularmente nas irmãs *Teresa* – mestrado e doutoramento nos Estados Unidos da América (1984-1988), onde trabalhou com porto-riquenhos; conferências no Oriente e em África. *Joana* – 4 anos de leitorado em Aachen, 5 anos de leitorado em Bangkok (1993-1997); 1.^o dicionário português-tailandês. *Gabriela* – estadia na China 1990 a 1992; Hong-Kong 1993/94; Índia, 1995-1999..., onde refaz a rota do Avô, 100 anos depois!

Quase 25 anos de intensa actividade lectiva implicam necessariamente uma visão pedagógica que proporciona a transposição para a prática corrente de técnicas da *Pedagogia da História através de uma Pedagogia das «Raízes»*. Em resumo, a diáspora de um Povo vivida e sentida através da História de várias Famílias, documentada por um riquíssimo espólio: quadros genealógicos, documentos notariais e municipais, textos impressionistas e circunstanciais – livros de memórias que incluem «memórias em diferido».

Tese de «mestiçagem», de convergência das várias Ciências Humanas onde emergem, para além das vertentes historiográfica e pedagógica, as vertentes política, literária, psicológica e sociológica.

F.L.U.P. – Mestrado em Relações Históricas Portugal/Brasil/África/Oriente – Julho de 1998

MARIA AUGUSTA SENA DE VASCONCELOS DE AZEREDO

A PREVIDENTE – UMA REVISTA DE SEGUROS (1864-1870)

PARA A HISTÓRIA DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

«Os seguros de vida são, entre todos, precioso meio para das pequenas privações constituir avultadas fortunas. A capitalização continuada e a herança mutua, principalmente, operam a transformação do grão em arvore, de tenue corrente em abundante rio, do humilde mealheiro em thesouro bem provido».

JOSE JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS – «A Economia e os Seguros de Vida» – *A Previdente* n.º 3, 1864.

O estudo da revista *A Previdente Folha Official Assim Denominada de Seguros Mutuos Sobre a Vida Fundada e Administrada Pelo Banco Alliança*, publicada entre 1864 e 1870, teve como base não só a análise formal e de conteúdo da publicação, mas igualmente uma série de factores que se revelaram fundamentais no entendimento da temática em causa.

Assim, o trabalho passou por uma primeira fase de decomposição e estudo parcelar dos elementos tidos como essenciais, para que a aproximação ao tema principal da revista se tornasse mais claro.

Uma primeira abordagem das páginas da revista permitiu deduzir que esta forma de seguro não era muito bem acatada pela opinião pública da época, pelo contrário era encarada com desconfiança e desagrado, o que impedia a sua plena aceitação em termos de mercado. As causas desta atitude negativa residiam no passado pouco claro dos seguros de vida. Enquanto que o factor mutualista não constituía nenhum problema, já que era um elemento comumente aceite pelas pessoas e prática corrente, segurar vidas apresentava uma série de reticências.

O primeiro obstáculo residia no próprio elemento de risco – a vida –. Era, antes de mais, um factor aleatório. Só depois do desenvolvimento das matemáticas e do cálculo das probabilidades foi possível estabelecer as primeiras tábuas de mortalidade. Apesar disso, em Portugal só era possível ter uma ideia aproximada, já que os resultados previstos pelas seguradoras tinham como base as tábuas de Duvillard e Déparcieux e não estatísticas nacionais. Portanto, era legítima uma atitude de confiança relativa.

Mas a questão vida era ainda alvo de outro género de considerações: durante anos tinha sido vítima de todo o tipo de conotações negativas que iam desde a criação das tontinas, até à própria evolução dos seguros de vida em Inglaterra, onde associados a

estes, se estabeleceu um sistema de apostas sobre a duração da vida das figuras públicas. A atitude da Igreja era também de rejeição, não aceitando a imputação de um preço à vida humana, já que esta era dada por Deus e, por outro lado, continuava a defender-se uma perspectiva providencialista do destino dos homens.

Contudo, as reticências não se limitavam ao pensamento tradicional. Depois de uma leitura detalhada das obras relativas à temática social e económica, em Portugal, foi possível constatar que na grande maioria dos casos, os seguros de vida não eram considerados como uma solução para os problemas sociais, apesar do factor mutualidade. Verificava-se, sim, uma dicotomia entre os pensadores de raiz socialista que insistiam nas diferentes formas mutualistas e cooperativistas, com base nas pequenas contribuições dos trabalhadores, e que se opunham aos seguros de vida por entenderem que estes constituíam uma forma de poupança típica das classes médias e não do proletariado, enquanto que na perspectiva liberal se entendia que esta forma de poupança, não só era válida e sólida como prevenção social, além de que, no seu conjunto, permitia o enriquecimento da economia nacional. Os defensores desta posição eram, obviamente, em menor número e deles se destaca a figura de José Joaquim Rodrigues de Freitas, justamente o principal colaborador da revista *A Providente*.

Outra das questões suscitadas pelo estudo da publicação era o facto de ter durado tão pouco tempo, existência que correspondeu ao período de vida da companhia *A Providente*. Foi então necessário fazer a história desta seguradora, processo este que passou pelas variantes de que se compunham os diversos tipos de contratos de seguros de vida a estabelecer, mas também pela própria estrutura da sociedade.

Aqui, a identificação dos corpos gerentes levou à constatação do papel fundamental protagonizado pelo Banco Aliança, já que a companhia *A Providente*, à imagem das suas congéneres portuguesas, tinha existência legal apenas enquanto secção de seguros daquela instituição bancária. Esta característica decorria do quadro jurídico específico da época, verificando-se uma série de lacunas em termos de legislação, que seriam parcialmente colmatadas com a Lei das Sociedades Anónimas de 1867, mas onde as sociedades de seguros de vida permaneciam ainda omissas, situação resolvida apenas com o Código Comercial de Veiga Beirão em 1888.

Do estudo do Aliança, da estruturação da rede bancária e da conjuntura económica deste período, foi possível, desde logo, determinar algumas das dificuldades com que se deparava a implantação das sociedades de seguros de vida: um mercado nacional modesto, de recursos limitados, em que o pequeno subscritor procurava ganhar muito rapidamente as economias investidas e, de preferência com lucros imediatos muito elevados. Esta circunstância decorria do facto de se assistir então em Portugal, a um especulação no mercado de capitais que se baseava na compra de títulos espanhóis, que conferiam margens de lucro altíssimas, mas que por outro lado se traduziam também num clima de desconfiança e nervosismo por parte dos investidores nacionais.

A história da sociedade de seguros *A Providente* faz eco deste conjunto de circunstâncias, muito concretamente pela iniciativa inédita da publicação da revista do mesmo nome, onde são relatados e analisados estes acontecimentos. *A Providente* era uma revista mensal, periodicidade assegurada durante todo o período da sua publicação (1864-1870), composta por oito páginas e dirigida fundamentalmente aos subscritores dos seguros de vida. O seu proprietário era José Ferreira Moutinho, que simultaneamente detinha o cargo de Inspector Geral da sociedade. A par destas funções desempenhava ainda o papel de redactor chefe da revista, sendo responsável, na maior parte do

tempo, pelos editoriais publicados na primeira página e que se intitulavam igualmente «A Previdente».

Os objectivos da revista eram explícitos e a sua existência justificava-se pela difusão e venda do produto que eram os seguros de vida em mutualidade. Daí que a estratégia de *A Previdente* obedecesse de forma clara a este fim, recorrendo aos meios propagandísticos aos seu dispôr. Para tal contou com uma série de colaboradores que, de forma esporádica ou permanente, subscreveram artigos que de alguma maneira serviam os propósitos da revista.

Contudo, os textos inscritos nas páginas de *A Previdente*, não se esgotaram necessariamente no tema seguros de vida em mutualidade. O conteúdo da publicação revelava, por um lado, uma linha publicitária declarada, onde as vantagens do produto eram sistematicamente enunciadas e, por outro lado, compunha-se de uma série de artigos de fundo, dedicados na sua maioria a questões de ordem financeira. Era nestes que pontificavam os colaboradores extemporâneos, mas de onde se deve destacar a figura fundamental de José Joaquim Rodrigues de Freitas.

Ora, a colaboração de Rodrigues de Freitas, para além de ser a mais profícua, foi determinante na prossecução dos objectivos de *A Previdente*. Por um lado, foram os seus artigos de fundo relativos à temática dos seguros de vida que deram o mote para os aspectos publicitários mais imediatos. Por outro lado, sem sombra de dúvida que os seus textos de análise da situação financeira em Portugal ou sobre os grandes temas de economia da época, constituíram a espinha dorsal da revista.

A importância da colaboração de Rodrigues de Freitas fica ainda evidenciada nos artigos «*A Economia e os Seguros de Vida*» ou «*Os Párcos e as Instituições Económicas*», entre outros, onde os problemas de ordem social são abordados e onde os seguros de vida são apresentados como uma solução para as situações de pobreza das classes trabalhadoras. Mas, estes textos são sobretudo veículos da doutrina social por ele preconizada e aí reside a sua riqueza. Neles se defende, em oposição ao paternalismo socialista, a criação de meios de poupança, como os seguros de vida, as caixas económicas, etc., aliados a uma transformação da mentalidade dos proletários, que no seu conjunto assegurariam o enriquecimento cultural e moral do indivíduo, transformando-o num ser mais útil e produtivo para a sociedade no seu todo. Aqui, os agentes transformadores da mentalidade colectiva tinham um papel determinante a desempenhar, fossem eles o clero ou a educação.

A par destes artigos de indole social, publicaram-se uma série de outros de ordem económica e financeira onde Rodrigues de Freitas defende as vantagens do liberalismo económico, quer através de exemplos positivos obtidos pela experiência estrangeira, quer pelo ataque directo às diversas formas de monopólio verificadas em Portugal, quer pela própria defesa da banca portuense, em oposição ao regime de favorecimento dado ao Banco de Portugal, com particular destaque para o papel desempenhado pelo Aliança neste contexto.

Dos textos dedicados ao tema seguros de vida importa ainda mencionar aqueles que se agrupam sob os títulos «*A Tutelar*» e «*Seguros Mútuos sobre Vidas*». Esta referência resulta do facto de estes revelarem em parte o porquê do fim desta sociedade seguradora e das suas concorrentes portuguesas.

Os artigos dedicados a «*A Tutelar*», companhia de seguros mútuos de vida espanhola a operar em Portugal, desde praticamente a sua fundação em 1855, procuravam elucidar o público nacional quanto aos meios menos claros usados por esta seguradora e que se

traduziram em grandes perdas para aqueles que nela haviam investido as suas economias. «A Tutelar» usou de processos fraudulentos que levaram à sua ruína e daqueles que nela confiaram, mas mais do que isso, instalou um clima de desconfiança que se alargou às seguradoras portuguesas, apesar destas, estatutariamente, estarem salvaguardadas de situações similares. Daí que os artigos em causa tenham constituído uma campanha para esclarecimento destas questões e, particularmente, para reconquistar a confiança dos subscritores e de novos investidores.

Os textos incluídos sob o título genérico «seguros mútuos sobre vida» são outro dos esforços no sentido de reconquistar a confiança do público, agora devido às consequências da bancarrota espanhola e da guerra entre o Brasil e o Paraguai, nos mercados portugueses. Procurava-se, por um lado, reiterar as suas vantagens enquanto elementos de poupança e factores de enriquecimento nacional, e por outro, definir o quadro de crise como pontual, não se justificando nem o pânico, nem a desconfiança relativa as seguradoras apoiadas por bancos, instituições de idoneidade comprovada.

Para concluir, podemos afirmar que a revista *A Previdente*, constituindo um estudo de caso em relação à problemática dos seguros de vida em mutualidade e ao publicismo oitocentista, nos dá conta das dificuldades verificadas neste período. Assim, o fracasso desta e de outras experiências deste ramo de seguros resulta de um conjunto de factores em que podemos destacar os de ordem cultural e os de ordem conjuntural.

No primeiro caso, ressaltam uma atitude negativa resultante da própria história e componentes dos seguros de vida, situação agravada quer pelo posicionamento condenatório da Igreja, quer pelo desprezo a eles votado pelos doutrinadores sociais, que os entendiam apenas como uma forma de poupança típica da burguesia.

Por último, as dificuldades de implantação foram também marcadas por todo o tipo de obstáculos estruturais, que passavam pela ausência de legislação específica, o acanhamento do mercado, a actividade especulativa ligada aos dinheiros brasileiros e espanhóis, tudo isto traduzido num clima de desconfiança nos meios investidores, que no primeiro momento de dificuldades levaram ao fim das sociedades de seguros mútuos sobre vidas e, entre elas, *A Previdente*, em 1870.

Dissertação de mestrado em História Contemporânea

HELENA LAURA DIAS DE LIMA

MURMÚRIOS DO TEMPO

Porto – Centro Português de Fotografia – 1997, pp. 111

O Centro Português de Fotografia (CPF), criado em 1997 pelo Ministério da Cultura, com sede no edifício da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, mantém ao longo do ano exposições que permanecem dois meses neste edifício. Para além disso, e com o intuito de desenvolver o conhecimento da fotografia, nacional e internacional, organiza exposições itinerantes lúdicas e pedagógicas, encontra-se a organizar uma rede nacional de arquivos. Na sede funciona uma biblioteca de fotografia, bem como cursos de formação e iniciação à fotografia e conservação de colecções.

Murmúrios do Tempo, é a primeira obra investigada, produzida e realizada pelo CPF, por ocasião da inauguração da exposição do mesmo nome nas instalações da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto. Esta exposição, como refere Maria Teresa Siza, Directora do CPF na introdução, é o «relato impossível das vozes excluídas que só chegaram até nós porque esses registos fotográficos que as calaram se conservaram em casas como estas, onde a História chega apenas através de nomes e muitos silêncios».

Este livro magnificamente ilustrado e com excelentes textos de Maria do Carmo Serén e Maria Filomena Molder, propicia uma interessante «viagem» por «murmúrios da memória, que atravessam o tempo e nos agridem» (p. 8).

Com efeito, na primeira parte, Maria do Carmo Serén começa por esboçar um contexto histórico da cadeia e Tribunal da Relação do Porto (*O Lugar da História*), para de seguida sob o título *Os Homens e os Tipos*, estruturar uma abordagem de «alguns dos homens que passaram pela cadeia da Relação e que a História manterá na memória social» (p. 28), todos aqueles que a autora apelida de «homens com nome», como Camilo Castelo Branco, Ana Plácido, Zé do Telhado, António Bernardo Brito e Cunha, Eugénia Cândida da Silva Mendes, Luís de Magalhães, Alves dos Reis, que não constituem, por isso mesmo, tipos sociológicos.

Do Arquivo dos Preventivos à Tipologia dos Criminosos, constitui o último aspecto do texto de Maria do Carmo Serén, através do qual dimensionamos a importância da fotografia para o ficheiro dos criminosos, uso que se desenvolve de acordo com os progressos que se vão verificando. Este subtema aborda uma retrospectiva da evolução da fotografia, propiciando uma importante panorâmica geral destas questões.

Filomena Molder desenvolve um ensaio sobre o espaço prisional que, na sua perspectiva não se identifica com uma instituição fotográfica.

As imagens desta obra que faziam parte da exposição, representam presos da Cadeia da Relação, quase todos preventivos, incluindo crianças com doze e treze anos. Foram feitas ampliações sobre as fotografias das fichas de inscrição do início do século. A exposição *Murmúrios do Tempo*, deslocou-se no mês de Agosto de 1998 para a cidade de Curitiba, no Brasil.

MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA
Universidade Lusíada – Porto

ACTAS DO III ENCONTRO DE OLARIA TRADICIONAL DE MATOSINHOS

CLETO, Joel; VARELA, José Manuel; BARROS, Susana (Coord. de)
Câmara Municipal de Matosinhos – GMAH, Junho, 1998, pp. 121.

Na sequência da realização do *III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos* (1997), que decorreu nas instalações do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos, por ocasião das festas do Senhor de Matosinhos, surge mais esta obra, a terceira dedicada a estes eventos, que reúne as comunicações apresentadas durante esta iniciativa a qual, como refere Narciso Miranda no prefácio, «representa já, pela sua qualidade e regularidade, uma referência a nível nacional dos estudos sobre cerâmica popular».

Lançada por ocasião do *IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos* (1998), estamos perante uma publicação que representa um valioso contributo para os estudos de olaria e cerâmica tradicional, pelos minuciosos e bem estruturados trabalhos de investigação que apresenta, profusamente ilustrados, tornando a sua leitura amena e agradável a qualquer um, mesmo aos menos entendidos nestas lides.

As comunicações apresentadas neste volume, são as seguintes: «O Figurado de Barcelos. Uma Arte de Mulheres?», de Angélica Cruz; «Primeiras Impressões sobre a Produção de Louça Preta de Flor de Rosa», de Heloísa Santos; «Oleiros de Idanha», de Paulo Longo; «As Coleções do Museu de Olaria de Barcelos: sua Apresentação (resumo)», de Cláudia Milhazes; «O Núcleo de Cerâmica Rafael Bordalo Pinheiro do Solar dos Condes de Resende», de Gonçalves Guimarães; «O Núcleo dos Barros Negros – Coleção de Cerâmica Popular da Casa Municipal de Cultura de V. N. de Gaia», de Carla Pinto; «Centros Produtores de Louça Preta na Beira Interior», de Isabel Fernandes; «As "Tigelinhas" do sr. Lameira (Torrencinho, Vila Pouca de Aguiar) – Tradição e Inovação num Centro Produtor de Louça Preta», de Ricardo Teixeira; «O Centro Oleiro de Gondar: o tempo e as formas», de Paulo Amaral e António P. Dinis e «Olaria de Molelos: os Novos Caminhos», de Alberto Correia.

MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA
Universidade Lusíada – Porto

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (CEDHAL) E A UNIVERSIDADE DO PORTO (CEPFAM)

A Universidade do Porto, através do Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM), representada por seu Reitor Prof. Dr. José Ângelo Mota Novais Barbosa; e a Universidade de São Paulo, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução n.º 3 461, de 07 de Outubro de 1988 e pelo Regimento Geral aprovado pela Resolução n.º 3 745, de 19 de Outubro de 1990, com sede em São Paulo (capital), adiante denominada USP, inscrita no CGC/MF sob n.º 63.025.530/0001-04, através do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Dr. Jacques Marcovitch, de acordo com o deliberado pela Comissão de Orçamento e Patrimônio em sessão de 14/11/98, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

O presente Protocolo de Intenções abre perspectivas para que a Universidade do Porto e a USP, através dos Centros supra mencionados, promovam entre si colaboração nas áreas de História da População, Demografia Histórica, Demografia, Família, Estudos Sociais e outras formas de cooperação que venham a ser estabelecidas no futuro:

- a) elaboração e desenvolvimento de projectos de pesquisas comuns;
- b) desenvolvimento de programas por intermédio de docentes das duas Instituições para ministrar cursos como professores visitantes;
- c) desenvolvimento de programas visando a participação em eventos pelas Instituições correspondentes;
- d) promoção de intercâmbio de pesquisadores e alunos de pós-graduação.

Cláusula Segunda

As Instituições acordam, através dos referidos Centros, convidar-se mutuamente para os eventos científicos que nelas se realizem, com o objectivo de promover o intercâmbio de experiências científicas entre seus especialistas ou pesquisadores.

Cláusula Terceira

Ambas as partes trocarão informações científicas, documentação e bibliografia, com o objectivo de promover o intercâmbio de experiências científicas entre seus especialistas ou pesquisadores

Cláusula Quarta

As Instituições acordam em desenvolver programas de recursos humanos através de cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), assim como promover estadias em pesquisa, docência e extensão.

Cláusula Quinta

Todos os pormenores dos intercâmbios, referentes à composição de delegações, condições financeiras, assim como a recepção de professores e docentes deverão ser acordadas em caso concreto, com três meses de antecedência.

Cláusula Sexta

Para as actividades que sejam programadas no quadro deste Protocolo de Intenções, as partes procurarão encontrar recursos em Agências de fomento à pesquisa.

Cláusula Sétima

As iniciativas para a execução do estatuído nas Cláusulas anteriores poderão originar-se de ambas as partes e serão efectivadas através de Convênios específicos, os quais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) *identificação do objecto;*
- b) *metas a serem atingidas;*
- c) *etapas ou fases de execução;*
- d) *previsão de início e fim da execução do objecto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;*
- e) *responsabilidade das partes;*
- f) *confidencialidade, se for o caso;*
- g) *vigência;*
- h) *denúncia;*
- i) *outras condições suplementares (juízo arbitral).*

Cláusula Oitava

O Presente Protocolo vigorará pelo prazo de dois anos a partir da data de sua assinatura.

Lido o presente Termo de Protocolo de Intenções e estando as partes de acordo com o conteúdo e alcance de suas cláusulas, firmam-se em quatro vias originais, de igual teor.

Assinaturas do Prof. Dr. Jacques Marcovich, Reitor da Universidade de São Paulo e do Prof. Dr. José Ângelo Mota Novais Barbosa, Reitor da Universidade do Porto.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
ASPECTOS RECENTES DO ENSINO SUPERIOR	7
JORGE CARVALHO ARROTEIA	
PRISMAS DA MEMÓRIA – <i>Emigração e Desenraizamento</i>	17
MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA	
LINHAGENS HISTORIOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS – <i>Por uma Nova Síntese Histórica</i>	29
JOSÉ JOBSO DE A. ARRUDA	
MUDANÇAS ECONÓMICAS, GÉNERO E FAMÍLIA NO BRASIL (1836-1996)	43
ENI DE MESQUITA SAMARA	
POPULAÇÃO E FAMÍLIA DE UMA VILA AÇORIANA – <i>As Velas da Ilha de S. Jorge (1766-1799)</i>	59
ARTUR BOAVIDA MADEIRA, JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e PAULO LOPES MATOS	
REFLEXÃO SOBRE FONTES PARA O ESTUDO DOS BURGUESES DO PORTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	95
MARIA ANTONIETA CRUZ	
A BEIRA INTERIOR NO CONTEXTO DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA – <i>Alguns aspectos que marcaram a sua evolução na 2.ª metade do Século XX</i>	107
MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA	
A PARTEIRA NO CONTEXTO DAS ARTES DE CURAR (SÉCULOS XV-XVIII)	123
MARINHA FERNANDES CARNEIRO	
AS CRISES DE MORTALIDADE NUMA COMUNIDADE TRANSMONTANA – VILA FLOR (1700-1900)	145
VIRGÍLIO TAVARES	
ASPECTOS DA MORTALIDADE EM S. MARTINHO DE PENAFIEL (1700-1807)	175
GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS SANTOS	
A RIBEIRA SECA DA ILHA DE S. JORGE (1839-1892) – <i>Estruturas Sócio-Demográficas de uma Comunidade Rural</i>	191
PAULO LOPES MATOS	
PATULEIA E JUNTA DO PORTO – <i>Homens e Ambientes</i>	221
JORGE FERNANDES ALVES	
UNIFORMOLOGIA – <i>O Jogo da Aparência e da Realidade</i>	229
SÉRGIO VELUDO COELHO	

A POPULAÇÃO ACTIVA DO CONCELHO DE BRAGANÇA NA DÉCADA DE OITENTA – <i>Breve Apontamento</i>	251
ÂNGELO VÍTOR PATRÍCIO	
O REGRESSO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS NOS FINAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA – <i>Um Relatório de Borges Grainha</i>	263
ARTUR VILARES	
FLUXO MIGRATÓRIO GALEGO PARA VILA DO CONDE (1769-1910)	285
MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO e ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS	
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA (1901-1920) – <i>Uma Análise Regional</i>	321
MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS	
ÊXODO RURAL E DESERTIFICAÇÃO HUMANA – <i>O Caso de uma Freguesia do Alentejo Central</i>	367
ESMERALDA PINTO CORREIA	
DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM ÁREAS DE MONTANHA – <i>A Serra do Marão</i>	395
FANTINA TEDIM PEDROSA	
<i>DOCUMENTOS.</i>	
UMA DESCRIÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES EM FINAIS DO SÉCULO XVIII	413
FERNANDO DE SOUSA	
<i>NOTÍCIAS E RECENSÕES.</i>	
LISTAGEM DE TESES APRESENTADAS À FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA NA ÁREA DOS ESTUDOS DE POPULAÇÃO	453
TERESA RODRIGUES	
LAÇOS DE FAMÍLIA DE PORTUGAL AO BRASIL, A ÁFRICA E AO ORIENTE	458
MARIA AUGUSTA SENA DE VASCONCELOS DE AZEREDO	
A PREVIDENTE – UMA REVISTA DE SEGUROS (1864-1870)	461
HELENA LAURA DIAS DE LIMA	
MURMÚRIOS DO TEMPO	465
MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA	
ACTAS DO III ENCONTRO DE OLARIA TRADICIONAL DE MATOSINHOS	466
MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA	
PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (CEDHAL) E A UNIVERSIDADE DO PORTO (CEPFAM)	467

Colaboraram neste número:

ÂNGELO VÍTOR PATRÍCIO
ANTÔNIO MONTEIRO DOS SANTOS
ARTUR BOAVIDA MADEIRA
ARTUR VILLARES
ENI DE MESQUITA SAMARA
ESMERALDA PINTO CORREIA
FANTINA TEDIM PEDROSA
FERNANDO DE SOUSA
GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS SANTOS
HELENA LAURA DIAS DE LIMA
JORGE CARVALHO ARROTEIA
JORGE FERNANDES ALVES
JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
JOSÉ ROBSON DE A. ARRUDA
MARIA ANTONIETA CRUZ
MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO
MARIA ARMINDA DÔ NASCIMENTO ARRUDA
MARIA AUGUSTA SENA DE VASCONCELOS DE AZEREDO
MARIA ELVIRA RODRIGUES CASTANHEIRA
MARIA FERNANDES CARNEIRO
MARIA DA GRAÇA LOPES FERNANDES MARTINS
MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA
PAULO LOPES MATOS
SÉRGIO VELUDO COELHO
TERESA RODRIGUES
VIRGÍLIO TAVARES